



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – Funai

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – Funai

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU 146/2015 e DN TCU 147/2015, da Portaria TCU 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno.

Unidade Jurisdicionada Consolidadora:

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - Funai

Unidade(s) Jurisdicionada(s) Consolidada(s):

Nº. UG'S NOMES DA UGS UF

190004	Coordenação Regional Ji-Parana	RO
194003	Coordenação Regional Cacoal	RO
194004	Coordenação Regional Guajará Mirim	RO
194005	Coordenação Regional Alto Purus	AC
194006	Coordenação Regional Manaus	AM
194007	Coordenação Regional Vale do Javari	AM
194008	Coordenação Regional Rio Negro	AM
194009	Coordenação Regional Roraima	RR
194010	Coordenação Regional Centro Leste do Pará	PA
194011	Coordenação Regional Baixo Tocantins	PA
194012	Coordenação Regional Tapajós	PA
194018	Coordenação Regional Baixo São Francisco	BA
194019	Coordenação Regional MG e ES	MG
194020	Coordenação Regional Campo Grande	MS
194022	Museu do Índio	RJ
194027	Coordenação Regional Passo Fundo	RS
194028	Coordenação Regional Cuiabá	MT
194029	Coordenação Regional Xavante	MT
194031	Coordenação Regional Xingu	MT
194033	Coordenação Regional Araguaia Tocantins	TO

194035	Sede Brasília	DF	
194036	Coordenação Regional Norte do Mato Grosso		MT
194041	Coordenação Regional Nordeste 2	CE	
194042	Coordenação Regional Ribeirão Cascalheira		MT
194044	Coordenação Regional Kayapó Sul do Pará	PA	
194045	Coordenação Regional Madeira	AM	
194046	Coordenação Regional Litoral Sudeste		SP
194047	Coordenação Regional Litoral Sul	SC	
194048	Coordenação Regional Médio Purus	AM	
194049	Coordenação Regional do Juruá	AC	
194061	Coordenação Regional Interior Sul	SC	
194063	Coordenação Regional Alto Solimões		AM
194064	Coordenação Regional Dourados	MS	
194067	Coordenação Regional Noroeste Mato Grosso		MT
194068	Coordenação Regional Sul da Bahia	BA	
194074	Coordenação Regional Maranhão	MA	
194075	Coordenação Regional Amapá e Norte do Pará		AP
194077	Coordenação Regional Nordeste 1	AL	
194085	Coordenação Regional Ponta Porã	MS	
194151	Diretoria De Proteção Territorial	DF	
194152	Diretoria De Prom. Ao Desen.. Sustent.		DF

Brasília, março/2017

Identificação Da UJ – Relatório De Gestão Consolidado

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 000316
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação Completa: Fundação Nacional do Índio			
Denominação Abreviada: Funai			
Código SIORG: 000173	Código LOA: 30202		Código SIAFI: 194088
Natureza Jurídica: Fundação do Poder Executivo			CNPJ: 00.059.311/0001-26
Principal Atividade: Administração Pública Geral			Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(61) 3247-6000	(61) 3247-7000	(61) 3247-6001
Endereço Eletrônico: funai@funai.gov.br ; presidência@funai.gov.br			
Página na Internet: http://www.funai.gov.br			
Endereço Postal: Fundação Nacional do Índio - Funai - SBS Quadra 02 Lote 14 Bloco H, Ed. Cleto Meireles - CEP: 70.070-120 - Brasília/DF			

Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas

Nº. UG'S	NOMES DA UGS	UF	CNPJ
190004	Coordenação Regional Ji-Paraná	RO	00.059.311/0020-99
194003	Coordenação Regional Cacoal	RO	00.059.311/0015-21
194004	Coordenação Regional Guajará Mirim	RO	00.059.311/0052-76
194005	Coordenação Regional Alto Purus	AC	00.059.311/0041-13
194006	Coordenação Regional Manaus	AM	00.059.311/0003-98
194007	Coordenação Regional Vale do Javari	AM	00.059.311/0065-90
194008	Coordenação Regional Rio Negro	AM	00.059.311/0062-48
194009	Coordenação Regional Roraima	RR	00.059.311/0016-02
194010	Coordenação Regional Centro Leste do Pará	PA	00.059.311/0004-79
194011	Coordenação Regional Baixo Tocantins	PA	00.059.311/0054-38
194012	Coordenação Regional Tapajós	PA	00.059.311/0027-65
194018	Coordenação Regional Baixo São Francisco	BA	00.059.311/0040-32
194019	Coordenação Regional MG e ES	MG	00.059.311/0012-89
194020	Coordenação Regional Campo Grande	MS	00.059.311/0011-06
194022	Museu do Índio	RJ	00.059.311/0002-07
194027	Coordenação Regional Passo Fundo	RS	00.059.311/0028-46
194028	Coordenação Regional Cuiabá	MT	00.059.311/0007-11
194029	Coordenação Regional Xavante	MT	00.059.311/0009-83
194031	Coordenação Regional Xingu	MT	00.059.311/0061-67
194033	Coordenação Regional Araguaia Tocantins	TO	00.059.311/0029-27
194035	Sede Brasília	DF	00.059.311/0001-26
194036	Coordenação Regional Norte do Mato Grosso	MT	00.059.311/0067-52

194041	Coordenação Regional Nordeste 2	CE	00.059.311/0070-58
194042	Coordenação Regional Ribeirão Cascalheira	MT	00.059.311/0068-33
194044	Coordenação Regional Kayapó Sul do Pará	PA	00.059.311/0026-84
194045	Coordenação Regional Madeira	AM	00.059.311/0069-14
194046	Coordenação Regional Litoral Sudeste	SP	00.059.311/0071-39
194047	Coordenação Regional Litoral Sul	SC	00.059.311/0072-10
194048	Coordenação Regional Médio Purus	AM	00.059.311/0074-81
194049	Coordenação Regional do Juruá	AC	00.059.311/0075-62
194061	Coordenação Regional Interior Sul	SC	00.059.311/0059-42
194063	Coordenação Regional Alto Solimões	AM	00.059.311/0064-00
194064	Coordenação Regional Dourados	MS	00.059.311/0090-00
194067	Coordenação Regional Noroeste Mato Grosso	MT	05.712.491/0001-17
194068	Coordenação Regional Sul da Bahia	BA	00.059.311/0018-74
194074	Coordenação Regional Maranhão	MA	00.059.311/0057-80
194075	Coordenação Regional Amapá e Norte do Pará	AP	00.059.311/0066-71
194077	Coordenação Regional Nordeste 1	AL	00.059.311/0046-28
194085	Coordenação Regional Ponta Porã	MS	00.059.311/0050-04
194151	Diretoria De Proteção Territorial	DF	00.059.311/0001-26
194152	Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável	DF	00.059.311/0001-26

Lista de siglas e abreviações

APL - Arranjo Produtivo Local

Art. - Artigo

Cad Único - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CGETNO - Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento

CGGAM – Coordenação-Geral Gestão Ambiental

CGGP - Coordenação Geral de Gestão de Pessoal Territorial

CGIIRC - Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recente Contato

CGLIC - Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental

CGMT - Coordenação Geral de Monitoramento

CGOF - Coordenação Geral de Orçamento e Finanças

CGPC - Coordenação-Geral de Promoção de Cidadania

CGPDS - Coordenação geral de promoção dos Direitos Sociais

CGU – Controladoria-Geral da União

CNAE – Cadastro Nacional de Atividade Econômica

CNJ Conselho Nacional de Justiça

CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público

CNPI - Comissão Nacional de Política Indigenista

COGETI - Coordenação de Gestão em Tecnologia da Informação

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CPF - Cadastro de Pessoal Física

CPIN - Comissão Permanente de Informações de Planejamento, Monitoramento e Avaliação

CPMA - Comitê de Planejamento, Monitoramento e Avaliação

CR - Coordenação Regional

CRAS – Conselho Regional de Assistência Social

CRC – Conselho Regional de Contabilidade
CTL - Coordenação Técnica Local
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce
DAGES - Diretoria de Administração e Gestão
DAP - Declaração de Aptidão Produtiva
DAP I - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
DBR – Declaração de Bens e Rendas
DF - Distrito Federal
DN – Decisão Normativa
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOU - Diário Oficial da União
DPDS - Diretoria de promoção ao Desenvolvimento Sustentável
DPF - Departamento de Polícia Federal
DPT – Diretoria de Proteção Territorial
DSEI - Distritos Sanitários Especiais Indígenas
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENEM - Exame Nacional de Ensino Médio
FPE - Frente de Proteção Etnoambiental
Funai - Fundação Nacional do Índio
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GATI - Projeto Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
GEAP - Fundação de Seguridade Social-,
GEF – Fundo Internacional para o Meio Ambiente
GIZ - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
GPS – Sistema de Posicionamento Global
IBAMA- Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMbio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil
IES - Instituições do Ensino Superior
IN – Instrução Normativa
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LOA – Lei Orçamentária Anual
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação
MG – Estado de Minas Gerais
MI - Museu do Índio
MJ - Ministério da Justiça
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MME - Ministério de Minas e Energia
MPF - Ministério Público Federal
MPOG - Ministério do Planejamento e Gestão
MPS - Ministério da Previdência Social
MS – Estado do Mato Grosso do Sul
MT - Estado do Mato Grosso
OCI - Órgão de Controle Interno

OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
 OMS - Organização Mundial da Saúde
 ONU – Organização das Nações Unidas
 OPAN - Operação Amazônia Nativa
 PA – Estado do Pará
 PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
 PACIG - Programa de Apoio às Comunidades Indígena Guarani
 PBA – Projeto Básico Ambiental
 PCH - Pequenas Centrais Hidroelétricas
 PCPR - Relatório de Prestação de Contas da Presidência da República
 PDPI - Programa Demonstrativo para Povos Indígenas
 PGF - Procuradoria Geral Federal
 PGPM-Bio - Programa de Garantia de Preço Mínimo dos Produtos da Sociobiodiversidade
 PGTA - Plano de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas
 PIN - Posto Indígena
 PLOA - Projeto de Lei Orçamentária
 PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
 PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
 PNGATI - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas
 PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural
 Port. – Portaria
 PPA – Plano Plurianual
 PRES - Presidência da Funai
 Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
 RANI - Registro Administrativo de Nascimento de Indígena
 REDD - Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação
 RFB – Receita Federal do Brasil
 RG – Relatório de gestão
 RPMA - Redes Locais de Planejamento, Monitoramento e Avaliação
 SAF - Sistema Agro Florestal
 SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
 SDH - Secretaria de Direitos Humanos
 SEAD – Serviço de Apoio Administrativo
 SEAS - Serviço de Assistência Social Indígena da UJ
 SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
 SEDH - Secretaria Especial de Direitos Humanos
 SEDUC- Secretarias de Educação Estaduais
 SEGAT - Serviço de Gestão Ambiental e Territorial
 SENAD - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
 SESAI - Secretaria Especial de Saúde Indígena
 SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
 SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
 SIASI - Sistema de Informação da Atenção da Saúde Indígena da Funasa
 SICONV - O Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal
 SII - Sistema Indigenista de Informação
 SIOP - Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento
 SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
 SISAC – Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
 SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar
 SNJ - Secretaria Nacional de Juventude

SPM - Secretaria de Política para as Mulheres
 SPU - Secretaria de Patrimônio da União
 SRH/MP Secretaria de Recursos Humanos/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
 STI – Sistema de Terras Indígenas
 STN – Secretaria do Tesouro Nacional
 SUS - Sistema Único de Saúde
 T.I. - Terra Indígena
 TAC - Termo de Ajuste Conduta
 TAKINA - Assembleia das Mulheres Indígenas do Mato Grosso
 TC - Termo de Cooperação
 TCU – Tribunal de Contas da União
 TI – Tecnologia da Informação
 TI - Terra Indígena
 TMI - Taxa de Mortalidade Infantil
 UFC - Universidade Federal do Ceará
 UG - Unidade Gestora
 UHE - Usina Hidroelétrica
 UJ – Unidade Jurisdicionada
 UnB – Universidade Federal de Brasília
 UNEMAT - Universidade Estadual de Mato Grosso
 UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
 UNIR - Universidade Federal de Rondônia
 UO – Unidade Orçamentária

Lista de gráficos

Gráfico 1 Evolução Da Dotação Autorizada para a Funai NOS Últimos 4 Anos.....	29
Gráfico 2 Evolução do Limite Orçamentário Autorizado em 2015 à Funai	31
Gráfico 3 Comparação da LOA, Limite e Empenho Total – Últimos 5 Anos.....	31

Lista de tabelas

Tabela 1 - Funai: Comparação entre a Dotação Autorizada e Despesas Empenhadas	29
Tabela 2 Comparação entre a dotação Autorizada e Despesas Empenhadas (em R\$)	33
Tabela 3 Despesas Totais por Modalidade de Contratação	96
Tabela 4 Despesas por grupo e elemento de despesa	98
Tabela 5 Relação de Veículos UPC Alto Purus.....	325
Tabela 6 Projetos de TI - 2016	343
Tabela 7 - Principais sistemas de informações	345

Lista de quadros

Quadro 8 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS - Código 2711	87
Quadro 9 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS - Código 2711	87
Quadro 10 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS - Código 2713	88
Quadro 11 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS - Código 2713	88
Quadro 12 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS - Código 6059	89
Quadro 13 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS - Código 6698	89

Quadro 14 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS - Código : 20UF	89
Quadro 15 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS - Código 4390	90
Quadro 16 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS - Código 4390	92
Quadro 17 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS - Código 6914	93
Quadro 18 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS - Código 8635	94
Quadro 19 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS - Código 8635	94
Quadro 20 Informações sobre dirigentes e colegiados	104
Quadro 25 Distribuição da Lotação Efetiva - Funai Geral	113
Quadro 26 - Distribuição da Lotação Efetiva - SEDE	113
Quadro 27 Distribuição da Lotação Efetiva - MUSEU DO ÍNDIO	113
Quadro 28 Distribuição da Lotação Efetiva - CR ALTO PURUS – AC	114
Quadro 29 Distribuição da Lotação Efetiva - CR ALTO SOLIMÕES - AM	114
Quadro 30 Distribuição da Lotação Efetiva - CR AMAPÁ E NORTE DO PARÁ - AP	115
Quadro 31 Distribuição da Lotação Efetiva - CR ARAGUAIA TOCANTINS - TO	115
Quadro 32 Distribuição da Lotação Efetiva - CR BAIXO SÃO FRANCISCO - BA	116
Quadro 33 Distribuição da Lotação Efetiva - CR BAIXO TOCANTINS - PA	116
Quadro 34 Distribuição da Lotação Efetiva - CR CACOAL - RO	116
Quadro 35 Distribuição da Lotação Efetiva - CR CAMPO GRANDE - MS	117
Quadro 36 Distribuição da Lotação Efetiva - CR CENTRO-LESTE DO PARÁ - PA	117
Quadro 37 Distribuição da Lotação Efetiva - CR CUIABÁ - MT	118
Quadro 38 Distribuição da Lotação Efetiva - CR DOURADOS - MS	118
Quadro 39 Distribuição da Lotação Efetiva - CR GUAJARÁ-MIRIM - RO	119
Quadro 40 Distribuição da Lotação Efetiva - CR INTERIOR SUL - SC	119
Quadro 41 Distribuição da Lotação Efetiva - CR JI-PARANÁ - RO	119
Quadro 42 Distribuição da Lotação Efetiva - CR JURUÁ - AC	120
Quadro 43 Distribuição da Lotação Efetiva - CR KAYAPÓ SUL DO PARÁ - PA	120
Quadro 44 Distribuição da Lotação Efetiva - CR LITORAL SUDESTE - SP	121
Quadro 45 Distribuição da Lotação Efetiva - CR LITORAL SUL - SC	121
Quadro 46 Distribuição da Lotação Efetiva - CR MADEIRA - AM	122
Quadro 47 Distribuição da Lotação Efetiva - CR MANAUS - AM	122
Quadro 48 Distribuição da Lotação Efetiva - CR MARANHÃO - MA	122
Quadro 49 Distribuição da Lotação Efetiva - CR MÉDIO PURUS - AM	123
Quadro 50 Distribuição da Lotação Efetiva - CR MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO - MG	123
Quadro 51 Distribuição da Lotação Efetiva - CR NORDESTE I - AL	124
Quadro 52 Distribuição da Lotação Efetiva - CR NORDESTE II - CE	124
Quadro 53 Distribuição da Lotação Efetiva - CR NOROESTE DO MATO GROSSO - MT	125
Quadro 54 Distribuição da Lotação Efetiva - CR NORTE DO MATO GROSSO - MT	125
Quadro 55 Distribuição da Lotação Efetiva - CR PASSO FUNDO - RS	125
Quadro 56 Distribuição da Lotação Efetiva - CR PONTA PORÃ - MS	126
Quadro 57 Distribuição da Lotação Efetiva - CR RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT	126
Quadro 58 Distribuição da Lotação Efetiva - CR RIO NEGRO - AM	127
Quadro 59 Distribuição da Lotação Efetiva - CR RORAIMA - RR	127
Quadro 60 Distribuição da Lotação Efetiva - CR SUL DA BAHIA - BA	128
Quadro 61 Distribuição da Lotação Efetiva - CR TAPAJÓS - PA	128
Quadro 62 Distribuição da Lotação Efetiva - CR VALE DO JAVARI - AM	128
Quadro 63 Distribuição da Lotação Efetiva - CR XAVANTE - MT	129
Quadro 64 Distribuição da Lotação Efetiva - CR XINGÚ - MT	129
Quadro 65 - Força de Trabalho - Funai GERAL e UPCs	130
Quadro 66 - Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas	147

Quadro 67 - Total de DAS e FGR da Funai	167
Quadro 68 - Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12 - Funai Geral.....	168
Quadro 69 - Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.....	169
Quadro 70 - Tipos de Afastamento.....	170
Quadro 71 - Previsão de Aposentadoria	171
Quadro 73 - Escolaridade.....	173
Quadro 74 - Capacitações por duração.....	174
Quadro 75 - Afastamentos e prorrogações concedidos em 2016.....	175
Quadro 76 - Órgãos Parceiros	176
Quadro 77 - Demonstrativo das Despesas com Pessoal - Fundação Nacional do Índio - Sede.....	177
Quadro 78 - Resumo Geral.....	217
Quadro 79 - Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12 - Funai Geral.....	218
Quadro 81 - Composição do Quadro de Estagiários – Exercício 2016	230
Quadro 82 - Composição do Quadro de Estagiários – Exercício 2016	230
Quadro 83 - Distribuição de estagiários por UG	237
Quadro 86 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locado de terceiros.....	284
Quadro 87 - Relação de patrimônio imobiliário da União sob responsabilidade da UPC	328
Quadro 88 - Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada.....	351
Quadro 89 - Despesas Empenhadas (Controle Empenho).....	373
Quadro 91 Despesas Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	416
Quadro 93 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	420
Quadro 94 Caracterização da determinação/recomendação do TCU	449
Quadro 95 - Recomendações da CGU.....	466

Sumário

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016.....	1
Identificação Da UJ – Relatório De Gestão Consolidado.....	4
Lista de siglas e abreviações.....	5
Lista de gráficos	8
Lista de tabelas	8
Lista de quadros.....	8
Sumário	11
APRESENTAÇÃO	13
INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	13
VISÃO GERAL DA UNIDADE	17
Finalidade e competências.....	17
Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	19
Ambiente de atuação	21
Organograma	23
Macroprocessos finalísticos.....	24
PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	28
Planejamento Organizacional	28
Descrição sintética dos objetivos do exercício	34
Estágio de implementação do planejamento estratégico	53
Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	54
Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	54
Desempenho Orçamentário	56
Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	56
Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário	94
Informações sobre a execução das despesas.....	96
Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	100
Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União	100
GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	101
Descrição da Estrutura de Governança.....	101
Atuação da unidade de auditoria interna	107
Atividades de Correição e apuração de ilícitos administrativos	111
Gestão de riscos e controles internos.....	112
ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	113
Gestão de Pessoas.....	113
Estrutura de pessoal da unidade.....	113
Demonstrativo das Despesas com Pessoal	177
Gestão de Riscos Relacionados ao pessoal e Análise crítica	217
Contratação de pessoal de apoio e de estagiários - Funai Sede e UPCs regionais.....	219
Gestão do patrimônio e infraestrutura	238
Gestão da frota de veículos.....	239
Plano de Substituição da Frota	240
Gestão do patrimônio imobiliário da União	240
Informações sobre imóveis locados de terceiros	241
Gestão do Patrimônio, infraestrutura, ambiental e sustentabilidade das unidades descentralizadas.....	242
Gestão da Tecnologia da Informação	338

Principais sistemas de informação da UPC	340
Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)	345
Gestão ambiental e sustentabilidade.....	346
Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	346
GESTÃO DA RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA - 2016	350
Finalidade e competências institucionais da unidade	353
Planejamento da Unidade e resultados alcançados.....	354
Objetivos Estratégicos	354
Programas e Projetos	355
Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira.....	415
Programação e Execução das despesas	415
Despesas totais por modalidade de contratação – créditos de movimentação	415
Despesas totais por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação	416
Análise crítica da realização da despesa	417
Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	418
Transferências de recursos	420
Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício	420
Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios	421
Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse	421
Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse.....	422
Análise crítica.....	422
Alimentação Siasg e Siconv	422
Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas	424
Conformidade Contábil	424
Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis.....	426
Declaração plena	426
RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	426
Principais medidas que deverão ser adotadas nos exercícios seguintes para mitigar os desvios dos objetivos traçados para o exercício de 2016.....	427
RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	428
Canais de acesso ao cidadão.....	428
Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	431
Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	432
Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	433
DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	441
Desempenho financeiro no exercício	441
Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.	441
Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	442
Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	443
CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE ..	449
Tratamento de determinações e recomendações do TCU	449
Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	465
Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	470
Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	471
Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	472

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão do exercício de 2016 é apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU 146/2015 e DN TCU 147/2015, da Portaria TCU 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno.

Os povos indígenas estão cada vez mais presentes em todos os aspectos da vida nacional: cultura, agenda de governo, mídia nos seus diversos segmentos, pesquisas e vida universitária, esportes, política parlamentar e partidária, entre outros. Múltiplos atores indígenas participam de eventos, projetos e fatos políticos, culturais e econômicos nos municípios onde vivem, nas diversas capitais de todas as unidades da Federação e em Brasília. No cenário internacional, a questão indígena também é pauta importante, principalmente quando se trata de direitos humanos, meio ambiente e diversidade cultural.

A Constituição de 1988 instaurou um novo marco conceitual, substituindo o modelo político pautado nas noções de tutela e de assistencialismo por um modelo que afirma a pluralidade étnica como direito e estabelece relações protetoras e promotoras de direitos entre o Estado e comunidades indígenas brasileiras.

INFORMAÇÕES RELEVANTES

Em 2016 a Fundação Nacional do Índio – Funai, com o objetivo de assegurar o cumprimento de sua missão institucional de proteger e promover os direitos dos povos indígenas, priorizou, no que tange às ações para garantir aos povos indígenas a posse plena sobre suas terras, proteção dos povos indígenas isolados, demarcação, regularização fundiária e proteção territorial destaca-se que a partir das diretrizes consubstanciadas no PPA 2016-2019, decidiu-se por concluir procedimentos de identificação e delimitação de terras indígenas iniciados em anos anteriores em todos os estados da Federação, com ênfase nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte. Destacam-se, nesse sentido, as ações de qualificação de reivindicações territoriais indígenas e a constituição de grupos técnicos de identificação e delimitação sobre seis Terras Indígenas. Também, no ano de 2016 foram delimitadas 12 Terras Indígenas, concluída a análise de 10 Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação de Terras Indígenas e ainda a análise do relatório de eleição de área denominada Santa Verônica (SP), com vistas à aquisição do imóvel para os Guarani da TI Jaraguá. Do mesmo modo, foram realizadas as análises sobre as contestações administrativas sobre quatro Terras Indígenas.

Em relação às ações para constituição de reserva e homologação de terras indígenas, foram realizados trabalhos de vistoria sobre imóveis para constituição da Reserva Indígena Krenyê (MA), reivindicada pelo povo Timbira Krenyê, editados três Decretos de

Homologação, abarcando 760.000 hectares aproximadamente, de terras situadas nos estados do Pará, Mato Grosso e São Paulo, além da publicação de 12 Portarias declaratórias por parte do Ministério da Justiça e Cidadania- MJC.

Destaca-se ainda a realização de ações de fiscalização em 137 terras indígenas, ações de vigilância em 90 Terras indígenas, bem como atividades voltadas à proteção de índios isolados. Destaca-se a manutenção permanente de 12 Bases de Proteção Etnoambiental, as quais realizam o controle de ingresso e vigilância em nove Terras Indígenas com a presença de povos isolados. Com o aporte de recursos de projeto desenvolvido no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES, foram realizadas 11 expedições e 2 sobrevoos de localização, abrangendo 13 registros de povos indígenas isolados, além da realização de 4 expedições e 3 sobrevoos de monitoramento, abrangendo 8 registros confirmados de povos indígenas isolados. Em relação aos registros da presença de povos isolados no Brasil (com relação às regiões do médio Rio Xingu, Médio e Alto Tapajós e norte do Pará/Calha Norte), foi atualizado o quadro de controle, bem como renovadas três Portarias de Restrição de Uso: TI Ituna-Itatá/PA; TI Piripkura/MT e TI Jacaréuba-Katawixi/AM.

Os principais desafios voltados à gestão territorial e ambiental das terras indígenas se concentraram na consolidação e implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas – PNGATI, instituída pelo Decreto nº 7.747 de junho de 2012, destacando-se a aprovação do Plano Integrado de Implantação da PNGATI. Ainda com esse mesmo objetivo, deu-se início às ações que visam reverter a prática de arrendamento de frações de terras indígenas, assim como o fomento a atividades produtivas de forma direta ou em parceria com outras instituições.

Em 2016, foram apoiadas ações integradas em, pelo menos, 55 Terras Indígenas, além de atividades de conclusão do Curso Básico de Formação em PNGATI – Bioma Cerrado, alcançando 13 povos em 20 Terras indígenas, onde vivem os 44 indígenas cursistas participantes. Destaca-se, ainda, o apoio à realização de intercâmbios de gestão territorial e ambiental entre indígenas, resultando na implementação de pelo menos 26 Planos de Gestão Territorial e Ambiental – PGTAs. Ademais, a Funai passou a compor o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEn, instituído pela Lei nº 13.123/15 e pelo Decreto nº 8.772/16.

No que tange a área de Etnodesenvolvimento foram apoiados mais de 200 projetos neste exercício. Dentre esses, 40% se relacionam à agricultura, 14% ao extrativismo, 12% à pecuária e o restante a eventos diversos como capacitações, seminários e oficinas temáticas, beneficiando cerca de 9.074 famílias indígenas.

Com relação à promoção e proteção dos direitos sociais dos povos indígenas, a fim de assegurar suas especificidades nas políticas públicas, pode-se elencar a parceria entre a Funai e a Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, com a realização do Encontro "Trabalho Social com Povos Indígenas" que contou com a presença e participação de diversas Prefeituras Municipais, tendo como objetivo a qualificação dos programas, projetos, ações e serviços socioassistenciais e a realização da 1ª Oficina "Povos Indígenas e Necessidades Decorrentes do Uso do Alcool: Cuidado, Direitos e Gestão" em parceria com o Ministério da Saúde e a Fiocruz, com a participação dos Distritos Sanitários de Saúde Indígena – DSEIs, da Rede de Atenção Psicossocial – RAP, e das Coordenações Regionais da Funai.

Destacam-se ainda projetos para promover o acesso à moradia digna e projetos de infraestrutura comunitária, dentre estes: (a) nove projetos de apoio à construção de Casas Tradicionais; (b) sete projetos de apoio emergencial para abrigo provisório de famílias em situação de vulnerabilidade social em decorrência de intempéries climáticas e três projetos de construção de abrigos móveis; e (c) 24 autorizações para construção de infraestruturas em terras indígenas e um projeto de acesso à água potável.

No âmbito da qualificação da política pública de educação escolar indígena, a Funai, em parceria com o Ministério da Educação – MEC, apoiou a realização das Conferências Locais das Comunidades Educativas preparatórias para a II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena – CONEEI, que ocorrerá em 2017.

Quanto às ações de preservação e promoção do patrimônio cultural importa destacar o trabalho de digitalização do acervo textual do Fundo Serviço de Proteção aos Índios-SPI, e de documentos dos fundos “Comissão Rondon” e “Conselho Nacional de Proteção aos Índios”-CNPI, bem como projetos de revitalização linguística como aquele dedicado ao povo Enawenê Nawê/MT. As atividades incluíram viagem de campo para a qualificação de registros sonoros e oficinas com pesquisadores indígenas. Ainda no Centro Oeste, outros dois projetos tiveram etapas de trabalho de campo e oficinas com suporte logístico e operacional do Museu do Índio: o projeto Kayaby/Kawaiwete, que, na fase anterior, focalizou o povo indígena que habita o Xingu/MT, tendo como objetivo, em 2016, a revitalização linguística de outra comunidade da mesma etnia, residente na região do Rio dos Peixes, Juara/MT; e o projeto de documentação das tradições culturais e históricas Xavante, abrangendo oficinas de capacitação em documentação audiovisual e tratamento de arquivos digitais com pesquisadores da aldeia Pimentel Barbosa/MT. No Amazonas, foi apoiada pesquisa de campo na região do médio Rio Madeira, como etapa preliminar de projeto sobre a cultura Pirahã com vistas à concepção e montagem de exposição

sobre o povo indígena, com o objetivo de apresentar ao público a riqueza de sua cosmologia e cultura material.

Principais dificuldades:

As principais dificuldades para a plena execução da ação de demarcação, especialmente voltada à regularização fundiária deve-se, aos seguintes fatores:

a) carência no quadro de técnicos que atuam na área fundiária, sem reposição de mão-de-obra via concurso público;

b) recusa dos ocupantes não índios em permitir a realização do trabalho de campo no procedimento

c) pouco interesse ou negativa do ocupante em receber a indenização das benfeitorias e desocupar a terra, além da ausência da documentação do ocupante ou do imóvel que possibilite habilitar ao pagamento administrativo, o que demanda procedimento judicial para a extrusão do não índio e impacta a liquidação dos valores devidos;

d) existência de decisão judicial paralisando o processo da demarcação administrativa da terra indígena;

e) restrições orçamentárias que provocaram descontinuidade de projetos e atividades que necessitavam de recursos que foram contingenciados ou que tiveram limites insuficientes;

f) quadro de servidores insuficientes para o cumprimento das ações para executar serviços de caráter estratégico;

g) Pressões externas sobre as Unidades Regionais também dificultaram a execução de ações planejadas. A Funai ressentiu-se da falta de um sistema de organização e sistematização de dados.

OUTRAS INFORMAÇÕES ÚTEIS

Seguindo orientação da Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo, da Diretoria de Normas e Gestão de Contas do TCU, anexamos o Relatório de Gestão da Renda do Patrimônio Indígena (RPI), exercício de 2016, em formato de subcapítulo, ao capítulo ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO do Relatório de Gestão consolidado da Funai – sede . A Renda do Patrimônio Indígena não faz parte do Orçamento Geral da União, sendo seus recursos aplicados em conta específica do Banco do Brasil. As principais dificuldades para o cumprimento dos objetivos propostos pela RPI foram as limitações encontradas pelas Unidades Descentralizadas da Funai na execução dos programas e projetos, tendo em vista que o Decreto 7.778/2012 extinguiu unidades da Funai e criou outras novas, denominadas Coordenações Regionais.

VISÃO GERAL DA UNIDADE

Finalidade e competências

A Fundação Nacional do Índio - Funai, fundação pública instituída em conformidade com a Lei no 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, tem por finalidade:

I - proteger e promover os direitos dos povos indígenas, em nome da União;

II - formular, coordenar, articular, monitorar e garantir o cumprimento da política indigenista do Estado brasileiro, baseada nos seguintes princípios:

a) reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas;

b) respeito ao cidadão indígena, suas comunidades e organizações;

c) garantia ao direito originário, à inalienabilidade e à indisponibilidade das terras que tradicionalmente ocupam e ao usufruto exclusivo das riquezas nelas existentes;

d) garantia aos povos indígenas isolados do exercício de sua liberdade e de suas atividades tradicionais sem a obrigatoriedade de contatá-los;

e) garantia da proteção e conservação do meio ambiente nas terras indígenas;

f) garantia de promoção de direitos sociais, econômicos e culturais aos povos indígenas; e

g) garantia de participação dos povos indígenas e suas organizações em instâncias do Estado que definam políticas públicas que lhes digam respeito;

III - administrar os bens do patrimônio indígena, exceto aqueles cuja gestão tenha sido atribuída aos indígenas ou às suas comunidades, conforme o disposto no art. 29, podendo também administrá-los por expressa delegação dos interessados;

IV - promover e apoiar levantamentos, censos, análises, estudos e pesquisas científicas sobre os povos indígenas visando à valorização e à divulgação de suas culturas;

V - monitorar as ações e serviços de atenção à saúde dos povos indígenas;

VI - monitorar as ações e serviços de educação diferenciada para os povos indígenas;

VII - promover e apoiar o desenvolvimento sustentável nas terras indígenas, conforme a realidade de cada povo indígena;

VIII - despertar, por meio de instrumentos de divulgação, o interesse coletivo para a causa indígena; e

IX - exercer o poder de polícia em defesa e proteção dos povos indígenas.

Conforme estabelece o Decreto nº 7.778, de 27 de julho de 2012, as competências relacionadas à atividade-fim da Funai, são de responsabilidade da Diretoria de Proteção Territorial (DPT), da Diretoria de Promoção dos Direitos Sociais (DPDS) e do Museu do Índio que, em conjunto com as subunidades que as compõem, contam com o apoio das Coordenações Regionais, Coordenações Técnicas Locais e Coordenações das Frentes de Proteção Etnoambiental na execução das ações em suas diversas áreas de atuação.

A Diretoria de Proteção Territorial (DPT) atua nas funções de planejamento, coordenação e implementação das políticas de proteção territorial; realização de estudos de identificação e delimitação de terras indígenas; realização da demarcação e regularização fundiária das terras indígenas; monitoramento das terras indígenas regularizadas e aquelas ocupadas por populações indígenas, incluídas as isoladas e de recente contato; proteção aos grupos isolados e recém contatados; implementação das políticas nas terras ocupadas por populações indígenas de recente contato; aprovação das informações e dados geográficos que compõem cada terra indígena e o processo de regularização fundiária; disponibilização de informações e dados geográficos; implementação de ações de vigilância, fiscalização e de prevenção de conflitos em terras indígenas e retirada dos invasores; e coordenação das atividades das Frentes de Proteção Etnoambiental.

A Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável (DPDS) atua nas funções de planejamento, coordenação, implementação e monitoramento das políticas para o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas; a promoção de políticas de gestão ambiental para a conservação e a recuperação do meio ambiente; a promoção do etnodesenvolvimento; a promoção e proteção dos direitos sociais indígenas; o monitoramento das ações de saúde das comunidades indígenas desenvolvidas pelo Ministério da Saúde; e o monitoramento das ações de educação escolar indígena realizadas pelos Estados e Municípios, em articulação com o Ministério da Educação.

Ao Museu do Índio (MI) compete resguardar as manifestações culturais representativas da história e tradições das populações étnicas indígenas brasileiras, bem como coordenar programas de estudos e pesquisas de campo, nas áreas de etnologia indígena e indigenismo e divulgar estudos e investigações sobre as sociedades indígenas; executar a política de preservação, conservação e proteção legal dos acervos institucionais-etnográficos, textuais, imagéticos e bibliográficos com objetivo cultural, educacional e científico, dentre outras.

A Diretoria de Administração e Gestão (DAGES) atua nas funções de planejamento, coordenação e monitoramento da execução de atividades relacionadas com os sistemas federais de Recursos Humanos, de Planejamento e Orçamento, de Administração Financeira, de Contabilidade, de Informação e Informática, de Serviços Gerais, e de Organização e Inovação Institucional; coordenação, controle e execução financeira dos recursos da renda indígena; gestão do patrimônio indígena.

Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – especialmente o Capítulo VIII - Dos Índios – que é um marco fundamental do direito dos povos indígenas;

Lei de Criação da Funai - da Lei n.º 5.371 de 5/12/1967 em substituição ao SPI;

Lei n.º 6.001, de 19 de dezembro de 1973 - Estatuto do Índio;

Decreto n.º 5.051, de 19 de abril de 2004, que ratifica a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho;

Decreto n.º 7.778, de 27 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 30 de 07 de 2012, aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional do Índio;

Decreto n.º 1.775, de 08 de janeiro de 1996, dispõe sobre procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas;

Decreto n.º 7.747, de 05 de junho de 2012, institui a Política Nacional de Gestão e Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas:

Portaria n.º 1.733/PRES, 27 de dezembro de 2012, definição e aprovação de seu Regimento Interno da Funai, alterado pela Portaria n.º 332 /PRES, de 05 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 08 de abril de 2013;

Portaria n.º 512/PRES, de 06 de junho de 2016, aprimora a sistemática de planejamento, monitoramento e avaliação Funai;

Portaria n.º 537/PRES, de 08 de junho de 2016, regulamenta as instâncias da sistemática de planejamento, monitoramento e avaliação Funai;

Portaria n.º 849/PRES, de 04 de agosto de 2009, regulamenta o acesso de estudante indígena ao ensino superior;

Portaria n.º 744/PRES, de 1º de agosto de 2007, regulamenta a Concessão de Apoio Financeiro a Indígenas;

Portaria Interministerial n.º 127, de 29 de maio de 2008, estabelece normas relativas às transferências de recursos da união mediante convênios e contratos de repasse;

Portaria n.º 1.682, 08 de Dezembro de 2011, estabelece as diretrizes e critérios para a concepção e execução de ações de proteção territorial e etnoambiental em terras indígenas;

Portaria nº 180/PRES/Funai, de 27 de fevereiro de 2009, regulamenta a concessão de certidão a indígenas como extrativista artesão;

Portaria nº 928/Pres, de 21 de setembro de 2007, estabelece as normas de utilização dos recursos de Tecnologia da Informação;

Instrução Normativa nº 01/PRES, de 25 de fevereiro de 2015, dispõe sobre os procedimentos que regulamentam a Política de Gestão Documental da Fundação Nacional do Índio – Funai;

Instrução Normativa nº 03/PRES, de 11 de junho de 2015, dispõe sobre visitação com fins turísticos em áreas indígenas;

Portaria nº 531/PRES, de 15 de junho de 2015, cria o Código de Ética dos servidores públicos em exercício na Fundação Nacional do Índio – Funai;

Portaria nº 532/PRES-Funai, de 15 de junho de 2015, dispõe sobre regras de impressão no âmbito da Funai;

Instrução Normativa nº 04/PRES, de 15 de junho de 2015, estabelece as normas de funcionamento e o rito processual no âmbito da Comissão de Ética da Fundação Nacional do Índio – Funai;

Portaria nº 636/PRES, de 07 de julho de 2015, aprova a Norma de Serviço que estabelece critérios e procedimentos para solicitação de confecção de material gráfico e dá outras providências;

Portaria nº 659/PRES, de 15 de julho de 2015, dispõe sobre a regulamentação quanto à concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família e licença para tratamento da própria saúde, de que tratam o art. 83 e os artigos 202 a 205, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro 1990;

Portaria nº 889/PRES, de 14 de setembro de 2015, Aprovar o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da Fundação Nacional do Índio – Funai, na forma do Anexo a esta Portaria;

Portaria nº 1.060/PRES, de 29 de outubro de 2015, aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC da Fundação Nacional do Índio para o quadriênio 2015 – 2018;

Portaria nº 559/PRES, de 29 de junho de 2016, institui a sistemática para a operacionalização da avaliação de desempenho institucional e individual da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – GDPGPE, da Gratificação de Desempenho de Atividade Indigenista – GDAIN e da Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos – GDACE no âmbito da Fundação Nacional do Índio;

Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas;

Nova Versão do Manual de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação - IN nº 04/2010, agora – “Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de TI” e IN nº 02/2012;

Instrução Normativa Nº 001/2012, regulamenta procedimentos para o processo de acompanhamento e licenciamento ambiental;

Instrução Normativa Nº 004/2012, retifica disposições da IN 001/2012;

Acordo de Cooperação Técnica, julho de 2009, entre Ministério Da Previdência Social e a Fundação Nacional do Índio (Funai) visando à realização da inscrição e comprovação da atividade da população indígena brasileira como segurado especial. A Funai é responsável pela inclusão e certificação dos dados relativos aos indígenas no cadastro nacional de informações sociais (CNIS);

Instrução Normativa Nº 45 INSS/PRES, de 06 de agosto de 2010, regulamenta que o indígena pode ser enquadrado como segurado especial;

Instrução Normativa nº 003/2012, de 20 de abril de 2012, que disciplina a emissão de atestados administrativos e declaração de reconhecimento de limites de terras indígenas;

Instrução Normativa nº 003/2012, de 20 de fevereiro de 2012, que disciplina o pagamento de indenização pelas benfeitorias derivadas de boa fé em terras indígenas;

Manual de promoção ao etnodesenvolvimento em terras indígenas. Diretoria de Assistência, Coordenação Geral de Desenvolvimento Comunitário, 2008 e

Manual de Redação Oficial da Funai, Portaria nº 658/PRES-Funai, de 03 de agosto de 2016.

Ambiente de atuação

A atual população indígena brasileira, segundo resultados preliminares do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, é de 817.963 indígenas, dos quais 502.783 vivem na zona rural e 315.180 habitam as zonas urbanas brasileiras. Este Censo revelou que em todos os Estados da Federação, inclusive o Distrito Federal, há populações indígenas. A Funai também registra 26 referências confirmadas de povos e grupos indígenas isolados. Esta população, em sua grande maioria, vem enfrentando uma acelerada e complexa transformação social, necessitando buscar novas respostas para a sua sobrevivência física e cultural e garantir às próximas gerações melhor qualidade de vida. As comunidades indígenas vêm enfrentando problemas concretos, tais como invasões e degradações territoriais e ambientais, exploração sexual, aliciamento e uso de drogas, exploração de trabalho, inclusive infantil, mendicância, êxodo desordenado causando grande concentração de indígenas nas cidades.

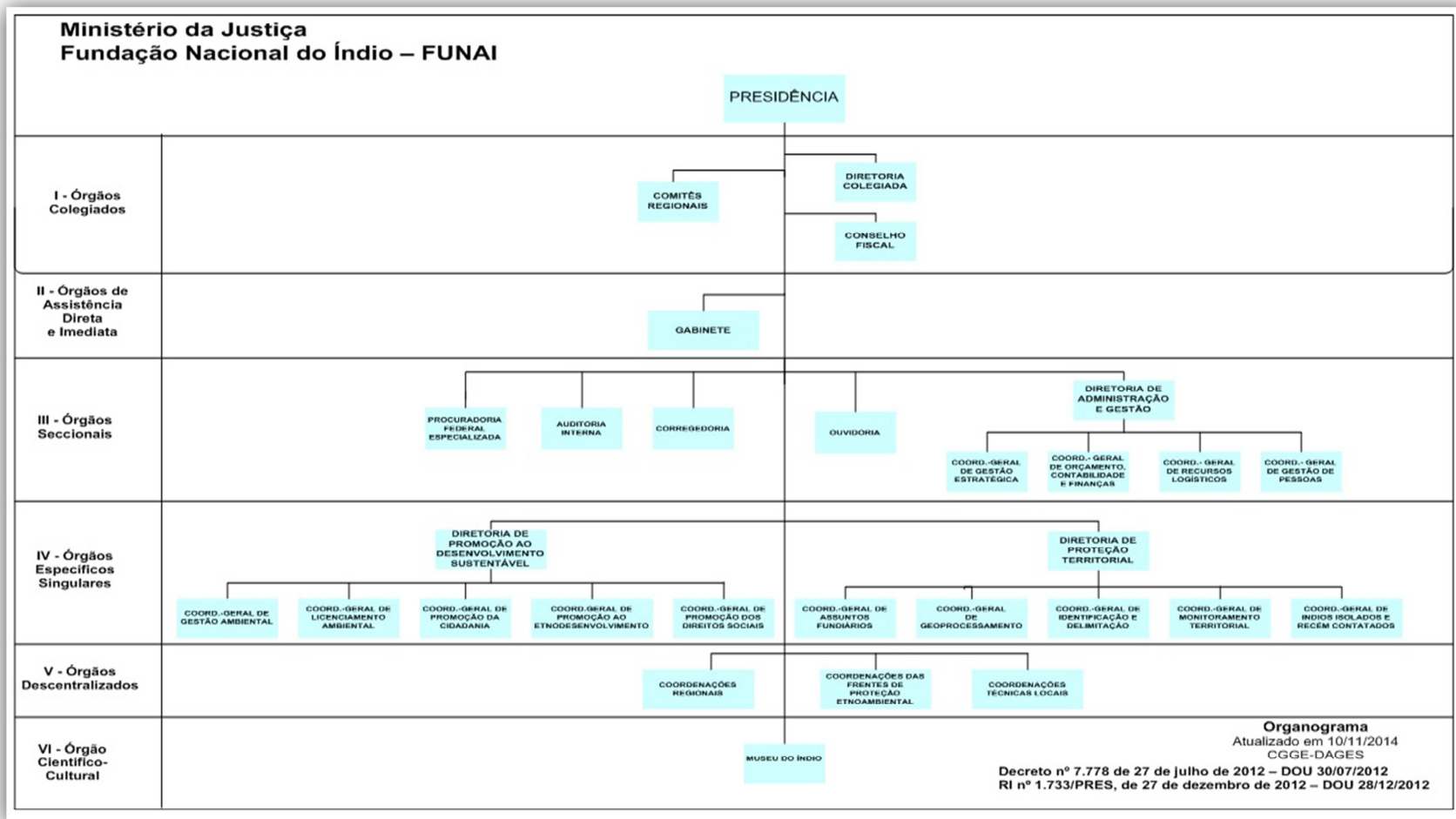
Os povos indígenas estão cada vez mais presentes em todos os aspectos da vida nacional: cultura, agenda de governo, mídia nos seus diversos segmentos, pesquisas e vida universitária, esportes, política parlamentar e partidária, entre outros. Múltiplos atores indígenas participam de eventos, projetos e fatos políticos, culturais e econômicos nos municípios onde vivem, nas diversas capitais de todas as unidades da Federação e em Brasília. No cenário internacional, a questão indígena também é pauta importante, principalmente quando se trata de direitos humanos, meio ambiente e diversidade cultural. Fóruns culturais, acadêmicos e políticos internacionais contam cada vez mais com a presença marcante de personalidades e

representantes dos povos indígenas do Brasil. Por tudo isso a questão indígena tem cada vez mais visibilidade e relevância na vida nacional.

Um dos maiores desafios da política indigenista brasileira é melhorar a integração e sinergia das ações do Governo Federal em parceria com Estados, Municípios e sociedade civil, com vistas à maior eficiência e eficácia das políticas. Passados mais de duas décadas da promulgação da Constituição, ainda persistem situações de conflito que vulnerabilizam os povos indígenas e suas terras, invadidas por madeireiros, garimpeiros, atividades agropecuárias ilegais dentre outras, decorrentes do processo de expansão econômica do país nos últimos anos, sobretudo na Amazônia Legal.

A Funai atua em ambiente marcadamente interinstitucional. A figurar como interlocutores e parceiros reais ou potenciais nesse ambiente, há uma ampla gama de Ministérios, governos estaduais, prefeituras, organizações da sociedade civil, arranjos de cooperação internacional e empresas. Trata-se, então, de operar uma multiplicidade de articulações interinstitucionais, que estão na base dos diferentes arranjos de governança das políticas públicas afetas à promoção dos direitos dos povos indígenas. A Fundação é chamada a participar da discussão e acompanhamento de políticas específicas para o público com o qual trabalha, como é o caso da educação escolar indígena, executada pelo Ministério da Educação e por secretarias estaduais e municipais, e da saúde indígena, responsabilidade do Ministério da Saúde. Interage, ainda, com iniciativas de destinação de políticas universalistas para populações indígenas, muitas vezes atuando no sentido de que tais políticas contemplem especificidades indígenas, como ocorre nos casos do apoio à agricultura familiar, da seguridade e da assistência social, segurança alimentar e nutricional, assistência técnica e extensão rural ou habitação, o que pressupõe relacionamento permanente com diversos Ministérios e autarquias. Para a ampla tarefa de planejar a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas (TIs), é preciso articular-se com o Ministério do Meio Ambiente, entre outros, bem como com diferentes arranjos interinstitucionais e de cooperação internacional que têm permitido o crescimento dessa área de atuação, a exemplo do Fundo Amazônia, Fundo Clima e Global Environment Fund. Nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos com potenciais impactos sobre Terras Indígenas, a Funai é órgão interveniente, cuidando da avaliação desses impactos junto aos órgãos licenciadores, em nível federal e estadual, e aos empreendedores. Tudo isso, ainda mais numa concepção participativa de gestão pública – a envolver constantes processos dialógicos com o público das variadas realidades indígenas do país –, gera expectativas por parte da população atendida que desafiam o atual quadro do órgão indigenista, demasiadamente enxuto no que se refere tanto a orçamento como a recursos humanos.

Organograma



Macroprocessos finalísticos

Macroprocessos Denominação do macroprocesso finalístico.	Descrição Descrição sucinta do macroprocesso e das principais atividades que o compõem.	Produtos e Serviços Produtos e/ou serviços gerados pelo macroprocesso finalístico.	Principais Clientes Os principais beneficiários dos produtos e/ou serviços gerados com o macroprocesso. Podem ser beneficiários internos ou externos à Funai.	Subunidades Responsáveis Nome das subunidades da unidade jurisdicionada diretamente responsáveis pelo desenvolvimento do macroprocesso
1) Gestão ambiental e territorial das terras indígenas	Corresponde a promoção e proteção territorial e ambiental das terras indígenas por meio de ações voltadas à: implementação da política nacional de gestão ambiental e territorial (PNGATI); produção e uso sustentável dos recursos naturais para segurança alimentar e nutricional e geração de renda; monitoramento, fiscalização, prevenção de ilícitos e recuperação de danos ambientais em terras indígenas; e geração de informações territoriais e socioculturais, a fim de garantir às comunidades indígenas o usufruto exclusivo e posse plena de suas terras.	- Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial implementada e em execução. - PGTAs apoiados, elaborados, revisados e implementados. - Normativas sobre turismo em terra indígena publicadas - Projetos de uso sustentável dos recursos naturais apoiados; - Selo para produtos indígenas elaborado e apropriado pelos povos indígenas; - Projetos de prevenção e recuperação de danos ambientais apoiados; (Recursos Naturais das terras indígenas protegidos de ilícitos e recuperados); - Termos de Compromisso assinados / ou Termos de Ajuste de Conduta assinados - Conhecimentos tradicionais indígenas protegidos e divulgados - Componente Indígena de licenciamento Ambiental acompanhado (Pareceres elaborados CI) - Relatórios de informações e monitoramento finalizados. - Gestores formados - Mercados Institucionais facilitados - Laudos e Pareceres para certificação elaborados	- Povos Indígenas; - Unidades descentralizadas da Funai; - Coordenações Gerais - Órgãos governamentais; - Órgãos não governamentais; - Procuradoria Federal Especializada; MMA; - ICMBio; BNDS; MDA; EMBRAPA; - EMATER.	DPT, DPDS (CGETNO, CGMT, CGGAM, CGLIC, CGIIRC)
2) Promoção e proteção dos direitos sociais, culturais e de cidadania, fortalecendo a autonomia dos povos indígenas	Compreende a coordenação e articulação das ações indigenistas nas políticas públicas do Estado Brasileiro por meio de processos de qualificação de políticas, garantia de participação e controle social indígena, capacitação de agentes públicos, sensibilização das instituições na sua atuação junto aos povos indígenas, apoio ao fortalecimento organizacional e político dos povos indígenas; enfrentamento à violência e discriminação; desenvolvimento de processos de educação comunitária; e fortalecimento das formas próprias de organização indígena, considerando as questões de gênero e geracionais e o tipo de relação que as sociedades indígenas estabelecem entre si e com a sociedade nacional.	- políticas públicas qualificadas/ e específicas aos povos indígenas - agentes públicos capacitados - entrega de documentação apoiada - participação e controle social indígena promovida - Organizações Indígenas fortalecidas; - Violência contra os povos indígenas diminuída - processos de educação comunitária implementada; - Projetos de fortalecimento das formas próprias de organização indígenas apoiados;	- Povos indígenas; Unidades Descentralizadas da Funai - Órgãos governamentais: (SESAI, MDS, MEC); - Órgãos não governamentais; Organizações Indigenistas; - Organizações Indígenas; - Povos Indígenas; - Procuradoria Federal Especializada;	DPT, DPDS (CGPDS, CGIIRC, CGPC, CGETNO, MUSEU DO ÍNDIO, OUVIDORIA, CGLIC)

• **Principais Insumos/Entradas:** Demandas internas e externas, Portaria do Comitê Gestor da PNGATI, Decreto nº 7747 de 2012, Planos de Trabalho, Plano Básico Ambiental, Renda Indígena, Diagnósticos, Denúncias, EIA-RIMA.

• **Principais Fornecedores:** Coordenações-Gerais, Unidades descentralizadas da Funai (CR, CTL e FPE), MMA, MJ, Procuradoria federal Especializada, Organizações Indígenas, Organizações Indigenistas, ICMBio, MRE, OEMAS, Empreendedores, IBAMA e Universidades.

• **Principais parceiros externos** que contribuíram para consecução dos resultados e serviços decorrentes do macroprocesso e consequentemente para a consecução dos objetivos da Funai: MMA, MDS, ICMBio, IBAMA, MDA, Organizações Indigenistas e Indígenas, Ministério do Turismo, DPF, Polícia Militar e Ambiental, SENASP, Ministério Público, Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, Forças Armadas, ABIN, SIPAM, INPE, BNDS, Vale, DNIT, Norte Energia, Eletrobrás, EMATER, EMBRAPA, IPHAN, MAPA, MPA, Pesquisadores, Universidade, INMETRO, Entidades Certificadoras, Comitês Bacias Hidrográficas, MRE, Eletronorte, Furnas, Valec, EPL, Petrobrás.

• **Principais Insumos/Entradas:** Cartas dos povos indígenas, Diagnósticos, Estudos Técnicos, Relatórios, Legislações Específicas.

• **Principais Fornecedores:** Coordenações-Gerais, Museu do Índio, Unidades descentralizadas da Funai (CR, CTL e FPE), Organizações Indígenas, Organizações Indigenistas, SESA, DSEI, PFE, INSS, SEPIR, SDH, MJ, MEC, SEDUC, MAPA, SDH, Universidades.

• **Principais parceiros externos:** Organizações Indigenistas e Indígenas, Pesquisadores, Universidade, SDH, SESA, MI, MDS, MCID, CEF, Banco do Brasil, SEPIR, MRE, MT, MDA. Secretarias Estaduais de Educação, MAPA, Entidades Certificadoras, MEC, SDH.

Macroprocessos <i>Denominação do macroprocesso finalístico..</i>	Descrição <i>Descrição sucinta do macroprocesso e das principais atividades que o compõem.</i>	Produtos e Serviços <i>Produtos e/ou serviços gerados pelo macroprocesso finalístico.</i>	Principais Clientes <i>Os principais beneficiários dos produtos e/ou serviços gerados com o macroprocesso. Podem ser beneficiários internos ou externos à Funai.</i>	Subunidades Responsáveis <i>Nome das subunidades da unidade jurisdicionada diretamente responsáveis pelo desenvolvimento do macroprocesso</i>
3) Proteção territorial e dos povos indígenas isolados	Objetiva a proteção territorial por meio dos processos de fiscalização e prevenção de ilícitos em terras indígenas, e geração de informações territoriais, a fim de garantir às comunidades indígenas usufruto exclusivo de suas terras. Consiste na definição e implementação da política de proteção de povos isolados, por meio de levantamentos sobre as áreas de uso e ocupação desses grupos, e da adoção das medidas administrativas e ações voltadas à proteção territorial, com o objetivo de assegurar o reconhecimento, pelo Estado Brasileiro, do direito à autodeterminação e a reprodução física e cultural desses povos, sem a obrigatoriedade de contatá-los.	- Parecer técnico elaborado, Relatórios de atividades de campo entregues e Terra indígena fiscalizada; - servidores e indígenas capacitados, Ações de vigilância e de prevenção de incêndios realizadas; - Informações sistematizadas, Mapas elaborados e Relatórios de informações de monitoramento finalizados; - Normativa Publicada; -Relatórios de localização elaborados; Relatórios de monitoramento da presença de índios isolados elaborados; - Relatórios dos Levantamentos da área de uso e ocupação de II elaborados; - Portaria de Restrição de Uso publicadas.	Povos indígenas; Coordenações Gerais e Unidades descentralizadas da Funai; Órgãos governamentais; Órgãos não governamentais;	DPT (CGIIRC, CGMT)

• **Principais Insumos/Entradas:** Planos de trabalho, Denúncias, Decisões judiciais, Recomendações Ministério Público; Demandas das comunidades indígenas, Coordenações Regionais e Frentes de Proteção Etnoambiental, Cartas dos povos indígenas, Imagens, Vídeos, Diagnósticos, Estudos Técnicos, Relatórios de Expedições, Portaria de Restrição de Uso.

• **Principais Fornecedores:** Coordenações-Gerais, Unidades descentralizadas da Funai (CR, CTL e FPE), Organizações Indígenas, Organizações Indigenistas, ICMBio, IBAMA. Coordenações Gerais/CRs, Frentes de Proteção Etnoambiental/FPEs, CGs e Comunidades Indígenas.

• **Principais parceiros externos:** Organizações Indigenistas e Indígenas, Pesquisadores, Universidade, SDH, SESAI, IBAMA, DPF, Força Nacional de Segurança, DPRF, Polícia Ambiental dos Estados.

Macroprocessos <i>Denominação do macroprocesso finalístico..</i>	Descrição <i>Descrição sucinta do macroprocesso e das principais atividades que o compõem.</i>	Produtos e Serviços <i>Produtos e/ou serviços gerados pelo macroprocesso finalístico.</i>	Principais Clientes <i>Os principais beneficiários dos produtos e/ou serviços gerados com o macroprocesso. Podem ser beneficiários internos ou externos à Funai.</i>	Subunidades Responsáveis <i>Nome das subunidades da unidade jurisdicionada diretamente responsáveis pelo desenvolvimento do macroprocesso</i>
3) Proteção territorial e dos povos indígenas isolados	Objetiva a proteção territorial por meio dos processos de fiscalização e prevenção de ilícitos em terras indígenas, e geração de informações territoriais, a fim de garantir às comunidades indígenas usufruto exclusivo de suas terras. Consiste na definição e implementação da política de proteção de povos isolados, por meio de levantamentos sobre as áreas de uso e ocupação desses grupos, e da adoção das medidas administrativas e ações voltadas à proteção territorial, com o objetivo de assegurar o reconhecimento, pelo Estado Brasileiro, do direito à autodeterminação e a reprodução física e cultural desses povos, sem a obrigatoriedade de contatá-los.	- Parecer técnico elaborado, Relatórios de atividades de campo entregues e Terra indígena fiscalizada; - servidores e indígenas capacitados, Ações de vigilância e de prevenção de incêndios realizadas; - Informações sistematizadas, Mapas elaborados e Relatórios de informações de monitoramento finalizados; - Normativa Publicada; -Relatórios de localização elaborados; Relatórios de monitoramento da presença de índios isolados elaborados; - Relatórios dos Levantamentos da área de uso e ocupação de II elaborados; - Portaria de Restrição de Uso publicadas.	Povos indígenas; Coordenações Gerais e Unidades descentralizadas da Funai; Órgãos governamentais; Órgãos não governamentais;	DPT (CGIIRC, CGMT)

Macroprocessos <i>Denominação do macroprocesso finalístico.</i>	Descrição <i>Descrição sucinta do macroprocesso e das principais atividades que o compõem.</i>	Produtos e Serviços <i>Produtos e/ou serviços gerados pelo macroprocesso finalístico.</i>	Principais Clientes <i>Os principais beneficiários dos produtos e/ou serviços gerados com o macroprocesso. Podem ser beneficiários internos ou externos à Funai.</i>	Subunidades Responsáveis <i>Nome das subunidades da unidade jurisdicionada diretamente responsáveis pelo desenvolvimento do macroprocesso</i>
4) Demarcação e regularização fundiária de terras indígenas	Consiste na demarcação administrativa de terras indígenas, por meio de levantamento e estudos de natureza multidisciplinar acerca da ocupação indígena e não indígena sobre uma parcela do território brasileiro, modelar, desenvolver, implantar e gerir as estruturas das bases de dados geoespaciais, visando apoiar as diversas áreas da Instituição nos processos de planejamento e tomada de decisão, bem como de ações de regularização fundiárias e definição de limites, nos termos da legislação vigente, com objetivo de reconhecer e efetivar os direitos territoriais dos povos indígenas, assegurando a posse plena e usufruto exclusivo, e contribuindo com ordenamento territorial brasileiro.	- Resumo do RCID Publicado; - Portaria Declaratória expedida; - Demarcação física concluída; - Decreto de Homologação editado; - Levantamento Fundiário realizado; - Base de dados geoespaciais implantada; - Mapas e imagens georeferenciadas; - Resolução da análise de boa-fé publicada; - Regularização fundiária de terra indígena concluída; - Registro SPU e CRI realizado; - Terra Indígena desintrusada em plena posse dos indígenas - Reserva Indígena Constituída.	Povos Indígenas; Órgãos não governamentais; Unidades da Funai; MJ; Entes Federados; AGU; PFE; MPF; Presidência da República Ministério do Meio Ambiente/MDA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/IBAMA., Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal/SERFAL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes/DNIT, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/INPE, Agência Nacional de Águas/ANA, Diretoria de Serviço Geográfico do Exército/DSG, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBIO, Centro de Imagens e Informações Geográficas do Exército/CIGEX, Departamento de Polícia Federal/DPF, Departamento de Polícia Rodoviária Federal/DPRF, Força Nacional de Segurança Pública/FNSP, Departamento Nacional de Produção	DPT (CGID, CGGEO, CGAF, CGMT, CGIIRC)

• **Principais Insumos/Entradas:** Reivindicação; Qualificação da reivindicação; levantamento fundiário; estudos de identificação; Base cartográfica (dados e informações geográficas); Portaria do GT de identificação; Portaria Declaratória e demanda de aviventação, imagem de satélite, fotografias aéreas; Relatório de Identificação, peças técnicas da demarcação georreferenciados, Relatório Técnico Boa-fé, Resolução da Comissão Permanente de Boa-fé, Laudo de Benfeitorias, Notificações, Termo de pagamento, Requerimento de atestado administrativo, Declaração de confrontação de limites com terras indígenas, informações que possam estar presentes nos documentos enviados por eles.

• **Principais Fornecedores:** CGID, CGGEO, MJ, PR, INCRA, Cartórios, SPU, Instituto de Terras dos Estados, GTs COLF/CGAF, CPAB, CORT/CGAF, Povos Indígenas, CGAF, CGGAM, CGIIRC, Unidade Descentralizadas/Funai, Serfal, MDA, Poder Judiciário, Proprietário de imóvel rural, MJ, Presidência da República, Entes Federados. Coordenação Geral de Assuntos Fundiários/CGAF, Coordenação Geral de Monitoramento Territorial/CGMT e Unidades Locais (Coordenações Regionais e Frentes de Proteção Territorial), Ministério do Meio Ambiente/MDA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/IBAMA., Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal/SERFAL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes/DNIT, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/INPE, Agência Nacional de Águas/ANA, Diretoria de Serviço Geográfico do Exército/DSG, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBIO, Centro de Imagens e Informações Geográficas do Exército/CIGEX, Departamento de Polícia Federal/DPF, Departamento de Polícia Rodoviária Federal/DPRF, Força Nacional de Segurança Pública/FNSP, Departamento Nacional de Produção Mineral/DNPM e Entes Federados (Secretaria de Meio Ambiente).

• **Principais parceiros externos:** MPF, Ministério do Meio Ambiente/MMA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/IBAMA., Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal/SERFAL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes/DNIT, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/INPE, Agência Nacional de Águas/ANA, Diretoria de Serviço Geográfico do Exército/DSG, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBIO, Centro de Imagens e Informações Geográficas do Exército/CIGEX, Departamento de Polícia Federal/DPF, Departamento de Polícia Rodoviária Federal/DPRF, Força Nacional de Segurança Pública/FNSP, Departamento Nacional de Produção Mineral/DNPM e Entes Federados (Secretaria de Meio Ambiente), Instituto Estadual de Terras.

Macroprocessos Denominação do macroprocesso finalístico.	Descrição Descrição sucinta do macroprocesso e das principais atividades que o compõem.	Produtos e Serviços Produtos e/ou serviços gerados pelo macroprocesso finalístico.	Principais Clientes Os principais beneficiários dos produtos e/ou serviços gerados com o macroprocesso. Podem ser beneficiários internos ou externos à Funai.	Subunidades Responsáveis Nome das subunidades da unidade jurisdicionada diretamente responsáveis pelo desenvolvimento do macroprocesso
5) Preservação dos bens culturais e documentação de línguas, culturas e acervos indígenas	Compreende a garantia, o funcionamento e realização de forma cada vez mais ampla da missão precípua do Museu do Índio, ou seja, preservar, pesquisar e divulgar os conteúdos culturais de seus acervos (objetos, imagens e documentos) tendo em vista a luta contra o preconceito e o incentivo à tolerância à diversidade cultural. Promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade	- Bens culturais indígenas preservados - Obras didáticas e paradidáticas, Catálogos, Dicionários e Livros - Registro de itens culturais de natureza material e imaterial	Sociedade brasileira Povos indígenas Unidades descentralizadas do Museu do Índio (Ikuiapá e Guaiás), Coordenações gerais, Coordenações Regionais, Coordenações Técnicas Locais, Frentes de Proteção Etnoambiental	Museu do Índio e suas unidades descentralizadas

• **Principais Insumos/Entradas:** Informações técnicas sobre a situação do acervo, diagnósticos, relatórios de avaliação, cartas de doação de acervo, documentos de aquisição de acervos, conservação de documentos etnográficos, higienização, restauração preventiva ou corretiva, descrição, digitalização, base de dados e sítio na Internet, apoio técnico a centros culturais e de documentação, promoção e divulgação do patrimônio científico e cultural dos povos indígenas, trabalhos de pesquisa, documentação, análise de projetos culturais, oficinas de produção de material e edição, preparo editorial, acompanhamento de impressão, distribuição das publicações.

• **Principais Fornecedores:** Reservas técnicas, povos indígenas, doadores.

• **Principais Clientes Externos:** Povos indígenas, centros culturais e de documentação indígenas e suas organizações, Ministério Público, Ministério de Relações Exteriores/ABC, UNESCO, universidades e núcleos científicos e culturais, Fundação Oswaldo Cruz, Museu Nacional/UFRJ, Museu Paraense Emílio Goeldi, entre outros.

A revisão dos macroprocessos se dará sempre que houver necessidade. Assim, pretende-se que os macroprocessos reflitam a realidade dos processos de trabalho, tendo como foco a melhoria e racionalização, bem como as entregas de produtos. Assim, a importância de utilizar os macroprocessos como instrumento de planejamento se dá principalmente pela organização das entregas internas e externas.

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

Planejamento Organizacional

A Lei Orçamentária Anual nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016 atribuiu à Funai dotação orçamentária inicial total no valor de R\$ 502,2 milhões para o exercício de 2016. Subtraídos os valores específicos para as despesas obrigatórias com pessoal e benefícios, pagamento de sentenças judiciais e emendas parlamentares restou a dotação orçamentária de R\$ 113,4 milhões para as despesas discricionárias da Funai, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 - LOA INICIAL 2016 (valores em R\$)

Despesas discricionárias	113.373.475
Emendas Parlamentares	3.580.218
Subtotal Discricionárias + Emendas	116.953.693
Pessoal	359.161.178
Benefícios	19.164.408
Sentenças judiciais / precatórios	6.914.016
Lei Orçamentária Total	502.193.295

Conforme definição da Secretaria de Orçamento e Finanças, despesas discricionárias “são aquelas que permitem ao gestor público flexibilidade quanto ao estabelecimento de seu montante, assim como quanto à oportunidade de sua execução, e são efetivamente as que concorrem para produção de bens e serviços públicos”.

Nas despesas discricionárias da Funai estão incluídas as seguintes ações orçamentárias: 2384 - Direitos Sociais e Culturais e à Cidadania, 20UF - Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos indígenas Isolados, 215O – Gestão Ambiental e Etnodesenvolvimento, 215Q – Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas de Recente Contato, 8635 – Preservação Cultural dos Povos Indígenas, 2000 – Administração da Unidade, 155L – Aprimoramento da Infraestrutura da Funai, 216H – Ajuda de Custo para Moradia, 13D6 – Construção da Sede da Fundação Nacional do Índio.

Durante o exercício de 2016, houve alterações na dotação orçamentária autorizada na LOA, por meio de crédito suplementar e remanejamento de crédito. A dotação atualizada para a Funai no encerramento do exercício alcançou o montante de R\$ 536,2 milhões sendo R\$ 126,8 milhões referente às despesas discricionárias.

O crédito orçamentário proveniente do orçamento da Funai que foi empenhado no exercício de 2016 alcançou o valor de R\$ 526,1 milhões sendo R\$ 125,1 milhões referente às despesas discricionárias. A tabela 2 exibe a comparação entre a dotação orçamentária e as despesas empenhadas em 2016 do orçamento da Funai.

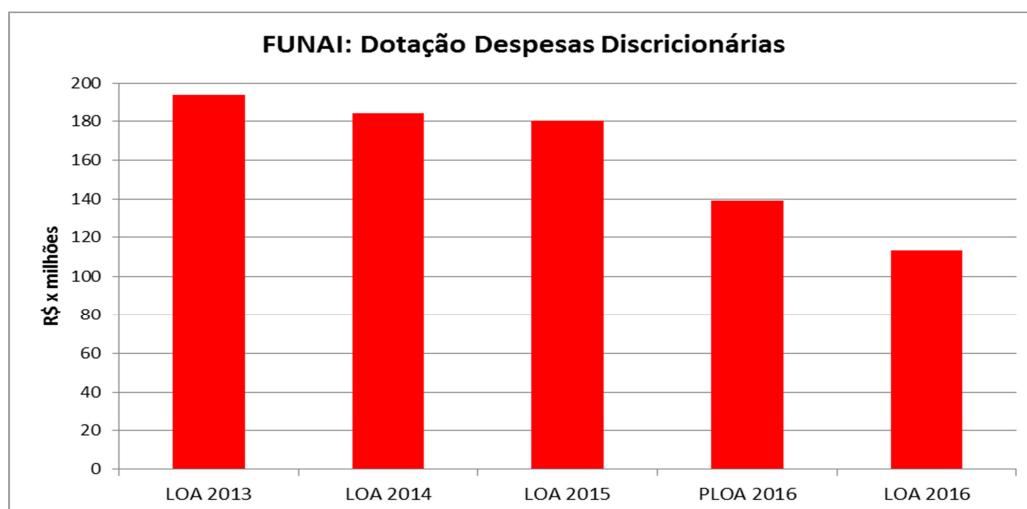
Tabela 1 - Funai: Comparação entre a Dotação Autorizada e Despesas Empenhadas

Valores em R\$	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas
Despesas discricionárias	113.373.475	126.800.000	125.090.655
Emendas Parlamentares	3.580.218	4.021.680	3.016.093
Subtotal Discricionárias + Emendas	116.953.693	130.821.680	128.106.748
Pessoal	359.161.178	376.670.456	376.670.456
Benefícios	19.164.408	21.440.956	21.171.368
Sentenças judiciais / precatórios	6.914.016	7.261.587	141.345
Lei Orçamentária Total	502.193.295	536.194.679	526.089.917

A dotação orçamentária atribuída para as despesas discricionárias da Funai no exercício de 2015 foi igual a R\$ 180,3 milhões e o Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2016 previa uma redução desta dotação para R\$ 139,6 milhões. Porém, quando aprovada, a dotação orçamentária atribuída à Funai na LOA foi somente de R\$ 113,4 milhões e representou um corte de R\$ 66,9 milhões nas despesas discricionárias da Funai, correspondente a uma redução de 37% no intervalo de um ano.

Desde 2013 a Funai vinha sofrendo sucessivos cortes em sua dotação orçamentária, porém a magnitude da redução imposta em 2016 teve por consequência uma profunda restrição das atividades necessárias à fiscalização, regularização e gestão ambiental das terras indígenas, à proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato, à efetivação dos direitos sociais e de cidadania dos povos indígenas e a sua preservação cultural. Além disso, a dotação orçamentária autorizada para as despesas administrativas da Funai tornou-se insuficiente para o pagamento das despesas fixas e contratos já firmados.

Gráfico 1 Evolução Da Dotação Autorizada para a Funai NOS Últimos 4 Anos



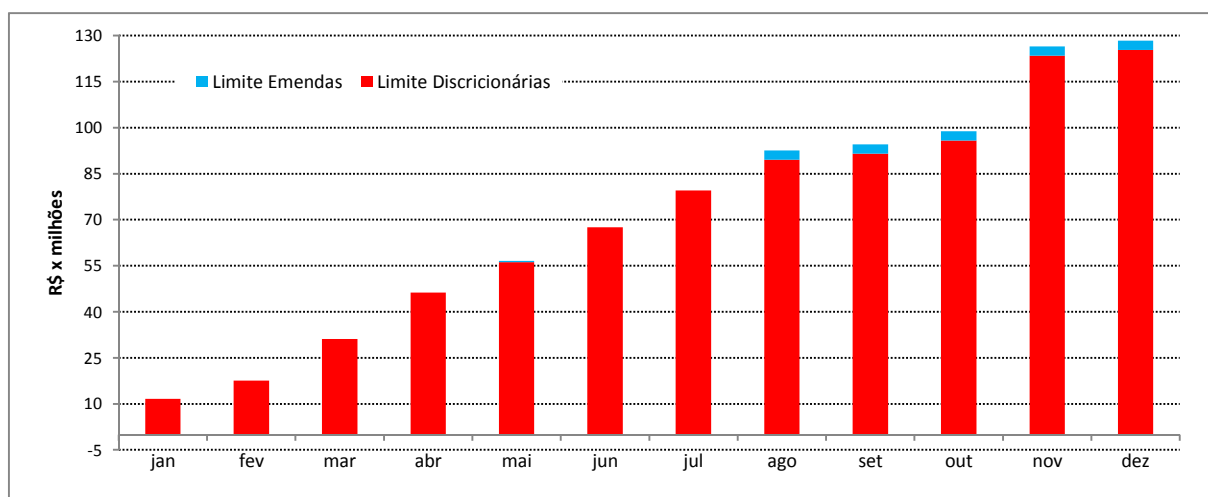
Buscando a adequação dos gastos da Fundação Nacional do Índio frente à redução orçamentária sofrida, a Presidência da Funai publicou o Memorando Circular nº 05/2016/PRES/Funai-MJ no mês de março, determinando a redução dos valores dos contratos de todas as unidades gestoras. Ao mesmo tempo, a Funai solicitou a abertura de crédito suplementar na ação 2112.2000 – Administração da Unidade, visando garantir o pagamento dos contratos já assinados.

No decorrer do exercício, a Funai recebeu crédito suplementar no valor de R\$ 23,4 milhões para a realização de concurso público para provimento de vagas, recomposição da dotação para pagamento de despesas administrativas e para atividades de fiscalização e monitoramento de terras indígenas. Por outro lado, o Decreto nº 8.859 de 26 de setembro de 2016 anulou a dotação orçamentária que excedia o limite autorizado para empenho. O valor anulado na dotação da Funai alcançou R\$ 9,5 milhões. No encerramento do exercício de 2016, a dotação orçamentária autorizada para as despesas discricionárias da Funai alcançou R\$ 126,8 milhões.

O Decreto Nº 8.676 de 19 de fevereiro de 2016, estabeleceu os limites para movimentação e empenho de dotação orçamentária para 2016. Com base neste Decreto, o Ministério da Justiça estabeleceu um limite autorizado para empenho de R\$ 125,3 milhões para a Funai, representando 98,8% da dotação autorizada. No entanto é preciso destacar que 24% do montante do limite orçamentário, equivalente a R\$ 29,6 milhões, foi concedido à Funai apenas a partir de novembro, o que dificultou a execução das atividades previstas para todo o exercício. A liberação do limite nesta data foi consequência do recebimento apenas em 31 de outubro da expansão da dotação autorizada, por meio de crédito suplementar, no valor de R\$ 19,4 milhões; e das discussões com os órgãos superiores de orçamento referente ao bloqueio e anulação de dotação orçamentária determinados pelo Decreto nº 8.859, publicado em setembro de 2016, que estenderam-se até novembro. Também foi estabelecido para a Funai o limite adicional de R\$ 3,05 milhões para emendas parlamentares, do qual foi empenhado o valor de R\$ 3,02 milhões. O limite total foi igual a R\$ 128,4 milhões que corresponde à soma dos limites das despesas discricionárias e das emendas parlamentares.

O Gráfico 2 mostra a evolução mensal do limite orçamentário autorizado para Funai. Nota-se que o limite concedido aumentou regularmente até outubro. Em novembro e dezembro houve a liberação adicional de R\$ 29,6 milhões de limite orçamentário para a Funai.

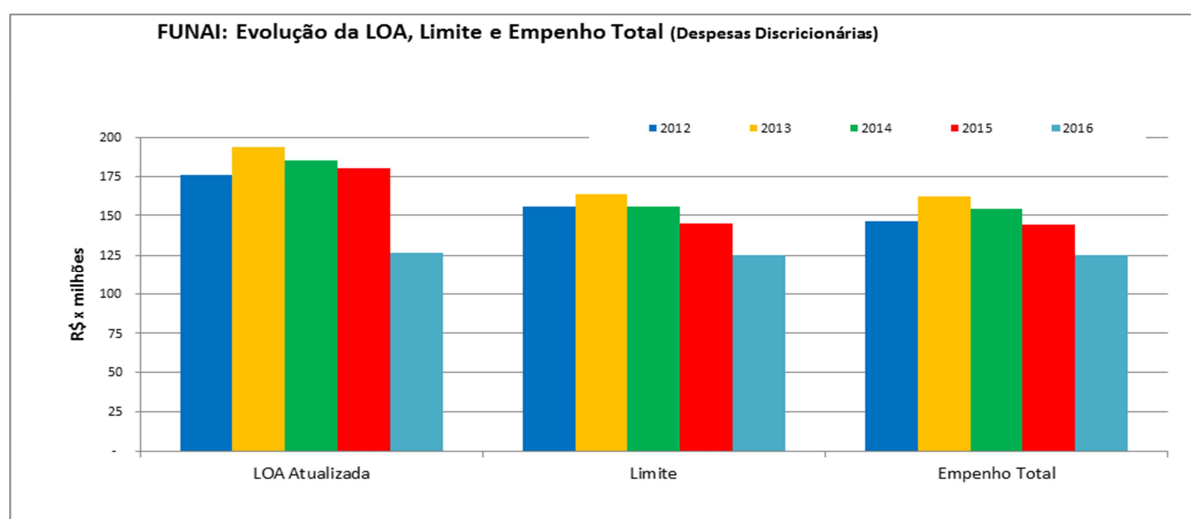
Gráfico 2 Evolução do Limite Orçamentário Autorizado em 2015 à Funai



No exercício de 2015, a dotação orçamentária aprovada para a Funai foi igual a R\$ 180,4 milhões, enquanto o limite de empenho autorizado correspondeu a 80% da dotação e foi igual a R\$ 144,9 milhões. De 2015 para 2016 houve redução de 30% na dotação orçamentária autorizada e de 13,5% no limite orçamentário.

Em 2016 o total de créditos empenhados em despesas discricionárias por todas as unidades da Funai somou R\$ 125,1 milhões (99,8% do limite autorizado), que representou uma redução de 13,4% em relação ao valor empenhado no exercício de 2015 de R\$ 144,4 milhões. Os empenhos liquidados correspondem a R\$ 94,3 milhões (75% dos recursos empenhados) e os empenhos a liquidar que foram inscritos em restos a pagar para 2017 alcançaram R\$ 30,8 milhões. O Gráfico 3 compara a execução orçamentária da Funai nos últimos cinco anos. Nota-se a expressiva redução dos valores de 2016 em relação aos anos anteriores, consequente do corte estabelecido para a dotação orçamentária da Funai.

Gráfico 3 Comparação da LOA, Limite e Empenho Total – Últimos 5 Anos



Em adição às despesas discricionárias, a Funai empenhou ainda créditos orçamentários oriundos de Emendas Parlamentares no valor de R\$ 3,02 milhões. A soma do valor empenhado para as despesas discricionárias mais as Emendas Parlamentares alcançou R\$ 128,1 milhões em 2016.

O Quadro III mostra a comparação entre a dotação orçamentária autorizada, as despesas empenhadas e as despesas inscritas em restos a pagar não processados, detalhada para as principais ações orçamentárias da Funai.

Tabela 2 Comparação entre a dotação Autorizada e Despesas Empenhadas (em R\$)

Principais Ações Orçamentárias		Dotação Inicial			Dotação Atualizada			Despesas Empenhadas			Despesas Inscritas em RPNP		
		Despesas Discrecionárias	Emendas Parlamentares	Total	Despesas Discrecionárias	Emendas Parlamentares	Total	Despesas Discrecionárias	Emendas Parlamentares	Total	Despesas Discrecionárias	Emendas Parlamentares	Total
2384	Direitos sociais e culturais e à cidadania	12.656.746	3.000.218	15.656.964	10.803.037	3.000.218	13.803.255	10.792.576	2.555.033	13.347.610	1.724.131	2.235.653	3.959.784
20UF	Demarcacao e fiscalizacao de terras indigenas e protecao dos povos indigenas isolados	17.494.992	580.000	18.074.992	15.521.333	1.021.462	16.542.795	15.491.294	461.060	15.952.354	4.055.942	146.391	4.202.333
2150	Gestao ambiental e etno desenvolvimento	11.446.702	-	11.446.702	7.932.544	-	7.932.544	7.890.679	-	7.890.679	1.709.365	-	1.709.365
2150	Promocao dos direitos dos povos indigenas de recente contato	518.103	-	518.103	492.302	-	492.302	485.633	-	485.633	2.727	-	2.727
8635	Preservacao cultural dos povos indigenas	4.151.873	-	4.151.873	4.140.177	-	4.140.177	4.054.848	-	4.054.848	1.920.035	-	1.920.035
2000	Administracao da unidade	65.046.909	-	65.046.909	86.240.787	-	86.240.787	85.852.362	-	85.852.362	21.169.767	-	21.169.767
155L	Aprimoramento da infraestrutura da Funai	981.019	-	981.019	784.819	-	784.819	434.161	-	434.161	248.665	-	248.665
216H	Ajuda de custo para moradia ou auxilio-moradia a agentes publicos	115.363	-	115.363	115.363	-	115.363	89.102	-	89.102	-	-	-
13D6	Construcao da sede da Funai	962.038	-	962.038	769.638	-	769.638	-	-	-	-	-	-
Total geral		113.373.745	3.580.218	116.953.963	126.800.000	4.021.680	130.821.680	125.090.655	3.016.093	128.106.748	30.830.632	2.382.044	33.212.676

Descrição sintética dos objetivos do exercício

As ações do programa temático 2065, Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, são de gestão de três Órgãos distintos: Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Justiça e Segurança Pública, ao qual vincula-se a Funai. Elencamos os seguintes objetivos do PPA 2016-2019 e suas principais realizações:

1012 - Promover e proteger os direitos sociais e culturais e o direito à cidadania dos povos indígenas, asseguradas suas especificidades nas políticas públicas.

A promoção e proteção de direitos sociais, culturais e de cidadania aos povos indígenas fundamenta-se no reconhecimento da diversidade e no respeito e fortalecimento das formas próprias de organização de cada povo, para garantir que as decisões e estratégias diferenciadas desses povos sejam consideradas no interior das políticas públicas e na sua relação com os diferentes setores nacionais que direta e indiretamente lidam com essa temática.

Nesse sentido, a fim de garantir que os povos indígenas sejam ouvidos nas questões que os afetem, a Funai desenvolve iniciativas de apoio ao debate e entendimento da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, em especial no que se refere ao direito à consulta livre, prévia e informada. Em 2016, por exemplo, foram apoiadas oficinas de debate da convenção na aldeia Rio Verde – TI Pareci e reuniões com a finalidade de construção do protocolo de consulta dos povos do Xingu.

Ainda em 2016, com o objetivo de fortalecer a participação e formação dos povos indígenas na construção de políticas públicas referentes à Educação Escolar indígena, a Funai apoiou, em parceria com o MEC, as comunidades indígenas na realização das Conferências nas Comunidades Educativas preparatórias para a II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena – II CONEEI, que ocorrerá em 2017.

Ainda no tocante à educação escolar, a Funai apoia a participação das comunidades indígenas na elaboração e implementação de projetos político-pedagógicos e currículos escolares, uma vez que são instrumentos que possibilitam a integração da escola à vida comunitária e devem expressar a identidade e os projetos societários, priorizando as concepções e categorias de conhecimentos de cada povo indígena e as relações intersocietárias que mantém, não se resumindo à mera oferta de informações e conteúdos. Assim, em 2016, apoiou-se a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) junto aos povos das TIs Turé-Mariquita, Tembé, Jaminawa Arara do Rio Bagé e Arara do Rio Amônia, povo Ticuna, escolas Huni Kuin e Aldeia Nova Jacundá.

A Funai também busca fomentar a produção de material didático e paradidático que garantam as especificidades dos povos indígenas e que sejam produzidos em língua indígena. Neste ano foram apoiadas a elaboração de proposta gráfica de material didático no âmbito do Projeto de Revitalização da Língua Kokama e a 1ª Oficina de Produção de Material Didático, realizada na escola da Aldeia Kateté.

A Funai também contribui para o aprimoramento de políticas públicas, programas e ações de enfrentamento à violência, considerando as especificidades de gênero e geração, étnico-cultural e territorial dos povos indígenas. A Fundação viabilizou a participação de Conselheiros Tutelares Indígenas em reunião institucional na Cidade de Campo Grande para construção do módulo de formação intercultural para conselheiros Tutelares de Mato Grosso do Sul, visando a qualificação da atuação dos conselheiros em contextos indígenas. A ação está prevista no Plano de Ação Interinstitucional para a efetivação do Direito a Convivência Familiar e Comunitária de crianças indígenas no Cone Sul do Mato Grosso do Sul. Apoiou o 1º Encontro Estadual de Adoção, promovido pelo Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, o Projeto "Internet Segura - Prevenção de Abuso de Menores e Violência Contra a Mulher", a Jornada do Saber: prevenção às drogas e a Oficina sobre a IN 01/2016/PRES, que trata do Direito à Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Jovens Indígenas junto ao seu povo, em Imperatriz-MA. Além disso, atuou na resolução de conflitos entre comunidades indígenas, na elaboração de diagnósticos sócio-familiares e na apuração de denúncias sobre violação de direitos cujas pautas são de responsabilidade dessa coordenação.

Meta: 0418 - Criar e implementar 7 programas específicos de promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas considerados de recente contato.

No ano de 2016 ocorreu:

- O atendimento permanente aos povos indígenas de recente contato Akuntsu (TI Rio Omerê/RO); Awá-Guajá (TI Alto Turiaçu, Awá e Caru/MA); Kanoê (TI Rio Omerê/RO); Korubo (TI Vale do Javari/AM); Povo de Recente Contato do Xinane (TI Kampa e Isolados do Rio Envira/AC); Suruwahá (TI Zuruwahá/AM); Waimiri-Atroari (TI Waimiri-Atroari/AM) e Zo'é (TI Zo'é/PA).

- O atendimento pontual aos povos indígenas de recente contato: Arara (TI Cachoeira Seca/PA); Araweté (TI Araweté do Igarapé Ipixuna/PA); Parakanã (TI Apyterewa/PA) e Yanomami (TI Yanomami/AM-RR).

- A elaboração de diagnóstico para construção de Programa para Povos Indígenas de Recente Contato Korubo (TI Vale do Javari/AM) e Zo'é (TI Zo'é/PA).

- A Proteção de povos indígenas de recente contato mediante a manutenção de 7 Bases de Proteção Etnoambiental com presença permanente de equipes, realizando ações de promoção e proteção dos direitos de povos de recente contato, em 6 Terras Indígenas.

- Busca-se implementar ações de acompanhamento ao atendimento de saúde em todos os povos indígenas de recente contato. Gestões sobre educação escolar para os povos Yanomami e Awá. Ações de esclarecimento sobre empreendimentos e implementação de projetos em TI com presença de povos indígenas de recente contato: Awá (PBA da Duplicação da Estrada de Ferro Carajás e reuniões para negociação da renovação do Acordo com Vale S.A.); Yanomami (projeto de ecoturismo no PARNA Pico da Neblina).

1013 - Promover a gestão territorial e ambiental das terras indígenas

Os principais desafios voltados à gestão territorial e ambiental das terras indígenas se concentraram na consolidação e implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas – PNGATI, instituída pelo Decreto nº 7.747 de junho de 2012, destacando-se a aprovação do “Plano Integrado de Implantação da PNGATI”.

Foram apoiadas ações integradas em, pelo menos, 55 Terras Indígenas e também atividades de conclusão do Curso Básico de Formação em PNGATI – Bioma Cerrado, alcançando 13 povos indígenas, em 20 Terras indígenas onde vivem os 44 indígenas cursistas participantes. Destaca-se ainda, o apoio à realização de intercâmbios de gestão territorial e ambiental entre indígenas, resultando na implementação de pelo menos 26 Planos de Gestão Territorial e Ambiental – PGTAs.

Com relação à qualificação das políticas territoriais e ambientais destacam-se avanços quanto ao processo de articulação técnica com outros órgãos e instituições do poder público federal, com a finalidade de promover uma discussão qualificada sobre a importância de assegurar os direitos e necessidades específicos dos povos indígenas, no escopo de políticas e ações ambientais que os afetam e também chamando a atenção para a corresponsabilidade de diferentes instituições governamentais para a implementação da PNGATI. Ademais, a Funai passou a compor o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEn, instituído pela Lei nº 13.123/15 e pelo Decreto nº 8.772/16.

Em relação às mudanças climáticas, a Funai vem contribuindo desde 2015 com o processo de formação continuada de indígenas no tema em parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM, por meio do apoio à realização das atividades do Comitê Indígena de Mudanças Climáticas – CIMC. Destaca-se ainda a participação da instituição na esfera internacional por meio da promoção no espaço do Governo Brasileiro de uma mesa de

trabalho sobre “PNGATI e Mudanças Climáticas”, durante a Conferência das Partes sobre Mudança do Clima – COP 22 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – UNFCCC no Marrocos.

Ainda conforme princípios e diretrizes da PNGATI, foram apoiados diversos projetos de agricultura tradicional, projetos de extrativismo, pecuária, principalmente a imunização de bovinos contra a febre aftosa, destacando-se o apoio a campanhas de vacinação e apoio à capacitação de indígenas e de servidores em etnodesenvolvimento. Contudo, a realidade orçamentária da Funai para trabalhar com as cadeias produtivas foi muito aquém do necessário: o Projeto de Lei Orçamentária 2016 requisitava 11,0 milhões e somente 7,0 milhões foram aprovados na LOA (houve corte de 36%). Em função disto, na continuidade das ações conjuntas com o MDA (atual SEAD) e com o MDS (atual MDSA), a Funai trabalhou na avaliação das propostas técnicas e na capacitação das equipes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) das entidades selecionadas para as seguintes Chamadas Públicas: a) Xavante, para 1500 famílias; b) Mato Grosso do Sul, Lote 02, para 1545 famílias; c) Roraima, para 1800 famílias; d) Semiárido, para 700 famílias na Bahia, 120 famílias no Ceará e 580 famílias em Alagoas e Sergipe. A capacitação para as equipes de ATER foram feitas entre dezembro de 2015 e maio de 2016, com duração de uma semana, e teve como foco o trabalho indigenista junto às etnias contempladas, a instrumentação em políticas públicas voltadas à Agricultura Familiar, os mecanismos de prestação de contas das atividades via SIATER, e o enfoque agroecológico e participativo da ATER Indígena. Embora não se tenha computada, durante este exercício, nenhuma situação de arrendamento revertida, várias foram as ações promovidas durante esse período nesse sentido. Na região oeste do Mato Grosso, onde se localizam Terras Indígenas Paresis (Paresi, Utiarito e Rio Formoso), Nambikwara (Tirecatina) e Manoki (Irantxe) foram realizadas diversas reuniões com os povos indígenas daquelas TIs e outros atores institucionais a fim de se discutir o licenciamento ambiental de lavoura mecanizada visando a se reverter a situação de arrendamento. Também foram promovidas reuniões no âmbito de Câmara de Conciliação e Arbitragem Federal (CCAF) para licenciamento da produção relativa à carcinicultura na TI Potiguara, na Paraíba; nessas reuniões, com a participação de IBAMA, Funai e ICMBio, ficou acordado, que a maior parte dos viveiros na TI Potiguara tem condições de serem licenciados, e que os viveiros localizados na Área de Relevante Interesse Ecológico – Arie Manguezais da Foz do Rio Mamanguape, bem como, aqueles que estão em área de Área de Preservação Permanente (APP), segundo o Novo Código Florestal, deverão ser realocados mediante as exigências das condicionantes da própria licença ambiental. Além disso, tem sido dado seguimento a 03 (três) Ações Judiciais que determinam o fim do arrendamento nas TIs

Serrinha, Chapecó e Ivaí (no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, respectivamente), até no máximo a safra de 2018.

1014 - Garantir aos povos indígenas a posse plena sobre suas terras, por meio de ações de proteção dos povos indígenas isolados, demarcação, regularização fundiária e proteção territorial.

Dentre as ações desenvolvidas pela Funai referentes à política de proteção territorial destacam-se os eixos abaixo informados, com vistas a garantir a posse plena dos povos indígenas sobre suas terras, na linha do objetivo 1014 do PPA que, por sua vez, reflete e orienta o planejamento e ações estratégicas da Diretoria de Proteção Territorial da Funai, no âmbito de suas atribuições legais definidas pelo art. 231 da CF/1988, Lei 6001/73, Decreto n.º 1775/96, Estatuto da Funai (Decreto n.º 7778/2012) e Regimento Interno (Portaria Funai n.º 1733/Pres/2012):

- Realização dos estudos de identificação e delimitação de terras indígenas e o consequente reconhecimento dessas terras pela Funai, por meio da aprovação do Relatório Circunstanciado, bem como os demais atos administrativos visando o prosseguimento do processo de demarcação de terras indígenas, nos termos do Decreto n.º 1775/96;

- Realização de demarcação física das Terras Indígenas;
- Ações de regularização dominial das Terras Indígenas, através dos registros em cartórios e na Secretaria do Patrimônio da União;

- Ações de regularização fundiária stricto sensu, por meio dos levantamentos e avaliação de benfeitorias e os respectivos procedimentos visando o pagamento das indenizações das benfeitorias, na forma do § 6º do art. 231 da Constituição Federal;

- Ações de proteção dos povos indígenas isolados, por meio de atividades de confirmação de referências de índios isolados e monitoramento das terras indígenas com presença já confirmada de grupos isolados, bem como ações de promoção de direitos aos povos recém-contatados;

- Ações de monitoramento territorial das terras indígenas, por meio das atividades de vigilância, com participação das comunidades indígenas, e de fiscalização, por meio de articulação com os órgãos ambientais e forças policiais.

No exercício de 2016, em relação ao eixo de regularização fundiária e dominial de terras indígenas, a orientação do Governo Federal foi no sentido de promover o maior diálogo possível entre os órgãos da Administração Pública Federal e entre os entes federados eventualmente atingidos pela demarcação de terras indígenas, de forma a minimizar conflitos de

interesses, construir consensos e contribuir para a redução de conflitos. A médio e longo prazo tal estratégia poderá ter como consequência uma maior agilidade dos processos demarcatórios, em caso de êxito. Contudo, no curto prazo, produz um retardamento desses processos.

Não obstante, o principal gasto dos recursos orçamentários na ação de delimitação, demarcação e regularização fundiária de terras indígenas refere-se às indenizações (custeio) pagas pela Funai a particulares pelas benfeitorias implementadas de boa-fé em terras indígenas, no bojo do processo de regularização fundiária. No entanto, cabe ponderar que a dificuldade na plena execução da ação de demarcação, especialmente voltada à regularização fundiária deve-se, em parte aos seguintes fatores:

(i) carência no quadro de técnicos que atuam na área fundiária, sem reposição de mão-de-obra via concurso público;

(ii) recusa dos ocupantes não índios em permitir a realização do trabalho de campo no procedimento

(iii) pouco interesse ou negativa do ocupante em receber a indenização das benfeitorias e desocupar a terra, além da ausência da documentação do ocupante ou do imóvel que possibilite habilitar ao pagamento administrativo, o que demanda procedimento judicial para a extrusão do não índio e impacta a liquidação dos valores devidos;

(iv) a existência de decisão judicial paralisando o processo da demarcação administrativa da terra indígena.

Outro fator que deve ser ponderado como limitar no cumprimento das atribuições legais da Diretoria de Proteção Territorial como um todo, e especialmente nas ações de regularização fundiária de terras indígenas e, conseqüentemente, vem impactando o cumprimento das metas propostas no PPA 2016-2019 é o quadro de recursos humanos, que representa, ainda, a pior situação desde 2012.

A precária estrutura de pessoal disponível para a execução das ações de demarcação de terras indígenas espelha e deve ser compreendida dentro do quadro geral da Funai de insuficiência de servidores, comprometendo, por conseguinte, o desempenho das finalidades institucionais do órgão indigenista federal. Destaque-se que para a execução das ações de regularização fundiária, depende-se sobremaneira das unidades descentralizadas da Funai, seja na área administrativa ou na área finalística, de modo que a precária estrutura de recursos humanos tanto na sede do órgão quanto nas citadas unidades, deve ser consideradas como um dos principais fatores a dificultar o cumprimento das atribuições legais da Funai, especificamente voltadas à proteção das terras indígenas.

Outrossim, importa registrar que não somente a insuficiência de recursos humanos prejudica, mas também a precariedade da estrutura de recursos humanos. A ausência de benefícios que reconheçam as especificidades dos trabalhos da Funai (periculosidade, permanência por longos períodos em campo, locais de trabalho em regiões inóspitas, etc.) também dificulta a fixação de servidores, principalmente em regiões da Amazônia Legal ou nas quais se registram permanentes conflitos fundiários.

Assim, com relação ao alcance das metas constantes no objetivo 1014 do PPA 2016-2019, temos a esclarecer o que segue:

Meta: 040Z - Ampliar, gradativamente, de 180 para 250, o número de TIs fiscalizadas anualmente, com vistas ao usufruto exclusivo das terras e seus recursos pelos povos indígenas; (terras fiscalizadas);

Meta: 0410 - Apoiar as ações de vigilância, com participação indígena, ampliando gradativamente de 45 para 60 o número de TIs atendidas anualmente (projeto apoiado):

No atual PPA, em comparação ao anterior, reduzimos o número de metas, o que nos tem facilitado à consolidação dos resultados. Uma grande quantidade de metas não representa, necessariamente, maior efetividade da política pública.

No Plano Orçamentário (PO) da Fiscalização e Monitoramento Territorial, as Coordenações Regionais utilizaram os créditos principalmente nas atividades relacionadas prevenção de ilícitos em TIs, tais como: (i) conjunto de TIs jurisdicionadas a CR Araguaia-Tocantins para atuarem na prevenção de incêndios, (ii) projetos de vigilância com utilização da portaria nº 320/Pres-Funai, de 27/03/13, (iii) apoio a brigadas indígenas, em consonância com o Acordo de Cooperação com o Ibama que prevê a contrapartida da Funai nas ações, (iv) capacitações do Programa de Proteção Territorial e Ambiental, e (v) reuniões interinstitucionais para articular ações de proteção às terras indígenas.

No âmbito do monitoramento territorial ocorreram 235 ações de fiscalização/monitoramento em 138 diferentes TIs, sendo 109 TIs na Amazônia Legal, 15 TIs no Nordeste e 14 TIs nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul; parte destas ações foram realizadas em parceria com Ibama, ICMBio, Polícia Federal, Batalhões de Polícia Militar Ambiental e Exército. Quanto à vigilância houve 41 projetos, sendo 23 TIs na Amazônia Legal, quatro TIs no Nordeste e 14 TIs nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul

Buscamos, nos últimos anos, reduzir o custo real das ações, ou seja, que elas fossem realizadas utilizando menor quantidade de recursos, pois os constantes

contingenciamentos orçamentários, resultado da crise econômica enfrentada pelo país, impuseram que mantivéssemos as atividades previstas, buscando a qualidade e o cumprimento das metas previstas em planejamento.

Em um contexto de que a restrição orçamentária tende a permanecer, até que a economia brasileira volte a crescer, há como desafio para os próximos anos do PPA 2016-2019:

a. Aprimorar os instrumentos de obtenção, análise, produção e monitoramento de informações espaciais, ambientais e territoriais de terras indígenas;

b. Aperfeiçoar a atuação de fiscalização em TIs prioritariamente nas áreas críticas potencializando assim as ações do Estado;

c. Estabelecer instrumentos de cooperação para combate ao desmatamento, incêndios florestais e demais ilícitos em terras indígenas.

Essas iniciativas tendem a potencializar os recursos orçamentários executados no monitoramento territorial de TIs.

Acreditamos que a partir da implementação das iniciativas vinculadas à proteção das terras indígenas propostas será possível aprimorar, qualitativamente, as ações de monitoramento territorial realizadas nas TIs, seja nas ações de fiscalização ou no apoio a projetos de vigilância indígena.

No entanto, como é de amplo conhecimento público, o índice de desmatamento aumentou drasticamente em todo o Brasil no último ano, seja em áreas privadas e áreas públicas, como é o caso das TIs.

Nas Terras Indígenas estima-se que a taxa de desmatamento sofreu um incremento, cerca de, 280% maior que o ano anterior, saindo de 68 km² em 2015 para 190 km² até outubro de 2016. Portanto avaliamos que o baixo aporte orçamentário, agravado nos últimos anos, é fator limitante para as ações de monitoramento territorial e pode contribuir para o aumento do desmatamento e da degradação nas TIs.

Portanto temos o desafio de ampliar o número de (i) TIs fiscalizadas e (ii) projetos de vigilância executados, para tal temos aperfeiçoado a execução orçamentária nos últimos exercícios, a exemplo do custo médio da ação de fiscalização que caiu 7,5% de 2015 para 2016, ajudando a reduzir, também, o impacto da redução orçamentária no Monitoramento Territorial (Ptres) 089638 que saiu do patamar de R\$ 8.745.037,00 (2015) para R\$ 6.258.621,00 em 2016. No entanto, depois de diversos anos aprimorando a execução orçamentária com ampliação de TIs fiscalizadas e, simultaneamente, redução orçamentária observou-se que a equação chegou ao

limite, ou seja, considerando que dificilmente conseguiremos executar ações de fiscalização a um custo médio menor que R\$ 16.000,00, valor atual, e considerando que a LOA para o PO referente ao Monitoramento Territorial foi de R\$ 3.814.665,00 não será possível, em 2017, acompanhar a meta atual (138 TIs fiscalizadas), tampouco seguir tendência adequada para o alcance da meta projetada para 2019 (250 TIs fiscalizadas). Observando que não está incluída na atual projeção qualquer contingenciamento orçamentário, o que tende a agravar o quadro apresentado.

Meta: 040V - Constituir 6 reservas indígenas para atender os casos de maior vulnerabilidade de povos indígenas confinados territorialmente ou desprovidos de terras:

Antes de qualquer aquisição de terras, a Funai procede previamente consulta à SPU, Órgãos Fundiários dos Estados e Prefeituras, sobre a disponibilidade de terras públicas que possam ter aptidão para constituição de reservas indígenas, considerando a reivindicação fundiária do povo indígena envolvido. Tal procedimento constitui recomendação emitida pelo TCU, por meio do Acórdão n.º 1785/2008: “(...)quando da eleição de áreas a serem destinadas a comunidades indígenas, consulte os governos estaduais e municipais bem como a União, por intermédio da SPU e outros órgãos públicos e demais a respeito da disponibilidade de terras para eventual doação”. Ressalte-se que, em muitos casos, as áreas públicas disponíveis possuem embaraços de diversas ordens (disputas judiciais, ocupações irregulares, etc..) que dificultam a sua regularização. Estas também podem não apresentar as condições necessárias à reprodução física e cultural dos indígenas, imprescindível para constituição da reserva indígena, nos termos do art. 26 da Lei n.º 6001/73. Nesses casos, a Funai constitui equipe técnica para a seleção de imóveis particulares passíveis de aquisição pela Administração Pública por meio da aquisição direta ou por desapropriação, na forma da legislação.

No ano de 2016 o procedimento para constituição de reserva indígena teve avanço com as seguintes ações:

- Publicação do decreto de desapropriação por interesse social para constituição da reserva indígena Aldeia Kondá, destinada a famílias indígenas da etnia Kaingang.
- Vistoria de campo para seleção do imóvel para constituição da Reserva indígena Krenyê, a ser destinada ao usufruto exclusivo da comunidade indígena Timbira Krenyê, dando cumprimento à determinação exarada na Ação Civil Pública nº 18327-63.2012.4.01.3700. Houve ainda os encaminhamentos para composição da equipe técnica com vistas à medição e avaliação do imóvel Fazenda Vão do Chapéu, eleita pelos Krenyê;

- Condução dos procedimentos para avaliação do imóvel denominado Fazenda Santa Verônica, relativo ao acordo firmado na ACP nº 0007971-79.2008.403.6100, que visa a aquisição de imóvel para usufruto da comunidade guarani do Tekoa Pyau (Jaraguá), em São Paulo, em razão do construção do rodoanel da cidade de São Paulo.

Com relação à regularização fundiária das terras desapropriadas por interesse social e destinadas ao usufruto povo Tuxá de Rodelas/BA, o processo ainda permanece sobrestado, aguardando o resultado da decisão liminar prolatada no Mandado de Segurança nº 33.069/STF. Em situação análoga encontra-se o imóvel denominado Fazenda Jenipapeiro, a ser destinado à constituição da reserva indígena para famílias Atikum. Para essa situação havia o encaminhamento por acordo judicial formalizado na Justiça Federal em Barreiras/BA (Ação de Desapropriação – Processo nº 558-35.2013.4.01.3303 e Ação de Reintegração/Manutenção de Posse – Processo nº 2904-56.2013.4.01.3303), porém, o proprietário do imóvel apresentou recursos nos autos questionando os valores levantados pela Funai e informou outros valores para a ação.

Para a constituição da reserva indígena Juruna do Km 17, denominada por Fazenda Coringa, em atendimento às condicionantes para implantação da UHE Belo Monte, também firmado por meio do Termo de Acordo nº 04/2015/MDA/SERFAL, foi encaminhada solicitação a Secretaria do Patrimônio da União para providências no sentido da transferência da área a Funai/União e usufruto indígena.

No tocante a cessão dos Lotes 42 e 43 da Gleba Iquê para constituição da reserva indígena Uty-Xunaty, localizada no município de Vilhena/RO, também foi requerido junto a SPU/RO a transferência da área a Funai/União e usufruto indígena.

Ressalte-se que os recursos para aquisição de terras constituem tipo específico, do Grupo de Natureza de Despesa (GND) 5, o qual não se consegue alterar de um grupo de despesa para outro (de custeio ou investimento para inversões financeiras), sem edição de Decreto. Portanto, ainda que se verifiquem, pelas razões apontadas, dificuldades na execução orçamentário-financeira do PO de Delimitação, Demarcação e Regularização Fundiária de Terras Indígenas a ponto de permitir remanejamento para outros POs da Ação 20 UF, remanescem as limitações orçamentárias para promover a aquisição de terras, face às especificidades do GND. Contudo, mediante tal situação de restrição orçamentária, a Fundação está articulando, além dos órgãos que devem ser provocados por determinação do TCU, com governos estaduais e SPU outras formas de obtenção de áreas, além da articulação junto aos parlamentares para aprovação

de emendas individuais, para casos específicos, que possam ser liberadas pelo Governo Federal para serem destinadas à aquisição de terras com vistas à constituição de reservas indígenas.

Meta: 040W - Delimitar 25 terras indígenas:

No Plano Plurianual 2016-2019, para as ações de Identificação e Delimitação foram adotadas como estratégia as seguintes diretrizes:

(v) Conclusão dos procedimentos de identificação e delimitação de terras indígenas em andamento, considerando número elevado de terras indígenas em estudo e sem finalização dos procedimentos, o que implica, conseqüentemente, na redução da abertura de novos procedimentos de identificação e delimitação;

(vi) Investimento na qualificação das reivindicações fundiárias e autuação dos processos de reivindicação, etapa anterior ao início do procedimento de identificação e delimitação de terras indígenas, de forma não somente a melhor fundamentar o planejamento dos novos procedimentos demarcatórios, mas a garantir a agilidade e transparência no conjunto de manifestações da Funai, seja em área de interesse de particulares (atestados administrativos e ações de usucapião), seja para áreas de interesse do Governo Federal (Incra, MDA, ICMbio), conforme recomendado no relatório da Controladoria-Geral da União (CGU).

No que compete à meta institucional de delimitar 25 terras indígenas, em 2016, foram delimitadas 12 (doze) Tis: Amba Porã/SP, Cerco Grande/PR, Djaiko-Aty/SP, Dourados-Amambaipaguá I/MS, Jurubaxi-Téa/AM, Káaguy Mirim/SP, Mato Castelhana/RS, Pakurity/SP, Peguaoty/SP, Sambaqui/PR, Sawré Muybu/PA e Ypoi Triunfo/MS.

Ainda foram constituídos 12 (doze) Grupos Técnicos (GTs), dos quais 6 (seis) foram de natureza fundiária e cartorial: Jurubaxi-Téa/AM, Pankará da Serra do Arapua/PE, Ká'aguy Mirim/SP, Ka'aguy Hovy/SP, Djaiko-Aty/SP e Krenak de Sete Salões/MG (junto com o complementar); e foi constituído ainda, 1 (um) novo GT: Apykaí/MS; e 5 (cinco) estudos de natureza complementar: Areal/PA, Jeju/PA, Pakurity/SP, Tapy'i-Rio Branquinho/SP e Waimiri Atroari/AM-RR.

Foram analisadas 52 contestações interpostas aos procedimentos de identificação e delimitação das TIs Herareká Xetá/PR, Tapeba/CE, Tupinambá de Belmonte/BA e Xacriabá/MG.

O cumprimento das atribuições legais da Funai e, conseqüentemente, a consecução das metas estabelecidas, vem sendo sensivelmente afetado no cenário político atual, frontalmente adverso à proteção dos povos indígenas e a regularização de suas terras, onde a

resistência ao reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas reflete-se principalmente na esfera judicial, de forma que entes federados, sindicatos rurais e particulares, no exercício de seus direitos, ingressam com ações judiciais que, em muitos casos, determinam a suspensão temporária de processos demarcatórios, em todas as suas fases.

Outro fator que deve ser ponderado como limitador no cumprimento das atribuições legais da Coordenação-Geral de Identificação e Delimitação, e em especial na análise técnica de relatórios circunstanciados de identificação e delimitação, é o atual quadro de recursos humanos, que representa a pior situação da condição de pessoal disponível para a ação de demarcação de terras indígenas se considerarmos a série histórica dos últimos anos.

A precária estrutura de pessoal disponível espelha e deve ser compreendida dentro do quadro geral da Funai de insuficiência de servidores, comprometendo, por conseguinte, o desempenho das finalidades institucionais do órgão indigenista federal. Destaque-se que para a execução das ações de identificação de comunidades indígenas, depende, sobremaneira, das unidades descentralizadas da Funai, seja na área administrativa ou na área finalística, de modo que a precária estrutura de recursos humanos tanto na sede do órgão quanto nas citadas unidades, deve ser considerada como um dos principais fatores a dificultar o cumprimento das atribuições legais da Funai.

Meta: 040X - Elaborar 7 planos de proteção de povos indígenas isolados:

Apesar de não ter sido possível realizar plano de proteção de povos indígenas isolados, foram realizadas ações de proteção da TI Massaco, o acompanhamento ao combate de incêndios e exploração ilegal de madeira na TI Araribóia/MA, Caru/MA e Awá/MA; retirada ilegal de madeira nas TIs Kawahiva do Rio Pardo/MT e Pirititi/RR; e ações contra garimpo nas TIs Yanomami e Zo'é.

Foram realizadas também a manutenção de 12 Bases de Proteção Etnoambiental com presença permanente de equipes, exercendo o controle de ingresso e vigilância em 9 Terras Indígenas com a presença de povos isolados; 13 ações (11 expedições e 2 sobrevoos) de localização de povos indígenas isolados abrangendo 13 registros de povos indígenas isolados; 7 ações de monitoramento foram realizadas (4 expedições e 3 sobrevoos), abrangendo 8 registros confirmados de povos indígenas isolados.

Além dessas expedições de campo, foram realizados estudos/pesquisas de qualificação documental e em campo (coleta de relatos) de registros de índios isolados, permitindo ampliar o conhecimento desses registros e viabilizar planejamentos logísticos com vistas às futuras expedições de localização nas respectivas regiões. Esses estudos/pesquisas

possibilitaram a atualização e reformulação do quadro de registros da presença de povos isolados no Brasil (em específico com relação às regiões do médio rio Xingu, médio e alto Tapajós e norte do Pará/Calha Norte).

Ressalte-se, ainda, a renovação de três Portarias de Restrição de Uso: TI Ituna-Itatá/PA; TI Piripkura/MT e TI Jacareúba-Katawixi/AM.

Foram realizadas, igualmente, ações de monitoramento de registros de povos isolados cuja existência é confirmada, jurisdicionados às FPE Vale do Javari, Awá, Guaporé, Madeirinha-Juruena, Madeira-Purus e Uru Eu Wau Wau.

Como medida estruturante em 2016 foi organizado e catalogado o arquivo histórico da CGIIRC, ação que vem possibilitando o refinamento e melhor sistematização das informações sobre povos indígenas isolados e referências destes povos.

Em relação a investimentos ou aquisição de equipamentos - exceto o recurso de R\$ 43.000,00 disponibilizado à FPE Guaporé para aquisição de equipamentos para manutenção das BAPes Omerê e Tanaru - não foi realizado qualquer investimento ou aquisição de equipamentos, tendo em vista o contingenciamento imposto pelo Governo Federal no final do ano de 2016, que resultou no recolhimento dos limites da Diretoria de Proteção Territorial para tal fim.

Meta: 040Y - Indenizar benfeitorias em pelo menos 800 ocupações de não-índios em 30 terras indígenas:

No processo de regularização fundiária de terras indígenas, que culmina com a extrusão dos ocupantes não índios da área, diversos procedimentos e atividades se desenvolvem, tais como: levantamento e avaliação das benfeitorias instaladas pelos ocupantes não índios na terra indígena; a análise técnica do material produzido na avaliação das benfeitorias; a elaboração de parecer dos recursos interpostos pelos não índios contrários ao processo de extrusão; a deliberação sobre a boa-fé na instalação das ocupações e benfeitorias por não índios em terras indígenas; a aprovação jurídica do processo e o deferimento da Presidência da Funai, autorizando o pagamento referente à indenização pelas benfeitorias; a constituição de comissão de pagamento para proceder a indenização das benfeitorias consideradas de boa-fé, por meio de convocação dos não índios para habilitarem-se ao processo, e os encaminhamentos junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, objetivando o reassentamento em outra área dos ocupantes que atendam ao perfil de cliente da Reforma Agrária, conforme estabelece o art. 4º do Decreto nº 1.775/96. Trata-se de procedimento complexo e as atividades podem se estender por anos, até a efetivação da regularização fundiária da terra indígena com a

indenização completa dos ocupantes não índios e a extrusão destes da área, que tem por finalidade a posse plena do território tradicional pelos índios.

Em 2016, visando a continuidade dos processos de regularização fundiária, foram realizados levantamentos e avaliação de benfeitorias nas seguintes Terras Indígenas: Cachoeira Seca (PA), Cué Cué Marabitanas (AM), Pequizal do Naruvotu (MT) e Tupinambá de Olivença (BA).

No procedimento de pagamento por benfeitorias consideradas de boa-fé, em 2016 houve a continuidade do processo indenizatório nas seguintes Terras Indígenas: Apyterewa (PA), Fortaleza do Castanho (AM), Lago Aiapuí (AM), Lago do Beruri (AM), Pankararu (PE), Serrinha (RS) e Maranduba (PA/TO). Procedeu-se o depósito bancário por meio de ajuizamento de Ação Civil Pública para ocupantes que não aceitaram receber o pagamento da indenização administrativamente, com pedido de reintegração de posse da área em favor da comunidade indígena das Terras Indígenas Pankararu (PE), Serrinha (RS) e Maranduba (PA/TO). Outrossim, foram encaminhados os processos instruídos à PFE para ingresso com medida judicial das Terras Indígenas Apyterewa, Brejo do Burgo e Entre Serras, que contam com os recursos empenhados para pagamento. Considerando as atividades desenvolvidas foram indenizadas benfeitorias em 111 ocupações não indígenas

Na etapa da análise técnica do material do levantamento e avaliação de benfeitorias, realizaram-se as verificações dos processos das Terras Indígenas Paquiçamba (PA), Caramuru/Paraguassu (BA), Ava-Canoeiro (GO) e Passo Grande do Rio Forquilha (RS). Também foram elaborados pareceres dos recursos interpostos pelos não índios no processo sobre a condição da boa-fé das benfeitorias para as Terras Indígenas Rio dos Índios (RS) e Caramuru Paraguassu (BA), além da deliberação e publicação da consideração da boa-fé de ocupações de não índios para as Terras Indígenas Arary (AM), Cajuhiri Atravessado (AM), Caramuru/Paraguassu (BA), Paquiçamba (PA), Rio Urubu (AM), Igarapé Grande (AM) e Setemã (AM) pela Comissão Permanente de Análise de Benfeitorias - CPAB.

No âmbito da análise jurídica com o consequente deferimento do processo pela presidência da Funai, autorizando as indenizações de benfeitorias, o procedimento de regularização fundiária teve sequência para as Terras Indígenas Caramuru/Paraguassu (BA) e Cajuhiri Atravessado (AM).

Apesar dos esforços em avançar no processo de regularização fundiária das terras indígenas indicadas, destaca-se as dificuldades para a baixa execução dos procedimentos indenizatórios em vista dos seguintes fatores: a) recusa dos ocupantes em aceitar o valor da

indenização pelas benfeitorias, b) pendências documentais por parte destes (espólios e documentos da ocupação não regularizados etc.) e, c) ausência no reassentamento dos ocupantes em outra área, procedimento este a cargo do Incra.

Essa situação requer o encaminhamento pela necessidade de se ajuizar ação judicial, tornando a extrusão morosa, considerando lapso temporal entre a deliberação judicial e o cumprimento da sentença, que depende da articulação com órgãos de segurança pública para execução.

Ademais, deve se considerar questões atípicas de cada região onde se localiza a terra indígena, como a dificuldade de acesso as ocupações de não índios, e demais cumprimentos de normas no procedimento indenizatório, tais como a conferência da existência e do estado de conservação das benfeitorias.

Tais situações levam à morosidade do processo, que pode levar alguns anos até a sua efetivação. Destaca-se também a insuficiência de recursos disponibilizados no orçamento específico para indenização de benfeitorias instaladas por ocupantes não índios em terras indígenas.

Frise-se, outrossim, que a precária estrutura e a insuficiência de servidores técnicos qualificados disponível no quadro da Funai, compromete o desempenho na execução das ações fundiárias e da demarcação de terras indígenas, uma vez que para a execução das ações de regularização fundiária, há necessidade de se dispor de recursos humanos tanto na sede do órgão quanto nas coordenações regionais da Funai, quer seja na área administrativa ou na área finalística.

Meta: 0411 - Realizar a demarcação física e georreferenciamento de 30 terras indígenas:

No exercício de 2016, no que concerne ao procedimento administrativo para a demarcação física das terras indígenas, não foram concluídos os procedimentos administrativos visando à contratação de empresas especializadas em topografia e geodésia, em vista de entraves administrativos e procedimentos técnicos na orientação no processo licitatório, o qual contemplava a demarcação de 10 terras indígenas com Portaria Declaratória já expedida e de 12 Terras Indígenas com a necessidade de georreferenciamento, para adequação ao Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF e o atendimento à Lei 10.267/2001. Entretanto, foi realizada a demarcação física da Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú/CE, através de Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Funai e o Governo do Estado do Ceará.

Não obstante, foi realizado o georreferenciamento de 5 terras indígenas: Apyterewa (PA), de ocupação Parakanã, Arará (PA), de ocupação Arara, Araweté do Igarapé Ipixuma (PA), de ocupação Araweté, Kararô (PA), de ocupação Kayapó e Koatinemo (PA), de ocupação Asurini.

Em decorrência de sobreposições indicadas no SIGEF foram ainda realizados trabalhos de reconhecimento de limites sobre 10 terras indígenas: Araçá, de ocupação Wapixana, Barata do Livramento, de ocupação Wapixana e Macuxi, Canauanim, de ocupação Wapixana e Macuxi, Malacacheta, de ocupação Wapixana, Moskow, de ocupação Wapixana, Ponta da Serra, de ocupação Macuxi, Tabalascada, de ocupação Wapixana, todas no estado de Roraima, além de Ava-Canoeiro (GO) e Vale do Guaporé (MT).

Ainda, foram realizados trabalhos de verificação de limites sobre 7 terras indígenas: Caititu (AM), de ocupação Apurinã, Fazenda Sempre Verde (BA), de ocupação Pankararu, Kaxinawá Nova Olinda (AC), de ocupação Kaxinawá, Kaxuyana-Tunayana (PA), de ocupação Kaxuyana, Tunayana, Kahyana, Katuena, Mawayana, Xereu e outros, Ofayé-Xavante (MS), de ocupação Ofayé, Pitaguary (CE), de ocupação Pitaguary e Rio Pindaré (MA), de ocupação Tenetehara.

Destaque-se, ainda, que foram produzidas pela Coordenação-Geral de Geoprocessamento em 2016 708 informações cartográficas.

1015 - Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação e divulgação de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente daqueles em situação de vulnerabilidade.

As prioridades definidas para o quadriênio recém-iniciado em 2016 incluem, na área de projetos de cultura material e acervos documentais, os povos indígenas de recente contato; e, na área de línguas, os povos indígenas de regiões de fronteira e aqueles em situação de grande vulnerabilidade a perdas linguísticas. Por sua vez, as metas estabelecidas para o quadriênio 2016-2019 preveem 40 projetos desenvolvidos, 160 produtos culturais apoiados e 160 mil bens culturais preservados.

Durante o primeiro ano de vigência do novo PPA, na implementação da Ação 8635 - Preservação Cultural dos Povos Indígenas, o Museu do Índio-Funai enfrentou diversos desafios: alguns, já reportados em relação a exercícios anteriores, de natureza contábil, como contingenciamento de verba e limites de recursos financeiros, ou ainda de natureza operacional e funcional, como a continuidade da carência de recursos humanos especializados em áreas estratégicas da instituição museológica. Porém outro tipo de desafio, imprevisto e de impacto

imediatamente na atuação do órgão científico-cultural da Funai junto ao público, atingiu, de forma mais direta, num primeiro momento, as instalações do Museu, que foram alvo de violenta invasão e ocupação por manifestantes, em julho, inclusive com danos físicos, colocando em risco não apenas o patrimônio arquitetônico tombado, mas também as reservas técnicas que preservam o maior acervo etnológico do país, além da circulação de funcionários e visitantes, o que exigiu o fechamento da instituição e a execução de obras de reforço da segurança patrimonial, sob a supervisão do IPHAN, ainda em andamento. O episódio teve reflexos e impactos significativos na programação de atividades e eventos culturais e científicos nas instalações do Museu, implicando na descontinuidade de oficinas e demais trabalhos em processo de organização e parceria com povos indígenas e outras instituições e núcleos científicos e acadêmicos.

Apesar das dificuldades apontadas, especialmente com relação ao fechamento à visitação, a Unidade se empenhou na diversificação ou aprofundamento de algumas atividades, por meio de eventos extramuros em parceria com outras instituições e os serviços online, com a disponibilização de informações na base de dados e em sua página na internet, buscando ampliar o alcance ao público externo, tendo também intensificado a produção editorial e a publicação de resultados e produtos de pesquisa, com destaque para a divulgação de quatro novas obras, sendo três de catálogos de exposições recentes.

Com relação ao atendimento ao público, indicador de especial importância, considerando-se o alcance das ações de preservação e, mais diretamente, de divulgação do acervo e comunicação das informações qualificadas sobre os povos indígenas, registrou-se durante o exercício um total de público virtual de 943.814 internautas. Por sua vez, o público presencial registrou 95.904 pessoas, resultante de visitas escolares, atividades e eventos locais ou externos, apoiados pelo Museu, além do público alcançado pelas iniciativas de empréstimo de material a escolas públicas e privadas. No caso do público local no Museu, foi considerado apenas o período de janeiro a meados de julho, devido ao fechamento da instituição.

Além da condução da política pública relacionada ao cumprimento do Objetivo e Metas vinculados ao Programa Temático, as seguintes atividades constantes do programa de trabalho do Museu do Índio para 2016 se destacaram ao longo do exercício:

Exposições e mostras

No espaço Museu do Índio- continuação:

- Exposição etnográfica de longa duração “No Caminho das Miçangas – um mundo que se faz de contas” – prédio principal;
- Mostra fotográfica: “Os índios no Rio de Janeiro” – Espaço Varanda do Museu;

- Mostra etnográfica: “*O Poder da Beleza: os Ashaninka*” – Espaço Museu das Aldeias;
- Mostra fotográfica: “*Jogos indígenas – o corpo em rito*” – Muro do Museu.

Mostra externa:

- Mostra fotográfica: “*Jogos indígenas – o corpo em rito*” – participação na Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão 2016 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), vinculado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/MEC.

Produtos educativos

- Projetos educativos (mediação, actividades e kits) para as exposições “*O Caminho da Miçanga – um mundo que se faz de contas*” e “*O Poder da Beleza: os Ashaninka*”.

Publicações

Na web

Atualização das redes sociais.

Em papel

Catálogos de exposições:

- *A Presença do Invisível: vida cotidiana e ritual entre os povos indígenas do Oiapoque;*
- *O Poder da Beleza – os Ashaninka;*
- *No Caminho da Miçanga: um mundo que se faz de contas;*
- Catálogo: *Artesanias do cerrado: Mehi Jahi Xà.*

Eventos

- Abril Indígena: actividades diversas em torno do Dia do Índio abrangendo: cine-debates sobre ‘*Os Munduruku e o Tapajós em disputa*’, ‘*Os Krenak e a morte do Rio Doce*’, ‘*Avistamentos inéditos de índios isolados*’ e ‘*Os Guarani-Kaiowá (MS) e suas lutas por terra e sobrevivência*’; e o evento musical ‘*A Orquestra do Projeto Villa Lobos e as Crianças*’;
- Lançamentos: *Antropologia e História Xavante em perspectiva*, livro organizado por Carlos E.A. Coimbra e James R. Welch; e catálogo da exposição: *A Presença do Invisível: vida cotidiana e ritual entre os povos indígenas do Oiapoque;*
- Contação de histórias para público infantil.

Cursos, seminários e outros eventos científico-culturais

- Curso Dimensões da Cultura Indígena: Arte, Educação e Direitos;
- Fórum Permanente de discussão sobre o Museu e seu público.

Índio e Arte

- Finalização da ambientação de novo espaço de venda;
- Compra de coleções de artefatos: Kayapó, Fulni-ô, Amondawa, Wayana e Apalai;
- Continuidade dos procedimentos de automação e regulamentação da loja.

Atividades e projetos que visam à preservação do acervo e patrimônio do Museu do Índio e suas unidades descentralizadas:

Projetos culturais

- Cooperação técnica internacional - Projeto “Salvaguarda do patrimônio linguístico e cultural e povos indígenas transfronteiriços e de recente contato na Região Amazônica” (oficinas para povos indígenas, registros, publicações) – início da implantação do Projeto;
- Digitalização do acervo textual (continuação);
- Projetos educativos: O Caminho das Miçangas; Tem Índios no Rio de Janeiro;
- Apoio à promoção de 34 projetos culturais por intermédio das Coordenações Regionais da Funai;
- Projeto: “*Os ciclos do iyaõkwa entre os Enawene Nawe: qualificação e documentação de registros do salomã*” – conclusão do projeto desenvolvido com recursos de convênio firmado entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN e a Sociedade de Amigos do Museu do Índio-SAMI

Segurança patrimonial

- Instalação de sistema de segurança do acervo cultural e patrimônio arquitetônico (alarme e CFTV).

Centro Cultural Ikuiapá

Continuação dos trabalhos de recuperação e adaptação à acessibilidade do prédio do Centro, em Cuiabá, com recursos do PAC Cidades Históricas, parceria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e Prefeitura de Cuiabá/MT: aguardando-se repasse dos recursos pela Prefeitura.

Centro de Formação Audiovisual Guaiás

Término da obra de construção do prédio do Centro, em Goiânia, com a revitalização do espaço pertencente à Funai, de três Mil metros quadrados, com área dedicada a exposições e auditório para 150 pessoas, assim como salas para formação de pesquisadores indígenas em técnicas de audiovisual - aguardando-se solução de questão junto à empresa prestadora de serviço de instalação do sistema de refrigeração.

Estágio de implementação do planejamento estratégico

A Funai participa do Planejamento Estratégico do Ministério da Justiça 2015-2019 com o Objetivo Estratégico “Promover a execução da política indigenista de forma sistêmica”, com os indicadores selecionados abaixo:

- Constituir reservas indígenas para atender os casos de maior vulnerabilidade de povos indígenas confinados territorialmente ou desprovidos de terras;
- Número de portarias declaratórias.

Além disso, encontra-se sob análise a viabilidade de implementação, neste primeiro momento, do projeto estratégico implantação do poder de polícia, ressaltando que a implementação deste projeto é necessária para que a Funai cumpra uma de suas finalidades, que é a de exercer o poder de polícia em defesa e proteção dos povos indígenas nas áreas reservadas e nas matérias atinentes à proteção do índio, conforme dispõe a Lei nº 5.371, de 05 de dezembro de 1967, em seu Art. 1º, Inciso VI, e no Decreto nº 7.778, de 22 de julho de 2012, Art. 2º, Inciso IX.

No âmbito interno da Funai, o processo de planejamento estratégico da Fundação está em processo de elaboração de metodologia, que será, inclusive, determinada por meio de portaria. A referida metodologia consiste em uma série de procedimentos para definição da missão e da visão, das diretrizes e dos objetivos estratégicos, a partir de diagnóstico institucional realizado por meio de matriz SWOT, além dos indicadores e das metas, considerando o orçamento previsto. Espera-se a conclusão desses trabalhos em 2017.

Em 2016, os estudos sobre a implantação do planejamento estratégico foram realizados concomitantemente ao desenvolvimento do projeto elaboração dos indicadores, que consiste em levantar os principais processos de trabalho da Fundação, alinhar com insumos e produtos, para aplicação da metodologia de elaboração de indicadores de resultado e de esforço.

Como resultado desse trabalho, temos uma primeira versão dos principais processos de trabalho, a ser refinado. O referido material será base para a revisão dos macroprocessos e para a definição dos indicadores em oficina de planejamento estratégico.

Desta forma, está prevista, também para 2017, a realização de oficina de planejamento estratégico, com a participação das Coordenações Regionais da Funai. Como resultados, espera-se a definição das prioridades da Funai para o restante da vigência do PPA 2016-2019, bem como as estratégias de nível tático para o exercício de 2017.

Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

As unidades da Funai buscam atingir os Objetivos do PPA 2016-2019 por meio da execução das metas previstas no Plano, incluindo a execução física por parte das Coordenações Regionais e do Museu do Índio.

Com a implementação de nova metodologia de Planejamento Institucional, conforme citado no item “estágio de implementação do planejamento estratégico”, o planejamento tático (metas e indicadores) se dará a partir do desdobramento do planejamento estratégico, e o planejamento operacional será desenvolvido pelas unidades a partir do plano tático, com as equipes de trabalho firmando compromissos individuais com os servidores.

Dessa maneira, pretende-se criar modelo de planos de trabalho que atendam as especificidades de cada unidade e que padronizem as formas de pactuação dos compromissos individuais.

Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Em 2016, houve a revisão dos trabalhos do Comitê de Planejamento, Monitoramento e Avaliação - CPMA, por meio da revogação da Portaria nº 1.746/2012, com a publicação da Portaria nº 512/PRES, de 06 de junho de 2016, que aprimora a sistemática de planejamento, monitoramento e avaliação Funai e da Portaria nº 537/PRES, de 08 de junho de 2016, regulamenta as instâncias da sistemática de planejamento, monitoramento e avaliação Funai.

Essas portarias tiveram o intuito de melhorar a eficiência das reuniões e definir o funcionamento da Cpin, bem como estabelecer fluxos e procedimentos para a elaboração dos relatórios oficiais e do monitoramento e acompanhamento das ações planejadas.

As instâncias do modelo de gestão são:

Câmara de Gestão Estratégica - CGE – composta pelo Presidente da Funai, Diretores da Sede e do Museu do Índio, e tem como atribuições estabelecer as diretrizes para a formulação do Planejamento Estratégico e do Plano Anual de Ação da Funai; aprovar o Planejamento Estratégico e o Plano Anual de Ação da Funai; determinar medidas de ajustes necessárias no Planejamento Estratégico e no Plano Anual de Ação da Funai; e deliberar sobre as proposições encaminhadas pelo Comitê de Planejamento, Monitoramento e Avaliação – CPMA.

Comitê de Planejamento, Monitoramento e Avaliação – CPMA – composto pelos Diretores da Sede e do Museu do Índio, Chefe de Gabinete da Presidência, Coordenadores-Gerais, Ouvidor, Corregedor e pelo Responsável pela Coordenação de Gestão em Tecnologia da

Informação. Tem como competências analisar o Planejamento Estratégico da Funai e o Plano Anual de Ação, segundo as diretrizes emanadas da CGE e propor ajustes; propor estratégias, critérios e prioridades na alocação dos recursos orçamentários, com observância dos objetivos estratégicos, definidos no Planejamento Estratégico da Funai; analisar e monitorar a execução dos Planos de Aplicação da Renda do Patrimônio Indígena; analisar os Planos de Trabalho e acompanhar a sua implementação; monitorar a execução do conjunto de iniciativas, ações, projetos e atividades e avaliar os resultados alcançados; acompanhar as informações de análise situacional de objetivos estratégicos, metas, iniciativas e indicadores do Plano Plurianual - PPA sob responsabilidade da Funai, a serem inseridas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, por servidor designado por ato do Presidente da Funai; debater e propor as necessidades de revisão de ações do PPA; acompanhar o cumprimento das metas institucionais para fins de avaliação de desempenho institucional; e prover a CGE de informações sobre planejamento, monitoramento e avaliação, bem como, sobre o desempenho de iniciativas, ações, projetos e atividades, metas institucionais e indicadores.

Comissão Permanente de Informações de Planejamento, Monitoramento e Avaliação - Cpin – composta por representantes das mesmas unidades que compõem o CPMA, e realiza trabalhos de nível operacional e tem como competências auxiliar na preparação de informações para as reuniões da Câmara de Gestão Estratégica - CGE, do Comitê de Planejamento, Monitoramento e Avaliação – CPMA e das Redes Locais de Planejamento, Monitoramento e Avaliação - RLPMA; analisar e consolidar as informações de planejamento, monitoramento e avaliação do desempenho de iniciativas, ações, projetos e atividades, metas institucionais e indicadores para subsidiar as reuniões da CGE, do CPMA e das RLPMA; analisar e consolidar as informações para compor a Mensagem Presidencial, o Relatório de Prestação de Contas da Presidência da República – PCPR, o Relatório de Gestão e os demais relatórios que contemplem a apresentação de resultados institucionais; analisar e consolidar as informações de monitoramento da execução das ações sob responsabilidade das respectivas unidades a serem inseridas no SIOP; analisar e consolidar informações das respectivas unidades relativas à avaliação do desempenho institucional, para o pagamento das gratificações de desempenho; e elaborar relatórios bimestrais e anuais de monitoramento e avaliação, para subsidiar as reuniões da CGE e do CPMA, incorporando as informações das RLPMA.

Redes Locais de Planejamento, Monitoramento e Avaliação – RLPMA – têm previsão no modelo de gestão e podem ser criadas por ato do Presidente da Funai.

Desempenho Orçamentário

Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Ações do OFSS

Quadro 1 Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS - Código: 2150

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação			(X) Integral () Parcial			
Código: 2150			Tipo: Atividade			
Título:			Gestão Ambiental e Etnodesenvolvimento			
*Iniciativa						
Objetivo: Promover a gestão territorial e ambiental das terras indígenas. Código: 1013						
Programa: Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas Código: 2065 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária		30202 – Fundação Nacional do Índio				
Ação Prioritária	()Sim (X)Não - Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
11.446.702	7.932.544	7.890.679	6.181.314	6.090.681	90.633	1.709.365
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista		Reprogramada	Realizada
Comunidade indígena beneficiada	Unidade	1.000	1.000		669	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade medida de	Realizada
-	-	-	Comunidade indígena		Unidade	-

Análise situacional:

No ano de 2016, houve participação das tratativas interinstitucionais destinadas a viabilizar projetos de cooperação internacional que trouxessem aportes para suas linhas de atuação. São os casos dos projetos em vias de formalização com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) e Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW), todos eles concebidos em torno do

apoio à implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas – PNGATI.

A Gestão Ambiental também investiu na aproximação institucional com o Fundo Amazônia/ BNDES, responsável pelo apoio a projetos de organizações da sociedade civil nas linhas da PNGATI. Em 2016, a Funai passou a compor o Comitê Orientador do referido Fundo.

Ademais, juntamente com a Coordenação Regional de Minas Gerais e Espírito Santo, a Funai assumiu boa parte da responsabilidade institucional pelo acompanhamento dos desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão (Mariana/ MG) e seus impactos socioambientais sobre os povos indígenas habitantes da Bacia do Rio Doce, na chave do que vai previsto no eixo 4 da PNGATI (“Prevenção e recuperação de Danos Ambientais”) e tomando como modelo os procedimentos institucionais da área do licenciamento ambiental.

Sempre em consonância com a PNGATI, de modo a melhorar a qualidade de vida das populações indígenas e a reforçar a contribuição das TIs para a conservação da biodiversidade e o equilíbrio do meio ambiente no país, foram apoiados quinze projetos de recuperação e conservação ambiental. Trata-se de projetos envolvendo práticas de implantação de Sistemas Agroflorestais – SAFs, reflorestamento com plantio de mudas nativas, proteção e recuperação de nascentes e fortalecimento das formas étnicas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais em Terras Indígenas (TIs).

Além dos projetos, apoiamos ações que dialogam com projetos e atividades que, executadas pela Funai ou por outras instituições, estão em linha com a PNGATI, como foram os casos de oficinas de educação ambiental voltadas para o tratamento correto dos resíduos sólidos nas aldeias, em parceria com a Sesai, da construção de diálogos com o governo estadual e/ou municípios na alocação de recursos oriundos do ICMS Ecológico em projetos para TIs e do apoio para algumas atividades do Projeto GATI que estavam em fase de finalização.

Com efeito, em 2016 foi finalizado o Projeto Catalisando a Contribuição das Terras Indígenas para a Conservação dos Ecossistemas Florestais Brasileiros - GEF – Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena – GATI, coordenado pela Funai em parceria com o Ministério do Meio Ambiente – MMA, PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, GEF - Fundo Mundial de Meio Ambiente, as organizações indígenas regionais ARPIN-SUL, ARPIPAN, APOINME, COIAB e a organização não-governamental TNC do Brasil. Uma das maiores contribuições do Projeto, em âmbito nacional, foi o apoio à elaboração participativa da PNGATI. A sinergia entre o GATI e a PNGATI foi bastante

evidente, sendo ressaltada por todos os atores e organizações envolvidos no processo. Nos três eixos do Projeto GATI foram colocadas em prática várias das propostas contidas na PNGATI.

Ressalta-se que as mais de trinta ações e os quinze projetos apoiados em 2016 foram frutos de iniciativas das Unidades Regionais da Funai – Coordenações Regionais- CRs e Coordenações Técnicas Locais - CTLs - e comunidades indígenas envolvidas, contribuindo para o fortalecimento da gestão ambiental das TIs e para a conservação da biodiversidade brasileira.

Figura 1 Registros fotográficos de algumas práticas acima listadas





Fonte: Acervo fotográfico de Coordenações Técnicas Regionais da Funai

O apoio à elaboração e revisão de vinte Planos de Gestão Territorial e Ambiental – PGTAs contou com o desenvolvimento das seguintes ações: i) apoio à elaboração de PGTAs nas TIs Jarawara/ AM, Anacé/ CE, Kuntanawa/ AC, Jaminawá Arara do Rio Bagé/ AC, Maraiwatsede/ MT, Yanomami/ RR, Rio Guaporé/ RO, Caru/ MA; ii) apoio à elaboração do PGTA/Plano de Vida para nove aldeias Mbya Guarani inseridas no Território Rural Litoral/ RS, em parceria com a UFRGS; iii) apoio à elaboração de seis PGTAs na região do Rio Negro/ AM (TIs Alto Rio Negro, Balaio, Cué-Cué/ Marabitanas, Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II, Rio Téa); iv) apoio à finalização dos PGTAs das TIs Caxixó/ MG, Xakriabá/ MG e Xakriabá Rancharia/ MG, Tremembé da Barra do Mandaú/ CE, Tapeba/ CE; v) apoio à revisão de PGTAs das TIs Jiahui, Nove de Janeiro e Ipixuna/ AM; vi) apoio à elaboração/ revisão de sete PGTAs de TIs de RR (Aningal; Boqueirão e Mangueira; Jacamim; Raposa Serra do Sol/ Muturuca e Santa Cruz; Serra da Moça; Manoá-Pium e Raposa Serra do Sol/ região do povo Ingarijó).

Desse modo, observa-se que houve o apoio à elaboração e revisão de 29 PGTA's. Ademais, com o apoio do Projeto GATI foi possível: i) atualização e publicação do PGTA da TI Mamoadate/ AC; ii) elaboração e publicação do PGTA da TI Guarani do Bracuí /RJ. Assim, as ações relacionadas ao apoio para a elaboração e revisão de PGTA's equivalem a 31 PGTA's.

Com relação ao apoio a outros instrumentos de gestão, que subsidiam a elaboração de PGTA's, destacam-se: i) realização de oficina de cartografia social junto aos Kokama, Kambeba e Kaixana (TIs Mapari, São Sebastião e Barreira da Missão/ AM), e aos Ticuna da TI São Leopoldo/ AM; ii) apoio à construção de mapas de uso da TI Arara do Igarapé Humaitá/ AC; iii) apoio à realização de etnomapeamento da TI Xerente/ TO.

Por meio do apoio do Projeto GATI ainda foi possível realizar: i) elaboração e publicação dos etnomapeamentos e do plano de ação nas TIs Entre Serras e Caiçara/ Ilha de São Pedro/SE; ii) realização do etnomapeamento da TI Trincheira Bacajá/ PA; iii) apoio à revisão do etnozoneamento das TIs Uaçá, Galibi e Juminã, na região do Oiapoque/ AP; iv) oficinas de etnomapeamento nas TIs Mangueirinha/PR, Taunay-Ipegue, Lalima e Cachoeirinha/ MS; v) oficinas de etnomapeamento nas TIs Sassoró, Jaguapiré e Pirakuá/MS.

Essas ações envolveram a realização de atividades em dezenove TIs. É oportuno destacar que foram envidados esforços no sentido de se apoiarem novas iniciativas de elaboração de PGTA's, como as oficinas de elaboração de projetos para construção de PGTA's nas TIs Kanela, Escalvado, Porquinhos, Cana Brava, Bacurizinho, Geralda Toco Preto e Lagoa Comprida, no Maranhão, em atenção à Chamada Pública do Ministério do Meio Ambiente específica para TIs daquele estado.

No que concerne ao apoio à implementação de ações integradas em quarenta TIs, foram realizadas as seguintes ações: i) reunião sobre o manejo de pesca com instituições de governo do Amazonas; ii) oficina de capacitação de indígenas em gestão territorial e ambiental do estado de Roraima; iii) apoiar atividades de gestão territorial e ambiental nas TIs Jiahui, Vale do Javari, Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II (todas no AM) e Mamoadate/ AC; iv) apoiar a realização de reuniões de organizações indígenas que discutem temas relacionados à gestão territorial e ambiental em TIs do AM, no Parque do Xingu/ MT e nas TIs Galibi, Juminã e Uaçá/AP; v) apoiar a realização de intercâmbios de gestão territorial e ambiental entre indígenas; vi) apoiar a II Feira Mebengokré de Sementes Tradicionais na TI Kayapó/ PA; vii) apoiar a realização do III Encontro de Manejo Pesqueiro, na região do Rio Negro/ AM, com onze TIs envolvidas; viii) apoiar atividade de manejo de resíduos sólidos e formação de agentes ambientais, no âmbito da implementação do PGTA da TI Tremembé da

Barra do Mundaú/ CE; ix) apoiar as atividades de implantação do PGTA da TI Kaxinawá do Rio Humaitá/ AC; x) apoiar a instalação do Núcleo Técnico do PGTA Waiãpi/ AP; xi) apoiar ações do PGTA da TI Itixi Mitari/ AM.

Por meio do apoio do Projeto GATI foi possível realizar: i) o seminário “Gestão Ambiental e Territorial com Povos Indígenas no Nordeste”; ii) reuniões de sensibilização nas TIs Andirá Marau/AM, Bakairi/MT, Córrego João Pereira/CE e Ibirama/SC; iii) o “Seminário Nacional sobre Formação Indígena para a Gestão Territorial e Ambiental”, envolvendo 34 experiências formativas, oriundas de dezessete estados brasileiros, e contando com 104 participantes (45 indígenas e 59 não indígenas).

Em 2016, também com apoio do Projeto GATI, encerrou-se o Curso Básico de Formação em PNGATI para a Turma Cerrado. No âmbito dos trabalhos de conclusão desse curso, realizaram-se as seguintes ações: i) divulgação e discussão sobre a PNGATI nas TIs Governador, Krikati, Bacurizinho, Cana Brava e Araribóia; ii) discussões sobre gestão territorial e ambiental na TI São Domingos; iii) atividades de gestão territorial e ambiental nas TIs São Marcos, Parabubure e Pimentel Barbosa; iv) reunião comunitária de planejamento em gestão territorial e ambiental na TI Kapot/Jarinã; v) atividades de agroecologia na TI Cachoeirinha /MS. Ante o exposto, depreende-se que foi realizada a implementação de ações integradas em pelo menos 54 TIs.

Entre as linhas de atuação, também está o processo de articulação técnica – sobretudo com o Ministério do Meio Ambiente e suas vinculadas, mas também com outros órgãos e instituições do poder público em nível federal, estadual e municipal e com parceiros da sociedade civil – com a finalidade de promover uma discussão qualificada sobre a importância de assegurar os direitos e necessidades específicos dos povos indígenas no escopo de políticas e ações ambientais que os afetam. Esse processo de articulação tem o objetivo adicional de proporcionar a participação qualificada de representantes indígenas em fóruns e colegiados no âmbito das políticas e ações em questão por meio de oficinas e formação continuada em temas como gestão de áreas protegidas, biodiversidade, mudanças climáticas, código florestal e recursos hídricos de forma integrada aos objetivos e eixos de implementação da PNGATI. Inclui-se nesta meta assegurar um bom funcionamento e articulação entre as instâncias de governança da PNGATI a partir do exercício da secretaria executiva do Comitê Gestor da Política.

Tivemos avanços em relação a esta meta durante o ano de 2016. No que se refere à governança da PNGATI, a Funai apoiou em 2016 a realização de três reuniões ordinárias e

uma reunião extraordinária do Comitê Gestor da PNGATI, bem como a realização de duas reuniões da Câmara Técnica de Mudanças Climáticas criada no âmbito do comitê. Além disso, a Funai promoveu a publicação do Plano Integrado de Implementação da PNGATI e apoiou a realização de uma reunião da Câmara Técnica de Monitoramento do Plano.

Em relação às mudanças climáticas, a Funai vem contribuindo desde 2015 com o processo de formação continuada de indígenas no tema em parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), por meio do apoio à realização das atividades do Comitê Indígena de Mudanças Climáticas (CIMC). A instituição também promoveu articulações que asseguraram a participação formal de um representante indígena na plenária da CONAREDD e de dez representantes indígenas nas três Câmaras Consultivas Temáticas (CCTs) criadas no âmbito deste colegiado. Além dos indígenas, servidores da Funai também foram selecionados para fazer parte das três CCTs. Ainda, a instituição teve participação destacada na esfera internacional por meio da promoção no espaço do Governo Brasileiro de uma mesa de trabalho sobre “PNGATI e Mudanças Climáticas” durante a COP 22 da UNFCCC no Marrocos.

A Funai foi indicada para compor o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen), instituído pela Lei nº 13.123/15 e pelo Decreto nº 8.772/16. A instituição também teve papel fundamental em assegurar algumas conquistas em relação aos direitos dos povos indígenas na elaboração do Decreto nº 8.772/16, garantindo vaga para servidores (1 titular e 2 suplentes) no Comitê Gestor do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios, bem como vagas para 9 representantes indígenas no CGen (1 titular e 2 suplentes) e no Comitê do Fundo (2 titulares e 4 suplentes). Ainda no escopo da Lei nº 13.123/15, a instituição forneceu subsídios técnicos à plenária do Conselho Nacional de Política Indigenista para apoiar a indicação dos 9 representantes indígenas acima mencionados.

Na temática de gestão de áreas protegidas, a Funai continuou fazendo ao longo do ano de 2016 articulação com o MMA e com o ICMBio, no sentido de enfrentar conflitos decorrentes de sobreposição entre Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs). A Funai também vem apoiando, em nível regional e local, a participação de representantes indígenas e de servidores em reuniões de Conselhos Consultivos de UCs.

No que tange à temática de recursos hídricos, iniciamos em 2016 uma articulação com a Agência Nacional de Águas (ANA) com o intuito de apoiar uma iniciativa piloto de envolvimento de TIs no programa “Produtor de Águas”. Ademais, continuamos assegurando a participação de representantes indígenas e de servidores em Comitês de Bacias em todas as regiões do Brasil.

No que diz respeito ao Código Florestal, a Funai produziu em 2016 uma nota técnica para orientar a inserção de TIs no âmbito do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Sobre outras políticas ambientais, a Funai continua participando de fóruns de discussão e órgãos colegiados como Conama, Conacer, CNZU, entre outros já mencionados acima.

Finalmente, cabe destacar a contribuição da Funai na elaboração das novas fases, referentes ao período 2016-2020, do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDam (quarta fase) e do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado – PPCerrado (terceira fase).

No que tange ao atendimento dos povos indígenas por meio das políticas de Etnodesenvolvimento foram apoiados, neste exercício, mais de 200 projetos diretamente com o orçamento da Funai (Meta PPA 041B), em toda a abrangência nacional. Dentre esses, 40% se relacionam ao fomento da agricultura, 14% ao extrativismo, 12% à pecuária e o restante a eventos diversos como capacitações, seminários e oficinas temáticas, beneficiando em torno de 9.074 famílias indígenas. Como a base de dados de etnodesenvolvimento iniciou a ser operacionalizada em 2016, ainda há lacunas no preenchimento das informações; por isso, espera-se um incremento considerável nesse número já para o próximo exercício com o pleno funcionamento do sistema de monitoramento de projetos de Etnodesenvolvimento.

Em relação à Meta 041A, cabe destacar que embora não haja registro, no exercício de 2016, de nenhuma situação de arrendamento totalmente revertida, na região oeste do Mato Grosso, onde se localizam as Terras Indígenas Paresis (Parsi, Utiriti e Rio Formoso), Nambikwara (Tirecatinga) e Manoki (Irantxe), foram realizadas diversas reuniões com os povos indígenas e outros atores institucionais a fim de se discutir o licenciamento ambiental de lavoura mecanizada visando a se reverter a situação de arrendamento. Também foram promovidas reuniões no âmbito da Câmara de Conciliação e Arbitragem Federal – CCAF para licenciamento da produção relativa à carcinicultura na TI Potiguar, na Paraíba. Além disso, tem sido dado seguimento a 3 (três) Ações Judiciais que determinam o fim do arrendamento nas Terras indígenas Serrinha, Xapecó e Ivaí (no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, respectivamente), até no máximo a safra de 2018. Destaca-se que esta meta dialoga diretamente com a iniciativa 04M2, pois destes processos é que se espera colher os subsídios para a “Elaboração de normativa específica para orientar o ordenamento ambiental de atividades produtivas de iniciativa dos indígenas”.

No que se refere à agricultura familiar e a segurança alimentar (Meta 041G), a Funai, na continuidade das ações conjuntas com a atual Secretaria Especial de Agricultura

Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD e com o Ministério do Desenvolvimento Social Agrário – MDSA, trabalhou na avaliação das propostas técnicas e na capacitação das equipes de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER das entidades selecionadas para as seguintes Chamadas Públicas: a) Xavante, para 1.500 famílias; b) Mato Grosso do Sul, Lote 02, para 1.545 famílias; c) Roraima, para 1.800 famílias; d) Semiárido, para 700 famílias na Bahia, 120 famílias no Ceará e 580 famílias em Alagoas e Sergipe. E ainda nessa seara, cabe ressaltar que, até o final de 2016, foram emitidos quase 20 Selos Indígenas do Brasil, Selos estes vinculados às políticas de agricultura familiar.

Finalmente, relativo à outra iniciativa do PPA em andamento (04M1), cabe colocar que foi elaborada minuta de Termo de Referência para contratação de consultoria de pessoa física para uma avaliação e reestruturação da Renda Indígena e, por outro lado, foram solicitados pareceres jurídicos quanto às possibilidades de fundar novos Programas no âmbito da Renda.

Entre o Projeto de Lei Orçamentária 2016 e sua aprovação pelo Congresso, houve um corte de 36% para a área de atividades produtivas (A PLOA que requisitava 11,0 milhões e foram aprovados somente 7,0 milhões). E ainda, do montante aprovado em LOA, recebeu-se de limite orçamentário pouco mais de quatro milhões e oitocentos mil; se dividido linearmente entre todas as trinta e sete Coordenações Regionais, resulta em média de apenas pouco mais de R\$ 120.000,00 para atender todas as comunidades indígenas jurisdicionadas a uma Coordenação Regional.

Os drásticos cortes nos obrigam a realizar a complementação orçamentária por meio de emendas parlamentares que chegaram a aportar quase um milhão de reais a mais (incremento de quase 20%) e das Cooperações Internacionais.

Quanto aos restos a pagar, nota-se que houve já o cancelamento dos valores em duas das planilhas acima e, na terceira, os valores não cancelados justificam-se pela demora na entrega de certos bens pelos fornecedores no final do ano, o que nos obriga a inscrever valores relativamente pequenos (aproximadamente 1%) para o exercício de 2017; destes, vale destacar que mais da metade foram inscritos por 03 (três) Coordenações Regionais: Campo Grande, Vale do Javari e Maranhão, unidades descentralizadas nas quais houve turbulências devido a mudanças de gestores no exercício de 2016.

Entre o Projeto de Lei Orçamentária 2016 e sua aprovação pelo Congresso, houve um corte de 36% para a área de atividades produtivas (A PLOA que requisitava 11,0 milhões e foram aprovados somente 7,0 milhões). E ainda, do montante aprovado em LOA, recebeu-se de

limite orçamentário pouco mais de quatro milhões e oitocentos mil; se dividido linearmente entre todas as trinta e sete Coordenações Regionais, resulta em média de apenas pouco mais de R\$ 120.000,00 para atender todas as comunidades indígenas jurisdicionadas a uma Coordenação Regional.

Quadro 2 Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS - Código: 2384

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação			(X) Integral () Parcial			
Código: 2384			Tipo: Atividade			
Título:			Direitos Sociais e Culturais e à Cidadania			
*Iniciativa						
Objetivo: Promover e proteger os direitos sociais e culturais e o direito à cidadania dos povos indígenas, asseguradas suas especificidades nas políticas públicas. Código: 1012						
Programa: Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas Código: 2065 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária		30202 – Fundação Nacional do Índio				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não - Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
15.656.964	13.803.255	13.347.610	9.387.826	9.013.610	374.215	3.959.784
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista		Reprogramada	Realizada
Indígena beneficiado		Unidade	273.200		273.200	647.084
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
12.344.173	8.622.441	2.843.365	Indígena beneficiado		Unidade	1.727.429

Análise Situacional:

A promoção e proteção de direitos sociais, culturais e de cidadania aos povos indígenas fundamenta-se no reconhecimento da diversidade e no respeito e fortalecimento das formas próprias de organização de cada povo, para garantir que as decisões e estratégias diferenciadas desses povos sejam consideradas no interior das políticas públicas e na sua relação com os diferentes setores nacionais que direta e indiretamente lidam com essa temática.

Nesse sentido, a fim de garantir que os povos indígenas sejam ouvidos nas questões que os afetem, a Funai desenvolve iniciativas de apoio ao debate e entendimento da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, em especial no que se refere ao direito à consulta livre, prévia e informada. Em 2016, por exemplo, foram apoiadas oficinas de debate da convenção na aldeia Rio Verde – TI Pareci e reuniões com a finalidade de construção do protocolo de consulta dos povos do Xingu.

Em 2016, com o objetivo de fortalecer a participação e formação dos povos indígenas na construção de políticas públicas referentes à Educação Escolar indígena a Funai apoiou, em parceria com o MEC, as comunidades indígenas na realização das Conferências nas Comunidades Educativas preparatórias para a II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena – II CONEEI, que ocorrerá em 2017.

Ainda no âmbito da educação escolar, a Funai apoia a participação das comunidades indígenas na elaboração e implementação de projetos político-pedagógicos e currículos escolares, uma vez que são instrumentos que possibilitam a integração da escola à vida comunitária e devem expressar a identidade e os projetos societários, priorizando as concepções e categorias de conhecimentos de cada povo indígena e as relações intersocietárias que mantém, não se resumindo à mera oferta de informações e conteúdos. Assim, em 2016, apoiou-se a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) junto aos povos das TIs Turé-Mariquita, Tembé, Jaminawa Arara do Rio Bagé e Arara do Rio Amônia, povo Ticuna, escolas Huni Kuin e Aldeia Nova Jacundá.

A Funai também busca fomentar a produção de material didático e paradidático que garantam as especificidades dos povos indígenas e que sejam produzidos em língua indígena. Neste ano foram apoiadas a elaboração de proposta gráfica de material didático no âmbito do Projeto de Revitalização da Língua Kokama e a 1ª Oficina de Produção de Material Didático, realizada na escola da Aldeia Kateté.

Ainda no âmbito da proteção dos direitos dos povos indígenas, a Funai contribui para o aprimoramento de políticas públicas, programas e ações de enfrentamento à violência, considerando as especificidades de gênero e geração, étnico-cultural e territorial dos povos indígenas. Neste exercício, a Funai viabilizou a participação de Conselheiros Tutelares Indígenas em reunião institucional na Cidade de Campo Grande para construção do módulo de formação intercultural para conselheiros Tutelares de Mato Grosso do Sul, visando a qualificação da atuação dos conselheiros em contextos indígenas. A ação está prevista no Plano de Ação

Interinstitucional para a efetivação do Direito à Convivência Familiar e Comunitária de crianças indígenas no Cone Sul do Mato Grosso do Sul.

Apoiou-se o 1º Encontro Estadual de Adoção, promovido pelo Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, o Projeto "Internet Segura - Prevenção de Abuso de Menores e Violência Contra a Mulher", a Jornada do Saber: prevenção às drogas e a Oficina sobre a IN 01/2016/PRES, que trata do Direito à Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Jovens Indígenas junto ao seu povo, em Imperatriz-MA. Além disso, atuou na resolução de conflitos entre comunidades indígenas, na elaboração de diagnósticos sócio-familiares e na apuração de denúncias sobre violação de direitos cujas pautas são de responsabilidade dessa coordenação.

Os Povos Indígenas têm direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, conforme define a legislação nacional que fundamenta a Educação Escolar Indígena. Seguindo o regime de colaboração posto pela Constituição Federal de 1988, Decreto nº26/91, e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a coordenação nacional das políticas de Educação Escolar Indígena é de competência do Ministério da Educação (MEC), cabendo aos Estados e Municípios a execução para a garantia deste direito dos povos indígenas.

No entanto, para que os sistemas de ensino (Secretarias Estaduais e Municipais de Educação) cumpram efetivamente com suas atribuições definidas em legislação, respeitando e valorizando os processos de aprendizado comunitários, a Funai, enquanto principal órgão federal executor e articulador das políticas indigenistas, atua com o objetivo de contribuir na qualificação dessas políticas junto aos povos indígenas, monitorando seu funcionamento e eventuais impactos. Assim sendo, no ano de 2016, a Funai realizou o acompanhamento e monitoramento das ações de educação escolar indígena em vários estados e municípios e promoveu ações articuladas com a SECADI/MEC, qualificando tecnicamente demandas de competência do Ministério da Educação submetidas à Funai pelos povos indígenas, Ministério Público Federal, Instituições de Ensino Superior, Secretarias de Educação Estaduais e Municipais e Organizações Indígenas e Indigenistas.

Além disso, apoiou iniciativas como o II Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena, em Brasília, espaço de interlocução entre os profissionais e lideranças que atuam na educação escolar indígena e o estado brasileiro. Apoiou o II Encontro de Avaliação de Educação Escolar Indígena no Estado de São Paulo e o IX Seminário de Educação Escolar Indígena da Região Noroeste do Estado do Mato Grosso.

Considerando a lei nº 12.416/2011, que alterou a LDB, dispondo que o atendimento aos povos indígenas é de responsabilidade das universidades públicas e privadas, o Decreto nº 7.824/2012, que regulamenta o ingresso nos cursos superiores de estudantes indígenas por meio de vagas reservadas por curso, o Decreto nº 7.234/2010 que dispõe sobre Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES e PNAEST no âmbito das instituições federais e estaduais, respectivamente) e ainda, apoio do PIBID Diversidade, o MEC passou a assumir parte da demanda anteriormente suprida pela Funai. Não houve inclusão de novos beneficiários e, atualmente, o apoio da Funai restringe-se aos estudantes que já vinham recebendo, até a conclusão do cursos, tendo os Termos de Cooperação aporte estritamente técnico.

Com vistas à garantia do direito ao acesso e permanência de estudantes indígenas no ensino superior, a Funai fez gestões junto ao MEC que resultaram na criação da Portaria 389/2013, do Programa Bolsa Permanência (PBP), que assegura o apoio a estudantes indígenas nas Universidades Federais. Desde 2014, a Funai avança no apoio à inscrição dos alunos no PBP por meio da sensibilização e informação e também vem dialogando com o MEC sobre as reivindicações de melhorias no Programa apresentadas pelo Movimento Indígena, como a extensão de seu alcance à Universidades Estaduais. Com a implantação dessa política afirmativa e os intensos diálogos entre Funai e MEC, temos priorizado, de acordo com o Regimento Interno da Funai, a qualificação de programas e ações afirmativas que garantam o apoio à extensão comunitária no período de formação, a assistência estudantil diferenciada, a inclusão de linhas de pesquisa relevantes aos povos indígenas, dentre outras adequações que respeitem suas especificidades e viabilizem a permanência dos estudantes em ambiente tão diverso ao de suas origens, assim como os deslocamentos aldeia-cidade-aldeia, de forma que o estudante tenha garantido seu direito de voltar para casa nos períodos de férias e preserve o seu vínculo com a sua comunidade. Ainda assim, foram apoiados técnica e financeiramente pela Funai cerca de 169 (cento e sessenta e nove) estudantes indígenas, matriculados em Instituições do Ensino Superior (IES) em vários estados da Federação, por meio das cooperações firmadas pela Funai com as IES que se mantêm em vigor e que complementam a política de assistência estudantil de forma a garantir a permanência dos estudantes indígenas no ensino superior nas mesmas condições de seu ingresso.

Além disso, a Funai apoia iniciativas e atividades relacionadas à Educação Comunitária no sentido de, além de valorizar as formas próprias de processos educativos dos povos indígenas, fomentar reflexões e possibilidades mais adequadas para a educação escolar. Entre os projetos apoiados em 2016, destacam-se o Projeto Revitalização Linguística Nhandewa, o Projeto Oficina sobre Língua Krenak, Projeto Revitalização linguística do Kaingang Paulista,

1ª Oficina de Site Nhandewa no Litoral Paulista, Oficina da Gramática Pedagógica Nhandewa-Guarani, Oficina do Dicionário Kaingang, Projeto de Educação Ka'apor, Oficina Linguística Tenetehára, Revitalização da Língua e Cultura Krahô Kanela, Encontro de medicina tradicional da comunidade Krahô, Oficina de Saberes Tradicionais dos Anciões, realização do intercâmbio entre as comunidades Karajá da Aldeia Ibutuma da Ilha do Bananal e Aldeia Buridina em Arauanã/GO, Projeto Abahi Tebrezê, Projeto de Acompanhamento Técnico os pomares Escolares Implantados na T.I Tereza Cristina, Projeto Oficina de Artesanato do Capim Dourado, capacitação e intercâmbio entre Kwazá, Cinta Larga e Suruí, Projeto de Educação Etnoambiental do Entorno da TI Massaco, revitalização da língua do Povo Munduruku do Coatá Laranjal, Projeto de Revitalização da Língua Kokama, Oficina e Registro de Contos do Povo Trumai, Oficina de Cerâmica do Povo Yudjá, Oficinas sobre Sustentabilidade e Qualidade de vida nas aldeias, Morená: Aldeia Sagrada, Oficina de Artefatos Cerimoniais Kalapalo e Projeto de Fortalecimento da Língua Guajajara.

Como fruto do empenho da Funai em qualificar as políticas de ensino Técnico e Profissional foram realizadas diversas articulações com a Setec/MEC. Como exemplo de educação diferenciada nessa área, concluiu-se o apoio ao Projeto Ibaorebu de Formação Integral Munduruku executado pela Funai, por meio da Coordenação Geral de Promoção à Cidadania (CGPC), em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), por meio do Campus Rural de Marabá e do Campus de Itaituba. A proposta foi desenvolvida com e para os Munduruku e marcada pelo compromisso com a proteção do território, dos conhecimentos próprios, com a reafirmação da identidade e a autonomia do Povo Munduruku. Constituiu-se em um projeto de educação diferenciada, com formação em cursos médios técnicos em Agroecologia, em Enfermagem e Magistério Intercultural. No esforço para ampliação da oferta de educação profissional para os povos indígenas, buscando atender as suas especificidades, foram realizadas reuniões de trabalho com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/SETEC/MEC, para definição de estratégias que incentivem as parcerias com a rede federal de educação profissional, que devem ter prosseguimento e definição de encaminhamentos no ano de 2017.

Questões de gênero e de relações entre gerações foram priorizadas em 2016, pois são importantes para todas as sociedades humanas e fazem parte da noção de dinâmica sociocultural, que está em constante processo de reflexão e reelaboração no tempo e entre diferentes grupos sociais.

No caso dos povos indígenas, o direito à diversidade étnica e ao respeito das formas próprias de organização social dos mais de 305 diferentes povos indígenas exige que o Estado respeite como cada povo indígena lida com esses assuntos, a partir de suas cosmologias e de seus modos de vida na elaboração e execução de políticas públicas.

Nesse sentido, o papel da Funai é garantir a proteção aos direitos das populações indígenas para que estas mudanças culturais sejam pautadas pela própria organização sociocultural de cada povo e jamais como resultado das intervenções arbitrárias ou de pressão externas, sejam de invasores de terras ou outros segmentos sociais que tentam impor valores morais e sociais sobre os povos indígenas ou violar seus direitos como é o caso de algumas instituições religiosas.

Nesse contexto, a Funai apoiou em 2016 iniciativas como a participação das mulheres indígenas nos espaços de consulta nacional de mulheres no intuito de contribuir para a realização da Conferência Nacional de Política para as Mulheres, realizada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM em maio.

Foram apoiados ainda o Projeto Encontro de Xondarias Guarani, Projeto Encontro de Mulheres Indígenas do Vale do Ribeira, II Encontro dos Jovens Indígenas de Jiripancó - 2016 "Protagonismo Juvenil", Encontro de Gerações, II Encontro da Juventude Indígena do Rio Grande do Norte, Projeto "Fortalecimento das Mulheres Indígenas para o Combate à Violência", Projeto "Encontro de Mulheres Indígenas do Norte e Oeste da Bahia", 2º Encontro de Jovens Indígenas da Terra Indígena Araribóia, Ritual do Hetohoky, Assembleia da Associação de Mulheres Rahi, Oficinas de Mulheres Indígenas de Roraima, II Assembleia Geral de Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro, Assembleia de Mulheres Indígenas do Município de Tapauá – AMINT, II Diálogo Nacional sobre a Violência Doméstica e Oficinas de Capacitação do Germinar.

A Funai apoia ainda o processo de participação dos povos indígenas em diversos espaços institucionais, fomentando a discussão dos seus direitos e garantias, de forma a impactar na realidade local das comunidades indígenas, alterando e qualificando políticas públicas relacionadas a povos indígenas. Estes espaços devem prever a participação indígena para garantir que seus diferentes modos de vida sejam reconhecidos, respeitados, valorizados e considerados pelas políticas públicas que se desenvolvem em todas as esferas.

Dos processos de participação dos povos indígenas, apoiados no ano de 2016, incluem-se a Assembleia do Conselho Terena, Reunião do Conselho do Aty Guassu, 1ª Assembleia Geral de Caciques e Lideranças do Estado do Paraná, Assembleia da Comissão

Guarani Yvyrupa, III Encontro de Lideranças Indígenas do Rio Grande do Sul, Assembleia da Comissão Guarani Yvyrupá, Assembleia Geral Extraordinária da APOINME, Assembleia Geral do Povo Tapeba, Encontro do Povo Anacé da Japurá: fortalecimento político e cultural, Assembleias dos Povos indígenas do Ceará, I Assembleia dos Povos Indígenas do Piauí, I Assembleia do Povo Indígena Timbira Krepym Kateja, II Encontro Ampliado dos Awá-Guajá, II Assembleia Geral dos povos Indígenas do Mato Grosso, reunião do Grupo Clamor - Cinta Larga: Amigos em Movimento pelo Resgate, Encontro de Lideranças Indígenas do Alto Solimões, I Seminário de Promoção e Proteção dos Direitos Sociais Indígenas do Médio Juruá, VII Encontro de Lideranças do Povo Kanamari, Assembleia do Povo Morubu, 45º Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima, II Assembleia Geral da Texoli Associação Ninan do Estado de Roraima, Assembleia Geral dos ACIS – Agentes Comunitários Indígenas de saúde e TACIS – Técnicos Comunitários Indígenas de Saúde do Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro, 16ª Assembleia do Movimento Indígena no Purus Amazonense - Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus, XXIII Assembleia Geral do Povo Munduruku do Alto Tapajós, Assembleia Extraordinária do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns, Assembleia do Povo Munduruku do Médio Tapajós, XXII Assembleia de Avaliação e Planejamento dos Povos Indígenas de Oiapoque, Assembleia dos povos Indígenas do Oiapoque, Assembleia Extraordinária dos Povos Indígenas Waiana e Aparai e XIII Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Oiapoque.

Nesse sentindo, podemos perceber que apesar do corte orçamentário e contingenciamento de recursos que a Funai sofreu no exercício de 2016, limitando a execução de atividades e projetos, e as dificuldades nas Coordenações Regionais para a prestação de serviços e aquisição de insumos essenciais, devido a falta de contratos, houve um intenso esforço no sentido de fortalecer as comunidades indígenas valorizando as suas especificidades e processos próprios de organização. Observamos ainda que houve investimentos na qualificação das políticas públicas, em especial as de gênero e geracional, com o fortalecimento das organizações das mulheres e jovens indígenas; de mobilização, de forma a promover a participação de indígenas em instancias de decisão; e de educação escolar indígena, de modo a garantir uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária.

No que se refere à proteção e à promoção dos direitos sociais dos povos indígenas, cabe ressaltar que a Constituição Federal de 1988 reconheceu a capacidade civil dos povos indígenas e avançou na ampliação e garantia dos seus direitos, alinhando-se à Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), à Declaração Universal dos Direitos do

Homem e do Cidadão, da Organização das Nações Unidas (ONU), instrumentos jurídicos internacionais que referenciam o campo do indigenismo.

A atualização do principal marco jurídico brasileiro inaugurou uma nova fase do indigenismo estatal e significou o rompimento, no campo do direito, com valores etnocêntricos que contribuíram historicamente para reforçar assimetrias nas relações entre o Estado e os povos indígenas.

Cabe ressaltar, contudo, que apesar da Constituição Federal de 1988 ter estabelecido um novo paradigma sobre os direitos dos povos originários do Brasil, rompendo com a perspectiva tutelar e integracionista, a concretização dessa ruptura ainda é um processo em curso. Representou o alinhamento da política indigenista estatal aos marcos jurídicos nacionais e internacionais que atuam na defesa, garantia e proteção dos direitos desses povos, sinalizando a disposição governamental em fortalecer o processo de superação dos projetos políticos anteriores que estavam amparados em práticas assistencialistas e tutelares, caracterizadas por relações patrimonialistas e clientelistas, de troca de favor, que contribuíram para agravar preconceitos, diferenças e desigualdades na relação dos povos indígenas com o Estado e a sociedade brasileira.

A atuação da Funai se pauta também pelo entendimento de que as políticas sociais devem prever ações indigenistas que assegurem em seus serviços o respeito e a promoção das especificidades socioculturais e territoriais dos povos indígenas, bem como o controle social e o protagonismo indígena, de modo que eles sejam capazes de intervir nos espaços institucionais de diálogo entre os diversos atores do campo do indigenismo e nos processos de formulação das políticas públicas.

Nesse sentido no ano de 2016, no campo da Assistência Social, realizamos em parceria com a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), o Encontro "Trabalho Social com povos indígenas" que contou com a presença e participação de diversas Prefeituras Municipais. O Encontro debateu a questão da atuação da Política Nacional de Assistência Social no universo indígena e teve como objetivo a qualificação dos programas, projetos, ações e serviços socioassistenciais.

No que concerne a Saúde Indígena, em 2016, trabalhamos a problemática do uso abusivo de álcool nas comunidades indígenas, por meio da realização da 1ª Oficina "Povos Indígenas e Necessidades decorrentes do uso de álcool: Cuidado, Direitos e Gestão" em parceria com o Ministério da Saúde, Secretaria Especial de Saúde Indígena e Fiocruz com a participação dos Distritos Sanitários de Saúde Indígena (DSEI's), Funai e diversos membros da Rede de Atenção Psicossocial (RAP). Destacamos também em 2016, a construção do Grupo Técnico de

Trabalho (GT) que terá como objetivo construir Nota Técnica sobre o Artigo 58, parágrafo III, do Estatuto do Índio, que trata da venda de bebidas alcoólicas para povos indígenas. O referido GT será constituído em 2017. Realizou-se ainda, pesquisa qualitativa sobre a participação da Funai nos Conselhos Distritais de Saúde Indígena (Condisi), por meio de levantamento de informações via questionários enviados às Coordenações Regionais da Funai.

No campo do combate à insegurança alimentar em 2016, alcançamos a marca de 58 (cinquenta e oito mil) cestas de alimentos entregues para famílias em situação de insegurança alimentar, por meio da Ação de Distribuição de Alimentos (ADA) do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Avançamos ainda na discussão sobre o novo formato e objetivação dos Registros Administrativos Indígenas, visando, sobretudo, a segurança das emissões dos registros por meio de sistema informatizado. Em 2017, há previsão da realização de Oficina de Fluxo para Acessibilidade ao Registro Civil de Nascimento (RCN) pelos povos indígenas, promovidas pela SEDH, na região do cone sul do Mato Grosso do Sul – MS, em parceria com os Governos dos Estados, Conselho Nacional de Justiça e Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e a Fundação Nacional do Índio.

Por fim, cabe ressaltar o apoio no que concerne ao acesso à moradia digna e projetos de infraestrutura comunitária, destacamos o alcance de (09) nove projetos de apoio à construção de Casas Tradicionais, 07 (sete) projetos de apoio emergencial para abrigamento provisório de famílias em situação de vulnerabilidade social em decorrência de intempéries climáticas e 03 (três) projetos de construção de abrigos móveis. Ademais, foram emitidas 24 (vinte e quatro) autorizações para construção de infraestruturas em Terras Indígenas e 01 (um) projeto de Acesso à água potável.

As ações acima citadas são aquelas que estão para além das ações rotineiras de apoio da Funai ao acesso dos povos indígenas à documentação Civil básica e aos benefícios sociais que consomem praticamente todo o orçamento disponível para essa ação, isso ficou prejudicado no ano de 2016 pois os seguidos cortes e restrições de limite fizeram com que essas ações de promoção do acesso e acessibilidade ficassem prejudicadas em todo país, fazendo com que indígenas tivessem seus benefícios cancelados (Bolsa Família, aposentadoria, entre outros).

Quadro 3 Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS - Código: 20UF

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação			(☒) Integral (☐) Parcial			
Código: 20UF			Tipo: Atividade			
Título:		Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados				
*Iniciativa						
Objetivo: Garantir aos povos indígenas a posse plena sobre suas terras, por meio de ações de proteção dos povos indígenas isolados, demarcação, regularização fundiária e proteção territorial. Código: 1014						
Programa: Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas Código: 2065 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária		30202 – Fundação Nacional do Índio				
Ação Prioritária		(☐) Sim (☒) Não - Caso positivo: (☐) PAC (☐) Brasil sem Miséria (☐) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
18.074.992	16.542.795	15.952.354	11.750.021	11.562.921	187.099	4.202.333
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Terra Indígena Protegida		Unidade		253	253	249
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
23.920.764	4.102.355	3.079.362	Terra Indígena Protegida		Unidade	5

Análise Situacional:

A Lei nº 13.255, de 14 de fevereiro de 2016, que estima receita e fixa a despesas da União para o exercício de 2016, autorizou um orçamento para a 20UF - Ação Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Promoção de Índios Isolados e de Recente Contato, para o localizador Nacional o valor total de R\$ 18.074.992, incluindo as Emendas Parlamentares Individuais e de Bancadas, e uma meta física de 251 terras indígenas protegidas.

Vale esclarecer que o valor publicado na LOA não corresponde ao valor da LOA autorizada, que aporta no montante de R\$ 16.542.795. Para esse valor de R\$ 16 milhões, a previsão ajustada de meta física é de 249 terras indígenas protegidas, tendo o limite orçamentário autorizado para a Diretoria de Proteção Territorial de R\$ 15.952.354, alcançando 96% de empenho total referente à dotação atualizada prevista na LOA/2016, basicamente abrangendo os 3 (três) Planos Orçamentários, que são: Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas, Fiscalização e Monitoramento Territorial das Terras indígenas e Proteção de índios

Isolados. A Diretoria empenhou todo o limite que foi disponibilizado em 2016, e com este limite foi possível atingir a meta física de 249 terras indígenas protegidas, sendo 137 Terras Indígenas fiscalizadas, 111 ocupações não indígenas indenizadas localizadas em 8 Terras Indígenas e 1 Território Protegido (TI Massaco).

O exercício de 2016 foi marcado pela insuficiência de recursos humanos e pela expedição da Portaria MJC nº 611, de 10/06/2016 e da publicação do Decreto nº 8.859, de 26 de setembro de 2016, que alterou o Decreto nº 8670, de 12 de fevereiro de 2016, que dispunha sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do poder público para o exercício, levou a uma redução do limite da Funai, para 107 milhões até dezembro, bloqueando R\$ 2.557.998,00, para adequação ao novo limite; o que atingiu de forma significativa a execução das ações ao longo do exercício, sendo necessário reprogramar todo o planejamento e atender ações de caráter emergencial e judicial.

Frise-se que diante da insuficiência de recursos, o Deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) disponibilizou uma emenda parlamentar de R\$ 480.000,00, que teve um limite liberado e efetivamente executado o valor de R\$ 464.468,13, tendo sido utilizada no custeio, serviços e deslocamento de servidores para realização de ações em campo, com destaque ao apoio às ações de pós-contato realizadas pela FPE Envira junto ao povo de recente contato do Xinane.

O recurso autorizado na LOA para inversão financeira foi o montante de R\$ 213.275,00; o qual é destinado para aquisição de imóveis para constituição de reservas indígenas, considerando a reivindicação fundiária do povo indígena envolvido. Nesses casos, a Funai, antes de consultar a disponibilidade de órgãos públicos, localiza imóveis particulares passíveis de aquisição pela Administração Pública para destinação aos indígenas. Esse valor foi e continua insuficiente para aquisição de qualquer imóvel, tendo sido bloqueado para atendimento ao Decreto nº 8.859, de 26 de fevereiro de 2016.

Ao longo do exercício de 2016 foram necessários remanejamentos orçamentários do PO 0002 - Delimitação, Demarcação e Regularização Fundiária de Terras Indígenas (PTRES 089642) para o PO 0001 - Fiscalização e Monitoramento Territorial de Terras Indígenas (PTRES 089638), dentro da Ação 20UF, sendo que em 2016 o valor remanejado foi de R\$ 1.520.000,00, o recebimento no mês de setembro do crédito suplementar no valor de R\$ 1.000.000,00 e o remanejamento do grupo de despesa de investimento para custeio no valor de R\$ 350.000,00. Chegando ao final do exercício com um orçamento atualizado para o PO 0001 de R\$ 6.258.621,00; que teve como objetivo de cumprir sentenças judiciais e honrar compromissos

governamentais pactuados: (i) continuação da Operação Apyterewa/PA, com a utilização de 53% de todo o orçamento destinado a Fiscalização das TIs (ii) sobrevôo de reconhecimento na Cachoeira Seca/PA, uma das terras indígenas mais desmatadas em 2016, (iii) remanescentes florestais do Maranhão: alto Turiaçu, Araribóia, Caru e Awá, (iv) estruturação do Segat da CR Tapajós para atendimento da TI Munduruku, (v) TIs Parque do Xingu e adjacentes, (vi) TI Rio Branco/RO, (vii); (viii) Alto Rio Guamá/PA, (ix) Saraua/PA, (x) Plano de Proteção das TIs do Médio Xingu, jurisdicionadas a CR Centro Leste do Pará, (xi) Tenharim e Sepoti/AM, (xii) TIs do Médio Purus, (xiii) TIs sob jurisdição de Cuiabá: Sararé, Pirineus de Souza, Tubarão Latundê, Paukalirajusu/MT, (xiv) ocupação das bases de Proteção das TIs Karitiana e Karipuna/MT; em todas as ações grande parte dos recursos foram utilizados no deslocamento de servidores públicos (diárias, passagens e manutenção veicular).

Da mesma forma também foi realizado o remanejamento orçamentário do PO 0002 - Delimitação, Demarcação e Regularização Fundiária de Terras Indígenas (PTRES 089642) para o PO 0003 - Localização e Proteção dos Povos Indígenas Isolados (PTRES 089646), no valor de R\$ 1.000.000,00, para garantir as atividades permanentes de proteção das terras indígenas ocupadas por povos indígenas isolados e de recente contato, executadas de forma contínua em 26 Bases de Proteção Entoambiental (BAPEs) e de forma pontual em outras regiões que são áreas de atuação de 11 Frentes de Proteção Etnoambiental (FPEs), a saber: FPE Awá, FPE Cuminapanema, FPE Envira, FPE Guaporé, FPE Médio Xingu, FPE Madeira-Purus, FPE Madeirinha Juruena, FPE uru-Eu-Wau-Wau. FPE Vale do Javari, FPE Waimiri-Atroari, FPE Yanomami-Ye'Kuana. As BAPEs estão posicionadas estrategicamente no interior das Terras Indígenas habitadas pelos povos indígenas isolados e de recente contato, sobretudo por tratar-se especificamente de populações indígenas em situação de alta vulnerabilidade física, cultural, territorial e epidemiológica. As referidas atividades de proteção territorial envolvem ações com elevado custo de manutenção das BAPEs e de permanência constante de equipes em campo.

Contudo, obviamente a realização de remanejamento orçamentário interno traz aspectos positivos para as ações de Fiscalização e de Localização e Proteção de Povos Indígenas Isolados. No entanto, por outro lado, gera um impacto negativo no planejamento da ação de Delimitação, Demarcação e Regularização Fundiária de terras indígenas no planejamento e no cumprimento das metas previstas para o PPA 2016-2019, em face às razões de dificuldades na execução orçamentário-financeiras, que cujas razões já apresentadas justificariam o remanejamento.

No exercício de 2016, foram liquidados recursos de Restos a Pagar Não Processados dos anos de 2014 e 2015, o maior aporte de recursos foi aplicado na ação de Fiscalização e Monitoramento Territorial no montante de R\$ 2.234.403,33, onde destacamos as despesas de custeio com a Operação Apyterewa, a aquisição de coletes balísticos para as operações de fiscalização e a aquisição de veículos. Quanto ao pagamento de indenização aos ocupantes não índios foram aplicados R\$ 692.608,77 nas TIs Arara da Volta Grande do Xingu/PA, Apyterewa/PA, Lago do Aiapuá/AM, Toldo Imbu/SC e Maranduba – TO/PA, e para a ação de Proteção de Povos Indígenas Isolados, destacamos a reforma da Sede da Frente de Proteção Etnoambiental Madeirinha-Juruena e o Aparelhamento da Frente de Proteção Madeira-Purus. Meta atingida 5 terras indígenas protegidas.

Para os restos a pagar cancelados no PTRES (063693) temos na UG 194074 – o valor de R\$ 37.341,00, empenhos de 2013, destinados ao pagamento de indenizações por benfeitorias a não índios na TI KRIKATI-MA, sendo que os pagamentos não foram realizados à época por recusa dos valores ou os interessados não atenderam as exigências documental.

Na UG 194044, os valores de R\$ 477.954,00 destinados ao pagamento de Indenização na TI Apyterewa/PA, foram cancelados pelo ordenador da Coordenação Regional Kayapó Sul do Pará, devido a falta do desbloqueio dos valores inscritos em RP pela Unidade Gestora em cumprimento ao Decreto nº 8.407/2015;

Na UG 194061, os valores de R\$ 353.293,00, para o pagamento de indenização instaladas no interior da TI Boa Vista/PR, foram bloqueados em razão do decreto 8.407/2015 e em consequência disso, cancelados automaticamente há vista o não desbloqueio para a liquidação.

Na UG 194151 – o valor de R\$ 928.486,00, destinado à aquisição da Fazenda Jenipapeiro de propriedade do Sr. Bernardino José Bittencourt Dias, a qual seria destinada à constituição de área reservada para a comunidade indígena Atikum. Em de 2015 foi constatado pela CCONT/DAGES a não publicação da dispensa de licitação, conforme prevê o artigo 24, inciso X, da Lei 8.666/93, ocasionando uma inconsistência no ato administrativo, gerando a impossibilidade de desbloqueio dos recursos e posteriormente o seu cancelamento. Observamos também o cancelamento saldo de empenho junto as empresas de fornecimento de passagem aérea em face a quitação dos débitos; em conformidade como Decreto nº 8.407/2015.

Já com relação ao PTRES 063690 houve o cancelamento de 79% (cerca de 200 mil reais) do valor inscrito concentrados nas Coordenações Regionais Ponta Porã/MS, Ji-Paraná/RO, Vale do Javari/AM, Baixo Tocantins/PA e Ribeirão Cascalheira/MT devido a não

utilização do saldo. Para o PTRES 089638 houve o cancelamento de 86% (cerca de 233 mil reais) do valor de inscrito em restos a pagar não processados concentrados nas Coordenações Regionais Centro Leste do Pará/PA, Maranhão/MA, Dourados/MS, e Litoral Sudeste/SP devido a não utilização do saldo.

Quadro 4 Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS - Código: 215Q

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(☒) Integral (☐) Parcial				
Código: 215Q		Tipo: Atividade				
Título:		Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas de Recente Contato				
*Iniciativa						
Objetivo: Promover e proteger os direitos sociais e culturais e o direito à cidadania dos povos indígenas, asseguradas suas especificidades nas políticas públicas. Código: 1012						
Programa: Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas Código: 2065 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária		30202 – Fundação Nacional do Índio				
Ação Prioritária		(☐) Sim (☒) Não - Caso positivo: (☐) PAC (☐) Brasil sem Miséria (☐) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
518.103	492.302	485.633	482.905	482.005	900	2.727
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista		Reprogramada	Realizada	
Estratégia implementada	Unidade	1		1	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	Estratégia implementada	Unidade	-	

Análise Situacional:

A aferição dessa meta se dá pela aprovação do programa para Povos Indígenas de Recente Contato. Contudo, não foi possível essa aprovação no ano de 2016, tendo sido realizado

o diagnóstico para a construção do Programa para Povos Indígenas de Recente Contato Korubo (TI Vale do Javari/AM e Zo'é, (TI Zo'é/PA).

A insuficiência de recursos orçamentários e humanos, acompanhados da publicação da Portaria MJC nº 611 e a edição do Decreto nº 8859/2016, atingiu de forma significativa a execução da ação no exercício. No entanto, apesar de toda a dificuldade foi possível à manutenção atendimento permanente aos povos indígenas de recente contato Akuntsu (TI Rio Omerê/RO); Awá-Guajá (TI Alto Turiaçu, Awá e Caru/MA); Kanoê (TI Rio Omerê/RO); Korubo (TI Vale do Javari/AM); Povo de Recente Contato do Xinane (TI Kampa e Isolados do Rio Envira/AC); Suruwahá (TI Zuruwahá/AM); Waimiri-Atroari (TI Waimiri-Atroari/AM) e Zo'é (TI Zo'é/PA).

Quadro 5 Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS - Código: 8635

Código: 8635

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação				(X) Integral () Parcial		
Código: 8635		Tipo: Atividade				
Título:		Preservação Cultural dos Povos Indígenas				
*Iniciativa						
Objetivo: Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação e divulgação de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente daqueles em situação de vulnerabilidade. Código: 1015						
Programa: Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas Código: 2065						

Análise Situacional:

Os Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores demonstram que o montante inscrito de Restos a Pagar não Processados em 2015 somou R\$ 5.176.413,00 ; destes foram pagos R\$ 4.143.596,00 e cancelados R\$ 549.310,00 restando o saldo de R\$ 483.507,00 para liquidação em 2016. Este total é composto por empenhos destinados à aquisição de software, digitalização do acervo histórico textual do Museu do Índio e continuidade das obras de construção do Centro Audiovisual de Goiânia.

O acompanhamento demonstrou que a execução dos Restos a Pagar da UJ foi considerada satisfatória visto permanecer saldo apenas em um empenho referente ao exercício de 2015.

A política pública desenvolvida no âmbito da Ação 8635 – Preservação Cultural dos Povos Indígenas, cujo Objetivo é voltado para a preservação e promoção da cultura dos povos indígenas, visou, desde sua concepção, atender uma demanda crescente das respectivas lideranças e comunidades pela salvaguarda e valorização de seus patrimônios culturais, de natureza material e imaterial. Nas últimas décadas, as sociedades indígenas contemporâneas têm intensificado esse movimento face ao ritmo acelerado dos processos de mudança a que vêm sendo submetidos os contextos em que se localizam muitas aldeias e comunidades, sobretudo no Centro-Oeste – pelo impacto ambiental de empreendimentos econômicos regionais, grandes obras de infraestrutura, entre outros fatores -, colocando em risco a salvaguarda de aspectos essenciais que constituem seu patrimônio e sua identidade singular.

A atuação governamental, por meio do Museu do Índio e suas unidades descentralizadas em Cuiabá/MT e Goiânia/GO, tem sido marcada nos últimos anos pela implementação de ações nos campos específicos da competência institucional, contribuindo de forma efetiva para propiciar uma resposta qualificada à demanda indígena em relação ao seu patrimônio cultural: o desenvolvimento de projetos com a formação de pesquisadores indígenas em pesquisa e documentação de suas línguas, culturas e acervos para que possam assumir o registro do conhecimento pertencente a seus povos; a preservação e disponibilização de acesso nas bases de dados às informações sobre os acervos dos povos indígenas; e o apoio à promoção e valorização de produtos culturais, em conjunto com unidades regionais da Funai.

As prioridades definidas para o quadriênio recém-iniciado em 2016 incluem, na área de projetos de cultura material e acervos documentais, os povos indígenas de recente contato; e, na área de línguas, os povos indígenas de regiões de fronteira e aqueles em situação de grande vulnerabilidade a perdas linguísticas. Por sua vez, as metas estabelecidas para o

quadriênio 2016-2019 preveem 40 projetos desenvolvidos, 160 produtos culturais apoiados e 160 mil bens culturais preservados.

Com relação às unidades descentralizadas do Museu do Índio, no caso do Centro Cultural Ikuiapá, em Cuiabá/MT, contemplado pelo Programa PAC - Cidades Históricas, coordenado pelo IPHAN e a Prefeitura de Cuiabá, os recursos financeiros programados só foram descentralizados no final do primeiro semestre, com a retomada a partir de então das obras de modernização do espaço, com foco na questão da acessibilidade, prevendo-se para julho de 2017 sua conclusão. Quanto ao Centro de Formação Audiovisual de Goiânia/GO, foi concluída a obra de revitalização do espaço de três mil metros quadrados, com área dedicada a exposições e auditório para 150 pessoas, aguardando-se, porém, a instalação do sistema de ar condicionado central, pendente da solução de problemas gerenciais da empresa contratada, o que deverá acarretar grande atraso na conclusão do serviço.

Durante o primeiro ano de vigência do novo PPA, na implementação da Ação 8635 - Preservação Cultural dos Povos Indígenas, o Museu do Índio-Funai enfrentou diversos desafios: alguns, já reportados em relação a exercícios anteriores, de natureza contábil, como contingenciamento de verba e limites de recursos financeiros, ou ainda de natureza operacional e funcional, como a continuidade da carência de recursos humanos especializados em áreas estratégicas da instituição museológica. Porém outro tipo de desafio, imprevisto e de impacto imediato na atuação do órgão científico-cultural da Funai junto ao público, atingiu, de forma mais direta, num primeiro momento, as instalações do Museu, que foram alvo de invasão e ocupação por manifestantes, em julho, inclusive com danos físicos, colocando em risco não apenas o patrimônio arquitetônico tombado, mas em especial as reservas técnicas que preservam o maior acervo etnológico do país, além da própria circulação de visitantes, o que exigiu o fechamento da instituição e a execução de obras de reforço da segurança patrimonial, sob a supervisão do IPHAN, ainda em andamento.

O episódio teve reflexos e impactos significativos na programação de atividades e eventos culturais e científicos nas instalações do Museu, implicando na descontinuidade de oficinas e demais trabalhos em processo de organização e parceria com povos indígenas e outras instituições e núcleos científicos e acadêmicos.

Apesar das dificuldades apontadas, especialmente com relação ao fechamento à visitação, a Unidade se empenhou na diversificação ou aprofundamento de algumas atividades, por meio de eventos extramuros em parceria com outras instituições e os serviços online, com a disponibilização de informações na base de dados e em sua página na internet, buscando ampliar

o alcance ao público externo, tendo também intensificado a produção editorial e a publicação de resultados e produtos de pesquisa, com destaque para a divulgação de quatro novas obras, sendo três de catálogos de exposições recentes.

Com relação ao atendimento ao público, indicador de especial importância, considerando-se o alcance das ações de preservação e, mais diretamente, de divulgação do acervo e comunicação das informações qualificadas sobre os povos indígenas, registrou-se durante o exercício um total de público virtual de 943.814 internautas. Por sua vez, o público presencial registrou 95.904 pessoas, resultante de visitas escolares, atividades e eventos locais ou externos, apoiados pelo Museu, além do público alcançado pelas iniciativas de empréstimo de material a escolas públicas e privadas. No caso do público local no Museu, foi considerado apenas o período de janeiro a meados de julho, devido ao fechamento da instituição.

Análise Situacional por Meta da Ação 8635

Meta: 03ZM - Apoiar 160 produtos culturais, em conjunto com as unidades regionais da Funai.

O programa de apoio a projetos culturais é uma iniciativa em vigor no Museu do Índio, desde 2012, voltada para promover e fortalecer a cultura dos povos indígenas no Brasil. Em 2016, a chamada de projetos foi direcionada para trazer à tona as premissas e os princípios básicos que norteiam esse programa, fazendo sobressair a importância dos índios na formulação das propostas, evocando o seu protagonismo, fator fundamental para o sucesso dos projetos, definidos como de livre iniciativa dos índios. A chamada foi simplificada, tornando-a mais acessível à participação direta dos índios, com novos tópicos direcionados ao seu cotidiano e informações relacionadas ao seu modo de viver, sem necessidade de conhecimentos técnicos para preenchimento. O formulário ganhou itens específicos sobre lideranças e mestres indígenas, assim como suas aldeias. Nesse sentido, observou-se, durante o processo de análise dos projetos recebidos, que houve uma grande participação de mestres e lideranças indígenas, ou referências a eles.

O Programa somente apoia iniciativas voltadas à promoção da cultura indígena, devendo os projetos priorizar uma ou mais das seguintes áreas temáticas:

- 1) produção de artefatos para uso e/ou venda;
- 2) comercialização e/ou distribuição e/ou divulgação da produção cultural;
- 3) registro e documentação do patrimônio cultural dos povos indígenas;
- 4) oficinas de repasse de saber;
- 5) capacitação técnica de indígenas como agentes culturais em atividades museais e de arquivos;
- 6) celebrações (rituais e festas) e/ou eventos.

Face ao contingenciamento e à imprevisibilidade de liberação de recursos orçamentários para as atividades previstas, no exercício de 2016 optou-se por reduzir o teto por projeto (de R\$30 mil para R\$20 mil), também como medida cautelosa contra o risco de uma demanda muito maior do que os recursos disponíveis e a possibilidade de apoio. Ao todo, foram recebidas 49 propostas das Coordenações Regionais, tendo sido possível aprovar e promover, ao final do exercício, um total de 34 projetos, vinculados a 20 Coordenações Regionais, a partir de uma reprogramação orçamentária e da obtenção de mais recursos, no início do segundo semestre, em função do número de propostas recebidas.

Foram apoiados em 2016 projetos provenientes de todas as regiões do país, em sua grande maioria da região Norte, seguida das regiões Nordeste e Centro Oeste. O apoio promoveu produtos fortalecendo as culturas Apinayé, Tembé, Xavante, Yudjá, Matsés, Ramkokamekrá Canela, Guató, Gavião Parkatejê, Gavião Pyhcop catiji, Kapinawá, Guarani Mbyá, além de povos indígenas do Oiapoque, da região do Baixo São Francisco e da região do Rio Negro.

Meta: 03ZL - Desenvolver 40 projetos visando à formação de pesquisadores indígenas em pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos de seus povos.

As principais ações previstas nesta meta foram impactadas principalmente por limitações de ordem financeira, inviabilizando, assim, a implementação, ao longo de 2016, como programado originalmente, do novo acordo de cooperação técnica internacional, firmado entre a Funai-Museu do Índio e a UNESCO, para o Projeto ‘Salvaguarda do Patrimônio Linguístico e Cultural dos Povos Indígenas Transfronteiriços e de Recente Contato na Região Amazônica’. Apenas após a liberação, no final do ano, do montante necessário de recursos financeiros para assegurar o início efetivo dos trabalhos foi então possível retomar o planejamento e reprogramar as atividades, em conjunto com as Diretorias de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável (DPDS) e de Proteção Territorial (DPT), cujas equipes especializadas nas respectivas áreas serão parceiras da iniciativa. Em reunião do Conselho Diretor, foram estabelecidos alguns focos centrais do Projeto em relação a cada segmento, voltados principalmente para a formação de pesquisadores, indígenas e não indígenas, para darem continuidade aos trabalhos de pesquisa e documentação; e para produtos com qualidade para as escolas em áreas indígenas e fundamentais para a formação de professores. Para o quadriênio recém-iniciado em 2016, as prioridades incluem, na área de projetos de cultura material e acervos documentais, os povos indígenas de recente contato; e, na área de línguas, os povos indígenas de regiões de fronteira e aqueles em situação de grande vulnerabilidade a perdas linguísticas.

Entre outras realizações na área de pesquisa, documentação e formação de pesquisadores indígenas destaca-se em 2016 o projeto dedicado aos Enawene Nawe/MT, em andamento como parte de acordo firmado entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN e a Sociedade de Amigos do Museu do Índio-SAMI, com suporte técnico e parceria do Museu do Índio. Os trabalhos dão continuidade ao subprojeto de acervos sonoros Enawene Nawe, que integrou o Projeto de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas (ProgDoc), no âmbito do acordo de cooperação com a UNESCO que vigorou até 2015.

Ainda no Centro Oeste, outros dois projetos que integraram o ProgDoc tiveram etapas de trabalho de campo e oficinas com apoio técnico do Museu do Índio: o projeto Kaiaby/Kawaiwete, que, na fase anterior, focalizou o povo indígena que habita o Xingu/MT, tendo agora como objetivo, em 2016, a revitalização linguística de outra comunidade da mesma etnia, residente na região do rio dos Peixes, Juara/MT; e o projeto de documentação das tradições culturais e históricas Xavante, abrangendo oficinas de capacitação em documentação audiovisual e tratamento de arquivos digitais com pesquisadores da aldeia Pimentel Barbosa. No Mato Grosso do Sul, foi realizada viagem de campo para a 1ª Oficina de Revitalização da Língua Guató, que resultou na elaboração de uma Cartilha, com vocabulário e frases básicos, impressa e em áudio, material revisado após uma segunda viagem de campo.

Na Região Norte, foi apoiada pesquisa de campo na área do médio rio Madeira/AM, como etapa preliminar de projeto sobre a cultura Pirahã com vistas à concepção e montagem de exposição sobre o povo indígena, com o objetivo de apresentar ao público a riqueza de sua cosmologia e cultura material. Outro projeto na mesma região foi dedicado aos Yawanawá, no Acre, em continuidade a etapas desenvolvidas no âmbito do ProgDoc. Em 2016, a equipe realizou viagem de campo com o objetivo principal de dar início à produção de uma Gramática Pedagógica da língua Yawanawá, em colaboração com os professores indígenas.

Na Região Sul, o projeto piloto Ninho de Língua e Cultura Kaingang, inspirado na experiência de revitalização linguística e cultural do povo Māori, da Nova Zelândia, foi apresentado à comunidade Kaingang da Terra Indígena Nonoai/RS, em viagem de campo em meados de 2016. O projeto deverá se adequar à realidade sociolinguística educacional Kaingang, com ampla participação de professores da comunidade. A proposta do intercâmbio de experiência de revitalização linguística tem a parceria da Faculdade de Letras da UFRJ, da Universidade Massey da Nova Zelândia e do Museu do Índio.

No Nordeste, foi desenvolvida etapa do projeto dedicado aos Ka'apor, na Terra Indígena Alto Turiaçu/MA, com apoio do Museu do Índio, cujo objetivo científico é a descrição

da língua de sinais usada para a comunicação com os surdos e dos gestos que acompanham as narrativas.

Por fim, no Nordeste/Sudeste, no âmbito da pesquisa que busca trabalhar as relações culturais e linguísticas entre os povos Pataxó/BA e Maxakali/ES, foi realizado encontro na Universidade Federal do Sul da Bahia-UFSB, voltado para avaliar as possibilidades de desenvolvimento de ferramentas tecnológicas para incrementar o projeto de colaboração entre a Universidade e o Museu do Índio, na consolidação do projeto voltado para a retomada da língua e cultura Pataxó em intercâmbio com os povos Tikmu'un (Maxakali).

Meta: 03ZN - Registrar, preservar e difundir 160 mil itens do acervo documental sob a guarda do Museu do Índio e de suas unidades descentralizadas.

Destaca-se, na área de preservação, o trabalho de digitalização do acervo textual do Fundo Serviço de Proteção aos Índios-SPI, cujos resultados superaram bastante os quantitativos previstos, em parte como resultado do desenvolvimento, pela empresa contratada, de tecnologias que aperfeiçoaram significativamente os processos, conferindo um grau de produtividade elevado ao projeto, além da adoção de softwares que agilizam o trabalho, seja para cadastramento dos códigos de referência, facilitando a digitalização, seja para controle de qualidade dos objetos digitais. Paralelamente, o projeto envolveu ainda um trabalho permanente da equipe técnica institucional de conferência e controle da movimentação de acervo, com o acompanhamento diário da execução e desempenho de cada etapa, escolha dos acervos prioritários em função do seu estado de conservação, controle de movimentação destes para segurança e gerência dos recursos tecnológicos utilizados e que necessitam de manutenção. Dessa forma, durante o exercício em pauta, foram produzidos 462.213 objetos digitais, resultado da soma dos arquivos em formato tiff (matriz digital para preservação) e pdf (derivada para acesso), equivalente a um volume de dados de 9,68 terabytes. Essa etapa do projeto envolveu documentação das Inspetorias Regionais do SPI e da Diretoria (documentos remanescentes do incêndio ocorrido em 1967), itens dos fundos Comissão Rondon e Conselho Nacional de Proteção aos Índios, além do fundo Marechal Rondon e outros fundos pessoais. A documentação abrange 1.774 dossiês trabalhados, correspondendo a 80.968 itens documentais digitalizados e armazenados no storage do Museu do Índio.

Com o reforço das novas tecnologias adotadas e o acompanhamento e controle sistemáticos da equipe técnica do Museu, a produção de mais de oitenta mil itens documentais textuais, por si só, contribuiu para a superação, em apenas um ano, da meta programada de bens culturais preservados para o primeiro biênio do Plano Plurianual.

Ainda na área de acervo arquivístico, o Museu do Índio realizou também o recolhimento ao acervo institucional de documentos pertencentes ao fundo Serviço de Proteção aos Índios (Inspetoria Regional 1, responsável pelos postos indígenas no estado do Amazonas), que estavam depositados na Coordenação Regional de Manaus. O objetivo do recolhimento é garantir a preservação e acesso aos documentos, a partir de processamento técnico arquivístico adequado e digitalização conforme recomendação do Conselho Nacional de Arquivos e guarda nas condições ideais para sua conservação. Foram 6.382 páginas de documentos recolhidas, incluindo desde documentação administrativa de funcionamento SPI, quanto relatórios de viagens, relatórios anuais da Inspetoria Regional 1 e atividades dos postos indígenas, entre os anos de 1916 a 1967.

A par do foco na preservação do acervo textual, registra-se a continuidade em 2016 do processamento técnico dos acervos museológico e bibliográfico, bem como o tratamento do acervo audiovisual, num total de 13.361 itens culturais preservados por meio de procedimentos visando à sua conservação e divulgação, tais como indexação na base de dados, notação, qualificação, restauração de peças, controle de umidade e temperatura das reservas técnicas e peças em exposição, além de incorporação de acervos doados ou aquisição de coleções, entre outros.

Ações não previstas na LOA do exercício – restos a pagar não processados – OFSS

Quadro 6 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS - Código 2384

Identificação da Ação					
Código 2384		Tipo: Atividade			
Título		Proteção Social dos Povos Indígenas			
*Iniciativa					
Objetivo:		Código:			
Programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas Código: 0150 Tipo: Finalístico					
Unidade Orçamentária		30202			
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
65.246	7.956	22.856			

Quadro 7 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS - Código 2711

Identificação da Ação	
Código 2711	Tipo: Atividade

Título	Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas				
*Iniciativa					
Objetivo:	Código:				
Programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas Código: 0150 Tipo: Finalístico					
Unidade Orçamentária	30202				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade medida de	Realizado
83.781	-	7.284			

Quadro 8 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS - Código 2711

Identificação da Ação					
Código 2711		Tipo: Atividade			
Título		Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas			
*Iniciativa					
Objetivo:		Código:			
Programa Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento					
Código: 0151		Tipo: Finalístico			
Unidade Orçamentária		30202			
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Meta	
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade medida de	Realizado
67	-	67			

Quadro 9 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS - Código 2711

Identificação da Ação	
Código 2711	Tipo: Atividade
Título	Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas
*Iniciativa	
Objetivo:	Código:
Programa: Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas Código: 2065 Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	30202
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade medida de	Realizado
21.399	-	21.399			

Quadro 10 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS - Código 2713

Identificação da Ação					
Código 2713		Tipo: Atividade			
Título		Fomento e Valorização dos Processos Educativos dos Povos Indígenas			
*Iniciativa					
Objetivo:		Código:			
Programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas Código: 0150 Tipo: Finalístico					
Unidade Orçamentária		30202			
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade medida de	Realizado
21.382	-	1.862			

Quadro 11 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS - Código 2713

Identificação da Ação					
Código 2713		Tipo: Atividade			
Título		Fomento e Valorização dos Processos Educativos dos Povos Indígenas			
*Iniciativa					
Objetivo:		Código:			
Programa: Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas Código: 2065					

Quadro 12 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS - Código 6059

Identificação da Ação					
Código 6059		Tipo: Atividade			
Título		Assistência a estudantes indígenas fora de suas aldeias			
*Iniciativa					
Objetivo:		Código:			
Programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas Código: 0150 Tipo: Finalístico					
Unidade Orçamentária		30202			
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Meta	
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade medida de	Realizado
2.840	-	-			

Quadro 13 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS - Código 6698

Identificação da Ação					
Código 6698		Tipo: Atividade			
Título		Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas			
*Iniciativa					
Objetivo:		Código:			
Programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas Código: 0150 Tipo: Finalístico					
Unidade Orçamentária		30202			
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade medida de	Realizado
41.729	-	37.309	Projeto realizado	unidade	

Quadro 14 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS - Código : 20UF

Identificação da Ação	
Código : 20UF	Tipo: Atividade
Título	Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados
*Iniciativa	
Objetivo:	
Código:	

Programa: Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas					
Código: 2065		Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária		30202			
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
20.000.000	-	20.000.000	Terra Indígena Protegida	Unidade	0

O valor de R\$ 20.000.000,00 refere-se aos recursos inscritos em Restos a Pagar Não Processados no exercício de 2013, bloqueados por força do Decreto nº 8.407/2015 e alterado pelo Decreto nº 8.466/2015, para o qual temos a esclarecer que o crédito deu-se em razão da decisão proferida no âmbito da Ação Cautelar Incidental nº 0001628-722013.403.6006, ajuizada pelo Ministério Público Federal incidentalmente à Ação Civil Pública nº 000150341.2012.4.03.6006, na qual o Parquet pugna pela conclusão do processo de demarcação da Terra Indígena Yvy Katu/MS, com a consequente retirada dos ocupantes não índios das áreas e a indenização pela União, em razão da emissão de títulos dominiais sobre a área de ocupação tradicional Guarani, com fulcro no art. 37, § 6º da Constituição Federal de 1988.

Na referida ação foi deferida liminar determinando o imediato bloqueio dos valores constantes no Programa 2065.20UF.7000 da LOA exercício 2013, destinados especificamente à indenização dos portadores de títulos dominiais em terras indígenas. No agravo de Instrumento nº 0002148-71.2014.403.000/MS, requerida perante o TRF3, foi deferido efeito suspensivo à referida decisão.

Com efeito, observa-se que foi proferida Sentença na referida Ação Cautelar extinguindo o processo sem resolução do mérito, ante o transcurso do exercício financeiro de 2013 e em razão da decisão proferida pelo Tribunal Regional da 3ª Região, que deu provimento ao Agravo interposto pela União, indeferindo o pedido para o bloqueio dos referidos valores. A citada Sentença, transitou em julgado em 06/03/2015 na Justiça Federal do Mato Grosso do Sul. Por conseguinte, não subsistia justificativa para manutenção do valor de R\$ 20.000.000,00, em restos a pagar não processados, sendo solicitado o seu cancelamento no exercício de 2015.

Quadro 15 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS - Código 4390

Identificação da Ação	
Código 4390	Tipo: Atividade
Título	Delimitação, demarcação e regularização de terras indígenas
*Iniciativa	

Objetivo:	Código:				
Programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas Código: 0150 Tipo: Finalístico					
Unidade Orçamentária	30202				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2.088.795	-	-	Etapas de regularização	unidade	0

Basicamente esses recursos inscritos em Restos a Pagar não Processados se referem aos anos de 2008, 2010 e 2011, destinados ao pagamento de indenização de benfeitorias de boa-fé edificadas por não índios nas Terras Indígenas: Cachoeirinha –MS (UG 194020) R\$ 746.726,00; Krikati – MA (UG 194074) R\$ 410.848,00, Xucuru-Karari – AL (UG 194077) R\$ 821.823,00 e Kwaza do Rio São Pedro – RO (UG 194003); para os quais tecemos alguns comentários:

Terra Indígena Cachoeirinha-MS: Nota de Empenho nº 2010NE000063 – 746.276,00, em nome do Senhor Ibrahim Miranda Cortada. Havia entendimentos entre o interessado e a Funai, no sentido de proceder ao pagamento da indenização. O Pagamento não foi efetivado devido o interessado ter condicionado a desistência da Ação Judicial movida contra a União/Funai, a dispensa dos honorários advocatícios. Posteriormente, o interessado transferiu a terceiros a ocupação perdendo o objeto o valor empenhado. Esta situação já foi informada anteriormente, motivo pelo qual o empenho será cancelado.

Terra Indígena Krikati-MA: Os pagamentos não foram realizados à época das ações das Comissões de Pagamentos, face recusa dos valores ou devido os interessados não terem atendido as exigências documentais. Atualmente aguarda decisão da Justiça Federal de Imperatriz - MA, na ação proposta pelos interessados. Recursos devem ser assegurados para custear as indenizações tão logo o Poder Judiciário autorize o depósito judicial.

Terra Indígena Xucuru-Kariri -AL: Aguardando decisão judicial para a conclusão do pagamento.

Terra Indígena Kwazá do Rio São Pedro: Foi recusado pelo ocupante não índio o recebimento por via administrativa do valor da indenização em 2008, sendo ajuizada Ação de Consignação em Pagamento nº 2009.41.01.002323-0 na Justiça Federal de Rondônia – RO. Está aguardando ordem judicial para proceder ao depósito.

Quadro 16 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS - Código 4390

Identificação da Ação					
Código 4390	Tipo: Atividade				
Título	Delimitação, demarcação e regularização de terras indígenas				
*Iniciativa					
Objetivo:	Código:				
Programa: Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas Código: 2065 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	30202				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.279.586	-	-	Etapas de regularização	unidade	0

Os recursos tratam dos Restos a Pagar Não Processados no exercício de 2012, para os quais temos a esclarecer que os valores referem-se aos pagamentos de indenização por benfeitorias de boa-fé instaladas por não índios no interior das Terras Indígenas: 1) Boa Vista/PR (UG 194061) – R\$ 242.315,00, houve recusa por parte dos não índios quanto aos valores avaliados para o efeito da indenização; 2) Palmas/PR (UG 194061) – R\$ 155.304,00; o espólio não aceitou o pagamento da indenização, alegando estar com a demanda na justiça, o referido crédito deverá ser mantido para atender ao pagamento via indenização judicial; e 3) Xucuru-Kariri/AL (UG 194077) - R\$ 291.941,00, aguardando decisão judicial para a conclusão do pagamento.

Destacamos também o valor empenhado na Sede (UG 194151) no montante de R\$ 590.022,61, referente aos contratos com as empresas especializadas em topografia e geodésia para a demarcação física dos limites de Terras Indígenas. Entretanto, devido aos fatores a seguir especificados, não foi possível a sua conclusão: Processos Licitatórios nºs 08620.001367/2013-88 (TI Bacurizinho/MA), não prosperou devido a ação judiciais que impediram a demarcação física projetada; 08620.001361/2013-19 (TI Passo Grande do Rio Forquilha/RS), realizado em parte. Devido a conflitos fundiários houve paralização dos trabalhos em função da insegurança para os técnicos e posteriormente o Ministério da Justiça e Segurança Pública determinou que voltassem as ações com a mediação do conflito; 08620.1368/2013-22 (TI Porquinhos dos Kanelas Apanjekra/MA), trabalhos realizados parcialmente, sendo interrompidos por decisão judicial; 08620.001364/2013-44 (TI São Marcos e Merure/MT) trabalhos de aviventação de limites realizado em sua plenitude, havendo saldo de empenho não utilizado; 08620.001350/2013-21 (TI Buriti/MS) devido a conflitos fundiários houve paralização dos

trabalhos em função da insegurança para os técnicos e posteriormente o Ministério da Justiça e Segurança Pública determinou que voltassem as ações com mediação do conflito; 08620.001357/2013-42 (TI Guarani do Araçaí/SC) trabalhos não realizados em função de conflitos fundiários instalados e que permanecem até a presente data sem mediação; 08620.001359/2013-31 (TI Guyraroká/MS), 08620.001366/2013-33 (TI Jatayvary/MS) e 08620.005280/2013-80 (TI Sombrierito/MS) devido aos conflitos agrários instaurados no Estado do Mato Grosso do Sul não foi possível a realização total dos procedimentos demarcatórios, tendo sido instaurada, sem êxito, uma mesa de diálogo através do Ministério da Justiça e Segurança Pública para conciliação das partes; e 08620.001349/2013-04 (TI Ivyporã Laranjinha/PR) trabalhos não executados em função de conflitos agrários e de decisão judicial determinando a suspensão do processo de regularização fundiária.

Os saldos empenhados permaneceram em vista da possibilidade da mediação dos conflitos no período contratual e ainda a possibilidade de prorrogação de prazos contratuais, permitindo a agilidade dos processos já contratados. Como isso não ocorreu, os saldos deverão ser cancelados.

Quadro 17 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS - Código 6914

Identificação da Ação					
Código 6914		Tipo: Atividade			
Título		Localização e proteção de povos indígenas isolados			
*Iniciativa					
Objetivo:		Código:			
Programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas Código: 0150 Tipo: Finalístico					
Unidade Orçamentária		30202			
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2.216	-	-	Comunidade protegida	unidade	0

O valor de inscrito em Restos a Pagar de R\$ 2.216,00, refere-se aos recursos repassados para a FPE Awá Guajá, em 2011, destinados à proteção dos índios da etnia Awá. Trata-se de saldo de empenhos que serão cancelados.

Quadro 18 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS - Código 8635

Identificação da Ação					
Código 8635		Tipo: Atividade			
Título		Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas			
*Iniciativa					
Objetivo: Código:					
Programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas Código: 0150 Tipo: Finalístico					
Unidade Orçamentária		30202			
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2.990	-	-			

Quadro 19 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS - Código 8635

Identificação da Ação					
Código 8635		Tipo: Atividade			
Título		Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas			
*Iniciativa					
Programa: Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas					
Código: 2065		Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária		30202			
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
221.755	216.262	1.078	Atividade cultural realizada	Unidade	

Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

O principal problema enfrentado em 2016 na área de preservação - cuja meta é associada ao plano orçamentário Preservação do Conhecimento dos Povos Indígenas - refere-se a

questões relativas à segurança do patrimônio cultural sob a guarda do Museu do Índio, em virtude dos fatos descritos em item anterior, relacionados à ocupação da unidade por manifestantes. No período de dez dias, aproximadamente, a instituição ficou impedida de adotar procedimentos de controle de umidade e temperatura das reservas técnicas e das salas de exposição, resultando em grave risco para os acervos, em sua quase totalidade de natureza orgânica. Os desdobramentos da situação ocorrida estenderam-se ao longo de todo o segundo semestre, com o fechamento da unidade ao público externo para reforço das condições de segurança.

A meta relacionada ao plano orçamentário de Pesquisa sobre Populações Indígenas foi particularmente afetada durante o exercício no que tange ao desenvolvimento dos projetos previstos, em vista da dificuldade de liberação, em tempo hábil, dos recursos financeiros necessários à implantação efetiva do novo acordo de cooperação técnica internacional, firmado entre a Funai-Museu do Índio e a UNESCO, voltado para pesquisa e documentação de línguas e culturas de povos indígenas transfronteiriços e de recente contato na região amazônica. Assim, os trabalhos nessa área foram reprogramados para 2017.

Quanto à meta vinculada ao plano orçamentário de Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, embora no primeiro semestre, devido ao contingenciamento de recursos, só tenha sido possível apoiar duas propostas inicialmente submetidas pelas Coordenações Regionais, ao final do ano chegou-se a um total de 34 projetos apoiados, a partir da ampliação do prazo de apresentação de propostas, da obtenção de mais recursos e também da redução do valor do apoio por projeto (de R\$30 para R\$20 mil reais).

No que tange à meta geral de projetos culturais implantados no âmbito da Ação 8635, não obstante uma previsão inicial de realização de até 25 projetos no exercício - em vista da expectativa de contenção de recursos -, ao final do ano alcançou-se um total de 40 projetos culturais, desenvolvidos, sobretudo, em relação às metas voltadas para a Promoção do Patrimônio Cultural e para a Preservação do Conhecimento dos Povos Indígenas. De fato, em virtude do contingenciamento e limite concedido de recursos no primeiro semestre de 2016, desenvolveu-se inicialmente um pequeno número de projetos, embora, em termos qualitativos, alguns de grande complexidade, como a digitalização do acervo histórico textual e a publicação de catálogo de exposição. Atividades e eventos relacionados à Semana do Índio e ao Abril Indígena, mostras fotográficas, formação de coleções contemporâneas de cultura material incluem-se entre os projetos executados, além da descentralização de recursos a Coordenações Regionais para duas atividades culturais. Ao longo do exercício, apesar das dificuldades

financeiras e operacionais, diversos outros projetos culturais foram implantados, destacando-se a publicação de mais três catálogos de exposições, a organização de mais uma edição do curso Dimensões das Culturas Indígenas, a descentralização de recursos para a realização de mais 32 atividades na área de promoção, a par de apoio técnico-operacional a pesquisas de campo de equipes de vários projetos, em continuidade aos trabalhos voltados para a documentação de línguas e culturas indígenas.

Com relação às metas estabelecidas no PPA, não obstante os fatores intervenientes mencionados, a unidade conseguiu apresentar resultados satisfatórios nas áreas básicas de sua atuação institucional. Como já referido, entre os fatores positivos que contribuíram para superar os resultados esperados destaca-se em 2016 o volume expressivo da produção alcançada pelo projeto de digitalização do acervo textual.

Importa reiterar observação já feita em diversos relatórios institucionais sobre os desafios enfrentados pela unidade quanto à carência de pessoal no quadro para determinados serviços, com a permanência de lacunas importantes na pequena equipe, especialmente em áreas estratégicas como linguística e arquivologia, além de pessoal de apoio tático em tecnologia da informação e contabilidade. A situação se agrava a cada novo exercício com a expansão natural do acervo e a crescente complexidade dos procedimentos técnicos e administrativos para garantir o nível de qualidade exigido para a preservação das categorias específicas de bens culturais custodiados e para a atualização permanente das formas de acesso às informações e produtos gerados - atividades que requerem formações profissionais específicas não contempladas nos últimos concursos realizados.

Informações sobre a execução das despesas

Tabela 3 Despesas Totais por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação Valor R\$ (1,00)	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	73.711.184	13,9%	100.849.819	18,1%	47.520.527	9,7%	62.125.861	12,6%
a) Convite	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	537.093	0,1%	1.253.670	0,2%	-	-	241.465	0,0%
c) Concorrência	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Pregão	73.174.091	13,8%	99.596.149	17,9%	47.520.527	9,7%	61.884.396	12,5%
2. Contratações	34.387.459	6,5%	38.774.268	7,0%	30.014.080	6,1%	29.217.836	5,9%

Diretas (h+i)								
h) Dispensa	29.011.860	5,5%	31.879.554	5,7%	25.592.114	5,2%	26.025.304	5,3%
i) Inexigibilidade	5.375.599	1,0%	6.894.714	1,2%	4.421.966	0,9%	3.192.532	0,6%
3. Regime de Execução Especial	14.465	0,0%	23.889	0,0%	14.465	0,0%	23.839	0,0%
j) Suprimento de Fundos	14.465	0,0%	23.889	0,0%	14.465	0,0%	23.839	0,0%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	383.272.302	72,4%	374.556.146	67,1%	378.549.937	77,4%	371.633.837	75,2%
k) Pagamento em Folha	376.670.456	71,2%	366.679.737	65,7%	371.953.803	76,1%	363.760.022	73,6%
l) Diárias	6.601.846	1,2%	7.876.409	1,4%	6.596.134	1,3%	7.873.814	1,6%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	491.385.412	92,8%	514.204.123	92,2%	456.099.009	93,3%	463.001.373	93,6%
6. Total das Despesas da UPC	529.252.766	100%	557.797.357	100%	488.801.399	100%	494.479.176	100%

No exercício de 2016, constata-se uma redução na UPC de 36,81% no total das despesas empenhadas por modalidade de licitação em relação ao ano de 2015, em razão da necessidade da redução de despesas impostas pelo Decreto nº 8.540, de 09/10/2015 que estabeleceu, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços e na utilização de telefones celulares corporativos entre outros dispositivos, assim como o Decreto nº 8.541, que estabeleceu no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, medidas de racionalização do gasto público no uso de veículos oficiais e nas compras de passagens aéreas para viagens a serviço.

Ressalta-se a redução dos valores pagos na modalidade Pregão, quando comparados o exercício 2016 e 2015, com expressiva queda de 23%, principalmente sobre as aquisições dos produtos e serviços: combustíveis (R\$ 1,9 milhões), locação de meio de transporte (R\$ 1,4 milhão), passagens para o país (R\$ 3,7 milhões) e exposições e congressos (R\$ 4 milhões). As demais modalidades de contratações permanecerem praticamente estáveis, não ocorrendo grandes oscilações de 2015 para 2016.

O apoio administrativo continua sendo uma das maiores despesas da Funai, muito em função do grande quantitativo de aposentadorias ocorridas nos últimos anos, assim, dos valores pagos em 2016 na modalidade pregão, isso representa quase 30% do valor total. Em seguida, na modalidade “Dispensa” se destaca a despesa com locação de imóvel (R\$ 10,4 milhões)

Observa-se também que ocorreu redução de 11,31% nos montantes executados no ano analisado em relação ao exercício de 2015 nas despesas relativas a Contratações Diretas, que incluem as Dispensas e Inexigibilidade de Licitações mesmo com a obrigatoriedade da Administração Pública Federal em reajustar os valores de locações de imóveis de sua Sede, Coordenações Regionais e Coordenações Técnicas Locais, em razão de previsão contratual, assim como nos reajustes das prestações de serviços de água, luz, telefonia e internet.

Tabela 4 Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES (R\$ 1,00)								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de pessoal	376.670.456	366.679.737	371.954.039	363.761.107	4.716.417	2.918.630	371.953.803	363.760.022
11 - vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	217.484.598	217.182.765	216.875.900	216.773.474	608.698	409.291	216.875.782	216.773.082
01 - aposent.rpps, reser.remuner. E refor.militar	82.621.357	75.378.865	80.970.079	75.335.409	1.651.278	43.456	80.970.079	75.335.173
13 - obrigacoes patronais	44.655.948	45.199.010	42.611.646	43.046.741	2.044.302	2.152.269	42.611.646	43.046.284
Demais elementos de despesa	31.908.553	28.919.097	31.496.415	28.605.484	412.138	313.613	31.496.297	28.605.484
3. Outras despesas correntes	142.845.828	173.316.092	113.663.531	138.877.409	29.182.297	34.438.683	113.034.099	124.729.476
39 - outros servicos de terceiros pj - op.int.orc.	39.422.233	47.028.659	25.258.781	37.995.539	14.163.452	9.033.120	25.185.973	32.943.711
37 - locacao de mao-de-obra	34.921.014	36.154.047	31.439.149	31.559.874	3.481.865	4.594.173	31.400.188	30.185.665
30 - material de consumo	20.759.790	28.735.316	13.970.674	19.814.009	6.789.116	8.921.307	13.786.600	16.325.034
46 - auxilio-alimentacao	13.491.612	11.461.274	13.491.612	11.381.631	-	79.643	13.491.612	11.381.631
93 - indenizacoes e restituicoes	10.240.683	9.817.879	6.846.139	5.894.904	3.394.544	3.922.976	6.762.563	5.851.213
Demais elementos de despesa	24.010.496	40.118.917	22.657.176	32.231.452	1.353.320	7.887.465	22.407.163	28.042.222
Despesas de capital								
4. Investimentos	9.736.482	16.383.276	4.125.488	8.356.677	5.610.994	8.026.600	3.813.496	5.989.678
39 - outros servicos de terceiros pj - op.int.orc.	4.607.790	6.726.029	3.359.390	5.683.959	1.248.400	1.042.070	3.359.390	4.883.959

52 - equipamentos e material permanente	4.571.955	8.216.286	761.454	2.391.648	3.810.501	5.824.638	449.462	842.746
Demais elementos de despesa	556.737	1.440.962	4.644	281.070	552.093	1.159.892	4.644	262.973
5. Inversões Financeiras	-	1.418.251	-	-	-	1.418.251	-	-

No tocante ao pagamento de diárias, pertencentes ao grupo “pagamento de pessoal”, ocorreu uma redução em 19,30%, também em razão da obrigatoriedade do cumprimento das determinações contidas nos mencionados dispositivos legais, ocorrendo um acréscimo de 2,66% nas despesas com o pagamento da folha de pessoal da Fundação em razão de reajustes de vencimentos de seus servidores.

A exemplo do ano anterior, no exercício de 2016 o contingenciamento dos recursos prejudicou o planejamento da Funai em várias ações, tanto no custeio das despesas com a manutenção de sua estrutura organizacional, dentre elas o fornecimento de combustíveis e lubrificantes para sua frota de veículos e de sua manutenção, locações de imóveis, despesas com o fornecimento de energia elétrica, luz, água, telefonia e internet, quanto no atendimento às suas atividades finalísticas.

A análise do quadro “Despesa por grupo e elemento de despesas” ressaltamos o acréscimo no exercício de 2016 nos gastos com aposentadorias aumentaram R\$ 1,6 milhões, demonstrando, mais uma vez, a redução ano a ano da força de trabalho da Fundação, sinalizando a urgente necessidade na sua recomposição.

O evento negativo que podemos ressaltar na execução orçamentaria em 2016, refere-se graduação e constante redução da força de trabalho da Funai, que afeta a qualidade dos serviços prestados às comunidades indígenas, uma vez que nos últimos anos são registradas consideráveis reduções de pessoal, notadamente com as concessões de aposentadorias. A renovação do quadro é primordial enquanto atuais servidores estão na ativa, possibilitando a transferência do conhecimento para aqueles que ingressarem no serviço público. As atividades na Funai, especialmente nas áreas finalísticas, demandam tempo para que o servidor esteja minimamente preparado para executar suas atribuições junto as populações indígenas.

A insuficiência de pessoal afeta também a área meio, responsável pelas licitações, elaboração de contratos e execução orçamentária, pois a necessidade de pessoal nesses setores faz com que ocorram deslocamentos constantes de servidores das áreas finalísticas, especialmente nas unidades descentralizadas. Além disso, o acúmulo de funções afeta a qualidade do serviço, e ainda, faz com que muitos servidores desmotivados, devido a elevada

carga de trabalho, se desliguem da Funai, seja por ingressarem em outras carreiras do serviço público ou mesmo solicitarem afastamento por motivos diversos.

As liberações dos recursos ocorreram tempestivamente para as Coordenações Regionais, entretanto, a insuficiência de servidores ou mesmo a inexperience destes, nos setores de licitações, contratos e execução orçamentária, resultaram em atrasos na execução dos projetos em algumas Coordenações Regionais, mas nada que comprometesse, de forma significativa, o andamento das atividades.

Desempenho Operacional

A abordagem do Desempenho operacional, bem como as dificuldades encontradas pela gestão, foram tratadas no item *Desempenho Orçamentário*.

Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Diante da necessidade de definição dos indicadores de desempenho no âmbito da Funai, durante o ano de 2016 foram realizadas atividades do Projeto Metodologia para a Construção de Indicadores da Funai, com a etapa de levantamento dos principais processos de trabalho junto às unidades da Funai, os quais foram correlacionados em cadeias de valor. Para 2017, prevê-se durante a Oficina de Planejamento Estratégico a definição dos fatores críticos de cada cadeia de valor, com foco nos objetivos do PPA 2016-2019, e após a construção de indicadores de esforço, os indicadores de resultados serem definidos, com os atributos de sensibilidade, representatividade, relativos aos objetivos do PPA 2016-2019.

Descrição da Estrutura de Governança

A estrutura de governança da Funai, em conformidade com o Decreto 7.778, de 27 de julho de 2012 e com o Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 1.733/PRES, 27 de dezembro de 2012, alterada pela Portaria Nº 332/PRES, de 05 de abril de 2013, é formada pela Diretoria Colegiada, Auditoria Interna, Corregedoria, Ouvidoria e Procuradoria Federal Especializada.

Diretoria Colegiada

À Diretoria Colegiada compete estabelecer diretrizes e estratégias da Funai; acompanhar e avaliar a execução de planos e ações da Funai, e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento dos seus objetivos; examinar e propor ações para a proteção territorial e promoção dos povos indígenas; deliberar sobre questões propostas pelo Presidente ou pelos membros da Diretoria Colegiada; analisar e aprovar o plano de ação estratégica e a proposta orçamentária da Funai, e estabelecer metas e indicadores de desempenho vinculados a programas e projetos; analisar e aprovar o plano de aplicação da renda do patrimônio indígena, a ser submetido à análise e aprovação do Ministro de Estado da Justiça; analisar e aprovar relatório anual e prestação de contas com avaliação dos programas e ações na área de atuação da Funai; analisar e aprovar programa de formação, treinamento e capacitação técnica para os servidores efetivos do quadro da Funai; analisar e identificar fontes de recursos internos e externos para viabilização das ações planejadas pela Funai; analisar e aprovar o plano anual de fiscalização das terras indígenas; analisar e aprovar as proposições remetidas pelos Comitês Regionais; e examinar e propor o local da sede dos órgãos descentralizados da Funai.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna audita a gestão, sob os aspectos orçamentário, financeiro, contábil, operacional, pessoal e de sistemas da Funai, conforme o plano anual de auditoria interna; avalia os procedimentos administrativos e operacionais quanto à conformidade com a legislação, regulamentos e normas; avalia e propõe medidas saneadoras para eliminar ou mitigar os riscos internos identificados em ações de Auditoria; realiza auditoria de natureza especial, não prevista no plano de atividades de auditoria interna, e elabora estudos e relatórios específicos, quando demandados pelo Conselho Fiscal ou pela Direção da Funai; examina a prestação de contas anual da Funai e da renda do Patrimônio Indígena, emitindo Parecer Prévio; estabelece planos, programas de auditoria, critérios, avaliações e métodos de trabalho, objetivando maior

eficiência, eficácia e efetividades dos controles internos; elabora o plano anual de auditoria interna e relatório anual de auditoria interna, assim como mantém atualizado o manual de auditoria interna; coordena as ações para prestar informações, esclarecimentos e justificativas aos órgãos de controle interno e externo; examina e emite parecer sobre tomada de contas especial, quanto ao cumprimento dos normativos a que se sujeita, emanados do órgão de controle externo e presta orientação às demais unidades da Funai, nos assuntos inerentes a sua área de competência.

Corregedoria

A Corregedoria promove a correição nos órgãos internos e unidades descentralizadas, para verificar a regularidade e eficácia dos serviços e propor medidas saneadoras de seu funcionamento; instaura sindicâncias e processos administrativos disciplinares; examina denúncias, representações e demais expedientes que tratam de irregularidades funcionais; julga e aplica penalidades, em sindicâncias e processos administrativos disciplinares, nos casos de 132 advertência ou de suspensão de até trinta dias; instrui os processos administrativos disciplinares, cujas penalidades propostas forem demissão, suspensão superior a trinta dias, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão e destituição de função comissionada, para remessa ao Ministro de Estado da Justiça para julgamento; e exerce as demais competências previstas no art. 5º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005.

Ouvidoria

A Ouvidoria encaminha denúncias de violação dos direitos indígenas individuais e coletivos; contribui para o desenvolvimento de políticas em prol das populações indígenas e para a resolução dos conflitos indígenas; promove a articulação entre a Funai, povos, comunidades e organizações indígenas, instituições governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, que tratam dos direitos humanos, para prevenir, mediar e resolver as tensões e conflitos e garantir a convivência amistosa das comunidades indígenas.

Procuradoria Federal Especializada

A Procuradoria Federal Especializada representa judicial e extrajudicialmente a Funai; apura a liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades da Funai; defende os interesses e direitos individuais e coletivos indígenas; exerce atividades de consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito da Funai.

Comitê de Planejamento, Monitoramento e Avaliação – CPMA

Compõe ainda a estrutura de Governança, o Comitê de Planejamento, Monitoramento e Avaliação – CPMA, instituído pela Portaria nº 512/PRES, de 06 de junho de 2016, tendo como competências: elaborar o planejamento estratégico da Funai, o plano de ação anual e os Planos de Trabalho, segundo as diretrizes emanadas pela Câmara de Gestão; propor diretrizes, estratégias, critérios e prioridades na alocação dos recursos orçamentários e financeiros, com observância dos objetivos estratégicos, metas, iniciativas e indicadores definidos no Plano de Ação; monitorar a execução do conjunto de iniciativas, ações, projetos e atividades e avaliar os resultados alcançados; atuar de forma proativa na gestão de restrições que possam influenciar a execução das ações e propor correção de rumos a fim de contribuir para obtenção dos resultados desejados; validar as informações de análise situacional dos objetivos estratégicos, metas, iniciativas e indicadores do PPA, sob a responsabilidade da Funai, inseridas no Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento – SIOP; debater e propor as necessidades de revisão de ações do PPA; definir, monitorar e avaliar o cumprimento das metas para fins de avaliação de desempenho institucional; prover a Câmara de Gestão Estratégica de informações sobre planejamento, monitoramento e avaliação do desempenho das iniciativas, ações, projetos e atividades, metas institucionais e indicadores.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por três membros, de notório conhecimento contábil, com mandato de dois anos, vedada a recondução, sendo dois do Ministério da Justiça, dentre os quais um será seu Presidente, e um do Ministério da Fazenda, indicados pelos respectivos Ministros de Estado e nomeados, juntamente com seus suplentes, pelo Ministro de Estado da Justiça. As reuniões do Conselho Fiscal ocorrem ordinariamente, quatro vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocadas por seu Presidente. Ao Conselho Fiscal compete exercer a fiscalização da administração econômica e financeira da Funai e do patrimônio indígena. A Portaria nº 2458/MJ, publicada no DOU de 03 julho de 2013, que nomeou os membros do Conselho para um mandato de dois anos. Desta forma, a Portaria expirou no exercício de 2015, não sendo nomeados novos membros.

Comitê Gestor de TI

Considerando as orientações da Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação (TI) pelos órgãos do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação e Informática (SISP); considerando a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações (EGTIC)

da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP); considerando o Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, que dispõe sobre o Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal – SISP, foi Instituído o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação da Fundação Nacional do Índio – CETIF, por meio da PORTARIA Nº 118/PRES, de 25 de fevereiro de 2015, que é deliberativo, de natureza estratégica, alinhado ao planejamento de TI e aos objetivos estratégicos da Funai, com abrangência também sobre as suas unidades administrativas descentralizadas. O CETIF é constituído pelos seguintes membros:

- Chefe de Gabinete da Presidência – Presidente;
- Diretor da Diretoria de Administração e Gestão - Representante;
- Coordenador de Gestão em Tecnologia da Informação – Representante;
- Coordenador-Geral de Gestão Estratégica - Representante;
- Diretor da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável - Representante;
- Diretor da Diretoria de Proteção Territorial - Representante;
- Diretor do Museu do Índio – Representante.

Quadro 20 Informações sobre dirigentes e colegiados

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Presidência	I – proteger e promover os direitos dos povos indígenas, em nome da União; II - formular, coordenar, articular, monitorar e garantir o cumprimento da política indigenista do Estado brasileiro, baseada nos seguintes princípios: a) reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas; b) respeito ao cidadão indígena, suas comunidades e organizações; c) garantia ao direito originário, à inalienabilidade e à indisponibilidade das terras que tradicionalmente ocupam e ao usufruto exclusivo das riquezas nelas existentes; d) garantia aos povos indígenas isolados do exercício de sua liberdade e de suas atividades tradicionais sem a obrigatoriedade de contatá-los; e) garantia da proteção e conservação do meio ambiente nas terras indígenas; f) garantia de promoção de direitos sociais, econômicos e culturais aos povos indígenas; e g) garantia de participação dos povos indígenas e suas organizações em instâncias do Estado que definam políticas públicas que lhes digam respeito; III - administrar os bens do patrimônio indígena, exceto aqueles cuja gestão tenha	João Pedro Gonçalves da Costa	Presidente	De 17/06/2015 a 02/06/2016
		Artur Nobre Mendes	Presidente Substituto	De 30/09/2015 a 19/09/2016
		Agostinho do Nascimento Netto	Presidente Substituto	De 20/09/2016 a 19/01/2017
		Janice Queiroz de Oliveira	Presidente Substituto	De 04/11/2016 até o momento.
		Máximo de Oliveira Gomes	Presidente Substituto	De 19 a 23/12/2016 De 02 a 11/01/2017

	sido atribuída aos indígenas ou às suas comunidades, conforme o disposto no art. 29, podendo também administrá-los por expressa delegação dos interessados; IV - promover e apoiar levantamentos, censos, análises, estudos e pesquisas científicas sobre os povos indígenas visando à valorização e à divulgação de suas culturas; V - monitorar as ações e serviços de atenção à saúde dos povos indígenas; VI - monitorar as ações e serviços de educação diferenciada para os povos indígenas; VII - promover e apoiar o desenvolvimento sustentável nas terras indígenas, conforme a realidade de cada povo indígena; VIII - despertar, por meio de instrumentos de divulgação, o interesse coletivo para a causa indígena; e IX - exercer o poder de polícia em defesa e proteção dos povos indígenas.			
Diretoria de Administração e Gestão	I - planejar, coordenar e monitorar a execução de atividades relacionadas com os sistemas federais de Recursos Humanos, de Planejamento e Orçamento, de Administração Financeira, de Contabilidade, de Informação e Informática, de Serviços Gerais, e de Organização e Inovação Institucional; II - planejar, coordenar e monitorar a execução das atividades relacionadas à manutenção e conservação das instalações físicas, aos acervos e documentos e às contratações para suporte às atividades administrativas da Funai; III - coordenar, controlar e executar financeiramente os recursos da renda indígena; IV - gerir o patrimônio indígena na forma estabelecida no art. 2º, inciso III; V - coordenar, controlar e executar os assuntos relativos a gestão de pessoas, gestão estratégica e recursos logísticos; VI - supervisionar e coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e programas anuais e plurianuais, e a elaboração da programação financeira e orçamentária da Funai; VII - celebrar convênios, acordos e outros termos ou instrumentos congêneres que envolvam a transferência de recursos do Orçamento Geral da União e a transferência de recursos da renda indígena; VIII - analisar a prestação de contas de convênios, acordos e outros termos ou instrumentos congêneres celebrados com recursos do Orçamento Geral da União, da renda indígena e de fontes externas; IX - promover o registro, o tratamento, o controle e a execução das operações relativas às administrações orçamentárias, financeiras, contábeis e patrimoniais dos recursos geridos pela Funai; X - planejar, coordenar e monitorar a execução de atividades relativas à organização e	Máximo Oliveira de Souza	Diretor Substituto	De 30/09/2015 até o momento
		Janice Queiroz de Oliveira	Diretora	De 16/12/2015 até o 07/02/2017

	modernização administrativa XI - coordenar, orientar, monitorar, e executar as atividades relacionadas à implementação da política de recursos humanos, incluídas as de administração de pessoal, capacitação e desenvolvimento; e XII - coordenar as ações relativas ao planejamento estratégico da tecnologia da informação e sua implementação no âmbito da Funai, nas áreas de desenvolvimento dos sistemas de informação, de manutenção e operação, de infraestrutura, de rede de comunicação de dados e de suporte técnico			
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável	I - planejar, coordenar, propor, promover, implementar e monitorar, as políticas para o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas, em articulação com os órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal; II - promover políticas de gestão ambiental para a conservação e a recuperação do meio ambiente, monitorando e mitigando possíveis impactos ambientais decorrentes de interferências externas às terras indígenas, em articulação com os órgãos ambientais; III - promover o etnodesenvolvimento, em articulação com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal; IV - promover e proteger os direitos sociais indígenas, em articulação com órgãos afins; V - monitorar as ações de saúde das comunidades indígenas e de isolamento voluntário desenvolvidas pelo Ministério da Saúde; e VI - monitorar as ações de educação escolar indígena realizadas pelos Estados e Municípios, em articulação com o Ministério da Educação	Artur Nobre Mendes	Diretor	De 04/09/2015 a 11/01/2017
		Patrícia Chagas Neves	Diretora Substituta	De 25/11/2015 até o momento
Diretoria de Proteção Territorial	I - planejar, coordenar, propor, promover, implementar e monitorar as políticas de proteção territorial, em articulação com os órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal; II - realizar estudos de identificação e delimitação de terras indígenas III - realizar a demarcação e regularização fundiária das terras indígenas; IV - monitorar as terras indígenas regularizadas e aquelas ocupadas por populações indígenas, incluídas as isoladas e de recente contato; V - planejar, formular, coordenar e implementar as políticas de proteção aos grupos isolados e recém contatados; VI - formular e coordenar a implementação das políticas nas terras ocupadas por populações indígenas de recente contato, em articulação com a Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável; VII - planejar, orientar, normatizar e aprovar informações e dados geográficos, com objetivo de fornecer indígena e o processo de	José Antônio de Sá	Diretor Substituto	De 20/10/2014 a 13/03/2016
		Walter Alves Coutinho Júnior	Diretor	De 03/11/2015 a 07/02/2017
		Tatiana Raquel Alves Vilaça	Diretora Substituta	De 14/03/2016 até o 07/02/2017

	regularização fundiária; VIII - disponibilizar as informações e dados geográficos, no que couber, às unidades da Funai e outros órgãos ou entidades correlatos; IX - implementar ações de vigilância, fiscalização e de prevenção de conflitos em terras indígenas e retirada dos invasores, em conjunto com os órgãos competentes; e X - coordenar e monitorar as atividades das Frentes de Proteção Etnoambiental.			

Atuação da unidade de auditoria interna

A Auditoria Interna da Fundação Nacional do Índio, em consonância com o disposto no art. 15, do Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000, se sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram.

O trabalho da Auditoria Interna consiste nas atividades de controle interno, exercidas por meio de auditorias de avaliação e conformidade da gestão, e do assessoramento à alta administração, como também da qualidade do desempenho das diversas áreas da Fundação em relação às atribuições e aos planos, às metas, aos objetivos e às políticas definidas pela Funai.

Abordaremos a seguir as informações que demonstram o relacionamento da Auditoria Interna com as demais instâncias de governança da Funai, nos seguintes itens:

indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna.

A Auditoria Interna é um órgão seccional e vincula-se diretamente ao Presidente da Funai, conforme prevê o Decreto 7.778, de 27/07/2012 e o Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 1733, de 27/12/2012, podendo ser acessado nos seguintes endereços:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D777888
<http://intranet.funai.gov.br/?tag=portaria-1-733>

Além do Estatuto e do Regimento Interno, foi assinada a Portaria nº 799, de 13/10/2016, que disciplina o processo de trabalho da Auditoria Interna no âmbito da Funai, disponível no endereço http://siaudi.funai.gov.br/manuais/PRES_2016_799

demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna, tomando-se por base a INTOSAI GOV 9140 (Independência da auditoria interna no setor público), que é uma das diretrizes Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), os §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto

3.591/2000 ou outras normas específicas que regulam a atuação da unidade de auditoria no âmbito da UPC.

O principal elemento que caracteriza a independência da Auditoria Interna é a sua vinculação direta com a Presidência da Funai, garantindo a sua independência e a objetividade dos trabalhos. Além disso, o Regimento Interno e a Portaria PRES nº 799, de 13/10/2016, definem relevantes aspectos relativos ao trabalho de auditoria, dentre os quais se destaca a sua forma de organização, as competências e atribuições das unidades da estrutura organizacional da Auditoria Interna.

estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver.

A Auditoria Interna é centralizada na Sede da Fundação, em Brasília/DF, e a estratégia de atuação adotada junto às unidades descentralizadas é realizada mediante o envio dos relatórios de auditoria, decorrentes de trabalhos auditoriais realizados em campo, e o acompanhamento “on line” da implementação das recomendações, por meio do Sistema de Auditoria - Siaudi.

As atividades anuais da Auditoria Interna são previstas em seu Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, elaborado de acordo com a Instrução Normativa CGU nº 24, de 17/11/2015, bem como ao disposto na Instrução Normativa CGU nº 01, de 03/01/2007.

As ações nele previstas guardam conformidade com as atribuições normativas da Auditoria Interna e visam auxiliar a Fundação a alcançar as suas metas, com disponibilização de informações, análises e recomendações acerca das suas obrigações e objetivos, com enfoque no aperfeiçoamento dos processos, gestão e avaliação dos controles internos administrativos.

Para a definição das ações executadas no exercício 2016, foram considerados os planos, metas, objetivos e programas da Fundação, bem como os resultados dos últimos trabalhos de auditoria e demandas dos órgãos de controle interno e externo, e ainda, os critérios de relevância, materialidade e criticidade, tanto para a Sede da Fundação quanto para as Coordenações Regionais auditadas.

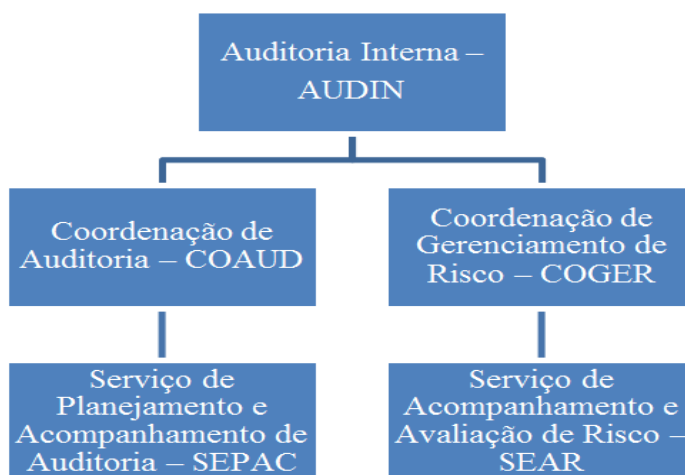
Em cumprimento ao PAINT, em 2016 foram realizados sete trabalhos de auditoria de conformidade da gestão, e um de auditoria especial para atendimento à demanda do Tribunal de Contas da União. Foram geradas 115 recomendações, das quais 22 foram cumpridas, e 93 se encontram pendentes de resposta, mas dentro do prazo estabelecido para resposta.

O atendimento à determinação do TCU, exarada no Acórdão nº 2538/2016-TCU-Plenário, demandou o envolvimento de três técnicos por mais de dois meses, seguida da demanda da CGU nos trabalhos realizados, dispendendo excessivas horas de trabalho para atendimento a essas demandas.

Devido ao reduzido número de técnicos, esses trabalhos impactaram a realização das auditorias programadas no PAINT/2016, que só ocorreram no segundo semestre, algumas no final do exercício.

demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora da conta (UPC);

De acordo com o regimento interno da Funai, a Auditoria Interna tem a seguinte estrutura organizacional:



A escolha do titular da Auditoria Interna é feita mediante indicação do Presidente da Fundação, seguindo as regras dispostas na Portaria nº CGU nº 915, de 29/04/2014, cuja nomeação só é efetivada após aprovação pela Controladoria Geral da União.

A Auditoria Interna conta atualmente com um o quantitativo de apenas seis técnicos para a realização dos trabalhos auditoriais.

Nesse sentido, em relação ao ano anterior, houve uma redução no número de servidores. Em 2015 havia oito servidores para a realização dos trabalhos de auditoria, todavia, em razão da aposentadoria de um e o remanejamento de outro para exercer cargo em comissão em outra unidade, esse número reduziu para seis.

informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações;

A Auditoria Interna utiliza exclusivamente o Sistema de Auditoria – Siaudi, para elaboração dos relatórios decorrentes dos trabalhos auditoriais, que, após sua homologação, são disponibilizados à Presidência da Fundação, para conhecimento, e à unidade auditada para a adoção de providencias visando a implementação das recomendações. A comunicação é realizada “on line” mediante o envio automático de e-mail.

Com a edição da Portaria PRES nº 799, de 13/10/2016, que disciplina o processo de trabalho da Auditoria Interna, foi previsto em seu art.12, que a ausência de manifestação da unidade auditada, com relação às providencias visando a implementação das recomendações consignadas nos relatórios de auditoria, ensejará o envio de comunicação à Presidência para a adoção das medidas cabíveis.

Vale destacar que, em geral, a alta gerência não tem assumido os riscos decorrentes da não implementação das recomendações, ocasionando constantes reiterações para o seu atendimento dentro das normas legais.

descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência;

Como já informado no item acima, no caso de ausência de manifestação da unidade auditada relativa à implementação das recomendações consignadas nos relatórios de auditoria, a Presidência da Fundação é comunicada do fato e adotará as providências que julgar cabíveis.

eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

No exercício de 2016 não houve adequação na estrutura organizacional da Auditoria Interna, todavia, houve decréscimo da quantidade de servidores, ocasionado por aposentadoria e nomeação de servidor para o exercício de cargo em comissão em outra unidade organizacional da Fundação.

Ressalte-se, ainda, que em 2017 há um grande risco da perda de mais três servidores que já recebem abono de permanência, fazendo-se necessário a reestruturação e

ampliação do quadro técnico, para que se possa aumentar o número de auditorias a serem realizadas e, assim, ter condições de potencializar os resultados a serem alcançados pela Fundação.

Em que pese a reduzida força de trabalho, a Auditoria Interna tem procurado aprimorar os trabalhos com bastante dedicação, esforço, a fim de contribuir para minimizar as fragilidades encontradas quando da realização dos trabalhos auditoriais, para que resulte numa melhoria nos controles internos, oportunizando a Fundação alcançar os seus objetivos.

Atividades de Correição e apuração de ilícitos administrativos

Contexto

No exercício de 2016, contando com um Corregedor devidamente nomeado, foi possível implementar alguns avanços em diversas áreas de atuação da Corregedoria, as quais iremos comentar no decorrer do Relatório.

Recursos Financeiros.

Se considerarmos o exercício de 2015, de pronto se observa uma evolução de 158% nos valores disponibilizados para instauração de Procedimentos Disciplinares nas Unidades Descentralizadas da Funai.

Quadro 21 Procedimentos Disciplinares nas Unidades Descentralizadas da Funai.

Exercício	Diárias	Passagens	Total
2013	223.740,65	113.442,94	337.183,59
2014	342.161,50	62.381,46	404.542,96
2015	84.293,30	26.829,14	111.122,44
2016	286.577,26	24. 547,50	286.577,26
Total	936.772,71	202.653,54	1.139.426,25

Quadro 22 Procedimentos Correicionais instaurados no exercício de 2016

Modalidade	Instaurados 2015	Instaurados 2016		Total
		Instaurados	Reconduzidos	
PAD	1	59	23	82
SINDICÂNCIA	2	6	5	11
Rito Sumário	1	0	0	0
INVESTIGATIVA	15	6	0	6
	19	71	28	99

Destacamos em 2016, o volume de Procedimentos Disciplinares instaurados em relação ao investimento executado. O fato se deve por se ter adotado a instauração de

Procedimentos Disciplinares em bloco por Estado, com destaque para os Estados de Pernambuco, Santa Catarina, Amazonas, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal .

Quadro 23 instauração de Procedimentos Disciplinares

Ano	Investimento	Procedimentos Instaurados
2015	111.122,44	15
2016	286.577,26	99

Quadro 24 Penalidades Aplicadas em 2016

Penalidades	Quant.
Absolvições	15
Advertências	0
Suspensões	0
Demissões	4
Destituições de Cargo	3
Nota de Culpa	6
Cassação de Aposentadoria	0
Penalidades Prescritas	
Advertências	13
Suspensões	2

Gestão de riscos e controles internos

O resultado dos trabalhos que trata da avaliação dos controles internos encontra-se inseridos no corpo dos relatórios produzidos pela Auditoria Interna.

ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Gestão de Pessoas

Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 25 Distribuição da Lotação Efetiva - Funai Geral

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
Funai GERAL		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	586	1666
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	586	1666
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	491	1638
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	33	6
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	6
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	62	16
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	35	267
4. Total de Servidores (1+2+3)	621	1933
Fonte:		
UG	194035	

Quadro 26 - Distribuição da Lotação Efetiva - SEDE

Distribuição da Lotação Efetiva - Situação apurada em 31/12		
SEDE		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	297	184
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	297	184
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	205	164
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	33	5
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	3
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	59	12
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	17	49
4. Total de Servidores (1+2+3)	314	233
Fonte:		
UG	194035	

Quadro 27 Distribuição da Lotação Efetiva - MUSEU DO ÍNDIO

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12	
MUSEU DO ÍNDIO	
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva

	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	0	62
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	62
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	61
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	1
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	0	4
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	66
Fonte:		
UG	194022	

Quadro 28 Distribuição da Lotação Efetiva - CR ALTO PURUS – AC

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR ALTO PURUS – AC		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	11	26
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	11	26
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	11	25
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	1	6
4. Total de Servidores (1+2+3)	12	32
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016		
UG	194005	

Quadro 29 Distribuição da Lotação Efetiva - CR ALTO SOLIMÕES - AM

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR ALTO SOLIMÕES - AM		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	10	67
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	10	67
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	10	67
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0

2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	1	4
4. Total de Servidores (1+2+3)	11	71

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194063

Quadro 30 Distribuição da Lotação Efetiva - CR AMAPÁ E NORTE DO PARÁ - AP

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR AMAPÁ E NORTE DO PARÁ - AP		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	9	31
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	9	31
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	9	31
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	0	4
4. Total de Servidores (1+2+3)	9	35

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194075

Quadro 31 Distribuição da Lotação Efetiva - CR ARAGUAIA TOCANTINS - TO

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR ARAGUAIA TOCANTINS - TO		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	8	120
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	8	120
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	8	120
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	1	10
4. Total de Servidores (1+2+3)	9	130

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194033

Quadro 32 Distribuição da Lotação Efetiva - CR BAIXO SÃO FRANCISCO - BA

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR BAIXO SÃO FRANCISCO - BA		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	4	66
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	4	66
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	3	66
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	1	5
4. Total de Servidores (1+2+3)	5	71

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194018

Quadro 33 Distribuição da Lotação Efetiva - CR BAIXO TOCANTINS - PA

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR BAIXO TOCANTINS - PA		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	2	17
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2	17
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	2	17
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	1	6
4. Total de Servidores (1+2+3)	3	23

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194011

Quadro 34 Distribuição da Lotação Efetiva - CR CACOAL - RO

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR CACOAL - RO		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	8	22
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	8	22

1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	8	22
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	0	6
4. Total de Servidores (1+2+3)	8	28

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194003

Quadro 35 Distribuição da Lotação Efetiva - CR CAMPO GRANDE - MS

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR CAMPO GRANDE - MS		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	20	38
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	20	38
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	20	38
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	0	3
4. Total de Servidores (1+2+3)	20	41

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194020

Quadro 36 Distribuição da Lotação Efetiva - CR CENTRO-LESTE DO PARÁ - PA

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR CENTRO-LESTE DO PARÁ - PA		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	3	40
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	3	40
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	3	40
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	0	11

4. Total de Servidores (1+2+3)	3	51

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194010

Quadro 37 Distribuição da Lotação Efetiva - CR CUIABÁ - MT

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR CUIABÁ - MT		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	20	68
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	20	68
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	20	68
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	1	11
4. Total de Servidores (1+2+3)	21	79

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194028

Quadro 38 Distribuição da Lotação Efetiva - CR DOURADOS - MS

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR DOURADOS - MS		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	6	12
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	6	12
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	6	12
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	1	6
4. Total de Servidores (1+2+3)	7	18

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194064

Quadro 39 Distribuição da Lotação Efetiva - CR GUAJARÁ-MIRIM - RO

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR GUAJARÁ-MIRIM - RO		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	8	22
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	8	22
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	8	22
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	0	10
4. Total de Servidores (1+2+3)	8	32

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194004

Quadro 40 Distribuição da Lotação Efetiva - CR INTERIOR SUL - SC

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR INTERIOR SUL - SC		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	4	66
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	4	66
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	4	66
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	0	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	4	68

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194061

Quadro 41 Distribuição da Lotação Efetiva - CR JI-PARANÁ - RO

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR JI-PARANÁ - RO		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim

1. Servidores de Carreira (1.1)	7	66
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	7	66
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	66
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	1	5
4. Total de Servidores (1+2+3)	8	71

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	190004

Quadro 42 Distribuição da Lotação Efetiva - CR JURUÁ - AC

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR JURUÁ - AC		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	1	11
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1	11
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1	10
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	1	4
4. Total de Servidores (1+2+3)	2	15

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194049

Quadro 43 Distribuição da Lotação Efetiva - CR KAYAPÓ SUL DO PARÁ - PA

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR KAYAPÓ SUL DO PARÁ - PA		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	1	13
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1	13
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1	13
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0

2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	2	9
4. Total de Servidores (1+2+3)	3	22

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194044

Quadro 44 Distribuição da Lotação Efetiva - CR LITORAL SUDESTE - SP

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR LITORAL SUDESTE - SP		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	8	47
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	8	47
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	8	46
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	1
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	1	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	9	48

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194046

Quadro 45 Distribuição da Lotação Efetiva - CR LITORAL SUL - SC

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR LITORAL SUL - SC		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	8	24
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	8	24
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	8	24
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	0	3
4. Total de Servidores (1+2+3)	8	27

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194047

Quadro 46 Distribuição da Lotação Efetiva - CR MADEIRA - AM

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR MADEIRA - AM		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	4	11
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	4	11
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	4	11
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	1	4
4. Total de Servidores (1+2+3)	5	15

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194045

Quadro 47 Distribuição da Lotação Efetiva - CR MANAUS - AM

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR MANAUS - AM		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	27	54
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	27	54
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	27	54
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	0	8
4. Total de Servidores (1+2+3)	27	62

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194006

Quadro 48 Distribuição da Lotação Efetiva - CR MARANHÃO - MA

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR MARANHÃO - MA		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	11	100

1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	11	100
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	11	100
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	0	7
4. Total de Servidores (1+2+3)	11	107
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016		
UG	194074	

Quadro 49 Distribuição da Lotação Efetiva - CR MÉDIO PURUS - AM

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR MÉDIO PURUS - AM		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	2	11
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2	11
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	2	11
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	0	7
4. Total de Servidores (1+2+3)	2	18
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016		
UG	194048	

Quadro 50 Distribuição da Lotação Efetiva - CR MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO - MG

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO - MG		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	13	29
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	13	29
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	13	29
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	0	3

4. Total de Servidores (1+2+3)	13	32

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194019

Quadro 51 Distribuição da Lotação Efetiva - CR NORDESTE I - AL

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR NORDESTE I - AL		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	11	117
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	11	117
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	10	116
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	1	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	1	6
4. Total de Servidores (1+2+3)	12	123

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194077

Quadro 52 Distribuição da Lotação Efetiva - CR NORDESTE II - CE

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR NORDESTE II - CE		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	9	47
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	9	47
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	9	46
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	0	3
4. Total de Servidores (1+2+3)	9	50
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016		
UG	194041	

Quadro 53 Distribuição da Lotação Efetiva - CR NOROESTE DO MATO GROSSO - MT

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR NOROESTE DO MATO GROSSO - MT		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	1	3
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1	3
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1	3
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	1	10
4. Total de Servidores (1+2+3)	2	13

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194067

Quadro 54 Distribuição da Lotação Efetiva - CR NORTE DO MATO GROSSO - MT

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR NORTE DO MATO GROSSO - MT		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	1	14
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1	14
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1	14
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	0	6
4. Total de Servidores (1+2+3)	1	20

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194036

Quadro 55 Distribuição da Lotação Efetiva - CR PASSO FUNDO - RS

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR PASSO FUNDO - RS		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim

1. Servidores de Carreira (1.1)	8	25
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	8	25
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	8	25
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	0	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	8	27

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194027

Quadro 56 Distribuição da Lotação Efetiva - CR PONTA PORÃ - MS

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR PONTA PORÃ - MS		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	6	15
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	6	15
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	5	15
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	0	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	6	17
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016		
UG	194085	

Quadro 57 Distribuição da Lotação Efetiva - CR RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	2	2
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2	2
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	2	2
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0

3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	2	2

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194042

Quadro 58 Distribuição da Lotação Efetiva - CR RIO NEGRO - AM

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR RIO NEGRO - AM		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	4	10
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	4	10
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	4	9
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	1
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	0	8
4. Total de Servidores (1+2+3)	4	18

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194008

Quadro 59 Distribuição da Lotação Efetiva - CR RORAIMA - RR

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR RORAIMA - RR		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	31	52
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	31	52
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	31	52
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	0	8
4. Total de Servidores (1+2+3)	31	60

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194009

Quadro 60 Distribuição da Lotação Efetiva - CR SUL DA BAHIA - BA

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR SUL DA BAHIA - BA		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	4	33
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	4	33
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	4	32
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	1
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	0	5
4. Total de Servidores (1+2+3)	4	38
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016		
UG	194068	

Quadro 61 Distribuição da Lotação Efetiva - CR TAPAJÓS - PA

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR TAPAJÓS - PA		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	0	11
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	11
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	11
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	2	3
4. Total de Servidores (1+2+3)	2	14
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016		
UG	194012	

Quadro 62 Distribuição da Lotação Efetiva - CR VALE DO JAVARI - AM

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR VALE DO JAVARI - AM		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim

1. Servidores de Carreira (1.1)	2	24
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2	24
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	2	24
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	1	10
4. Total de Servidores (1+2+3)	3	34

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194007

Quadro 63 Distribuição da Lotação Efetiva - CR XAVANTE - MT

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR XAVANTE - MT		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	11	79
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	11	79
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	11	79
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	0	9
4. Total de Servidores (1+2+3)	11	88
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016		
UG	194029	

Quadro 64 Distribuição da Lotação Efetiva - CR XINGÚ - MT

Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12		
CR XINGÚ - MT		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	4	27
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	4	27
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	4	27
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	0
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0

3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	0	7
4. Total de Servidores (1+2+3)	4	34

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194031

Força de Trabalho - Funai GERAL e UPCs

Quadro 65 - Força de Trabalho - Funai GERAL e UPCs

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
Funai GERAL				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	5644	2252	36	140
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	5644	2252	36	140
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5644	2129	1	105
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	39	9	12
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	6	0	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	78	26	22
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	4
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	302	16	54
4. Total de Servidores (1+2+3)	5644	2554	52	198
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194035			

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12

SEDE - BRASÍLIA-DF

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	3592	481	32	66
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	3592	481	32	66
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	3592	369	0	33
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	38	8	12
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	3	0	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	71	24	20
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	4
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	66	5	21
4. Total de Servidores (1+2+3)	3592	547	37	91

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194035

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
MUSEU DO ÍNDIO				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	74	62	0	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	74	62	0	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	74	61	0	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	4	1	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	74	66	1	2

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194022

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR ALTO PURUS				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	44	37	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	44	37	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	44	36	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	7	0	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	44	44	0	1

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194005

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR ALTO SOLIMÕES				

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	78	77	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	78	77	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	78	77	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	5	0	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	78	82	0	1

Fonte: Sistema Siap – Base 31/12/2016

UG	194063

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR AMAPÁ E NORTE DO PARÁ				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	42	40	0	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	42	40	0	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	42	0	0	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	40	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	4	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	42	44	0	3

Fonte: Sistema Siap – Base 31/12/2016

UG	194075

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR ARAGUAIA TOCANTINS				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	148	128	0	8
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	148	128	0	8

1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	148	128	0	8
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	11	0	3
4. Total de Servidores (1+2+3)	148	139	0	11
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194033			

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR BAIXO SÃO FRANCISCO				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	73	70	0	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	73	70	0	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	73	69	0	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	6	1	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	73	76	1	3
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194018			

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR BAIXO TOCANTINS				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	21	19	0	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	21	19	0	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	21	19	0	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0

2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	7	1	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	21	26	1	2
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194011			

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR CACOAL				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	34	30	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	34	30	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	34	30	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	6	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	34	36	0	0

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194003

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR CAMPO GRANDE				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	77	58	1	4
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	77	58	1	4
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	77	58	1	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	3	1	3
4. Total de Servidores (1+2+3)	77	61	2	7

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194020

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR CAMPO GRANDE				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	77	58	1	4
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	77	58	1	4
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	77	58	1	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	3	1	3
4. Total de Servidores (1+2+3)	77	61	2	7

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194020

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR CENTRO-LESTE DO PARÁ				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	58	43	0	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	58	43	0	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	58	43	0	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	11	1	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	58	54	1	2

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194010

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR CUIABÁ				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	113	88	0	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0

1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	113	88	0	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	113	88	0	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	12	0	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	113	100	0	4

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194028

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR DOURADOS				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	25	18	0	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	25	18	0	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	25	18	0	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	7	0	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	25	25	0	3

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194064

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR GUAJARÁ-MIRIM				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	47	30	0	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	47	30	0	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	47	30	0	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0

2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	10	1	3
4. Total de Servidores (1+2+3)	47	40	1	4

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194004

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR INTERIOR SUL				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	83	70	0	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	83	70	0	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	83	70	0	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	2	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	83	72	0	2

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194061

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR JI-PARANÁ				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	87	73	0	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	87	73	0	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	87	73	0	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	6	0	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	87	79	0	4

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	190004

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR JURUÁ				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	13	12	0	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	13	12	0	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	13	11	0	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	5	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	13	17	0	1

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194049

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR KAYAPÓ SUL DO PARÁ				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	19	14	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	19	14	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	19	14	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	11	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	19	25	0	0

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194044

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR LITORAL SUDESTE				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	63	55	1	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0

1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	63	55	1	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	63	54	0	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	1	1	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	2	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	63	57	1	1

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194046

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR LITORAL SUL				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	33	32	0	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	33	32	0	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	33	32	0	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	3	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	33	35	0	2

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194047

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR MANAUS				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	94	81	0	4
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	94	81	0	4
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	94	81	0	4
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0

3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	8	0	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	94	89	0	5

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194006

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR MARANHÃO				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	122	111	0	8
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	122	111	0	8
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	122	111	0	7
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	7	0	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	122	118	0	10

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194074

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR MÉDIO PURUS				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	17	13	0	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	17	13	0	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	17	13	0	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	7	1	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	17	20	1	3

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194048

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	49	42	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	49	42	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	49	42	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	3	2	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	49	45	2	1

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194019

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR NORDESTE I				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	140	128	1	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	140	128	1	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	140	126	0	3
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	2	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	7	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	140	135	1	3

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194077

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12			
CR NORDESTE II			
Tipologias dos Cargos	Lotação	Ingressos	Egressos no

	Autorizada	Efetiva	no Exercício	Exercício
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	68	56	0	5
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	68	56	0	5
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	68	55	0	5
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	3	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	68	59	0	5

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194041

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR NOROESTE DO MATO GROSSO				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	6	4	0	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	6	4	0	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	6	4	0	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	11	1	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	6	15	1	2

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194067

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR NORTE DO MATO GROSSO				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	15	15	0	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0

1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	15	15	0	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	15	15	0	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	6	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	15	21	0	1

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194036

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR PASSO FUNDO				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	36	33	0	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	36	33	0	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	36	33	0	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	2	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	36	35	0	3

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194027

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR PONTA PORÃ				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	21	21	1	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	21	21	1	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	20	20	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	1	0

2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	2	0	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	21	23	1	1

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194085

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR RIBRIRÃO CASCALHEIRA				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	6	4	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	6	4	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	6	4	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	6	4	0	0

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194042

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR RIO NEGRO				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	15	14	0	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	15	14	0	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	15	13	0	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	8	0	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	15	22	0	3

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194008

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR RORAIMA				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	94	83	0	5
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	94	83	0	5
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	94	83	0	5
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	8	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	94	91	0	5

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194009

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR SUL DA BAHIA				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	40	37	0	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	40	37	0	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	40	36	0	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	5	1	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	40	42	1	1

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194068

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR TAPAJÓS				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	17	11	0	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0

1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	17	11	0	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	17	11	0	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	5	0	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	17	16	0	3

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194012

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR VALE DO JAVARI				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	35	26	0	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	35	26	0	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	35	26	0	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	11	0	3
4. Total de Servidores (1+2+3)	35	37	0	5

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

UG	194007

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR XAVANTE				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	94	90	0	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	94	90	0	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	94	90	0	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0

1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	9	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	94	99	0	2

Fonte: Sistema Siap – Base 31/12/2016

UG	194029

Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12				
CR XINGÚ				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	34	31	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	34	31	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	34	31	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	7	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	34	38	0	0

Fonte: Sistema Siap – Base 31/12/2016

UG	194031

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas - Funai GERAL e UGs:

Quadro 66 - Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Funai GERAL - Situação apurada em 31/12				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	777	641	71	118
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	777	641	71	118
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	295	49	46
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	3	1	3
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	27	3	11
1.2.4. Sem Vínculo	0	307	18	58

1.2.5. Aposentados	0	9	0	0
2. Funções Gratificadas	323	217	55	35
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	323	215	52	27
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	1	1
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	2	2	7
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	1100	858	126	153
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194035			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
SEDE - BRASÍLIA-DF				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	224	193	28	34
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	224	193	28	34
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	101	19	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	3	1	3
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	22	2	9
1.2.4. Sem Vínculo	0	64	5	22
1.2.5. Aposentados	0	3	1	0
2. Funções Gratificadas	62	42	11	10
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	62	41	9	3
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	1	1
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	1	1	6
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	286	235	39	44
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194035			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
MUSEU DO ÍNDIO				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	16	16	3	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	16	16	3	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	12	2	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0

1.2.4. Sem Vínculo	0	2	0	0
1.2.5. Aposentados	0	2	1	0
2. Funções Gratificadas	9	8	1	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	9	7	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	1	1	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	25	24	4	0
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194022			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR ALTO PURUS				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	14	11	1	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	14	11	1	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	3	1	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	7	0	1
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	7	2	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	7	2	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	21	18	3	1
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194005			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR ALTO SOLIMÕES				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	14	7	0	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	14	7	0	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	2	0	0

1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	5	0	1
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	5	2	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	5	2	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	21	12	2	1
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194063			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR AMAPÁ E NORTE DO PARÁ				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	13	11	2	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	13	11	2	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	7	2	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	4	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	7	2	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	7	2	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	20	18	4	0
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194075			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR ARAGUAIA TOCANTINS				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	23	17	0	4

1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	23	17	0	4
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	6	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	11	0	4
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	3	1	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	3	1	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	30	20	1	4
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194033			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR BAIXO SÃO FRANCISCO				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	15	10	2	2
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	15	10	2	2
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	4	1	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	6	1	2
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	6	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	6	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	22	16	2	2
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194018			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR CACOAL				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	15	13	1	0

1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	15	13	1	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	7	1	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	6	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	5	3	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	5	3	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	22	18	4	0
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194003			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR CAMPO GRANDE				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	13	8	4	4
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	13	8	4	4
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	5	3	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	1
1.2.4. Sem Vínculo	0	3	1	3
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	6	3	1
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	6	3	1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	20	14	7	5
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194020			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR CENTRO-LESTE DO PARÁ				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	18	15	3	0

1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	18	15	3	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	4	2	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	11	1	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	3	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	3	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	25	18	3	0
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194010			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR CUIABÁ				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	24	22	2	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	24	22	2	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	10	2	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	12	0	1
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	6	1	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	6	1	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	31	28	3	1
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194028			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR DOURADOS				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	10	8	0	0

1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	10	8	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	1	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	7	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	6	1	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	6	1	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	17	14	1	0
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194064			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR GUAJARÁ-MIRIM				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	12	14	1	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	12	14	1	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	4	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	10	1	1
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	7	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	7	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	19	21	1	1
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194004			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR INTERIOR SUL				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	14	13	0	0

1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	14	13	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	11	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	2	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	4	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	4	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	21	17	0	0
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194061			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR JI-PARANÁ				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	21	10	0	2
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	21	10	0	2
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	4	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	6	0	2
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	7	1	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	7	1	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	28	17	1	2
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	190004			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR JURUÁ				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	11	10	1	0

1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	11	10	1	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	4	1	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	5	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	11	10	1	0
Fonte: Sistema Siap – Base 31/12/2016				
UG	194049			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR KAYAPÓ SUL DO PARÁ				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	16	13	2	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	16	13	2	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	2	1	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	11	1	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	1	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	1	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	23	14	2	0
Fonte: Sistema Siap – Base 31/12/2016				
UG	194044			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR LITORAL SUDESTE				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		

1. Cargos em Comissão	13	11	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	13	11	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	9	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	1	0	0
1.2.5. Aposentados	0	1	0	0
2. Funções Gratificadas	7	3	3	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	3	3	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	20	14	3	0
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194046			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR LITORAL SUL				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	12	11	5	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	12	11	5	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	8	5	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	3	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	3	4	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	3	4	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	19	14	9	0
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194047			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR MADEIRA				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	10	7	0	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	10	7	0	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	2	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	5	0	1
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	5	2	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	5	2	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	17	12	2	1
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194045			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR MANAUS				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	18	15	0	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	18	15	0	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	7	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	8	0	1
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	6	1	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	6	1	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	25	21	1	1
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194006			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR MARANHÃO				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	19	12	0	3
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	19	12	0	3
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	5	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	1
1.2.4. Sem Vínculo	0	7	0	2
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	6	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	6	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	26	18	0	3
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194074			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR MÉDIO PURUS				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	14	9	2	2
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	14	9	2	2
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	2	1	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	7	1	2
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	2	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	2	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	21	11	2	2
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				

UG	194048			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	12	9	3	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	12	9	3	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	6	1	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	3	2	1
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	7	5	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	7	5	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	19	16	8	1
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194019			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR NORDESTE I				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	16	14	3	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	16	14	3	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	5	2	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	2	1	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	7	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	7	3	1
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	7	3	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	1
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	23	21	6	1

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194077			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR NORDESTE II				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	13	12	2	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	13	12	2	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	8	2	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	3	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	6	4	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	6	4	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	20	18	6	0
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194041			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR NOROESTE DO MATO GROSSO				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	16	14	1	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	16	14	1	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	3	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	10	0	1
1.2.5. Aposentados	0	1	1	0
2. Funções Gratificadas	7	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0

3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	23	14	1	1
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194067			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR NORTE DO MATO GROSSO				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	12	10	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	12	10	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	4	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	5	0	0
1.2.5. Aposentados	0	1	0	0
2. Funções Gratificadas	7	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	19	10	0	0
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194036			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR PASSO FUNDO				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	13	10	0	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	13	10	0	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	8	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	2	0	1
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	6	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	6	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0

2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	20	16	0	1
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194027			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR PONTA PORÃ				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	11	7	0	2
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	11	7	0	2
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	5	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	2	0	2
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	6	1	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	6	1	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	18	13	1	2
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194085			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR RIBEIRÃO CASCALHEIRA				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	5	1	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	5	1	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	1	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	2	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	2	0	0

2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	12	3	0	0
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194042			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR RIO NEGRO				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	15	9	0	2
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	15	9	0	2
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	1	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	8	0	2
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	1	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	1	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	22	10	0	2
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194008			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR RORAIMA				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	20	17	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	20	17	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	9	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	8	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	7	1	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	7	1	0

2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	27	24	1	0
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194009			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR SUL DA BAHIA				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	13	12	4	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	13	12	4	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	7	3	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0		0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	5	1	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	5	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	5	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	20	17	4	0
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194068			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR TAPAJÓS				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	10	7	0	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	10	7	0	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	2	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	5	0	1
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	3	0	1
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	3	0	1

2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	17	10	0	2
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194012			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR VALE DO JAVARI				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	17	12	0	2
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	17	12	0	2
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	1	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	11	0	2
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	4	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	4	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	24	16	0	2
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194007			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR XAVANTE				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	17	14	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	17	14	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	5	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	9	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	6	1	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	6	1	0

2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	24	20	1	0
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194029			

Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação apurada em 31/12				
CR XINGÚ				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	14	13	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	14	13	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	6	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	7	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	7	4	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	4	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	21	17	0	0
Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016				
UG	194031			

Quadro 67 - Total de DAS e FGR da Funai

UG	UNIDADE	DAS	FGR
194005	CR ALTO PURUS	14	7
194063	CR ALTO SOLIMÕES	14	7
194075	CR AMAPÁ E NORTE DO PARÁ	13	7
194033	CR ARAGUAIA TOCANTINS	23	7
194018	CR BAIXO SÃO FRANCISCO	15	7
194011	CR BAIXO TOCANTINS	14	7
194003	CR CACOAL	15	7
194020	CR CAMPO GRANDE	13	7
194010	CR CENTRO-LESTE DO PARÁ	18	7
194028	CR CUIABÁ	24	7
194064	CR DOURADOS	10	7
194004	CR GUAJARÁ-MIRIM	12	7
194061	CR INTERIOR SUL	14	7
190004	CR JI-PARANÁ	21	7
194049	CR JURUÁ	11	0

194044	CR KAYAPÓ SUL DO PARÁ	16	7
194046	CR LITORAL SUDESTE	13	7
194047	CR LITORAL SUL	12	7
194045	CR MADEIRA	10	7
194006	CR MANAUS	18	7
194074	CR MARANHÃO	19	7
194048	CR MÉDIO PURUS	14	7
194019	CR MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO	12	7
194077	CR NORDESTE I	16	7
194041	CR NORDESTE II	13	7
194067	CR NOROESTE DO MATO GROSSO	16	7
194036	CR NORTE DO MATO GROSSO	12	7
194027	CR PASSO FUNDO	13	7
194085	CR PONTA PORÃ	11	7
194042	CR RIBEIRÃO CASCALHEIRA	5	7
194008	CR RIO NEGRO	15	7
194009	CR RORAIMA	20	7
194068	CR SUL DA BAHIA	13	7
194012	CR TAPAJÓS	10	7
194007	CR VALE DO JAVARI	17	7
194029	CR XAVANTE	17	7
194031	CR XINGÚ	14	7
194022	MUSEU DO ÍNDIO	16	9
194035	SEDE	224	62
		777	323

Distribuição da Lotação Efetiva:

Quadro 68 - Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12 - Funai Geral

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	586	1666
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	586	1666
1.1.2. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	491	1638
1.1.3. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	33	6
1.1.4. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	0	6
1.1.5. Servidores Requisitados de outros Órgãos e Esferas	62	16
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública	35	267
4. Total de Servidores (1+2+3)	621	1933

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

Na análise do detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas, (quadro a seguir) temos a esclarecer que desde o Acórdão nº 2255/2012 – TCU esta Fundação tem respeitado o artigo 14 da Lei nº 8460/1992, adequando a distribuição de seus

cargos de DAS de níveis 1, 2 e 3. Assim, dos 777 cargos em comissão em dezembro, 43% estavam preenchidos por servidores de carreira e 39% por sem vínculo, sendo 18% cargos vagos.

Quadro 69 - Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	777	641	71	118
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	777	641	71	118
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	295	49	46
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	3	1	3
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	27	3	11
1.2.4. Sem Vínculo	0	307	18	58
1.2.5. Aposentados	0	9	0	0
2. Funções Gratificadas	323	217	55	35
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	323	215	52	27
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	1	1
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	2	2	7
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	1100	858	126	153

Fonte: Sistema SIApe – Base 31/12/2016

O Sistema SIAPE está habilitado para detectar os casos de acumulação por meio do CPF, quando da inclusão do provimento do cargo, seja este efetivo, comissionado, contrato temporário, inclusive estagiário, que tenha a percepção de remuneração pelo Sistema SIAPE. Nos casos de servidores que ocupam cargos nas esferas estaduais, municipais, ainda não existe um controle automático para detectar possíveis casos de acumulação. Este último depende dos dados levantados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, em razão do Acordo de Cooperação Técnica da União, firmado entre a Secretaria de Gestão Pública-SEGEP/MPOG e o Ministério da Previdência Social.

Entretanto, no ato da posse, todos os servidores assinam declaração quanto à existência ou não de acumulação de cargo público. Caso haja acumulação, são recolhidas as informações dos dados cadastrais do outro cargo ocupado para análise e verificação quanto à licitude da acumulação.

Uma grande preocupação da Gestão de Pessoas da Funai é o número de aposentadorias que, por sua vez, vêm aumentando gradativamente. Hoje já são 615 (seiscentos e quinze) servidores com Abono Permanência, podendo se aposentar a qualquer tempo, e 1.571 (hum mil quinhentos e setenta e um) com mais 20 anos de serviço público. Observando a faixa

etária dos 2.125 (dois mil cento e vinte e cinco) servidores, 1.472 (hum mil quatrocentos e setenta e dois) servidores passam dos 50 anos, o que representa cerca de 70% dos servidores de carreira.

Além das aposentadorias que causam um grande déficit, temos as vacâncias, motivadas por exoneração a pedido, posse em cargo inacumulável e falecimento, que aumentam a cada ano, defasando ainda mais a força de trabalho sem que haja a devida reposição por Concurso Público.

Os afastamentos decorrentes de cessão também merecem destaque. Em dezembro de 2016 constava em nossos registros, 60 servidores cedidos, contudo, a Fundação decidiu trabalhar no sentido de fazer com que os servidores retornem de forma gradativa, dessa forma, a direção tem evitado deferir novas solicitações e prorrogações.

Outros afastamentos que reduzem a força de trabalho momentaneamente são representados no quadro a seguir:

Quadro 70 - Tipos de Afastamento

Tipos de Afastamento	Quantidade de Servidores	Quantidade de Dias
Afastamento Exercício de Mandato Eletivo Prefeito	1	366
Afastamento Sindicância (Suspensão - art. 145)	2	732
Exercício Provisório Parágrafo 2º, art. 84, Lei 8112/1990	2	561
Falta	75	1395
Licença Adotante Maior 1 ano	1	30
Licença Atividade Política Com Remuneração	17	1.752
Licença Capacitação	23	4.247
Licença Gestante/Maternidade	30	2.458
Licença Médica	859	28.760
Licença para Acompanhar Cônjuge	3	569
Licença para Tratar de Assuntos Particulares	17	4.529
Licença Paternidade	14	70
Licença Prêmio por Assiduidade	87	4.553
Penalidade Suspensão	1	60
Reclusão	1	214

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

Inicialmente, destaca-se que a força de trabalho da Funai é alarmantemente insuficiente, fato já comprovado por diversas auditorias externas, com destaque para o diagnóstico sistêmico da Funai contido no Acórdão Nº 2.626/2015 do Tribunal de Contas da União (TCU), de 21 de outubro de 2015, e no Relatório de Avaliação da Execução de Programas de Governo Nº 60, da Controladoria-Geral da União (CGU), de agosto de 2016.

A ausência de concurso público ao longo de quase duas décadas resultou numa força de trabalho enfraquecida. Cerca de 70% dos servidores efetivos tem acima de 50 anos, sendo em média 55% com mais de 30 anos de serviço público e quase 30% com o benefício de Abono Permanência. A previsão de aposentadoria até 2020 é de aproximadamente 1000 servidores. Isso representa quase 50% da força de trabalho efetiva atual.

Quadro 71 - Previsão de Aposentadoria

(IDADE + TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO)		
ANO	QTD.	%
ANO 2017	753	35%
ANO 2018	78	4%
ANO 2019	80	4%
ANO 2020	89	4%
	1000	47%
COM PREVISÃO DE APOSENTADORIA	1000	47%
SEM PREVISÃO DE APOSENTADORIA	1125	53%
TOTAL DE SERVIDORES		2125

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

Visando suprir esse déficit, foi solicitado concurso nos anos de 2012, 2013 e 2014, porém, somente em 2015 o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizou a realização de novo certame para provimento de 202 (duzentas e dois) cargos de indigenista especializado, 07 (sete) cargos de Engenheiro, 05 (cinco) cargos de Engenheiro Agrônomo e 06 (seis) cargos de Contador.

O resultado final do concurso foi homologado em 27 de janeiro de 2017, porém a Funai aguarda autorização para efetivar as nomeações, que até o momento, não tem data programada. Ressalta-se, que o referido certame teve o intuito de suprir a defasagem do atual quadro funcional, tendo em vista que os cargos providos no último concurso não foram suficientes sequer para a manutenção da força de trabalho que havia à época, principalmente nas atividades finalísticas.

Assim, objetivando o fortalecimento institucional e a constituição de um Quadro de Pessoal permanente e qualificado, que possa dar continuidade às ações governamentais e aos projetos de crescente complexidade, faz-se imprescindível, no contexto atual, a autorização para o provimento dos mais de 2.000 cargos aprovados e ainda não preenchidos.

Todavia, apesar de todas as dificuldades encontradas, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas para alcançar os objetivos estratégicos e amenizar os riscos relacionados ao déficit da força de trabalho, desenvolveu as seguintes ações no exercício de 2016:

- - planejamento e execução de ações de capacitação, mesmo num cenário de restrição orçamentária;
- - implantação da Política Isonômica de Recrutamento e Seleção de Estagiários;
- - requisição de servidores de outros órgãos;
- - realização de estudos para a execução do Concurso Interno de Remoção – CIR;
- - suspensão das remoções de ofício e a pedido, até a realização do CIR;
- - suspensão das concessões de Licenças para Tratar de Interesses Particulares; e
- - solicitação de retorno de servidores cedidos.

Registra-se ainda a preocupação da área de Gestão de Pessoas em dimensionar e alocar a força de trabalho desta instituição de forma mais efetiva, porém, os trabalhos de dimensionamento requerem a contratação de uma empresa especializada, que seja capaz de estudar e dimensionar a distribuição da força de trabalho observando a capilaridade do Órgão.

Dessa forma, considerando a carência de servidores efetivos com formação específica para realização de tal atividade e o cenário orçamentário, solicitamos apoio ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, para ajudar-nos a identificar uma metodologia/ferramenta que viabilize revermos a realocação da força de trabalho.

Ao comparar os valores de despesas com pessoal entre 2015 e 2016 não ocorreram variações significativas, exceto para das despesas com servidores de contrato temporário, em função da finalização das contratações.

Quadro 72 — Demonstrativo das Despesas de Pessoal Geral

Tipologias/ Exercícios		Total
Membros de poder e agentes políticos		
Exercícios	2016	-
	2015	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada		
Exercícios	2016	R\$ 225.072.469,28
	2015	R\$ 221.516.836,46
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada		
Exercícios	2016	-
	2015	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)		
Exercícios	2016	R\$ 15.352.768,36
	2015	R\$ 15.420.878,37
Servidores cedidos com ônus		
Exercícios	2016	R\$ 6.587.578,78

	2015	R\$ 7.061.387,89
Servidores com contrato temporário		
Exercícios	2016	R\$ 250.018,87
	2015	R\$ 413.027,20
Fonte:	Extrator DW	

Na eventualidade da ocorrência de irregularidades relacionadas à área de pessoal, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas encaminha o fato para averiguação junto aos Órgãos de Controle e Correição.

Política de Capacitação e Treinamento de Pessoal

Esta Fundação tem como missão a proteção e a promoção dos direitos dos povos indígenas, bem como formular, coordenar, articular, monitorar e garantir o cumprimento da política indigenista no Estado brasileiro, conforme dispõe o estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.778, de 27 de julho de 2012.

Nota-se que a Funai possui clientes muito específicos, em meio à sociedade brasileira, que são os povos indígenas. Ademais, esta Fundação tem que lançar atenção também sobre a população que está diretamente ligada a estes povos, tais como ribeirinhos, silvícolas, fazendeiros, mineradores, madeireiros, etc. Concomitantemente, em sua atuação, é importante que os técnicos também tenham habilidade para trabalhos interorganizacionais, vez que vários outros órgãos precisam desempenhar trabalhos com povos indígenas, além de vários outros setores da sociedade.

Frente a isto, é de extrema importância, a nível estratégico, que a força de trabalho seja pensada, monitorada, capacitada e esteja em constante desenvolvimento para que as políticas públicas atinjam seus clientes de maneira efetiva. Partindo inicialmente da força de trabalho, considerando apenas os servidores ativos permanentes com exercício e lotação na instituição e de sua evolução de 2014 a 2016 (até 31 de dezembro), tem-se atualmente na Funai:

Quadro 73 - Escolaridade

Escolaridade	2014	2016	Diferença
Nível Superior	476	458	-18
Nível Intermediário	1.403	1.267	-136
Nível Auxiliar	359	321	-38
Total	2.238	2.046	-192

Fonte: Extrator de Dados e DW

Como pode ser observado na tabela acima, de 2014 a 2016 houve uma redução de aproximadamente 9% da força de trabalho de servidores ativo permanentes da Funai, por várias razões, dentre as principais: aposentadorias, exclusões (vacância e exoneração) e cessão.

Embora o último concurso público tenha sido homologado, não existe previsão de autorização de nomeação para os cerca de 220 aprovados, e este número ainda é insuficiente para cobrir a defasagem de força de trabalho. Ressalte-se que este decréscimo na força de trabalho é pertinente ao longo dos últimos 5 anos.

É por estas e outras razões que uma política interna que busque o aprimoramento da força de trabalho através do desenvolvimento contínuo das competências individuais, por meio de ações de capacitação, eventos educativos, treinamentos e afins é parte basilar da gestão estratégica de pessoas, e ponto focal de atuação desta Coordenação-Geral.

Atualmente, além dos normativos legais vigentes, tais com o Decreto nº5.707/06, a Lei nº 8.112/90, a política de desenvolvimento e capacitação da Funai é norteada pela Portaria nº 797/PRES/2012 (publicada na Separata do Boletim de Serviço da Funai, Brasília, Ano XXV, Nº 12, Junho – 2012), e pelos Planos Anuais de Capacitação – PAC's, que são publicados em janeiro de cada exercício.

A Norma de Implementação dos Programas de Capacitação, Desenvolvimento de Recursos Humanos em vigor, traz em seu escopo, dentre outras coisas, os objetivos institucionais, conceitos, trilhas de desenvolvimento, delineamento de ações e eventos de capacitação, bem como quais os requisitos para afastamentos de curta, média e longa duração, etc.

Através desta norma, foram realizadas 113 ações/eventos de capacitação, dos quais:

Quadro 74 - Capacitações por duração

Duração	Quantidade
curta	98
média	1
longa	9
Obs: a duração de 5 licenças para capacitação não foram contabilizadas, uma vez que a licença é usufruída com finalidades diferenciadas.	

Quadro 75 - Afastamentos e prorrogações concedidos em 2016

Ação de Capacitação	Duração	Servidor		Total	Recurso Aplicado		Total
		Sede	Unidades descentralizadas		Sede	Unidade	
Licença para Capacitação	03 meses	3	2	5	Ônus limitado	Ônus limitado	13
Afastamentos para pós-graduação stricto sensu	-	2	3	5	- Ônus limitado	Ônus limitado	
Prorrogação de afastamentos para pós-graduação stricto sensu	-	-	3	3	Ônus limitado	Ônus limitado	

De maneira resumida, todas as ações acima realizadas, totalizam cerca de 799 servidores capacitados – alguns participando de mais de uma ação. Não obstante, a Portaria nº 654/PRES/16 suspendeu por tempo indeterminado concessões de licença e afastamento para capacitação, para realizar estudo de critérios e normativos mais claros para concessão destes benefícios. Além do mais, a concessão de licenças, que é discricionário da administração, está intrinsecamente associada à necessidade de execução de concurso de remoção que deve ser anterior aos trabalhos de nomeação dos aprovados no concurso acima referido.

Esta suspensão, por sua vez, teve dois desdobramentos distintos: o primeiro foi a necessidade de atualização da norma de capacitação vigente, que atualmente está na fase de revisão pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas. O segundo, que somado ao contingenciamento financeiro de 2016, foi a baixa execução financeira do total destinado à capacitação. Dos R\$ 649.319,00 inicialmente previstos, foram executados apenas R\$ 205.839,13.

Neste momento, também está em andamento um processo que prevê a revitalização do Centro de Formação em Política Indigenista – CFPI, localizado em Sobradinho. Basicamente, faz-se necessário reparos estruturais, elétricos e hidráulicos, cujo processo administrativo está na fase de pregão. E ainda, está em fase de assinatura de contrato a disponibilização de link que internet, para que todos no CFPI, servidores, instrutores, alunos e convidados tenham acesso à rede mundial de computadores. Enquanto o contrato não é assinado, as atividades continuam sendo desempenhadas, com o uso provisório de modems portáteis de internet.

A Funai estabeleceu também parcerias com outras instituições para ações e eventos de capacitação, a saber:

Quadro 76 - Órgãos Parceiros

Escola Nacional de Administração Pública - ENAP
Sociedade Latino Americana de Coaching
Ministério da Justiça e Cidadania
Secretaria de Gestão MPOG
Escola de Administração Fazendária - ESAF
Tribunal de Contas da União - TCU
Negócios Públicos
Editora Fórum
Conselho Federal de Contabilidade - Fortaleza/CE
SESC Messa Brasuk
Conselho Regional de Administração - CRA - DF
Universidade Federal de Integração Latino americana - UNILA, de Foz de Iguaçu/PR

Diante deste cenário é que a capacitação e desenvolvimento vêm tomando o escopo cada vez mais qualitativo, de forma a proporcionar a formação de servidores especializados em sua área de atuação e que sejam multiplicadores de conhecimento. Essa multiplicação é incentivada no PAC, e também com a concessão de Gratificação por Encargo de Curso e Concurso – GECC, a qual foi editada pela Portaria nº 210/PRES, de 07 de março de 2016.

A experiência tem mostrado que ações de desenvolvimento através de instrutoria são mais econômicas, com burocracia mais eficiente, estimula o desenvolvimento dos instrutores e facilita a aprendizagem intrainstitucional. Outro ponto importante é que há possibilidade de maior troca de experiências práticas, ao ser possível instruir pagamento de GECC para servidores de outros órgãos da administração pública federal.

Por fim, fica claro que a Funai está buscando cada vez mais novos meios de valorizar seus servidores através da capacitação e desenvolvimento, superando cenários desfavoráveis e revisando constantemente suas estratégias de atuação, de maneira de aprimorar a atuação do técnico no atendimento aos povos indígenas.

Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Fundação Nacional do Índio - Sede - Situação apurada até 31/12/2016

Quadro 77 - Demonstrativo das Despesas com Pessoal - Fundação Nacional do Índio - Sede

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	10.685.713,98	4.001.819,05	4.475.351,04	982.076,02	2.134.376,95	1.857.050,28	19.938.627,07	365.216,96	76.126,80	44.516.358,15
	2015	10.666.522,58	3.809.430,55	4.234.590,20	1.017.153,59	1.687.470,37	1.654.934,90	19.634.043,72	15.635,51	89.027,91	42.808.809,33
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	3.114.233,69	395.149,42	93.768,95	438.222,42	92.825,31	306.170,85	14.948,65	-	4.455.319,29
	2015	-	3.530.131,35	398.396,94	104.310,49	373.096,73	73.768,49	288.867,45	-	-	4.768.571,45
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	1.366.952,33	-	420.945,04	103.184,27	214.381,59	230.705,90	1.828.896,50	4.025,21	71.662,80	4.240.753,64
	2015	1.447.771,18	-	446.917,54	105.197,58	197.400,83	202.230,90	1.891.668,17	-	71.662,80	4.362.849,00
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	104.210,00	-	7.662,51	6.129,99	8.292,54	-	123.723,83	-	-	250.018,87
	2015	334.286,33	-	36.780,00	4.086,66	21.125,36	-	16.748,85	-	-	413.027,20
Fonte:	Extrator DW										
UG	194035										

Coordenação Regional Alto Purus

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	803.582,11	94.629,14	316.791,65	66.797,71	297.651,40	127.806,92	1.604.870,58	23.046,05	31.130,04	3.366.305,60
	2015	728.393,18	90.043,00	276.224,29	66.504,91	202.801,09	106.628,64	1.424.499,47	-	31.130,04	2.926.224,62
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	251.765,52	28.135,14	9.210,59	48.053,91	1.303,38	2.344,40	2.264,24	-	343.077,18
	2015	-	291.115,18	34.421,82	7.331,73	40.999,72	121,94	5.012,66	-	-	379.003,05
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194005										

Coordenação Regional Alto Solimões

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	1.406.335,14	70.399,82	574.288,57	112.997,68	461.042,26	51.724,17	3.054.411,80	7.473,13	-	5.738.672,57
	2015	1.476.865,14	81.353,15	515.579,07	125.389,41	382.568,75	40.855,12	3.167.116,22	-	-	5.789.726,86
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	167.099,19	22.838,91	5.194,85	37.049,26	2.095,98	6.589,17	-	-	240.867,36
	2015	-	179.198,30	18.600,53	5.249,37	31.066,99	1.704,96	1.135,13	-	-	236.955,28
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194063										

Coordenação Regional Amapá e Norte do Pará

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	1.224.125,88	119.025,46	413.371,29	81.706,98	303.512,02	195.437,24	2.034.790,74	51.138,05	-	4.423.107,66
	2015	1.186.704,08	113.233,75	400.506,40	82.723,07	218.639,01	169.837,15	1.975.326,33	4.263,33	-	4.151.233,12
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	116.871,21	14.805,25	3.232,84	32.275,00	3.422,16	21.512,33	-	-	192.118,79
	2015	-	125.466,63	12.146,58	1.701,12	22.102,63	2.581,26	-	-	-	163.998,22
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	12.576,48	-	-	-	1.533,36	458,72	11.296,84	-	-	25.865,40
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194075										

Coordenação Regional Araguaia do Tocantins

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	3.604.388,43	127.576,19	1.257.130,73	281.993,51	755.638,13	449.910,65	5.987.277,65	37.128,94	19.458,84	12.520.503,07
	2015	3.832.174,55	164.901,52	1.200.619,69	277.153,86	637.448,58	447.509,13	6.341.185,65	-	19.458,84	12.920.451,82
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	379.865,37	50.152,74	14.814,07	72.449,27	19.041,91	15.505,67	-	-	551.829,03
	2015	-	354.726,62	39.153,79	8.199,96	59.296,29	16.499,10	2.127,37	-	-	480.003,13
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194033										

Coordenação Regional Baixo São Francisco

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	2.174.209,47	89.317,98	733.849,86	155.480,58	443.166,07	323.047,20	3.433.192,38	39.616,09	32.765,04	7.424.644,67
	2015	2.206.546,57	92.989,64	687.740,96	145.051,21	354.475,32	274.671,81	3.476.092,55	-	32.765,04	7.270.333,10
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	234.082,73	27.624,52	5.036,69	42.259,17	7.474,23	25.150,11	246,83	-	341.874,28
	2015	-	301.183,23	32.718,73	7.951,75	45.663,99	7.742,34	4.491,74	-	-	399.751,78
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194018										

Coordenação Regional do Baixo Tocantins

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	1.001.827,48	105.072,47	427.187,95	79.261,59	217.551,70	161.140,79	1.600.079,47	19.862,98	-	3.611.984,43
	2015	895.403,22	117.990,12	296.365,62	76.411,58	149.514,44	116.522,29	1.446.070,89	-	-	3.098.278,16
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	244.673,83	30.420,74	6.243,78	49.352,08	1.495,20	11.565,68	752,78	-	344.504,09
	2015	-	221.189,76	27.648,68	6.904,88	37.679,28	1.463,28	16.723,34	-	-	311.609,22
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194011										

Coordenação Regional de Cacoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	885.420,72	144.845,51	331.228,94	85.466,34	188.414,31	112.685,11	1.535.471,88	6.113,60	3.178,08	3.292.824,49
	2015	879.983,91	161.622,65	306.268,56	77.591,61	145.321,56	82.536,81	1.529.956,03	-	3.178,08	3.186.459,21
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	164.081,10	20.847,07	5.324,90	33.486,00	-	1.179,17	-	-	224.918,24
	2015	-	160.405,20	21.164,54	4.493,67	27.252,00	-	1.102,78	-	-	214.418,19
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194003										

Coordenação Regional Campo Grande

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	1.642.961,62	118.181,44	572.032,73	121.773,55	364.829,06	300.354,85	2.776.970,68	37.823,00	-	5.934.926,93
	2015	1.619.454,36	129.933,01	565.358,38	109.891,04	296.201,89	271.131,76	2.761.249,30	-	-	5.753.219,74
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	149.499,86	14.263,43	3.831,61	30.121,36	-	-	1.673,36	-	199.389,62
	2015	-	142.401,89	17.432,44	3.174,93	21.948,51	-	28.132,74	-	-	213.090,51
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194020										

Coordenação Regional Centro Leste do Pará

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	809.851,93	53.899,16	185.004,40	58.482,36	189.625,58	102.305,36	1.344.151,59	6.695,99	-	2.750.016,37
	2015	1.125.887,38	110.537,21	377.782,88	83.203,50	212.905,50	120.877,76	1.933.388,85	-	-	3.964.583,08
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	359.992,46	46.196,61	8.979,95	55.992,84	5.340,60	2.344,39	1.230,74	-	480.077,59
	2015	-	306.861,23	37.725,77	6.851,58	40.521,36	4.353,30	7.033,18	-	-	403.346,42
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	32.493,96	-	6.527,18	-	1.917,00	8.577,78	45.832,20	-	-	95.348,12
	2015	64.987,92	-	19.581,54	-	4.476,00	18.585,19	91.664,40	-	-	199.295,05
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194010										

Coordenação Regional de Cuiabá

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	2.595.285,86	210.253,76	889.273,81	188.441,07	529.771,18	450.684,60	4.226.641,43	37.393,65	111.189,84	9.238.935,20
	2015	2.686.605,26	203.133,06	902.572,56	218.848,74	430.884,26	409.690,91	4.352.116,25	1.336,71	107.946,70	9.313.134,45
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	396.301,47	51.575,50	12.313,67	68.722,45	22.062,18	5.302,43	-	-	556.277,70
	2015	-	406.607,16	49.711,91	12.156,13	58.188,00	16.608,97	1.559,49	-	-	544.831,66
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	26.591,16	-	13.137,59	4.316,60	9.433,00	3.293,60	51.505,76	-	-	108.277,71
	2015	25.710,00	-	9.430,69	2.063,74	4.476,00	-	49.352,00	-	-	91.032,43
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194028										

Coordenação Regional Dourados

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	428.147,75	32.783,95	159.657,68	39.437,08	107.601,00	60.337,51	878.275,64	26.076,21	-	1.732.316,82
	2015	513.538,01	46.720,08	191.754,98	53.285,06	104.879,30	59.885,45	1.057.223,25	-	-	2.027.286,13
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	179.048,72	22.547,31	4.943,82	37.338,00	5.172,96	47.855,80	-	-	296.906,61
	2015	-	173.576,58	22.058,13	3.928,95	27.625,25	3.892,96	67.160,12	-	-	298.241,99
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194064										

Coordenação Regional de Guajará-Mirim

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	768.334,94	109.868,18	275.814,66	63.024,61	163.170,55	154.675,80	1.307.940,15	6.378,83	6.469,92	2.855.677,64
	2015	731.965,08	94.953,72	263.755,48	61.172,49	121.155,00	130.902,64	1.253.006,46	-	8.158,08	2.665.068,95
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	186.727,19	23.197,45	5.373,92	38.151,00	3.682,92	2.342,92	-	-	259.475,40
	2015	-	187.139,40	22.278,47	5.991,56	31.332,00	4.590,88	1.904,33	-	-	253.236,64
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	27.672,21	-	9.987,06	2.219,34	8.781,91	3.283,81	46.136,00	-	3.943,68	102.024,01
	2015	27.000,36	-	9.527,50	2.117,22	6.206,16	3.209,58	45.276,00	-	3.943,68	97.280,50
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194004										

Coordenação Regional Interior Sul

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	2.367.005,08	202.349,14	812.956,39	191.655,21	420.971,09	534.364,39	3.568.967,97	5.046,11	25.878,84	8.129.194,22
	2015	2.399.911,71	217.260,19	761.146,61	169.245,53	358.568,51	499.197,17	3.624.562,24	862,30	25.006,57	8.055.760,83
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	54.693,70	6.928,60	3.052,14	11.162,00	-	50.903,61	-	-	126.740,05
	2015	-	53.468,40	9.144,48	755,28	8.952,00	-	22.294,96	-	-	94.615,12
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	27.368,40	-	-	78,68	1.973,55	-	37.905,00	-	-	67.325,63
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194061										

Coordenação Regional de JI-Paraná

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	2.329.953,77	107.571,82	851.395,07	181.751,37	438.404,72	495.313,61	3.956.086,62	63.429,71	90.262,21	8.514.168,90
	2015	2.416.379,36	138.064,66	814.049,88	180.288,72	370.625,70	449.032,70	4.125.641,81	691,91	109.461,84	8.604.236,58
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	408.926,61	47.595,37	7.915,55	74.135,80	20.819,88	12.132,64	-	-	571.525,85
	2015	-	413.923,32	51.740,35	13.278,69	58.980,00	19.735,46	1.054,66	-	-	558.712,48
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	112.747,36	-	41.155,15	10.504,17	22.246,94	22.006,11	188.175,79	1.188,66	-	398.024,18
	2015	122.411,28	-	36.575,01	8.179,43	19.355,44	22.404,83	190.208,04	-	-	399.134,03
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	190004										

Coordenação Regional do Juruá

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	306.386,24	100.187,57	112.751,63	14.270,03	75.677,00	33.055,44	549.206,80	1.195,51	-	1.192.730,22
	2015	323.620,08	112.217,64	129.269,94	28.771,99	61.509,21	30.960,52	597.145,87	-	-	1.283.495,25
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	166.942,28	22.323,45	6.349,92	33.683,00	-	440,09	-	-	229.738,74
	2015	-	142.987,56	17.801,11	2.305,54	22.132,91	-	-	-	-	185.227,12
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194049										

Coordenação Regional Kaiapó Sul do Pará

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	391.811,89	30.413,35	142.469,19	25.269,83	81.443,00	37.012,58	651.138,50	4.077,02	-	1.363.635,36
	2015	438.686,29	25.177,65	153.002,60	36.514,05	76.821,00	40.365,54	778.095,72	1.897,38	-	1.550.560,23
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	343.560,66	42.714,03	9.615,17	70.700,00	-	3.965,66	836,68	-	471.392,20
	2015	-	347.443,52	41.046,81	9.424,30	52.606,27	-	3.921,21	-	-	454.442,11
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194044										

Coordenação Regional Litoral Sudeste

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	1.656.629,90	166.714,09	572.465,88	121.580,87	356.805,10	231.629,10	2.655.752,11	10.623,07	53.689,44	5.825.889,56
	2015	1.599.856,11	151.308,79	521.925,45	114.387,73	250.423,80	221.204,76	2.510.133,22	2.835,06	53.689,44	5.425.764,36
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	84.901,73	8.410,97	3.995,28	5.581,00	-	-	-	-	102.888,98
	2015	-	83.296,72	12.719,34	2.928,45	4.826,73	-	1.642,37	-	-	105.413,61
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194046										

Coordenação Regional do Litoral Sul

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	871.056,31	144.690,17	313.986,24	74.332,48	240.968,48	127.967,01	1.483.254,26	13.430,07	6.804,00	3.276.489,02
	2015	748.196,93	178.254,98	276.419,69	55.786,72	174.525,16	115.140,56	1.239.264,49	5.077,72	5.216,82	2.797.883,07
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	82.040,55	11.568,09	2.268,68	16.743,00	-	1.749,08	-	-	114.369,40
	2015	-	83.040,13	10.025,31	755,28	13.801,00	-	-	-	-	107.621,72
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194047										

Coordenação Regional Madeira

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	425.177,51	47.839,96	152.604,17	37.016,53	100.284,34	52.265,13	752.042,89	5.975,08	19.458,84	1.592.664,45
	2015	566.075,55	47.286,06	181.563,86	44.661,86	106.732,86	65.981,11	999.222,72	-	19.458,84	2.030.982,86
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	156.596,96	19.976,72	4.619,06	35.956,69	-	9.605,87	-	-	226.755,30
	2015	-	183.261,31	20.686,66	3.977,37	30.560,25	-	3.429,03	-	-	241.914,62
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194045										

Coordenação Regional de Manaus

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	2.496.312,45	132.995,36	839.657,61	198.124,62	582.898,61	403.738,01	4.104.171,47	113.580,28	-	8.871.478,41
	2015	2.498.385,85	117.380,76	817.319,88	191.311,47	480.996,49	374.707,10	4.070.601,68	223,45	-	8.550.926,68
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	243.382,23	30.159,88	5.757,81	39.838,99	-	4.118,66	18.248,31	-	341.505,88
	2015	-	279.359,05	40.213,41	12.724,58	36.554,00	725,92	19.869,28	-	-	389.446,24
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194006										

Coordenação Regional Maranhão

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	2.894.919,82	177.901,01	1.000.357,93	218.721,49	655.593,86	495.897,25	4.942.060,62	23.477,20	19.458,84	10.428.388,02
	2015	2.788.132,22	137.311,94	968.638,47	220.110,23	524.538,83	350.108,66	4.784.365,27	3.834,96	19.458,84	9.796.499,42
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	242.991,34	28.374,04	7.308,09	50.925,36	-	-	-	-	329.598,83
	2015	-	232.961,63	26.892,32	5.620,87	39.240,05	-	20.000,00	-	-	324.714,87
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	56.129,69	-	15.732,40	4.138,74	12.022,11	22.743,73	92.270,38	15.845,55	-	218.882,60
	2015	54.849,24	-	18.175,15	4.038,91	9.837,36	12.201,91	90.552,00	-	-	189.654,57
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194074										

Coordenação Regional Médio Purus

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	305.943,26	92.000,87	122.399,05	24.665,78	111.558,76	44.908,45	645.497,04	13.532,05	-	1.360.505,26
	2015	295.540,13	64.288,98	131.429,28	43.847,83	73.737,00	44.954,84	648.674,03	-	-	1.302.472,09
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	223.121,21	28.056,44	1.814,45	45.328,08	-	3.527,42	861,30	-	302.708,90
	2015	-	252.050,15	29.311,64	7.604,60	34.284,45	-	-	-	-	323.250,84
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194048										

Coordenação Regional Minas Gerais e Espírito Santo

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	1.284.945,27	165.926,21	463.637,36	102.534,49	269.008,43	164.138,47	2.162.342,81	9.234,27	10.854,36	4.632.621,67
	2015	1.279.292,20	169.094,60	462.514,36	106.640,09	213.339,28	108.910,01	2.178.499,09	-	10.854,36	4.529.143,99
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	81.974,08	9.774,68	2.227,83	16.911,53	-	2.116,45	-	-	113.004,57
	2015	-	80.202,60	10.025,31	4.455,66	13.428,00	-	-	-	-	108.111,57
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194019										

Coordenação Regional Nordeste I

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	3.992.776,11	144.072,23	1.346.490,90	264.787,57	700.598,59	684.024,42	6.203.473,56	47.837,77	267.619,86	13.651.681,01
	2015	3.959.648,80	128.661,24	1.268.416,22	297.283,42	559.436,99	607.892,86	6.047.413,79	-	289.580,86	13.158.334,18
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	191.427,95	22.144,80	3.917,30	41.635,00	15.045,31	822,63	-	-	274.992,99
	2015	-	238.716,09	31.539,49	7.567,16	35.435,00	14.264,70	415,59	-	-	327.938,03
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	284.751,50	-	79.858,75	13.582,87	10.269,12	62.953,38	406.105,00	24.198,54	10.615,20	892.334,36
	2015	331.969,53	-	89.518,07	20.788,25	14.424,40	75.695,28	474.489,00	6.131,73	10.615,20	1.023.631,46
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194077										

Coordenação Regional Nordeste II

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	1.590.559,59	174.024,30	562.872,19	125.067,69	366.907,03	251.462,62	2.682.661,37	6.800,69	44.582,83	5.804.938,31
	2015	1.569.951,86	163.163,70	544.891,26	118.782,94	274.914,97	209.858,43	2.621.503,16	-	46.859,28	5.549.925,60
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	62.177,51	7.876,65	2.516,22	13.008,58	-	1.234,16	-	-	86.813,12
	2015	-	62.121,27	7.598,06	3.580,13	10.750,21	-	-	-	-	84.049,67
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	34.338,16	-	6.976,50	-	461,38	-	41.503,00	-	-	83.279,04
	2015	36.898,56	-	10.271,82	2.282,62	3.866,72	-	45.276,00	-	-	98.595,72
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194041										

Coordenação Regional Noroeste do Mato Grosso

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	111.657,15	51.897,78	50.224,69	10.213,53	22.867,00	8.254,80	204.113,47	-	9.785,28	469.013,70
	2015	175.768,14	62.825,37	59.194,57	16.246,15	30.882,00	20.436,05	322.809,53	-	9.785,28	697.947,09
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	344.076,82	39.485,07	5.606,02	67.897,31	7.627,52	5.398,94	-	-	470.091,68
	2015	-	346.596,52	43.407,58	10.251,56	53.504,31	8.535,00	11.785,31	-	-	474.080,28
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194067										

Coordenação Regional Norte do Mato Grosso

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	354.462,36	75.469,59	127.675,45	28.150,29	93.109,31	20.852,05	616.574,40	-	-	1.316.293,45
	2015	392.538,60	96.832,07	141.966,15	32.049,77	77.163,56	21.727,81	690.776,03	-	-	1.453.053,99
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	201.772,94	25.560,61	4.956,28	36.106,00	-	-	-	-	268.395,83
	2015	-	124.708,66	16.440,34	3.936,55	19.538,00	-	29.878,56	-	-	194.502,11
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194036										

Coordenação Regional de Passo Fundo

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	951.443,15	201.555,67	344.707,86	73.571,52	205.609,46	216.022,76	1.556.122,86	10.717,84	6.451,20	3.566.202,32
	2015	942.082,48	205.536,07	315.060,25	67.560,18	160.132,56	184.495,02	1.552.848,86	-	6.451,20	3.434.166,62
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	63.679,36	6.928,60	783,46	13.099,81	3.087,81	-	-	-	87.579,04
	2015	-	80.202,60	10.025,31	5.210,94	13.428,00	2.285,91	-	-	-	111.152,76
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194027										

Coordenação Regional Ponta Porã

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	508.020,36	129.390,03	193.783,51	42.053,65	128.384,00	49.387,43	956.358,12	906,21	-	2.008.283,31
	2015	568.152,47	145.732,42	214.301,27	44.912,87	112.607,00	44.318,75	1.048.496,34	-	-	2.178.521,12
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	75.995,65	7.874,44	1.485,22	19.076,99	-	945,84	-	-	105.378,14
	2015	-	114.252,96	14.586,44	2.862,86	18.792,00	-	5.435,00	-	-	155.929,26
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194085										

Coordenação Regional Ribeirão Cascalheira

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	168.071,85	31.010,66	50.265,04	13.578,04	28.744,42	30.943,40	259.379,66	12.170,35	-	594.163,42
	2015	248.142,36	43.198,54	70.612,51	15.328,41	35.650,95	34.028,81	382.231,87	-	-	829.193,45
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194042										

Coordenação Regional do Rio Negro

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	393.163,52	19.627,94	126.452,74	33.123,53	66.694,84	57.841,80	612.726,26	27.796,95	-	1.337.427,58
	2015	423.163,83	28.757,20	134.259,17	33.379,24	61.946,11	61.195,66	678.788,81	-	-	1.421.490,02
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	295.385,41	36.840,29	11.170,92	57.329,00	12.500,69	8.240,89	-	-	421.467,20
	2015	-	334.749,50	37.731,40	11.916,93	51.006,49	15.258,34	10.430,87	-	-	461.093,53
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194008										

Coordenação Regional Roraima

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	2.259.833,93	178.930,05	785.075,07	168.687,32	565.167,92	337.217,72	3.856.451,08	48.865,77	-	8.200.228,86
	2015	2.295.784,59	138.795,17	763.312,91	158.090,03	449.104,41	289.203,51	3.843.212,01	-	-	7.937.502,63
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	218.774,80	30.064,78	6.229,55	65.381,67	-	3.432,48	-	-	323.883,28
	2015	-	256.351,27	25.620,23	3.751,06	52.719,79	-	2.774,76	-	-	341.217,11
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	59.069,36	-	17.461,20	-	2.748,00	12.865,62	74.822,83	10.768,25	-	177.735,26
	2015	45.061,56	-	12.180,63	-	-	-	52.383,48	-	-	109.625,67
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194009										

Coordenação Regional Sul da Bahia

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	1.047.925,73	133.088,27	369.174,98	92.695,45	221.074,08	120.910,12	1.751.465,10	4.459,65	49.611,24	3.790.404,62
	2015	1.049.553,27	143.934,36	361.813,57	65.642,77	183.672,71	80.612,34	1.788.896,12	-	49.611,24	3.723.736,38
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	170.675,05	23.593,10	6.726,43	27.924,09	-	3.006,47	-	-	231.925,14
	2015	-	103.289,89	12.530,13	1.497,89	17.564,90	-	5.031,11	-	-	139.913,92
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194068										

Coordenação Regional do Tapajós

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	286.310,50	68.401,24	105.541,37	27.601,13	74.658,00	9.713,88	541.272,79	1.094,16	-	1.114.593,07
	2015	318.543,59	72.446,82	123.461,57	16.074,35	64.575,00	10.932,48	609.266,59	-	-	1.215.300,40
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	157.585,16	18.269,55	4.249,66	30.738,00	1.028,94	33.799,47	-	-	245.670,78
	2015	-	167.647,10	21.331,17	2.983,11	27.245,95	1.678,32	53.422,69	-	-	274.308,34
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194012										

Coordenação Regional do Vale do Javari

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	501.726,73	36.081,25	198.422,72	49.130,66	156.429,70	68.924,44	1.040.624,23	8.253,02	19.458,84	2.079.051,59
	2015	557.031,00	62.897,04	207.845,05	53.171,82	130.822,97	67.695,28	1.123.196,26	985,66	19.458,84	2.223.103,92
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	381.758,28	48.852,52	11.480,91	88.862,38	3.624,76	11.113,51	-	-	545.692,36
	2015	-	402.309,90	49.147,21	6.993,14	70.296,27	5.566,64	-	-	-	534.313,16
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	8.672,04	-	-	-	1.601,14	1.014,78	5.442,00	-	-	16.729,96
	2015	34.688,16	-	7.057,02	-	5.044,56	3.310,44	21.768,00	-	-	71.868,18
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194007										

Coordenação Regional Xavante

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	2.388.455,89	138.440,64	832.357,96	183.898,41	539.442,19	258.208,63	4.223.665,99	43.243,44	-	8.607.713,15
	2015	2.387.321,95	120.908,78	820.732,42	193.692,95	424.756,54	215.482,74	4.232.411,63	1.313,89	-	8.396.620,90
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	247.574,77	33.485,16	8.375,68	51.475,00	1.375,30	11.641,94	-	-	353.927,85
	2015	-	239.977,96	26.534,77	4.700,37	40.583,36	1.765,50	5.530,77	-	-	319.092,73
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194029										

Coordenação Regional Xingu

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	777.311,85	115.818,27	278.241,35	51.528,65	185.830,00	53.874,03	1.303.488,81	8.012,05	-	2.774.105,01
	2015	761.791,68	116.608,57	258.578,35	58.254,78	136.106,00	35.552,13	1.264.664,93	-	-	2.631.556,44
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	198.911,76	25.198,15	5.564,90	46.771,00	-	43.460,68	-	-	319.906,49
	2015	-	194.455,56	25.349,09	6.376,15	33.626,00	-	48.198,35	-	-	308.005,15
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	24.870,90	-	-	-	4.905,60	3.040,49	44.070,00	-	-	76.886,99
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194031										

Museu do Índio

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciários R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	2.040.874,34	315.251,65	687.053,47	159.295,96	473.175,66	307.102,73	3.173.314,66	8.262,72	-	7.164.331,19
	2015	2.016.738,40	319.913,30	673.298,97	156.657,02	381.123,66	249.314,16	3.066.804,28	-	-	6.863.849,79
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	150.735,71	19.080,37	3.048,15	27.267,90	-	48,45	-	-	200.180,58
	2015	-	104.461,30	13.159,76	1.575,60	15.557,82	-	-	-	-	134.754,48
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	73.895,70	-	25.710,52	4.904,62	6.367,33	25.163,48	96.270,45	-	21.877,80	254.189,90
	2015	70.198,08	-	26.838,11	5.242,83	9.437,80	24.196,64	90.552,00	-	21.877,80	248.343,26
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte:	Extrator DW										
UG	194022										

Fundação Nacional do Índio - Geral

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas R\$	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores R\$	Decisões Judiciais R\$	Total R\$
			Retribuições R\$	Gratificações R\$	Adicionais R\$	Indenizações R\$	Benefícios Assistenciais e Previdenciário s R\$	Demais Despesas Variáveis R\$			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	60.732.919,87	8.459.321,23	22.054.003,13	4.830.245,18	13.318.655,80	9.442.190,75	104.174.914,51	1.155.984,47	904.234,34	225.072.469,28
	2015	61.570.332,77	8.424.698,36	21.394.143,33	4.913.072,99	10.718.978,34	8.319.293,37	105.180.801,32	38.957,88	956.558,10	221.516.836,46
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	10.793.904,86	1.348.890,45	309.304,32	1.971.010,94	229.027,04	659.567,86	41.062,89	-	15.352.768,36
	2015	-	11.301.837,50	1.338.066,05	315.280,19	1.592.186,51	203.143,27	670.364,85	-	-	15.420.878,37
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	2.083.313,47	-	637.491,39	142.850,61	290.229,52	392.608,19	2.876.959,91	56.026,21	108.099,48	6.587.578,78
	2015	2.326.361,65	-	686.073,08	149.989,26	282.937,78	365.333,98	3.136.460,93	6.131,73	108.099,48	7.061.387,89
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	104.210,00	-	7.662,51	6.129,99	8.292,54	-	123.723,83	-	-	250.018,87
	2015	334.286,33	-	36.780,00	4.086,66	21.125,36	-	16.748,85	-	-	413.027,20
Fonte:	Extrator DW										

Resumo Geral

Quadro 78 - Resumo Geral

Tipologias/ Exercícios		Total R\$
Membros de poder e agentes políticos		
Exercícios	2016	-
	2015	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada		
Exercícios	2016	225.072.469,28
	2015	221.516.836,46
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada		
Exercícios	2016	-
	2015	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)		
Exercícios	2016	15.352.768,36
	2015	15.420.878,37
Servidores cedidos com ônus		
Exercícios	2016	6.587.578,78
	2015	7.061.387,89
Servidores com contrato temporário		
Exercícios	2016	250.018,87
	2015	413.027,20
Fonte:		Extrator DW

Gestão de Riscos Relacionados ao pessoal e Análise crítica

Estrutura de pessoal da unidade

O quadro de pessoal da Fundação Nacional do Índio conta com um quantitativo reduzido de servidores para a implementação de projetos e ações de crescente complexidade, a composição do quadro atual de pessoal de carreira vinculada ao órgão é de 2.125 (dois mil cento e vinte e cinco) servidores, sendo que 60 (sessenta) encontram-se cedidos para outras instituições.

Contamos ainda com 40 (quarenta) servidores em exercício descentralizado, 6 (seis) servidores em exercício provisório, 77 (setenta e sete) servidores requisitados de outros órgãos e esferas e 300 (trezentos) servidores sem vínculo, totalizando um quantitativo de 2.550 (dois mil e quinhentos e cinquenta) servidores.

A força de trabalho efetiva atual na Fundação é de 2.490 (dois mil e quatrocentos e noventa) servidores que estão distribuídos no território nacional entre a Sede desta Fundação, em Brasília-DF, o Museu do Índio, as 37 (trinta e sete) Coordenações Regionais, as 291

(duzentos e noventa e uma) Coordenações Técnicas Locais, as 12 (doze) Frentes de Proteção Etnoambiental e o Museu do Índio.

Ressalta-se que, os cargos criados pela Lei nº 11.357/2006 ainda não foram autorizados para provimento, comparando a lotação autorizada com a lotação efetiva, podemos verificar facilmente um déficit de 3.520 (três mil quinhentos e vinte) servidores, sendo que, 2.402 (dois mil quatrocentos e dois) cargos são de indigenista especializado, agente em indigenismo e auxiliares em indigenismo, e os outros 918 (novecentos e dezoito) provenientes de vacâncias diversas como exoneração, demissão e aposentadoria.

Quadro 79 - Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12 - Funai Geral

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	5644	2252	36	140
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	5644	2252	36	140
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5644	2129	1	105
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	39	9	12
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	6	0	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	78	26	22
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	4
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	302	16	54
4. Total de Servidores (1+2+3)	5644	2554	52	198

Fonte: Sistema Siape – Base 31/12/2016

Analisando o quadro acima outra desigualdade que merece destaque é a comparação do número de ingressos com o de egressos no exercício de 2016, ou seja, 52 (cinquenta e dois) ingressos para 198 (cento e noventa e oito) egressos. Considerando, ainda, os servidores de carreira, contamos com 105 (cento e cinco) egressos para 1 (um) ingresso, e 9 (nove) são servidores de exercício descentralizado, em sua maior parte, classificados da seguinte forma: Procurador Federal, 26 (vinte e seis) requisitados de outros órgãos e esferas. Enquanto que os egressos, temos 105 (cento e cinco) servidores de carreira vinculados ao órgão.

Quanto à distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim, registra-se que 621 (seiscentos e vinte e um) servidores atuam na área meio e 1.933 (hum mil novecentos e trinta e três) servidores atuam na área fim.

Contratação de pessoal de apoio e de estagiários - Funai Sede e UPCs regionais

Contratação de pessoal de apoio

Quadro 80 Contratação de pessoal de Apoio - Funai Sede e UPCs regionais

Unidade Contratante						
Nome: Funai sede						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit .
			Início	Fim		
2016	Prestação de serviços de conservação e limpeza	36.770.857/0001-38	10/10/2016	09/10/2017	Ensino fundamental completo	A
2014	Prestação de serviços de copeiragem e garçonaria	16.880.672/0001-79	22/05/2014	21/05/2017	Ensino fundamental completo para copeiro e ensino médio completo para garçom	P
2016	Prestação de serviços de motorista	20.204.491/0001-08	06/12/2017	05/12/2017	Ensino médio completo	A
2015	Prestação de serviços de vigilância	72.619.976/0001-58	07/07/2015	06/07/2017	Ensino fundamental incompleto	P

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional Litoral Sul						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit .
			Início	Fim		
2016	Prestação de serviços de conservação e limpeza	11.967.535/0001-52	26/09/2016	26/09/2017	Ensino fundamental incompleto	A
2016	Prestação de serviços de conservação e limpeza	11.967.535/0001-52	26/09/2016	26/09/2017	Ensino fundamental incompleto	A
2016	Prestação de serviços de conservação e limpeza	11.967.535/0001-52	26/09/2016	26/09/2017	Ensino fundamental incompleto	A
2016	Prestação de serviços de conservação e limpeza	07.304.936/0001-55	26/10/2016	26/10/2017	Ensino fundamental incompleto	A
2014	Prestação de serviço de	11.967.535/0001-52	23/09/2014	21/09/2017	Ensino médio completo	P

	receptionista					
2013	Prestação de serviço de receptionista	11.967.535/0001-52	10/10/2013	09/10/2017	Ensino médio completo	P
2013	Prestação de serviço de receptionista	11.967.535/0001-52	10/01/2014	09/01/2017	Ensino médio completo	P
2013	Prestação de serviço de receptionista	02.294.475/0001-63	10/01/2014	09/01/2017	Ensino médio completo	P
2013	Prestação de serviço de receptionista	15.449.724/0001-94	16/12/2013	16/12/2016	Ensino médio completo	E
2011	Prestação de serviço de vigilância	10.364.152/0001-27	28/07/2011	27/07/2016	Ensino médio completo	E

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional Ribeirão Cascalheira						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Prestação de serviços de conservação e limpeza	12.645.977/0001-45	17/11/2016	17/11/2017	Ensino médio completo	A
2016	Prestação de serviço de receptionista	12.645.977/0001-45	17/11/2016	17/11/2017	Ensino médio completo	A
2016	Prestação de serviço de motorista	22.157.297/0001-36	17/11/2016	17/11/2017	Ensino médio completo	A

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional de Passo Fundo						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prestação de serviços de conservação e limpeza	87.252.938/0001-87	01/09/2015	02/09/2017	Ensino fundamental completo	P

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional Norte do Mato Grosso						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		

2016	Prestação de serviços de vigilância	06.236.934/0001-03	01/11/2016	01/11/2017	Ensino médio completo	A
2016	Prestação de serviço de recepcionista	02.654.460/0001-69	06/03/2016	06/03/2017	Ensino médio completo	A
2012	Prestação de serviço de motorista	22.157.297/0001-36	28/02/2013	27/02/2017	Ensino médio completo	E

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional Minas Gerais e Espírito Santo						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Prestação de serviço de recepcionista	05.922.287/0001-20	12/11/2012	12/11/2017	Ensino médio completo	P
2016	Prestação de serviços de vigilância	10.423.276/0001-36	23/04/2016	23/04/2017	Ensino médio completo	A
2016	Prestação de serviços de vigilância	09.167.445/0001-35	23/04/2016	23/04/2017	Ensino médio completo	A
2012	Prestação de serviço de limpeza	02.966.930/0001-20	08/09/2015	08/09/2017	Ensino fundamental completo	P

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional de Madeira						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Prestação de serviços de motorista	10.969.189/0001-89	05/03/2013	04/03/2017	Ensino médio completo	P
2014	Prestação de serviços de limpeza	03.761.180/0001-12	09/10/2014	09/10/2017	Ensino médio completo	P
2014	Prestação de serviço de vigilância	04.718.633/0001-90	09/10/2014	09/10/2017	Ensino médio completo	P
2015	Prestação de serviço de recepcionista	07.047.898/0001-00	19/03/2015	18/03/2017	Ensino médio completo	P
2015	Prestação de serviço de copeiragem	07.047.898/0001-00	19/03/2015	18/03/2017	Ensino médio completo	P

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional Baixo São Francisco						

Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Prestação de serviços de recepcionista	12.939.762/0001-37	10/12/2012	10/12/2017	Ensino médio completo	P
2012	Prestação de serviços de limpeza	12.939.762/0001-37	23/10/2012	22/10/2017	Ensino médio completo	P
2014	Prestação de serviço de vigilância	10.423.421/0001-89	22/09/2014	21/09/2017	Ensino médio completo	P

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional de Campo Grande						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Prestação de serviços de copeiragem	14.846.479/0001-96	27/05/2014	26/05/2017	Sem exigência	P
2014	Prestação de serviços de limpeza	14.846.479/0001-96	27/05/2014	26/05/2017	Sem exigência	P

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional Roraima						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prestação de serviços de limpeza	02.043.066/0001-94	03/09/2015	04/09/2017	Sem exigência	P
2015	Prestação de serviço de copeiragem	02.043.066/0001-94	03/09/2015	04/09/2017	Sem exigência	P

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional do Xingu						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Prestação de serviços de motorista	07.417.370/0001-78	03/06/2013	03/06/2017	Ensino médio completo	P

2015	Prestação de serviços de limpeza	17.508.476/0001-30	23/04/2015	23/04/2017	Ensino fundamental completo	P
2015	Prestação de serviço de recepcionista	14.571.427/0001-54	03/06/2015	03/06/2017	Ensino médio completo	P

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional Ji-Paraná						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Prestação de serviços de limpeza	07.533.627/0001-57	07/11/2013	07/11/2016	Ensino fundamental incompleto	E
2013	Prestação de serviços de vigilância	09.228.233/0002-00	30/10/2013	29/10/2017	Ensino médio completo	P

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional do Rio Negro						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Prestação de serviços de limpeza	05.332.859/0001-11	10/05/2016	09/05/2017	Ensino fundamental completo	A
2016	Prestação de serviço de vigilância	07.030.464/0001-90	13/07/2016	13/07/2017	Ensino médio completo	A

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional Nordeste II						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Prestação de serviços de zeladoria	07.187.088/0001-41	27/01/2016	26/07/2016	Ensino fundamental incompleto	E
2014	Prestação de serviços de zeladoria	19.609.199/0001-88	22/12/2014	21/12/2016	Ensino fundamental incompleto	E
2011	Prestação de serviço de vigilância	04.808.914/0001-34	30/11/2011	29/11/2016	Ensino médio completo	E
2011	Prestação de serviço de vigilância	02.322.136/0001-43	10/10/2011	09/10/2016	Ensino médio completo	E

2014	Prestação de serviço de vigilância	11.730.274/0001-52	27/08/2014	26/08/2017	Ensino médio completo	P

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional Araguaia Tocantins						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prestação de serviço de recepcionista	02.654.460/0001-69	18/09/2015	18/09/2017	Superior completo	P
2012	Prestação de serviços de limpeza	07.241.070/0001-80	22/02/2013	21/02/2017	Ensino fundamental completo	E
2015	Prestação de serviço de vigilância	03.601.036/0003-80	11/12/2015	11/12/2016	Ensino médio completo	E

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional do Baixo Tocantins						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Prestação de serviço de recepcionista	08.538.011/0001-31	09/10/2013	08/10/2017	Ensino médio completo	P
2015	Prestação de serviços de limpeza	09.043.986/0001-51	07/12/2015	07/12/2016	Ensino fundamental completo	E
2015	Prestação de serviços de limpeza	08.538.011/0001-31	09/10/2013	08/10/2017	Ensino médio completo	P
2015	Prestação de serviço de contínuo	14.785.189/0001-80	02/02/2015	02/02/2017	Ensino médio completo	E
2014	Prestação de serviço de vigilância	02.650.833/0001-23	15/06/2014	14/12/2016	Ensino médio completo	E

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional Litoral Sudeste						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Prestação de serviços de	14.490.337/0001-39	05/02/2013	04/02/2017	Ensino fundamental	E

	limpeza				completo	
2013	Prestação de serviços de limpeza	14.773.025/0001-32	05/02/2013	04/02/2017	Ensino fundamental completo	P
2012	Prestação de serviços de limpeza	50.400.407/0001-84	20/07/2012	19/07/2016	Ensino fundamental completo	E
2011	Prestação de serviço de vigilância	00.332.087/0001-02	18/11/2011	17/11/2016	Ensino médio completo	E

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional Xavante						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prestação de serviços de limpeza	05.042.708/0001-29	11/03/2015	10/03/2017	Ensino fundamental completo	P
2014	Prestação de serviço de vigilância	10.398.803/0002-80	15/08/2014	14/08/2017	Ensino médio completo	P

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional Alto Purus						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Prestação de serviços de limpeza	01.413.227/0001-21	23/01/2013	22/01/2017	Ensino fundamental completo	E
2011	Prestação de serviço de vigilância	02.764.609/0001-62	23/12/2011	22/12/2016	Ensino fundamental completo	E
2012	Prestação de serviço de recepcionista	03.417.593/0001-84	15/10/2012	15/10/2017	Ensino médio completo	P

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional de Cacoal						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Prestação de serviços de limpeza	17.441.143/0001-31	01/06/2016	31/05/2017	Sem exigência	A
2015	Prestação de serviço de	12.159.225/0001-74	28/07/2015	28/07/2017	Sem exigência	P

	vigilância					
2015	Prestação de serviço de recepcionista	09.134.888/0001-20	10/04/2015	09/04/2017	Ensino médio completo	P
2016	Prestação de serviço de motorista	13.912.590/0001-70	11/07/2016	11/07/2017	Ensino médio completo	A

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional Amapá e Norte do Pará						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Prestação de serviços de limpeza	12.202.614/0001-35	24/06/2016	24/06/2017	Ensino médio completo	A
2016	Prestação de serviços de limpeza	12.202.614/0001-35	24/06/2016	24/06/2017	Ensino fundamental completo	A

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional de Cuiabá						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Prestação de serviços de limpeza	12.371.682/0001-28	06/01/2014	05/01/2017	Sem exigência	E
2015	Prestação de serviço de vigilância	08.282.957/0001-80	01/06/2015	01/06/2017	Sem exigência	P
2012	Prestação de serviço de vigilância	00.332.087/0005-28	24/01/2012	23/01/2017	Ensino fundamental completo	P
2016	Prestação de serviço de recepcionista	12.371.682/0001-28	01/06/2016	01/06/2017	Sem exigência	A
2016	Prestação de serviço de motorista	12.371.682/0001-28	01/06/2016	01/06/2017	Sem exigência	A

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional Vale do Javari						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Prestação de serviços de	13.153.640/0001-83	01/03/2017	01/03/2018	Ensino fundamental	A

	limpeza				completo	
2014	Prestação de serviço de vigilância	09.406.386/0001-00	30/09/2014	29/09/2017	Ensino médio completo	P

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional de Guajará Mirim						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Prestação de serviços de limpeza	17.441.143/0001-31	11/11/2014	11/11/2017	Ensino fundamental completo	P
2014	Prestação de serviço de recepcionista	13.344.554/0001-58	29/01/2015	29/01/2017	Ensino médio completo	P
2014	Prestação de serviço de motorista	13.912.590/0001-70	29/01/2015	29/01/2017	Ensino fundamental completo	P

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional Interior Sul						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Prestação de serviços de limpeza	07.618.334/0001-72	01/02/2013	02/02/2017	Ensino fundamental completo	E

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional Kayapó Sul do Pará						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prestação de serviços de limpeza	08.087.568/0001-01	01/12/2015	30/11/2017	Ensino fundamental completo	P
2015	Prestação de serviço de motorista	14.797.869/0001-13	29/04/2015	28/04/2017	Ensino fundamental completo	P

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional Nordeste I						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido	Sit.

			Início	Fim	dos trabalhadores contratados	
2015	Prestação de serviços de limpeza	10.926.785/0001-81	01/04/2015	31/03/2017	Ensino fundamental incompleto	P
2011	Prestação de serviço de vigilância	08.165.946/0001-10	09/08/2011	08/08/2016	Ensino fundamental completo	E
2014	Prestação de serviço de vigilância	11.179.264/0009-28	18/09/2014	17/09/2017	Ensino fundamental completo	P

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional de Tapajós						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prestação de serviços de limpeza	18.319.091/0001-98	23/03/2016	23/03/2017	Sem exigência	A
2015	Prestação de serviço de vigilância	03.257.467/0001-00	10/08/2015	09/08/2017	Ensino fundamental completo	P
2014	Prestação de serviço de motorista	13.924.459/0001-23	16/12/2014	15/12/2016	Ensino fundamental completo	E
2014	Prestação de serviço de motorista	16.887.298/0001-33	16/12/2014	15/12/2016	Ensino fundamental completo	E

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional Noroeste do Mato Grosso						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Prestação de serviços de limpeza	10.732.146/0001-85	11/11/2013	10/11/2017	Ensino fundamental completo	P
2012	Prestação de serviço de vigilância	06.236.934/0001-03	02/04/2012	01/04/2017	Ensino médio completo	P
2016	Prestação de serviço de motorista	05.427.994/0001-40	03/02/2016	03/02/2017	Ensino médio completo	E
2016	Prestação de serviço de recepcionista	05.427.994/0001-40	05/01/2016	05/01/2017	Ensino médio completo	E

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional Centro Leste do Pará						
Informações sobre os Contratos						

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Prestação de serviços de limpeza	08.538.011/0001-31	03/10/2016	03/10/2017	Ensino fundamental completo	P
2014	Prestação de serviço de vigilância	02.650.833/0001-23	06/10/2014	06/10/2017	Ensino médio completo	P

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional de Manaus						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prestação de serviços de limpeza	07.781.620/0001-54	05/01/2015	04/01/2018	Ensino fundamental completo	P
2015	Prestação de serviço de vigilância	15.615.817/0001-41	30/12/2015	30/12/2016	Ensino médio completo	E

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação Regional de Dourados						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Prestação de serviços de limpeza	07.809.721/0001-96	03/04/2012	02/04/2017	Ensino fundamental incompleto	P
2012	Prestação de serviço de vigilância	10.398.803/0001-08	21/03/2012	20/03/2017	Ensino fundamental incompleto	E

Fote: Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

Contratação de estagiários

A tabela abaixo visa a demonstrar a composição do quadro de estagiários da Funai e contempla os quantitativos trimestrais de contratos de estágio vigentes, discriminando-os de acordo com o nível de escolaridade exigido e com a alocação dos estagiários na estrutura da UJ (na área fim ou na área meio).

Quadro 81 - Composição do Quadro de Estagiários – Exercício 2016

Quantitativo de contratos de estágio vigentes					
1. Nível superior	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Despesa no exercício
1.1 Área Fim	33	42	45	39	R\$ 536.687,79
1.2 Área Meio	34	39	42	37	
2. Nível Médio	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Despesa no exercício
2.1 Área Fim	74	102	107	106	R\$ 603.158,97
2.2 Área Meio	46	53	54	51	
3. Total (1+2)	187	236	248	233	R\$ 1.139.846,76

Fonte: Informações extraídas do SIAPE Data Warehouse (DW) em 03/03/2017.

A Funai dispõe de 294 (duzentos e noventa e quatro) vagas de estágio de nível médio e superior na modalidade não obrigatório, estando distribuídas da seguinte forma:

Quadro 82 - Composição do Quadro de Estagiários – Exercício 2016

Vagas de Estágio	Nível Médio	Nível Superior
Sede	94	53
Unidades Descentralizadas	112	35
Total Parcial	206	88
Total Geral de Vagas	294	

Por recomendação do Ministério Público Federal (Recomendação nº 68/2015, de 28 de maio de 2015), a partir de abril/2016 as contratações de estagiários no âmbito desta Fundação passaram a ocorrer por meio de processo de recrutamento e seleção de estudantes para estágio de nível médio e superior. A nova modalidade de seleção tem como objetivo resguardar a isonomia na escolha dos estudantes para atuarem junto a esta Fundação.

A Funai adota uma política isonômica de recrutamento e seleção, onde é levado em consideração o perfil do estudante em relação às atividades a serem desenvolvidas por ele na vaga pretendida, tanto atividades de área meio quanto de área fim. Abaixo segue a descrição do processo de contratação de estagiários desenvolvido pela Funai no exercício de 2016.

Política de Contratação de Estagiários

Recrutamento

Os estudantes irão inscrever-se no site do Agente de Integração Super Estágios para realizarem uma prova online, com isso, cada unidade desta Fundação que dispõe de vagas de estágio terá um banco de cadastro de reserva de estudantes, não sendo necessária abertura de

vagas e análise curricular por parte do supervisor do estágio para substituição dos estagiários desligados.

As inscrições são realizadas gratuita e exclusivamente no site da Super Estágios por meio do sítio eletrônico www.superestagios.com.br, em período determinado em edital.

Para participar do processo de seleção, o estudante deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- a. ter disponibilidade de estagiar por, no mínimo, 6 (seis) meses, quando da convocação;
- b. estar matriculado e frequentando efetivamente o curso de nível médio ou superior em instituições de ensino oficialmente reconhecidas pelo Ministério da Educação – MEC, para o qual foi prevista vaga ou cadastro de reserva no Anexo I;
- c. ter disponibilidade para estagiar em regime de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no período matutino ou vespertino, conforme os limites previstos na Lei nº 11.788/08;
- d. ter idade mínima de 16 (dezesseis) anos no ato da assinatura do Termo de Compromisso de Estágio;
- e. ser brasileiro ou estrangeiro, observando este último o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável;
- f. não estar prestando estágio em entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios ou na iniciativa privada.

Atendendo os referidos requisitos, o estudante deve acessar o site da Super Estágios (www.superestagios.com.br), realizar Cadastro (ou atualizá-lo caso já o tenha feito anteriormente) e fazer sua inscrição na vaga do processo seletivo referente ao local em que deseja realizar estágio.

A inscrição do estudante implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas em edital, também disponível no site, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

O estudante que não tenha cadastro no site da Super Estágios deve efetuar-lo previamente ao ato de inscrição para obter o registro do login e da senha de acesso ao portal, necessários para inscrição no certame.

Será aceita somente uma única inscrição por candidato e, em caso de multiplicidade, será considerada a última inscrição efetuada.

No ato da inscrição, o candidato deverá optar por um único local de estágio, efetuando inscrição na vaga disponível para o local desejado, ao qual concorrerá conforme a relação dos cursos e unidades da Funai constantes em documento anexo ao edital.

A inexatidão ou falsidade das informações prestadas no ato da inscrição, ainda que verificada posteriormente, implicarão na eliminação sumária do candidato.

As inscrições que não atenderem a todos os requisitos fixados serão canceladas.

Não será possível alterar o e-mail e CPF indicado no ato da inscrição.

Após a escolha do local de estágio, não será permitida a alteração da opção.

Os candidatos participantes do PROUNI e/ou FIES deverão declarar tal condição em seu Cadastro no portal da Super Estágios.

Não sendo informada previamente a participação no PROUNI e/ou FIES no cadastro do estudante no portal da Super Estágios, durante o período de inscrição, e ocorrendo o empate classificatório, tal participação não será considerada como critério de desempate na classificação, conforme disposto em edital.

O processo seletivo é destinado ao preenchimento de vagas existentes e também à formação de cadastro de reserva para as vagas que surgirem durante o período de validade do processo seletivo, das quais 10% (dez por cento) serão asseguradas aos estudantes com deficiência, conforme disposto em edital.

Seleção

Realizada a inscrição na vaga do processo seletivo, no site da Super Estágios, para o local que deseja concorrer, o candidato estará apto a iniciar imediatamente a prova online, que deverá ser concluída até as 18:00h (horário de Brasília) do último dia de inscrição previsto em edital.

Após o início da prova, o candidato disporá de 60 minutos para realizar a prova online. Após esse período, a prova será automaticamente finalizada e não serão computadas as questões não respondidas.

Caso o candidato efetue logout do sistema (por problemas técnicos ou por conta própria), terá somente mais uma oportunidade de acesso a prova, sendo contabilizada como concluída caso efetue novo logout.

A prova será objetiva e online, de caráter classificatório e eliminatório, sendo composta de 30 (trinta) questões das seguintes áreas de conhecimento:

Prova para as vagas de estágio de ensino médio

ÁREA DE CONHECIMENTO	QUESTÕES
Língua Portuguesa	10
Conhecimentos Gerais (Informática, Raciocínio Lógico e Atualidades)	10
Conhecimentos Específicos (Questão indígena no Brasil, Comportamento no trabalho e Relacionamento interpessoal)	10

Prova para as vagas de estágio de ensino superior

ÁREA DE CONHECIMENTO	QUESTÕES
Língua Portuguesa	10
Conhecimentos Gerais (Informática, Raciocínio Lógico e Atualidades)	10
Conhecimentos Específicos (Questão indígena no Brasil, Comportamento no trabalho e Relacionamento interpessoal)	10

- A resposta de cada questão objetiva deverá ser indicada entre 05 (cinco) alternativas disponíveis, das quais somente uma estará correta.
- O candidato terá 02 (dois) minutos para responder e salvar cada questão.
- A questão não poderá mais ser acessada após a resposta ter sido salva ou após o término do tempo previsto no item anterior.
- Caso a questão não seja respondida ou devidamente salva, será atribuída nota “zero” à questão, sem direito a substituição.
- As questões serão selecionadas no banco de dados e apresentadas de forma randômica, questão por questão.
- A prova *online* não poderá mais ser acessada após sua conclusão ou fim do prazo estipulado em edital.
- O candidato que não realizar a prova *online*, ou realizá-la de forma incompleta no período mencionado em edital, estará automaticamente eliminado do processo.
- Não será realizada revisão de provas.
- A cada questão correta da prova *online* será atribuído 01 (um) ponto, totalizando 30 (trinta) pontos.
- Será aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do total de pontos da prova *online*.

- Será automaticamente reprovado o candidato que obter nota igual a zero em alguma disciplina.
- Em caso de empate na classificação após a correção da prova *online*, serão adotados os seguintes critérios de desempate, sucessivamente:
 - a. estudante bolsista pelo ProUni;
 - b. estudante contemplado pelo FIES;
 - c. melhor resultado no teste online de Língua Portuguesa;
 - d. melhor resultado no teste online de Conhecimentos Gerais;
 - e. candidato com maior idade.

Após a finalização da prova gabarito será disponibilizado.

A classificação final da seleção, por curso e local de estágio, em lista de ordem decrescente de classificação das notas obtidas, será publicada no site da Super Estágios (www.superestagios.com.br) e da Fundação Nacional do Índio (www.funai.gov.br), em data provável, conforme cronograma disposto em edital.

O candidato que se inscrever como deficiente e obtiver classificação dentro dos critérios estabelecidos em edital figurará em lista específica e também na listagem de classificação geral com todos os candidatos do processo, na qual constará a indicação de que se trata de candidato com deficiência.

Os candidatos aprovados e não convocados para admissão permanecerão em cadastro de reserva para preenchimento das vagas que vierem a surgir ou que sejam criadas durante vigência do processo seletivo, ocorrendo a convocação de acordo com a necessidade e conveniência da Funai, não havendo a obrigatoriedade de seu preenchimento.

Admissão

O candidato será convocado de acordo com a ordem de classificação e a oferta de vaga no curso/localidade indicado no ato de inscrição.

O primeiro candidato com deficiência será convocado da respectiva lista de classificação para preencher a décima vaga de estágio ofertada por curso, enquanto o segundo será convocado para a vigésima vaga, o terceiro para a trigésima e assim sucessivamente, ressalvada a hipótese de melhor classificação na lista geral de candidatos.

A convocação para o preenchimento das vagas de estágio será realizada pela Super Estágios mediante contato telefônico e de e-mail.

Serão considerados para a convocação os telefones e e-mails registrados pelo estudante no cadastro da Super Estágios, sendo de responsabilidade do candidato manter sempre atualizados os dados cadastrais, incluindo curso e ano/semestre.

O candidato terá um prazo de 2 dias úteis para atender a convocação, respondendo o e-mail de convocação ou contato telefônico.

O candidato será desclassificado do processo seletivo se:

- a. fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
- b. não for localizado em decorrência de telefone desatualizado, incompleto ou incorreto;
- c. não responder ao e-mail de convocação no prazo designado para comparecimento;
- d. não atender às determinações deste Edital e de seus atos complementares;
- e. após sua convocação para admissão, não comparecer ao local no prazo designado.

Durante o período de validade do processo seletivo, o candidato aprovado deverá manter seus dados cadastrais (e-mail, telefone, endereço, etc) atualizados junto à Super Estágios pelo portal www.superestagios.com.br, sob pena de perder a vaga que lhe corresponderia quando da convocação.

Não será fornecido ao candidato comprovante de classificação no processo seletivo, valendo, para esse fim, as listas divulgadas na internet, no portal da Super Estágios.

O preenchimento das vagas durante o prazo de validade deste processo seletivo obedecerá rigorosamente a ordem de classificação, conforme o curso e o local de estágio escolhido.

O candidato aprovado no processo seletivo e convocado para preencher a vaga ingressará na Funai por meio da celebração de Termo de Compromisso de Estágio (TCE), no qual estarão estabelecidas as condições para a realização do estágio, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Para formalização do Termo de Compromisso de Estágio, o candidato convocado deverá enviar os documentos abaixo listados à da Super Estágios pelo portal, devendo utilizar seu login e senha para liberar a impressão do Termo:

- a. cédula de identidade;
- b. cadastro de pessoa física (CPF);

- c. comprovante de residência;
- d. declaração escolar do período do curso pela instituição de ensino superior;
- e. foto 3x4.

O não envio da documentação do candidato aprovado e classificado, conforme o prazo estabelecido na ocasião da convocação, implicará na desistência do estágio e chamada do próximo candidato.

A ausência de qualquer dos documentos exigidos para contratação torna a admissão do candidato inválida, eliminando-o definitivamente do processo seletivo;

Por ocasião da convocação para admissão, é facultado ao candidato aprovado solicitar sua reclassificação para o final da lista, na qual figurará até o fim da validade do processo seletivo.

A inexatidão de afirmativa ou a falsidade de documentos, ainda que verificada posteriormente, implicará na eliminação sumária do candidato.

Após envio da documentação, ocorre a emissão de Termo de Compromisso de Estágio pelo Agente de Integração;

O estudante deverá captar as assinaturas do Termo de Compromisso de Estágio do estudante, da Instituição de Ensino e da Concedente de Estágio (Funai), representada pela Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal – CODEP. A Super Estágios emitirá 4 (quatro) vias do Termo de Compromisso de Estágio – TCE que deverão ser impressos do site da Super Estágios e assinados pelo estudante, pelo responsável (caso o estagiário seja menor de idade) e pela Instituição de Ensino. É importante que o supervisor informe ao estudante para, assim que imprimir os Termos, providenciar as assinaturas de imediato. Após assinadas, as 4 (quatro) vias do contrato deverão ser entregues ao setor que o estudante irá estagiar. O setor deverá encaminhar as 4 (quatro) vias à Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal – CODEP para assinatura no campo “Concedente de Estágio”.

Inclusão em folha de pagamento (Sistema SIAPE)

Para viabilizar o pagamento da bolsa-auxílio e auxílio-transporte ao estagiário, o estudante deverá informar por meio do formulário Cadastro de Estagiário no SIAPE, disponível na Intranet Funai, número de conta salário em seu nome.

Caso o estudante não possua conta salário, deverá abri-la em qualquer agência bancária levando uma via do Termo de Compromisso de Estágio para justificar a abertura da

mesma. O formulário citado deverá ser encaminhado via e-mail para estagio@funai.gov.br antes do fechamento da folha de pagamento.

Declaração de Autorização de Bens e Valores

Com a edição da Portaria Interministerial MP/CGU nº 298 de 06/09/2007, desde o exercício de 2008, por meio do Memorando-Circular nº 106/DAD/2008, foi determinado aos servidores ocupantes de cargo efetivo e comissionado, lotados na Sede, Unidades Regionais e Museu do Índio, o preenchimento do formulário de Autorização de Acesso às Declarações Anuais ou da Declaração de Bens e Valores.

Desde então, há um acompanhamento no ato da posse para novos servidores nomeados para cargo efetivo, em comissão, função de confiança e contratos temporários, quanto à entrega de um dos formulários solicitados, sendo que todos desde o exercício de 2011 optaram pela autorização de acesso às declarações anuais.

DISTRIBUIÇÃO DE ESTAGIÁRIOS POR UG

Quadro 83 - Distribuição de estagiários por UG

DISTRIBUIÇÃO DE ESTAGIÁRIOS POR UG -	Dados de 31/12/2016		
UNIDADE	UG	NS	NI
CR ALTO PURUS	194003	1	2
CR ALTO SOLIMÕES	194063	0	3
CR AMAPÁ E NORTE DO PARÁ	194075	1	0
CR ARAGUAIA TOCANTINS	194033	6	1
CR BAIXO SÃO FRANCISCO	194018	0	2
CR BAIXO TOCANTINS	194011	1	1
CR CACOAL	194003	1	2
CR CAMPO GRANDE	194020	0	2
CR CENTRO-LESTE DO PARÁ	194010	0	1
CR CUIABÁ	194028	1	1
CR DOURADOS	194064	0	1
CR GUAJARÁ-MIRIM	194004	0	0
CR INTERIOR SUL	194061	1	2
CR JI-PARANÁ	190004	0	2
CR JURUÁ	194049	0	0
CR KAYAPÓ SUL DO PARÁ	194044	0	0
CR LITORAL SUDESTE	194046	1	4
CR LITORAL SUL	194047	0	0
CR MADEIRA	194045	0	3
CR MANAUS	194006	0	1

CR MARANHÃO	194074	0	0
CR MÉDIO PURUS	194048	0	0
CR MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO	194019	1	0
CR NORDESTE I	194077	3	4
CR NORDESTE II	194041	1	0
CR NOROESTE DO MATO GROSSO	194067	0	2
CR NORTE DO MATO GROSSO	194036	1	0
CR PASSO FUNDO	194027	1	1
CR PONTA PORÃ	194085	1	2
CR RIBEIRÃO CASCALHEIRA	194042	0	1
CR RIO NEGRO	194008	0	2
CR RORAIMA	194009	0	2
CR SUL DA BAHIA	194068	0	1
CR TAPAJÓS	194012	0	1
CR VALE DO JAVARI	194007	0	2
CR XAVANTE	194029	0	3
CR XINGÚ	194031	0	4
MUSEU DO ÍNDIO	194022	1	0
SEDE	194035	40	34
TOTAL POR NÍVEL		62	87
TOTAL GERAL		149	

Gestão do patrimônio e infraestrutura

O Serviço de Patrimônio, cumprindo determinações da Controladoria Geral da União, bem como da Auditoria Interna desta Funai, realizou a implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS, módulos de Patrimônio, Almoxarifado e Transporte, com armazenamento da base de dados de bens móveis, materiais de consumo e transporte nesta Funai/SEDE, nas 37 (trinta e sete) Coordenações Regionais e em 274 (duzentas e setenta e quatro) Coordenações Técnicas Locais, bem como em todas as Unidades Gestoras beneficiárias de recursos oriundos do Patrimônio da Renda Indígena, no total de 41 (quarenta e uma) UG'S, distribuídas no âmbito de todas as Coordenações Regionais. Os inventários patrimoniais estão sendo realizados dentro dos respectivos exercícios financeiros, adotando como rotina constituições de comissões de inventários e comissão especial de inventário patrimonial visando a regularização da gestão patrimonial desta Fundação. A área de patrimônio adotou medidas para, mês-a-mês realizar as depreciações no SIADS, uma vez que o sistema gera as depreciações de forma automática, refletindo no SIAFI, bem como realizando a emissão do Relatório Mensal de Bens Móveis - RMB de forma continuada a cada mês.

Gestão da frota de veículos

Com relação à gestão de frota de veículos oficiais desta Fundação Nacional do Índio – Funai Sede, deve-se observar que:

A frota veicular desta Sede é regulamentada por meio da Instrução Normativa nº 3 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação/MPOG de 15 de maio de 2008, sendo a utilização e controle realizados por meio de ficha de requisição e de circulação de veículos , informando o trajeto e os serviços a serem realizados.

A importância e o impacto se dão em razão das atividades desenvolvidas pela Funai, no tocante a serviços externos, como a entrega de documentos, os quais não poderão ser realizados sem a utilização de veículos , atividades estas que não poderão deixar de ser realizadas, haja vistas as atribuições do órgão.

Atualmente a frota da Funai/Sede conta com 18 (dezoito) veículos , conforme demonstrativo abaixo, com a quantidade de veículos segundo a classificação:

Veículo de transporte institucional

- Idade Média: 4,5
- Quantidade de veículos em uso: 01
- Km Anual: 11.678,5
- Gasto Anual com Combustível: R\$ 5.173,68
- Gasto Anual com Manutenção:
- Mão-de-obra: R\$ 415,04
- Peças: R\$ 670,05
- Seguro Obrigatório e Licenciamento: R\$ 169,25

*Observação: o veículo marca GM, modelo Astra, ano de fabricação 2009, servia como de transporte Institucional, foi substituído pelo veículo marca Fiat ano de fabricação 2015, sendo o Astra transferido para a Coordenação Regional de Cuiabá e servirá como de transporte de serviços comuns. A média da quilometragem refere-se aos dois veículos citados neste parágrafo.

Veículos de serviços comuns

- Idade Média: 5,11
- Quantidade de veículos em uso: 17
- Média de Km Anual por Veículo: 9.279

- Gasto Anual com Combustível: R\$ 33.107,58
- Gasto Anual com Manutenção:
- Mão-de-obra: R\$ 9.340,79
- Peças: R\$ 18.202,978
- Seguro Obrigatório e Licenciamento: R\$ 3.370,79

Plano de Substituição da Frota

Com relação ao plano de substituição da frota, quando necessário é elaborado o Plano Anual de Aquisição de Veículos – PAAV, sendo realizado conforme previsão na IN 03/2008. Em 2014 foi elaborado o PAAV com validade até 2015, para aquisição de veículos em substituição a dois veículos, porém não foi concretizado a aquisição em razão da proibição estabelecida no Decreto nº 8.540 de 9 de outubro de 2015. Quanto à elaboração do plano anualmente, não é realizado por não haver necessidade de substituição de veículo todos os anos.

A escolha pela aquisição se dá em razão de que, se comparados os gastos gerados com a frota própria - manutenção, combustível e outros gastos, com uma possível locação, torna-se mais econômico a esta Fundação a aquisição, nos moldes em que vem sendo realizada.

Quanto à estrutura de controle vem sendo utilizado o programa do EXCEL/Microsoft, programa este que é eficiente e econômico à Funai.

A política adotada pela Fundação Nacional do Índio - Funai no âmbito geral no que se refere à destinação dos veículos considerados inservíveis ou fora de uso é baseada nos termos assim definidos na alínea “d” do parágrafo único, artigo 3º, do Decreto 99.658/90, onde, são baixados em conformidade com o disposto na Lei nº 8.722/93, no Decreto nº 1.305/94, que a regulamentou, atendendo-se também aos critérios estatuídos pela Resolução nº 011/98 do CONTRAN.

Após a baixa patrimonial no Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, o valor do bem automaticamente é baixado também no Sistema de Administração Financeira – SIAFI. Para tais atos a Administração adota critérios no que se refere à constituição de comissões especiais com a finalidade dos procedimentos relativos às alienações e baixas de bens quando apontados nas condições de irrecuperáveis ou antieconômicos pelas comissões. Atualmente, não existem veículos inservíveis no âmbito desta Funai Sede.

Gestão do patrimônio imobiliário da União

A Funai possui sob sua jurisdição 05 (cinco) imóveis de uso especial controlados pela UG 194035, todos reavaliados pelo período de 02 (dois) anos, sendo a próxima reavaliação

a ser feita neste exercício de 2017. As Unidades Gestoras jurisdicionadas também estão no mesmo patamar de reavaliações da parte imobiliária para este exercício financeiro.

Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Terreno da Funai localizado na SEPN Quadra 510 Lote 09, Número de Inscrição do Imóvel 09207368, na Secretaria de Estado de Fazenda do Governo de Estado do Distrito Federal perfazendo uma área de 2.331,00 m². Cedido para o Conselho de Justiça Federal – Poder Judiciário, pelo Processo n.º 08620.000586/91.

Valor de Avaliação do Imóvel: R\$: 13.700.000,00 (Treze Milhões e Setecentos Mil Reais);

Valor Mínimo: R\$ 12.900.000,00 (Doze Milhões e Novecentos Mil Reais); e

Valor Máximo: R\$ 14.500.000,00 (Quatorze Milhões e Quinhentos Mil Reais). O referido imóvel foi objeto de cessão de uso para o Conselho de Justiça Federal cuja autorização de uso se deu em caráter precário e provisório ao Órgão do Poder Judiciário, devendo esse utilizar o imóvel de propriedade da Funai podendo nele introduzir benfeitorias especificadas como jardins, gramas, meio-fio, passeio, sub-base e outras que objetivem o uso restrito à circulação e estacionamento de veículos de sua frota, funcionários e visitantes daquela Corte.

Informações sobre imóveis locados de terceiros

A Funai Sede firmou o contrato nº 147/2012, datado de 12/09/2012 com a empresa INOVAR CONSTRUÇÕES e EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.097.591/0001-80, com objetivo de instalar a sua sede no Edifício Cleto Meireles, locação do imóvel comercial, sito no SETOR BANCÁRIO SUL LOTE 14, Asa Sul, - Brasília-DF, contendo as seguintes características: Edifício de 21 (vinte e um) andares, sendo 4 subsolos, pavimento térreo, totalizando 19.261,07m².

Em 2016, por meio do 4º Termo Aditivo, assinada em 09 de janeiro de 2016, foi alterado a titularidade da parte Locadora que passam a ser as empresas GRUPO OK CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES S.A e LCC CONSTRUTORA LTDA, sendo mantido o valor do aluguel em R\$ 808.964,46 (oitocentos e oito mil novecentos e sessenta e quatro reais e quarenta e seis centavos) e reajustado o valor do condomínio para o montante mensal de R\$ 336.781,07 (trezentos e trinta e seis mil, setecentos e oitenta e um reais e sete centavos).

A necessidade de locação deve-se ao fato de não haver imóvel da União disponível que atenda às características exigidas pelo quantitativo de pessoal da Funai, sendo que

o projeto de construção definitiva da Sede ainda se encontra em andamento. Por fim, a Funai não tem despesas com reformas, transformações e/ou manutenções com o imóvel locado, uma vez que não há necessidade de reforma, pois o imóvel é novo e os serviços de manutenção estão incluídos no valor pago ao condomínio.

Gestão do Patrimônio, infraestrutura, ambiental e sustentabilidade das unidades descentralizadas

Apresentamos a seguir a gestão do patrimônio, da infraestrutura e da sustentabilidade das unidades descentralizadas.

Gestão do patrimônio e infraestrutura - Coordenação Regional Amapá e Norte do Pará

O patrimônio da CR está distribuído pelas regiões do Oiapoque e Pedra Branca do Amapari (imóveis, barcos, motores, veículos, materiais e equipamentos diversos) e Macapá (imóvel, veículos, materiais e equipamentos diversos). Dentre esses bens, existem uma grande quantidade de inservíveis, irrecuperáveis e antieconômicos, porém, apesar dos esforços da CR em promover o desfazimento e a baixa desses bens, até a presente data não foi possível a realização de tal trabalho, dada as dificuldades de desenvolver tal trabalho conforme as determinações vigentes em legislação.

Quanto a infraestrutura para o cumprimento da missão institucional é precária, em alguns casos, a exemplo da frota de veículo, barcos e motores. No caso de mobiliário e equipamentos de modo geral existe grande carência de reposição e especialmente de manutenção desses bens, problemas que dificultam o trabalho dos servidores, e conseqüentemente o atendimento das demandas da instituição

Gestão da frota de veículos

A frota de veículos oficiais de propriedade desta UJ obedece ao disposto na Instrução Normativa n.º 3, de 15 de maio de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do planejamento, Orçamento e Gestão, que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos.

A Coordenação Regional Amapá e Norte do Pará-AP, possui 12 (doze) veículos automotivos, em situação regular sob sua responsabilidade. Os veículos estão localizados na sede desta unidade no Município de Macapá/AP (06); na Coordenação Técnica Local de Pedra Branca do Amapari, localizada no Município de Pedra Branca do Amapari/AP (01); e na

Coordenação Técnica Local de Oiapoque, em Oiapoque/AP (05). Não existe a serviço da UJ nenhum veículo automotor contratado de terceiros.

Quadro 84 Gestão da frota de veículos Amapá e Norte do Pará

Nº	Veículo	Placa	E.C	Localização
01	MMC/L200 4X4GL	NEM 4795	Regular	Coord. Regional
02	MMC/L200 4X4GL	NEM 7893	Regular	Coord. Regional
03	MMC/L200 4X4GL	NET 8140	Regular	Coord. Regional
04	PEUGEOT/BOX	NEM 9730	Regular	CTL Oiapoque
05	MMC/L200 4X4GL	NEJ 8893	Regular	Coord. Regional
06	YAMAHA /XTZ125	NEM 2759	Regular	Coord. Regional
07	MMC/L200 4X4GL	NEM 2864	Regular	Coord. Regional
08	MARCO POLO VOLARI	NPK 4583	Regular	CTL Oiapoque
09	MMC/L200 4X4GL	NET 8130	Regular	CTL Oiapoque
10	MMC/L200 4X4GL	NEK 5759	Regular	CTL Oiapoque
11	MMC/L200 4X4GL Triton	NEM 7592	Regular	CTL Oiapoque
12	MMC/L200 4X4GL Triton	NEM 7593	Regular	Coord. Regional

Considerando que o atendimento das demandas da UJ com relação a deslocamento é realizado via terrestre, e que nossas estradas, ramais e vicinais não oferecem condições satisfatórias de trafegabilidade, e ainda, a necessidade regular no transporte permanente de pessoas, materiais, insumos e outros até as reservas indígenas jurisdicionadas a ela, fazem com que nossa frota de veículos automotivos seja utilizada de forma segura num período de aproximadamente 05 (cinco) anos em atividade, com manutenção regular. Entretanto, a idade média dos veículos em estado regular é de 8 anos, enquanto os veículos classificados como inservíveis e irrecuperáveis apresentam idade média de 18 anos.

Buscando assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte, principalmente quanto ao consumo de combustíveis, a Coordenação Regional prosseguiu utilizando as seguintes medidas: Realização sempre que possível de manutenção dos veículos em operação; utilização de profissionais (motoristas) ou servidores autorizados do próprio quadro da UJ; utilização de combustíveis e lubrificantes de qualidade certificada; manter a guarda dos veículos limpos e em local próprio e adequado (garagem/Funai) quando não estivesse em operação; acompanhamento do consumo/quilometragem por deslocamento, através do controle de viaturas.

Considerando os termos dos Decretos n.º 8.540 e 8.541/2015, Estabelecendo medidas de racionalização dos gastos públicos nas contratações para aquisição de bens e

prestação de serviços no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, como avaliar os contratos e os instrumentos congêneres relativos a aquisição de bens, com objetivo de alcançar uma meta de redução de vinte por cento sobre o valor total dos contratos.

Com essa medida a Coordenação Regional do Amapá e norte do Pará -AP, ficou impedida de aquisição de veículos novos para melhoramento da frota.

A média anual com despesas de manutenção dos veículos em 2016 foi de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil Reais).

Não houve plano de substituição da frota.

Política de destinação dos veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.

Através da Portaria n.º 140/DAGES, 22 de Setembro de 2014, formou-se a Comissão para proceder a Alienação, Desfazimento e a Baixa dos Bens Patrimoniais, Inservíveis, irrecuperáveis e Antieconômicos da Coordenação Regional do Amapá e Norte do Pará e Coordenações Técnicas Locais. Entretanto, considerando que o inventário Patrimonial exercício 2016, somente foi concluído em 2017, estamos aguardando o fechamento para adotar as providências de baixa patrimonial com a formação de uma nova Comissão para realização das baixa dos Bens Patrimoniais.

Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

A Unidade possui ligada ao Serviço de Apoio Administrativo - SEAD um Núcleo de Recursos Logísticos - NULOG, responsável pela gestão patrimonial e de material. Os imóveis da Coordenação Regional estão localizados no Estado do Amapá, com a seguinte distribuição:

Imóvel 1- situado à Av. Mendonça Furtado, n.º 333, Bairro Central (Macapá/AP). Funciona o arquivo e garagem;

Imóvel 2- Avenida Mãe Luzia, n.º 1325, Jesus de Nazaré, (Macapá/AP). Imóvel locado de terceiros onde funciona a sede da CR Amapá e Norte do Pará;

Imóvel 3- Aldeia Manga, Terra Indígena Uaçá (Oiapoque/AP). Prédio do Centro de Atendimento dos Povos Indígenas;

Imóvel 4- Av. Veiga Cabral, n.º 486 (Oiapoque/AP). Funciona a sede das Coordenação Técnicas Locais em Oiapoque;

As informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet estão completas desde seu lançamento. Existe a necessidade de atualização em relação ao novo imóvel locado de terceiros, com o cadastramento ainda em tramite.

Quanto aos riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los, por ocasião dos sucessivos contingenciamentos de recursos e medidas de racionalização de gastos, a Coordenação Regional do Amapá e Norte do Pará necessitou optar pela contratação de serviço de vigilância monitorada em detrimento à contratação de vigilância ostensiva para os imóveis desta Fundação. Neste sentido, destacamos que houve uma diminuição da efetividade da segurança, tendo em vista a ocorrência de furtos e vandalismo em dois dos imóveis vigiados. Existe ainda a responsabilidade dos servidores em abrir e fechar os imóveis, momento em que existe grande vulnerabilidade, tanto para os bens quanto para os servidores, considerando a crescente onda de violência que tem acometido os centros urbanos.

Informações sobre os imóveis locados de terceiros para uso da unidade prestadora da conta.

A Unidade possui um imóvel locado, no endereço Av. Mãe Luzia, 1325, Jesus de Nazaré, Macapá/AP, cujo valor mensal do aluguel é R\$ 5.983,92 (cinco mil novecentos e oitenta e três reais e noventa e dois centavos). O imóvel apresenta boas características, porém necessita manutenção no telhado.

Gestão ambiental e sustentabilidade

Em relação às recomendações voltadas para atendimento de critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, estabelecidas no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, informamos que foram exigidos nos editais de licitação, principalmente dos serviços de limpeza, vigilância monitorada, frete aéreo e aquisição de materiais de forma implícita, isto é, não houve menção direta a tal instrução nas referidas licitações, estando, entretanto, presentes suas diretrizes de sustentabilidade.

Os principais critérios exigidos foram:

Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 08.10.2003.

Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 07.12.1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

Realizar programas internos de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos; e

Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

A Unidade não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), entretanto, buscam-se adotar internamente práticas que visam a redução no consumo de energia elétrica, e a redução de outros gastos, reaproveitando ao máximo o papel, como forma de reduzir os gastos e gerar o mínimo de rejeitos possível, assim como em adquirir produtos que causem menos danos ao meio ambiente.

Apesar de não ter formalizado o PLS, a Unidade buscou adotar, por meio das determinações emanadas da Sede da Funai, alguns requisitos mínimos recomendados, como: a atualização do inventário de bens e materiais, identificando os equipamentos antieconômicos, embora o processo de desfazimento não tenha sido concluído; e a prestação de orientações aos servidores de práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços, principalmente papel e energia elétrica.

Gestão do patrimônio e infraestrutura - Coordenação Regional Araguaia
Tocantins

A Coordenação Regional Araguaia Tocantins está localizada na cidade de Palmas – TO, e detém em sua esfera orgânica 17 (dezessete) Unidades Técnicas Locais -CTL's, contemplando na sua abrangência territorial 28 Terras Indígenas, localizadas nos estados do Tocantins, Pará, Maranhão, Mato Grosso e Goiás. Presta atendimento nas ações de proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas Kanela, Apinajé, Javaé, Avá Canoeiro, Karajá, Karajá Xambioá, Krahô, Krahô – Kanela, Tapirapé, Krenak, Maxacali, Xerente, Tapuia, Karajá de Aruanã, Guarani, Funiô, Pataxó, Pankararu, Xavante, Xacriabá, Apurinã, Kanela do Araguaia, Kanela do Tocantins e Karajá de Santa Maria das Barreiras. A Coordenação Regional Araguaia Tocantins é entidade vinculada ao Ministério Justiça e integrada à Fundação Nacional do Índio – Funai, a qual foi criada pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, tendo como missão institucional promover as ações de proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas.

Registra-se inicialmente, que o ano de 2016 foi marcado por grande instabilidade política e consequentes medidas econômicas que estabeleceram limites para realização de despesas com aquisição de bens, contratação de serviços, concessão de diárias e passagens e na suspensão de novas contratações. Apesar desse cenário adverso, que resultou na redução do orçamento da Coordenação Regional Araguaia Tocantins, buscou-se executar as ações vinculadas ao Plano de Trabalho no decorrer do exercício, em cumprimento as suas competências institucionais.

Mediante o cenário de instabilidade econômica e consequente redução de gastos públicos, a UJ buscou adequar-se a essa realidade de limitação orçamentária e financeira, inclusive negociando valores contratuais e evitando fazer novas contratações que foram planejadas, restringindo-se às despesas em cumprimento as ações finalísticas, principalmente no que concerne ao suporte logístico de transporte e de manutenção administrativa.

Em análise sobre a execução da despesa, observa-se os valores decorrentes das contratações com locação de mão de obra, locação do imóvel onde funciona a sede a Regional, serviços de energia, água, telefone, fornecimento de combustível, manutenção de veículos e aquisição de gêneros alimentícios, mantiveram-se durante todo o exercício, dentro da categoria de maior volume de gastos no contexto de despesas fixas. Os registros em restos a pagar de exercícios anteriores decorrem principalmente de empenhos por estimativa em razão de valores que não puderam ser pagos até 31 de dezembro, por falta de repasse financeiro.

No que refere-se ao cancelamento dos registros existentes na conta Restos a Pagar, no decorrer de 2016, realizou-se rotinas de acompanhamento das despesas, verificando-se a pertinência do enquadramento e promoveu-se o cancelamento dos saldos residuais. Os valores

reinscritos em restos a pagar não processados a liquidar, foram originados também de saldos remanescentes das Administrações Regionais extintas, cujo cancelamento estão previsto para o próximo exercício. Em de investimento da CR foi adquiriu 01 (um) caminhão e (03) veículos por meio de recursos oriundos de Emenda Parlamentar, em razão de cortes no orçamento.

Gestão da frota de veículos

A frota da Coordenação Regional Araguaia Tocantins, é composta por 46 veículos em situação regular de tráfego, no entanto, esses veículos vem sofrendo grande desgaste de uso, em razão de fluxo intenso em estradas de difícil acesso, com efeito, apresentam em sua maioria, estado físico precário, motivando gastos frequentes de manutenção.

Destaca-se que a Coordenação Regional de Palmas possui amplas abrangência territorial, contemplando 29 Terras Indígenas, localizadas em 5 estados brasileiros, perfazendo um total aproximado de 14.000 indígenas representados em 21 grupos étnicos.

Neste amplo contexto de abrangência, depara-se com diversas demandas na área de proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas, bem como no pronto atendimento às ações ambientais e territoriais, que necessitam de acompanhamentos técnicos regulares, os quais dependem do apoio logístico de transporte. Considera-se ainda, o número elevado de aldeias existentes nas 29 terras indígenas vinculadas as 17 Unidades Locais, sendo 13 somente de Proteção Territorial bem como, a distância entre elas em relação às sedes das Unidades Locais e CR, sendo necessário percorrer longas distancias, o que requer veículos apropriados e em boas condições, para atender prontamente às ações demandadas pelas diversas comunidades indígenas, contamos com uma frota de 46 (quarenta e seis) veículos oficiais.

a) INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 15 DE MAIO DE 2008 e DECRETO Nº 6.403, DE 17 DE MARÇO DE 2008.

b) - O apoio da frota de veículos é imprescindível para a execução das ações finalísticas e administrativas em cumprimento a missão institucional, no entanto, quando os veículos apresentam defeitos, inviabiliza o apoio logístico e cumprimento das demandas desta UPC, principalmente nas Terras Indígenas.

c) - 46 veículos oficiais de transporte, sendo : caminhões, ônibus, Camionetes e veículos utilitários em condições regulares de tráfego.

d) - A Média anual de Km rodados no período de janeiro a dezembro de 2016 é R\$ 30.228

e) Idade média aproximadamente de 09 anos.

f) - No decorrer do exercício tivemos o gasto total de R\$ 290.410,91 (Duzentos e Noventa Mil Quatrocentos e Dez Reais Noventa e Um Centavos), com combustíveis, manutenções e taxas sendo, respectivamente:

Combustível o valor de R\$ 169.491,32 Manutenção/peça o valor de R\$ 80.873,50
Manutenção/mão de obra o valor de R\$ 31.559,71 Taxas o valor de R\$ 8.486,38

g) - Os planos de substituição dos veículos considerados inservíveis existem, mas estão submetidos a disponibilidade orçamentária e a realização do leilão, cujo processo já foi iniciado.

h) As razões da escolha de aquisição em relação a locação é somente devido a falta de recursos orçamentários para contemplar toda a demanda institucional. Verificou-se inclusive, que a contratação de serviços de locação, oferece mais Vantajosidade e qualidade na prestação dos serviços.

i) - A UPC tem procurado tornar mais efetivo os controles de gestão de frota por meio de ferramentas de gestão disponibilizadas através do sistema de gerenciamento de frota e o uso regular de planilhas.

A CR-ATO, a fim de atender determinação do Tribunal de Contas da União no ACORDÃO Nº 4739/2016 – TCU – 2ª CÂMARA, estabeleceu comissão de Alienação, Desfazimento, Doação e Baixa de bens, sendo que a Portaria nº 888/PRES, de 22 de novembro de 2016 tem os trabalhos direcionados para localizar, computar e levantar o estado dos veículos pertencentes a frota da Coordenação e indicar um destino legal. Os trabalhos iniciaram em meados de dezembro, com o deslocamento de membros da comissão até as CTL's de Gurupi/TO, Goiás/GO, Minaçu/GO e a cidade de Aruanã/GO, a fim de avaliar os bens, para em prosseguimento, subsidiar processo que irá conduzir a destinação daqueles classificados como inservíveis ou fora de uso.

Gestão do patrimônio imobiliário da União

Quanto aos itens, temos a informar que:

a) - A estrutura de controle de gestão do patrimônio no âmbito da Regional, é realizada através do sistema SIADS.

b) - O Imóvel que encontra-se na responsabilidade da Funai - Coordenação Regional Araguaia Tocantins, com documentação regularizada está localizado na cidade de Miracema do Tocantins. Os demais estão em processo de regularização de documentos cartoriais.

c) - A Coordenação Regional Araguaia Tocantins tem adotado medidas visando a inserção, gestão, acompanhamento e atualização dos dados cadastrais dos bens imóveis sob a sua responsabilidade no SPIUnet, no entanto, apesar das gestões feitas a SPU, não foi possível realizá-la no exercício de 2016, considerando falta de equipe naquela Secretaria para ministrar o respectivo treinamento, ficando para ocorrer no próximo exercício.

Espera-se que em 2017 sejam adotadas providências cabíveis ao caso, no sentido de tornar os controles mais efetivos sobre os bens imóveis patrimoniais da União sob a responsabilidade desta Unidade no SPIUnet.

d) - Não houve ocorrência durante o exercício em exame.

e) - Não ocorreu despesas relativas a manutenção de imóveis, devido os cortes no orçamento durante o exercício de 2016.

f) - Considera-se que há risco de deterioração da estrutura do imóvel, por falta de serviços de manutenção.

Informações sobre imóveis locados de terceiros

Em relação a locação de imóveis no âmbito da CRAT, são 08 (oito) contratos firmados (Sede da Regional em Palmas/TO e CTL's de Araguaína/TO, Tocantinópolis/TO, Gurupi/TO, Santa Terezinha/MT, Confresa/MT, Carolina/MA, Barra do Corda/MA), com períodos de vigências de 60 meses, com termos previstos para meados de 2019 e início de 2020 e 2 novos contratos em processo de publicação (CTL Cidade de Goiás/GO e São Félix do Araguaia/MT). O custo mensal, incluindo os dois novos contratos é de R\$ 58.297,04. A necessidade de locação decorre do fato que nestas localidades nem a Funai ou o SPU dispõe de imóvel. Não há um estudo acerca das manutenções periódicas, sendo que nos contratos não há previsão de benfeitorias ou reformas com desconto no valor da locação. A CRAT está elaborando processo licitatório para contratar serviços de manutenção predial, para atender as pequenas demandas que surgem decorrentes do uso dos imóveis.

Gestão ambiental e sustentabilidade

a) - A Coordenação Regional Araguaia Tocantins vem buscando agregar valores ecológicos, através da sensibilização dos servidores tanto da sede quanto das Unidades Locais subordinadas, para uma mudança de cultura, no que se refere a aplicação de práticas sustentáveis no ambiente de trabalho, relação à boa gestão dos resíduos sólidos e no consumo consciente principalmente de energia elétrica, água e papel, que possam contribuir com a preservação de um

meio ambiente saudável. b) - Informa-se que até o momento esta UPC não participa da Agenda A3P, pois requer inicialmente que o órgão central formalize o Termo de Adesão, junto ao MMA.

c) - Atualmente esta Unidade realiza apenas o descarte de papel, destinando-os às associações locais.

d) - Na elaboração dos editais procura-se adotar os critérios estabelecidos pelo Decreto nº 7.746/2012, visando contratações sustentáveis.

e) - Apesar de não ter sido implementado o Plano de Gestão Logística Sustentável, a Unidade vem realizando práticas sustentáveis que convergem com os termos do citado decreto.

A Coordenação Regional Araguaia Tocantins disponibiliza por meio da Funai em Brasília – DF, 02 (dois) principais canais de acesso ao cidadão: o SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO no link <http://www.funai.gov.br/index.php/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic> e a OUVIDORIA através do link <http://www.funai.gov.br/index.php/quem-somosouvidoria>.

Carta de serviços ao cidadão - às formas de acesso a esses serviços e os respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, além de trazer informações referentes aos serviços prestados pela instituição, em especial: os que estão ligados à razão de existir da Instituição. As informações para nortear o cidadão sobre os serviços públicos e os respectivos compromissos e padrões prestados pela Coordenação Regional Araguaia Tocantins, encontram-se disponibilizadas no sítio eletrônico oficial da Funai – Fundação Nacional do Índio: <http://www.funai.gov.br/index.php/servicos/carta-de-servicos-aocidadao>, através da Carta de Serviços da Funai. Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços A satisfação dos serviços públicos prestados à sociedade podem ser mensurados diretamente no site oficial da Funai, por meio do Serviço de Informação ao CidadãoSIC, no link: <http://www.funai.gov.br/index.php/fale-conosco>, o qual é responsável por receber e gerenciar pedidos, bem como disponibilizar documentos públicos à sociedade.

Coordenação Regional Baixo São Francisco

Os trabalhos da equipe de inventário de patrimônio foram concluídos até 31 de dezembro de 2016, porém, foram homologados parcialmente.

Gestão da frota de veículos

A CR do Baixo São Francisco possui sua própria frota de veículos não havendo contrato para locação de veículos de terceiros. A unidade se orienta para utilização dos veículos

pela legislação geral e normatização de utilização pública. Alguns veículos são lotados na sede da CR e outros estão à disposição das CTL's, todos à disposição para serviços administrativos da Funai e de assistência aos indígenas. A frota dos veículos são na maioria dos anos de 2005 a 2016, quando foi feita a última aquisição. Dez veículos foram doados para a Funai pela ANAC- Agência Nacional de Aviação Civil e dois veículos pelo Ministério Público do Estado da Bahia.

Gestão do patrimônio imobiliário da União

A CR do Baixo São Francisco-BA possui sob sua responsabilidade 20 imóveis da União, cadastrados no SPIUnet, sendo 12 (doze) localizados no estado da Bahia e 8 (oito) em Pernambuco, todos de usufruto indígena.

As atualizações dos valores dos imóveis estão desatualizadas, datadas de 2012. Esta CR solicitou ao INCRA a tabela atualizada dos valores de terras brutas nas regiões onde estão localizadas as terras indígenas, mas fomos informados que o INCRA não tem tabela atualizada.

Algumas terras indígenas ainda estão em fase de regularização, dependo de recurso para desintrusão total da área. Outras terras estão em processo de regularização em tramitação na Funai, e existe também terras em processo de aquisição tramitando.

Informações sobre imóveis locados de terceiros

No ano de 2016 tivemos 05 imóveis locados de terceiros para uso da unidade, sendo 04 destinados ao funcionamento de CTL's e 01 para a sede da CR BSF. Os valores dos contratos estão de acordo com os valores de mercado, com média de R\$ 648,03 mensal de aluguel para os imóveis das CTL's e o aluguel do imóvel da sede é de R\$3.000,00 mensal. Os serviços de transformação e/ou manutenção com o imóvel locado para o funcionamento da sede não foram deduzidos no valor de locação.

ano		CPF	Início	Fim
2016	Sede da CR BSF em Paulo Afonso-BA	067.561.744-87	16/01/2017	16/01/2018
2016	CTL de Ibotirama-BA	131.583.618-17		
2016	CTL de Glória-BA	537.649.605-82		
2016	CTL de Cabrobó-PE	561.350.174-20		

Gestão ambiental e sustentabilidade

A visão sobre sustentabilidade ainda está sendo iniciada de maneira muito tímida pela unidade, por adotar minimamente práticas de triagem dos materiais gerados pelos servidores, pelos indígenas e demais pessoas que são atendidas na Coordenação Regional. As

ações isoladas são desafiadoras e não alcançam as propostas para uma gestão sustentável e para um significativo avanço socioambiental. Faz-se necessário reconhecer as dificuldades existentes para aplicabilidade de uma gestão com visão dentro dos princípios da política de sustentabilidade, quando nos limitamos a um número reduzido de pessoal, a falta de investimento em recursos humanos para formação e atuação direta na questão ambiental – desde pessoal técnico, agentes de limpeza e indígenas – dificultando ainda mais uma prática coletiva de gestão ambiental.

A participação da unidade na Agenda Ambiental da Administração Pública está diretamente associada a atitudes individuais que acabam causando influência. A triagem de resíduos e a negação do uso de copos descartáveis, economia de energia e água são exemplos dessas ações.

A qualidade de vida no trabalho, é basicamente associado as prerrogativas demandadas pela sede da instituição, o que pode ocorrer a falta de conciliação entre os interesses pessoais e a necessidade da demanda, pois a insuficiência de servidores na unidade, de certa forma, impõe a realização e/ou envolvimento em atividades de pouca afinidade, com o intuito de atendimento à demanda, sejam ela imediatistas ou não. A satisfação de desenvolver atividades ocorre quando a atividade é conciliada com o perfil técnico, o que visivelmente melhora a produtividade e a satisfação pessoal.

Ainda sobre a qualidade de vida no trabalho, apontamos que o uso e desenvolvimento da capacidade, aproveitamento das habilidades, autonomia na atividade a ser desenvolvida, organização metodológica, ausência de preconceitos (visíveis e/ou perceptíveis), respeito a liberdade de expressão e privacidade pessoal, são aspectos vivenciados pelos servidores da unidade. Entretanto, ainda faltamos inserir atividades laborais, sociais, assistenciais e acessibilidade para portadores de deficiência física.

As mudanças do comportamento e a sensibilização dos servidores para que separem os resíduos, bem como a chamada para questões socioambientais, ocorre através de conversas espontâneas direcionadas, com intuito de chamar a atenção para temática. Através de iniciativas particulares, uma associação, passou a recolher quinzenalmente os resíduos da unidade.

Coordenação Regional do Baixo Tocantins / CR-BT

Os imóveis sob a responsabilidade da Coordenação Regional do Baixo Tocantins estão distribuídos nos municípios de Belém-PA, Santa Maria-PA, Capitão Poço-PA,

Paragominas-PA, Tomé Açu-PA, Marabá-PA, Rondon do Pará-PA, Itupiranga-PA, Novo Repartimento-PA, Água Azul do Norte-PA, Parauapebas-PA e Tucuruí-PA.

Ademais, a Coordenação vale-se do Decreto - Lei Nº9760/1946 e legislações posteriores, como norma norteadora das ações inerentes ao patrimônio imobilizado sob sua responsabilidade.

Ressalta-se que, os imóveis urbanos não passaram por reformas significativas, no último ano, que proporcionassem inclusões de salas e/ou cômodos, com a exceção de sede da Coordenação Regional e CTL Belém nos quais foram reparado um banheiro e instalados gradis, respectivamente, ao custo total de R\$ 4.100,00(quatro mil e cem reais).

A Coordenação tem interesse em realizar reformas nos imóveis de sua responsabilidade, inclusive no Prédio da Coordenação Regional, ou até mesmo, a construção de um novo imóvel deste, todavia as ausências de um profissional qualificado para a confecção de um projeto e as restrições orçamentárias ocorridas nos últimos exercícios inviabilizaram a consecução desse objetivo.

Frise-se que o imóvel onde se encontra instalada a Sede da Coordenação Regional é próprio e esta não possui nenhum imóvel locado para instalação de suas Coordenações Técnicas Locais das quais apenas 04 CTLs estão instaladas, restando apenas como imóvel de terceiros, a casa onde se encontra instalada a Coordenação Técnica Local de Tucuruí. Este imóvel foi cedido pela Prefeitura de Tucuruí-PA, através do Termo de Cessão nº 01/2013 firmado entre aquela e a Coordenação Regional do Baixo Tocantins, e cujos termos estão previstos o usufruto do imóvel pela CTL, ficando a cargo da Coordenação Regional os custos para manutenção dos imóveis.

Gestão da frota de veículos

Dada a missão institucional da Funai a utilização de veículos é essencial. Sem estes é impossível a execução das atividades de monitoramento e fiscalização territorial, apoio a atividades de etnodesenvolvimento e promoção social.

Atualmente as atividades de abastecimento e manutenção da frota são executadas mediante sistema informatizado de gestão de frota contratada, o que facilitou bastante o controle das despesas dos veículos, uma vez que o sistema gera relatórios que facilitam a consolidação e análise de diversas informações.

A frota atual da Coordenação Regional constitui-se de trinta e três veículos , todos podendo ser caracterizados como do grupo Veículos de Serviços Comuns, utilizados para transportes de cargas, servidores em serviço e indígenas.

É importante mencionar que até julho/13 nossa frota constituía-se de dezenove veículos somente, a maioria em funcionamento, todavia a transferência das Coordenação Técnicas Locais (CTLs) de Belém, Tomé-Açu, Capitão Poço e Paragominas da Coordenação Regional Centro-Leste do Pará (em Altamira) para esta Coordenação Regional do Baixo Tocantins (em Marabá), acarretou a absorção da frota das referida CTLs, da qual somente dois veículos estavam em funcionamento.

Efetivamente, do total existente, dezesseis estão em pleno funcionamento ou momentaneamente quebrados, mas necessitando de pequenos reparos. Os demais, em sua maioria, são veículos que se encontram quebrados cujo conserto é demasiado caro e seu uso provavelmente é antieconômico.

A idade média da frota é de dez anos, sendo que o veículo mais novo tem três anos e o mais antigo dezesseis anos.

O uso da frota, com exceção dos veículos de passeio, caracteriza-se como severo, face as condições de tráfego próprias do Estado do Pará, reforçado pela grande necessidade de tráfego em vias secundárias que não tem pavimentação asfáltica e muitas vezes estão em condições precárias, com muitos buracos, atoleiros, etc., além também das grandes distância percorridas, segundo levantamento do setor competente, os veículos percorreram em torno de 193.586 Km no ano de 2016, estas decorrentes da grande dimensão do Estado e da própria área de abrangência da Coordenação Regional do Baixo Tocantins que vai de Belém, passando por Mojú, Capitão Poço, Tomé-Açu, Paragominas, Tucuruí, Novo Repartimento, Bom Jesus do Tocantins.

Devido aos rigorosos e sucessivos contingenciamento sofridos pela Fundação Nacional do Índio – Funai , não houve espaço para a confecção de um plano de substituição da frota da Fundação como um todo.

Com manutenção foi gasto cerca de R\$ 106.376,00 em 2016 e com combustível cerca de R\$ 87.969,05 .

Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

No exercício de 2016 a Coordenação Regional realizou o inventário patrimonial anual de sua sede e CTLs subordinada, e dentre outras ações apontadas pela comissão de

inventário está à constituição de comissão para baixa patrimonial de veículos caracterizados como inservíveis ou fora de uso. Para tal anotou que a comissão deveria observar as seguintes legislações sobre baixa patrimonial: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei nº 4.320/84, Decreto nº 99.658/90, Decreto nº 6.087, de 20/04/2007, na Instrução Normativa SEDAP/PR nº 205, de 08/04/1988.

Dessa Forma, a Coordenação Regional trabalhará para constituição de comissão de baixa patrimonial dos veículos apontados pela comissão de inventário, em seu relatório, para baixa patrimonial ainda no exercício de 2017, desde que haja previsão orçamentária para à ação.

Gestão do patrimônio imobiliário da União

Os imóveis, num total de 19, sendo 05 (cinco) urbanos e 14 terras indígenas tradicionalmente ocupadas todas estão localizadas no estado do Pará e juntas compreendem uma superfície de 1.211.304,67 hectares, sob a responsabilidade da Coordenação Regional do Baixo Tocantins estão distribuídos nos municípios de Belém-PA, Santa Maria-PA, Capitão Poço-PA, Paragominas-PA, Tomé Açu-PA, Marabá-PA, Rondon do Pará-PA, Itupiranga-PA, Novo Repartimento-PA, Água Azul do Norte-PA, Parauapebas-PA e Tucuruí-PA.

Ademais, a Coordenação vale-se do Decreto - Lei Nº9760/1946 e legislações posteriores, como norma norteadora das ações inerentes ao patrimônio imobilizado sob sua responsabilidade.

Ressalta-se que, os imóveis urbanos não passaram por reformas significativas, no último ano, que proporcionassem inclusões de salas e/ou cômodos, tão somente serviços de pintura e pequenos reparos ao custo de R\$ 7.941,00(Sete mil e novecentos e quarenta e um reais).

Como evidenciado no Item I do Relatório, a Coordenação têm interesse em realizar reformas nos imóveis de sua responsabilidade, inclusive no Prédio da Coordenação Regional, ou até mesmo, a construção de um novo imóvel deste, todavia as ausências de um profissional qualificado para a confecção de um projeto e as restrições orçamentárias ocorridas nos últimos exercícios inviabilizaram a consecução desse objetivo.

Frise-se que, o imóvel onde se encontra instalada a Sede da Coordenação Regional é própria e esta não possui nenhum imóvel locado para instalação de suas Coordenações Técnicas Locais, restando apenas como imóvel de terceiros, a casa onde se encontra instalada a Coordenação Técnica Local de Tucuruí. Este imóvel foi cedido pela Prefeitura de Tucuruí-PA, através do Termo de Cessão nº 01/2013 firmado entre aquela e a

Coordenação Regional do Baixo Tocantins, e cujos termos estão previstos o usufruto do imóvel pela CTL, ficando a cargo da Coordenação Regional os custos para manutenção dos imóveis.

As Terras Indígenas, que nos termos do Art. 20, Inciso XI da Constituição Federal de 1988 são bens da União, destinam-se, em conformidade com o Art. 231 do mesmo texto constitucional, à posse permanente dos povos indígenas que as ocupam tradicionalmente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

A gestão de tais imóveis realizada pela Funai consiste, portanto, no monitoramento de tais áreas com vistas à promoção do direito ao seu usufruto lícito e exclusivo pelos povos indígenas. Esse trabalho demanda do órgão a promoção de articulações intersetoriais e interinstitucionais, tendo a Funai uma extensa lista de parceiros, tanto governamentais quanto da sociedade civil organizada, que também detêm competências específicas afetas ao cumprimento de tal finalidade.

Entre os órgãos parceiros com competências específicas, destacam-se a Polícia Federal, nas atribuições de polícia judiciária, o IBAMA, nas ações de competência ambiental, e as Polícias Militares dos estados e a Força Nacional, na ocorrência de crimes contra indivíduos e no apoio, em alguns casos, a ações de fiscalização.

Dessa forma, os riscos relacionados à gestão de tais imóveis se dão ao menos em dois níveis: entre as diferentes unidades que compõem a Funai e entre a Funai e os demais órgãos que compartilham responsabilidades associadas à gestão das Terras Indígenas.

No primeiro nível, há atribuições para a gestão de tais imóveis de responsabilidade exclusiva da Diretoria de Proteção Territorial da Funai, tais como as ações de regularização fundiária e extrusão de eventuais ocupantes não índios, casos afetos, por exemplo, às Terras Indígenas Alto Rio Guamá e Sarauá.

Ainda neste nível, mas circunscrevendo-nos às políticas de proteção territorial de competência da CR-BT, observamos um quadro bastante crítico quando analisamos as condições de disponibilidade e qualificação de recursos humanos e da estrutura material disponíveis.

Como as unidades locais acumulam, além da execução desta atribuição específica, diversas outras relacionadas, por exemplo, à promoção de direitos sociais, as ações de proteção territorial recaem sobre a unidade regional. Esta, por sua vez, com recursos humanos e materiais igualmente escassos, concentra, assim, além das ações de coordenação que lhe são regimentalmente incumbidas, a execução propriamente dita, sobreposição de atribuição essa que

muitas incide sobre um único servidor, o que, portanto, compromete severamente o planejamento, a qualidade e o cronograma das iniciativas de monitoramento e fiscalização das Terras Indígenas.

São frequentes as situações de falta ou indisponibilidade de servidores com a qualificação requerida para as atividades, falta de veículos em condições de circulação ou de recursos financeiros para a consecução do planejamento previamente construído.

Ressalte-se ainda que, afora um curto período de 03 (três) meses, há quase 02 (dois) anos a CR-BT não dispõe de um titular do cargo de Coordenador Regional, estado do qual decorre um quadro de instabilidade e precarização das prerrogativas vinculadas ao cargo. Some-se ainda, por fim, que o orçamento destinado à política indigenista como um todo tem passado por um processo de redução brutal ao longo dos últimos anos. Ademais, um volume cada vez maior de recursos vêm sendo alocados nas atividades administrativas, em detrimento da destinação às chamadas “áreas fim”, dentre as quais se inclui a proteção territorial.

O Projeto de Lei Orçamentária 2017, por exemplo, conforme dados do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão[1], dentre os recursos destinados para despesas discricionárias da Funai, prevê que apenas 37,5% serão alocados na execução da ação orçamentária “Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas” do Plano Plurianual 2016-2019, o que representa uma redução da ordem de 17% em relação ao valor destinado à mesma ação no exercício orçamentário anterior. Trata-se de uma tendência já observada há alguns anos e que vem se acentuando ao longo do tempo, de modo que é lícito afirmar que o estado atual das condições disponibilizadas à Funai pela União para a gestão das Terras Indígenas é insuficiente, não atendendo a parâmetros mínimos para uma atuação condizente com as responsabilidades que lhe são atribuídas.

Conforme já mencionado neste relatório, no tocante especificamente à CR-BT, registre-se que, no ano de 2013, por força da Portaria nº 741/PRES/Funai, de 05 de julho de 2013, foram incorporadas 04 (quatro) CTLs, às quais se vinculam 03 (três) Terras Indígenas com estágio de regularização concluído, 01 (uma) área com portaria declaratória publicada, além de 02 (duas) áreas em estudo pela Funai e 01 (uma) área dominial, sem que tenha havido qualquer aporte orçamentário suplementar à unidade regional. Operamos, portanto, com o mesmo orçamento de 2013, embora as responsabilidades e a área de abrangência atribuídas à CR-BT tenham aumentado substancialmente.

Diante desse quadro, regionalmente, temos procurado aprimorar nossas rotinas de planejamento e otimizar a utilização dos recursos humanos e financeiros na execução das ações

de proteção territorial. No entanto, a implementação dessas medidas carece de condições que escapam ao alcance de atuação da Coordenação Regional. Realização de capacitações, contratação de servidores e readequação orçamentária, por exemplo, são medidas que estão além das competências regimentais da unidade e que seriam imprescindíveis à implementação das rotinas e procedimentos que a CR-BT considera como requisitos mínimos para a boa execução desta atribuição.

O segundo nível de riscos relacionados à gestão de tais imóveis situa-se nas relações interinstitucionais inerentes ao cumprimento do disposto no Artigo 231 da Carta Magna. Além de dificuldades no acionamento e interlocução com os órgãos policiais e ambientais já referidos para ações de fiscalização, tendo em vista a inexistência de regulamentação legal quanto ao exercício do poder de polícia por servidores da Funai, há um grande desafio que consiste na integração de todas as esferas de poder para complementar as ações de proteção territorial propriamente com políticas voltadas à sustentabilidade socioeconômica, tanto para os povos indígenas quanto para municípios próximos às suas terras. Sem alternativas de renda, a pressão sobre as terras indígenas cresce cada vez mais, o que ameaça os recursos naturais e a segurança das comunidades.

A CR-BT pretende dar início a diálogos com outras instituições, em especial àquelas vinculadas ao Governo do Estado do Pará, no sentido de firmar Termos de Cooperação com vistas ao estabelecimento de relações mais institucionalizadas com os órgãos parceiros, garantindo, assim, maior regularidade da realização de ações, bem como o compromisso de tais entes com a proteção das Terras Indígenas sob suas respectivas circunscrições. Tal iniciativa, no entanto, demanda incorporação de novos servidores ao quadro da unidade, bem como a disponibilidade orçamentária para que tais compromissos possam efetivamente ser celebrados e levados a cabo. Espera-se que a nomeação dos servidores do concurso público para ingresso na Funai recém realizado pela Escola Superior de Administração Fazendária (ESAF), supra, ao menos parcialmente, algumas das referidas lacunas.

Quanto à avaliação dos bens imóveis, sob responsabilidade dessa Coordenação, estão válidas até o exercício de 2017, vale ressaltar que a inserção dos dados destes imóveis no SPIUnet, inclusive a reavaliação, anteriormente era realizada pela Funai Sede, que recentemente incumbiu essa tarefa as Coordenações Regionais a ela jurisdicionadas. A partir de então, Para avaliação do imobilizado, após o vencimento da avaliação atual, a Coordenação utilizará a tabela de preços de referência de terra do INCRA, para imóveis rurais e o valor venal para cobrança do IPTU, pelas prefeituras, para os imóveis urbanos.

Outrossim, toda Contabilização dos fatos referentes aos imóveis era realizada pela Funai Sede, atribuição que, recentemente, também foi transferida para a Coordenação Regional.

Gestão ambiental e sustentabilidade

A Coordenação Regional utiliza como modelo de editais para suas licitações os editais disponibilizados pela Advocacia Geral da União – AGU em seu site, os quais são todos confeccionados em obediência as legislações vigentes, inclusive com previsão de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras. Nas contratações diretas observamos genericamente a esses critérios.

A Coordenação Regional possui apenas três das oito Coordenações Técnicas Locais jurisdicionadas instaladas fisicamente, além do prédio da própria Coordenação, e dessas apenas uma Coordenação Técnica Local funciona em município com política de coleta seletiva de resíduos, esta última deste o período que tinha o status de Coordenação Regional não continha políticas voltadas para separação dos resíduos recicláveis descartados.

O mesmo acontece com a Coordenação Regional do Baixo Tocantins que não dispõe de política de sustentabilidade ambiental e tampouco participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), acrescente que a unidade não possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.

Coordenação Regional - CR Cacoal

Gestão da frota de veículos

A Coordenação Regional mantém frota própria tendo em vista a demanda por veículos para acompanhamento das atividades finalísticas realizada nas aldeias, feita em base diária. A utilização diária dos veículos em estradas de chão com manutenção precária faz com que a demanda por manutenção seja elevada, apesar dos veículos serem apropriados para o tipo de terreno a que se destinam.

Apesar de solicitarmos recursos para a aquisição de novos veículos no ano de 2016 considerando o desgaste da frota veicular atual, os recursos não foram descentralizados tendo em vista os contingenciamentos sofridos na área de aquisição de veículos .

No ano de 2015 a Coordenação Regional formou comissão para realizar a baixa de veículos inservíveis, composta de três servidores. Atualmente a UPC possui 23 veículos rrecuperáveis aguardando o processo de baixa ser formalizado. O processo em questão encontra-se paralisado, pois a Coordenação Regional aguarda uma normativa sobre como proceder para o desfazimento desses bens vinda da Funai Sede.

Gestão do patrimônio imobiliário da União

A Coordenação Regional tem sob sua jurisdição as terras indígenas, consideradas propriedade da União e cadastrados no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet. Ao todo a UPC possui o cadastro de 8 imóveis rurais no SPIUnet, correspondentes às terras indígenas jurisdicionadas. Existe um imóvel no Distrito de Riozinho – Cacoal, que não consta do SPIUNET devido a falta de regulamentação fundiária do Distrito. Neste ainda não é possível a emissão de escritura pública.

Informações sobre imóveis locados de terceiros

No ano de 2016, a Coordenação Regional manteve-se em dois imóveis alugados na cidade de Cacoal no ano de 2015. Para tanto, a Coordenação Regional locou dois prédios, um para comportar o funcionamento da sede da Coordenação e o outro prédio para comportar o funcionamento das Coordenações Técnicas Locais subordinadas à Coordenação Regional, totalizando o valor pago de R\$ 6.800,00 reais mensais, com despesas de manutenção predial ocorrendo à cargo da Coordenação Regional.

Gestão ambiental e sustentabilidade

A Coordenação Regional não possui uma política interna de sustentabilidade ambiental, nem participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Em relação à geração de resíduos não há uma separação dos resíduos recicláveis e sua destinação a associação de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006.

Em relação às contratações realizadas, a UPC observa os parâmetros de sustentabilidade estabelecidos no Decreto 7.746/2012 para a contratação de serviços e aquisição de bens. Em relação a uma plano de gestão de logística sustentável, tratada pelo mesmo decreto, a Coordenação Regional não dispõe de um plano elaborado nos moldes mencionados e não dispõe de uma comissão formada para tratar da referida temática.

Relacionamento com a Sociedade

Esta Coordenação careceu de recursos suficientes para a adaptação do imóvel conforme exigido pela legislação, tendo em vista que possui algumas barreiras arquitetônicas impossibilitando o acesso de cadeirantes a determinadas dependências. A CR Cacoal carece de banheiros adaptados e acessibilidade a cadeirantes, visto que os edifícios onde se localiza a CR e as CTL's são alugados.

Coordenação Regional de Campo Grande

Gestão da frota de veículos

a) A CR-CGR busca atentar às disposições constantes na Instrução Normativa nº 003/2008, de 15/05/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, relativa ao controle geral de veículos oficiais.

b) A Fundação Nacional do Índio mantém frota de veículo própria desde a sua criação, considerando a sua missão de atendimento às comunidades indígenas. Na CR-CGR a frota é utilizada nos serviços administrativos em geral e nas suas atividades finalísticas com viagens de servidores a localidades de difícil acesso, aldeias indígenas, em áreas que não contam com atendimento por linhas convencionais de transporte urbano.

Assim a manutenção de frota própria para atendimento às comunidades indígenas é de grande relevância, haja visto a localização geográfica das comunidades atendidas, e existência de locais não atendidos por outros meios de transporte comercial, porquanto muitas das estradas são de difícil tráfego.

c) No exercício 2016 a CR-CGR contou com 12 (doze) veículos em condições de uso. Conforme disposto no Anexo I da IN nº 003/2008, todos os veículos da UJ são classificados no Grupo IV, veículos de serviço comum.

d) A média de quilômetros rodados por ano é de aproximadamente 28mil km.

e) A idade média da frota é de 6-7 anos.

f) Em relação a Execução Financeira referente ao Elemento de Despesas 33390.30.01 - Combustíveis e lubrificantes automotivos foram descentralizados para esta Coordenação Regional um montante de R\$ 382.119,18 (trezentos e oitenta e dois mil cento e dezenove reais e dezoito centavos) que foram utilizados em combustível e lubrificantes e gerenciamento da frota. Destes, vinte e cinco mil foram descentralizados para a UG 194064 para execução financeira por aquela Unidade Gestora junto às atividades desta Coordenação Regional.

Em relação ao Elemento de despesas 3339030.39 que vincula os gastos com Material para manutenção de veículos foram descentralizados para esta Coordenação Regional um montante de R\$ 55.367,20 (cinquenta e cinco mil reais e trezentos e sessenta e sete reais e vinte centavos) e no Elemento de Despesas 339039.19 o qual vincula serviços de Manutenção e Conservação de Veículos foi descentralizado um montante de 24.198,65 (vinte e quatro mil cento e noventa e oito reais e noventa e sete centavos) no entanto, os recursos foram recolhidos e descentralizados para a Unidade Gestora 194064 para Execução Financeira junto ao Contrato

Publicado com a Coordenação de Dourados na proposta de se trabalhar na Rede 01/DAGES proposta pela Diretoria de Administração da Funai – Sede, devido a insuficiência de Recursos Humanos e Materiais que esta Fundação sofre.

Por fim, foram descentralizados e Executados R\$ 1.825,65(mil oitocentos e vinte e cinco reais e sessenta e cinco centavos) 339039.69 – Seguros em Geral para quitar o Seguro Obrigatório dos veículos da frota da Coordenação Regional.

g) A Coordenação Regional de Campo Grande, no curto prazo, não possui plano de substituição da frota, conquanto a frota ora utilizada por esta Coordenação mostre-se insuficiente para a realização das rotinas necessárias ao seu pleno funcionamento.

h) Esta CR segue com o modelo histórico institucional de aquisição veicular em detrimento da locação, sem que isso tenha sido parte de um estudo para evidenciar qual modelo atende de melhor maneira ao princípio da economicidade por exemplo. Entretanto há razões que podem fundamentar a escolha por esta CR da aquisição em detrimento da locação, quais sejam:

Parte significativa das atividades realizadas pela CR-CGR estão diretamente ligadas ao atendimento da população indígena, tratando-se de atividades exclusivas de Estado e com extrema relevância social de forma que a Administração, pautada pelo princípio da eficiência, não pode correr o risco de, após um processo licitatório para locação, ficar sem os serviços contratados, quer por rompimento contratual por parte da locadora, quer pela morosidade de reposição dos veículos em função de problemas mecânicos.

Considerando que por conta do contingenciamento de despesas já houve proibição de novas contratações de locação de veículos, dentre outros serviços, fica demonstrado que a opção por este serviço em detrimento da aquisição de veículos colocaria em risco o funcionamento desta unidade, ficando na dependência da previsão de crescimento econômico do país.

i) Dentre os instrumentos de controle que servem para gestão pelo Setor de Transporte/SEAD/CR-CGR foram desenvolvidos formulários e tabelas (como formulário de requisição de veículos, boletim diário de tráfego, termos de responsabilidade), que são utilizados com o objetivo de manter o controle de uso, regularidade e movimentação dos veículos da frota da CR. O setor de transporte dispõe de arquivo específico organizado em pastas individualizadas por veículo contendo todos os documentos relativos àquela viatura. O controle de consumo de combustíveis foi realizado através de sistema de gestão de frotas contratado por processo licitatório desta unidade até o final da vigência do contrato que se deu em 21 de julho/2016, a

partir de quando iniciou-se a utilização do sistema de gerenciamento contratado pela CR de Dourados (Contrato 80/2015).

O serviço de manutenção mecânica preventiva e corretiva, incluindo aquisição de peças é prestado através de contrato celebrado pela Coordenação Regional de Dourados, pois o procedimento licitatório para a contratação de empresa de prestação de serviços de mecânica desta unidade não foi concluído, durante a execução de serviços através do contrato da Coordenação de Dourados, não possuímos um fiscal de contrato nesta unidade, mas todas as solicitações de serviço são acompanhadas pelo SEAD que promove o agendamento e vistoria dos veículos , sendo que todas solicitações passam por autorização prévia desta unidade e posteriormente pelo gestor do contrato e ordenador de despesas da CR de Dourados."

Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

A Comissão Regional de Inventário Patrimonial da CR Campo Grande realizou o levantamento de veículos inservíveis, indicando a necessidade de compor comissão específica para descarga patrimonial dos itens de material, conforme documentos juntados ao Processo nº 08620.142598/2015-11, de 08/09/2016, ao qual foi apensado o Processo 08752.000285/2016-63. Foram designados servidores para compor Comissão de Alienação, Baixa e Desfazimento de Bens em 28 de setembro de 2016, encaminhada à DAGES por meio do Memo nº 622/2016-GAB/CR-CGR/MS de 05/10/16. Entretanto a Portaria de designação não foi publicada e as atividades delegadas àquela Comissão não foram desenvolvidas até o presente momento. A partir dos trabalhos desta Comissão será instituída uma política de descarte de bens inservíveis ou irrecuperáveis.

Gestão do patrimônio imobiliário da União

a) Os imóveis da União sob a responsabilidade da CR Campo Grande estão localizados nas Terras Indígenas e são estruturas que sediavam os Postos Indígenas (extintos da estrutura da Funai). Em 2016 um destes imóveis estava sendo aproveitado para CTL em Nioaque e os demais se encontram desativados.

A gestão do patrimônio imobiliário desta unidade é compartilhada com a Sede da Funai. Os registros de dados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União e a atualização de valores foi realizada pela Sede desta Fundação até o exercício 2015 (validade dos dados informados até 2017) e o Plano Nacional de Desimobilização está sob responsabilidade da Sede.

Os dados estão disponíveis no sítio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e podem ser consultados no endereço <http://spiunet.spu.planejamento.gov.br>.

Distribuição Espacial Dos Bens Imóveis De Propriedade Da União Vinculados À Upc :

Quadro 85 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Propriedade Da União Vinculados À UPC

Localização Geográfica	Quantidade De Imóveis De Propriedade Da União De Responsabilidade Da Uj
Aquidauana	2
Brasilândia	1
Corumbá	1
Miranda	1
Dois Irmãos do Buriti	3
Nioaque	1
Porto Murtinho	1
Sidrolândia	2
Total	12

Fonte: SPIUNet

Informações sobre imóveis locados de terceiros

No exercício 2016 foram objetos de locação pela CR-CGR 04 imóveis de terceiros, sendo distribuídos em: Campo Grande (1), Bonito (1), Miranda (1) e Aquidauana (1). Referente a instalação da Coordenação Técnica Local de Bonito, foi pago como aluguel da Sede o valor global de R\$ 23.400,00 através do Elemento de Despesas 339036.15 - Locação de bens imóveis e intangíveis – Pessoa Física.

Quanto ao Aluguel da Sede da CTL em Aquidauana, a mesma estava instalada em um imóvel alugado pelo qual foram pagos os meses de aluguel de Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro e outubro quando o imóvel foi entregue, sendo pago um valor total de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) Elemento de Despesas 339036.15; também foram dispendidos R\$ 2.176,90 (dois mil cento e setenta e seis reais e noventa centavos) para a reforma e entrega do imóvel ao proprietário ao fim da locação, sendo R\$ 1400,00 (mil e quatrocentos reais) para pagamento do pintor referente ao Elemento de Despesas 3390.36.22 e R\$ 776,90 (setecentos e setenta e seis reais e noventa centavos) paga aquisição de tinta no elemento de Despesas 3390.30.24.

Quanto ao imóvel de Miranda foram gastos no total de R\$ 9.298,56 (nove mil duzentos e noventa e oito reais e cinquenta e seis centavos) no Elemento de Despesas 339036.15 e R\$ 197,87 referente a gastos com IPTU ED 3390.47.02

Já o imóvel que está instalada a Coordenação Regional encontra-se com dívidas junto à Receita Federal e por este motivo foi realizado do depósitos em Conta Judicial Favorecida 00360305/ 3953-70 no Valor de R\$ 83.905,28 (oitenta e três mil novecentos e cinco reais e vinte e oito centavos) e R\$ 89.501,87 (oitenta e nove mil reais e quinhentos e um reais e oitenta e sete centavos).

Gestão ambiental e sustentabilidade

a) No que tange à gestão Ambiental e Sustentabilidade, esta Coordenação Regional e todas as CTLs a ela jurisdicionadas - com apoio da consciência ambiental de seus servidores e terceirizados – buscam implementar no plano individual atitudes ambientalmente sustentáveis, sempre que possível sensibilizando e mobilizando os servidores menos engajados a implementar atitudes que evitem gerar impactos socioambientais negativos.

b) Do ponto de vista da estrutura organizacional, entretanto, a unidade – que atualmente enfrenta grande escassez de servidores e excesso de demanda, oriunda da vulnerabilidade enfrentada pelos indígenas atendidos – não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), ao menos do ponto de vista formal;

c) No que diz respeito à implementação da coleta seletiva, a unidade não possui coletores de cores diferentes para os diferentes tipos de resíduos. Entretanto, a unidade busca promover a melhor destinação possível aos resíduos ampliando o número de lixeiras e conscientizando os servidores quanto aos materiais recicláveis e não recicláveis a serem depositados nas mesmas.

d) a) A unidade já adota alguns critérios de sustentabilidade em suas compras e contratações, porém ainda não contempla todas as ações administrativas e finalísticas da CR. A adesão tem sido progressiva, havendo certo grau de dificuldade de implantar alguns destes procedimentos no fazer administrativo em Coordenações Técnicas Locais ainda em vias de estruturação física.

Pretende-se atingir o máximo de atendimento ao disposto no Decreto, por entender a Funai e a unidade a importância da adoção de boas práticas produtivas e ser um órgão que atende a um público que preza pelas relações sustentáveis com o meio."

e) Em relação aos Planos de Gestão de Logística Sustentável, a unidade compreende, do conteúdo do decreto 7.746/2012, normatizado pela IN Nº10/2012, que tais planos extrapolam suas competências e que a responsabilidade pela sua elaboração, constituição da comissão gestora, formalização e publicação competem aos secretários executivos, no caso de Ministérios, ou a cargo equivalente, no caso de Fundações.

Coordenação Regional de Cuiabá-MT

Gestão do patrimônio e infraestrutura

A Coordenação Regional vem realizando esforço com o fito de equipar todas as suas unidades descentralizadas com a necessária estrutura para a consecução dos trabalhos. Assim sendo, durante o exercício de 2016 foram adquiridos itens de mobiliários que foram destinados as Coordenações Técnicas Locais, tais como mesas, cadeiras, bancos etc. Além disso, cumpre destacar que no ano de 2016 foram finalizadas as obras de construção de 4 novas sedes de coordenações técnicas locais, localizadas nas cidade de Tangará da Serra-MT, Vilhena-RO, Sapezal-MT e Campo Novo dos Parecis-MT. Essas novas sedes possibilitarão um atendimento mais adequado das demandas dos indígenas de suas respectivas regiões. Entretanto, há que se destacar os principais desafios na gestão patrimonial no âmbito desta CR, conforme constatado por Comissão de Inventário Patrimonial: falta de conscientização por parte dos gestores, servidores e indígenas, no sentido de zelar pelo bem publico; falta de assinatura, nos termos de Responsabilidade e dificuldade em achar os responsáveis, alegando que o bem está na mão do indígena; falta de informações sobre o paradeiro de alguns bens não localizados; falta de criação do setor de patrimônio e lotação de servidores no referido setor. Ainda conforme aponta em relatório a Comissão de Inventário Patrimonial, um problema de difícil solução é o controle dos bens localizados nas aldeias. Com reestruturação da Funai, na qual a figura do Chefe de Posto deixou de residir na Aldeia, o Coordenador Técnico precisa contar com o bom senso e colaboração dos índios para zelarem pelo patrimônio destinado ao uso da comunidade. Ocorrem muitas vezes empréstimo de bens entre as aldeias sem nenhum controle, ficando os bens ficam armazenados de qualquer maneira. A localização dos bens patrimoniais lotados nas aldeias ou terras indígenas torna-se um processo de difícil execução, dado as atividades rotineiras como caça, pesca, coleta de Castanha do Brasil, manutenção de “picadas” entre outras. Os indígenas permanecem durante dias em pontos remotos da Terra Indígena levando consigo, para o desenvolvimento e de acordo com a natureza de suas atividades, equipamentos como moto serras, barcos, motores de popa, etc.

Gestão da frota de veículos

a)Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos : Instrução Normativa nº.03/2008/SLTI/MPOG. Não há na Fundação Nacional do Índio norma interna que regulamente o uso da frota de veículos .b)Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC:Esta UPC mantém frota de veículo própria, praticamente desde a sua criação, tendo em vista a natureza das atividades exercidas, que necessitam do uso de veículos , para o acesso até as Terras Indígenas, tais como: a) atividades de prevenção de ilícitos, relacionados ao monitoramento territorial, vigilância, prevenção de incêndios, entre outras; b) atividades de informação territorial, por meio de diagnósticos e levantamentos de informação e inteligência; c) atividades de controle: ações de fiscalização e operações especiais de apoio a segurança pública em terras indígenas, mediação de conflitos e desintrusão de terras indígenas; d) apoio aos trabalhos de etnodesenvolvimento; e) apoio nos trabalhos de promoção dos Direitos Sociais – tais como acesso à justiça, aos direitos previdenciários, acesso à documentação básica etc. Tendo esta UPC sob sua jurisdição 17 (dezessete) CTL's - Coordenações Técnicas Locais (localizadas nos municípios de Barão do Melgaço-MT, Barra do Bugres-MT, Campo Novo do Parecis-MT, Comodoro-MT, General Carneiro-MT, Nobres-MT, Paranatinga-MT, Pontes e Lacerda-MT, Rondonópolis-MT, Sapezal-MT, Tangará da Serra-MT, Juína-MT, Vilhena-RO e Novo Progresso/PA) e uma Frente de Proteção Etnoambiental (responsável pelos índios isolados ou em recente contato), responsáveis por atender as etnias Bororo, Bakairi, Chiquitano, Guató, Nambikwara, Paresi, Umutina, Kayapó e Enawenê-nawê. Como o acesso as terras indígenas de todas essas comunidades se dá majoritariamente por meio de estradas, a frota veicular tem grande impacto para a concretização das atividades da UPC. Há que se mencionar que a maioria das estradas não são pavimentadas, apresentam-se em estado precário de conservação e são pouco servidas de transporte comercial.c)Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UPC (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral: A classificação veicular instituída pela CR é realizada segundo a CTL a qual o veículo presta assistência: Sede UPC – 14 (sendo uma carreta-reboque); Barra do Bugres – 3; Rondonópolis/Teresa Cristina – 4; Rondonópolis/Tadarimana – 5; Paranatinga – 3; Barão de Melgaço – 2; Nobres – 3; General Carneiro – 4; Campo Novo dos Parecis – 9; Tangará da Serra/Chapada dos Parecis – 2; Tangará da Serra/Vale dos Parecis – 3; Sapezal – 3; Pontes e Lacerda – 8; Comodoro/Nambikuara - 2; Comodoro/Vale do Guaporé - 2; Vilhena – 8, Novo Progresso - 3, e Frente de Proteção Etnoambiental Madeirinha-Juruena - 16. Não foram considerados os veículos já catalogados como inservíveis, mas que ainda não foram objeto de processo de baixa patrimonial, total de 88 veículos .d)Média anual de quilômetros rodados, por

grupo de veículos , segundo a classificação contida na letra “c” supra:Sede UPC – 330,249 km; Barra do Bugres – 12.712 km; Rondonópolis/Teresa Cristina – 63.011 km; Paranatinga – 30.535 km; Barão de Melgaço – 40.171; Nobres – 17.272 km; Rondonópolis/Tadarimana – 49.729 km; General Carneiro – 30.364 km; Campo Novo dos Parecis – 90.734 km; Tangará da Serra/Vale do Parecis – 45.719 km; Tangará da Serra/Chapada dos Parecis – 32.619 km; Pontes e Lacerda – 51.978 km; Comodoro/Nambikuara – 51.083 km; Comodoro/Vale do Guaporé – 47.985 km; Vilhena – 68.408 km, Novo Progresso – 4.785 km; e Frente de Proteção Etnoambiental Madeirinha-Juruena – 77.457 km.Em 2016 houve a redução de quilômetros rodados da sede da UPC em comparação a anos anteriores, devido a paralisação de muitas ações por insuficiência de recursos orçamentários.e)Idade média da frota, por grupo de veículos :A idade média da frota de veículos por grupo de veículos : Sede – 4; Barra do Bugres – 10,83; Rondonópolis/Teresa Cristina – 6,5; Paranatinga – 11,5; Barão de Melgaço – 6,50; Nobres – 8,16; Rondonópolis/Tadarimana – 7,9; General Carneiro – 11; Campo Novo dos Parecis – 8,05; Tangará da Serra/Vale do Parecis – 5,83; Tangará da Serra/Chapada dos Parecis – 5,5; Pontes e Lacerda – 7,25; Comodoro/Vale do Guaporé – 5;Comodoro/Nambikuara – 4; Vilhena – 9,25, Novo Progresso/PA 4,5.f)Custos associados à manutenção da frota:Valor total gasto com combustíveis, lubrificantes, taxa de gerenciamento e tributos relacionados, na UPC em 2016 =R\$ 505.831,33. É importante ressaltar que o contrato de fornecimento de combustíveis automotores também abastece motores de popa, tratores, motosserras e roçadeiras. Valor total gasto com serviços de manutenção de veículos , incluso peças =R\$ 835.198,02.g)Plano de substituição da frota:Essa ação ficou prejudicada em razão da redução de gastos estabelecida no âmbito do governo federal, embora tenha esta UPC aberto procedimento licitatório para aquisição de veículos , na modalidade de registro de preços.h)Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação: No exercício de 2016 não houve orientações do órgão vinculador quanto ao apontamento de estudos que indiquem que é mais viável a locação do que a manutenção da frota atual para uso em estradas não pavimentadas, regiões alagadiças e com usos tão específicos tais como, transporte de cargas pesadas, tração de troncos em área de Pantanal/Cerrado/Amazônia, de difícil acesso. Ressalta-se, que caso houvesse a locação de veículos , estes transitariam por regiões de conflitos étnicos, agrários e área de fronteira o que promoveria um custo diferenciado no quesito “seguro veicular”.i)Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:Com a devida orientação da CGU, desde o ano de 2012, esta UPC instituiu um Manual de Fornecimento e Abastecimento da Frota. No qual, pode-se destacar alguns itens elencados no referido Manual, dentre eles: a necessidade de manter atualizado os registros de: custos de manutenção, consumo de combustível, marcações

de odômetro, percurso, horário e data, condutor, e destinação da viagem, por veículo. Gradualmente, desde 2012, as CTL's foram se adequando às normativas instituídas pelo manual. Insta destacar a manutenção por 11 meses da contratação da empresa TICKET SA, PE 03/2015, Contrato nº 190/2015, para prestação de serviços de gerenciamento e fornecimento de combustíveis e correlatos, dando prosseguimento às ações de controle efetivo, eficiente e econômico da frota veicular. Há que se falar, também, que desde 2015, esta UPC encerrou os contratos individuais de mecânica, passando a ter uma única empresa - TICKET SA, Contrato 41/2015, com a finalidade de gerenciar os serviços de manutenção veicular e aquisição de peças, auxiliando na obtenção de dados acerca da agregação dos custos totais de manutenção. Informa-se, ainda, que esta unidade executa as revisões mecânicas periódicas, recomendadas pelos fabricantes, que contribui para a prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

O desfazimento de bens inservíveis, cujos custos de manutenção ou recuperação são inviáveis não foi realizado no ano de 2016. Contudo, ressalta-se que comissão de inventário patrimonial encaminhou para sede em Brasília relação de veículos inservíveis cujo processo de baixa deve ser iniciado.

Gestão do patrimônio imobiliário da União

Conforme disposto no art. 82, do Regimento Interno da Funai, compete ao SEPAT/ Serviço de Patrimônio, subordinado à CCCOMP - Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio, da Diretoria de Administração e Gestão – órgão seccional da Funai/SEDE: “I - realizar procedimentos de classificação, registro, cadastramento e tombamento dos bens integrantes do ativo permanente; II - organizar e manter atualizado o cadastro de bens patrimoniais móveis e imóveis da Funai, inclusive daqueles oriundos da Renda do Patrimônio Indígena; III - orientar e acompanhar a legalização de bens imóveis, conforme as normas e procedimentos do sistema de patrimônio da União; IV - receber, conferir, aceitar, recusar, escriturar, patrimoniar bens móveis, controlar suas entradas e saídas, determinar níveis de reposição de acordo com o estado físico e cuidar da segurança e conservação daqueles sob sua responsabilidade; V - inventariar os bens patrimoniais e elaborar os relatórios mensais e anuais e os mapas de variação patrimonial, inclusive daqueles oriundos da Renda do Patrimônio Indígena, para fins de conformidade físico-contábil; VI - analisar e instruir processos de cessão e doação de bens patrimoniais; VII - instruir processos de alienação e de recebimento de bens patrimoniais móveis e imóveis, inclusive daqueles oriundos da Renda do Patrimônio Indígena; VIII - proceder à alienação dos bens destinados a desfazimento, conforme deliberação de comissão especial; IX -

receber, promover a recuperação e manter a guarda e o controle dos bens patrimoniais devolvidos em condições de uso, para distribuição e alienação; X - acompanhar o cumprimento de garantias e propor cobertura securitária dos bens patrimoniais e instruir os respectivos processos; XI - avaliar os bens permanentes com vistas à conservação, recuperação, incorporação, indenização, permuta, alienação, cessão, baixa, transferência ou remanejamento; XII - gerenciar o sistema de administração patrimonial; XIII - efetuar o registro de ocorrência de danos, extravios ou mudanças de localização física dos bens permanentes da Funai; XIV - apropriar as despesas e manter o controle físico e financeiro dos bens permanentes, elaborando relatório semestral; XV - autorizar a entrada e saída de bens permanentes da sede da Funai; e XVI - consolidar os inventários das unidades descentralizadas”. Destarte, mesmo que o controle sobre bens patrimoniais seja competência da Funai/Sede/Brasília, a CR Cuiabá mantém um controle interno, objetivando cumprir com as normas legais. Demonstração da situação dos imóveis da União

Todas as informações referentes à situação dos imóveis em uso, gozo ou fruição por esta Coordenação Regional e Coordenações Técnicas Locais jurisdicionadas constam de forma detalhada no Relatório de Gestão do exercício de 2015 e disponíveis no Sistema SPIUnet. O valor histórico do total dos imóveis encontra-se no montante de R\$ 6.505.274.814,92, cuja reavaliação data de abril de 2015, com exceção da Chácara Paraíso – Sesai (Rondonópolis-MT) e RIP nº 907700006-500-2, estes reavaliados em 2013, resultando na importância de R\$ 11.979.751.321,49. Informações sobre os imóveis locados de terceiros

No exercício de 2016, ocorreu apenas uma locação de imóvel, decorrente de contrato celebrado entre esta unidade e a Sra. Tereza Seike, com o intuito de abrigar as sedes das CTL de Tangará da Serra – MT, haja vista não haver disponibilidade de imóveis da União vagos para instalação das referidas Coordenações Técnicas Locais no município de Tangará da Serra, conforme informado pelo SPU/MT. O imóvel locado está situado em terreno com área de 1.011 m², com dimensões de 30 m X 33,70, localizado na Rua Dionísio Sobrinho, nº 70-W, Centro, município de Tangará da Serra-MT, de alvenaria com estrutura de concreto armado, padrão de acabamento normal, piso em cerâmica, forro de laje, cobertura em telha cerâmica sobre estrutura de madeira, janela tipo veneziana nos quartos e esquadrias metálicas com vidro transparente e liso nos demais cômodos. A edificação possui 16 cômodos, sendo: 04 banheiros, 07 dormitórios, 01 cozinha, 01 sala de estar, 01 área de serviço, 01 despensa e garagem coberta para 02 veículos ; há também uma edícula em alvenaria, com piso cerâmico, forro de PVC e cobertura de telha de fibrocimento. As edificações totalizam uma área total construída de 316,96 m², tendo a casa uma área de 284,72 m² e, a edícula uma área de 32,24 m². Informa-se a referida locação não originou outras despesas como: reformas, adequações etc. No final do exercício de 2016, a CTL de

Tangará da Serra foi transferida para sede própria de propriedade da Funai, encerrando-se o referido contrato de locação. Análise Crítica: a) Estrutura de controle e de gestão do patrimônio existente no âmbito da UJ: A Funai/CR Cuiabá visando manter uma gestão patrimonial dos Imóveis de Uso Especial e Imóveis Funcionais sob a responsabilidade desta UJ vem adotando medidas saneadoras junto à SPU - Secretaria do Patrimônio da União. Contudo, encontramos dificuldades devido a grande quantidade de imóveis a serem gerenciados. b) A qualidade e a completude dos registros das informações dos imóveis no SPIUnet – Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União – fica prejudicada devido à complexidade desse sistema. Não é viável comparar-nos com o nível de aperfeiçoamento dos técnicos da SPU - Secretaria do Patrimônio da União, haja vista que possuem capacitação específica para realização dos lançamentos dos registros no referido sistema. Em contrapartida, esta Funai não possui treinamento específico, somente é disponibilizado pela Funai/Sede senha para um servidor lotado nesta unidade realizar a atualização dos valores do imóvel no SPIUnet. c) Não há a ocorrência de atos de formalização de cessão para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade desta unidade. d) Qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis: haja vista que o SPIUnet é interligado com o SIAFI ao fazer lançamento de valores contábeis no SPIUnet automaticamente os valores quanto às despesas empregadas nos imóveis são registradas no SIAFI. Insta destacar, que não há na estrutura desta unidade setor específico com competência de manter arquivo de documentos, títulos, processos e escrituras relativos aos bens imóveis de propriedade desta Funai. Esclarecemos que há a necessidade de realizar o cadastro dos bens imóveis (benfeitorias) inseridos no interior das Terras Indígenas. Ressalta-se que o imóvel denominado Chácara Paraíso, localizado no município de Rondonópolis – MT, ainda consta sob a guarda da Funai, entretanto, esse bem foi há vários anos destinado ao uso da SESAI-DSEI. Informações sobre a infraestrutura física – Não recebemos informações a respeito da situação do imóvel Chácara Paraíso. Informações sobre imóveis locados de terceiros.

Gestão ambiental e sustentabilidade

Cumpramos informar, consoante ao art. 76, do Regimento Interno da Funai, que compete a CGRL - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, subordinada a Diretoria de Administração e Gestão (órgão seccional da Funai/SEDE), o planejamento, coordenação, orientação, acompanhamento e avaliação da execução das atividades relativas à administração de compras e manutenção de edifícios, transportes, telecomunicações e demais atividades auxiliares no âmbito da Funai. Destarte, temos a informar que não há normativos que coordenem as ações institucionais permanentes da Funai nas áreas social e ambiental. Nos termos de referência/projetos básicos para aquisição de bens, contratação de obras e serviços de engenharia

esta UPC vem exigindo das empresas Contratadas a elaboração de estratégias sustentáveis que deverão ser seguidos: os manuais e recomendações do Conselho Brasileiro de Construção Sustentável; a legislação específica vigente, em especial a Lei nº 12.305/2010 e a IN nº 01/2010 – SLTI/MPOG, bem como o Decreto nº 7.746/2012. Dentre os aspectos da gestão ambiental e licitações sustentáveis, esta Unidade vem separando os resíduos recicláveis descartados, bem como atendendo a sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme disposto no Decreto nº 5.940/2006. Ademais, as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada também observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012. Análise crítica:

Apesar das ações tímidas, esta unidade, ciente da premissa que a Administração Pública tem a responsabilidade de contribuir para o enfrentamento das questões ambientais, nas últimas aquisições de vêm contemplando exigências voltadas para economia de energia. Temos a destacar que algumas situações impedem a ampliação de práticas sustentáveis dentro da UPC, como: a) Os altos custos dos materiais recicláveis, se comparados aos comuns; b) pregões contendo materiais reciclados desertos; e c) especificamente quanto o papel reciclado, há frequentes problemas com as impressoras, uma vez que o mesmo danifica os cilindros e fusores dos equipamentos, ao deixar resíduos de papel no momento da impressão

Informa-se que alguns funcionários desta UPC reutilizam os papéis descartados como rascunhos. Quanto aos papéis que não foram descartados em lixos comuns são encaminhados à APAE para reciclagem. Contudo, não existe regularidade nessa ação.

Coordenação Regional do CR Interior Sul

Em cada exercício faz-se o Inventário Patrimonial da Sede e todas as Coordenações Técnicas Locais jurisdicionadas, ajustando a localização, bem como seu estado de conservação.

Gestão da frota de veículos

A frota de veículos é composta por 31 veículos em uso, dentre veículos de passeio e utilitários, lotados na Sede nas Coordenações Técnicas espalhadas no Estado de Santa Catarina e Paraná, sendo estes, todos de propriedade da Funai, não havendo nem um veículo locado. Todos os veículos são utilizados nas diversas áreas de atuação, não havendo grupos de veículos exclusivos para representação ou transporte Institucional. A idade média da frota aproximadamente 10 anos. A despesa média anual aproximada com combustíveis e manutenção de veículos é R\$ 490.000,00. Não existe plano de substituição da frota. A aquisição de veículos sempre foi a modalidade utilizada na Funai prática esta de muitas décadas, com locação em casos excepcionais, não sendo locado nos últimos anos. A gestão da frota faz-se com Contrato

com Empresa de Gerenciamento e Controle ONLINE, tornando eficiente e econômica o transporte.

Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

Os veículos inservíveis que não estão em uso, estão estacionados na Sede e nas Coordenações Técnicas Locais aguardando o desfazimento, conforme a Legislação em vigor

Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Informações sobre imóveis locados de terceiros

A CTL Chapecó está localizada à Rua Borges de Medeiros, 1452 E, Bairro Presidente Médici, Chapecó – SC, sem custos de aluguel. Está utilizando imóvel próprio da Funai.

A CTL Curitiba está localizada à Rua Desembargador Clotário Portugal nº 222, centro de Curitiba/PR, em imóvel locado, conforme contrato nº 192/2014, pelo valor mensal de R\$ 8.379,55, valor anual R\$ 100.554,60.

A CTL Londrina está localizada à Rua Gastão Madeira, nº 209, Bairro Jardim Dom Pedro, Londrina/PR, conforme contrato nº 016/2015, valor mensal R\$ 4.993,20, valor anual R\$ 59.918,40.

A CTL Guaíra está localizada à Avenida Joana Aldana Zeballos, nº 285, bairro jardim Zeballos cidade de Guaíra, conforme contrato nº 140/2012, valor mensal R\$ 1.177,94, valor anual R\$ 14.135,28.

A CTL Guarapuava está localizada à Rua Professor Becker, nº 2864, bairro Santa Cruz, Guarapuava-PR, conforme contrato nº 161/2015, valor mensal R\$ 1.496,11, valor anual R\$ 17.953,32.

A CTL Nova Laranjeiras está localizada à Rua Aldino Passarin, nº 1443, centro Nova Laranjeiras, conforme contrato nº 111/2013, valor mensal R\$ 1.032,65, valor anual R\$ 12.391,80.

A CTL São Jerônimo da Serra está localizada à rua José Batista Proença, nº 1229, centro de São Jerônimo da Serra, conforme contrato nº 121/2013, valor mensal R\$ 2.303,70, valor anula R\$ 27.644,40.

Despesas anual com alugueís da CR Interior Sul R\$ 232.597,80.

A CR não participa de Agenda Ambiental da Administração Pública, porém, faz-se a separação de lixo para reciclagem com sua destinação para a Cooperativa do Catadores. Também faz-se aquisição de papel reciclado não de forma contumaz.

Coordenação Regional do CR JI-PARANÁ (RO)

Gestão do patrimônio e infraestrutura

De um modo geral podemos afirmar que a infraestrutura da CR Ji-Paraná atende satisfatoriamente as demandas atuais da unidade. Tal assertiva pode ser comprovada através da análise dos três principais pontos relacionados ao tema, a saber: a) Frota de Veículos : A unidade possui uma frota própria de 49 veículos em uso pelos seus diversos setores a qual necessita apenas de renovação periódica com a aquisição de novas viaturas e recolhimento dos antigos em desuso. b) Imóveis: A CR JPR conta hoje com 02 imóveis locados de terceiros onde funcionam a sede da entidade no município de Ji-Paraná (RO) e a CTL de Porto Velho, sendo que ambas possuem instalações adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos. Também dispõe de um prédio próprio onde funcionam as duas CTLs de Ji-Paraná. Encontra-se ainda pendente de recebimento junto ao empreendedor responsável pelo asfaltamento da BR 429, um prédio já construído para abrigar a CTL no município de Alta Floresta D'Oeste (RO). c) Informática/mobiliários: Existem equipamentos em quantidade e qualidade suficientes.

Gestão da frota de veículos

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos : A Lei nº 9.327, de 09.12.1996, a Lei nº 1.081, de 13.04.1950; a IN 03/SLTI/MPOG, de 15.05.2008; e o Plano de Providências Permanente da Unidade Jurisdicionada firmado com a CGU/RO.

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC: A Coordenação Regional de Ji-Paraná (RO) possui jurisdição sob as terras indígenas Igarapé de Lourdes, Karitiana, Karipuna, Rio Branco, Uru Eu Wau Wau e Zoró. Essas terras estão no Estado de Rondônia e Mato Grosso, de modo que, na maioria das vezes, as atividades finalísticas do órgão se desenvolvem em regiões de difícil acesso, o que traz dificuldades para uma logística correta e eficiente, resultando num alto custo de manutenção dos veículos . Por se tratar de uma região onde a exploração de madeira, minérios, pecuária e pesca, possui grande importância para a economia local, as pressões externas constituem-se numa fonte de problemas constantes, principalmente na exploração de madeiras, necessitando de ações de monitoramento preventivo, fiscalização periódica e grandes operações nas TIs jurisdicionadas. Também merecem destaque o apoio aos deslocamentos dos indígenas nas ações de promoção social com objetivo de garantir

acessibilidade aos direitos sociais e previdenciários junto às instituições competentes, bem como as atividades ligadas à administração da unidade, etnodesenvolvimento das comunidades, educação e outras.

Quantidade de veículos em uso, discriminados por grupos: Conforme já mencionado anteriormente a unidade possui uma frota com 49 veículos em uso, sendo que 20 são de uso exclusivo das Frentes de Proteção Guaporé e Uru Eu Wau Wau e 07 são de uso exclusivo para a CTL de Porto Velho, sendo os demais 22 de uso geral da CR.

Idade média da frota, por grupo de veículos : Subgrupo de uso pelas FPEAs = 07 anos; Subgrupo de uso pela CTL PVH = 06 anos e Subgrupo de uso pela CR JPR = 07 anos.

Plano de substituição da frota: Não existe plano para substituição da frota ao nível da unidade. Tal plano é centralizado na Funai Sede que é responsável pela reposição adequada da frota de veículos para a instituição como um todo.

Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação: A opção por utilização de frota própria está em sintonia com a política da instituição em nível nacional, sendo que a unidade dispõe de uma frota considerável em uso atualmente, não sendo justificável, a princípio, a locação de veículos .

Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte: O setor de Transportes adota um registro de viaturas para acompanhamento do histórico individual dos veículos , através da utilização do Boletim Diário de Tráfego - BDT, no qual estão contidas as informações de identificação do veículo, condutor, data, local de partida e destino, hodômetro inicial e final, combustível utilizado, eficiência, bem como uma inspeção nos itens principais do veículo. Os BDTs são sistematizados em forma de relatório para subsidiar a melhoria na gestão da frota.

Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

Atualmente a unidade possui 19 veículos irrecuperáveis aguardando o processo de baixa ser formalizado, sendo que ainda não existe uma política em relação à destinação desses veículos inservíveis no âmbito da Coordenação Regional. Estamos buscando orientação junto a Sede em Brasília (DF) para futura resolução da questão.

Gestão do patrimônio imobiliário da União

Todas as terras indígenas jurisdicionadas à CR Ji-Paraná localizadas no Estado de Rondônia e Mato Grosso encontram-se reavaliadas junto a Secretaria do Patrimônio da União no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet e também o imóvel

localizado na Rua Rui Barbosa, s/n, setor 1, quadra 109, Porto Velho (RO), sendo que suas avaliações encontram-se válidas até 2017.

O imóvel situado na Rua Manoel Franco, nº 1.780, Bairro Nova Brasília, encontra-se com seu processo de doação em fase de tramitação junto a Prefeitura Municipal de Ji-Paraná (RO), sendo que a CR tem cobrado a conclusão do procedimento, conforme o Ofício nº 103/2015, de 17/08/2015, possibilitando, desta forma, sua respectiva inclusão no SPIUNET.

No exercício 2014, a Coordenação Regional de Ji-Paraná (RO) obteve por meio de doação junto à Prefeitura Municipal de Ji-Paraná (RO) um lote de terras urbanas, localizado na Av. Brasil, Chácara 02-A, Setor Nazaré, com área de 2.500m², conforme a Lei Municipal nº 2.669, de 20/06/2014 e o Decreto nº 3.211/GAB/PM/JP/2014, de 23/06/2014, para construção da futura sede deste órgão indigenista, o qual ainda não foi cadastrado no sistema SPIUNET.

Informações sobre imóveis locados de terceiros

A unidade dispõe de dois imóveis locados de terceiros, conforme segue: 1) Imóvel localizado na Avenida Maringá, esquina c/ Rua Mogno, nº 2268, Bairro Nova Brasília, Ji-Paraná (RO), contando c/ 600 M², 20 (vinte) salas, 08 (oito) banheiros, 01 (um) pátio de estacionamento para guarda de aproximadamente 20 (vinte) veículos, onde funciona a sede da CR JPR (Obs: valor do aluguel R\$ 8.175,00). 2) Imóvel localizado na Rua Gonçalves Dias nº 965, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, destinado ao funcionamento da Coordenação Técnica Local de Porto Velho/RO (Obs: valor do aluguel R\$ 7.000,00).

Gestão ambiental e sustentabilidade

Os editais para aquisição de bens e serviços contém diretrizes relacionadas a sustentabilidade ambiental praticada pelos participantes dos certames, bem como na composição de alguns materiais e uso de produtos adequados e biodegradáveis nos serviços contratados.

No ambiente interno, algumas iniciativas começaram a ser implantadas seguindo práticas relacionadas com a sustentabilidade a exemplo da aquisição de lixeiras para separação de resíduos visando a reciclagem de materiais como copos descartáveis e papeis, dentre outros

Coordenação Regional do Juruá

Gestão do patrimônio e infraestrutura

Esta Coordenação Regional do Juruá foi criada por meio do Decreto n. 7.778, de 27 de julho de 2012. Antes disso era apenas uma CTL da Coordenação Regional Alto Purus. Após o referido Decreto, esta Coordenação Regional recebeu todo o patrimônio das CTL's de

Cruzeiro do Sul, Tarauacá e Feijó, antes vinculadas a CR Alto Purus. Com a implantação do Sistema SIADS foi possível a movimentação de todos os bens patrimoniais entre as CR's, a depreciação e a confecção do documento de inventário patrimonial. Porém, vale destacar que temos pouco pessoal para realizar o trabalho de gestão patrimonial na CR Juruá, o que pode comprometer o serviço a medida que formos agregando patrimônio a esta CR.

Gestão da frota de veículos

A legislação pertinente é regulada pela Funai Sede em Brasília

A CR Juruá possui uma área de abrangência grande, onde existem Terras Indígenas e Coordenações Técnicas Locais que temos acesso por terra, que somam uma malha viária com cerca de 330KM de distância. Sendo, portanto vital para o bom andamento do serviço que tenhamos uma frota de veículos a disposição para realização de atividades.

Temos 3 (três) veículos do tipo caminhonete e 2 (dois) veículos do tipo motocicleta. Das três caminhonetes, duas estão em uso e uma está irrecuperável. As duas motos estão em uso, porém, em estado ruim.

As caminhonetes juntas percorrem cerca de 25.000KM; já as motocicletas juntas percorrem aproximadamente 2.000KM.

As três caminhonetes possuem uma idade média de quatro anos e meio; já as motocicletas possuem quinze anos.

Gasto com combustível com toda a frota da CR Juruá é de aproximadamente R\$ 12.000 (doze mil reais); manutenção em 2016 considerando colisões e revisões periódicas foi de aproximadamente R\$ 25.000 (vinte cinco mil reais).

O plano de substituição da frota consiste no leilão da caminhonete irrecuperável, e na aquisição de pelo menos mais um veículo tipo gol ou uno, bem como aquisição de um serviço de aluguel de veículos (diversos tipos) com franquias.

Estamos tentando realizar uma transição de veículos adquiridos para veículos alugados, pois quando comparamos observamos que a locação é mais econômica para a administração.

Possuímos uma prancheta de controle de entrada e saída de veículos e um servidor responsável pela gestão da manutenção dos veículos.

Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

Esta Coordenação Regional do Juruá possui apenas um veículo na condição de inservível. Esta administração está providenciando as medidas possíveis para realizar o leilão do veículo Mitsubishi, L200 Triton, Placa NXS-9032 que capotou e teve laudo de perca total. Até o momento o custo foi de IPVA, seguro obrigatório e gastos para transporte do mesmo do patio da FUNASA e Rio Branco-AC para o patio da Funai também em Rio Branco-AC.

Gestão do patrimônio imobiliário da União

A gestão é controlada pelo sistema SPIUnet na Funai Sede em Brasília.

A CR Juruá possui um imóvel na cidade de Cruzeiro do Su-AC, um na cidade de Tarauacá-AC e um na cidade de Feijó-AC.

Possuímos também terras indígenas cadastradas no SPIUnet.

Gestão ambiental e sustentabilidade

Esta Coordenação Regional do Juruá-AC adota critérios para garantir a sustentabilidade ambiental.

Conforme política adotada pela Funai Sede em Brasília.

Os municípios que abrangem a CR Juruá não possuem associações e Cooperativas de catadores.

Sim, pois as contratações estão de acordo com os documentos fornecidos pela AGU para licitações.

Conforme política adotada pela Funai Sede em Brasília.

Coordenação Regional do Litoral Sudeste

Gestão do patrimônio e infraestrutura

A CR possui, no geral e dentro dos limites possíveis, boa infraestrutura para a realização das atividades e desempenhar suas ações de modo a responder às necessidades da missão institucional, mantendo mínimas condições de trabalho aos servidores e atendimento ao público. Todas as CTLs estão instaladas, seja em imóveis locados, seja por cessão de imóveis de outros entes federados.

A CR-LISE dispõe de uma grande quantidade de bens patrimoniais antigos, desde mobiliários a itens tecnológicos obsoletos, além de muitos itens desaparecidos, sucateados e não localizados, a maioria originária dos antigos Postos Indígenas e aqueles destinados a uso em

terras indígenas. Há grande dificuldade burocrática interna no órgão para estabelecer comissão e realizar o desfazimento de bens, o que acaba perpetuando esta condição.

Apesar disso, a unidade tem empreendido esforços no sentido de realizar a baixa patrimonial destes bens, de maneira a aproveitar o período de reestruturação patrimonial pela qual o órgão vem passando, com a informatização da gestão por meio do sistema SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços), desenvolvido pela SERPRO para uso no Ministério da Fazenda, e que vem sendo adotado com sucesso por outros órgãos da Administração Federal, incluso a Funai.

Gestão da frota de veículos

A CR-LISE e suas 7 Coordenações Técnicas Locais subordinadas possuem sob sua jurisdição cerca de 70 aldeias, distribuídas de forma esparsa e pulverizada em uma vasta região que abrange os estados do Rio de Janeiro (área total 43 780,172 km²) e São Paulo, (área total 248 222,362 km²).

Neste contexto, a frota oficial em posse das unidades constitui em ferramenta essencial para o implemento e desenvolvimento das atividades precípuas do órgão nesta região, sendo utilizados tanto no transporte de servidores - e eventualmente indígenas - quanto de materiais, equipamentos e insumos entre as unidades, órgãos parceiros e aldeias, garantindo a realização dos projetos estratégicos da Funai junto as comunidades atendidas em seus mais diversos âmbitos (social, ambiental, territorial, cultural, dentre outros).

As atividades cotidianas, principalmente das CTLs, dependem muito da disponibilidade de veículos em condições de uso para sua execução, mas esta disponibilidade é afetada por diversos fatores, como a realização de manutenção preventiva/corretiva, a regularidade da documentação, pagamento do seguro obrigatório, regularidade patrimonial e disponibilidade de combustível.

Este amplo espectro de fatores demanda grande atenção e controle por parte dos gestores e dos poucos servidores que atuam na área administrativa, além do elevado custo decorrente da manutenção da frota. Ainda assim, considera-se preferível a aquisição de veículos em detrimento à locação, dada as peculiaridades inerentes às ações da Funai, que envolvem atendimento de urgência e fora do horário de expediente, como a mediação de conflitos, por exemplo, e condições de rodagem ruins (estradas não pavimentadas e bastante acidentadas de acesso aos aldeamentos) o que acelera o desgaste dos veículos e elevariam sobremaneira os custos de um eventual contrato de locação.

Em todo caso, a UJ celebrou em 2015 uma Ata de Registro de Preços (ARP) de locação de vans e micro-ônibus com motorista, que foi utilizada em todo o exercício de 2016 para realização de encontros e grandes reuniões promovidos pelo ou com participação do órgão. Esta ARP acabou por suprir uma lacuna deixada pela composição da atual frota, que conta apenas com veículos de passeio, utilitários e um caminhão pequeno de carroceria aberta, e não suprem as demandas desta UPC na sua totalidade.

A gestão de veículos vem sendo aperfeiçoada a cada exercício, melhorando o atendimento às demandas por manutenção, atualização documental e abastecimento da frota. Em 2015 houve atenção especial à regularização documental, quando foi verificado que havia grande passivo decorrente de falhas no controle interno de uso das viaturas, e pendências patrimoniais de exercícios anteriores. Em 2016 as atividades de regularização documental foram concluídas em sua quase totalidade, com licenciamento válido e infrações com autorias devidamente identificadas e responsabilizadas. Todos os procedimentos foram realizados com base em normativos internos da unidade: Portaria nº 07/Funai/CR-LIS-SP, publicada na Separata do Boletim de Serviço da Funai nº 12 de 24/12/2015, bem como legislação e demais normativos pertinentes, Portarias nº 1.055/PRES/Funai, de 28 de agosto de 2012 e nº 1099/PRES/Funai, de 17 de agosto de 2004, Instrução Normativa do Ministério da Administração e Reforma do Estado - MARE nº 09/1994, e resoluções do CONTRAN.

Após a regularização de documentos, o foco foi então concentrado no levantamento analítico do estado da frota, identificando a localização e estado atual de veículos cedidos e sucateados, obtendo informações sobre os veículos desaparecidos e liberação de veículos apreendidos, visando à recuperação ou desfazimento patrimonial dos mesmos.

A frota de propriedade da CR-LISE é regulada com base na Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008 (MP/SLTI), e conta atualmente com 49 veículos de serviços comuns. São 27 veículos de passeio (leves), 21 veículos utilitários e 01 caminhão, além de 07 veículos tratores agrícolas utilizados em projetos desenvolvidos nas comunidades assistidas.

Há 22 veículos em uso regular e os demais se subdividem em veículos que aguardam conclusão de procedimentos de desfazimento (por diversos motivos como anti-economicidade principalmente, e ociosidade, dada a idade da frota), veículos que aguardam manutenção corretiva e veículos pendentes de regularização documental.

Foram identificados cerca de sete veículos cedidos pela SESAI e dois veículos recebidos de doação pendentes de transferência junto ao órgão fiscalizador. Fora estes, existem cerca de 43 veículos antigos constantes de documentos e relatórios patrimoniais da unidade mas

de localização desconhecida (desaparecidos), para os quais está sendo levantada toda a informação possível, com vistas a procedimentos de sindicância, baixa patrimonial, dentre outros.

A frota em uso regular tem em média 10 anos de idade, média que sobe para 15 anos se considerada a totalidade da frota, que abrange veículos de 1983 a 2015. A renovação da frota de viaturas oficiais da CR-LISE se faz extremamente necessária, e embora seja uma meta sempre constante no planejamento da UJ, esta só será possível quando estiver prevista na programação orçamentária e financeira da Funai Sede, a cargo das Coordenações-Gerais, com a pactuação e repasse dos recursos (que nos últimos anos têm sido contingenciados no por meio de Decretos presidenciais).

A dificuldade na aquisição de novos veículos tem sido remediada ao longo dos últimos exercícios com o recebimento de veículos doados por parte de outros órgãos da Administração Pública, cujo inconveniente está no maior dispêndio com manutenção dos mesmos e reduzida vida útil. Em 2016 foram gastos R\$ 165.170,00 somente com o contrato de manutenção preventiva/corretiva e serviço de guincho para toda a frota em uso, sendo que não estão inclusos os gastos com a troca eventual de pneus, que totalizou R\$ 1.775,00 em despesas em 2016; a lavagem periódica dos veículos, que despendeu a monta de R\$ 2.100,00 no exercício; e seguro obrigatório, onde foram gastos R\$ 4.464,75 atendendo a toda frota, mesmo os inativos.

No que tange o abastecimento, a UJ conta com um sistema de gestão de abastecimento mediante cartões individualizados por veículo disponibilizado por empresa contratada mediante licitação, que apresenta todas as informações necessárias para o devido controle e monitoramento da utilização de combustível pelos servidores nas unidades subordinadas e na própria CR-LISE. São fixados limites mensais por veículos, baseados no montante orçamentário disponível para cobrir as despesas dessa natureza e no consumo habitual das unidades. O sistema tem sido uma eficiente ferramenta de controle, com identificação de padrões gerais de consumo e apontamento de eventuais anomalias. Também são utilizados formulários de requisição, controle e vistoria de viaturas, que contemplam os mecanismos de controle interno da unidade.

Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

Após diagnosticados os veículos inservíveis, a partir de critérios estabelecidos na Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP que trata sobre a

classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais, são realizados os procedimentos de doação a outros órgãos e entes federados, a iniciar pela devida publicidade da oferta. Aqueles que não puderem ser doados são submetidos aos procedimentos de alienação/baixa patrimonial, em conformidade com legislação pertinente. Em que pese essa legislação dar preferência ao sistema de leilão, que gera recursos extras para a Administração, a CR-LISE não possui em seu quadro de servidores um leiloeiro habilitado, e nem equipe e recursos necessários para a realização de leilões. Além disso, os veículos inservíveis da unidade são demasiados antigos e sucateados, o que acarretaria no desinteresse dos demais órgãos por inutilidade de rodagem.

Gestão do patrimônio imobiliário da União

A Coordenação Regional Litoral Sudeste possui em sua responsabilidade a gestão de 22 imóveis de propriedade da União, que correspondem às Terras Indígenas regularizadas (bens imóveis de uso especial da União) cadastradas no SPIUnet, dispostas geograficamente em 16 municípios dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Além destas, há um imóvel localizado no município de Bauru/SP cedido pela Superintendência de Patrimônio da União para funcionamento do escritório da Coordenação Técnica Local Bauru que não se encontra registrado no sistema do SPU, embora já tenhamos oficiado o órgão cedente.

Maiores informações acerca das TIs estão a cargo da Coordenação-Geral de Assuntos Fundiários – CGAF e Coordenação-Geral de Identificação e Delimitação – CGID, ambas vinculadas à Diretoria de Proteção Territorial – DPT/Funai Sede (UG 194151), uma vez que os cadastros são realizados por aquela unidade, cabendo a esta UJ as reavaliações periódicas no SPIUnet, bem como acompanhamento e compatibilização no SIAFI dos valores atualizados. Acerca dos bens imóveis locados de terceiros para utilização pela UPC, há somente três unidades locadas: para o funcionamento da Coordenação Regional em Itanhaém/SP, da CTL Registro e CTL Miracatu, nestas respectivas cidades, sendo que já se encontram devidamente cadastrados e atualizados quanto aos seus valores no SPIUnet.

Por meio do Memorando-Circular nº 08/GAB/CORLIS/2015, de 07/01/2015, foram estabelecidos os procedimentos de registro e reavaliação de bens imóveis sob responsabilidade desta UJ, de maneira que, à exceção das Terras Indígenas que possuem outro rito processual, deve ser observado o procedimento para fins de manutenção das informações de maneira tempestiva e fidedigna no SPIUnet.

Informações sobre imóveis locados de terceiros

Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros:

Quadro 86 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locado de terceiros

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros da UJ	
		Exercício 2016	Exercício 2015
BRASIL	UF: São Paulo	3	3
	Itanhaém	1	1
	Registro	1	1
	Miracatu	1	1
Subtotal Brasil		3	3
Total (Brasil + Exterior)		3	3
Fonte: SEAD			

Acerca dos bens imóveis locados de terceiros para utilização pela UPC, há somente três unidades locadas para: funcionamento da Coordenação Regional Litoral Sudeste em Itanhaém/SP, da CTL Registro e CTL Miracatu, nestas respectivas cidades, sendo que já se encontram devidamente cadastrados e atualizados quanto aos seus valores no SPIUnet.

Por meio do Memorando-Circular nº 08/GAB/CORLIS/2015, de 07/01/2015, foram estabelecidos os procedimentos de registro e reavaliação de bens imóveis sob responsabilidade desta UJ, de maneira que, à exceção das Terras Indígenas (que tem sido reavaliadas pela CGAF/DPT), deve ser observado o procedimento para fins de manutenção das informações de maneira tempestiva e fidedigna no SPIUnet.

Em relação aos custos tidos com imóveis locados de terceiros e cedido pela SPU para funcionamento das CTLs, foram realizadas despesas com manutenção e adequação das sedes, como a instalação de aparelhos de ar condicionado (CTL Itanhaém), ampliação de divisórias e forros (CR-LISE), pintura e reparo de fachada e telhados (CTL Paraty – cedida e CTL Bauru) e serviços elétricos e hidráulicos (CTL Bauru e CR-LISE). Todas estas despesas foram enquadradas no inciso II do artigo 24 da Lei 8666/93, isto é, despesas de pequena monta. Estes reparos, decorrentes do tempo e do uso do imóvel locado/cedido, configura-se, nos termos contratuais, como despesas de responsabilidade da locatária.

Desde o início da vigência contratual da locação da sede da CR Litoral Sudeste, no segundo semestre de 2013, algumas reformas e adaptações no prédio se mostraram necessárias, parte das quais foram cobertas pelo proprietário, por se tratar de questões de infraestrutura do imóvel e não de uso, como instalação de grades em janelas, dreno para escoamento de água fluvial, reparo de infiltrações e rachaduras e dedetização. Em contrapartida,

a Administração arcou com custos de desentupimento de tubulações, reparos na rede elétrica devido à oxidação acelerada por ação da maritimidade, reparo na rede hidráulica devido a vazamentos por falha de vedação e boias de tanque desgastadas.

Além das despesas com manutenção e adequação predial, houve as próprias despesas de locação, a seguir apresentadas:

CR (Itanhaém) – R\$ 10.960,00/mês, repactuação após julho para R\$ 12.285,06/mês mais IPTU R\$ 11.323,91/ano;

CTL Registro – R\$ 1.202,03/mês, repactuação em curso, com IPTU incluso;

CTL (Miracatu) – R\$ 1.490,49/mês, repactuação em curso, mais IPTU R\$ 484,38/ano.

Quanto às 05 CTLs restantes, as unidades seguem operando em imóveis cedidos por outros órgãos governamentais das esferas municipal, estadual e federal (Itanhaém, São Paulo e Bauru), empresas públicas (Paraty) e OSCIPs (Sociedade Amigos dos Servidores Municipais de Tupã/SP), dispensando a necessidade de celebrar contratos de locação ou aquisição de imóveis nestes municípios.

De uma maneira geral, considera-se que os custos com imóveis (locação e manutenção) são relativamente baixos, considerando um total de 8 unidades (CR-LISE e 07 CTLs), e que somente 3 apresentam despesas com locação de imóvel (as demais são cedidas), sendo praticamente todas localizadas no Estado de São Paulo, onde os custos com imóveis são altos em relação aos outros Estados.

Gestão ambiental e sustentabilidade

A CR Litoral Sudeste promove a separação dos resíduos entre orgânicos e recicláveis (e suas categorizações) e destina os materiais à coleta seletiva da Prefeitura Municipal de Itanhaém uma vez por semana, que faz o encaminhamento às cooperativas de reciclagem conveniadas com o ente municipal.

Com a finalidade de monitorar o consumo de água e luz nas unidades, e propor medidas de economia e uso racional destes recursos, é realizado o acompanhamento mensal com lançamento dos dados de consumo no Sistema Esplanada Sustentável (SisPES), direcionado ao gerenciamento de despesas administrativas dos Órgãos Públicos Federais.

As aquisições e contratações da UPC procuram seguir alguns parâmetros de sustentabilidade ambiental, na medida em que se mantenham os critérios de competitividade do

certame, já que nas localidades onde são realizadas as compras não se evidencia uma grande oferta de empresas que atuem com os parâmetros elencados no Decreto nº 5.940/2006. De qualquer forma, a unidade busca dentro do possível seguir às diretrizes do Decreto nº 7.746/2012 e enquadrar as licitações dentro dos dispositivos de promoção à sustentabilidade expostos na Instrução Normativa IBAMA nº 31/2009 e demais normativas pertinentes, especialmente nas aquisições de produtos industrializados oriundos de indústrias potencialmente poluidoras e de materiais de origem orgânica dos quais se exige a devida certificação, incluso aqueles bens a serem utilizados/destinados às comunidades indígenas, como adubos, pontaletes de madeira e insumos agrícolas diversos.

A CR Litoral Sudeste não participa da Agenda Ambienta da Administração Pública (A3P), e tampouco possui plano de gestão de logística sustentável (PLS), tratada no artigo 16 do Decreto 7.746/2012.

Cabe ressaltar que o porte das aquisições e contratações da UPC não raramente é de baixa monta, dificultando a negociação por preços mais vantajosos com parâmetros de sustentabilidade, tendo em vista o significativo aumento nos custos de produtos e serviços que considerem estes parâmetros em comparação à concorrência convencional.

Coordenação Regional de Minas Gerais e Espírito Santo

Gestão do patrimônio e infraestrutura

A Coordenação Regional realiza a gestão de bens patrimoniais, conforme legislação vigente. Todas as novas aquisições de bens permanentes são patrimoniadas por meio de lançamento no SIADS - Sistema Integrado de Administração de Serviços. mensalmente é realizada a depreciação dos bens no SIADS e gerado o Relatório Movimentação de Bens - RMB. Anualmente é constituída uma Comissão para realizar o levantamento de todos os bens patrimoniais da CR-MGES, com objetivo de elaborar do Inventário Patrimonial.

Gestão da frota de veículos

A Unidade Gestora 194019 - CR-MGES, optou pela gestão de frotas por meio da contratação dos serviços de empresa especializada, por meio sistema de gerenciamento de frotas para manutenção preventiva/corretiva e abastecimento dos veículos oficiais, uma vez que o serviço configura-se mais vantajoso para Administração devido aos seguintes fatores: abrangência nacional, garantindo maior número de estabelecimentos cadastrados; otimização do suporte aos servidores que estiverem em viagens a serviço; facilidade no acesso às informações, uma vez que todo abastecimento e etapas dos serviços de manutenções são automaticamente

lançados no sistema; possibilidade de análise de custos com base no cruzamento de informações registradas no sistema.

A frota de veículos é composta por 17 veículos leves, 02 veículos pesados e 06 tratores. A idade média aproximada dos veículos leves e pesados é de 9,4 anos, sendo que a quilometragem total rodada é de 7.566.895 km. Os custos com a frota de veículos no exercício de 2016 foi de R\$ 207.426,32 com manutenção e de R\$ 96.371,18 com abastecimento.

As condições atuais da frota de veículos oficiais da CR-MGES e as dificuldades para realização de manutenções preventivas/corretivas, devido ao contingenciamento de recursos, que também dificulta a aquisição de novos veículos, foram algumas das razões para a abertura de processo, ainda em andamento, para contratação de empresa especializada na locação de veículos leves.

Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

Anualmente é realizado o levantamento dos bens patrimoniais para elaboração do inventário, caso haja algum veículo classificado como inservível, a Comissão de Inventário Patrimonial fará avaliação do estado do bem, para subclassificá-lo como antieconômico, recuperável ou irrecuperável. Para baixa patrimonial é necessária instauração de comissão com tal finalidade. No decorrer do exercício caso algum veículo necessite de manutenção corretiva, com valor mais elevado, a equipe responsável pela Gestão de Frotas avalia sua viabilidade, considerando o valor de mercado do veículo, com base na tabela Fipe. Devido ao número reduzido da frota de veículos, estes apenas ficam ociosos quando não há descentralização de recursos para recuperação.

Gestão do patrimônio imobiliário da União

Os bens imóveis da Funai sob responsabilidade da Coordenação Regional de Minas Gerais e Espírito Santo estão registrados no Spiunet e são referentes às Terras Indígenas, sendo um total de 13 (treze) T.I's. Não há imóveis comerciais próprios sob responsabilidade da CR-MGES.

Informações sobre imóveis locados de terceiros

Com exceção de um escritório regional, situado em Aracruz/ES (imóvel da União) e do escritório regional em São João das Missões/MG (sala cedida momentaneamente pela SESA) todos os demais escritórios são locados. Sendo assim, sempre há o risco de requisição do imóvel pelo proprietário, além de dificuldades para encontrar imóveis adequados para todas as necessidades da Administração Pública, principalmente em cidades menores.

Atualmente, o menor valor de locação refere-se ao contrato para funcionamento da CTL Resplendor/MG, no valor de R\$ 482,08 e o maior valor refere-se ao imóvel para instalação da sede Coordenação Regional em Governador Valadares/MG, com valor mensal de R\$ 9.999,00. As locações regem-se pela legislação vigente de inquilinato.

Gestão ambiental e sustentabilidade

A unidade não possui plano de gestão de logística sustentável, porém no ano de 2016 foram feitas ações de conscientização dos servidores das CRs e CTLs, visando a maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia. Existe ainda o reaproveitamento de água dos condicionadores de ar para limpeza de pisos e regagem de plantas. Além disso, é realizada a separação dos resíduos recicláveis e destinado à associação de catadores do município de Governador Valadares. Foram adquiridos copos plásticos para uso interno na unidade, evitando a distribuição e o uso de descartáveis. Os papéis brancos A4 foram substituídos por papéis reciclados. A regional tem desenvolvido ações relacionadas ao tema de forma gradual, sendo necessário mais atuação na área de forma mais ampla e melhor planejada.

Gestão do Patrimônio e Infraestrutura - Coordenação Regional de CR NORDESTE I

Gestão do patrimônio e infraestrutura

A CR Nordeste I funciona em prédio próprio, pertencente à União. Possui 10 (dez) CTLs circunscritas, sendo que apenas a CTL Recife possui prédio próprio. As CTLs Ibimirim/PE e Porto Real do Colégio/AL funcionam em prédios dentro das áreas indígenas (antigos prédios dos postos indígenas). As demais CTLs não possuem estrutura para funcionamento.

Gestão da frota de veículos

A CR Nordeste I dispõe de 23 (vinte e três) veículos de serviços comuns. Destes, nove foram cedidos pela ANAC e dois pelo MAPA. Quatro veículos foram envolvidos em sinistros e tornaram-se irrecuperáveis. Oito veículos encontram-se sem uso e, somados aos veículos envolvidos em sinistros, aguardam o processo de alienação.

Média anual de 18.000 km rodados por veículo;

Idade média da frota: 11,3 anos;

Por se tratar de veículos com alta utilização ao longo dos anos, o consumo de combustível é elevado. No exercício 2016 os custos com manutenção e abastecimento dos veículos atingiram os valores de R\$ 55.809,74 e R\$ 116.789,20, respectivamente.

O planejamento para 2017 envolve a aquisição de motocicletas que deverão substituir parte da sucateada frota atual. Para a Sede da CR Nordeste I, a locação de veículos por demanda demonstra ser a opção mais vantajosa. Dois terços da frota apresenta dez anos ou mais de utilização. Além disso, as Coordenações Técnicas Locais atuam diretamente nas áreas indígenas, onde o terreno é bastante acidentado e sem cobertura asfáltica, o que contribui para o aumento dos custos com manutenção.

Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

Nos termos do Parágrafo único do Art. 3º do Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990, um bem só é recuperável quando sua recuperação for possível e orçar, no âmbito, a cinquenta por cento de seu valor de mercado. Diante disso, a CR Nordeste I planeja abrir processo de alienação dos veículos inservíveis (ociosos, irrecuperáveis e antieconômicos). Para que tal processo de alienação tenha prosseguimento, é necessário que o órgão correcional finalize os processos apurativos dos veículos sinistrados.

Gestão do patrimônio imobiliário da União

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.

Localização Geográfica Quantidade de Imóveis De Propriedade Da União De Responsabilidade Da Uj

EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
ALAGOAS 14 imóveis	
Água Branca 01	
Campo Grande 02	
Joaquim Gomes 01	
Porto Real do Colegio 01	
São Brás 01	
São Sebastião 06	
Traipu 01	
Maceió 01	

PERNAMBUCO Σ 07

Buíque 01

Floresta 01

Ibimirim 01

Inajá 01

Pesqueira 02

Recife 01

SERGIPE 01

Porto da Folha 01

Total: 22

Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional. Não houve gastos com manutenção. O valor dos imóveis permanece o mesmo do exercício anterior.

Gestão ambiental e sustentabilidade

As contratações realizadas pela unidade observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 sempre que possível.

Gestão do Patrimônio e Infraestrutura - Coordenação Regional de CR Nordeste II

Gestão do patrimônio e infraestrutura

A CR enfrenta dificuldades para atender as demandas do patrimônio devido ao número reduzido de servidores, porém foi criado no âmbito da CR um controle online, através de planilha acessível aos servidores interessados, na qual constam os bens patrimoniados da Unidade tanto da CR quanto das Coordenações Técnicas Locais. Nesta planilha há fotos e identificação de cada um dos itens que foi possível identificar até o presente momento. A pasta com a planilha se encontra hospedada no seguinte link: <https://funainordeste2.wordpress.com>.

Toda mudança de sede ou de responsabilidade de bem patrimonial entre Coordenação Regional e Coordenações Técnicas Locais é registrada por Guia de Remessa. As Guias de Remessas são arquivadas em pasta específica para esta finalidade, em caso de necessidade de busca e verificação. Com a mudança de UORG de determinado bem, na medida do possível, a CR tem buscado efetuar a transferência de responsabilidade no SIADS.

O lançamento dos itens no Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS está sendo efetuado aos poucos, tendo em vista a enorme quantidade de itens ainda não listados. A CR possui gerência de bens patrimoniais dispersos em quatro Estados: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, nos quais há, regimentalmente, 7 (sete) Coordenações Técnicas Locais. A catalogação e inserção de todos os itens no SIADS, devidamente fotografados na planilha supramencionada tem sido um grande desafio, levando-se em consideração o baixo número de servidores ativos na unidade.

Na falta de software adequado, a Coordenação Regional tem lançado mão de ferramentas livres como "Gmail" e "Wordpress" que nos tem sido de grande utilidade nas atividades corriqueiras.

É importante destacar que boa parte do mobiliário da CR tais como cadeiras, mesas, armários, dentre outros, estão relativamente deteriorados, necessitando serem substituídos por material novo.

Para o exercício 2017, há o desejo de que sejam adquiridos novos mobiliários para gerar melhores condições de trabalho aos servidores e atendimento satisfatório aos povos indígenas."

Gestão da frota de veículos

A gestão da frota de veículos é efetuada através de planilha online disponível aos servidores interessados no sítio internet: <https://funainordeste2.wordpress.com>.

A CR possui o Contrato nº 022/2013 decorrente do Pregão Eletrônico nº 019/2012. O contrato prevê o abastecimento, lavagem e manutenção de veículos pelo sistema da Ticket Car, no sítio internet: <https://www4.ticketcar.com.br/Login.aspx?IsPoup=true&login=113008> , mediante utilização de login e senha destinada ao pessoal que o opera, neste caso os servidores Sérgio Paulo Azevedo dos Santos, Matrícula: 1923734, e o servidor Bruno Freitas Rocha, Matrícula: 1815256.

O sistema permite efetuar o controle de abastecimento dos veículos cadastrados, os serviços de manutenção efetuados em cada um dos veículos com valor das peças e mão de obra.

A quilometragem dos veículos é sempre verificada pelos vigilantes a cada saída e chegada dos veículos na sede da Coordenação Regional. Nas Coordenações Técnicas Locais, os servidores efetuam o controle a cada saída e chegada dos veículos .

A Coordenação Regional juntamente com as Coordenações Técnicas Locais conta com cerca de 29 veículos , contando 3 (três) deles pertencentes à Renda Indígena Pitaguary, a qual esta Unidade tem a gerência. Destes 29 veículos , somente 13 (treze) estão em funcionamento, o restante está inservível.

A média de tempo de uso dos veículos que estão em funcionamento é de 7,8 anos. A média anual de quilômetros rodados destes é de 14.631 (quatorze mil seiscentos e trinta e um) quilômetros.

A manutenção de veículos em 2016 ficou se elevou a cerca de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) por veículo. É importante frisar que a manutenção dos tratores é demasiadamente onerosa, além do que é necessário o deslocamento dos tratores até o Estado de Pernambuco para manutenção, uma vez que não há autorizada nem oficina que garanta efetuar os serviços no Estado do Ceará.

Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

Em 2015, foi publicado o Manual de Desfazimento de Bens da Funai que consta como ANEXO da Portaria nº 89/DAGES, de 10 de julho de 2015. Em 2016, com a chegada do servidor Sérgio Paulo Azevedo dos Santos, Matrícula: 1923734, o qual foi designado para atuar, dentre outras áreas, com o patrimônio desta CR, foi iniciado diagnóstico dos bens dispostos pela CR e CTLs. Assim, ficou evidenciada a necessidade de alienação de desfazimento de vários bens. Com falta de recurso devido aos grandes cortes orçamentários sofridos pela Funai, principalmente no âmbito da Diretoria de Administração e Gestão (DAGES), não foi possível concluir o desfazimento em 2016.

Para o ano de 2017, está incluído no planejamento desta CR o desfazimento de considerados mais críticos que se necessita dar baixa e dentre estes, há vários veículos considerados inservíveis ou fora de uso. Para o restante dos bens, planeja-se uma outra Comissão que se planeja constituir ainda no exercício de 2017 para desfazimento e alienação, através de Leilão.

Gestão do patrimônio imobiliário da União

Os imóveis sob responsabilidade da Funai, no âmbito da Coordenação Regional Nordeste II são:

RIP: 215900046.500-0. Terra Indígena Jacaré de São Domingos. Município: Rio Tinto/PB;

RIP: 215900045.500-5. Terra Indígena Potiguara. Município: Rio Tinto/PB;

RIP: 192900004.500-5. Terra Indígena Potiguara. Município: Baía da Traição/PB;

RIP: 159500001.500-1. Terra Indígena Córrego João Pereira. Município: Itarema/CE;

RIP: 130300017.500-4. Terra Indígena Córrego João Pereira. Município: Acaraú/CE.

Junto ao RIP 192900004.500-5, em Baía da Traição/PB, há um imóvel construído no qual funcionava a Coordenação Técnica Local em Baía da Traição/PB. Entretanto pela estrutura antiga e com a impossibilidade de reforma, o imóvel está fechado, atualmente, e a sede da Coordenação Técnica Local teve que passar para um imóvel alugado, visando não garantir a salubridade e integridade física dos servidores. Foi efetuado levantamento orçamentário para realizar a restauração do imóvel, entretanto não foram liberados recursos nos exercícios de 2015, nem em 2016.

A Coordenação Técnica Local em João Pessoa/PB funciona em prédio cedido pela SPU/PB por período de 10 (dez) anos, conforme Portaria nº 01, de 03 de fevereiro de 2015 referente ao processo nº 04931.000392/2013-80, publicada no Diário Oficial da União em 19 de fevereiro de 2015.

Informações sobre imóveis locados de terceiros

A Coordenação Regional possui os seguintes contratos de locação com terceiros:

Contrato nº 195/2014 - locação de imóvel para funcionamento da Coordenação Regional Nordeste II, em Fortaleza/CE;

Contrato nº 178/2012 - locação de imóvel para funcionamento da Coordenação Técnica Local em Natal/RN;

Contrato nº 121/1014 - locação de imóvel para funcionamento da Coordenação Técnica Local em Itarema/CE;

Contrato nº 014/2016 - locação de imóvel para funcionamento da Coordenação Técnica Local em Baía da Traição/PB.

O prédio atual onde funciona a Coordenação Regional Nordeste II, em Fortaleza/CE, não é totalmente adequado para seu funcionamento. Em 2016, o imóvel passou por uma manutenção na parte elétrica e troca de telhas e inclusão de manta impermeabilizante com um custo de mais de R\$ 6.000,00 (seis mil reais). O prédio necessita de outras reformas tais como manutenção das paredes (reparar fissuras e rachaduras), pintura, conserto do portão eletrônico, adaptação de todas as salas e corredores para acessibilidade à pessoas com mobilidade reduzida.

Em relação à CTL de Natal/RN, há uma negociação com a SPU/RN para mudança da sede no exercício 2017. No novo prédio que será partilhado com outros órgãos públicos, as

salas que serão disponibilizadas são no térreo e permitem o acesso à pessoas com mobilidade reduzida.

Em relação à CTL Itarema/CE, há a possibilidade de locação de imóvel com valor menor. O imóvel não possui acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida.

Conforme consulta recente através do sistema SISREI da SPU, não há disponibilidade de prédios públicos para funcionamento da Funai em: 1) Piripiri/PI; 2) Itarema/CE; 3) Crateús/CE; 4) Caucaia/CE; 5) Fortaleza/CE.

Em Baía da Traição/PB a Funai possui imóvel próprio dentro da Terra Indígena Potiguara, porém em estado insalubre e inadequado para funcionamento. Assim, foi locado imóvel, através do Contrato nº 014/2016, enquanto se aguarda a disponibilidade orçamentária para reforma do antigo imóvel. Um levantamento foi efetuado em 2015 pelo engenheiro Petrônio lotado na CTL de João Pessoa/PB, entretanto a CR não foi contemplada com recursos orçamentário para a reforma nem em 2015, nem em 2016.

Gestão ambiental e sustentabilidade

Em todas as aquisições/contratações efetuadas por esta CR, na modalidade Pregão Eletrônico, adota-se item no Edital sobre critérios de sustentabilidade ambiental, conforme a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2.

A CR Nordeste II prevê finalizar o processo de desfazimento de bens, incluindo a doação/desfazimento dos cartuchos/toners de forma a não agredir o Meio Ambiente.

Ademais, está estabelecido para o ano de 2017 que a CR irá efetuar a triagem de materiais recicláveis em parceria com entidades locais tais como a Associação de Catadores de materiais recicláveis e ECOELCE. A ECOELCE tem uma política de conceder redução de tarifa para organizações que efetuem a coleta seletiva, o que poderá beneficiar a CR com diminuição de gastos com energia elétrica.

Coordenação Regional de CR de Passo Fundo/RS

Gestão do patrimônio e infraestrutura

A estrutura de pessoal que administra o patrimônio da Coordenação Regional de Passo Fundo/RS e de suas 07 (sete) Coordenações Técnicas Locais (CTLS) subordinadas é composta de apenas 01 (um) servidor, o que entendemos ser insuficiente para o correto desenvolvimento das necessidades institucionais.

O controle de patrimônio desta CR é feito através de sistema de informática desenvolvido para tal finalidade, bem como pelos sistemas SIADS e SIAFI. Não houve movimentações de ativos e passivos decorrentes da reestruturação do órgão no exercício de 2016.

Gestão da frota de veículos

a) A frota veicular desta CR é regulamentada por meio da Instrução Normativa nº 03 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação/SLTI-MPOG de 15 de maio de 2008, sendo que a utilização e o controle da movimentação das viaturas oficiais são realizados por meio de ordem de serviço e do preenchimento de mapa de controle e utilização de veículos, informando o trajeto e os serviços a serem realizados pelos usuários. b) A importância e o impacto se dão em razão das atividades desenvolvidas pela Funai, no tocante a serviços externos realizados diariamente, tais como deslocamentos a aldeias, transporte de indígenas em articulação social, transporte de indígenas em busca de benefícios sociais, participação em reuniões, convocações, apresentação de indígenas na Polícia Federal, participação em eventos, entrega de documentos, os quais não podem ser realizados sem a utilização de viaturas. c) classificamos os veículos como de transporte institucional. d) em média os 21 veículos desta CR percorrem 12.000 km/ano. e) a idade média dos veículos é de 07 anos. f) despesas referentes ao ano de 2016 fonte SIAFI: combustível R\$ 138.776,86; Mão-de-obra R\$ 30.361,56; Peças R\$ 59.495,59 e Seguro obrigatório R\$ 3.955,48. g) Com relação ao plano de substituição de frota, quando necessário é elaborado o Plano anual de aquisição de Veículos – PAAV, sendo realizado conforme previsão na IN 03/2008. h) A escolha pela aquisição há época se deu em razão de que até o momento esta CR não dispõe de dados e nem de pessoal suficiente para a elaboração de um estudo comparativo entre a vantajosidade da aquisição em prol da locação de veículos. Não temos informação de que haja qualquer tipo de estudo comparativo, mesmo no âmbito da Funai a nível nacional a respeito deste quesito, razão pela qual quando vislumbra-se a hipótese de renovação da frota, já se pensa logo em aquisição como primeira e única alternativa viável. i) Quanto às estruturas de controle podemos esclarecer que a gestão dos abastecimentos é controlada por sistema informatizado via cartão magnético e por sistema via web através do site da operadora-fornecedora do combustível, sendo que para cada veículo oficial é destinada uma cota mensal de combustível, após a prestação de contas e da apresentação dos cupons fiscais abastecidos do mês anterior, sendo os controles e sua operacionalização realizados pelo Setor NULOG da CR. Que a gestão da manutenção da frota segue de maneira similar aos abastecimentos, sendo realizado o controle e a autorização das manutenções das viaturas através de sistema informatizado pelo site da operadora-fornecedora dos serviços de manutenção,

conforme demanda de cada viatura e de acordo com os repasses de créditos recebidos para tal finalidade.

Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

No ano de 2016 foi realizado um leilão para o desfazimento de viaturas inservíveis, tendo sido arrematadas por particulares 07 (sete) viaturas oficiais naquela ocasião. Não houve despesas para a Funai pela realização do leilão, sendo os custos do leiloeiro suportados pelos arrematantes dos bens. Atualmente, ainda existem 09 (nove) veículos (sucatas) inservíveis no âmbito desta CR. No momento, esta constituída a Comissão nº 72/DAGES de 15 de junho de 2015, designada para o desfazimento dos bens, sendo utilizados os parâmetros previstos no Decreto nº 99.658/90 que regulamenta no âmbito da Administração Pública Federal o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material, estando previsto a repetição do leilão para o desfazimento das viaturas no ano de 2017, conforme consta no Processo administrativo nº 08773.000.063/2015-31.

Gestão do patrimônio imobiliário da União

A estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada é realizado pelo Setor denominado de Núcleo Logístico, ou simplesmente NULOG, o qual encarrega-se de toda a parte atinente a movimentação de material permanente, patrimônio, almoxarifado, viaturas e serviços gerais, incumbindo as incorporações, baixas, alienações e tarefas correlatas ao controle e a gestão do patrimônio no âmbito da Coordenação Regional. b) A distribuição geográfica dos imóveis da União sob responsabilidade da UG, no caso somente Terras Indígenas, totalizando 16 (dezesesseis) Terras é o seguinte: Benjamim Constant do Sul/RS (01), Muliterno/RS (01), Gramado dos Loureiros/RS (01), Trindade do Sul/RS (01), Erebangó/RS (01), Cacique Doble/RS (01), Ibiraiaras/RS (01), Iraí/RS (01), Liberato Salzano/RS (01), Nonoai/RS (01), Planalto/RS (01), Santo Augusto/RS (01), São Valentin/RS (01), Tapejara/RS (02) e Tenente Portela/RS (01). c) constam basicamente os registros de “Terras Indígenas” que são bens da União sob responsabilidade da UG, constando o nº do RIP, o regime (22), o estado de conservação (4), um valor histórico, a data de avaliação e o valor reavaliado de cada registro. Todas as Terras Indígenas estão cadastradas no SPIUnet. d) não há ocorrência de formalização de cessão para terceiros de imóveis da União de responsabilidade da unidade ou de parte para terceiros. e) não há registros de despesas com a manutenção dos imóveis da União sob responsabilidade da UG no exercício de 2016, até porque como já falado anteriormente se tratam de Terras Indígenas apenas. f) os riscos relacionados com a gestão dos imóveis estão principalmente ligados a precária e extremamente deficitária

estrutura de pessoal do órgão indigenista oficial, ou seja, a precária estrutura de operadores, onde pouquíssimas pessoas demandam muitas atividades rotineiramente, concorrendo para que estas pessoas cometam com uma maior facilidade falhas e/ou erros. Da mesma forma, deveríamos pensar em quanto instituição em substituir e/ou treinar mais pessoas nas tarefas tendo em vista que grande número estão em via de aposentar-se ainda este ano de 2017 e em tese sem serem substituídas por nenhum outro profissional para continuar a desenvolver as atividades dos Setores, a exemplo do próprio NULOG onde o servidor deverá se aposentar no primeiro semestre de 2017, sem que tenhamos outra pessoa para substituí-lo em suas atividades.

Informações sobre imóveis locados de terceiros

A Coordenação localiza imóveis de terceiros, tendo em vista a necessidade de funcionamento de suas unidades descentralizadas (CTLS) e de sua própria Sede. Este fato deve-se prioritariamente a situação de não haver imóveis da União disponíveis nas localidades de instalação das Coordenações Técnicas Locais (CTLS) e de sua Sede. Segue abaixo, informações com as localidades e os valores em (R\$) gastos com locação pela CR no ano de 2016, fonte SIAFI, informando ainda que não houveram despesas com reformas e/ou reparações no exercício: Passo Fundo/RS (R\$ 228.000,00), Tapejara/RS (R\$ 23.630,72), Nonoai/RS (R\$ 18.804,81), Cacique Doble/RS (R\$ 9.675,61), Iraí/RS (R\$ 10.255,55) e Santo Augusto/RS (R\$ 18.378,26). Análise crítica: A Coordenação Regional de Passo Fundo/RS, localiza imóveis de terceiros devido a indisponibilidade de imóveis da União nas localidades onde suas CTLS e sua Sede estão instaladas. Que a exceção de sua Sede, as demais locações são de valor pequeno próximos a um e em alguns casos dois salários mínimo nacional vigente. Que não houveram despesas na reparação dos imóveis, se houverem serão analisados caso a caso, para a realização da reparação e a medida a ser adotada, ou a cargo do locatário ou a dedução do valor da locação.

Gestão ambiental e sustentabilidade

1) Inclusão de cláusulas de sustentabilidade ambiental nos Termos de Referência e Editais de Licitações para a aquisição de bens e contratações de serviços.

Realização de campanhas de conscientização quanto ao consumo consciente de recursos como água, telefone, energia elétrica, papel, toner de impressão e etc... a3) Está em fase final de implantação na Unidade a separação de material reciclável para doação a instituição sem fins lucrativos.

A Coordenação Regional de Passo Fundo/RS busca se adequar dentro do possível as orientações provenientes da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).

Conforme mencionado no item a3, o projeto para a implantação da coleta seletiva solidária previsto no Decreto nº 5.940/2006 está em sua fase final na Unidade sendo necessária ainda o credenciamento de Cooperativas para realizar a coleta dos materiais.

A unidade não possui Plano de Logística Sustentável (PLS), ao que sabemos o mesmo encontra-se na fase de elaboração por uma Comissão da Funai Sede, ao que acreditamos se tratar de um Plano extensível e afeto a todas as unidades subordinadas.

A Coordenação Regional de Passo Fundo/RS, têm buscado cumprir fielmente os aspectos relacionados á legislação sobre sustentabilidade ambiental, através da inclusão de critérios específicos sobre o tema em suas contratações e por meio da realização de campanhas de conscientização dos seus servidores sobre o consumo racional e sustentável dos recursos tais como água, telefone, energia elétrica, papel, toner de impressão e etc...

Coordenação Regional de CR de Ponta Porã

Gestão do patrimônio e infraestrutura

A Coordenação Regional Ponta Porã não possui um setor específico para a gestão patrimonial, havendo apenas a comissão de levantamento do inventário patrimonial, pois não temos servidores suficientes para tamanha divisão de funções, não há como executar um gerenciamento eficaz sobre os bens imóveis cadastrados no SPIUnet e consequentemente existem deficiências quanto a fiscalização e gestão do imóvel, demandas referente à conservação e manutenção são resolvidas conforme surgem pela equipe do serviço administrativo, havendo um controle maior dos bens móveis cadastrados no SIADS e gerenciados a cada alteração de localização, sendo entre Regional e CTLs ou outras Regionais. Não possuímos bens da Renda Indígena para fazer gestão. As principais movimentações de bens ocorrem entre as viaturas e computadores, pois priorizamos o funcionamento da CTLs, de modo que procuramos sempre garantir que elas possuam veículos e equipamentos em adequado funcionamento para a melhor execução de seus trabalhos.

Gestão da frota de veículos

a)-No âmbito da Fundação Nacional do Índio inexistente Instrução Normativa que discipline a classificação, a identificação, o registro, o licenciamento, o controle, o uso, a guarda e a responsabilização acerca dos veículos terrestres, automotores oficiais pertencentes ao patrimônio da Funai, Isto posto, esta Coordenação busca atentar às disposições constantes na Instrução Normativa nº 003/2008, de 15/05/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, relativa ao controle geral de veículos oficiais.

b)- A Fundação Nacional do Índio mantém frota de veículo própria desde a sua criação, considerando a sua missão de atendimento às comunidades indígenas. No caso da Coordenação Regional de Ponta Porã a frota é utilizada nos serviços administrativos em geral e nas suas atividades finalísticas com viagens de servidores a localidades de difícil acesso, aldeias indígenas e acampamentos indígenas em área de retomada que não contam com atendimento por linhas convencionais de transporte urbano.

Assim a manutenção de frota própria para atendimento às comunidades indígenas é de grande relevância, haja vista a localização geográfica das comunidades atendidas, a proximidade de área de fronteira e existência de locais não atendidos por outros meios de transporte comercial, porquanto muitas das estradas são de difícil tráfego.

c)- 14 Camionetes (L-200 e Ford Ranger) sendo distribuídas entre administrativo, segat e ctls, 02 F-4000 e um caminhão ford Cargo utilizados para entrega de cestas de alimentos, sementes e bens adquiridos para os indígenas, 01 microonibus para transporte de Indígenas e servidores conforme a necessidade, 01 renault logan e uma pegeot hugar.

d)- Média Anual de Quilômetros Rodados 10.000Km

e)- Idade média da frota 5,5 anos.

f)- Despesas Mecânica Frota no exercício de 2016 foram de aproximadamente R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) entretanto este valor foi muito inferior à nossa real necessidade, mas devido ao corte no nosso orçamento e contingenciamento não houve repasse da Sede, de modo que quase metade de nossa frota encontrasse parada aguardando manutenção, nossa real demanda seria de R\$ 100 a 120 mil reais anuais,

A despesa de combustível da frota foi de cerca de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), este valor também foi muito abaixo de nossa média anual dos anos anteriores, e deve-se ao contingenciamento de despesas por qual passou a Funai, de modo que além da falta de recursos de manutenção que nos privou de quase metade de nossas viaturas prejudicando nossas atividades, também houve um repasse menor de recursos de combustível e diárias nos forçando suspender algumas atividades e consequentemente refletindo no consumo menor,

Despesas Seguro Obrigatório R\$ 1.635,27 (um mil, Seiscentos e trinta e cinco reais e vinte e sete centavos)

g)- A Coordenação Regional de Ponta Porã, no curto prazo, não possui plano de substituição da frota, conquanto a frota ora utilizada por esta Coordenação mostre-se insuficiente

para a realização das rotinas necessárias ao seu pleno funcionamento, nos últimos anos nosso orçamento foi muito reduzido de modo que, se não tivemos capacidade de dar a manutenção adequada aos veículos , além da necessidade de redução de contratos e economia de modo geral em os gastos de custeio, não temos nenhuma expectativa de ter recursos de investimento para a renovação da frota.

h) – Considerando que nos últimos 3 anos houveram Decretos Federais de contingenciamento de recursos onde foram proibidos contratos de locação de veículos e com a variação no orçamento da Funai e sua capacidade de apoio, não há muita garantia de recursos anuais para execução de um contrato de locação, a exemplo do ano de 2016 quando recebemos menos da metade do necessário para a manutenção das viaturas, um contrato de locação que tem custos maiores seria inexecutável.

i)- O controle na prestação dos serviços e despesas com utilização dos veículos , manutenção veicular e abastecimento nesta Coordenação é realizado pelo Serviço de Apoio Administrativo, o qual mantém planilha de acompanhamento e controle de saída de veículos , de tráfego e de quilometragem rodada, além de autorizar as requisições de uso dos veículos . Os controles de consumo de combustíveis e realizada através de sistema de gestão de frotas contratado por processo licitatório

Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

Foi aberto processo administrativo para realizar a baixa patrimonial, conforme o decreto nº 99.658/90, que preconiza a doação ou outras formas de desfazimento (renúncia ao direito de propriedade do material, mediante inutilização ou abandono) dos bens móveis inservíveis ou antieconômicos para a administração, visando a otimização do espaço físico nas dependências da coordenação regional, por meio da utilização desses espaços para outros fins que não o simples acúmulo de veículos inoperantes e irrecuperáveis, entretanto devido à quantidade insuficiente de servidores e a grande demanda de trabalho não tivemos tempo para dar andamento aos procedimentos, pois apesar da importância da desta política de destinação de veículos , ela não é uma atividade finalística desta unidade, e considerando nossa dificuldade de gestão com uma equipe tão reduzida, priorizamos as atividades finalísticas que gerem benefícios às comunidades indígenas de nossa jurisdição.

Gestão do patrimônio imobiliário da União

a) estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada;

A Coordenação Regional Ponta Porã não possui um setor específico para a gestão patrimonial, havendo apenas a comissão de levantamento do inventário patrimonial, pois não temos servidores suficientes para tamanha divisão de funções, não há como executar um gerenciamento eficaz sobre os bens imóveis cadastrados no SPIUnet e consequentemente existem deficiências quanto a fiscalização e gestão do imóvel, demandas referente à conservação e manutenção são resolvidas conforme surgem pela equipe do serviço administrativo.

A Coordenação Regional de Ponta Porã – MS possui sob sua responsabilidade além das Terras Indígenas (TI's), dois imóveis funcionais sob sua responsabilidade. Estando um localizado na cidade de Amambai/MS, que servia como sede do Projeto Kaiowá Nandeva (PKN) e encontra-se cadastrado na SPIUnet e ou outro, encontra-se na cidade de Tacuru/MS, sob cessão pela portaria nº 09/SPU-MS, de 04 de maio de 2012, não estando cadastrado no SPIUnet, sendo usado para abrigar a sede da Coordenação Técnica Local de Tacuru.

Tanto o imóvel localizado em Amambai/MS e as TI's que se encontram cadastrados no SPIUnet não são gerenciados no sistema por essa coordenação e toda vez que se faz necessária uma consulta a esse sistema é solicitado o relatório para ao Serviço de Patrimônio da Funai Sede.

Com relação às despesas e dificuldades na manutenção do terreno no município de Amambaí, pois por não ser uma de nossas sedes gera maior dificuldade na limpeza, constantemente é algo de despejo de lixo e restos de construção e demandam limpeza constante para evitar a proliferação de ratos outros vetores transmissores de doenças. Nestas situações contamos com o apoio das prefeituras municipais.

Informações sobre imóveis locados de terceiros

Atualmente a Coordenação Regional de Ponta Porã loca 3 imóveis, a Sede em Ponta Porã, e as Coordenações Técnicas Locais em Amambaí e em Iguatemi, desde a sua criação em 2010 esta unidade teve muitos problemas com a instalação de seus escritórios nas cidades da região, por diversas vezes questionamos o SPU e serviço de gestão do patrimônio estaduais e municipais sobre a disponibilidade de imóveis para cessão, também requisitamos a doação de terrenos para construção e na falta de opções buscávamos alugar os imóveis.

Mesmo a buscando locar tivemos muitos problemas, pois a grande maioria dos imóveis na região são irregulares, não possuindo em sua maioria escritura do terreno e inscrição do imóvel.

Sendo que atualmente possuímos duas de nossas CTLs instaladas em pequenas salas cedidas pelas prefeituras de Paranhos e Antonio João na Rodoviária do município. De modo que resta a necessidade de encontrar um local mais adequado para o desenvolvimento de nossas funções.

Mesmo os locais locados não são completamente adequados, pois são casas, no caso do imóvel da sede da CR em Ponta Porã o locador promoveu várias obras para adaptação do imóvel às nossas necessidades sem nenhum ônus ou necessidade de revertermos as adaptações, nos nossos contratos de locação consta nossa responsabilidade conservação do imóvel e reparo em danos provocados, não há cláusulas excepcionais à legislação civil de locação de imóveis.

Durante o exercício de 2016 promovemos a mudança de nossa sede, pois o imóvel locado possui diversos problemas estruturais que não eram sanados pelo locador e exigiriam grandes gastos dessa unidade que não eram de aprovação do locador de que fossem restituídos posteriormente, além disto, existia uma problema insuperável que era a falta de espaço para a guarda de nossa frota, também locávamos um depósito para o apoio à Ação de distribuição de alimentos do Ministério do Desenvolvimento Social no qual éramos parceiros, mas que foi alterado deixando de exigir tal espaço. Totalizando o valor de R\$ 153.840,00 no ano.

Gestão ambiental e sustentabilidade

No que tange à gestão Ambiental e Sustentabilidade, esta Coordenação Regional e todas as CTLs a ela jurisdicionadas - com apoio da consciência ambiental de seus servidores e terceirizados – buscam implementar no plano individual atitudes ambientalmente sustentáveis, sempre que possível sensibilizando e mobilizando os servidores menos engajados a implementar atitudes que evitem gerar impactos socioambientais negativos. Do ponto de vista da estrutura organizacional, entretanto, a unidade – que atualmente enfrenta grande escassez de servidores e excesso de demanda, oriunda da vulnerabilidade enfrentada pelos indígenas atendidos – não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), ao menos do ponto de vista formal; isto é: não há, no momento, Comissão da AP3 instaurada, não possui diagnóstico de atividades relacionadas à responsabilidade socioambiental e tampouco desenvolve projetos e atividades acerca da temática. Contudo, a não-participação formal da unidade – oriunda, essencialmente, do excesso de demanda e do número limitado de servidores – não significa que os servidores, individualmente, ignorem as principais medidas a serem tomadas para garantir a boa utilização dos recursos ambientais. Como exemplos de atitudes cotidianamente tomadas na unidade, podemos destacar o uso racional do consumo de papel para impressão, impressões em frente e verso, sempre que possível, a confecção de blocos de anotação oriundas de papel-

rascunho, a diminuição do consumo elétrico desligando os monitores e luzes ao sair para o almoço, manter as portas fechadas quando da utilização de ar condicionado, dentre outras.

No que diz respeito à implementação da coleta seletiva, a unidade possui coletores de cores diferentes para os diferentes tipos de resíduos, mas não existe coleta seletiva em nenhum dos municípios onde possuímos unidades. A CR busca promover a melhor destinação possível aos resíduos ampliando o número de lixeiras e conscientizando os servidores quanto aos materiais recicláveis e não recicláveis a serem depositados nas mesmas. No que diz respeito aos materiais recicláveis, a unidade faz a doação dos materiais à cooperativas de catadores de materiais recicláveis, entretanto ainda necessitamos formalizar este acordo.

Finalmente, no que diz respeito aos Planos de Gestão de Logística Sustentável, a unidade compreende, do conteúdo do decreto 7.746/2012, normatizado pela IN Nº10/2012, que tais planos extrapolam suas competências e que a responsabilidade pela sua elaboração, constituição da comissão gestora, formalização e publicação competem aos secretários executivos, no caso de Ministérios, ou a cargo equivalente, no caso de Fundações.

Coordenação Regional de CR Roraima

Gestão da frota de veículos

A gestão da frota de veículos da UPC se fundamenta no DECRETO nº 6.403/2008 e INSTRUÇÃO NORMATIVA SLTI/MOPG nº 3, de 15 de maio de 2008.

As aquisições dos veículos que compõem a frota institucional ocorreram entre os anos de 2004 a 2013, perfazendo um total de 35 veículos, cuja média de vida útil está em torno de 9 (nove) anos. No estado de Roraima a principal forma de acesso as terras indígenas ocorre via terrestre, sendo a frota de veículos imprescindível para o desenvolvimento das ações e atividades institucionais junto as populações indígenas sob sua responsabilidade, pois além de fornecer a logística necessária para o deslocamento de servidores e técnicos, é também o suporte para o atendimento das demandas das populações indígenas sob sua jurisdição.

Os veículos que compõe a frota da UPC são exclusivamente de propriedade da mesma, pois os sucessivos contingenciamentos impossibilitaram a locação de veículos para atendê-la. Dentre os veículos pertencentes a frota temos alguns casos especiais, em que alguns encontram-se em processo de baixa patrimonial (8 veículos) desde 2015, os quais aguardam a baixa por meio de leilão ou doação. Quanto ao Plano de Substituição da frota, o mesmo não pôde ainda ser implementado, isto ocorrendo pela falta de capacitação e escassez de recursos humanos. Ademais que, o contingenciamento de recursos veio limitar as aquisições para a

substituição progressiva da frota, o que levou a UPC a priorizar ações voltadas para a manutenção da frota.

As razões que levaram a UPC a escolher a aquisição em detrimento da locação reside em que, as demandas das populações indígenas requerem a contínua presença da Funai, pois ações de monitoramento, fiscalização e gestão das terras indígenas ocorrem, predominantemente, via terrestre, sendo requeridas continuamente a unidade. Além disto, temos as dificuldades do processo licitatório devido ao diminuto efetivo de servidores responsáveis, bem como onerosa para a Administração a contratação de veículos locados a manutenção dos pertencentes ao patrimônio institucional. Assim, essa é uma forma de assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte. Quanto ao controle da frota de veículo, o setor responsável vem organizando e implementando ações para esse fim, no entanto se depara com questões internas correspondentes a carência de servidores capacitados e a falta de centralização da gestão dos veículos .

Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

A política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso da UPC segue o disposto no Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990 e Instrução normativa nº 3, de 15 de maio de 2008. Os quais estabelecem o processo de desfazimento no âmbito do Governo Federal.

Para tanto, a comissão de inventário patrimonial da UPC vem realizando levantamento, avaliação e o desfazimento, sendo este realizado principalmente por meio de doações e leilões dos veículos.

Gestão do patrimônio imobiliário da União

A UPC possui sob sua responsabilidade os bens patrimoniais constituídos por 40 imóveis distribuídos em 12 municípios do estado de Roraima. Estes imóveis são compostos pelas Terras Indígenas, as bases de operação das Coordenações Técnicas Locais – CTLs e o imóvel da sede administrativa da Coordenação Regional de Roraima - Funai. Todos os imóveis estão devidamente registrados no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet.

Destaque-se que, devido ao contingenciamento que a cada ano vem reduzindo significativamente o orçamento destinado a Funai, durante o exercício de 2016 não houve recurso destinado para reformas e construções dos bens imóveis da UPC.

No que tange a gestão das Terras Indígenas jurisdicionadas a UPC, os setores como o Serviço de Gestão Territorial – SEGAT, a Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami

e Yekuana e as Coordenações Técnicas Locais, tem desenvolvido atividades de gestão e fomento, objetivando o autonomia dos povos indígenas quanto a gestão territorial. Além destes, o Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena –GATI, tem sido um importante instrumento para a redução de ilícitos, tais como a exploração ilegal de madeira, mineração, biopirataria, etc., visto estar promovendo o fortalecimento das práticas indígenas de manejo, uso sustentável, conservação dos recursos naturais e a inclusão social dos povos indígenas, sedimentando a visão e importância que as TIs possuem quanto a conservação da diversidade biológica e cultural nos biomas florestais brasileiros.

Informações sobre imóveis locados de terceiros

A sede administrativa da UPC encontra-se em um imóvel locado desde 2012, devido o prédio pertencente a Funai estar em condições precárias e ambiente insalubre para os servidores, sendo o mesmo interditado pela defesa civil. Frise-se que devido ao contingenciamento que a cada ano reduz o orçamento destinado a Funai, não houve destinação de recurso para reforma ou construção durante o exercício de 2016, o que compromete cada vez mais a estrutura do prédio da instituição e exige a permanência da locação do imóvel para o desenvolvimento das atividades administrativas e finalísticas da UPC no cumprimento da missão institucional.

Gestão ambiental e sustentabilidade

A UPC ainda não conseguiu implementar de forma efetiva a gestão ambiental e sustentabilidade preconizadas na Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), sendo os seus princípios norteadores praticados de forma pouco articulada, sendo realizada de forma individual, pois o consumo de energia tem sido reduzido, e, no que se refere ao consumo de água, por ser a mesma proveniente de poço artesiano, os gastos com a mesma só envolvem a taxa de esgoto. Acrescente-se ainda que a coleta seletiva não faz parte da rotina institucional, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006, pois não há serviços de coleta seletiva no município.

No que tange ao processo licitatório da unidade, as contratações, quando possível, tem buscado observar os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 e as normas relacionadas as contratações sustentáveis.

Quanto ao plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art.

16 do Decreto 7.746/2012, ainda não foi possível elaborá-lo, pois a UPC não possui recursos humanos capacitados para atuarem na elaboração do mesmo, tão pouco para o

estabelecimento da comissão gestora do PLS de que trata o art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012.

Coordenação Regional de CR do Sul da Bahia

Esta Coordenação Regional vem tendo seu quadro de funcionários suprimido ao longo dos anos. O serviço de Apoio Administrativo conta apenas com um funcionário. Não existem funcionários para lidar com gestão de patrimônio. Assim, a carência de servidores prejudica a gestão em diversos aspectos. No entanto, apesar das carências e dificuldades, a comissão de patrimônio realizou no final de 2016 o inventário patrimonial. Não houve reestruturação ou movimentação de bens no último exercício.

Gestão da frota de veículos

Em face do que foi argumentado no item anterior, a respeito da insuficiência extrema de servidores, não há política de destinação de veículos inservíveis. Há uma situação alarmante de veículos inservíveis abandonados em CTLs e estacionamento do DNIT. Foi solicitado apoio da Funai sede para instalar procedimento de desfazimento de bens no início de 2016, sem sucesso. Não trabalhamos com veículos locados nem dispomos de servidores para realizarem uma gestão adequada da frota de veículos, a despeito de instrumentos eficientes para essa finalidade desenvolvidos pelo SEAD desta CR. Há três anos que não se consegue nem sequer regularizar os veículos em uso, estando quase todos com os documentos vencidos. Assim, mais uma vez a carência de servidores tem impacto direto neste item. No entanto, a unidade busca manter controle da frota em exercício e zelar pela sua conservação. Quanto à importância da frota para esta unidade, trata-se de item vital e fundamental para a execução do plano de trabalho, até porque todos os acessos às Terras Indígenas são rodoviários. A CR Sul da Bahia atende uma área ampla e a quantidade de ações possessórias na Justiça federal, conflitos fundiários, e questões de monitoramento territorial são constantes. Assim, a necessidade de deslocamento, agilidade e capilaridade na região só é possível com a frota de veículos.

Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

Não existe política de destinação de veículos inservíveis, conforme comentado no item anterior. Existe a solicitação desta unidade para receber apoio da Funai sede para realizar a baixa dos inservíveis e destiná-los adequadamente à luz da legislação.

Gestão do patrimônio imobiliário da União

Com exceção de um imóvel não registrado, construído pelo SPI, localizado na aldeia Barra Velha, Terra Indígena Barra Velha, que atualmente encontra-se em precário estado

de conservação, esta CRSB não possui qualquer outro imóvel em seu patrimônio. Assim, as demais unidades funcionam em imóveis alugados. No ano de 2016 não foram realizadas reformas ou construções. Existe a necessidade de reforma de imóveis que eram locados pela Funai e tiveram seus contratos terminados. Houve a visita de um engenheiro da Funai para avaliar os imóveis.

Informações sobre imóveis locados de terceiros

A sede da Coordenação Regional funciona em imóvel locado para a CTL em Porto Seguro, que antes já estava locado para o NAL de Porto Seguro, antes da reestruturação de 2009. O prédio é velho e com problemas gerais nas redes hidráulicas e elétricas. Apenas três das 15 salas possuem banheiros ainda em condições de uso, os outros estão desativados. Nunca houve manutenção ou reforma. Estamos aguardando, ao menos desde 2015, resposta a solicitações de apoio para reforma e manutenção do imóvel da sede desta CRSB e de outras duas CTLs. Até o momento não localizamos outro imóvel disponível para sediar a CRSB.

Das sete (07) Coordenações Técnicas Locais vinculadas a esta CRSB, a sede de quatro funciona em imóvel locado. Outras três (Itaju do Colônia, Pau Brasil, e Itabuna) ainda não têm sede por falta de equipe capacitada para os processos administrativos necessários.

Gestão ambiental e sustentabilidade

Devido a seu reduzido quadro de funcionários, esta unidade não tem condições de adotar critérios de sustentabilidade ambiental. Trabalhamos em um imóvel alugado sem condições de salubridade. Não há separação de resíduos, com exceção de folhas de papel rascunho que são aproveitadas por alguns servidores. A unidade busca diminuir o uso de copos descartáveis.

Gestão do Patrimônio e Infraestrutura - Coordenação Regional de CR do VALE DO JAVARI

Gestão do patrimônio e infraestrutura

Diante da solicitação, informamos que esta Coordenação Regional não possui quadro de pessoal suficiente para atender todas as demandas, mesmo assim, a Coordenação desta CR está priorizando para esse primeiro semestre a criação de um "setor" com a finalidade de gerir e regularizar questões de patrimônio.

Destacamos a prioridade dar baixa a grande quantidade de itens que não mais existem ou que estão totalmente obsoletos ou são sucatas.

Gestão da frota de veículos

As atividades de veículos da CR são de maior intensidade no modal fluvial, pois, por se tratar de área na Amazônia, o transporte em sua maioria das vezes é realizadas por via fluvial.

Veículos de uso em geral: 07 Pick-up

Veículos transporte de passageiro - 01 VAM

Média de quilometragem frota pick-up 41.000 KM/Ano

Média de quilometragem de VAM 4.000 KM/Ano

Pick-Up 5 anos e 6 meses

Van 4 anos.

Foi gasto aproximadamente R\$ 144.334,32 com manutenção da frota da CR Vale do Javari, CTL de Eirunepé e FPEVJ de 08 veículos .

Com vista ao princípio da economicidade.

Controle de saída e entrada de veículos . Os mesmos em sua maioria são conduzidos pelos próprios servidores.

Gestão do Patrimônio e Infraestrutura - Coordenação Regional de CR XAVANTE

Gestão do patrimônio e infraestrutura

De acordo com o levantamento patrimonial dos exercícios de 2013, 2014 e 2015, foram implantados no sistema SIADS, todos os veículos em bom estado de funcionamento, conforme instruções recebidas durante o treinamento do SIADS em Brasília, ministradas pelo STN. E os demais veículos foram relacionados nos relatórios de levantamento patrimonial, sugerindo a baixa patrimonial, uma vez que esses veículos na sua maioria estão em estado de sucata e os demais em do antieconômico. Todos os bens patrimoniais lançados no SIADS estão avaliados e realizados a depreciação até o mês de janeiro de 2017 e enviados ao CCON/CGOF, de acordo com relatório mensal de bens.

Gestão da frota de veículos

Ressalta-se que a UJ não teve muitos avanços no que tange a frota dos veículos oficiais durante o exercício 2016, no entanto, vem tentando-se dar continuidade as práticas de gestão de controle norteados pela IN 03/SLTI/MPOG/2008 e demais normativas em vigor.

Nesse contexto, citam-se algumas rotinas administrativas na área de logística de transporte:

Levantamento e controle da regularidade de seguro Obrigatório dos Veículos ;

Controle diária de veículos ;

Emissão de requisições de veículos ;

Controle de combustíveis através de cartão de abastecimento, realizado através da modalidade Licitação, Pregão Eletrônico.

A Coordenação Regional Xavante em Barra do Garças-MT, utiliza os veículos oficiais no apoio logístico a diversas ações, atividades e projetos existentes nos eixos de responsabilidade institucional, direcionados especialmente para dar suporte as Coordenações Técnicas Locais subordinadas, para prestarem serviços nas aldeias, na execução dos trabalhos de Georreferenciamento em Terras Indígenas, transporte de sementes, ferramentas e apoio as equipes que se deslocam para realizar trabalhos junto as Comunidades Indígenas, razão pela qual os veículos lotados nas mesmas encontram com problemas mecânicos. Para melhor visualização, elencamos na tabela abaixo as unidades locais subordinadas a esta Coordenação Regional, com suas respectivas Terras Indígena e áreas de abrangência territorial percorridas regularmente pelos veículos , no intuito de demonstrar a importância da UJ dispor de uma frota em condições adequadas para suprir todas as demandas de forma pontual, pois dessa forma não comprometerá o resultado dos trabalhos desenvolvidos pela CR e CTLs em benefício das comunidades indígenas.

De acordo com o levantamento patrimonial dos exercícios de 2013, 2014 e 2015, foram implantados no sistema SIADS, todos os veículos em bom estado de funcionamento, conforme instruções recebidas durante o treinamento do SIADS em Brasília, ministradas pelo STN. E os demais veículos foram relacionados nos relatórios de levantamento patrimonial, sugerindo a baixa patrimonial, uma vez que esses veículos na sua maioria estão em estado de sucata e os demais em do antieconômico.

Todos os bens patrimoniais lançados no SIADS estão sendo avaliados, depreciados e enviados ao CCON/CGOF, de acordo com relatório mensal de bens.

Vale esclarecer que em 2016 esta Coordenação Regional dispôs de um número reduzido de veículos para efetuar viagens a serviços, considerando o tamanho de área que precisa ser percorrido, sendo 100.280,3669 hectares sob a jurisdição desta unidade. Dos 153 veículos que se encontra no patrimônio, apenas seis estão em condição de trafegar, 4 L-200, uma F-350 e um caminhão, pois a grande maioria encontra-se com problemas mecânicos e sucateados, sem as mínimas condições de tráfego muitos destes aguardando baixa patrimonial pela Sede Central da Funai, desde 2011.

Em 2016 foi realizado o levantamento patrimonial dos bens pertencentes ao Patrimônio desta Coordenação Regional, onde se constatou novamente a necessidade de efetuar a baixa desses veículos, por serem antieconômico o conserto dos mesmos, pois não funcionam e geram gastos com seguros obrigatórios e taxas junto ao DETRAN.

Pode-se notar a grande quantidade da frota da Coordenação Regional e a maioria sem a devida identificação, isto se deve a doações recebidas de alguns órgãos públicos, que apreendiam e simplesmente entregavam os veículos para Funai ou mesmos para os indígenas sem a devida adoção dos procedimentos legais de transferência dos mesmos, para que estes fossem regularizados junto aos órgãos competentes.

Fatos que geram gastos com pagamentos de frete, para que as ações fossem realizadas junto as Comunidades Indígenas sob jurisdição desta Regional.

Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

Em 2016 esta Coordenação Regional dispôs de um número reduzido de veículos para efetuar viagens a serviços, apenas 6 sendo 4 L-200, uma F-350 e um caminhão, pois a grande maioria encontra-se com problemas mecânicos e sucateados, sem as mínimas condições de tráfego muitos destes aguardando baixa patrimonial pela Sede Central da Funai, desde 2011.

Em 2016 foi realizado o levantamento patrimonial dos bens pertencentes ao Patrimônio desta Coordenação Regional, onde se constatou, novamente a necessidade de efetuar a baixa desses veículos, por serem antieconômico o conserto dos mesmos, pois não funcionam e geram gastos com seguros obrigatórios e taxas junto ao DETRAN.

Pode-se notar a grande quantidade da frota da Coordenação Regional e a maioria sem a devida identificação, isto se deve a doações recebidas de alguns órgãos públicos, que apreendiam e simplesmente entregavam os veículos para Funai ou mesmos para os indígenas sem a devida adoção dos procedimentos legais de transferência dos mesmos, para que estes fossem regularizados junto aos órgãos competentes.

Fatos que geram gastos com pagamentos de frete, para que as ações fossem realizadas junto as Comunidades Indígenas sob jurisdição desta Regional. Com relação aos critérios que norteiam a escolha pela aquisição de veículos , deu-se em razão não haver tempo hábil para realização de estudo técnico para opção de terceirização da frota.

Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros). Custos associados à manutenção da frota da Coordenação Regional Xavante e Coordenações Técnicas Locais subordinadas.

Combustível/Lubrificante R\$ 93.442,61

Seguro Obrigatório R\$ 6.872,12

Taxas R\$ 4.575,53+842,77= 5418,30

Revisões Periódicas R\$ 87.829,99 Idade média da Frota: 2008,33

Destaca-se que ao longo do ano de 2016, a UJ enfrentou muitas dificuldades no que se refere à logística de transporte, considerando principalmente as limitações orçamentárias, motivadas pelas medidas econômicas implantadas pelo Governo Federal. No entanto, foi possível viabilizar a manutenção de alguns veículos antes do contingenciamento de recursos e no encerramento do exercício, no intuito de assegurar o atendimento das ações demandadas pelas áreas administrativas e finalística, através do Contrato de manutenção de veículos , celebrado entre esta Fundação Nacional do Índio e a empresa Mundo dos Freios LTDA-EPP, Contrato de nº 146/2014, com vigência a partir de 16.10.2014, prorrogável até cinco anos.

Gestão do patrimônio imobiliário da União

a) Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNet.

b) Distribuição geográfica dos imóveis da União

A unidade possui 11 (onze) imóveis sobre sua gestão, localizados nos municípios de 8983 – Paranatinga (RIP 8983.00006.500-9), 9035 - Barra do Garças (RIP 9035.00022.500-4), 9077 – General Carneiro (RIP 9077.00005.500-7), 9139 – Poxoréu (RIP 9139.00019.500-7), 9191 – Água Boa (RIP 9191.00005.500-9), 9193 – Canarana (RIP 9193.00006.500-0), 9195 – Nova Xavantina (RIP 9195.00005.500-1), 9741 – Ribeirão Cascalheira (RIP 9741.00002.500-4), 9863 – Campinápolis (RIP 9863.00002.500-1) e 9867 – Novo São Joaquim (RIP 9867.00005.500-0 e RIP 9867.00006.500-6), todos no estado do Mato Grosso.

c) Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNet

Atualizações periódicas, tendo como suporte as informações contidas na Planilha Referencial de Terras no Estado de Mato Grosso – PPR, da Superintendência Regional do INCRA/MT (SR-13).

d) Informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação

e) Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis

f) Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los

Informações sobre imóveis locados de terceiros

A unidade possui 05 (cinco) imóveis locados de terceiros, localizados nos municípios de 9035 – Barra do Garças – 02 (dois) imóveis, sendo 01 (um) sede da Coordenação Regional Xavante e 01 (um) sede das Coordenações Técnicas Locais de Barra do Garças I e II; 9191 – Água Boa – 01 (um) imóvel, sede das Coordenações Técnicas Locais de Água Boa I e II; 9195 – Nova Xavantina – 01 (um) imóvel, sede das Coordenações Técnicas Locais de Nova Xavantina I, II e III; 9863 – Campinápolis – 01 (um) imóvel, sede das Coordenações Técnicas Locais de Campinápolis I e II; e 9871 – Primavera do Leste – 01 (um) imóvel, sede das Coordenações Técnicas Locais de Primavera do Leste I e II. Cessão de espaço físico e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas:

Há a necessidade de locação de imóveis para instalações das Unidades jurisdicionadas, através de contratos de alugueis, uma vez que nas esferas Federal, Estadual e Municipal, não dispõem de imóveis para cessão para funcionamento da Coordenação Regional Xavante e das Coordenações Técnicas Locais, localizadas nos municípios de Água Boa, Barra do Garças, Campinápolis, Nova Xavantina e Primavera do Leste, todas dentro do Estado de Mato Grosso.

Os imóveis que são locados atualmente pelas Unidades da Funai, localizados nas cidades de Água Boa, Nova Xavantina e Primavera do Leste-MT, estão necessitando de reformas predial, rede elétrica, pintura e melhores condições para que os servidores e o público qual é

atendimento por essas Unidades sejam bem acomodados e com um mínimo de conforto para desenvolverem suas atividades a contento e com satisfação.

Valores das locações dos imóveis:

Locação do imóvel da Coordenação Regional Xavante – R\$ 213.766,50

Locação do imóvel da Coordenação Técnica Local em Agua Boa – R\$ 17.803,28

Locação do imóvel da Coordenação Técnica Local em Barra do Garças – R\$ 36.251,10

Locação do imóvel da Coordenação Técnica Local em Campinápolis – R\$ 42.433,45

Locação do imóvel da Coordenação Técnica Local em Nova Xavantina – R\$ 23.632,64

Locação do imóvel da Coordenação Técnica Local em Primavera do Leste – R\$ 32.903,02

Gestão ambiental e sustentabilidade

São diretrizes de sustentabilidade, entre outras; menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior vida útil menor custo de manutenção do bem; e, origem ambiental regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

A unidade não possui Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) que trate da atualização do inventário de bens e materiais do órgão e da identificação de similares do uso de materiais e serviços; das práticas de sustentabilidade e de racionalização de uso de materiais e serviços; das responsabilidades, da metodologia de implemento e da avaliação de plano; e, de ações de divulgação, conscientização e capacitação.

Relacionamento com a Sociedade

Em 27 de março de 2013 foi instituída, por meio da Portaria nº 116/DAGES,³ a Carta de Serviços da Fundação Nacional do Índio – Funai, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, elaborada pela DAGES/CGGE/COGEDI, estabelece compromissos de atendimento, contribui para a visibilidade, acessibilidade dos serviços prestados por suas divisões e legitima a sua imagem, perante os demais órgãos de governo e a sociedade brasileira.

Os atendimentos ao cidadão oferecido na presente Carta de Serviços são:

Acesso aos serviços na área de Protocolo, por meio de Serviço de Protocolo – Funai sede, Brasília;

Acesso aos acervos arquivísticos do fundo Serviço de Proteção ao Índio – SPI e aos acervos do período Funai, via Serviço de Gestão Documental – Brasília, e serviço de Referência do Museu – Rio de Janeiro;

Acesso aos acervos bibliográficos sobre a temática indígena, ambiental e indigenista, no Serviço de Gestão de Bibliotecas – Brasília, e Biblioteca do Museu do Índio – Rio de Janeiro;

Acesso a acervos etnográficos e audiovisuais – Serviço de Referências Documentais do Museu do Índio – Rio de Janeiro;

Em relação a oferta de serviços e/ou canais de comunicação direta com o cidadão indígena, principalmente no que diz respeito a denúncias e reclamações parte do trabalho desenvolvido pela Funai, bem como demais órgãos que atendem os povos indígenas, informamos que existe no âmbito da Funai sede um serviço de OUVIDORIA. Entre as principais atribuições desse serviço podemos citar:

Encaminhar denúncias de violação dos direitos indígenas individuais e coletivos.

Coordenar o recebimento de denúncias, reclamações, sugestões, elogios e pedidos de informações sobre assuntos atinentes à atuação da Funai.

Articular com as unidades afins a adoção de medidas para atendimento a denúncias, reclamações, e pedidos de informações dirigidos à Fundação;

Articular com a Ouvidoria - Geral da União e demais ouvidorias federais sobre orientações técnicas e troca de informações para o aprimorando da qualidade dos serviços prestados;

Elaborar relatórios periódicos das atividades da ouvidoria.

O atendimento específico às solicitações de acesso a informações é realizado pelo Serviço de Informação ao Cidadão/Funai sede, cujas principais atribuições são:

Atender e orientar o cidadão quanto ao acesso a informações no âmbito da Funai. •
Receber pedidos de informações referentes à Funai;

Responder os pedidos de informação de forma autônoma, quando houver disponibilidade imediata da informação;

Encaminhar, nos casos de indisponibilidade imediata, o pedido de informação para resposta pelas unidades competentes da Funai, conforme os prazos estabelecidos em lei;

Receber recurso contra a negativa de acesso a informações ou pedido de desclassificação de informações e encaminhar à autoridade competente para a sua apreciação;

Registrar em sistema próprio os pedidos de informação e recursos recebidos, assim como as respostas proferidas pela Funai ao cidadão, para controle no âmbito do Executivo Federal;

Elaborar relatórios periódicos dos pedidos de acesso à informação;

Cabe ressaltar que a gerência e a execução, tanto do Serviço de Informação ao Cidadão como da Ouvidoria é realizada no âmbito da Funai sede em Brasília – DF. Não existe unidades com semelhante natureza no âmbito das Coordenação Regionais da Funai.

O cidadão indígena ou não indígena que deseja solicitar informações oficiais, bem como realizar algum tipo de denúncia ou reclamação deve se reportar diretamente a esses canais de comunicação situados estrutural e fisicamente a Funai sede em Brasília DF. O atendimento é realizado por meio de atendimento pessoal, via email e via telefone, cujos dados são fornecidos pelo site da Funai, www.funai.gov.br.

Constata-se então, que a Unidade Central/Órgão Superior é a unidade responsável pelas discussões e deliberações gerenciais da Funai, que deverá apresentar em seu Relatório de Gestão.

Gestão do Patrimônio e Infraestrutura - Coordenação Regional de CR do XINGU

Gestão do patrimônio e infraestrutura

Foi realizado em 2016, in loco, o levantamento patrimonial no interior das áreas indígenas - na abrangência do Parque Indígena do Xingu. Houve dificuldade nos deslocamentos para a região do parque, haja vista que é realizado via transporte terrestre com estradas em condições precárias. São viagens longas e cansativas usando transporte terrestre e fluvial, maior tempo das viagens são realizadas através de barcos navegando até as Coordenações Técnicas Locais que funcionam no interior do parque, exceção da CTL de Sinop, esta localizada no município de Sinop. O transporte fluvial saindo das CTLs as aldeias subordinadas tem o tempo médio de navegação fluvial com deslocamentos que podem levar até 10 (dez) horas de barco,

sendo possível concluir o levantamento físico in loco em 40 (quarenta) dias, são realizado por servidores que desenvolvem suas atribuições também como chefes de serviço SEPLAN, SEAD e DIT, ficando os serviços neste período de levantamento patrimonial prejudicados parcialmente, já que temos somente um servidor lotado em cada setor e os seus substitutos também são chefes titulares dos respectivos serviços, mas mesmo com toda esta dificuldade a Coordenação se esforça para cumprir sua missão institucional, tendo suas deficiências no que se refere ao ajuste das contas nos sistemas SIAFI e SIASDS, bem formação de comissão para proceder as baixas dos bens inservíveis e irrecuperáveis, motivo pelo qual estamos aguardando a formação destas equipes junto a sede da Funai . No exercício de 2014 foi realizado um treinamento com servidores que iriam operar o novo sistema de controle patrimonial para operacionalização dos SIADS o que só foi possível realizar de fato em 2015 quando foi todos os bens começaram a ser implantados no sistema os que estavam em condições de uso, incluindo os veículos em bom estado de funcionamento, conforme instruções recebidas durante o treinamento do SIADS em Brasília, ministradas pelo STN. E os demais veículos foram relacionados nos relatórios de levantamento patrimonial, sugerindo a baixa patrimonial, uma vez que esses veículos na sua maioria estão em estado de sucata ou antieconômico para manutenção corretiva.

Todos os bens patrimoniais lançados no SIADS estão avaliados e realizada a depreciação até o mês de janeiro de 2017 e enviados ao CCON/CGOF, de acordo com relatório mensal de bens.

Ressalta-se que a UJ não teve muitos avanços no que se refere a frota dos veículos oficiais durante o exercício 2016, devido as condições péssimas das estradas que dão acesso aos portos de embarque para o interior do Parque Indígena do Xingu, via fluvial, os veículos oficiais vem sofrendo muito desgastes na parte mecânica, pela indisponibilidade de recursos a serem liberados pela sede da Funai os veículos não passaram por manutenção preventiva periódica, mesmo esta coordenação tendo solicitado os recursos para o atendimento, esses foram negados por várias Coordenações alegando indisponibilidade de recursos devido ao contingenciamento ou não se encaixavam nas ações de cada demanda solicitada, sendo possível a liberação dos recursos somente no mês de dezembro através da presidência e da Diretoria de Administração, sendo que é necessário que seja planejado a liberação de recursos orçamentários mensalmente para uma manutenção preventiva dos veículos oficiais, para que possamos diminuir o desgaste dos veículos e gastos com manutenção corretiva, devido as condições de estrada de acesso as áreas, no entanto, vem tentando-se dar continuidade as práticas de gestão de controle norteados pela IN 03/SLTI/MPOG/2008 e demais normativas em vigor.

Citamos algumas rotinas administrativas na área de logística de transporte que já foram implantadas:

Levantamento e controle da regularidade de seguro Obrigatório dos Veículos ;

Controle diária de veículos através de movimentação de logística;

Controle de combustíveis através de cartão de abastecimento, realizado através da modalidade Licitação, Pregão Eletrônico.

Esta Coordenação Regional utiliza os veículos oficiais no apoio logístico de diversas ações, atividades e projetos existentes nos eixos de responsabilidade institucional, direcionados especialmente para dar suporte as Coordenações Técnicas Locais subordinadas, para apoio nos trabalhos junto as comunidades Indígenas, na execução dos trabalhos de transporte de ferramentas, combustível e mercadorias, mas principalmente na área de ação social nos deslocamentos de beneficiários e apoio as equipes que se deslocam para realizar trabalhos junto as Comunidades Indígenas, razão pela qual os veículos sempre estão lotados e com viagens quase que diariamente, motivo pelo qual também encontram com problemas mecânicos quase que a cada 15 (quinze) dias. Relacionamos abaixo áreas de abrangência territorial percorridas regularmente pelos veículos , demonstrando a importância da UJ dispor de uma frota em condições adequadas para suprir todas as demandas de forma pontual, pois dessa forma não comprometerá o resultado dos trabalhos desenvolvidos pela CR e CTLs em benefício das comunidades indígenas, a indisponibilidade de recursos com um cronograma de desembolso bimestral para uma manutenção preventiva, aumentando também o quantitativo de motoristas para conduzir os veículos, considerando o corte dos contratos de prestação de serviços, contamos somente com 03 (três) motoristas que atendem as demandas diárias e não são suficiente, considerando que temos 08 (oito) Coordenações Técnicas Locais subordinadas. Esta Coordenação Regional por várias vezes precisou utilizar de fretes de veículos grandes, tipo caminhão 3/4, para transporte de combustível, Indígenas e materiais, visto que nossa frota é composta de veículos de pequeno porte, L-200, tendo somente um caminhão 1113 antigo que atende a CTL de Wawi no município de Querência, demais atendimentos precisam ser realizados com fretes e também locações de caminhonetes, quando os veículos oficiais se encontram parados aguardando recursos para uma manutenção corretiva, não podendo sofrer descontinuidade nas ações que já foram iniciadas ou estão em andamento. Motivo pelo qual ha necessidade em se adquirir caminhões para que possa diminuir os gastos com fretes e atender melhor as comunidades Indígenas, considerando que o Parque Indígena tem o seu transporte

maior fluvial tendo que transportar grande quantidade de combustível e materiais até os portos, para a logística das ações de trabalhos que precisam ser desenvolvidos interior do Parque.

Todos os bens patrimoniais lançados no SIADS estão sendo avaliados, depreciados e enviados ao CCON/CGOF, de acordo com relatório mensal de bens.

Vale esclarecer que em 2016 esta Coordenação Regional dispôs de um número reduzido de veículos para efetuar viagens a serviços, sendo que estes, como descrito acima, estavam com problemas mecânicos necessitando manutenção corretiva, o que só foi possível no final do exercício mês de dezembro, considerando o tamanho de área que precisa ser percorrido, sendo 19.788.679.374 m² sob a jurisdição desta unidade. Sendo que dispomos de 08 (oito) veículos caminhonetes mitsubishi L-200, 01 (um) ipanema antigo em estado regular, 01(um) micro ônibus, 01 (um) caminhão MB 1113 antigo, 02 (duas) toyotas bandeirantes antigas em estado regular mas que atende pequenas demandas na CTL de Wawi e Kurizevo, demais veículos estão sucateados, sem as mínimas condições de tráfego muitos destes aguardando baixa patrimonial pela Sede Central da Funai, desde 2011.

Em 2016 foi realizado o levantamento patrimonial dos bens pertencentes ao Patrimônio desta Coordenação Regional, onde se constatou, novamente a necessidade de efetuar a baixa desses veículos , por serem antieconômico o conserto dos mesmos, pois não funcionam e geram gastos com seguros obrigatórios e taxas junto ao DETRAN.

Pode-se notar a grande quantidade da frota da Coordenação Regional e a maioria sem a devida identificação, isto se deve a doações recebidas de alguns órgãos públicos, que apreendiam e simplesmente entregavam os veículos para Funai ou mesmos para os indígenas sem a devida adoção dos procedimentos legais de transferência dos mesmos, para que estes fossem regularizados junto aos órgãos competentes.

Fatos que geram gastos com pagamentos de frete, para que as ações fossem realizadas junto as Comunidades Indígenas sob jurisdição desta Regional.

Em 2016 esta Coordenação Regional dispôs de um número reduzido de veículos para efetuar viagens a serviços, pois a grande maioria encontra-se com problemas mecânicos sem as mínimas condições de tráfego muitos destes aguardando baixa patrimonial pela Sede Central da Funai, desde 2011.

Em 2016 foi realizado o levantamento patrimonial dos bens pertencentes ao Patrimônio desta Coordenação Regional, onde se constatou, novamente a necessidade de efetuar

a baixa desses veículos , por serem antieconômico o conserto dos mesmos, pois não funcionam e geram gastos com seguros obrigatórios e taxas junto ao DETRAN.

Fatos que geram gastos com pagamentos de frete, para que as ações fossem realizadas junto as Comunidades Indígenas sob jurisdição desta Regional.

Com relação aos critérios que norteiam a escolha pela aquisição de veículos , deu-se em razão não haver tempo hábil para realização de estudo técnico para opção de terceirização da frota.

Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros)

Custos associados à manutenção da frota da Coordenação Regional Xavante e Coordenações Técnicas Locais subordinadas.

Combustível/Lubrificante: R\$ R\$ 798.888,99 (setecentos e noventa e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e noventa e nove centavos).

Seguro Obrigatório R\$ 6.872,12

Taxas R\$ 4.575,53+842,77= 5418,30

Revisões Periódicas: Micro-ônibus volare: R\$ 6.300,00. Para os demais não houve revisões periódicas por estarem fora do período de garantia. Idade média da Frota: 05 anos

Destaca-se que ao longo do ano de 2016, a UJ enfrentou muitas dificuldades no que se refere à logística de transporte, considerando principalmente as limitações orçamentárias, motivadas pelas medidas econômicas implantadas pelo Governo Federal. Somente sendo possível viabilizar a manutenção destes veículos no mês de dezembro de 2016 no encerramento do exercício, no intuito de assegurar o atendimento das ações demandadas pelas áreas administrativas e finalística, através do Contrato de manutenção de veículos , e a empresa Brasil Card Contrato de n.º 124/2016, com vigência a partir do dia 16/10/2016.

Gestão do patrimônio imobiliário da União

a) Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNet.

b) Distribuição geográfica dos imóveis da União

A unidade possui imóveis sobre sua gestão, localizados nos municípios de 9193 – Canarana (RIP 9193.00007.500-6), 9183 - São Felix do Araguaia (RIP 918300012.500-6), 8983 – Paranatinga (RIP 8983.00005.500-3), 9105 – Luciara (RIP 9105.00006.500-1), 8985 – Sinop (RIP 8985.00024.500-3), 8983 – Paranatinga (RIP 8983.00008.500-0) (RIP 8983.00003.500-2), 0097 – Querencia (RIP 0097.00002.500-6), todos no estado do Mato Grosso.

c) Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet

Atualizações periódicas, tendo como suporte as informações contidas na Planilha Referencial de Terras no Estado de Mato Grosso – PPR, da Superintendência Regional do INCRA/MT (SR-13).

d) Informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação

e) Não há despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis

f) Não há riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los

Informações sobre imóveis locados de terceiros

A unidade possui 05 (cinco) imóveis locados de terceiros, localizados nos municípios de 9035 – Barra do Garças – 02 (dois) imóveis, sendo 01 (um) sede da Coordenação Regional Xavante e 01 (um) sede das Coordenações Técnicas Locais de Barra do Garças I e II; 9191 – Água Boa – 01 (um) imóvel, sede das Coordenações Técnicas Locais de Água Boa I e II; 9195 – Nova Xavantina – 01 (um) imóvel, sede das Coordenações Técnicas Locais de Nova Xavantina I, II e III; 9863 – Campinápolis – 01 (um) imóvel, sede das Coordenações Técnicas Locais de Campinápolis I e II; e 9871 – Primavera do Leste – 01 (um) imóvel, sede das Coordenações Técnicas Locais de Primavera do Leste I e II.

Há a necessidade de locação de imóveis para instalações da Coordenação Regional do Xingu e a Unidade jurisdicionada de Sinop, através de contratos de alugueis, uma vez que as esferas Federal, Estadual e Municipal não dispõem de imóveis para cessão para funcionamento da Coordenação Regional localizada no município de Canarana-MT e da Coordenação Técnica Local de Sinop localizada no município de Sinop-MT.

Os imóveis que atendem as Coordenações Técnicas Locais de Querencia, São Felix do araguaia, Paranatinga, Gaucha do Norte I e II, Feliz Natal estão localizadas no interior da Terra Indígena do Wawi e Parque Indígena do Xingu, NÃO TENDO NENHUM gasto mensal com despesas de energia, água e locação de imóvel.

Valores anuais das locações dos imóveis:

Locação do imóvel da Coordenação Regional Xingu – R\$ 51.955,44

Locação do imóvel da Coordenação Técnica Local em Sinop – R\$ 16.200,00

Gestão ambiental e sustentabilidade

Em relação aos critérios de sustentabilidade ambiental em relação às aquisições de bens e serviços, manifestamos que:

a) Atualmente esta Unidade Jurisdicionada não dispõe de uma política de sustentabilidade ambiental.

b) Esta Unidade não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).

c) Nesta Unidade não ocorre a separação de resíduos recicláveis descartados, nem existe destinação dos mesmos a associações e cooperativas de catadores, conforme a legislação vigente.

d) As contratações atuais não foram firmadas dentro dos parâmetros de sustentabilidade ambiental.

e) Esta Unidade não possui um plano de gestão logística sustentável (PLS), de acordo com o artigo 16 do Decreto 7.746/2012.

Esta Unidade não dispõe de um quantitativo de servidores que possibilite um direcionamento visando à adoção de práticas para viabilizar uma política de sustentabilidade ambiental abrangendo todas as áreas citadas neste tópico.

Gestão do Patrimônio e Infraestrutura - Coordenação Regional de CR Ribeirão Cascalheira

Gestão do patrimônio e infraestrutura

Em atendimento à Portaria n.º 001 /CR RIB. Cascalheira de 01 de dezembro de 2016, a qual trata do levantamento dos bens móveis e imóveis da Coordenação Regional Ribeirão Cascalheira-MT, o presente Relatório tem como finalidade registrar a situação em que

se encontra a Coordenação Regional de Ribeirão Cascalheira-MT, no que diz respeito aos bens patrimoniais pertencente à Funai e sob a responsabilidade dessa Regional.

A Coordenação Regional Ribeirão Cascalheira, não possui Coordenação Técnica Local, tendo somente 04(quatro) aldeias sob sua jurisdição, Aldeia Maraiwatsédé (Central), Aldeia AOIPA, Aldeia Etewaute e Aldeia Mazapze.

Foram implantados dois bens móveis adquirido neste ano de 2016, conforme NEs 2016NE800130 E 2016NE800122, Nota Fiscais n.º 000.053.136 e 000.053.119, sendo uma beneficiadora de arroz e um motor mono 7.5 CV para acoplagem em maquinários agrícolas.

Foi constatado a duplicidade em um bem móvel cadastrado no SIADS, GOL, placa 5966, assim, foi solicitado a autorização para exclusão do bem, através do Memorando n.º 357/CIP/CRRC/2016 de 14.12.2016 e anexos, e no decorrer dos trabalhos foi realizado a atualização da Depreciação dos bens patrimoniais referente ao ano 2016.

Atualmente, a Coordenação Regional conta com uma frota de 15 (quinze) veículos sob responsabilidade, sendo 4 (quatro) motocicletas, 2 (dois) tratores, 2 (dois) caminhões), 6 (seis) caminhonetes e 1 (um) carro de passeio, sendo que estão em condições de uso, distribuídos na sede da Coordenação Regional e na área indígena, e são usados basicamente para transporte institucional e apoio logístico no transporte de alimentos e cargas e transporte de pessoal. Há necessidade de promover baixa de 5 (cinco) veículos, considerando que não é possível o seu conserto, em virtude do alto valor a ser gasto. A média de tempo de uso das viaturas oficiais é de 11 anos. A média de uso de representação institucional é de, aproximadamente, 3.000 mil km/veículo/ano = 30.000 km/ano.

Segue-se a Instrução Normativa n.º 9, de 26 de agosto de 1994, a qual regulamenta a forma de utilização das viaturas oficiais, porém, com relação à destinação dos veículos inservíveis não seguimos uma política ou legislação específica.

Atualmente, a Coordenação Regional conta com uma frota de 15 (quinze) veículos sob responsabilidade, sendo 4 (quatro) motocicletas, 2 (dois) tratores, 2 (dois) caminhões), 6 (seis) caminhonetes e 1 (um) carro de passeio, sendo que estão em condições de uso, distribuídos na sede da Coordenação Regional e na área indígena, e são usados basicamente para transporte institucional e apoio logístico no transporte de alimentos e cargas e transporte de pessoal. Há necessidade de promover baixa de 5 (cinco) veículos, considerando que não é possível o seu conserto, em virtude do alto valor a ser gasto.

Os servidores são responsáveis pelas viaturas que dirigem, sendo que o abastecimento é feito com o uso de cartão expedido pela empresa Administradora, conforme as demandas apresentadas.

Não há plano visando à substituição/renovação da frota de viaturas oficiais, em virtude das restrições orçamentárias impostas à Funai nos últimos exercícios.

Reiteramos que esta Unidade Jurisdicionada não dispõe de um plano relacionado à destinação de veículos inservíveis, em virtude da necessidade de proceder à baixa patrimonial de 6 (seis) viaturas oficiais em estado inservível.

Nesse sentido, salientamos que foi solicitado junto à sede da Funai a formação de uma comissão visando aos procedimentos de baixa patrimonial das referidas viaturas.

Gestão do patrimônio imobiliário da União

Não dispomos de controle relacionado à gestão de imóvel no âmbito desta Coordenação Regional, pois não possuímos acesso ao Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNet.

Distribuição geográfica dos imóveis da União - A unidade possui um imóvel patrimoniado, a Terra Indígena Maraiwatsédé, cuja área abrange é abrangida pelos municípios de Alto da Boa Vista, Ribeirão Cascalheira e São Félix do Araguaia, num total de 167.411 hectares (1.674,11 Km²), RIP n.º 012700002.500-1.

Os dados referentes ao RIP foram obtidos nesse sistema.

Informações sobre imóveis locados de terceiros

A Unidade Jurisdicionada possui 01 (um) imóvel locado de terceiros e 1 (um) anexo do referido imóvel, ambos localizados no município de Ribeirão Cascalheira.

Valores ANUAIS das locações dos imóveis:

Locação do imóvel onde funciona a Coordenação Regional de Ribeirão Cascalheira: R\$ 24.656,08

Locação do anexo ao imóvel : R\$ 11.274,24

Em relação aos critérios de sustentabilidade ambiental em relação às aquisições de bens e serviços, manifestamos que:

Atualmente esta Unidade Jurisdicionada não dispõe de uma política de sustentabilidade ambiental.

Esta Unidade não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).

Nesta Unidade não ocorre a separação de resíduos recicláveis descartados, nem existe destinação dos mesmos a associações e cooperativas de catadores, conforme a legislação vigente.

As contratações atuais não foram firmadas dentro dos parâmetros de sustentabilidade ambiental.

Esta Unidade não possui um plano de gestão logística sustentável (PLS), de acordo com o artigo 16 do Decreto 7.746/2012.

Esta Unidade não dispõe de um quantitativo de servidores que possibilite um direcionamento visando à adoção de práticas para viabilizar uma política de sustentabilidade ambiental abrangendo todas as áreas citadas neste tópico.

Gestão do Patrimônio e Infraestrutura - Coordenação Regional de CR Alto Purus

Gestão da frota de veículos

A UPC durante o ano de 2016 continuou com o Contrato nº 27/2015 de gestão de frota. Este contrato é essencial para o funcionamento da instituição na realização das ações das atividades meio e finalísticas da Coordenação Regional Alto Purus/AC e Frente de Proteção Etnoambiental Envira. As vantagens de um contrato com este é que tem um sistema tão amplo que vão além do controle de combustível e a ampliação da oferta de produtos facilita o dia a dia dos gestores e usuários. Para tanto, esta UPC neste novo contrato procurou aprimorar os meios de controle da frota, visando assegurar uma prestação mais eficiente e econômica do serviço de transporte, além de oferecer um melhor detalhamento da despesa. Vale ressaltar que este modelo de gerência nos trouxe maior economicidade na aplicação do planejamento de gastos e das demandas sugeridas e surgidas em momentos ocasionais de urgências. Outro benefício de um contrato deste porte foi à possibilidade de acessibilidade em praticamente toda área vinculada administrativamente à Coordenação Regional Alto Purus/AC, eliminando assim, o uso de contratos individualizados com postos de combustíveis em lugares onde UPC está presente.

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Decreto Federal No 9.658/1990;

Resolução No 113/2000 do CONTRAN;

Instrução No 03/2008 do MPOG.

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A frota de veículos desta UPC é própria. Sem dúvida, dispor de uma frota de veículo capaz de facilitar o deslocamento de servidores, indígenas, colaboradores é fundamental para o alcance dos seus objetivos e missão da instituição, já que é impossível proteger e promover os direitos dos Povos Indígenas sem acessar às próprias Terras Indígenas. Há uma série de veículos parados que foram categorizados como inservíveis e estão no pátio aguardando a Portaria para desfazimento de bens. A renovação da frota é fundamental para alcançar as aldeias no sentido de realizar sua fiscalização, controlar o ingresso de estranhos, assistir aos indígenas, aqueles que não têm renda, com fornecimento de ferramentas e materiais, visando valorização da diversidade biológica, dos sistemas agrícolas tradicionais e do uso e manejo destes recursos vinculados ao conhecimento e cultura das populações tradicionais e agricultores familiares. Com isso, estimulando a segurança alimentar nutricional, além do mais, participar de reuniões, realizar a logística da equipe da Frente de Proteção Etnoambiental nas Bases Xinane e D'ouro e eventos de interesse das comunidades.

Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UPC, bem como sua totalização por grupo e geral;

Tabela 5 Relação de Veículos UPC Alto Purus

Quant.	Descrição	Placa	Conservação	Localização
01	Automóvel Volkswagen de passeio 5 passageiros tipo Gol, ano modelo/ fabricação 2004/2005.	MZW 3729	Antieconômico	Cr Alto Purus
02	Automóvel Volkswagen de 10 passageiros tipo Kombi, ano modelo/fabricação 2004/2005	MZW 3629	Regular	Cr Alto Purus
03	Automóvel Volkswagen de passeio 5 passageiros tipo Santana ano modelo /fabricação 1995	MZN 4591	Antieconômico	Cr Alto Purus
04	Automóvel Volkswagen de passeio 5 passageiros tipo Santana ano modelo /fabricação 1994/1995	MZN 5632	Antieconômico	Cr Alto Purus
05	Automóvel modelo pick-up/caminhonete Mitsubishi L200 5 passageiros, ano modelo/fabricação 2008	MZY 1226	Regular	Cr Alto Purus
06	Automóvel modelo pick-up/caminhonete Mitsubishi L200 5 passageiros, ano modelo/fabricação 2008	MZY 1276	Regular	Cr Alto Purus
07	Automóvel modelo pick-up/caminhonete Mitsubishi L200 5 passageiros, ano modelo/fabricação 2005	MZX 1367	Irrecuperável	Cr Alto Purus
08	Automóvel modelo pick-up/caminhonete Toyota Bandeirante 5 passageiros ano modelo/fabricação 2000	MZT 2322	Irrecuperável	Cr Alto Purus
09	Motocicleta Honda XLR 125 cc, ano modelo/fabricação 2002.	MZZ 0384	Regular	Cr Alto Purus
10	Motocicleta Honda XLR 125 cc, ano modelo/fabricação 2002.	MZZ 0374	Regular	Cr Alto Purus

11	Carroceria Reboque, marca Lana Pegassus fabricação 2006	MZT 7329	Bom	Cr Alto Purus
12	Automóvel modelo pick-up/caminhonete Mitsubishi L200 Triton 5 passageiros, ano modelo/fabricação 2013	NXS 9022	Bom	Cr Alto Purus
13	Automóvel modelo pick-up/caminhonete Mitsubishi L200 Triton 5 passageiros, ano modelo/fabricação 2013	NXS 9012	Bom	Cr Alto Purus
14	Automóvel modelo pick-up/caminhonete Mitsubishi L200 Triton 5 passageiros, ano modelo/fabricação 2013	NXT 9580	Bom	Cr Alto Purus
15	Caminhão marca Ford, com carroceria de madeira, tipo F4000 não modelo/fabricação 2008/2009	KAM 9821	Bom	Cr Alto Purus
16	Automóvel FIAT de passeio 5 passageiros tipo Prêmio, ano modelo/ fabricação 1987.	MZU 6400	Irrecuperável	Cr Alto Purus
17	Automóvel modelo pick-up/caminhonete Mitsubishi L200 Triton 5 passageiros, ano modelo/fabricação 2013	QBU 3570	Bom	Cr Alto Purus

Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c”;

Carros e Caminhonetes: 25.000 km/ano;

Caminhão: 15.000 km/ano;

Idade média da frota, por grupo de veículos;

Motos: 15 anos em média;

Carros: 17 anos em média;

Caminhonetes: 7 anos em média;

Caminhão: 08 anos em média.

Custos associados à manutenção da frota;

No exercício de 2016 foi executado o valor de R\$ 257.108,58 (duzentos e cinquenta e sete mil cento e oito reais e cinquenta e oito centavos) com aquisição de combustíveis e manutenção dos veículos da Coordenação Regional Alto Purus, Frente de Proteção Etnoambiental Envira e Coordenações Técnicas. Com o seguro obrigatório e licenciamento foi gasto o valor de R\$ 1.353,97 (mil trezentos e cinquenta e três reais e noventa e sete centavos).

Plano de substituição da frota;

É importante ressaltar que essa UPC não dispõe ainda de um plano para substituição da frota de veículos. Também, em decorrência da carência de servidores, a UPC ainda não realizou nenhum estudo minucioso para se verificar a viabilidade econômica de uma

possível terceirização da frota da UJ. Muito embora, necessite, pois não existe em seu quadro de servidores nenhum cargo de motorista.

Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

No âmbito da Funai, com suas peculiaridades de citação a Terras Indígenas remotas e estradas vicinais de difícil acesso e, às vezes em momentos abruptos de acordo com as necessidades, é preferível manter uma frota própria com manutenção específica e motorista do quadro para realizarem esse tipo de missões pouco casuais em outros órgãos.

Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Sistema de gestão de frota, para controle de abastecimento e manutenção dos veículos;

Requisição de veículos, para controle da data, hora, motorista, destino, natureza do serviço de cada veículo utilizado; e

Controle diário de saída e entrada de veículos, feito pelo em separado e assinado pelo motorista;

Check-list de verificação do estado físico do veículo entrada e saída.

Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

No exercício de 2016, a UPC não instituiu nenhuma política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições no âmbito da UPC.

Gestão do patrimônio imobiliário da União

A estrutura de Controle e de gestão do Patrimônio Imobiliário é realizada por um servidor por meio da utilização do Sistema de Gerenciamento dos imóveis de uso especial da União – SPIUnet. Em 2016, houve o acompanhamento mensal das depreciações no Sistema Integrado de Administração e Serviços – SIADS e o envio do Relatório Mensal de Bens Móveis - RMB para à Coordenação de Contabilidade da Funai em Brasília/DF. Estes procedimentos foram considerados um avanço no que refere a Gestão de Patrimonial da UPC, uma vez que a situação anos anteriores era inexistente. Vale lembrar que todos os bens patrimoniais posteriores ao ano de 2010 estão lançados no SIADS. Quanto à distribuição geográfica dos imóveis da União, a UPC é responsável pelos os seguintes imóveis:

Quadro 87 - Relação de patrimônio imobiliário da União sob responsabilidade da UPC

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA			QUANTIDADE DE IMÓVEIS SOBRE A RESPONSABILIDADE DA CR	
Estado	Cidade	Endereço	Características do Imóvel	RIP
Acre	Rio Branco	Estrada Dias Martins, nº 2111, Chácara IPÊ, CEP: 69917-560	Residência modesta ou popular	0139.00459.500-0
	Sena Madureira	Terra Indígena Mamoadate	Usufruto exclusivo indígena	0145.00031.500-8
	Manoel Urbano	Terra Indígena Alto Rio Purus	Usufruto exclusivo indígena	0155.00005.500-3
	Assis Brasil	Terra Indígena Cabeceira do Rio Acre	Usufruto exclusivo indígena	0157.00012.500-8
		Terra Indígena Mamoadate	Usufruto exclusivo indígena	0157.00013.500-3
	Santa Rosa do Purus	Terra Indígena Alto Rio Purus	Usufruto exclusivo indígena	0661.00003.500-9
Amazonas	Boca do Acre	Terra Indígena Capana	Usufruto exclusivo indígena	0215.00046.500-4
		Terra Indígena Apurinã do km 124-BR 317	Usufruto exclusivo indígena	0215.00054.500-8
		Terra Indígena Camicuã	Usufruto exclusivo indígena	0215.00055.500-3
		Terra Indígena Boca do Acre	Usufruto exclusivo indígena	0215.00056.500-9
	Lábrea	Terra Indígena Kaxarari	Usufruto exclusivo indígena	0251.00043.500-4
		Terra Indígena Boca do Acre	Usufruto exclusivo indígena	0251.00045.500-5
		Terra Indígena Apurinã do km 124-BR 317	Usufruto exclusivo indígena	0251.00046.500-0
Rondônia	Porto Velho	Terra Indígena Kaxarari, Vila Extrema	Usufruto exclusivo indígena	0003.00602.500-0

Destaca-se que os Imóveis de Uso Especial da União sobre a jurisdição da UPC estão em sua maioria registrados nos SPIUnet, em especial, as terras indígenas que são cadastradas logo após a publicação dos respectivos decretos de homologações no Diário Oficial da União. Os imóveis onde funcionam as sedes das Coordenações Técnicas Locais – CTL não

estão cadastrados no SPIUnet, por conta das seguintes justificativas, conforme informações abaixo:

Coordenação Técnica Local de Santa Rosa do Purus (AC):

Funciona no município de Santa Rosa do Purus-AC desde 2012, com sua instituição na localidade ocorrendo a partir do seguinte histórico: até Abril de 2012 não se havia instituído a unidade de Santa Rosa do Purus, sendo que indígenas da região eram atendidos pela Coordenação Técnica Local de Manoel Urbano (AC), que possuía estrutura física própria e funcionava junto ao município de Sena Madureira-AC. A partir da demanda dos indígenas por uma unidade da Funai que atuasse com maior proximidade às Terras indígenas da região do município de Santa Rosa do Purus, apresentada desde meados de 2011 a Coordenação Regional. Desse modo, apresentou-se solicitação de transferência da Coordenação Técnica Local de Manoel Urbano (AC) para o município de Santa Rosa do Purus (AC) junto a Presidência da Instituição, sendo atendido através da Portaria nº 354/PRES, de 12/04/2012 e publicado na Separata do Boletim de serviço da Funai nº 07, de 13/04/2012.

A partir da entrada em vigor de Portaria supracitada iniciou-se processo de transferência da unidade que, como destacado acima, possuía estrutura física própria no município de Sena Madureira-AC. Ademais, possuía somente 01 (um) servidor o próprio Chefe da CTL, ocupante do cargo efetivo de Monitor Bilíngue. Mediante esta situação, o referido servidor e a UPC articularam-se para providenciar espaço físico para instalação provisória da Unidade no município de Santa Rosa do Purus-AC. A sede do município de Santa Rosa do Purus é extremamente carente de espaços físicos públicos e privados adequados para cessão e/ou locação, em razão, sobretudo, de sua pouca população urbana e dificuldade de acesso (chega-se a região somente por via área e fluvial).

No ano de 2013 foi instalado viabilizado local adequado com as características necessárias para a instalação física da Coordenação Técnica Local de Santa Rosa, com apoio da Prefeitura do Município de Santa Rosa do Purus/AC e Secretaria de Estado de Educação do Acre a disponibilização de 01 sala no núcleo da Secretaria Estadual de Educação - SEE/AC para abrigar temporariamente da CTL, sendo que até a presente data a unidade funciona neste espaço cedido informalmente e localizado no endereço Rua Coronel José Ferreira, S/N, Bairro Cidade Nova.

No ano de 2014 a Prefeitura do Município de Santa Rosa do Purus/AC, através da Lei Municipal nº 005/2014, de 21.08.2014, fez doação de terreno a UPC, sendo que a Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Purus/AC ainda não expediu Termo de Doação. Ademais, o

cadastro deste terreno doado a Instituição encontra-se impedido no momento em função das Terras do município de Santa Rosa do Purus estarem sem regularização do Estado, a ser realizada pelo ITERACRE (Instituto de Terras do Acre), o que impede consequentemente expedição de Título Definitivo de posse e regularização cartorial do imóvel, documentação necessária para cadastro no SPIUnet.

Coordenação Técnica Local de Assis Brasil (AC):

Com relação ao imóvel onde funciona a Coordenação Técnica Local de Assis Brasil-AC, a documentação reporta-se a um terreno de 480 m² situado na Avenida Getúlio Vargas, centro do município de Assis Brasil-AC, encontra-se em processo de regularização fundiária e seu histórico da seguinte forma: em 27 de dezembro de 2004 foi apresentado Projeto de Lei nº 038 na Câmara de Vereadores daquele município que autorizava a prefeitura de Assis Brasil-AC a realizar a doação do lote de terra com as seguintes confrontações, frente com a Avenida Getúlio Vargas, lado direito com o lote nº 07, lado esquerdo com o lote nº 05 e fundo com a área do senhor Abel Severo Bezerra. No mesmo dia 27 de dezembro de 2004 foi aprovado o projeto de Lei nº 038 com respectiva Ata de Aprovação e, no dia 30 de dezembro de 2004 foi publicado Lei nº 058 que autorizava a referida doação para esta UPC construir a sede da Coordenação Técnica Local naquele município. Foi produzido contrato municipal de doação assinado pelo então prefeito Manoel Batista de Araújo e pela Coordenadora Regional da época a senhora Vânia Simone Albano de Lucena.

Portanto, para que seja inserido o patrimônio no SPIUnet é necessário título definitivo, escritura pública com matrícula e registro em cartório de imóveis, tais documentações estão sendo providenciadas para a regularização do imóvel em questão.

Coordenação Técnica Local de Sena Madureira (AC):

No que tange a Coordenação Técnica Local de Sena Madureira a qual funciona desde 2012 no imóvel (terreno medindo 13,50 X 13,50 metros), situado na Avenida Avelino Chaves, nº 1074, bairro Centro, em Sena Madureira, temos a informa que o referido imóvel possui título definitivo, lavrado às folhas 33 do livro nº 01; entretanto o Cartório de Registro de imóveis se nega a averbar o referido título, com a alegação que o mesmo não tem validade, pois na data da doação (Lei de Doação nº 004 de 27 de maio de 1994), as terras pertenciam a União e não ao município motivo pelo qual o termo de doação e consequentemente o título definitivo, não teria valor jurídico; fato este que impossibilita o cadastramento do referido imóvel no Sistema de Patrimônio da União.

Faz-se salutar esclarecermos que a doação pura e simples somente pode ocorrer quando o donatário for outro órgão ou entidade da Administração (art. 17, I, b, Lei nº. 8666/93), que é o caso em tela; motivo pelo qual a doação quer por parte do município ou da União será legítima. Cabe registrar por oportuno, que está UPC não tem medido esforços para solucionar este problema. No dia 18 de julho de 2014, foi protocolado junto a Prefeitura um requerimento de retificação das informações, para que seja elaborado um novo Termo de Doação e consequentemente, expedido Título Definitivo do Imóvel com valor legal o qual possa ser averbado junto ao Cartório de Imóveis e, por conseguinte cadastrado o referido imóvel no Sistema de Patrimônio da União.

Coordenação Técnica Local de Boca do Acre/AC:

A sede da Coordenação Técnica Local de Boca do Acre - AM, esta funcionando atualmente em um prédio cedido informalmente pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA desde 1985 onde a representação da Funai foi retirada das Aldeias através dos Postos Indígenas-PINS e foi transferido para a cidade de Boca do Acre - AM. Essa cessão era provisória até que a Funai pudesse adquirir um espaço próprio naquele município para construir sua sede.

Com o objetivo de buscar um espaço próprio para instalação da sede da Coordenação Técnica Local de Boca do Acre/AM, em 22 de Setembro de 1995 o Prefeito do Município de Boca do Acre emitiu um Título de Aforamento em que ele concedia por aforamento à UPC, cuja características são: lote de 330m² de seu patrimônio nº 4.457 situado na Rua BL-1 Platô do Piquiá. Porém esse título de aforamento não dá a Funai o direito de posse do imóvel e logo não pode ser inserido no SPIUnet. Uma vez que, não foi doado para esta UPC e nada foi realizado de benfeitoria no terreno desde que foi emitido o Título de Aforamento.

Observa-se que, conforme parágrafo 4º do Título de Aforamento a UPC tinha prazo de três meses para tornar o terreno útil cercando ou edificando em todo ou em parte como fosse conveniente, fazendo qualquer outra sorte de benfeitoria de modo a torna-lo proveitoso, sob pena de devolver a prefeitura de Boca do Acre - AM o lote de terra nº 4.457. Logo, subentende-se que este Título de Aforamento não tenha mais validade alguma e que esta UPC necessite buscar um novo espaço para instalação da Coordenação Técnica Local de Boca do Acre - AM.

Coordenação Técnica Local de Extrema, distrito de Porto Velho (RO):

A sede da Coordenação Técnica Local de Vila Extrema está situada na Rua Juazeiro nº 145, Bairro: Planalto, Distrito de Vila Extrema, município de Porto Velho/RO. Quanto a essa CTL temos a embora em pleno funcionamento, a referida Coordenação encontra-

se instalada provisoriamente na Sede da Organização das Comunidades Indígenas Kaxarari, que disponibilizou o espaço físico de forma provisória e sem ônus, conforme Ofício nº 005/OCIK/2014.

Convém mencionar, que Extrema de Rondônia é um distrito de Porto Velho, capital de Rondônia, que se encontra na luta para transformar-se no 53º município do Estado de Rondônia. Apesar de já ter sido criado através da Lei 2.264/2010, em março de 2010 e ter orçamento aprovado para sua implantação, até o momento não houve manifestação do Governo do Estado de Rondônia efetivando o município de Extrema (de Rondônia).

Em síntese, as terras deste município estão em fase de regularização fundiária; fato este que gera impeditivos para locação e aquisição de imóveis por parte da Administração Pública Federal; assim sendo não temos informações a serem cadastradas no Sistema de Patrimônio da União; no que tange a Coordenação Técnica Local de Vila Extrema; pois não possuímos imóveis naquela região.

Por outro lado, as despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis não foram incluídas no SPIUnet pelas justificativas apresentadas nos parágrafos anteriores, sobretudo, por esses imóveis ainda não estarem registrados no SPIUnet. Uma vez que a UPC iniciou-se em 2013 o processo 08779.000017/2013 para reforma das CTLs de Assis Brasil/AC e Boca do Acre/AM bem como a construção da CTL de Sena Madureira/AC. Foram realizados os procedimentos licitatórios na modalidade Tomada de Preço (01/2014) e contratada para a execução dos serviços a empresa CONSTRUTORA DEUS PROVERÁ LTDA – EPP no valor de R\$ 150.399,57.

Frisa-se ainda que no exercício de 2015 não houve no âmbito da UPC formalização de cessão, para terceiros. Para tanto, sabemos que a Gestão Patrimonial de bens imóveis desta CR está em fase construção e aprimoramento visto que até o exercício de 2012 essa gestão era centralizada na Funai sede em Brasília e a partir de 2012 foi descentralizado às CRs, porém sem prestar nenhum tipo de treinamento aos servidores que operariam o Sistema SPIUnet. Em 2015 a CR buscou junto ao Serviço de Patrimônio da União na cidade de Rio Branco, capacitação para dois servidores para que os mesmos obtivessem os conhecimentos necessários à Gestão Patrimonial dos seus bens imóveis.

Essa capacitação ocorreu, contudo, como os registros dos bens imóveis é algo pontual e que não demanda que servidores se dediquem exclusivamente para essa finalidade, até porque a CR não possui servidores o suficiente para designar que um servidor fique exclusivamente a disposição da Gestão dos imóveis, os riscos maiores relacionados a gestão dos

imóveis pertencentes a CR são a indisponibilidade de servidores para atuar na área o que pode provocar a falta de atualizações de dados registrados no SPIUnet por conta da ausência de servidor capacitado, bem como a demora na regularização fundiária dos bens onde funcionam as sedes das CTLs nos municípios, fato esse que depende de outras entidades como Prefeituras, Câmara de Vereadores e Cartórios de Registro de Imóveis nos municípios.

Algumas formas de controle para mitigação dos riscos existentes na gestão Patrimonial são a capacitação permanente de servidores, a fixação de rotinas específicas para gestão Patrimonial da CR e a designação de servidor responsável para atuar nessa gestão Patrimonial, vale frisar que para designação de servidor para essa área a CR precisaria receber a contratação de novos servidores ou designar servidor que já possui suas atribuições rotineiras para que este absorva também a gestão Patrimonial.

Gestão ambiental e sustentabilidade

A UPC desenvolve ações de sustentabilidade socioambiental, porém ainda não de forma sistemática. Essa adoção de política de responsabilidade socioambiental requer decisão instituição, que perpassa pelo comprometimento individual e coletivo dos quadros, mas anteriormente, deve ser realizada campanha de conscientização, por sua vez precedida da criação de comitê que reúna aparatos legais pertinentes à temática, apresente experiências exitosas na esfera administrativa federal, bem com proponha matriz de monitoramento e avaliação de ações de sustentabilidade, conforme preconiza a Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 10, de 12.11.2012, que estabelece regras para elaboração de Planos de Gestão de Logística Sustentável, bem como a Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 01, de 19.01.2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na Administração Pública Federal.

O enfrentamento do desperdício se tornou um desafio para a Administração Pública, que deve estabelecer estratégias inovadoras de economicidade e racionalização uso dos recursos naturais, como forma de garantir a sustentabilidade do planeta, especialmente no atual contexto político-econômico do país, que exige medidas de contingenciamento dos gastos.

Nesta perspectiva, a UPC, mas que apresentar as ações realizadas eventualmente, se propõe em estabelecer Agenda Ambiental da Administração Pública e elaborar um Plano de Gestão de Logística Sustentável, que observe parâmetros já preconizados nos instrumentos legais e normativos, que inclui conceitos como: reduzir, repensar, reutilizar, reciclar e recusar. Ainda, realizar planejamento, monitoramento e avaliação para potencializar a gestão sustentável no Âmbito da UPC.

A seguir enumeramos as ainda tímidas ações desenvolvidas no âmbito desta unidade, que consistem em:

Conscientizar servidores e colaboradores acerca da gestão sustentabilidade: realizamos campanhas de conscientização denominada “eco atitudes”, que sugere medidas de racionalização do uso dos recursos, alertando para possíveis consequências da utilização desordenada podem causar ao planeta, e especificamente, incide na administração pública o desperdício dos recursos orçamentários e financeiros quando não há uso racional. Esta campanha foi impressa em papel reutilizado e fixada em locais estratégicos da unidade, com orientações acerca do consumo de papel, tinta, combustível, copos descartáveis, água mineral e energia elétrica, bem como da destinação dos resíduos, conforme alguns exemplos da campanha abaixo:



Aprimorar processos de aquisição de produtos e contratação de serviços sob o prisma da sustentabilidade socioambiental: as licitações da UPC no exercício pautaram-se a medida do possível, inclusive dispensas de licitação, no princípio da sustentabilidade. Aquisição de material de consumo e permanente, também para contratação de serviços, que respectivamente, priorizou produtos biodegradáveis, reciclados, não poluentes, bem como serviços de empresas que atendam critérios socioambientais, inclusive exigindo declaração de sustentabilidade das licitantes. Neste sentido, adquirimos condicionador de ar com selo de

classificação A, pelo INMETRO e com utilização de gás ecológico R-410^a e ionizado, para ilustrar os critérios de compras realizadas pela Coordenação.

Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Elencamos os principais fatores que influenciam negativamente na adoção de ações de sustentabilidade ambiental, primeiramente, o mercado local que ainda se encontra aquém dos conceitos de sustentabilidade, assim não se propõe a ofertar produtos dentro do conceito de sustentabilidade socioambiental; e segundo, o reduzido quadro da Coordenação e baixa apropriação da demanda para construção de gestão ambiental; e por fim, as prioridades institucionais, que por razões culturais não focam na implementação de iniciativas relevantes que coadunem para uma política de responsabilidade socioambiental.

Gestão do Patrimônio e Infraestrutura - Coordenação Regional do Noroeste de Mato Grosso/Juína – MT

Gestão do patrimônio e infraestrutura

A gestão patrimonial é feita através do Sistema da Administração e Serviços - SIADS que adequa a unidade aos critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público no que se refere a redução dos valores dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência de acordo com a NBC T16.9. A Unidade necessita de modernização para cumprir a contento a missão institucional, especialmente no que se refere à gestão, fiscalização e monitoramento ambiental e territorial das Terras Indígenas, por exemplo, a última compra de aparelhos de georreferenciamento (GPS) e máquinas fotográficas ocorreu no exercício 2011. Os aparelhos que a Unidade possui estão obsoletos ou já fora da sua vida útil.

Gestão da frota de veículos

A Coordenação Regional Noroeste do Mato Grosso possui frota própria de veículos e sua utilização é regida pela IN N°03 SLTI/MPOG, de 15/05/2008. Internamente, o uso dos veículos é controlado por boletins diários. O Art. 243 da PORTARIA No 1.733/PRES, 27 de dezembro de 2012, permite aos Coordenadores Regionais propor a estruturação de núcleos para a execução de atividades específicas na sua área de atuação, cuja criação e detalhamento das competências serão definidos em ato do Presidente da Funai. Seguindo exemplo de outras unidades descentralizadas, a CR NOMT necessita instituir o Núcleo de Transporte, para fins de

administração e controle da frota de veículos, principalmente no que tange ao acompanhamento de veículos em manutenção.

A frota da CR NOMT é composta por trinta e oito veículos ativos, que estão classificados da seguinte forma:

Transporte de carga pesada – 10 caminhões utilizados no escoamento da produção oriunda das terras indígenas, principalmente em apoio ao transporte de Castanha do Brasil, produção de farinha de mandioca e outros;

Transporte de carga leve - 18 caminhonetes para execução de atividades nas terras indígenas tais como fiscalização e monitoramento, transporte de insumos, transporte de equipes técnicas, etc;

Transporte de pessoal – 01 automóvel, 01 furgão e 01 motocicleta, utilizados nas atividades administrativas; Transporte coletivo - 02 ônibus e 05 vans, utilizados principalmente no transporte de indígenas envolvidos em atividades coletivas, tais como reuniões, seminários, e agendamento de atendimento para concessão de benefícios sociais, etc.

A unidade também possui nove carretas reboque para transporte de embarcações e três tratores agrícolas.

A frota de veículos é essencial para o desenvolvimento de planos de trabalho e alcance de metas estabelecidas, sendo de alta relevância nas ações de monitoramento e fiscalização territorial e gestão ambiental nas terras indígenas, bem como nas ações de etnodesenvolvimento, principalmente no escoamento da coleta de Castanha do Brasil, que têm se tornado a principal fonte de renda sustentável entre as etnias Cinta Larga e Rikbaktsa.

A opção por utilização de veículos próprios está em sintonia com a política da instituição. A UJ dispõe de uma frota que atende a contento as especificidades das atividades desenvolvidas, não sendo justificável, a princípio, a locação de veículos. A aquisição de novos veículos ocorre quando há inviabilidade econômica de manutenção mecânica com a relação da vida útil do veículo, momento que requer a baixa de patrimônio pela caracterização de equipamento antieconômico ao erário.

Transporte coletivo - 02 ônibus e 05 vans, utilizados principalmente no transporte de indígenas envolvidos em atividades coletivas, tais como reuniões, seminários, e agendamento de atendimento para concessão de benefícios sociais, etc.

A unidade também possui nove carretas reboque para transporte de embarcações e três tratores agrícolas.

A frota de veículos é essencial para o desenvolvimento de planos de trabalho e alcance de metas estabelecidas, sendo de alta relevância nas ações de monitoramento e fiscalização territorial e gestão ambiental nas terras indígenas, bem como nas ações de etnodesenvolvimento, principalmente no escoamento da coleta de Castanha do Brasil, que têm se tornado a principal fonte de renda sustentável entre as etnias Cinta Larga e Rikbaktsa.

A opção por utilização de veículos próprios está em sintonia com a política da instituição. A UJ dispõe de uma frota que atende a contento as especificidades das atividades desenvolvidas, não sendo justificável, a princípio, a locação de veículos. A aquisição de novos veículos ocorre quando há inviabilidade econômica de manutenção mecânica com a relação da vida útil do veículo, momento que requer a baixa de patrimônio pela caracterização de equipamento antieconômico ao erário.

Política de destinação dos veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Por falta de espaço no pátio da Sede, os veículos fora de circulação estão alocados no pátio da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Juína. Urge a necessidade de instituir comissão para realizar o desfazimento não só desses veículos como também de outros bens móveis classificados como ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis.

A Coordenação Regional de Mato Grosso possui em sua frota de veículos 13(treze) veículos classificados como inservíveis/fora de uso. No levantamento patrimonial dos exercícios anteriores foi apontado no relatório conclusivo da necessidade da criação de uma comissão para os procedimentos legais com objetivo de efetuar a baixa dos mesmos, porém até o momento ocorreu. Quanto os veículos as despesas que ocorre são a regularização da documentação (DPVAT e Seguro Obrigatório), em razão que para futura baixa se faz necessário a documentação estar em dia.

Gestão do patrimônio imobiliário da União

Está sob a responsabilidade da UJ o quantitativo de quatorze imóveis da União, devidamente cadastrados no SPU sob regime de usufruto exclusivo indígena. As Terras Indígenas Batelão e Manoki não tiveram o processo de regularização concluído, portando não se encontram registradas no Sistema de Patrimônio da União – SPIUnet. As Terras Indígenas Enawenê Nawê e Aripuanã, possuem mais de um registro no SPIUnet, estando as mesmas divididas em registros distintos por município de abrangência. As CTLs Aripuanã I e II atuam em prédio próprio em terreno doado pela prefeitura do município de Aripuanã/MT."

Informações sobre imóveis locados de terceiros

O imóvel locado para o funcionamento da Sede da Regional no valor de R\$6.944,64(seis mil novecentos e quarenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), a locação do imóvel se fez necessário em razão que o órgão não possui prédio próprio e nem mesmo existe imóveis da União disponível no município./ Também ocorreu locação nos municípios de Juara-MT e Brasnorte-MT, fim de atender as CTLS respectivamente Juara e Brasnorte nos valores de R\$1.603,87(Hum mil seiscentos e três reais e oitenta e sete centavos) e R\$1.562,05(Hum mil quinhentos e sessenta e dois reais e cinco centavos). Nos municípios citados também não havia prédio próprio e nem imóveis publico para cessão.

Gestão ambiental e sustentabilidade

Essa UJ entende que as contratações públicas sustentáveis constituem relevante instrumento de contribuição para a reorganização da economia com novos paradigmas. No Brasil, inserem-se em um contexto de agendas nacionais que orientam as ações e as políticas para o desenvolvimento sustentável, ou seja, para uma forma de desenvolvimento que satisfaça as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades. Sob tal perspectiva, as contratações públicas sustentáveis representam a adequação da contratação ao que se chama consumo sustentável. Significa pensar a “proposta mais vantajosa para a administração” levando-se em conta não apenas o menor preço, mas o custo como um todo, considerando a manutenção da vida no planeta e o bem-estar social. Vale lembrar que os recursos naturais do país e sua biodiversidade são recursos públicos e como tal devem ser preservados. A CR/NO não dispõe de pregoeiro exclusivo, compartilhamos o mesmo com a CR/Cuiabá - MT. No exercício de 2016 por falta de disponibilidade de servidor para a função de pregoeiro não ocorreu processos licitatório, porem os contratos em vigência estão dentro das normas de sustentabilidade. A unidade não elaborou o seu PLS nem mesmo participa a agenda ambiental da administração pública.

Gestão da Tecnologia da Informação

O Comitê Gestor de TI foi instituído por meio da PORTARIA Nº 118/PRES, de 25 de fevereiro de 2015.

Composição:

I - Chefe de Gabinete da Presidência – Presidente;

- II - Diretor da Diretoria de Administração e Gestão - Representante;
- III - Coordenador de Gestão em Tecnologia da Informação – Representante;
- IV - Coordenador-Geral de Gestão Estratégica - Representante;
- V - Diretor da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável - Representante;
- VI - Diretor da Diretoria de Proteção Territorial - Representante;
- VII - Diretor do Museu do Índio – Representante.

Conforme a PORTARIA Nº 118/PRES, de 25 de fevereiro de 2015, as principais atividades do Comitê Gestor de TI são:

- I - assegurar que a governança de TI seja devidamente considerada como parte da governança corporativa;
- II - aconselhar sobre o direcionamento estratégico;
- III - analisar os principais investimentos de TI;
- IV - deliberar sobre as políticas, diretrizes e planos relativos à TI;
- V - determinar as prioridades dos programas de investimentos em TI de forma integrada com as estratégias e as prioridades da Funai;
- VI - monitorar o estado atual dos projetos e resolver conflitos de recursos;
- VII - monitorar níveis de serviço e suas melhorias.

Segue abaixo uma tabela contendo um resumo das reuniões realizadas no exercício de 2016:

Data	Pauta	O que a TI Informou ao Comitê	Principais decisões Tomadas
27-04-2016	1- Estudo de necessidade de armazenamento; 2- Ações da Unidade com explanação do que foi realizado, o que está em andamento, e as deliberações; 3- Deliberações	1- Informações dadas pela Cogeti a respeito das deliberações da reunião anterior; 2- Apresentado projetos/ações desenvolvidas pela Cogeti e o que ainda está em andamento;	1- Aprovado os planejamentos da contratação dos seguintes: a Internet nas CRs Araguaia e Manaus; Soluções de Backup; Soluções de Segurança; Soluções de WiFi; Licenças de servidores; Infraestrutura para implantação do SEI; Ponto Eletrônico; Compra de computadores; Licença de softwares para sede; Terceirização de TIC (3 níveis) condicionada a apresentação de informação técnica; Sistema de controle de patrimônio;
09-06-2016	1- Política de Segurança: E-mail para terceirizados e estagiários 2- Política de Segurança: E-mail apenas para servidores ativos. 3- Política de Segurança: Vedação	1- A Cogeti informou que o custo é de aproximadamente R\$ 4,95 mensal de um e-mail e apresentou a possibilidade de o terceirizado utilizar um e-mail institucional da unidade. 2- A Cogeti informou que não há um normativo interno regulamentando essa questão e que a ANSEF solicitou a	1- Aprovado a não contratação de e-mail para estagiário e terceirizado condicionado que a empresa terceirizada forneça e-mail para seus colaboradores. 2- Aprovado que o e-mail será apenas para servidores ativos com ressalva de que licenciados antes de 3 meses não terão sua conta encerrada. 3- Aprovado a vedação da utilização

	de utilização de e-mail de outros provedores para tramitar informações e documentos da relativos à Funai. 4- Política de Segurança: Perfil de espaço de armazenamento 5- Política de Segurança: Contas temporárias de GTs e comissões 6- Política de Segurança: Rede WiFi equipamento particular 7- Política de Segurança: Níveis de acesso à Internet	manutenção das contas para os aposentados. 3- A Cogeti informou que os dados ficam vulneráveis quando são utilizadas ferramentas não institucionais. 4- A Cogeti propôs uma tabela perfil de espaço de armazenamento do e-mail. 5- A Cogeti propôs um prazo definido no cadastro ou no máximo 1 ano caso não especifique. 6- A Cogeti informou que foi realizado teste para contratação de equipamento e informou que no caso de aparelho particular pode ocorrer vazamento de informações. 7- A Cogeti apresentou uma proposta de perfis para acesso a Internet	da utilização de e-mail não institucional e a Funai deverá criar condições para isso. 4- Aprovado o perfil apresentado retirando-se o ocupantes de FG que terão e-mail de 1Gb. 5- Aprovado pelo CETIF conforme exposto. 6- Foi negado por unanimidade a utilização de aparelhos WiFi particulares. 7- Foi aprovado os perfis apresentados, contudo foi solicitado posicionamento da CGGE a respeito do uso da internet liberada no horário de almoço.
03-10-2016	1- Revisão do PDTIC quanto ao sistema de previsão de aposentadoria 2- Instalação de WiFi no edifício sede da Funai	1- A Cogeti informou que não possui uma ação específica no PDTIC elencando uma contratação de sistema de simulação de aposentadoria. 2- A Cogeti informou que a contratação estará como meta no PDTIC e assim que for possível a liberação do recurso será retomado a possibilidade da contratação;	1- Aprovada a revisão do PDTIC para inclusão de uma ação referente implantação do sistema de simulação. 2- Não aprovada a contratação devido situação financeira.

Principais sistemas de informação da UPC

Em relação a criticidade o principal sistema da área de atividade-fim da Funai é o Sistema de Informação Indigenista - SII, bem como os portais de Intranet e Internet. Na área de atividade-meio da Funai os sistemas mais críticos são o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, com início de implantação em 2016, e aqueles que representam impacto na avaliação funcional de desempenho e consequentemente na remuneração dos servidores da Fundação.

Listagem de Sistemas por Coordenação			
Sistema	Objetivos	Principais Funcionalidades	Responsável pela área de Negócio
SEI - Sistema Eletrônico de Informações	Gestão Documental	Sistema de gestão de processos e documentos arquivísticos eletrônicos	CGGE
Portal de Internet	Publicação de informações para o público externo da Funai	Manter as informações, campanhas e outras informações de interesse ao público geral.	ASCOM
Intranet	Disponibilizar informações para o público interno da	Manter formulários, links e banner de sistemas campanhas e outras	DAGES

	Funai	informações.	
Avaliação de desempenho	Realizar avaliação dos servidores da Funai	Contabilizar as notas da avaliação 360 para viabilizar gratificações de desempenho.	CGGP
SI3RC – Sistema de Informações de Índios Isolados e Recém Contatados	Controle de Ocorrências	Cadastro, Consulta e Relatórios	CGIIRC
SII - Licenciamento ambiental	Controle de Licenças	Cadastro, Consulta e Relatórios	CGLIC
SII - Módulo Fundiário	Controle de Terras Indígenas	Cadastro, Consulta e Relatórios. Desde a desintrusão até a homologação histórica da terra.	DPT
Harpia	Processar Imagens de Satélites	PDI – Processamento Digital de Imagens óticas e de radar para utilização no Centro de Monitoramento Remoto da Funai - CMR	CGMT/CGGEO
Painel WebGIS – CMR - Centro de Monitoramento Remoto	Produção dinâmica e digital de mapas temáticos para tomada de decisão	Publicar dados vetoriais, estatística, cruzamento de dados, ranking de eventos	
SIAUDI	Controle Auditoria	Cadastro, Consulta e Relatórios	Auditoria
SIADS	Gerenciamento dos bens materiais e patrimoniais da Funai	Gestão do Patrimônio, com cadastros e relatórios	CGRL

Plano de capacitação do pessoal de TI

O plano de capacitação de TI enviado pela Cogeti a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal e Treinamento - CODEP não teve os cursos realizados no exercício, porém, no ano de 2016, foram realizados cursos oferecidos pela ENAP, pelo Ministério da Justiça e pela própria CODEP por meio do SEI Usar aplicado in loco na Funai Sede.

Os treinamento efetivamente realizados foram:

SEI Usar EAD - Enap

SEI Usar - Codep

Análise da Contagem de Ponto de Função - Ministério da Justiça

Planejamento de Contratação de TI - Enap

Gestão de Contratos de TI - Enap

Seleção de Fornecedores - Enap

Quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho de TI

Os quantitativos são relativos à força de trabalho até 31/12/2016 em que não havia contrato de terceirização na unidade de TI para suporte e infraestrutura no Edifício Sede e consequentemente sem apoio às 37 Coordenações Regionais e 291 Coordenações Técnicas Locais que dependem do serviço de mensageria e Sistemas de Informação que a Sede fornece. São os seguintes quantitativos:

servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade: 0

servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade: 5

servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades: 4

servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades: 5

terceirizados de TI: 0

estagiários administrativo: 2

Por meio de estudos de Benchmarking, o grupo Gartner define que o tamanho ideal de uma equipe de Tecnologia da Informação dentro de uma empresa/órgão é de aproximadamente 5% do seu total de funcionários. Levando em consideração o número apresentado e o atual quadro de servidores somente da Funai SEDE, pode-se realizar um comparativo deste 5%, no qual resultaria que a área de TIC ideal para aproximadamente 800 funcionários deva conter aproximadamente 40 funcionários na área de TIC.

Processos de gerenciamento de serviços TI

Gerenciamento de Acesso: verificação da identidade e da permissão com base no perfil de usuário e conforme a Política de Segurança da Informação - POSIC aprovada pelo Comitê Estratégico de TI, concedendo acesso aos serviços, registrando e rastreando o acesso e removendo ou modificando permissões quando o status ou os papéis mudam. Implantação realizada em Firewall em 2016.

Cumprimento de Requisições: Por meio da ferramenta de recebimento de requisições de chamados técnicos (GLPI) os usuários solicitam os serviços de forma padronizada e podem fornecer informações sobre os serviços prestados.

Gerenciamento de Incidente: A ferramenta GLPI possibilita o registro e a gestão de incidentes de informações.

Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Tabela 6 Projetos de TI - 2016

Projetos de TI em 2016	Resultados Esperados	Alinhamento PDTIC	Valores orçados e despendidos	Prazo de Conclusão
SEI	Implantação em janeiro de 2017	N04- Adotar ferramentas sistêmicas para gestão e controle das atividades voltadas para o cumprimento dos objetivos fins e meios da Funai.	R\$ 360.000,00 (compra de scanners)	31/12//2016
Infovia	Substituição do contrato atual com a Oi, provimento de internet na unidade de sobradinho e opção de rede segura por meio de firewall integrado.	N01- Melhorar a Infraestrutura Física e Lógica e de Serviços de TIC da Rede Corporativa de Dados da Funai.	R\$ 80.943,06 (referente ao custeio empenhado para 2017)	01/05/2017
Storage	Capacidade de armazenamento para viabilização do SEI e redundância de armazenamento seguro na unidade da Funai no Rio de Janeiro.	N01- Melhorar a Infraestrutura Física e Lógica e de Serviços de TIC da Rede Corporativa de Dados da Funai.	R\$ 508.093 ,00 (valor descentralizado para execução na unidade do Rio de Janeiro)	31/12/2016
Terceirização do Suporte de TI	Atendimento às requisições de serviços no âmbito do Ed. Sede e unidade de Sobradinho.	N03- Reestruturar a equipe técnica da COGETI e capacitar servidores para continuidade e implementação das ações de TIC.	R\$ 1.038.811,62 (Valor total do Contrato para empenho em 2017)	31/12/2016
Ponto Eletrônico	Controle de frequência dos servidores no âmbito do Ed. Sede e unidade de Sobradinho.	N04- Adotar ferramentas sistêmicas para gestão e controle das atividades voltadas para o cumprimento dos objetivos fins e meios da Funai.	Não se aplica	31/12/2017
Renovação do Sistema de Email Corporativo	Atualizar ferramenta de correio eletrônico no âmbito da Funai.	N04- Adotar ferramentas sistêmicas para gestão e controle das atividades voltadas para o cumprimento dos objetivos fins e meios da Funai.	Não se aplica	31/12/2016
Implantação do Sistema de Monitoramento da Infraestrutura de TI	Melhorar capacidade de gerenciamento e monitoramento dos ativos de rede da Funai.	N02- Garantir a segurança dos dados institucionais que trafegam na rede corporativa da Funai e proteger a informação armazenada.	Não se aplica (valor previsto na contratação de empresa terceirizada de suporte de TIC)	31/07/2017
Atualização do Sistema de Monitoramento e Planejamento - Simple	Auxiliar o gerenciamento estratégico da Funai.	N04- Adotar ferramentas sistêmicas para gestão e controle das atividades voltadas para o cumprimento dos objetivos fins e meios da	Não se aplica	01/08/2016

		Funai.		
Sistema de Simulação de Aposentadoria	Simular, Calcular e subsidiar os processos de aposentadoria dos servidores da Funai.	N04- Adotar ferramentas sistêmicas para gestão e controle das atividades voltadas para o cumprimento dos objetivos fins e meios da Funai.	R\$ 143.000,00 (valor para aquisição de licença e manutenção)	31/07/2017
Aumento da equipe técnica de TI da Funai	Aumento da equipe de Analista de Tecnologia da Informação (ATI) cedida pelo MPOG de 1 vaga para 3 vagas. Além da cessão de um servidor do IPHAN para o serviço de infraestrutura.	N03- Reestruturar a equipe técnica da COGETI e capacitar servidores para continuidade e implementação das ações de TIC.	Não se aplica (Cessão do Servidor do IPHAN e Lotação dos ATI não tiveram custos despendidos para a Funai)	01/12/2016
Edição e Publicação da política de Segurança da Informação - POSIC.	Elaboração de Políticas de TI e Comunicações para Segurança da Informação.	N05- Padronizar e agilizar os processos e procedimentos de TIC por meio de normas, metodologias e boas práticas de mercado.	Não se aplica.	31/12/2017
Implantação de Sistema de Informação Geográfica Web (WebGIS) na Coordenação Geral de Índios Isolados – CGIIRC	Participação da unidade de TIC para planejamento da contratação, elaboração do Instrumento de Seleção e acompanhamento do início do serviço na CGIIRC.	N06- Atendimento com efetividade das necessidades de evolução tecnológica da Funai.	R\$ 100.000,00 (oriundos de parceria com Organização Não Governamental CTI.)	Mai/2016

Medidas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas

No final do exercício de 2016 não havia contrato de terceirização para suporte e infraestrutura de TI, assim as ações para mitigar eventual dependência foram tomadas de forma preventiva fazendo com que o pequeno efetivo de servidores da unidade de TI incorporasse o conhecimento técnico de todos ativos e processos além de previsão de futuras transferências de conhecimentos tecnológicos em demais implementações que venham a ser realizadas na infraestrutura de TI da Funai e nos Sistemas de Informações que vierem a ser instalados.

O PDTIC discutido e aprovado pelo Comitê Estratégico de TI tem a previsão de metas para concurso e indicação de proposta para tornar a área de TI e Comunicações uma Diretoria com mais condições de atuação estratégica e orçamentária conforme a jurisprudência e acórdãos recentes do TCU.

Tabela 7 - Principais sistemas de informações

Listagem de Sistemas por Coordenação				
Sistema	Objetivos	Manutenção (própria ou terceirizada)	Desenvolvimento [s/n]	Avaliação dos Riscos quanto a continuidade e disponibilidade
Portal de Internet	Publicação de informações para o público externo da Funai	Própria	Não	Risco: Alto Ações: Substituição da plataforma por uma mais atual.
Intranet	Dispor de informações para o público interno da Funai	Própria	Não	Risco: Baixo Ações: Acompanhamento da plataforma.
Avaliação de desempenho	Realizar avaliação dos servidores da Funai	Própria	Não	Risco: Alto Ações: Pesquisa de solução para substituição da plataforma atual.
SII	Controle de Terras Indígenas	Inexistente	Não	Risco: Alto Ações: Planejamento da contratação para manutenção da plataforma.
SIADS	Gerenciamento dos bens materiais e patrimoniais da Funai	Terceirizada (Serpro)	Não	Risco: Baixo Ações: Gestão e Manutenção da Contratação
SEI - Sistema Eletrônico de Informações	Gestão Documental	Terceirizada (MJ)	Não	Risco: Alto Ações: Gestão de topologia de armazenamento seguro em multi-sites e plano de alta disponibilidade.

Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC), com vigência de 2015 a 2018, foi discutido e aprovado pelo Comitê Gestor de TI com publicação por meio da PORTARIA Nº 1060/PRES, de 29 de outubro de 2015 e publicação Boletim de Serviço da Funai – Ano 28 – Número 10-11 – p. 1 de 05 de novembro de 2015 e disponibilização no site oficial da Funai no seguinte endereço: funai.gov.br → Quem Somos → Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações - PDTIC

No momento da elaboração e publicação do PDTIC o Planejamento Estratégico institucional da Funai encontrava-se na fase de desenvolvimento, em razão disso foi considerado como referencial estratégico as fontes: PPA 2012-2015 e a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações (EGTIC) 2014-2015.

Gestão ambiental e sustentabilidade

Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

a) Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada:

Inclusão de cláusulas referentes a sustentabilidade ambiental nos termos de referência e editais de aquisição de bens e contratação de serviços em 2016, quais sejam:

1. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2016 - Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavagem e polimento de veículos pertencentes à frota oficial da Sede desta Fundação Nacional do Índio.

1.1. Itens do TR e do Edital que trataram da sustentabilidade:

1.1.1. “O serviço ora contratado deverá adotar o método de lavagem ecológica, obedecendo aos critérios de sustentabilidade ambiental, conforme disposição da Instrução Normativa nº 01 – SLTI/MP, de 19 de janeiro de 2010.”

1.1.2. “Instrução Normativa nº 01 – SLTI/MP, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;”

2. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2016 - Objeto : Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização predial, com fornecimento de todo material, equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços.

2.1. Itens do TR e do Edital que trataram da sustentabilidade:

2.1.1. Nos termos do Anexo V da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 30/04/2008, atualizada, e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19/01/2010, a futura contratada deverá adotar as seguintes providências:

2.1.2. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pela Funai, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE nº 6, de 3/11/1995, e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso;

i. Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva;

2.1.3. Adotar boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e redução da poluição, tais como:

ii. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

iii. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

iv. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às especificações determinadas pela ANVISA;

v. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

2.1.4. Realizar um treinamento interno para seus empregados, nos 3 (três) primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produtos de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdício e poluição;

2.1.5. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

2.1.6. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;

2.1.7. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR – publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – sobre resíduos sólidos;

2.1.8. Desenvolver ou adotar procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como: pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

2.1.9. Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.”

3. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2016 – Objeto: Contratação, sob a forma de execução indireta, de empresa especializada para prestação de serviços de recepcionista (CBO 4221-05), na Sede da Funai e no Centro de Formação em Política Indigenista, em Sobradinho/DF.

3.1. Itens do TR e do Edital que trataram da sustentabilidade:

3.1.1. A futura contratada obriga-se a cumprir, no que couber à execução contratual, todas as disposições contidas na Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

3.1.2. A futura contratada deverá ainda:

i. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

ii. Efetivar práticas de sustentabilidade ambiental, quando da execução dos serviços, utilizando produtos biodegradáveis, atóxicos, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2 economizando energia, gás, água, assim como separar seletivamente os resíduos oriundos da prestação dos serviços.

Realização de campanhas de conscientização quanto ao consumo consciente de recursos como água, energia, papel, etc.;

Separação de material reciclável para doação a instituição sem fins lucrativos .

b) A Funai participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), buscando se adequar a todas as orientações provenientes da referida Agenda.

c) A Funai realiza separação dos resíduos recicláveis descartados, conforme mencionado no item “a”.

d) As contratações realizadas pela Funai observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente, conforme mencionado no item “a”.

e) A Funai ainda não possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. O PLS encontra-se em processo de estudo para elaboração pela comissão responsável.

i. Sobre a constituição da comissão gestora do PLS de que trata o art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012: foi designada a referida comissão, pela Portaria

n.702/PRES, de 04 de agosto de 2015. No segundo semestre de 2016, foi iniciada elaboração da minuta do Plano de Logística Sustentável da Funai, ainda em fase de conclusão. E no dia 16 de dezembro de 2016 foi divulgada designação de novo servidor, Sr. Hélio Nascimento Medeiros, em substituição ao servidor, Sr. Rommel Gomes Resende, como Presidente da Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável, com finalidade de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o referido Plano, no âmbito desta Fundação (PORTARIA N° 945/PRES, de 15 de dezembro de 2016).

ii. Sobre a formalização e abrangência do PLS na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012: não se aplica.

iii. Indicação de onde se encontra publicado o PLS e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012): não se aplica.

iv. Informações sobre a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012): não se aplica.

f) Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.

A Funai Sede tem buscado cumprir os aspectos relacionados à legislação sobre sustentabilidade ambiental, com inclusão de critérios específicos sobre o tema em suas contratações, conforme detalhamento no item “a” e por meio da realização de campanhas de conscientização junto aos servidores, terceirizados e estagiários.

As instalações do Edifício Cleto Meireles disponibilizam aos usuários portadores de necessidades especiais diversos recursos de acessibilidade, em atendimento à Lei 10.098/2000, ao Decreto 5.296/2004 e às normas técnicas da ABNT aplicáveis:

- De forma geral, há vagas separadas para portadores de necessidades especiais nas garagens do 3º e 4º subsolo;

- Para pessoas portadoras de deficiência relacionada à mobilidade, há rampas de acesso, elevadores com portas largas e espaço para cadeiras de rodas, banheiros adaptados com barras de apoio e vasos sanitários especiais;

- Para pessoas portadoras de deficiência visual, há sinalização de solo no andar Térreo e sinalização em Braille nos elevadores;

O Centro de Formação em Política Indigenista em Sobradinho apresenta ainda maiores facilidades de mobilidade, por possuir apenas o andar Térreo.

GESTÃO DA RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA - 2016

INTRODUÇÃO

Seguindo orientação da Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo, da Diretoria de Normas e Gestão de Contas do TCU, anexamos o Relatório de Gestão da Renda do Patrimônio Indígena (RPI), exercício de 2016, em formato de subcapítulo, ao capítulo ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO do Relatório de Gestão consolidado da Funai - sede. A Renda do Patrimônio Indígena não faz parte do Orçamento Geral da União, sendo seus recursos aplicados em conta específica do Banco do Brasil.

O Relatório de Gestão da Renda do Patrimônio Indígena, consolidado de acordo com os relatórios de gestão de cada programa/projeto recebidos pelas Coordenações Regionais – exercício 2016 – buscou estruturar o referido relatório conforme a Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e da Decisão Normativa TCU nº 154/2016. No entanto, em virtude da Renda do Patrimônio Indígena não fazer parte do Orçamento Geral da União, além de suas especificidades na aplicação dos recursos, alguns itens serão apresentados de forma distinta ou não apresentados quando não aplicáveis à Renda.

Relatório de Gestão da Renda do Patrimônio Indígena do exercício de 2016 está elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e da Decisão Normativa TCU nº 154/2016, bem como das orientações técnicas do órgão de controle contidas na Portaria CGU nº 522/2015, que aprova a Norma de Execução nº 01/2015.

Quanto à apresentação dos itens 5.1.2, 5.1.3 e 5.1.4 deste relatório de gestão, informaram que os mesmos serão apresentados de maneira diferenciada, uma vez que a Renda do Patrimônio Indígena é composta por 28 (vinte e oito) projetos/programas.

Os itens 2.1, 2.2, 2.3, 2.5, todo item 3, todo item 4, item 5.2, 5.3, 5.4, 5.5, item 6.2, 6.3, 6.6, 6.7, 6.8, todo item 7, todo item 8, todo item 9, item 11.3, item 12.5, item 12.6, item 12.7, item 12.8, juntamente com os quadros A.1.1.2, A.1.1.3, A.1.1.4, A.1.3, A.1.4, A.2.5.2, A.2.5.3, A.2.5.4, A.5.2.1, A.5.2.2, A.5.2.3.1, A.5.2.3.2, A.5.2.3.3, A.5.2.3.4, A.5.4, A.5.5, A.6.1.1, A.6.1.2.1, A.6.1.2.2, A.6.1.3.1, A.6.1.3.2, A.6.1.3.3, A.6.1.3.4, A.6.2, A.6.3, A.6.6.1, A.6.6.2, A.6.6.3, A.6.7.1.1, A.6.7.2.1, A.6.7.1.2, A.6.7.1.3, A.6.7.2.4.1, A.6.7.2.4.2, A.6.7.2.5.1, A.6.7.2.5.2, A.6.7.2.6, A.6.7.2.7, A.6.7.2.8, A.6.7.2.9, A.6.7.2.10, A.6.7.2.11, A.6.8.1, A.6.8.2,

A.7.1.1.1, A.7.1.1.2, A.7.1.1.3, A.7.1.3, A.7.1.4.2, A.7.2.1, A.7.2.2, A.7.2.4, A.8.2.1, A.8.2.2.1, A.8.2.2.2, A.8.2.3, A.8.3, A.9.1, A.11.1.1, A.11.1.2, A.11.2.1, A.11.2.2, A.11.3, A.11.4, A.11.5, A.12.4.2, A.12.7.1, A.12.7.2 e todos os quadros B, não se aplicam à natureza jurídica das UG's da Renda do Patrimônio Indígena. Os servidores detentores de cargos e funções de confiança que atuam na Renda Indígena são os mesmos servidores da Funai, razão pela qual esta informação deverá constar de forma consolidada no Relatório de Gestão da Unidade Central da Fundação.

As principais dificuldades para o cumprimento dos objetivos propostos foram às limitações encontradas pelas Unidades Descentralizadas da Funai na execução imediata dos programas/projetos, tendo em vista que o Decreto 7.778/2012 extinguiu e criou algumas Coordenações Regionais. Com a publicação da Portaria nº. 990 de 07 de julho de 2010, que subordinou a jurisdição de algumas Coordenações Técnicas Locais às respectivas Coordenações Regionais, pode-se observar uma melhora na execução desses projetos/programas. Com a publicação do referido Decreto e com a conclusão do Regimento Interno, as atribuições da Sede e das Coordenações Regionais quanto à execução e ao acompanhamento das atividades da Renda do Patrimônio Indígena estão contribuindo para o aprimoramento dos projetos/programas.

Em 2017, será dada continuidade na execução de todos os projetos/programas do exercício de 2016.

Quadro 88 - Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
194202	PROJETO CHIQUITANO - CUIABÁ - MT
194203	PROJETO CVRD - IMPERATRIZ - MA
194204	RENDIA INDÍGENA - Funai - MARABA - PA
194205	PROJETO KAIAPÓ - COLIDER - MT
194206	Funai-RI PROJETO LEILÃO MAD. T.I MEQUENS-RO
194207	PROJETO AVA-CANOEIRO - GOIÂNIA - GO
194208	PROJETO GUARANI - BR 101
194209	PROJETO GUARANI BR 101 - PASSO FUNDO - RS
194211	Funai-COLIDER - PROJETO ACÃO PILOTO- BR-163
194212	Funai-COLIDER ÁREA INFLUÊNCIA PROJETO BR 163
194216	RENDIA ARTINDIA - MUSEU DO ÍNDIO - RJ
194218	R.I-PROJETO PCH CASCATA CHUPINGUAIA/CUIABA/MT
194219	PROJETO PIHARA
194221	PROJETO PITAGUARY - NAL - CEARA - CE

194222	PROJETO DA RESERVA KONDA - CHAPECÓ - SC
194223	LOJA ARTINDIA CUIABÁ - MT
194224	PROGRAMA SARARE - CUIABÁ - MT
194225	PROJETO COMUNIDADE INDIGENA ASSURINI
194226	LOJA ARTINDIA DE GOIÂNIA - GO
194227	PROGRAMA APOIO AOS AVA-CANOEIROS - PAAC
194229	PROJETO JUDICIAL - T.I ALTO TURIAÇU - MA
194230	LOJA ARTINDIA MUSEU DO ÍNDIO - RJ
194231	PATRIMÔNIO CULTURAL - ARTINDIA BRASÍLIA - DF
194232	GESTÃO TERRITORIAL INDÍGENA SARARE - MT
194233	PROJETO INTEGRADO APYTEREWA E IPIXUNA
194234	PROJETO GUAJAJARA/CARU - T.I CARU - MA
194235	PROJETO JURITI/GUAJA - T.I AWA-GUAJA - MA
194236	PROJETO COMUNIDADE INDÍGENA FULNI-Ô - PE
194237	PROJETO BR 163
194238	Funai - PROJETO COMUNIDADE INDÍGENA COMBOIOS
194239	PROJETO COMUNIDADE INDÍGENA KAYAPÓ
194240	PROGRAMA COMUNIDADE INDÍGENA TERENA BR-163
194241	Funai-TUCUMÃ - PROJETO BR-163
194242	Funai-TUCUMÃ PROJETO VALE DO RIO DOCE
194243	PROGRAMA ENAWENE-NAWE PCH JURUENA-Funai JUINA
194244	PROGRAMA RIKBAKTSA PCH JURUENA-Funai JUINA
194245	PROGRAMA PARESI PCH JURUENA TANGARA SERRA MT
194246	PROGRAMA MENKU PCH JURUENA-Funai JUINA - MT
194247	PROGRAMA NAMBIKWARA PCH JURUENA TANGARA SERRA
194248	Funai-PROJETO NAMBIKWARA-CUIABÁ MT
194250	PROJETO ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA - BR163
194251	Funai - JI-PARANÁ - BR 429
194252	PROJETO C. I. ZO'E ÍNDIOS ISOLADOS
194253	PROJETO C. I. ARARA
194254	PROJETO APINAJE
194040	RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA - CGPIMA
194200	RENDA INDÍGENA - Funai - SEDE
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome

Finalidade e competências institucionais da unidade

A Fundação Nacional do Índio - Funai, instituída por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, tem a atribuição de gerir o Patrimônio Indígena, no sentido de sua conservação, ampliação e valorização, conforme determina o art. 1º, inciso II da referida lei.

Com o intuito de contextualizar, a definição do que compõe o Patrimônio Indígena e dos seus titulares é objeto do Título IV, “Dos Bens e Renda do Patrimônio Indígena”, arts. 39 a 43, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

As rendas do Patrimônio Indígena, ou comumente chamadas de renda indígena, resultam da aplicação de bens e utilidades integrantes do Patrimônio Indígena e devem ser administrados com o objetivo de emancipação econômica das tribos, acréscimo do patrimônio rentável e custeio dos serviços de assistência ao índio. A lei recomenda, ainda, que a renda indígena seja, preferencialmente, reaplicada em atividades rentáveis ou utilizada em programas de assistência ao índio e que a reaplicação seja revertida, principalmente, em benefício da comunidade que produziu os primeiros resultados econômicos.

Os recursos que compõem a renda do patrimônio indígena são provenientes da comercialização de produtos culturais indígenas resultantes das ações de promoção e preservação cultural desenvolvidas ou apoiadas pela Funai; de indenizações ou compensações, como forma de mitigar os impactos socioambientais causados por empreendimentos, tais como hidroelétricas ou estradas que porventura impactam as terras e/ou os povos indígenas; de leilões de recursos extraídos ilicitamente das terras indígenas e de doações, além dos recursos decorrentes da exploração do patrimônio indígena.

A Funai, na gestão do Patrimônio Indígena, propicia a participação das comunidades indígenas na administração dos próprios bens, sendo-lhes totalmente confiado o encargo, quando demonstram capacidade efetiva para o seu exercício.

As Coordenações Regionais em conjunto com as Coordenações Gerais e com os indígenas elaboram o Plano de Aplicação do portfólio de projetos ou programas, em conformidade com as finalidades e objetivos acima citados. A união desses planos forma o Plano de Aplicação da Renda do Patrimônio Indígena, aprovado pelo Ministro do Estado de Justiça.

Ressalte-se a participação efetiva das comunidades em todas as fases: no planejamento, na elaboração, na execução e no controle. Registre-se, ainda, que as comunidades indígenas absorvem com qualidade a proposta de gestão participativa a despeito, e plenamente compreensível, das dificuldades naturais. Todavia, a constante capacitação dos atores envolvidos vem alcançando resultados satisfatórios.

A execução dos projetos fica a cargo das Coordenações Regionais, que seguem as legislações inerentes aos recursos públicos, a execução orçamentária e financeira e os devidos registros contábeis relativos ao SIAFI, no órgão 30205 – Renda do Patrimônio Indígena, conforme alínea “d” do Despacho nº 594 de 22/12/2004, do Senhor Ministro de Estado da Justiça.

Planejamento da Unidade e resultados alcançados

Objetivos Estratégicos

O Plano de Aplicação da Renda do Patrimônio Indígena, conforme estabelece o artigo 10 inciso VI do Decreto nº. 7.778/2012, integra o planejamento global da Funai, objetivando a preservação e valorização do Patrimônio Indígena; o fortalecimento da articulação entre os povos indígenas através dos recursos oriundos da Renda Indígena; o desenvolvimento sustentável, por meio da capacitação técnica na área socioambiental; a conservação da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável; a gestão de recursos e projetos e a disseminação dos conhecimentos tradicionais, além de demonstrar os principais desafios por meios de experiências inovadoras de cunho sócio ambiental.

O Plano de Aplicação da Renda do Patrimônio Indígena e suas respectivas ações - exercício de 2016 - contaram com receita prevista de R\$ 49.838.878,54 (quarenta e nove milhões, oitocentos e trinta e oito mil, oitocentos e setenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos) e com despesa prevista no valor de R\$ 32.488.027,14 (trinta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil e vinte e sete reais e quatorze centavos), consolidados pela Coordenação Geral de Orçamento, Contabilidades e Finanças e encaminhados pela Diretoria de Administração e Gestão à Presidência desta Fundação, para conhecimento e encaminhamento à Diretoria Colegiada para análise e aprovação, em cumprimento ao Despacho nº. 399 de 31 de outubro de 2007, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça.

DA RECEITA TOTAL

A arrecadação dos recursos constantes no referido Plano de Aplicação do exercício de 2016 foi no montante de R\$ 36.763.864,52 (trinta e seis milhões, setecentos e sessenta e três mil e oitocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), sendo o valor de R\$ 26.545.130,20 (vinte e seis milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil e cento e trinta reais e vinte centavos) referentes ao saldo de exercício anterior e o restante no valor de R\$ 9.815.093,48 (nove milhões, oitocentos e quinze mil e noventa e três reais e quarenta e oito centavos), referentes às parcelas recebidas em 2016 no valor de R\$ 6.356.792,16 (seis milhões, trezentos e cinquenta e seis mil e setecentos e noventa e dois reais e dzesseis centavos), aos rendimentos da aplicação financeira em 2016 no valor de R\$ 3.458.301,32 (trez milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil e trezentos e um reais e trinta e dois centavos) e ao cancelamento de restos a pagar no valor de R\$ 403.640,84 (quatrocentos e três mil e seiscentos e quarenta reais e oitenta e quatro centavos).

DA DESPESA TOTAL

Do valor total das despesas previstas no referido Plano de Aplicação foi realizado o montante de R\$ 8.193.800,23 (oito milhões cento e noventa e três mil e oitocentos reais e vinte e três centavos), resultando um superávit no valor de R\$ 28.570.064,29 (vinte e oito milhões quinhentos e setenta mil e sessenta e quatro reais e vinte e nove centavos).

Como a Renda do Patrimônio Indígena é composta por programas/projetos específicos, serão apresentados os objetivos estratégicos de cada um deles, como segue:

Programas e Projetos

01 - Programa Artíndia – 194223, 194230 e 194231.

Este programa é elaborado e executado pela Diretoria de Administração e Gestão – DAGES, tendo como objetivo resgatar, promover, fortalecer e divulgar as manifestações artísticas e culturais das sociedades indígenas brasileiras, por meio da comercialização de artesanatos indígenas; oferecer às sociedades indígenas alternativas econômicas para melhoria do seu padrão sócio-econômico através de financiamentos de projetos/atividades de revitalização das manifestações culturais indígenas e executar o Plano de Recuperação do estoque e acervo do depósito da Artíndia, conforme determinação do Exmo. Senhor Ministro da Justiça – Despacho nº.291 de 26.12.2005.

02 – Projeto de Desenvolvimento Comunidade Indígena Chiquitano – 194202

Desenvolver ações socioambientais, econômicos e culturais com vista à melhoria de vida, geração de renda, revitalização cultural, gestão territorial indígena e regularização fundiária, em benefício da etnia Chiquitano, composta por cerca de 2.400 indígenas, na área de influência do gasoduto Bolívia - Mato Grosso, segundo acordado pelo Convênio nº. 08/2002, celebrado entre GASMAT/Funai.

03 – Projeto Companhia Vale do Rio Doce – CVRD - 194203

Melhorar a qualidade de vida das Comunidades Indígenas Awa-Guajá, Guajajara e Urubu-K'aapor, composta por cerca de 1.954 indígenas, localizadas na área de influência da Estrada de Ferro Carajás, via aplicação de projetos produtivos que auxiliem a busca pelo autodesenvolvimento das referidas comunidades.

04 – Projeto Comunidade Indígena Kayapó - 194205

O Projeto Kayapó está direcionado para as aldeias Kóróróti, Ômeikrâkum e Kakãkubem, compostas por cerca de 258 indígenas, localizadas no limite sul da TI. Mekrãgnoti para suprir as deficiências vividas nas aldeias. Os recursos para a manutenção deste projeto são oriundos de Leilão Público, da apreensão de madeira no KM 14 (Trecho São Felix do Xingu/Tucumã/São Felix do Xingu – PA).

A proposta inicial tem a função principal de apoiar e fortalecer essas novas aldeias, com investimento e custeio de materiais de acordo com o Projeto proposto, auxiliando e mantendo as famílias, a construção das casas, apoiando as roças tradicionais, o plantio de grãos e o cultivo de alimentos tradicionais.

Sendo assim, a implantação e o apoio a essas aldeias fortalecem a presença indígena ao sul da TI Mekrãgnoti, garantindo a vigilância e a fiscalização nas áreas, até então, vulneráveis às invasões e à interferência da pressão do empreendedorismo de entorno.

05 - Projeto Comunidades Indígenas Apyterewa e Ipixuna (Parakanã) - 194233

O projeto objetiva fortalecer a gestão e proteção territorial das Terras Indígenas Apyterewa e Araweté Igarapé Ipixuna, compostas por cerca de 425 indígenas, por meio de atividades, de vigilância, de promoção da segurança alimentar e geração de renda, com recursos oriundos da Renda Indígena.

06 – Projeto Comunidade Indígena Surui/Sororó – 194204

Gerir o recurso remanescente do termo de cooperação 02/2003, celebrado entre a Funai e a empresa de mineração VALE para atender o povo indígena Surui/Aikewara que habitam na aldeia Sororó, com vigência expirada em 2008, no apoio às atividades que envolvem o transporte de indígenas e materiais.

07 - Projeto Comunidade Indígena Guarani/BR-101 – PACIG – 194208 e 194209

Implementar programas e/ou projetos de apoio às Comunidades Indígenas Guarani (Cambirela, Praia de Fora, Morro dos Cavalos, Massiambu, Cachoeira dos Inácios, Campo Bonito, Barra do Ouro, Varginha e Riozinho), compostas por cerca de 790 indígenas, afetadas pelos impactos socioambientais decorrentes das obras de duplicação da BR-101, trechos Florianópolis-SC e Osório-RS.

08 - Projeto Comunidade Indígena Ava-Canoeiro - 194207

Desenvolver com os Ava-Canoeiro, com 6 indígenas, ações de promoção do bem estar físico e cultural, moradia, atendendo reivindicação indígena, pronto atendimento médico-hospitalar-odontológico e ambulatorial, intercâmbio etnocultural com povos indígenas afins e apoio ao uso e ocupação de terra indígena.

09 - Projeto Comunidade Indígena Kayapó – 194239

Proporcionar o uso sustentável da Terra Indígena Mekrãnotire, aldeias Kubenkokre e Pykany, etnia Kayapó, compostas por cerca de 947 indígenas, bem como a gestão territorial, coibindo possíveis invasões da terra indígena. Será dada continuidade as atividades de agricultura, subsistência, infraestrutura e corte e costura.

10 – Programa Museu do índio/Renda Indígena - 194216

Promover a valorização do artesão e do artesanato indígena por meio de ações que contribuam para as relações de comércio, baseado em valores de justiça socioeconômica, de solidariedade, de valorização cultural, de responsabilidade social e ambiental e com transparência na gestão.

As atividades desenvolvidas consistem no apoio a eventos visando sensibilizar o público visitante do Museu para assuntos relacionados às culturas Mbya, Marubo, Kalapalo, Yamanawa, Kaxinawa, entre outras. Foram feitos investimentos em suporte para exposições fotográficas, produzidas pelos próprios indígenas.

11 - Projeto Comunidade Indígena Pitaguary - 194221

Trata-se de promover o desenvolvimento escalonado, em fases evolutivas, da comunidade Pitaguary, composta por cerca de 4.185 indígenas, como um todo, com a consequente multiplicação de modelos sustentáveis de aproveitamento dos recursos agroflorestais e aquáticos disponíveis, aliando conhecimentos tradicionais e técnicos adaptados em parceria entre Funai, EMATERCE, UFC, Prefeituras locais e outros atores, como IBAMA e

Polícia Federal, visando à sobrevivência e à reprodução dos Pitaguary e seus modos de existência tradicionais, incluindo-se aqui a soberania sobre o seu território original, oficialmente regularizado pela Presidência da República. Destaca-se, assim, que o principal fator para a efetivação hábil destes objetivos e metas é a garantia legal de coexistência e trabalho dos Pitaguary em suas próprias terras.

Com sua implantação, o Projeto visou garantir às comunidades um amplo conhecimento nas questões referentes à organização das atividades previstas, participando das iniciativas nos trabalhos comunitários e tendo clareza e consciência das tarefas coletivas.

O Projeto visou, também, buscar a ampliação das atividades de agricultura de subsistência com ênfase para as culturas de banana, mandioca, milho, cará, macaxeira, batata doce, inhame, mamão, fava, feijão, andu e outros componentes tradicionais da dieta alimentar dos Pitaguary. Desenvolver atividades de bovinocultura e caprinocultura, ateliê de corte, bem como promover o manejo sustentável dos recursos naturais renováveis, garantido a sobrevivência e biodiversidade das terras, a par com o conhecimento tradicional dos Pitaguary.

O Projeto visou, ainda, dar continuidade a melhoria da infraestrutura das aldeias e a manutenção da frota de veículos.

Programa Ambiental Comunidades Indígenas Aikanã, Latundê e Kwazâ – Chupinguaia – 194218

Assegurar a implementação e a execução de medidas mitigatórias/compensatórias aos povos indígenas beneficiados, impactados pela construção e operação da Central Hidrelétrica Cascata Chupinguaia - RO.

Este projeto tem como objetivo desenvolver e executar os programas de sustentabilidade organizacional, sustentabilidade socioeconômica e sustentabilidade socioambiental junto às comunidades indígenas Aikanã, Latundê e Kwazâ da TI Tubarão Latundê, compostas por cerca de 273 indígenas. As ações têm como objetivo fortalecer a capacidade organizacional, o etnodesenvolvimento e a sustentabilidade cultural dessas comunidades. Promover o acompanhamento e a gestão do território e das comunidades indígenas através de implementações de roças tradicionais; fiscalização e gestão estratégica de seus territórios; expedições de vigilância nos limites de suas divisas e melhoria da malha viária.

Projeto de Desenvolvimento Sararé - Santa Elina – 194232

Desenvolver na Terra Indígena Sararé, em benefício da etnia Nambikwara, grupos Katitauru, Nuntatesu e Waihatesu, compostas por cerca de 130 indígenas, ações socioambientais

e econômicas, com vistas ao fortalecimento da Comunidade indígena na ocupação territorial e no usufruto da Terra Indígena, de modo a promover a melhoria da qualidade de vida, geração de renda, etnovigilância da terra indígena demarcada e oportunizando a reversão de atividades clandestinas na gestão territorial indígena.

Projeto de Desenvolvimento Sararé - Leilão Madeira - 194224

Desenvolver na Terra Indígena Vale do Guaporé, ações de construção de moradia, com vistas a fortalecer a Comunidade para incremento no usufruto da Reserva Indígena, de modo, a melhoria de qualidade de vida, geração de renda e à gestão territorial.

Kondá – 194222

Atingir uma otimização eficaz e suficiente para desenvolver sustentavelmente, garantindo o completo usufruto dos recursos naturais e o impulsionamento sustentável das atividades de organização econômica indígena, beneficiando cerca de 130 famílias indígenas.

Projeto Juruti Guajá – Terra Indígena Awa-Guajá - 194235

Atividade de criação de gado, beneficiando cerca de 46 indígenas.

Projeto Petrobrás/Gasoduto Lagoa Parda – Comunidade Indígena Comboios – 194238

Viabilizar a autossustentação da Comunidade Indígena Tupiniquim da Terra Indígena Comboios, fortalecimento da pesca, agricultura de subsistência, pecuária e a preservação de seus recursos naturais, a partir do desenvolvimento de atividades que levem em consideração a realidade social, cultural e econômica da Etnia Tupiniquim, composta por cerca de 100 famílias, bem como as condições ambientais de seu território.

Projeto Comunidade Indígena Fulni-ô - 194236

Oferecer melhores condições de vida à comunidade Fulni-ô, composta por cerca de 360 indígenas, a fim de suprir as necessidades das famílias carentes em termos nutricionais, como também produzir renda para própria subsistência da comunidade.

Projeto Companhia Vale do Rio Doce - CVRD Tucumã – 194242

O objetivo maior do projeto é auxiliar as comunidades kayapó, nas Terras Indígenas Kayapó e Mekragnotire, na coleta da castanha, estimulando a organização entre os Mebengokre para fins de geração de renda a partir do extrativismo e comercialização das sementes da Camaru e da folha do Jaborandi, visto que anualmente essa é uma das principais

fontes de renda das famílias. As comunidades kayapó são compostas por cerca de 3.000 indígenas.

Projeto Alto Turiaçu - 194229

Atender as solicitações do povo Awá localizado na aldeia Guaja, na Terra Alto Turiaçu, composta por cerca de 97 indígenas, com a melhoria da estrada de acesso, capacitação dos Indígenas e instalação de viveiros de espécies nativas da biodiversidade amazônica de interesse do povo Ka'apor, Guajajara e Guaja.

Projeto Guajajara/Caru - 194234

Apoiar a manutenção de equipamentos, beneficiando cerca de 380 indígenas.

Programa de Compensação Ambiental da BR-163 - – 194211, 194212, 194237, 194240, 194241 e 194250

Mitigar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da BR 163, de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas envolvidas, das Etnias Mebengokre, Paraná, Kayab, Apiak e Terena, compostas por cerca de 2.045 indígenas, assim como a preservao de suas terras e recursos naturais.

Programa de Compenso e Mitigao – PCH's Complexo Juruena - 194243, 194244, 194245, 194246, 194247 e 194248

O Plano de Compenso Ambiental visa atender as exigências legais decorrentes dos empreendimentos das Pequenas Centrais Hidrelétricas integrantes do Complexo Juruena, denominadas de PCH Telegráfica, PCH Sapezal, PCH Rondon, PCH Pareci, PCH Cidezal, PCH Segredo, PCH Ilha Comprida e PCH Divisa, localizadas entre os municípios de Sapezal e Campos de Júlio, no Estado de Mato Grosso. O Plano Básico Ambiental apresenta as medidas mitigatórias e compensatórias apontadas nos Estudos Socioambientais e Socioculturais realizados na área de abrangência das referidas PCHs. Estão incluídas no Plano Básico Ambiental, as medidas mitigatórias/compensatórias para as Terras Indígenas Erikbaktsa, Japuir, Escondido e Enawene-Naw, compostas por cerca de 5.348 indígenas.

Programa de Proteo aos ndios Isolados – BR 429 - 194251

Mitigar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimento da BR-429/Rondônia, de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas isoladas, assim como a preservao de suas terras e recursos naturais.

Desenvolver nas terras indígenas e nas referências de índios isolados os projetos de proteção com ações de localização, monitoramento etnoambiental e manutenção das bases operacionais de campo com vigilância permanente.

Programa de Comunidade Indígena Zo'e Índios Isolados - 194252

Desenvolver na terra indígena Zo'é, composta por cerca de 432 indígenas, ações socioambientais de reforço ao fundo de artesanato Zo', mediante interação com a comunidade indígena local.

Programa de Apoio aos Ava-Canoeiro – PAAC. 194227

Implantação do Programa de Apoio aos Ava - Canoeiro – PAAC.

Projeto Pihara – 194219

Desenvolver nas Terras Indígenas Pirahã e Ipixuna, com os grupos étnicos Pirahã e Parintintin, ações socioambientais e econômicas, com vistas ao empoderamento da Comunidade Indígena na ocupação territorial e no usufruto da sua terra indígena, possibilitando geração de renda local, etnovigilância da terra indígena demarcada e oportunizando a reversão de atividades clandestinas na gestão territorial indígena. A moradia digna é um direito de todos os cidadãos, seja índio, branco ou negro.

Projeto Assurini – 194225

Atender os objetivos definidos no termo de compromisso firmado entre as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – Eletrobras Eletronorte e a Fundação Nacional do Índio – Funai, nas atividades de operacionalização e manutenção do ônibus Marcopolo, ano de fabricação 2015.

Projeto Arara – 194253

Construção de um corredor de acesso para passagem de indígenas e servidores de instituições que atuam no atendimento as comunidades indígenas residentes nas aldeias em uma extensão de 1000 metros de comprimento interligando a linha 74 a terra indígena e criação de animais bovinos e ovinos.

CGPIMA – 194040/194200

Apoiar projetos e/ou programas de desenvolvimento econômico de iniciativa da comunidade indígena, de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros consignados à conta da Renda do Patrimônio Indígena.

Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida, conforme citado no item 3.1.2, apresentada por programas/projetos específicos, como segue:

Programa Artíndia - 194223, 194230 e 194231.

Comercializar artesanatos indígenas, bem como oferecer às sociedades indígenas alternativas econômicas para melhoria do seu padrão sócio-econômico, através de financiamentos de projetos/atividades de revitalização das manifestações culturais indígenas.

Projeto de Desenvolvimento Comunidade Indígena Chiquitano - 194202

Para a execução do “Projeto de Desenvolvimento da Comunidade Indígena Chiquitano” a Coordenação Regional de Cuiabá utiliza sua própria infraestrutura e equipe técnica, além de contar com o suporte técnico de servidores da Funai lotados em Brasília.

Por gestão do Projeto/Funai procurou-se implementar a inserção da Comunidade dos Chiquitanos, com cerca de 2.400 indígenas, nas redes de sustentação social e institucional, inclusive projetos ligados a Funai, objetivando a sustentabilidade futura de suas comunidades quando do término do projeto.

As articulações entre Funai, Polícia Federal-DPF e Ministério Público Federal-MPF possibilitaram o apoio às comunidades de Vila Nova Barbecho, Nossa Senhora Aparecida, Pescaria (Monte Cristo) e Portal do Encantado, compostas por cerca de 2.400 indígenas, além de medidas para apurar constrangimentos e ameaças àquelas comunidades.

Projeto Companhia Vale do Rio Doce – CVRD - 194203

A Coordenação Regional da Funai do Maranhão – MA disponibilizam servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos para cumprimento do Projeto, que contou com o suporte técnico de servidores da Funai lotados em Brasília/DF, Técnicos Convidados/Parceiros e da própria comunidade indígena, beneficiando cerca de 1.954 indígenas.

Projeto Comunidade Indígena Kayapó - 194205

A Coordenação Regional da Funai do Norte do Mato Grosso/MT executa, acompanha e avalia o projeto relativo à Comunidade Indígena Kayapó, que conta com cerca de 258 indígenas, conforme expectativas da própria população, visando o fortalecimento e o incentivo à melhoria das condições de vida nas comunidades indígenas. Buscou-se a participação efetiva das famílias para o bom uso dos investimentos, através de diagnósticos “in loco” sempre

que necessários e de deliberações na própria sede da Coordenação com a presença de algumas lideranças indígenas, promovendo, assim, o bem-estar das populações.

Para a excelência na execução do Projeto, a mencionada Coordenação Regional dispõe dos equipamentos e servidores da própria Funai. Em casos excepcionais, recorre-se a serviço de terceiros, principalmente meios de transporte e locomoção.

Projeto Comunidades Indígenas Apyterewa e Ipixuna (Parakanã) - 194233

A Coordenação Regional da Funai do Centro Leste do Pará/PA utilizou servidores e infraestrutura disponíveis no município de Altamira/PA, para consecução do Projeto Integrado Apyterewa e Ipixuna, além de contar com o suporte técnico de servidores da Funai lotados em Brasília/DF, no intuito de beneficiar cerca de 425 indígenas.

Projeto Comunidade Indígena Surui/Sororó - 194204

A Coordenação Regional da Funai do Baixo do Tocantins disponibiliza para a execução do Projeto Comunidade Indígena Suruí/Sororó, composta por cerca de 360 indígenas, servidores e infraestrutura, além de contar com o suporte técnico de servidores da Funai lotados em Brasília/DF, visando garantir a sustentabilidade dos subprojetos.

Projeto Comunidade Indígena Guarani/BR-101 – PACIG - 194208 e 194209

A partir do Decreto nº. 7.778/2012 foi criada a Coordenação Regional do Litoral Sul/SC, que se tornou a responsável por todas as terras indígenas Guarani no litoral da região Sul do País, incluindo as terras indígenas participantes do PACIG, tanto em Santa Catarina quanto no Rio Grande do Sul, o que implicou na adequação de todos os procedimentos e das unidades administrativas (antes em Curitiba e Passo Fundo), para que os programas em andamento não tivessem qualquer prejuízo. Aliado a isso, a nomeação de novos servidores na Funai pelo Concurso Público Edital nº 01/2010 incrementou a equipe responsável pelo atendimento às comunidades Guarani da região Sul.

Cabe salientar que a Coordenação Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente – CGPIMA, antes responsável pela coordenação das atividades e gestão financeira dos recursos alocados na Renda do Patrimônio Indígena, foi extinta dando lugar à Coordenação Geral de Gestão Ambiental - CGGAM.

Cabe à CGGAM, nesse novo desenho institucional, coordenar as ações técnicas no Convênio, contanto com a colaboração das demais Coordenações Gerais no acompanhamento das ações inerentes a cada uma. Por exemplo, cabe à CGETNO – Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento - coordenar as ações de etnodesenvolvimento, à CGPDS – Coordenação

Geral de Promoção aos Direitos Sociais - as ações de infraestrutura e à CGGAM, de coordenar e orientar essas Coordenações Gerais. A execução, deste modo, é responsabilidade das unidades locais da Funai.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas na execução do PACIG desde 2007 (quando do início de sua execução) é relacionada ao período de execução do mesmo. Como houve grande atraso no repasse dos recursos e consequentemente no início das atividades, o Convênio sempre foi prorrogado anualmente pelo prazo igual de 1(um) ano. Essa ação inviabilizou algumas atividades, especialmente aquelas que envolvem licitação ou outras modalidades de contratação. Os processos demoram cerca de 4 a 5 meses em análises jurídicas e quando encaminhados para a CGGAM acabam por não ter mais prazos exequíveis para a realização das atividades. Assim, no ano seguinte, o processo deveria começar outra vez.

Projeto Comunidade Indígena Ava-Canoeiro - 194207

A Coordenação Regional da Funai do Araguaia Tocantins/TO em conjunto com o Chefe do Posto Indígena da comunidade Avá-Canoeiro, composta por cerca de 6 indígenas, disponibilizou para a execução do Projeto os servidores e infraestrutura, além de contar com suporte de contratados para a fiscalização da referida terra indígena.

Projeto Comunidade Indígena Kayapó – 194239

A Coordenação Regional da Funai de Kaiapó Sul do Pará/PA, na execução do “Projeto Comunidade Indígena Kayapó”, composta por cerca de 947 indígenas, utiliza seus servidores, bem como sua infra-estrutura, como equipamentos e veículos disponíveis no município de Itaituba/PA, além de contar com o suporte técnico de servidores da Funai lotados em Brasília/DF, visando dar continuidade e sustentabilidade aos subprojetos implementados em parceria com a Comunidade Indígena.

Programa Museu do Índio/Renda Indígena - – 194216

As atividades desenvolvidas pelos programas do Museu do Índio necessitam de diferentes estratégias de divulgação – banners, folders, sites e outros – e materiais artesanais, que produzidos por artesãos de diferentes etnias servem de apoio às atividades desenvolvidas, em especial com alunos da rede pública que visitam o Museu do Índio.

O Museu do Índio tem dado ênfase a atividades como mostras, palestras, projeções de vídeos e cursos de curta duração, para cumprir sua missão de divulgação de informações sobre seu acervo e, em especial, sobre os povos indígenas.

Para acondicionar o artesanato adquirido e liberar espaços no Museu para desenvolver atividades junto ao público, a estratégia encontrada foi à locação de contêineres.

O Museu do Índio, através do programa Índios no Museu, promove exposições etnográficas, mostras fotográficas e venda de objetos. Todo o processo, da concepção à montagem, conta com a participação de índios. As fotos são produzidas em oficinas de fotografia nas aldeias e os artesanatos adquiridos servem de suporte para as atividades educativas e de divulgação.

Projeto Comunidade Indígena Pitaguary - 194221

A Coordenação Regional do Nordeste II/CE tem a competência, em termos de recursos físicos e orçamentários, de disponibilizar servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos para o cumprimento adequado do Projeto inerente a Comunidade Indígena Pitaguary, composta por cerca de 4.185 indígenas.

Além da mencionada estrutura, a Coordenação Regional conta com a supervisão da Funai-sede em Brasília/DF, por meio da Coordenação Geral de Orçamento, Contabilidade e Finanças-CGOF, da Diretoria de Administração e Gestão-DAGES, tanto quanto da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável-DPDS, com a colaboração de técnicos convidados / parceiros e, ainda, da própria Comunidade Indígena.

Programa Ambiental Comunidades Indígenas Aikanã, Latundê e Kwazã – Chupinguaia - 194218

Após a criação do Conselho Gestor, foi solicitada e criada uma Unidade Gestora para a execução dos recursos recebidos em favor do Programa Ambiental das Comunidades Indígenas Aikanã, Latundê e Kwazã, compostas por cerca de 273 indígenas, em benefício aos índios impactados direta e indiretamente pela construção e operação da Central Hidrelétrica Cascata Chupinguaia – RO.

A Coordenação Regional da Funai de Cuiabá/MT disponibiliza para a execução do Projeto servidores lotados naquela regional, bem como de suas Coordenações Técnicas Locais de Vilhena, além de infraestrutura, com equipamentos e veículos, contando, ainda, com o suporte técnico de servidores lotados na Funai em Brasília/DF.

A aplicação dos recursos referentes ao Plano e Aplicação do exercício de 2013, recursos residuais da parcela final do projeto, consistiu em dar prioridade à manutenção dos equipamentos adquiridos com recursos o Projeto, bem como manter e apoiar as atividades já implantadas (roças tradicionais e criação em pequena escala de bovinos).

Projeto de Desenvolvimento Sararé - Santa Elina - 194232

A Coordenação Regional da Funai de Cuiabá/MT tem buscado na execução do “Projeto de Desenvolvimento Comunidade Indígena Sararé” e do “Projeto de Gestão Territorial Indígena Sararé”, compostas por cerca de 130 indígenas, a reversão para a legalidade dos índios aliciados pelos madeireiros, valorizando o interesse indígena pelo seu modo de vida, com segurança alimentar e bem estar nas aldeias; a inclusão da comunidade na gestão sócio-econômica de sua realidade, como: renda local gerada pelo artesanato, palmito, criação de gado e manejos; zelo com os recursos financeiros, bens materiais e serviços bem como, a vigilância indígena regular cominada com maior usufruto indígena dos recursos da terra tradicional protegida.

A Coordenação Regional firmou parcerias locais com as prefeituras de Conquista D’Oeste e Vila Bela/MT, Funasa e com a Escola Indígena Sararé.

Projeto de Desenvolvimento Sararé - Leilão Madeira - 194224

A Coordenação Regional da Funai de Cuiabá/MT tem buscado na execução do “Projeto de Desenvolvimento Comunidade Indígena Hahaintsu” e do “Projeto de Gestão Territorial Indígena” a reversão para melhoria de moradias dos indígenas, dando qualidade de vida aos mesmos e protegendo dos aliciamentos de madeireiros, bem como valorizando o interesse indígena pelo seu modo de vida e bem estar nas aldeias; e a inclusão da comunidade na gestão sócio-econômica de sua realidade com maior usufruto indígena dos recursos da terra tradicional protegida.

A Coordenação Regional firmou parcerias locais com as prefeituras de Comodoro/MT.

Kondá - 194222

A Coordenação Técnica Local da Funai de Chapecó/SC disponibiliza servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos para o cumprimento do Projeto. Além da estrutura utilizada, o Projeto conta com o suporte técnico de servidores da Coordenação Regional Interior Sul/RS e da Funai Brasília/DF, de Técnicos Convidados, bem como de Parceiros e da própria Comunidade Indígena.

Projeto Juruti Guajá – Terra Indígena Awa-Guajá - 194235

A Coordenação Regional da Funai do Maranhão/MA disponibilizam servidores, infraestrutura, com equipamentos e veículos para o cumprimento do Projeto em referência.

Além da estrutura utilizada pela Coordenação Regional em questão, o Projeto contou com o suporte técnico de servidores da Funai lotados em Brasília/DF, de Técnicos Convidados, Parceiros e da própria comunidade indígena, composta por cerca de 46 indígenas.

Projeto Petrobrás/Gasoduto Lagoa Parda – Comunidade Indígena Comboios – 194238

A Coordenação Regional de MG – ES utiliza na execução do “Projeto Comunidade Indígena Comboios”, composta por cerca de 100 famílias indígenas, servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos disponíveis nos municípios de Governador Valadares/MG e Aracruz/ES, onde se encontra localizada a Terra Indígena Comboios, além de contar com o suporte técnico de servidores da Funai lotados em Brasília/DF.

A referida Regional, por meio da Coordenação Técnica de Comboios, tem buscado construir parcerias com instituições públicas e privadas localizadas no Estado do Espírito Santo, principalmente com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural/INCAPER, visando oportunizar à Comunidade Indígena Tupiniquim de Comboios acesso a conhecimentos técnicos, que poderão garantir a sustentabilidade dos subprojetos.

Projeto Comunidade Indígena Fulni-ô - 194236

A Coordenação Regional da Funai do Baixo São Francisco/BA disponibiliza para a execução do Projeto Comunidade Indígena Fulni-ô, composta por cerca de 360 indígenas, servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos necessários para o desenvolvimento das atividades propostas.

Projeto Companhia Vale do Rio Doce – CVRD – Tucumã – 194242

A Coordenação Regional da Funai de Kaiapó Sul do Pará/PA disponibiliza servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos para o cumprimento do Projeto, contanto, ainda, com o suporte técnico de servidores desta Fundação lotados em Brasília/DF e com a comunidade indígena da região, composta por cerca de 3.000 indígenas.

Projeto Alto Turiaçu - 194229

A Coordenação Regional da Funai do Maranhão/MA disponibiliza servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos para o cumprimento do Projeto, contando com o suporte técnico de servidores da Funai lotados em Brasília/DF, Técnicos Convidados, Parceiros e com a própria comunidade indígena do Alto Turiaçu, composta por cerca de 97 indígenas.

Projeto Guajajara/Caru – 194234

A Coordenação Regional da Funai do Maranhão/MA disponibilizam servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos para o cumprimento do Projeto, contando também com o suporte técnico de servidores da Funai lotados em Brasília/DF, Técnicos Convidados, Parceiros e com a própria comunidade indígena, composta por cerca de 380 indígenas.

Programa de Compensação Ambiental da BR-163 - 194211, 194212, 194237, 194240, 194241 e 194250

194211 - BR 163

A Coordenação Regional da Funai do Norte do Mato Grosso/MT tem adotado uma metodologia de execução, acompanhamento e avaliação dos resultados do programa em conformidade com as expectativas da própria comunidade indígena.

Tem-se buscado a participação efetiva das famílias na decisão sobre o uso dos investimentos e sobre o custeio, promovendo, assim, uma melhor produção e um bem-estar na comunidade. Para a excelência na execução do Projeto, a Coordenação Regional do Norte do Mato Grosso dispõe de equipamentos e servidores da própria Funai e, em casos excepcionais, da utilização de serviço de terceiros, principalmente serviços de locomoção.

194212 - BR 163

A Coordenação Regional da Funai do Norte do Mato Grosso/MT tem adotado uma metodologia de execução, acompanhamento e avaliação dos resultados do programa em conformidade com as expectativas da própria comunidade indígena.

Tem-se buscado a participação efetiva das famílias na decisão sobre o uso dos investimentos e sobre o custeio, promovendo, assim, uma melhor produção e um bem-estar na comunidade. Para a excelência na execução do Projeto, a Coordenação Regional do Norte do Mato Grosso dispõe de equipamentos e servidores da própria Funai e, em casos excepcionais, da utilização de serviço de terceiros, principalmente serviços de locomoção.

194237 - BR 163

A Coordenação Regional da Funai do Norte do Mato Grosso/MT tem adotado uma metodologia de execução, acompanhamento e avaliação dos resultados do programa em conformidade com as expectativas da própria comunidade indígena.

Tem-se buscado a participação efetiva das famílias na decisão sobre o uso dos investimentos e sobre o custeio, promovendo, assim, uma melhor produção e um bem-estar na

comunidade. Para a excelência na execução do Projeto, a Coordenação Regional do Norte do Mato Grosso dispõe de equipamentos e servidores da própria Funai e, em casos excepcionais, da utilização de serviço de terceiros, principalmente serviços de locomoção.

194240 - BR 163

A Coordenação Regional do Norte do Mato Grosso/MT tem adotado uma metodologia de execução, acompanhamento e avaliação dos resultados do programa em conformidade com as expectativas da própria comunidade indígena.

Tem-se buscado a participação efetiva das famílias na decisão sobre o uso dos investimentos e sobre o custeio, promovendo, assim, uma melhor produção e um bem-estar na comunidade. Para a excelência na execução do Projeto, a Coordenação Regional do Norte do Mato Grosso dispõe de equipamentos e servidores da própria Funai e, em casos excepcionais, da utilização de serviço de terceiros, principalmente serviços de locomoção.

194241 - BR 163

No PBA, cada um dos subprogramas tem projetos específicos para atender a um grupo de impactos socioambientais previamente identificados e assim contribuir para o objetivo geral do programa. Com relação à duração do programa, apresenta-se uma proposta de cinco anos de duração para os subprogramas de Alternativas Econômicas Sustentáveis, Educação Ambiental e Melhoramento de Vias de Acesso. A necessidade de continuidade ou alteração das atividades deverá ser objeto de avaliação, tendo como base os resultados do subprograma de Coordenação e Monitoramento. Para os subprogramas de Coordenação e Monitoramento e de Proteção e Fiscalização das Terras Indígenas, sugere-se que os mesmos tenham duração permanente e que sua continuidade esteja condicionada à avaliação e ao planejamento baseado nos dados de monitoramento.

194250 - BR 163

Não houve plano de aplicação no exercício de 2016.

Programa de Compensação e Mitigação – PCH's Complexo Juruena - 194243, 194244, 194245, 194246, 194247 e 194248

Programa Juruena Enawene-Nawe

A Coordenação Regional da Funai do Noroeste de Mato Grosso/MT, sediada em Juína/MT, tem buscado na execução do Programa Enawene-Nawe PCH Juruena estabelecer uma relação amistosa entre os empreendimentos e a preservação da cultura indígena.

Juruena Rikbaktsa

A Coordenação Regional da Funai do Noroeste de Mato Grosso/MT, sediada em Juína/MT, tem buscado na execução do Programa Rikbaktsa PCH Juruena estabelecer uma relação amistosa entre os empreendimentos e a preservação da cultura indígena.

Juruena Paresi

Após o Decreto nº. 7.778/12, a Coordenação Regional da Funai de Cuiabá/MT passou a dar continuidade no acompanhamento dos programas, antes em Tangará da Serra/MT. Devido às longas discussões que se prolongaram por anos, as necessidades dos índios também foram se modificando, o que demanda alterações no programa original.

As ações foram desenvolvidas buscando o máximo de parcerias possíveis com a finalidade de minimizar os custos e aumentar a eficiência dos diversos projetos a serem implantados. O apoio logístico e técnico será dos diversos órgãos parceiros, governamentais ou não e das Prefeituras Municipais de Conquista do Oeste, Tangará da Serra e Sapezal.

Juruena Menku

Após o Decreto nº. 7.778/12, a Coordenação Regional da Funai do Noroeste de Mato Grosso/MT passou a dar continuidade no acompanhamento dos programas, antes em Tangará da Serra/MT. Devido às longas discussões que se prolongaram por anos, as necessidades dos índios também foram se modificando, com isso serão necessárias algumas alterações nos programas iniciais, em razão de algumas atividades estarem sendo articuladas através da Prefeitura Municipal e outros parceiros governamentais e não governamentais.

As ações serão desenvolvidas buscando o máximo de parcerias possíveis, com a finalidade de minimizar os custos e aumentar a eficiência dos diversos projetos a serem implantados. O apoio logístico e técnico será dos diversos órgãos parceiros, como a Prefeitura Municipal de Brasnorte, o IBAMA, a OPAN, entre outros.

Juruena Nambikwara

A Coordenação Regional da Funai de Cuiabá/MT é a responsável pela execução do programa. As ações serão desenvolvidas buscando o máximo de parcerias possíveis com a finalidade de minimizar os custos e aumentar a eficiência dos diversos projetos a serem implantados. O apoio logístico e técnico será dos diversos órgãos parceiros, tais como a Prefeitura Municipal de Sapezal, Associação Moxi, Associação Waklitsu, IBAMA, OPAN e Universidade.

Juruena Nambikwara

A Coordenação Regional da Funai de Cuiabá/MT é a responsável pela coordenação e execução do programa. Para isso, utilizam servidores lotados na CR Cuiabá e na CTL Vilhena, infraestrutura, equipamentos e veículos dessas unidades, além de contar com o suporte técnico de servidores lotados em Brasília/DF.

As ações serão desenvolvidas buscando o máximo de parcerias possíveis com a finalidade de minimizar os custos e aumentar a eficiência dos diversos projetos a serem implantados. O apoio logístico e técnico será dado pela Prefeitura Municipal de Comodoro e pela Associação Nambikwara.

Programa de Proteção aos Índios Isolados – BR 429 – 194251

Gestão junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT quanto a liberação da primeira parcela dos recursos destinados ao referido programa, a fim de atender à Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato – CGIIRC/DPDS/Funai.

Programa de Comunidade Indígena Zo'e Índios Isolados - 194252

A Coordenação Regional do Centro Leste do Pará – PA utilizou na execução do Projeto Comunidade Indígena Zo'e servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos disponíveis na Coordenação.

Programa de Apoio aos Ava-Canoeiro – PAAC. 194227

A Coordenação Regional da Funai do Araguaia Tocantins/TO em conjunto com o Chefe do Posto da Comunidade Indígena Avá-Canoeiro, composta por cerca de 6 indígenas, disponibilizou para a execução do Projeto os servidores e infraestrutura, além de contar com suporte de contratados para a realização do Programa de Apoio aos Ava-Canoeiro – PAAC.

Projeto Pihara – 194219

A Coordenação Regional da Funai de Madeira/AM disponibiliza na execução do Projeto Piraha servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos necessários para o desenvolvimento das atividades propostas.

Projeto Assurini – 194225

A Coordenação Regional da Funai do Baixo do Tocantins disponibiliza para a execução do Projeto Comunidade Indígena Assurini, servidores e infraestrutura, além de contar

com o suporte técnico de servidores da Funai lotados em Brasília/DF, visando garantir a sustentabilidade dos subprojetos.

Projeto Arara – 194253

A Coordenação Regional de Ji-Paraná – RO utilizou na execução do Projeto Comunidade Indígena Arara os servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos disponíveis na Coordenação.

CGPIMA – 194040/194200

A Renda do Patrimônio Indígena utiliza toda a estrutura funcional da Funai em Brasília/DF no apoio técnico às Unidades Descentralizadas da Fundação que executam recursos da mencionada renda.

Execução do Plano de Metas ou de Ações

Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão, conforme citado no item 5.1.2 a análise do plano de ação também será apresentado por programas/projetos específicos, como segue:

01 - Programa Artíndia - 194223, 194230 e 194231.

Considerando o Plano de Aplicação no Programa Artíndia, exercício de 2015, a receita prevista foi de R\$ 2.274.564,04 (dois milhões e duzentos e setenta e quatro mil e quinhentos e sessenta e quatro reais e quatro centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 2.258.146,23 (dois milhões duzentos e cinquenta e oito mil e cento e quarenta e seis reais e vinte e três centavos), sendo R\$ 1.978.870,50 (um milhão, novecentos e setenta e oito mil e oitocentos e setenta reais e cinquenta centavos) referentes ao saldo do exercício anterior e R\$ 96.752,29 (noventa e seis mil e setecentos e cinquenta e dois reais e vinte e nove centavos) como previsão de vendas de artesanato indígena e o valor de R\$ 96.144,93 (noventa e seis mil e cento e quarenta e quatro reais e noventa e três centavos) com rendimento da aplicação dos recursos na Conta Única do Tesouro Nacional. Conforme determina a Portaria nº. 643/PRES/2010 de 05 de maio de 2010, a Loja Artíndia do Museu do Índio fica vinculada ao Museu do Índio.

O valor das despesas previstas para o exercício de 2016 foi de R\$ 1.048.599,00 (um milhão quarenta e oito mil quinhentos e noventa e nove reais), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 82.246,80 (oitenta e dois mil e duzentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos), sendo R\$ 82.246,80 (oitenta e dois mil e duzentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos) como despesas empenhadas liquidadas, passando superávit para o exercício de 2017 o valor de R\$ 2.175.899,43 (dois milhões e cento e setenta e cinco mil e oitocentos e

noventa e nove reais e quarenta e três centavos) na conta única das UG's: 194230, 194231, 194223 e 194040 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 2.274.564,04
 Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 2.258.146,23
 Percentual alcançado: 99,27 %
 Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 1.048.599,00
 Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira R\$ 82.246,80
 Percentual alcançado: 7,84 %

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

Quadro 89 - Despesas Empenhadas (Controle Empenho)

Natureza Despesa Detalhada		29
		DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)
33903026	MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	730,00
33903622	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	5.500,00
33903905	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	6.000,00
33903916	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	2.350,00
33903917	MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	8.490,60
33903923	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	7.850,00
33903963	SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS	7.800,00
33904718	CONTRIB.PREVIDENCIARIAS-SERVICOS DE TERCEIROS	1.100,00
44905212	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	4.582,00
45906201	MERCADORIAS PARA REVENDAS-ESTOQUES PROPRIOS	37.844,20
Total Geral		82.246,80

A loja CEV – Artíndia Brasília - está subordinada à Diretoria de Administração e Gestão - DAGES.

02 – 194202 – Projeto de Desenvolvimento Comunidade Indígena Chiquitano

No Plano de Aplicação, exercício de 2016, do Projeto de Desenvolvimento da Comunidade Indígena Chiquitano a receita prevista foi de R\$ 213,58 (duzentos e treze reais e cinquenta e oito centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 1.267,96 (um mil e duzentos e sessenta e sete reais e noventa e seis centavos), sendo o saldo do exercício de 2015 no valor de R\$ 194,16 (cento e noventa e quatro reais e dezesseis centavos) e o valor de R\$ 166,83 (cento e sessenta e seis reais e oitenta e três centavos) provenientes dos rendimentos da aplicação dos recursos na Conta Única do Tesouro Nacional, e do valor de R\$ 906,97 (novecentos e seis reais e noventa e sete centavos) provenientes de cancelamento de restos a pagar. Foi prevista uma despesa no montante de R\$ 213,58 (duzentos e treze reais e cinquenta e oito centavos), não tendo sido empenhadas, passando superávit para o exercício de 2017 no valor de R\$ 1.267,96 (um mil e duzentos e sessenta e sete reais e noventa e seis centavos) aplicado na conta única da UG: 194202, Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 213,58
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 1.267,96
Percentual alcançado: 593,66 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 213,58
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira R\$ 0,00
Percentual alcançado: 0,00%

03 – 194203 – Projeto Companhia Vale do Rio Doce - CVRD

Para o exercício de 2016 foram previstos recursos no montante de R\$ 222.098,62 (duzentos e vinte e dois mil e noventa e oito reais e sessenta e dois centavos). Atingiu-se um montante de R\$ 497.887,04 (quatrocento e noventa e sete mil e oitocentos e oitenta e sete reais e quatro centavos), sendo proveniente do saldo do exercício de 2015 o valor de R\$ 201.907,84 (duzentos e um mil e novecentos e sete reais e oitenta e quatro centavos), somados aos rendimentos da aplicação financeira no exercício de 2016 no valor de R\$ 56.166,07 (cinquenta e seis mil e cento e sessenta e seis reais e sete centavos) e do valor de R\$ 239.813,13 (duzentos e trinta e nove mil e oitocentos e treze reais e treze centavos) devido ao cancelamento de restos a pagar.

O valor previsto das despesas para o cumprimento do programa, no exercício de 2016, foi de R\$ 222.098,62 (duzentos e vinte e dois mil e noventa e oito reais e sessenta e dois centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 162.031,68 (cento e sessenta e dois mil e trinta e um reais e sessenta e oito centavos), sendo R\$ 44.631,68 (quarenta e quatro

mil e seiscentos e trinta e um reais e sessenta e oito centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 117.400,00 (cento e dezessete mil e quatrocentos reais) como restos a pagar inscritos, passando superávit para o exercício de 2017 no valor de R\$ 335.855,36 (trezentos e trinta e cinco mil e oitocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e seis centavos) aplicado na conta única da UG: 194203, Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem..... R\$ 222.098,62
 Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 497.887,04
 Percentual alcançado: 224,176 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 222.098,62
 Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:.....R\$ 162.031,68
 Percentual alcançado: 72,95 %

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

Natureza Despesa Detalhada		29
		DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)
33901414	DIARIAS NO PAIS	8.389,71
33903001	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	5.724,49
33903602	DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	22.047,48
44905252	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	117.400,00
33903001	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	2.140,00
33903001	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	6.330,00
Total Geral		162.031,68

04 – 194205 – Projeto Comunidade Indígena Kayapó

No Plano de Aplicação, exercício de 2016, foi prevista para o referido projeto uma receita de R\$ 646,32 (seiscentos e quarenta e seis reais e trinta e dois centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 886,48 (oitocentos e oitenta e seis reais e quarenta e oito centavos), sendo o

saldo do exercício de 2015 no valor R\$ 587,56 (quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta e seis centavos) proveniente do leilão de madeira apreendida em Terras Indígenas e o valor de R\$ 298,92 (duzentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos) provenientes dos rendimentos da aplicação dos recursos na Conta Única do Tesouro Nacional. No Plano de Aplicação de 2016 não houve previsão de aplicação dos recursos passando superávit para o exercício de 2017 o valor de R\$ 886,48 (oitocentos e oitenta e seis reais e quarenta e oito centavos) aplicados na conta única da UG: 194205, Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 646,32

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 886,48

Percentual alcançado: 137,15 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 0,00

Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 0,00

Percentual alcançado: 0,00%

O projeto em questão tem por objetivo a aplicação dos recursos provenientes do leilão de madeira Kayapó km 14 em benefício das comunidades indígenas das aldeias Kororotí, Omeikrākum e Kakākubem, assim discriminadas com a proteção e fiscalização da Terra Indígena e apoio a produção de roças tradicionais.

05 – 194233 - Projeto Comunidades Indígenas Apyterewa e Ipixuna (Parakanã)

O Plano de Aplicação, exercício de 2016, do Projeto Integrado Apyterewa e Ipixuna, sob a gestão da Coordenação Regional de Belém, possuía uma receita prevista de R\$ 209.135,50 (duzentos e nove mil e cento e trinta e cinco reais e cinquenta centavos). Atingiu-se uma receita de R\$ 211.754,56 (duzentos e onze mil e setecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), oriundos do saldo do exercício de 2015 no valor de R\$ 190.123,18 (cento e noventa mil e cento e vinte e três reais e dezoito centavos), acrescidos dos rendimentos de aplicação financeira na Conta Única do Tesouro Nacional no valor de R\$ 16.227,94 (dezesesseis mil e duzentos e vinte e sete reais e noventa e quatro centavos) e do valor de R\$ 5.403,44 (cinco mil e quatrocentos e três reais e quarenta e quatro centavos) devido ao cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2016 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 209.135,50 (duzentos e nove mil e cento e trinta e cinco reais e cinquenta centavos), não tendo sido empenhadas, passando superávit para o exercício de 2017 no valor de R\$ 211.754,56

(duzentos e onze mil e setecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos) aplicado na conta única da UG: 194233, Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 209.135,50
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 211.754,56
Percentual alcançado: 101,25%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 209.135,50
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:.....R\$ 0,00
Percentual alcançado: 0,00 %

06 – 194204 – Projeto Comunidade Indígena Surui/Sororó

O Plano de Aplicação, exercício de 2016, do Projeto Comunidade Indígena Suruí/Sororó possuía uma receita prevista de R\$ 696,22 (seiscentos e noventa e seis reais e vinte e dois centavos). Atingiu-se um montante de R\$ 713,37 (setecentos e treze reais e trinta e sete centavos), compostos pelo saldo do exercício de 2015 no valor de R\$ 632,93 (seiscentos e trinta e dois reais e noventa e três centavos), mais os rendimentos de aplicação financeira na Conta Única do Tesouro Nacional no valor de R\$ 80,44 (oitenta reais e quarenta e quatro centavos).

No Plano de Aplicação de 2016 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 696,22 (seiscentos e noventa e seis reais e vinte e dois centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 695,10 (seiscentos e noventa e cinco reais e dez centavos), sendo esse valor como crédito empenhado passando superávit para o exercício de 2017 no valor de R\$ 18,27 (dezoito reais e vinte e sete centavos) aplicados na conta única da UG: 194204; Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 696,22
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 713,37
Percentual alcançado: 102,48%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 696,22
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:.....R\$ 695,10
Percentual alcançado: 99,83%

Para atender os veículos da Associação Indígena Aikewara, incluindo o veículo Nissan Frontier, foram adquiridos combustíveis, óleo diesel, lubrificantes. Foi adquirido óleo e filtro lubrificante para o trator marca Massey Ferguson 292, também pertencente à Associação.

Objetivos/metas	Atividades/etapas	Obs/justificativa
1 – Manutenção dos veículos da associação (incluindo o trator.).	- Aquisição de combustíveis e lubrificantes.	- Abastecimento dos veículos e trator agrícola.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

Natureza Despesa Detalhada		29
		DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)
33903001	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	695,10
Total Geral		695,10

07 – 194208 e 194209 - Projeto Comunidade Indígena Guarani/BR-101 - PACIG

Da receita prevista no ano de 2016 no valor de R\$ 14.535.544,40 (quatorze milhões, quinhentos e trinta e cinco mil e quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos) atingiu-se o montante de R\$ 3.466.152,71 (três milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil e cento e cinquenta e dois reais e setenta e um centavos), sendo o saldo do exercício anterior no valor de R\$ 3.032.023,23 (três milhões e trinta e dois mil e vinte e três reais e vinte e três centavos), do valor de R\$ 434.129,48 (quatrocentos e trinta e quatro mil e cento e vinte e nove reais e quarenta e oito centavos) proveniente dos rendimentos da aplicação dos recursos na Conta Única do Tesouro Nacional, tendo sido realizadas despesas no montante de R\$ 160.173,79 (cento e sessenta mil e cento e setenta e três reais e setenta e nove centavos), passando superávit para o exercício de 2017 no valor de R\$ 3.305.978,92 (três milhões e trezentos e cinco mil e novecentos e setenta e oito reais e noventa e dois centavos), aplicados na conta Única do Tesouro Nacional na UG's: 194208 e 194209, Gestão: 19209.

Com relação à Gestão Financeira do Convênio, informamos que no exercício de 2016, os recursos foram utilizados da seguinte maneira:

Em Reais (R\$):

SEDE	CR LITORAL SUL	CR PASSO FUNDO	TOTAL
0,00	160.173,79	0,00	160.173,79

PI Monit	PI Fund	PI Infra	PI Socio	TOTAL
0,00	161,32	160.012,47	0,00	160,173,79

Saldo Previsto para 2017: R\$ 3.305.978,92

Ressalta-se que os recursos do Convênio estão aplicados na Renda Indígena e podem ser realocados de acordo com a necessidade de cada subprograma.

Os rendimentos provenientes da Renda Indígena serão utilizados nos subprogramas do PACIG, uma vez que já foi verificada uma defasagem orçamentária e financeira para a execução do Convênio, tendo-se em vista o atraso em sua execução.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 14.535.544,40

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 3.466.152,71

Percentual alcançado: 23,84%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 14.535.544,40

Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 160.173,79

Percentual alcançado: 1,10%

O projeto em questão tem por objetivo implementar programas e/ou projetos de apoio às Comunidades Indígenas Guarani (Cambirela, Praia de Fora, Morro dos Cavalos, Massiambu, Cachoeira dos Inácios, Campo Bonito, Barra do Ouro, Varginha e Riozinho), afetadas pelos impactos socioambientais decorrentes das obras de duplicação da BR-101, trechos Florianópolis -SC e Osório-RS, assim discriminados com a subprograma fundiário, monitoramento, sócio-econômico, ambiental e infraestrutura, com a construção de casas para moradias de modo a atender as famílias das Comunidades Guaranis.

08 – 194207 - Projeto Comunidade Indígena Ava-Canoeiro

O Plano de Aplicação, exercício de 2016, do Projeto Comunidade Indígena Avá-Canoeiro apresentou uma receita prevista no valor de R\$ 5.604.154,44 (cinco milhões e seiscentos e quatro mil e cento e cinquenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos). Atingiu-se um montante de R\$ 5.772.427,64 (cinco milhões, setecentos e setenta e dois mil e

quatrocentos e vinte e sete reais e sessenta e quatro centavos), sendo o saldo do exercício de 2015 no valor de R\$ 4.894.685,85 (quatro milhões trezentos e dezenove mil oitocentos e treze reais e setenta e cinco centavos); o pagamento de royalties em 2016 no valor de R\$ 210.422,99 (duzentos e dez mil e quatrocentos e vinte e dois reais e noventa e nove centavos), dos rendimentos de aplicação financeiro na ordem de R\$ 667.031,80 (seiscentos e sessenta e sete mil e trinta e um reais e oitenta centavos) e do cancelamento, restos a pagar no valor de 287,00 (duzentos e oitenta e sete reais).

No Plano de Aplicação de 2016 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 890.100,00 (oitocentos e noventa mil e cem reais), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 397.922,39 (trezentos e noventa e sete mil e novecentos e vinte e dois reais e trinta e nove centavos), sendo o valor de R\$ 125.232,71 (cento e vinte e cinco mil e duzentos e trinta e dois reais e setenta e um centavos) como empenhados liquidados e R\$ 272.689,68 (duzentos e setenta e dois mil e seiscentos e oitenta e nove reais e sessenta e oito centavos) como restos a pagar inscritos, passando superávit para o exercício de 2017 no valor de R\$ 5.374.505,25 (cinco milhões e trezentos e setenta e quatro mil e quinhentos e cinco reais e vinte e cinco centavos) aplicados na conta única da UG: 194207 e 194040; Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 5.604.154,44

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 5.772.427,64

Percentual alcançado: 103,00%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 890.100,00

Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 397.922,39

Percentual alcançado: 44,70%

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

29			
PI	Natureza Despesa Detalhada		
			Despesas empenhadas (controle empenho)
013593PR OG1	Bem estar e modo de vida	33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos
			15.000,00
		33903007	Generos de alimentacao
			11.564,15
		33903020	Material de cama, mesa e banho
			2.224,00
		33903021	Material de copa e cozinha
			2.319,01
		33903022	Material de limpeza e prod. De higienizacao
			19,80
		33903023	Uniformes, tecidos e aviamentos
			3.206,23

		33903024	Material p/ manut.de bens imoveis/instalacoes	2.999,50
		33903039	Material p/ manutencao de veiculos	10.000,00
		33903919	Manutencao e conserv. De veiculos	6.000,00
		33904801	Auxilio a pessoas fisicas	0,00
		44905212	Aparelhos e utensilios domesticos	1.035,98
		44905242	Mobiliario em geral	8.944,02
013593PR OG3	Troca de experiencias	33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos	6.000,00
		33903007	Generos de alimentacao	24.762,15
		33903039	Material p/ manutencao de veiculos	4.000,00
		33903301	Passagens para o pais	3.000,00
		33903602	Diarias a colaboradores eventuais no pais	0,00
		33903919	Manutencao e conserv. De veiculos	8.000,00
		33903980	Hospedagens	5.000,00
		33904801	Auxilio a pessoas fisicas	21.062,50
013593PR OG4	Etno desenvolvimento e seguranca alimentar	33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos	4.000,00
		33903026	Material eletrico e eletronico	2.988,30
		33903031	Sementes, mudas de plantas e insumos	7.500,00
		33903602	Diarias a colaboradores eventuais no pais	1.681,50
		33903635	Serv. De apoio admin., tecnico e operacional	5.544,00
		33904718	Contrib.previdenciarias-servicos de terceiros	1.108,80
		33904801	Auxilio a pessoas fisicas	200,60
		44905240	Maquinas e equipamentos agric. E rodoviaros	167.654,00
013593PR OG5	Saude	33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos	6.000,00
		33903039	Material p/ manutencao de veiculos	24.000,00
		33903301	Passagens para o pais	4.000,00
		33903602	Diarias a colaboradores eventuais no pais	0,00
		33903630	Servicos medicos e odontologicos	2.280,00
		33903950	Serv.medico-hospital.,odontol.e laboratoriais	27.246,75
		33903980	Hospedagens	1.500,00
		33904718	Contrib.previdenciarias-servicos de terceiros	456,00
		33904801	Auxilio a pessoas fisicas	2.885,10
013593PR OG7	Educacao e cultura	33903602	Diarias a colaboradores eventuais no pais	0,00

	33904801	Auxilio a pessoas fisicas	2.390,00
	44905233	Equipamentos para audio, video e foto	1.350,00
	Total Geral		397.922,39

09 – 194239 - Projeto Comunidade Indígena Kayapó

O Plano de Aplicação exercício de 2016 do Projeto Comunidade Indígena Kayapó, sob a gestão da Coordenação Regional Kayapó Sul do Pará, possuía uma receita prevista de R\$ 423.707,95 (quatrocentos e vinte e três mil e setecentos e sete reais e noventa e cinco centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 432.258,95 (quatrocentos e trinta e dois mil e duzentos e cinquenta e oito reais e noventa e cinco centavos) compostos pelo saldo do exercício de 2015 no valor de R\$ 403.531,38 (quatrocentos e três mil e quinhentos e trinta e um reais e trinta e oito centavos) mais os rendimentos de aplicação financeira na Conta Única do Tesouro Nacional no valor de R\$ 28.727,57 (vinte e oito mil e setecentos e vinte e sete reais e cinquenta e sete centavos).

No Plano de Aplicação de 2016 não houve previsão de aplicação dos recursos passando superávit para o exercício de 2017 o valor de R\$ 432.258,95 (quatrocentos e trinta e dois mil e duzentos e cinquenta e oito reais e noventa e cinco centavos) aplicados na conta única da UGs: 194239 e 194040; Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 423.707,95

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 432.258,95

Percentual alcançado: 102,01 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 0,00

Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 0,00

Percentual alcançado: 0,00 %

10 – 194216 – Programa Museu do índio/Renda Indígena

O Plano de Aplicação, exercício de 2016, do Projeto Museu do Índio – Renda Indígena possuía uma receita prevista de R\$ 4.655,32 (quatro mil e seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos). Atingiu-se um montante de R\$ 21.155,32 (vinte e um mil e cento e cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos), compostos pelo saldo do exercício de 2015 na ordem de R\$ 4.655,32 (quatro mil e seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos) e o restante no valor de R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais) referentes à taxa de visitação.

No Plano de Aplicação de 2016, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 0,00 (zero reais), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 0,00 (zero reais), sendo R\$ 0,00 (zero reais) como crédito empenhado liquidado, passando superávit para o exercício de 2017 no valor de R\$ 21.155,32 (vinte e um mil e cento e cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos) disponíveis na conta única das UGs: 194216 e 194040; Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 4.655,32

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 21.155,32

Percentual alcançado: 454,43%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 0,00

Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 0,00

Percentual alcançado: 0,00 %

O Museu organizou oficinas específicas com as etnias. A produção cultural material e os objetos produzidos serviram para desenvolver atividades com a finalidade de integrar atividades de divulgação a um público mais amplo.

O Museu do Índio realizou junto ao público visitante a divulgação de manifestações culturais dos povos indígenas, promovendo oficinas abertas, apresentações de cantos e danças tradicionais, exposições, mostras de filmes, etc..

11 - Projeto Comunidade Indígena Pitaguary – 194221

Para o exercício de 2016 foram previstos recursos no montante de R\$ 822.010,40 (oitocentos e vinte e dois mil dez reais e quarenta centavos). Atingiu-se uma arrecadação de R\$ 800.135,74 (oitocentos mil cento e trinta e cinco reais e setenta e quatro centavos), provenientes do saldo financeiro de 2015 no valor de R\$ 609.161,22 (seiscentos e nove mil e cento e sessenta e um reais e vinte e dois centavos); da liberação da parcela de 2016, com a devida correção, no valor de R\$ 138.120,96 (cento e trinta e oito mil cento e vinte reais e noventa e seis centavos), dos rendimentos da aplicação financeira no valor de R\$ 52.853,56 (cinquenta e dois mil oitocentos e cinquenta e três reais e cinquenta e seis centavos).

No Plano de Aplicação de 2016, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 809.496,00 (oitocentos e nove mil quatrocentos e noventa e seis reais), tendo sido empenhadas despesas somente no montante de R\$ 4.403,95 (quatro mil quatrocentos e três reais e noventa e cinco centavos) devido à suspensão da aplicação dos recursos da renda indígena conforme recomendação nº 129/2016 do ministério público, passando um superávit para o exercício de 2017 no valor de R\$ 795.731,79 (setecentos e noventa e cinco mil setecentos e trinta e um reais e

setenta e nove centavos), disponível na conta de aplicação financeira da UG: 194221 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 822.010,40
 Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 800.135,74
 Percentual alcançado: 97,33%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 809.496,00
 Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 4.403,95
 Percentual alcançado: 0,54 %

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

PI				29	
Natureza Despesa Detalhada				Despesas empenhadas (controle empenho)	
007771RPIP1	Manutencao utilitario	veiculo	33903903	Comissoes e corretagens	102,00
			33903919	Manutencao e conserv. De veiculos	4.301,95
Total Geral					4.403,95

12 – Programa Ambiental Comunidades Indígenas Aikanã, Latundê e Kwazã – Chupinguaia - 194218

O Plano de Aplicação, exercício de 2016, do Projeto Ambiental das Comunidades Indígenas Aikanã, Latundê e Kwazã apresentou uma receita prevista de R\$ 3.593,14 (três mil quinhentos e noventa e três reais e quatorze centavos). Atingiu-se uma arrecadação de R\$ 3.653,83 (três mil e seiscentos e cinquenta e três reais e oitenta e três centavos), sendo composta pelo saldo do exercício de 2015 no valor de R\$ 3.266,49 (três mil e duzentos e sessenta e seis reais e quarenta e nove centavos) e do valor de R\$ 387,34 (trezentos e oitenta e sete reais e trinta e quatro centavos) referentes ao rendimento da aplicação financeira na conta Única do Tesouro Nacional.

No Plano de Aplicação de 2016 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 3.593,14 (três mil quinhentos e noventa e três reais e quatorze centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 447,72 (quatrocentos e quarenta e sete reais e setenta e dois centavos, passando superávit para o exercício de 2017 no valor de R\$ 3.206,11 (três mil e duzentos e seis reais e onze centavos), disponível na conta das UG's: 194218, Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 3.593,14

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 3.653,83

Percentual alcançado: 101,68%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 3.593,14

Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 447,72

Percentual alcançado: 12,46%

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

Natureza Despesa Detalhada		29 Despesas empenhadas (controle empenho)
33901414	Diarias no pais	447,72
Total Geral		447,72

13 – Projeto de Desenvolvimento Sararé - Santa Elina - 194232

No Plano de Aplicação de 2016 para os recursos provenientes do Termo de Compromisso entre a Funai e a Mineração Santa Elina foi previsto um montante no valor de R\$ 709.112,09 (setecentos e nove mil e cento e doze reais e nove centavos). Atingiu-se uma arrecadação de R\$ 740.306,18 (setecentos e quarenta mil e trezentos e seis reais e dezoito centavos), provenientes do saldo financeiro de 2015 no valor de R\$ 644.647,35 (seiscentos e quarenta e quatro mil e seiscentos e quarenta e sete reais e trinta e cinco centavos), somados aos rendimentos da aplicação financeira no valor de R\$ 95.658,83 (noventa e cinco mil e seiscentos e cinquenta e oito reais e oitenta e três centavos).

No Plano de Aplicação de 2016 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 708.900,00 (setecentos e oito mil e novecentos reais), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 120.370,03 (cento e vinte mil e trezentos e setenta reais e três centavos), sendo R\$ 58.152,22 (cinquenta e oito mil e cento e cinquenta e dois reais e vinte e dois centavos) como despesas liquidadas e o valor de R\$ 62.217,81 (sessenta e dois mil e duzentos e dezessete reais e oitenta e um centavos) como restos a pagar inscritos, passando superávit para o exercício de 2016 no valor de R\$ 619.936,15 (seiscentos e dezenove mil e novecentos e trinta e seis reais e quinze centavos), disponível na conta de aplicação financeira da UG: 194232, Gestão: 19209 .

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 709.112,09

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 740.306,18

Percentual alcançado: 104,39 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 708.900,00

Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 120.370,03

Percentual alcançado: 16,97 %

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

PI				29
Natureza Despesa Detalhada				Despesas empenhadas (controle empenho)
ACAO1GEST AO	Gestao socioambiental das terras indigenas	33901414	Diarias no pais	17.041,32
		33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos	47.769,80
		33903018	Materiais e medicamentos p/ uso veterinario	1.891,69
		33903925	Taxa administracao de	0,01
ACAO2MAN EJO	Manejo economico das dependencias de bens.	33903039	Material p/ de manutencao veiculos	34.881,21
		33903919	Manutencao e conserv. De veiculos	18.786,00
Total Geral				120.370,03

14 - Projeto de Desenvolvimento Sararé - Leilão Madeira - 194224

Quanto aos recursos originados do leilão de madeira apreendida na terra indígena no ano de 1995, para o ano de 2016 foi previsto um montante de R\$ 290.165,21 (duzentos e noventa mil e cento e sessenta e cinco reais e vinte e um centavos). Atingiu-se uma arrecadação de R\$ 297.905,38 (duzentos e noventa e sete mil e novecentos e cinco reais e trinta e oito centavos), provenientes do saldo financeiro de 2015 no valor de R\$ 263.786,55 (duzentos e sessenta e três mil e setecentos e itenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) e dos rendimentos da aplicação financeira no valor de R\$ 34.118,83 (trinta e quatro mil e cento e dezoito reais e oitenta e três centavos).

No Plano de Aplicação de 2016 não houve previsão de aplicação dos recursos, passando um superávit para o exercício de 2017 no valor de R\$ 297.905,38 (duzentos e noventa e sete mil e novecentos e cinco reais e trinta e oito centavos), disponível na conta de aplicação financeira da UG: 194224 e 194040, Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 290.165,21

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 297.905,38

Percentual alcançado: 102,66 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 0,00

Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira.....R\$ 0,00

Percentual alcançado: 0,00 %

Não houve execução no exercício de 2016.

15 – Kondá - 194222

Dos recursos previstos para o exercício de 2016 no valor total de R\$ 3.877,37 (três mil e oitocentos e setenta e sete reais e trinta e sete centavos), atingiu-se o montante de R\$ 3.945,38 (três mil e novecentos e quarenta e cinco reais e trinta e oito centavos), sendo o saldo do exercício de 2015 no valor de R\$ 3.524,88 (três mil e quinhentos e vinte e quatro reais e oitenta e oito centavos) e do valor de R\$ 420,50 (quatrocentos e vinte reais e cinquenta centavos) provenientes dos rendimentos da aplicação na Conta Única do Tesouro Nacional.

No Plano de Aplicação de 2016 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 3.877,37 (três mil e oitocentos e setenta e sete reais e trinta e sete centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 3.855,88 (três mil e oitocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), passando um superávit para o exercício de 2017 no valor de R\$ 89,50 (oitenta e nove reais e cinquenta centavos) aplicado na conta única da UG: 194222 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 3.877,37

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 3.945,38

Percentual alcançado: 101,75 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 3.877,37

Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 3.855,88

Percentual alcançado: 99,44 %

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

PI	Natureza Despesa Detalhada			29
				Despesas empenhadas (controle empenho)
007772PRO01	APOIO AS ATIVIDADES AGRICOLAS	33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos	3.855,88
Total Geral				3.855,88

16 – Projeto Juruti Guajá – Terra Indígena Awa-Guajá - 194235

O Plano de Aplicação exercício de 2016 do Projeto Juriti Guaja, Terra Indígena Awa-Guajá, apresentou uma receita prevista no valor de R\$ 9,31 (nove reais e trinta e um centavos). Atingiu-se um montante de R\$ 8,46 (oito reais e quarenta e seis centavos), sendo o saldo do exercício de 2015 no valor de R\$ 8,46 (sete reais e oitenta e seis centavos) e dos rendimentos de aplicação financeira na ordem de R\$ 0,00 (zero reais).

No Plano de Aplicação de 2016 não houve previsão de aplicação dos recursos, passando um superávit para o exercício de 2017 no valor de R\$8,46 (oito reais e quarenta e seis centavos) aplicados na conta única da UG: 194235; Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 9,31

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 8,46

Percentual alcançado: 90,87%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 0,00

Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 0,00

Percentual alcançado: 0,00%

17– Projeto Petrobrás/Gasoduto Lagoa Parda – Comunidade Indígena Comboios -
– 194238

O Plano de Aplicação, exercício de 2016, do Projeto Comunidade Indígena Comboios possuía uma receita prevista de R\$ 706.328,69 (setecentos e seis mil e trezentos e vinte e oito reais e sessenta e nove centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 760.313,71 (setecentos e sessenta mil e trezentos e treze reais e setenta e um centavos), sendo saldo do exercício de 2015 no valor de R\$ 642.116,99 (seiscentos e quarenta e dois mil e cento e dezesseis reais e noventa e nove centavos) e dos rendimentos de aplicação financeira na Conta Única Tesouro Nacional no valor de R\$ 87.431,94 (oitenta e sete mil e quatrocentos e trinta e um reais e noventa e quatro centavos) e do valor de R\$ 30.764,78 (trinta mil e setecentos e sessenta e quatro reais e setenta e oito centavos) referentes ao cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2016 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 569.200,00 (quinhentos e sessenta e nove mil e duzentos reais), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 217.861,27 (duzentos e dezessete mil e oitocentos e sessenta e um reais e vinte e sete centavos), sendo R\$ 67.963,98 (sessenta e sete mil e novecentos e sessenta e três reais e noventa e oito centavos) como despesas liquidadas, e o valor de R\$ 149.897,29 (cento e quarenta e nove mil e oitocentos e noventa e sete reais e vinte e nove centavos), passando um

superávit para o exercício de 2017 no valor de R\$ 542.452,44 (quinhentos e quarenta e dois mil e quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) aplicado na conta única da UG: 194238 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 706.328,69

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 760.313,71

Percentual alcançado: 107,64%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 569.200,00

Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:.....R\$ 217.861,27

Percentual alcançado: 38,27 %

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

PI	Natureza Despesa Detalhada		29
			Despesas empenhadas (controle empenho)
023543PJT01	APOIO ATIVIDADES SILVICULTURA	33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos 16.103,84
		33903919	Manutencao e conserv. De veiculos 7.219,77
		33903925	Taxa de administracao 492,10
		44905240	Maquinas e equipamentos agric. E rodoviaros 8.000,00
023543PJT02	APOIO ATIVIDADES AGRICULTURA	33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos 18.600,00
		33903011	Material quimico 0,00
		33903042	Ferramentas 4.925,00
		33903919	Manutencao e conserv. De veiculos 40.000,00
		33903925	Taxa de administracao 592,19
023543PJT05	TRANSPORTE E LOCOMOCAO	44905239	Equip. E utensilios hidraulicos e eletricos 7.990,00
023543PJT06	SEGURO LICENCIAMENTO	33903969	Seguros em geral 708,17
023543PJT07	MELHORIAS HABITACIONAIS	33903024	Material p/ manut.de bens imoveis/instalacoes 73.310,28
023543PJT08	APOIOA ATIVIDADES PESQUEIRAS	44905220	Embarcacoes 39.919,92
Total Geral			217.861,27

O Plano de Aplicação, exercício de 2016, do Projeto Comunidade Indígena Fulni-ô possuía uma receita prevista de R\$ 533.736,02 (quinhentos e trinta e três mil e setecentos e trinta e seis reais e dois centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 284.687,08 (duzentos e oitenta e quatro mil e seiscentos e oitenta e sete reais e oito centavos), compostos pelo saldo do exercício de 2015 no valor de R\$ 185.214,56 (cento e oitenta e cinco mil duzentos e quatorze reais e cinquenta e seis centavos), pelas parcelas de indenização do exercício de 2016 no valor de R\$ 83.590,97 (oitenta e três mil e quinhentos e noventa reais e noveta e sete centavos) e pelos rendimentos de aplicação financeira na Conta Única do Tesouro Nacional no valor de R\$ 15.881,55 (quinze mil e oitocentos e oitenta e um reais e cinquenta e cinco centavos).

No Plano de Aplicação de 2016 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 533.730,00 (quinhentos e trinta e três mil e setecentos e trinta reais), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 243.901,43 (duzentos e quareta e três mil e novecentos e um reais e quarenta e três centavos), passando um superávit para o exercício de 2017 no valor de R\$ 40.785,65 (quarenta mil e setecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos) disponível na conta única da UG: 194236 Gestão: 19209

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 533.736,02

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 284.687,08

Percentual alcançado: 53,33 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 533.730,00

Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 243.901,43

Percentual alcançado: 45,69%

Objetivos/metasp	Atividades/etapas	Obs/justificativa
1. Sustentabilidade organizacional	- Aquisição de combustíveis e lubrificantes	- destinados ao abastecimento de ambulância.
	- Aquisição de materiais de construção.	- destinado à manutenção de bens imóveis.
	- Aquisicao de peças para manutenção de veículos.	- destinado à manutenção de veiculo adquirido com recursos do projeto.
	- Serviço de manutenção e conservação.	- destinado à manutenção de veiculo adquirido com recursos do projeto.
2. Sustentabilidade socioeconomica		

- Aquisição de combustíveis e lubrificantes.
 - Aquisição de materiais de construção.
 - Aquisição de sementes e ferramentas agrícolas.
 - Aquisição de peças para manutenção de veículos.
 - Deslocamento de servidores.
 - Serviço de manutenção e conservação.
 - Aquisição de combustíveis e lubrificantes.
 - Aquisição de peças para manutenção de veículos.
 - Serviço de manutenção e conservação de veículo.
- destinados ao abastecimento de veículo ambulância, necessários às atividades programadas no projeto.
 - destinado à manutenção de bens imóveis.
 - destinado à recuperação de pastagens.
 - destinado à manutenção de veículo adquirido com recursos do projeto.
 - realização e trabalhos e de acompanhamento e supervisão técnica, por servidores.
 - destinado à manutenção de veículo adquirido com recursos do projeto.
 - destinados ao abastecimento de veículo, necessários às atividades programadas no projeto.
 - destinado à manutenção de veículo adquirido com recursos do projeto.
 - destinado à manutenção de veículo adquirido com recursos do projeto.

3. Sustentabilidade socioambiental

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

PI		Natureza Despesa Detalhada		29 Despesas empenhadas (controle empenho)
013558	PROJETO CUMUNIDADE INDIGENA FULNI-O	33903001	Combustíveis e lubrificantes automotivos	18.608,73
		33903007	Generos de alimentacao	7.999,00
		33903008	Animais para pesquisa e abate	134.235,00
		33903016	Material de expediente	5.000,00
		33903024	Material p/ manut.de bens imoveis/instalacoes	0,00
		33903031	Sementes, mudas de plantas e insumos	7.998,50
		33903039	Material p/ manutencao de veiculos	4.500,00

	33903042	Ferramentas	7.984,20
	33903303	Locacao de meios de transporte	8.976,00
	33903635	Serv. De apoio admin., tecnico e operacional	40.500,00
	33904718	Contrib.previdenciarias-servicos de terceiros	8.100,00
	Total Geral		243.901,43

19 – Projeto Companhia Vale do Rio Doce - CVRD Tucumã – 194242

Para o exercício de 2016 foram previstos recursos no montante de R\$ 7.040,32 (sete mil e quarenta reais e trinta e dois centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 6.528,54 (seis mil e quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e quatro centavos), provenientes do saldo do exercício de 2015 no valor de R\$ 6.400,29 (seis mil quatrocentos reais e vinte e nove centavos), do valor de R\$ 128,25 (cento e vinte e oito reais e vinte e cinco centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2016.

No Plano de Aplicação de 2016 não houve previsão de aplicação dos recursos, passando um superávit para o exercício de 2017 no valor de R\$ 6.528,54 (seis mil e quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e quatro centavos) aplicados na conta única da UG: 194242 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 7.040,32

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 6.528,54

Percentual alcançado: 92,73%

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 0,00

Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 0,00

Percentual alcançado: 0,00 %

20 – Projeto Alto Turiaçu – 194229

Para o exercício de 2016, foram previstos recursos no montante de R\$ 3.089,08 (três mil e oitenta e nove reais e oito centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 3.288,42 (três mil e duzentos e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos), provenientes do saldo do exercício de 2015 no valor de R\$ 2.808,25 (dois mil oitocentos e oito reais e vinte e cinco centavos) e do valor de R\$ 480,17 (quatrocentos e oitenta e sete reais e dezessete centavos) provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2016.

No Plano de Aplicação de 2016 não houve previsão de aplicação dos recursos, passando um superávit para o exercício de 2017 no valor de R\$ 3.288,42 (três mil e duzentos e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos) aplicados na conta única da UG: 194229 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 3.089,08
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 3.288,42
Percentual alcançado: 99,24 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 0,00
Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 0,00
Percentual alcançado: 0,00%

21 - Projeto Guajajara/Caru – 194234

Para o exercício de 2016 foram previstos recursos no montante de R\$ 2.160,98 (dois mil cento e sessenta reais e noventa e oito centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 2.160,98 (dois mil cento e sessenta reais e noventa e oito centavos), pela parcela de indenização do exercício de 2015.

No Plano de Aplicação de 2016 não houve previsão de aplicação dos recursos, passando um superávit para o exercício de 2017 no valor de R\$ 2.160,98 (dois mil cento e sessenta reais e noventa e oito centavos) na UG: 194040 da UG: 194234 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 2.160,98
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 2.160,98
Percentual alcançado: 100,00 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 0,00
Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 0,00
Percentual alcançado: 0,00%

22 - Programa de Compensação Ambiental da BR-163 - – **194211, 194212, 194237, 194240, 194241 e 194200**

O Plano de Aplicação, exercício de 2016, do Projeto BR 163 apresentou uma receita prevista de R\$ 13.734.050,83 (treze milhões setecentos e trinta e quatro mil e cinquenta reais e oitenta e três centavos). Atingiu-se um montante de R\$ 11.127.323,67 (onze milhões, cento e vinte e sete mil, trezentos e vinte e três reais e sessenta e sete centavos), sendo o saldo do

exercício de 2015 no valor de R\$ 6.093.242,97 (seis milhões, noventa e três mil duzentos e quarenta e dois reais e noventa e sete centavos) e de R\$ 796.646,79 (setecentos e noventa e seis mil e seiscentos e quarenta e seis reais e setenta e nove centavos) referentes aos rendimentos da aplicação financeira no exercício de 2016, do valor de R\$ 78.043,91 (setenta e oito mil e quarenta e três reais e noventa e um centavos) referentes ao cancelamento de restos a pagar e do valor de R\$ 4.159.390,00 (quatro milhões, cento e cinquenta e nove mil e trezentos e noventa reais) referentes às parcelas recebidas do convenio Funai – DNIT.

No Plano de Aplicação de 2016 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 8.231.967,40 (oito milhões duzentos e trinta e um mil novecentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 5.826.570,36 (cinco milhões oitocentos e vinte e seis mil quinhentos e setenta reais e trinta e seis centavos), passando um superávit para o exercício de 2017 no valor de R\$ 5.300.753,31 (cinco milhões trezentos mil setecentos e cinquenta e três reais e trinta e um centavos) que estão disponíveis nas Unidades Gestoras: 194211, 194212, 194237, 194240, 194241 e 194040, Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 13.734.050,83

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 11.127.323,67

Percentual alcançado: 81,01%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 8.231.967,40

Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 5.826.570,36

Percentual alcançado: 70,77%

194211 BR 163

O projeto em questão tem por objetivo mitigar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da BR-163, de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas envolvidas, bem como a preservação de suas terras e recursos naturais, assim discriminados com as ações piloto da BR-163 sustentável, conforme PBA BR-163.

PI		Natureza Despesa Detalhada		29 Despesas empenhadas (controle empenho)
FISCKAPOT	SUBPROGRAMA DE FISCALIZACAO - KAPOT	44905252	Veiculos de tracao mecanica	109.600,00

FISCKURUR U	SUBPROGRAMA DE FISCALIZACAO - KURURUZINHO	33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos	7.271,73
		33903007	Generos de alimentacao	2.000,00
		33903034	Sobressal. Maq.e motores navios e embarcacoes	624,00
		33903039	Material p/ manutencao de veiculos	16.137,00
		33903919	Manutencao e conserv. De veiculos	4.090,00
		33903925	Taxa de administracao	267,05
FISCMAIRO	SUBPROGRAMA DE FISCALIZACAO - MAIROWI	33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos	10.733,16
		33903007	Generos de alimentacao	6.508,23
		33903013	Material de caca e pesca	989,80
		33903019	Material de acondicionamento e embalagem	2.775,75
		33903021	Material de copa e cozinha	2.014,03
		33903027	Material de manobra e patrulhamento	5.214,20
		33903028	Material de protecao e seguranca	2.264,50
		33903034	Sobressal. Maq.e motores navios e embarcacoes	7.700,00
		33903039	Material p/ manutencao de veiculos	6.982,00
		33903042	Ferramentas	1.160,00
		33903917	Manut. E conserv. De maquinas e equipamentos	3.300,00
		33903919	Manutencao e conserv. De veiculos	10.200,00
		33903925	Taxa de administracao	393,91
		33904801	Auxilio a pessoas fisicas	15.698,00
FISCMETUK T	SUBPROGRAMA DE FISCALIZACAO - METUKTIRE	33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos	6.734,32
		33903007	Generos de	2.998,80

			alimentacao	
		33903013	Material de caca e pesca	1.798,75
		33903021	Material de copa e cozinha	1.998,10
		33903027	Material de manobra e patrulhamento	1.997,38
		33903028	Material de protecao e seguranca	2.988,00
		33903042	Ferramentas	2.000,00
		33903925	Taxa administracao de	311,00
		44905220	Embarcacoes	43.479,28
FISCPIARAC U	SUBPROGRAMA DE FISCALIZACAO - PIARACU	33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos	6.844,48
		33903925	Taxa administracao de	320,65
		33904801	Auxilio a pessoas fisicas	1.500,00
		44905252	Veiculos de tracao mecanica	109.600,00
Total Geral				398.494,12

194212 BR 163

O projeto em questão tem por objetivo mitigar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da BR-163, de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas envolvidas, assim como o subprograma fiscalização, subprograma atividades extrativistas, subprograma fortalecimento cultural e subprograma atividades aviculturas.

PI		Natureza Despesa Detalhada		29 Despesas empenhadas (controle empenho)
ATIVEXTRNAS	ALTERNATIVA ECONO. PROD. E ATIVIDADES EXTR	33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos	15.686,77
		33903007	Generos de alimentacao	13.499,75
		33903019	Material de acondicionamento e embalagem	2.388,60
		33903021	Material de copa e cozinha	709,40
		33903028	Material de protecao e seguranca	9.877,00
		33903034	Sobressal. Maq.e motores	4.430,00

			navios e embarcacoes	
		33903042	Ferramentas	5.438,40
		33903917	Manut. E conserv. De maquinas e equipamentos	1.620,00
		33903925	Taxa de administracao	653,00
		44905220	Embarcacoes	25.043,67
		44905230	Maquinas e equipamentos energeticos	4.860,71
		44905252	Veiculos de tracao mecanica	24.129,27
AVICULNAS	ALTERNATIVA ECONOMICA AVICULTURA- NASSEPOTITI	33903008	Animais para pesquisa e abate	1.976,30
		33903012	Material de courelaria ou de uso zootecnico	144,00
		33903024	Material p/ manut.de bens imoveis/instalacoes	918,00
		33903042	Ferramentas	99,80
CULTURALNAS	ALTERNATIVA ECONO.DE FORTALECIMENTO CULTURAL	33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos	13.055,98
		33903007	Generos de alimentacao	8.489,25
		33903013	Material de caca e pesca	11.739,92
		33903016	Material de expediente	369,50
		33903021	Material de copa e cozinha	2.159,75
		33903023	Uniformes, tecidos e aviamentos	27.626,68
		33903028	Material de protecao e seguranca	2.499,00
		33903042	Ferramentas	1.499,50
		33903925	Taxa de administracao	544,00
		44905252	Veiculos de tracao mecanica	39.007,33
FISCNAS	SUBPROGRAMA DE FISCALIZACAO - NASSEPOTITI	33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos	14.399,11
		33903007	Generos de alimentacao	2.998,38
		33903027	Material de manobra e patrulhamento	267,34
		33903028	Material de protecao e seguranca	2.499,00
		33903034	Sobressal. Maq.e motores navios e embarcacoes	6.000,00
		33903039	Material p/ manutencao de veiculos	28.800,00
		33903042	Ferramentas	3.999,00
		33903917	Manut. E conserv. De maquinas e equipamentos	1.000,00
		33903919	Manutencao e conserv. De veiculos	5.200,00
		33903925	Taxa de administracao	600,00
		44905206	Aparelhos e equipamentos de	5.141,00

			comunicacao	
		44905220	Embarcacoes	22.839,64
		44905240	Maquinas e equipamentos agric. E rodoviaros	3.080,00
		44905252	Veiculos de tracao mecanica	10.892,02
ROCASTRDNAS	ROCAS TRADICIONAIS	33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos	3.740,17
		33903031	Sementes, mudas de plantas e insumos	16.106,00
		33903042	Ferramentas	1.369,50
		33903925	Taxa de administracao	156,00
		44905240	Maquinas e equipamentos agric. E rodoviaros	9.240,00
		44905252	Veiculos de tracao mecanica	35.571,38
Total Geral				392.364,12

194237 BR 163

O projeto em questão tem por objetivo mitigar os impactos negativos e aperfeiçoar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da BR-163, de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas envolvidas, bem como a preservação de suas terras e recursos naturais, assim discriminados com as ações piloto da BR-163 sustentável, conforme PBA BR-163.

PI		Natureza Despesa Detalhada		29 Despesas empenhadas (controle empenho)
BANANAKORO	BANANA KOROROTI	33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos	7.998,66
		33903007	Generos de alimentacao	1.849,80
		33903028	Material de protecao e seguranca	1.353,50
		33903031	Sementes, mudas de plantas e insumos	14.999,00
COORDENACAO	COORDENACAO DE MONITORAMENTO	33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos	10.424,07
		33903007	Generos de alimentacao	6.498,50
		33903027	Material de manobra e patrulhamento	2.791,98
		33903028	Material de protecao e seguranca	3.498,90
		33903042	Ferramentas	647,40

		33903925	Taxa de administracao	420,00
		44905252	Veiculos de tracao mecanica	71.168,00
EDUCACAOAMB	EDUCACAO AMBIENTAL	33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos	4.698,68
		33903007	Generos de alimentacao	3.999,95
		33903042	Ferramentas	6.998,65
		33903925	Taxa de administracao	289,00
		33904801	Auxilio a pessoas fisicas	2.920,50
		44905252	Veiculos de tracao mecanica	17.889,00
FISCALIZA	FISCALIZACAO	33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos	10.094,53
		33903007	Generos de alimentacao	6.499,85
		33903027	Material de manobra e patrulhamento	3.795,36
		33903028	Material de protecao e seguranca	3.999,50
		33903042	Ferramentas	8.799,39
		33903925	Taxa de administracao	420,00
		33904801	Auxilio a pessoas fisicas	9.664,20
		44905220	Embarcacoes	17.714,32
		44905240	Maquinas e equipamentos agric. E rodoviaros	9.240,00
MULHERKAKA	VALORIZACAO DO TRABALHO MULHER - KAKAKUBEM	33903013	Material de caca e pesca	499,08
		33903016	Material de expediente	249,00
		33903023	Uniformes, tecidos e aviamentos	4.926,39
MULHEROMEI	VALORIZACAO DO TRABALHO MULHER	33903013	Material de caca e pesca	2.098,51
		33903016	Material de expediente	249,00
		33903023	Uniformes, tecidos e aviamentos	2.890,24
		33903042	Ferramentas	1.000,00
ROCAKAKA	APOIO A PRODUCAO DE ROCAS TRADICIONAIS	33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos	3.696,92
		33903007	Generos de alimentacao	4.548,75
		33903019	Material de acondicionamento e embalagem	1.299,60
		33903028	Material de protecao e seguranca	998,00
		33903031	Sementes, mudas de plantas e insumos	1.798,00
		33903042	Ferramentas	3.998,20
		44905240	Maquinas e equipamentos agric. E rodoviaros	6.160,00

ROCAOMEI	APOIO A PRODUCAO DE ROCAS TRADICIONAIS	33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos	5.086,24
		33903019	Material de acondicionamento e embalagem	698,40
		33903031	Sementes, mudas de plantas e insumos	12.954,00
		33903042	Ferramentas	2.499,35
		33903925	Taxa de administracao	212,00
		44905240	Maquinas e equipamentos agric. E rodoviaros	3.080,00
Total Geral				308.157,42

194240 BR 163

O projeto em questão tem por objetivo mitigar os impactos negativos e aperfeiçoar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da BR-163, de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas envolvidas, bem como a preservação de suas terras e recursos naturais, assim discriminados com as ações piloto da BR-163 sustentável, conforme PBA BR-163.

PI	Natureza Despesa Detalhada			29 Despesas empenhadas (controle empenho)
KUXUNET I	ALDEIA KUXUNETI - PROJETO BR 163	33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos	9.597,75
		33903007	Generos de alimentacao	2.999,90
		33903021	Material de copa e cozinha	996,37
		33903027	Material de manobra e patrulhamento	1.999,70
		33903028	Material de protecao e seguranca	1.996,00
		33903039	Material p/ manutencao de veiculos	24.000,00
		33903042	Ferramentas	2.500,00
		33903919	Manutencao e conserv. De veiculos	5.000,00
		33903925	Taxa de administracao	400,00
		33904801	Auxilio a pessoas fisicas	4.779,00
TURIPUK U	ALDEIA TURIPUKU - PROJETO BR 163	33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos	3.992,97
		33903007	Generos de alimentacao	2.000,00
		33903021	Material de copa e cozinha	499,63

		33903027	Material de manobra e patrulhamento	998,44
		33903028	Material de protecao e seguranca	1.996,00
		33903039	Material p/ manutencao de veiculos	46.000,00
		33903042	Ferramentas	499,20
		33903919	Manutencao e conserv. De veiculos	8.100,00
		33903925	Taxa de administracao	146,54
		33904801	Auxilio a pessoas fisicas	2.920,50
		Total Geral		121.422,00

194241 BR 163

O projeto em questão tem por objetivo mitigar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da BR-163, de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas envolvidas, bem como a preservação de suas terras e recursos naturais, assim discriminados com as ações piloto da BR-163 sustentável conforme PBA BR-163.

194200 CONVÊNIO BR 163

O projeto em questão tem por objetivo mitigar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da BR-163, de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas envolvidas, bem como a preservação de suas terras e recursos naturais, assim discriminados com o convênio Funai e o Instituto Kabu.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

PI				29
Natureza Despesa Detalhada				Despesas empenhadas (controle empenho)
CONV/KABU	Convenio Funai/Instituto Kabu	33503901	Inst.de carater educacional assist.cult.e	4.606.132,70
Total Geral				4.606.132,70

23 – Programa de Compensação e Mitigação – PCH's Complexo Juruena 194243, 194244, 194245, 194246, 194247 e 194248.

194243 - Juruena Enawene-nawe

Para o exercício de 2016 foram previstos recursos no montante de R\$ 644,03 (seiscentos e quarenta e quatro reais e três centavos), atingindo-se o montante de R\$ 9.372,42 (nove mil e trezentos e setenta e dois reais e quarenta e dois centavos), decorrentes do saldo do exercício de 2015 no valor de R\$ 585,48 (quinhentos e oitenta e cinco reais e quarenta e oito centavos), do valor de R\$ 1.270,03 (um mil e duzentos e setenta reais e três centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2016 e do valor de R\$ 7.516,91 (sete mil e quinhentos e dezesseis reais e noventa e um centavos) do ajuste da liberação do financeiro do PBA do complexo Juruena.

No Plano de Aplicação de 2016 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 644,03 (seiscentos e quarenta e quatro reais e três centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 643,80 (seiscentos e quarenta e três reais e oitenta centavos), sendo R\$ 643,80 (seiscentos e quarenta e três reais e oitenta centavos) como despesas inscritas em restos a pagar, passando para o exercício de 2017 o valor de R\$ 8.728,62 (oito mil e setecentos e vinte e oito reais e sessenta e dois centavos) disponíveis na conta única da UG 194243 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 644,03

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 9.372,42

Percentual alcançado: 1.455,27%

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 644,03

Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 643,80

Percentual alcançado: 99,96%

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

PI	Natureza Despesa Detalhada			29
				DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)
SUSTCULT	Sustentabilidade cultural	33903001	Combustíveis e lubrificantes automotivos	643,80
Total Geral				643,80

194244 - Juruena Rikbaktsa

Para o exercício de 2016 foram previstos recursos no montante de R\$ 34.030,60 (trinta e quatro mil e trinta reais e sessenta centavos), atingindo-se o montante de R\$ 46.949,62 (quarenta e seis mil e novecentos e quarenta e nove reais e sessenta e dois centavos),

provenientes do saldo do exercício de 2015 no valor de R\$ 30.936,91 (trinta mil novecentos e trinta e seis reais e noventa e um centavos), do valor de R\$ 4.120,16 (quatro mil e cento e vinte reais e dezesseis centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2016, do valor de R\$ 5.329,47 (cinco mil e trezentos e vinte e nove reais e quarenta e sete centavos) referentes ao cancelamento de restos a pagar e do valor de R\$ 6.563,08 (seis mil e quinhentos e sessenta e três reais e oito centavos) do ajuste da liberação do financeiro do PBA do complexo Juruena.

No Plano de Aplicação de 2016 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 34.030,60 (trinta e quatro mil e trinta reais e sessenta centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 34.010,60 (trinta e quatro mil e dez reais e sessenta centavos), sendo R\$ 33.793,83 (trinta e três mil e setecentos e noventa e três reais e oitenta e três centavos) como despesa empenhada liquidada, e do valor de R\$ 216,77 (duzentos e dezesseis reais e setenta e sete centavos) como inscrição em restos a pagar, passando para o exercício de 2017 o valor de R\$ 12.939,02 (doze mil e novecentos e trinta e nove reais e dois centavos) disponíveis na conta única da UG 194244 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 34.030,60

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 46.949,62

Percentual alcançado: 137,96 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 34.030,60

Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 34.010,60

Percentual alcançado: 99,94 %

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

PI				29
Natureza Despesa Detalhada				Despesas empenhadas (controle empenho)
SUSTECON	Sustentabilidade economica	33903006	Alimentos para animais	7.980,00
SUSTORG	Sustentabilidade organizacional	33903039	Material p/ manutencao de veiculos	12.525,68
		33903919	Manutencao e conserv. De veiculos	13.504,92
Total Geral				34.010,60

194245 - Juruena Paresi

Para o exercício de 2016 foram previstos recursos no montante de R\$ 233.665,71 (duzentos e trinta e três mil e seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta e um centavos), atingindo-se o montante de R\$ 251.656,23 (duzentos e cinquenta e um mil e seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e três centavos), provenientes do saldo do exercício de 2015 no valor de R\$ 212.423,37 (duzentos e doze mil quatrocentos e vinte e três reais e trinta e sete centavos), do valor de R\$ 38.297,30 (trinta e oito mil e duzentos e noventa e sete reais e trinta centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2016 e do valor de R\$ 935,56 (novecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) do ajuste da liberação do financeiro do PBA do complexo Juruena.

No Plano de Aplicação de 2016 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 233.665,71 (duzentos e trinta e três mil e seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta e um centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 94.663,84 (noventa e quatro mil e seiscentos e sessenta e três reais e oitenta e quatro centavos), sendo R\$ 3.990,22 (três mil e novecentos e noventa reais e vinte e dois centavos) como despesas empenhadas liquidadas e do valor de 90.673,62 (noventa mil seiscentos e setenta e três reais e sessenta e dois centavos) como inscrição em restos a pagar, passando para o exercício de 2017 o valor de R\$ 156.992,39 (cento e cinquente e seis mil novecentos e noventa e dois reais e trinta e nove centavos), disponíveis na conta única da UG 194245 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 233.665,71

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 251.656,23

Percentual alcançado: 107,69 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 233.665,71

Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 94.663,84

Percentual alcançado: 40,51 %

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

PI		Natureza Despesa Detalhada		29 Despesas empenhadas (controle empenho)
SUSTAMB	Sustentabilidade ambiental	33901414	Diarias no pais	0,00
		33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos	4.999,88
		33903039	Material p/ manutencao	3.875,69

			de veiculos	
		33903919	Manutencao e conserv. De veiculos	1.941,22
SUSTECON	Sustentabilidade economica	33901414	Diarias no pais	2.271,90
		33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos	59.999,98
		33903039	Material p/ manutencao de veiculos	5.954,74
		33903919	Manutencao e conserv. De veiculos	3.945,06
SUSTORG	Sustentabilidade organizacional	33901414	Diarias no pais	1.718,32
		33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos	3.999,93
		33903039	Material p/ manutencao de veiculos	3.577,56
		33903919	Manutencao e conserv. De veiculos	2.379,56
Total Geral				94.663,84

194246 - Juruena Menku

Para o exercício de 2016 foram previstos recursos no montante de R\$ 84.866,78 (oitenta e quatro mil oitocentos e sessenta e seis reais e setenta e oito centavos), atingindo-se o montante de R\$ 90.053,69 (noventa mil e cinquenta e três reais e sessenta e nove centavos), decorrentes do saldo do exercício de 2015 no valor de R\$ 77.151,62 (setenta e sete mil cento e cinquenta e um reais e sessenta e dois centavos), do valor de R\$ 12.209,07 (doze mil e duzentos e nove reais e sete centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2016, do valor de R\$ 5.982,19 (cinco mil e novecentos e oitenta e dois reais e dezenove centavos) referentes ao cancelamento de restos a pagar e do valor de R\$ -5.289,19 (cinco mil e duzentos e oitenta e nove reais e dezenove centavos) do ajuste da liberação do financeiro do PBA do complexo Juruena.

No Plano de Aplicação de 2016 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 84.866,78 (oitenta e quatro mil oitocentos e sessenta e seis reais e setenta e oito centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 70.885,76 (setenta mil oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e seis centavos), sendo R\$ 33.054,31 (trinta e três mil e cinquenta e quatro reais e trinta e um centavos) como despesas empenhadas liquidadas, e do valor de R\$ 37.831,45 (trinta e sete mil oitocentos e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos) como inscrição em restos a

pagar, passando para o exercício de 2017 o valor de R\$ 19.167,93 (dezenove mil cento e sessenta e sete reais e noventa e três centavos), disponíveis na conta única da UG 194246 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 84.866,78

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 90.053,69

Percentual alcançado: 106,11 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 84.866,78

Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 70.885,76

Percentual alcançado: 83,52 %

O Plano de Compensação Ambiental visa atender as exigências legais decorrentes dos empreendimentos das Pequenas Centrais Hidrelétricas, integrantes do Complexo Juruena, denominadas de PCH Telegráfica, PCH Sapezal, PCH Rondon, PCH Pareci, PCH Cidezal, PCH Segredo, PCH Ilha Comprida e PCH Divisa, localizadas entre os municípios de Sapezal e Campos de Júlio no Estado de Mato Grosso. O Plano Básico Ambiental apresenta as medidas mitigatórias e compensatórias apontadas nos Estudos Socioambientais e Socioculturais realizados na área de abrangência das referidas PCHs, assim como a Sustentabilidade Organizacional, Sustentabilidade Econômica, Sustentabilidade Ambiental e Sustentabilidade Cultural.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

PI				29
Natureza Despesa Detalhada				Despesas empenhadas (controle empenho)
SUSTECON	Sustentabilidade economica	33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos	13.000,00
		33903006	Alimentos para animais	1.294,98
SUSTORG	Sustentabilidade organizacional	33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos	16.500,00
		33903039	Material p/ manutencao de veiculos	24.000,00
		33903919	Manutencao e conserv. De veiculos	12.000,00
		33903925	Taxa de administracao	1.022,78
		33904801	Auxilio a pessoas fisicas	3.068,00
Total Geral				70.885,76

194247 - Juruena Nambikwara Tirecatinga

Para o exercício de 2016 foi previsto recurso no montante de R\$ 4.601,62 (quatro mil seiscentos e um reais e sessenta e dois centavos), atingindo-se o montante de R\$ 215,61 (duzentos e quinze reais e sessenta e um centavos), decorrentes do saldo do exercício de 2015 no valor de R\$ 4.183,29 (quatro mil e cento e oitenta e três reais e vinte e nove centavos), do valor de R\$ 1.355,55 (um mil trezentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2016 e do valor de R\$ 9.332,77 (nove mil trezentos e trinta e dois reais e setenta e sete centavos) referentes ao cancelamento de restos a pagar e do valor de R\$ -14.565,00 (quatorze mil quinhentos e sessenta e cinco reais) do ajuste da liberação do financeiro do PBA do complexo Juruena.

No Plano de Aplicação de 2016 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 4.601,62 (quatro mil seiscentos e um reais e sessenta e dois centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 2.592,42 (dois mil quinhentos e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos) sendo R\$ 2.592,42 (dois mil quinhentos e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos) como inscrição de restos a pagar, passando para o exercício de 2017 o valor de R\$ - 2.376,81 (dois mil e trezentos e setenta e seis reais e oitenta e um centavos) disponíveis na conta única da UG 194247 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 4.601,62

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 215,61

Percentual alcançado: 4,68 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 4.601,62

Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 2.592,42

Percentual alcançado: 56,33 %

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

PI		Natureza Despesa Detalhada		29 Despesas empenhadas (controle empenho)
SUSTORG	Sustentabilidade organizacional	33901414	Diarias no país	0,00
		33903001	Combustíveis e lubrificantes automotivos	2.592,42
		Total Geral		2.592,42

194248 - Juruena Nambikwara Cuiabá

Para o exercício de 2016 foi previsto recurso no montante de R\$ 41.747,63 (quarente e um mil setecentos e quarenta e sete reais e sessenta e três centavos), atingindo-se o montante de R\$ 55.618,06 (cinquenta e cinco mil seiscentos e dezoito reais e seis centavos), provenientes do saldo do exercício de 2015 no valor de R\$ 37.952,39 (trinta e sete mil novecentos e cinquenta e dois reais e trinta e nove centavos), do valor de R\$ 4.873,72 (quatro mil oitocentos e setenta e três reais e setenta e dois centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2016, e do valor de R\$ 7.862,31 (sete mil oitocentos e sessenta e dois reais e trinta e um centavos) referentes ao cancelamento de restos a pagar e do valor de R\$ 4.929,64 (quatro mil novecentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos) do ajuste da liberação do financeiro do PBA do complexo Juruena.

No Plano de Aplicação de 2016 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 41.747,63 (quarente e um mil setecentos e quarenta e sete reais e sessenta e três centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 27.443,49 (vinte e sete mil quatrocentos e quarenta e três reais e quarente e nove centavos), sendo R\$ 24.633,35 (vinte e quatro mil seiscentos e trinta e três reais e trinta e cinco centavos) como despesas empenhadas liquidadas e R\$ 2.810,14 (dois mil oitocentos e dez reais e quatorze centavos) como inscrição de restos a pagar, passando para o exercício de 2017 o valor de R\$ 28.174,57 (vinte e oito mil cento e setenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos) disponíveis na conta única da UG 194248 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 41.747,63

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 55.618,06

Percentual alcançado: 133,22%

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 41.747,63

Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 27.443,49

Percentual alcançado: 65,73 %

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

				29
PI	Natureza Despesa Detalhada			Despesas empenhadas (controle empenho)
SUSTECO N	Sustentabilidade economica	33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos	6.744,74

		33903024	Material p/ manut.de bens imoveis/instalacoes	2.998,58
		33903025	Material p/ manutencao de bens moveis	1.915,00
		33903031	Sementes, mudas de plantas e insumos	1.000,00
		33903042	Ferramentas	7.997,10
		33903917	Manut. E conserv. De maquinas e equipamentos	2.000,00
		33903919	Manutencao e conserv. De veiculos	482,25
		33903978	Limpeza e conservacao	1.000,00
SUSTORG	Sustentabilidade organizacional	33901414	Diarias no pais	3.305,82
Total Geral				27.443,49

24 – Programa de Proteção aos Índios Isolados – BR 429 – 194251

Para o exercício de 2016 foram previstos recursos no montante de R\$ 5.995.375,80 (cinco milhões novecentos e noventa e cinco mil trezentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 6.149.649,66 (seis milhões cento e quarenta e nove mil seiscentos e quarenta e nove reais e sessenta e seis centavos), provenientes do saldo do exercício de 2015 no valor de R\$ 5.450.341,64 (cinco milhões quatrocentos e cinquenta mil trezentos e quarenta e um reais e sessenta e quatro centavos) e do valor de 699.308,02 (seiscentos e noventa e nove mil e trezentos e oito reais e dois centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2016.

No Plano de Aplicação de 2016 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 1.751.269,50 (um milhão e setecentos e cinquenta e um mil e duzentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 696.259,47 (seiscentos e noventa e seis mil e duzentos e cinquenta e nove reais e quarenta e sete centavos), sendo R\$ 255.428,61 (duzentos e cinquenta e cinco mil e quatrocentos e vinte e oito reais e sessenta e um centavos) como despesas empenhadas liquidadas e do valor de R\$ 440.830,86 (quatrocentos e quarenta mil e oitocentos e trinta reais e oitenta e seis centavos) como inscrição de restos a pagar, passando para o exercício de 2017 o valor de R\$ 5.453.390,19 (cinco milhões quatrocentos e cinquenta e três mil trezentos e noventa reais e dezenove centavos) disponíveis na conta única da UG: 194251 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 5.995.375,80

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 6.149.649,66

Percentual alcançado: 102,57 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 1.751.269,50

Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 696.259,47

Percentual alcançado: 39,75%

O projeto em questão tem por objetivo desenvolver nas terras indígenas e nas referencias de índios isolados os projetos de proteção com ações de localização, monitoramento etnoambiental e manutenção das bases operacionais de campo com vigilância permanente assim como a Gestão da Proteção a Índios Isolados, Proteção a Índios isolados da Terra Indígena Uru Eu Wau Wau e Proteção a Índios isolados da Terra Indígena Massaco.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

PI	Natureza Despesa Detalhada			29
				Despesas empenhadas (controle empenho)
SUBPROG2	Sub-programa2	33901414	Diarias no pais	71.214,29
		33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos	29.333,53
		33903004	Gas e outros materiais engarrafados	1.440,00
		33903007	Generos de alimentacao	18.010,50
		33903009	Material farmacologico	592,06
		33903013	Material de caca e pesca	2.819,00
		33903017	Material de processamento de dados	2.345,12
		33903022	Material de limpeza e prod. De higienizacao	2.334,10
		33903602	Diarias a colaboradores eventuais no pais	61.681,50
		33904801	Auxilio a pessoas fisicas	48.179,40
		44905252	Veiculos de tracao mecanica	219.200,00
SUBPROG3	Sub-programa3	33901414	Diarias no pais	7.932,12
		33903001	Combustiveis e lubrificantes automotivos	24.601,20
		33903004	Gas e outros materiais engarrafados	2.400,00
		33903007	Generos de alimentacao	16.790,82
		33903009	Material farmacologico	1.673,66
		33903013	Material de caca e pesca	831,25
		33903016	Material de expediente	637,04

	33903017	Material de processamento de dados	3.319,60
	33903022	Material de limpeza e prod. De higienizacao	2.890,20
	33903026	Material eletrico e eletronico	11.509,60
	33903039	Material p/ manutencao de veiculos	8.716,40
	33903042	Ferramentas	2.084,48
	33903044	Material de sinalizacao visual e outros	3.657,60
	33903602	Diarias a colaboradores eventuais no pais	0,00
	33903917	Manut. E conserv. De maquinas e equipamentos	1.739,00
	33903957	Servicos tecnicos profissionais de t.i.	995,00
	33903963	Servicos graficos e editoriais	700,00
	33903983	Servicos de copias e reproducao de documentos	800,00
	33904801	Auxilio a pessoas fisicas	38.232,00
	44905252	Veiculos de tracao mecanica	109.600,00
	Total Geral		696.259,47

25 – Programa de Comunidade Indígena Zo’e Índios Isolados - 194252

Para o exercício de 2016 foram previstos recursos no montante de R\$ 9,98 (nove reais e noventa e oito centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 9,98 (nove reais e noventa e oito centavos), provenientes do saldo do exercício de 2015.

No Plano de Aplicação de 2016 não houve previsão de aplicação dos recursos, passando um superávit para o exercício de 2017 no valor de R\$ 9,98 (nove reais e noventa e oito centavos) aplicados na conta única da UG: 194252 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 9,98

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 9,98

Percentual alcançado: 100,00 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 0,00

Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 0,00

Percentual alcançado: 0,00%

O projeto em questão tem por objetivo desenvolver na terra indígena Zo’é, juntamente com a comunidade indígena local, ações socioambientais e econômicas, reforçando a

comunicação entre as aldeias.

26 – Programa de Apoio aos Ava-Canoeiro – PAAC. 194227

O Plano de Aplicação, exercício de 2016, do Programa de Apoio aos Avá-Canoeiro – PAAC apresentou uma receita prevista no valor de R\$ 2.809.793,68 (dois milhões oitocentos e nove mil setecentos e noventa e três reais e sessenta e oito centavos). Atingiu-se um montante de R\$ 1.685.526,87 (um milhão seiscentos e oitenta e cinco mil e quinhentos e vinte e seis reais e itenta e sete centavos), sendo o saldo do exercício de 2015 no valor de R\$ 1.471.256,16 (um milhão quatrocentos e setenta e um mil duzentos e cinquenta e seis reais e dezesseis centavos), o valor de R\$ 194.355,84 (cento e noventa e quatro mil e trezentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) referentes ao rendimento de aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2016 e do valor de R\$ 19.914,87 (dezenove mil e novecentos e quatorze reais e oitenta e sete centavos) como cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2016 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 2.026.497,16 (dois milhões e vinte e seis mil e quatrocentos e noventa e sete reais e dezesseis contavos), não tendo sido empenhadas despesas, passando para o exercício de 2017 o valor de R\$ 1.685.526,87 (um milhão seiscentos e oitenta e cinco mil e quinhentos e vinte e seis reais e itenta e sete centavos) disponíveis na conta única da UG: 194227 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 2.809.793,68

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 1.685.526,87

Percentual alcançado: 38,09%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 2.026.497,16

Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 0,00

Percentual alcançado: 0,00%

27 – Projeto Pihara – 194219

Para o exercício de 2016 foi previsto recurso no montante de R\$ 38.342,00 (trinta e oito mil trezentos e quarenta e dois reais), atingiu-se o montante de R\$ 38.342,00 (trinta e oito mil trezentos e quarenta e dois reais), sendo o saldo do exercício de 2015 no valor de R\$ 38.342,00 (trinta e oito mil trezentos e quarenta e dois reais).

No Plano de Aplicação de 2016 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 38.342,00 (trinta e oito mil trezentos e quarenta e dois reais), tendo sido empenhadas despesas no valor de R\$ 37.725,21 (trinta e sete mil setecentos e vinte e cino reais e vinte e um centavos),

passando para o exercício de 2017 o valor de R\$ 616,79 (seiscentos e dezesseis reais e setenta e nove centavos) disponíveis na conta única da UG 194219 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 38.342,00

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 38.342,00

Percentual alcançado: 100,00 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 38.342,00

Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 37.725,21

Percentual alcançado: 98,39 %

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

PI				29
Natureza Despesa Detalhada				Despesas empenhadas (controle empenho)
PARINTINTIN	Terra Indigena Parintintin	33903024	Material p/ manut.de bens imoveis/instalacoes	701,46
		44905220	Embarcacoes	11.024,75
PIRAHA	Terra Indigena Pihara	33903916	Manutencao e conserv. De bens imoveis	18.000,00
		44905220	Embarcacoes	7.999,00
Total Geral				37.725,21

28 – Projeto Assurini – 194225

Para o exercício de 2016 foi previsto recurso no montante de R\$ 145.992,00 (cento e quarenta e cinco mil e novecentos e noventa e dois reais), atingiu-se o montante de R\$ 0,00 (zero reais).

No Plano de Aplicação de 2016 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 145.992,00 (cento e quarenta e cinco mil e novecentos e noventa e dois reais), não tendo sido empenhadas.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 145.992,00

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 0,00

Percentual alcançado: 0,00 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 145.992,00

Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 0,00

Percentual alcançado: 0,00 %

29 – Projeto Arara – 194253

No Plano de Aplicação de 2016 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 16.362,87 (dezesesseis mil e trezentos e sessenta e dois reais e oitenta e sete centavos), tendo sido empenhadas despesas no valor de R\$ 9.095,24 (nove mil e noventa e cinco reais e vinte e quatro centavos), passando para o exercício de 2017 o valor de R\$ 7.267,63 (sete mil e duzentos e sessenta e sete reais e sessenta e três centavos) disponíveis na conta única da UG 194253 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 16.362,87

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 16.362,87

Percentual alcançado: 100,00 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 16.362,87

Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 9.095,24

Percentual alcançado: 55,58 %

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

Natureza Despesa Detalhada		29 Despesas empenhadas (controle empenho)
33903007	Generos de alimentacao	1.081,84
33903024	Material p/ manut.de bens imoveis/instalacoes	6.513,40
33903606	Servicos tecnicos profissionais	1.500,00
total		9.095,24

30 – CGPIMA - 194040/194200

Para o exercício de 2016 foi previsto recurso no montante de R\$ 342.856,01 (trezentos e quarenta e dois mil e oitocentos e cinquenta e seis reais e um centavo), atingindo-se o montante de R\$ 1.727.199,88 (um milhão setecentos e vinte e sete mil cento e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos), decorrentes do saldo do exercício de 2015 no valor de R\$ 8.224,60 (oito mil duzentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos), do valor de R\$ 33.151,38 (trinta e três mil cento e cinquenta e um reais e trinta e oito centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2016, compostos também do valor de R\$ 1.652.014,95 (um milhão seiscentos e cinquenta e dois mil quatorze reais e noventa e cinco centavos) referentes a depósitos no exercício de 2016 e também do valor de R\$ 33.808,95 (trinta e três mil oitocentos e oito reais e noventa e cinco centavos) referentes a depósitos no exercício de 2015.

No Plano de Aplicação de 2016 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 342.856,01 (trezentos e quarenta e dois mil e oitocentos e cinquenta e seis reais e um centavo), não tendo sido empenhadas despesas, pois não houve a necessidade de apoio administrativo/operacional para acompanhamento e/ou execução dos projetos, passando para o exercício de 2017 o valor de R\$ 1.727.199,88 (um milhão setecentos e vinte e sete mil cento e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos) sendo que deste valor tem-se a quantia de R\$ 1.717.912,76 (um milhão setecentos e dezessete mil novecentos e doze reais e setenta e seis centavos) a classificar, perfazendo um valor de R\$ 9.287,12 (nove mil duzentos e oitenta e sete reais e dose centavos) disponíveis na conta única da UG 194040 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 342.856,01

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 1.727.199,88

Percentual alcançado: 503,76 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 342.856,01

Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 0,00

Percentual alcançado: 0,00 %

Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

Programação e Execução das despesas

Despesas totais por modalidade de contratação – créditos de movimentação

Quadro 90 Quadro – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Valores em R\$ Movimentação 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.426.619	21,20	1.125.967	18,24	988.219	15,73	1.113.184	18,10
a) Convite								
b) Tomada de Preços			437.969	7,09			437.969	7,12
c) Concorrência	155.641	2,32			155.641	2,48		
d) Pregão	1.270.977	18,88	687.997	11,14	832.577	13,25	675.214	10,98
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas								
2. Contratações Diretas (h+i)	264.288	3,93	236.101	3,82	264.288	4,21	235.653	3,83

h) Dispensa	264.288	3,93	236.101	3,82	264.288	4,21	235.653	3,83
i) Inexigibilidade								
3. Regime de Execução Especial								
j) Suprimento de Fundos								
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	112.321	1,66	128.923	2,08	112.321	1,78	124.221	2,02
k) Pagamento em Folha								
l) Diárias	112.321	1,66	128.923	2,08	112.321	1,78	124.221	2,02
5. Outros	4.927.055	73,21	4.680.378	75,84	4.917.325	78,28	4.675.244	76,04
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4+5)	6.730.284	100,00	6.171.371	100,00	6.282.153	100,00	6.148.303	100,00
6. Total das Despesas da UPC	6.730.284	100	6.171.371	100	6.282.153	100	6.148.303	100

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Despesas totais por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação

Quadro 91 Despesas Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	4.862.725	4.719.330	4.736.854	4.593.438	125.871	125.892	4.736.854	4.590.511
Material de consumo	1.406.782	1.170.813	881.198	762.371	525.583	408.441	881.198	751.021
Outros serviços de terceiros – pessoa física	153.499	121.057	135.976	99.357	17.523	21.700	126.865	96.171
Demais elementos do grupo	282.154	173.844	268.827	157.787	13.326	16.056	268.207	152.182
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Equipamento e material permanente	1.292.978	312.395	513.940	119.401	779.037	192.994	75.540	119.401
Obras e instalações	157.815	955.004	155.641	428.489	2.173	526.514	155.641	428.489
5. Inversões								

Financeiras								
Aquisição de bens para revenda	37.844	10.526	37.844	10.526	0	0	37.844	10.526

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise crítica da realização da despesa

Alterações significativas ocorridas no exercício

No item Despesas por Modalidade de Contratação houve um decréscimo significativo quanto à modalidade de tomada de preço e um acréscimo na modalidade concorrência e pregão e um acréscimo na dispensa e um decréscimo quanto à diárias pagas por alguns convênios e um acréscimo significativo quanto às outras modalidades, em especial a “não aplicável”, considerando que do total de R\$ 4.927.055 foram liquidados recursos destinados ao convênio celebrado com o Instituto Kabu no total de R\$ 4.606.132 que teve por objeto a execução do Projeto Básico Ambiental – PBA da rodovia BR 163.

O para item Despesas por Modalidade de Contratação as despesas correntes na natureza de despesas “outros serviços de terceiros – pessoa jurídica” tem-se um percentual muito bom em relação aos valores liquidados e pagos, devido ao pagamento de convênio com outras instituições na implementação dos Projetos/Programas, executados com recursos da renda do patrimônio indígena. Quanto às demais Naturezas de Despesas, observa-se um percentual satisfatório em relação aos valores liquidados e pagos, uma vez que as Unidades Gestoras tentaram ao máximo executar os programas previstos dentro do corrente ano. No que tange às demais Naturezas de Despesas do grupo de despesas “Investimentos”, houve um aumento na aquisição de materiais permanentes em relação a obras e instalações, pois houve andamento na construção de casas do projeto guarani da BR 101. Por fim, quanto à Natureza de Despesa do grupo de despesas “Inversões Financeiras”, houve aquisição de 100% do artesanato empenhado dentro do Programa Artindia.

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade: Houve um acréscimo significativo quanto à modalidade de dispensa e nenhuma execução na modalidade de inexigibilidade.

- Contingenciamento no exercício

Os recursos da Renda do Patrimônio Indígena não sofrem contingenciamento por não fazerem parte do Orçamento Geral da União.

- Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária

Negativos:

Dificuldade no planejamento/execução dos projetos e na aplicação dos recursos da Renda devido à deficiência no quadro de servidores da Funai, principalmente nas unidades descentralizadas.

Positivos:

O não contingenciamento dos recursos;

Flexibilidade da execução orçamentária, com a possibilidade de adequações no plano de aplicação de acordo com a solicitação e necessidade dos povos indígenas envolvidos, desde que não ocorra alteração do escopo do plano aprovado.

No tocante a gestão dos recursos da Renda do Patrimônio Indígena, são atendidos os objetivos legais de: emancipação econômica das tribos, acréscimo do patrimônio rentável e custeio dos serviços de assistência ao índio.

Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 92 Restos a pagar exercícios anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2015	1.817.147	812.487	401.605	603.055
2014	1.930.132	961.819	442.363	525.950
2013	2.145.350	1.780.010	144.038	221.301
2012	149.319	16.674	59.753	72.892
2011	216.791	2.531	47.875	166.384
2010	50.434			50.434
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2015	27.925	19.632	2.035	6.258
2014	40.693	32.859	2.976	4.858
2013	21.720	17.998	1.561	2.160
2012	8.697	5.787		2.910
2011	5.084		54	5.030
2010	558			558

Análise crítica

A Renda do Patrimônio Indígena difere do Orçamento da União. Os registros de restos a pagar ocorrem devido ao controle contábil e às execuções orçamentária e financeira a serem realizadas no SIAFI, seguindo o ciclo de registros e procedimentos à semelhança da execução do orçamento da União. Todavia, como no caso da execução dos recursos da União, ocorrem compromissos contratados cuja entrega dos bens e dos serviços ultrapassa o exercício financeiro, levando à necessidade de controle por meio do registro em RAP. Note que tais registros em RAP da Renda do Patrimônio Indígena não representam compromissos da União.

A permanência de Restos a Pagar por mais de um exercício é justificada por dificuldades na execução e/ou entrega dos bens por parte dos fornecedores, tais como empresas que apresentam problemas ao longo do processo, entregas parciais de bens e serviços, entre outros.

Transferências de recursos

Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício

Quadro 93 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2015

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Fundação Nacional do Índio - Funai									
CNPJ: 00.059.311/0019-55					UG/GESTÃO: 194040/19209				
Informações sobre as Transferências									
			Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		
						Acumulado até o			
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Global	Contrapartida	No Exercício	Exercício	Início	Fim	Sit.
1	659153	Instituto Kabu	29.432.358		4.351.342	16.141.816	29/03/10	31/12/19	1
1	686675	Instituto Kabu	436.990		254.790	254.790	29/02/16	23/05/19	1
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UPC nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Funai – CGPIMA					
CNPJ:	00.059.311/0019-55					
UG/GESTÃO:	194040/19209					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio				4.606.132	4.404.999	1.189.857
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais				4.606.132	4.404.999	1.189.857

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UPC na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Fundação Nacional do Índio - Funai					
CNPJ: 00.059.311/0019-55		UG/GESTÃO: 194040/19209			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2016	Contas Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	4.351.342,70		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2015	Contas Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	4.351.342,70		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2014	Contas Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	1.189.857,08		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Para o exercício de 2016 não há prestações de contas finais e o convênio ainda está em execução.

Quadro – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Fundação Nacional do Índio - Funai				
UG/GESTÃO: 194040/19209				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos repasse	de ...
Contas analisadas	Quantidade aprovada	5.828.742,53		
	Quantidade reprovada			
	Quantidade de TCE instauradas			
	Montante repassado (R\$)			
Contas NÃO analisadas	Quantidade			
	Montante repassado (R\$)			
Fonte:				

Análise crítica

Para o exercício de 2016 não há prestações de contas finais e o convênio ainda está em execução.

Alimentação Siasq e Siconv

Os contratos, convênios, contratos de repasse e os termos de parceria celebrados no âmbito desta Fundação – Renda do Patrimônio Indígena – que envolvam transferência de recursos, não são lançados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios – SICONV, uma vez que os recursos da Renda do Patrimônio Indígena não fazem parte do Orçamento da União (Fiscal e Seguridade Social). Portanto, os registros dos mesmos estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

Inclusive, o assunto foi objeto de determinação da Controladoria Geral da União – CGU/PR no sentido de levar a efeito o registro dos convênios da Renda do Patrimônio Indígena no SICONV. Diante disso, foi consultado o Ministério do Planejamento e solicitadas orientações

de como registrar no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV os convênios e instrumentos congêneres da Renda do Patrimônio Indígena e segundo o referido Ministério, como os recursos não são oriundos do orçamento fiscal e/ou da seguridade social da União não devem ser registrados no referido sistema, conforme Ofício nº 2151/DeGST/SLTI-MP, de 20/07/2012.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Medidas aplicadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

A UPC, Fundação Nacional do Índio, por intermédio das Unidades Gestoras, em cumprimento às determinações exaradas na norma MACROFUNÇÃO 02.03.00 - REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIRETA DA UNIÃO, AUTARQ. E FUNDAÇÕES da Secretaria do Tesouro Nacional - harmônica à NBC T 16.9 e NBC T 16.10 - que dispõe sobre as orientações quanto aos procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações - está aplicando os critérios e procedimentos inerentes ao registro da depreciação, por meio do Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS/SIAFI.

No exercício de 2016 a UPC está dando continuidade à implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS e, em consequência, a efetivação das depreciações por aquelas Unidades Jurisdicionadas.

Os procedimentos relativos à reavaliação não foram definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, sendo, em decorrência, ainda não aplicável à Unidade Jurisdicionada.

Não são aplicáveis à UJ a amortização e a exaustão, visto que a amortização destina-se à redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis com existência ou exercício de duração limitada ou cujo objeto seja bens de utilização por prazo legal ou, ainda, contratualmente limitado e a exaustão, por sua vez, se refere à redução do valor decorrente da exploração dos recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo, a metodologia de cálculo da depreciação e as taxas utilizadas para os cálculos, as quais são realizadas por meio do Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS, seguem as orientações e critérios

da norma MACROFUNÇÃO SIAFI 02.03.00 - REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIRETA DA UNIÃO, AUTARQ. E FUNDAÇÕES.

Não se aplicam à Unidade Jurisdicionada a avaliação e mensuração das disponibilidades dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido.

Não foi mensurado o impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício.

Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

Com relação a este item temos a informar que esta Fundação Nacional do Índio – Funai, por meio de seus servidores, participou em outubro de 2014 do “Encontro sobre Sistemas de Informações de Custos do Governo Federal – Implantação no Ministério da Justiça”, no qual foram apresentados conceitos, diretrizes e experiências do sistema de custos do Governo Federal.

A iniciativa do Ministério da Justiça buscou sensibilizar a alta gestão do órgão para a importância da apuração de custos para melhoria da gestão dos recursos públicos disponíveis. No âmbito da Fundação Nacional do Índio – Funai ainda encontra-se em estudo a criação da Setorial de Custos, cuja iniciativa demandará alterações no Regimento Interno da Fundação visando incluir as atividades inerentes ao sistema de informações de custos.

Após as necessárias alterações regimentais serão executadas atividades relativas ao treinamento da equipe nos Sistemas Estruturantes do Governo Federal e no Sistema de Informações de Custos – SIC, as formulações de pesquisas e estudos de caso, a realização de reuniões com a STN e visitas técnicas a Órgãos do Executivo que já possuem setorial de custos em pleno funcionamento.

Conformidade Contábil

O processo de verificação da conformidade contábil é realizado com base na análise contínua e sistemática dos registros contábeis pertinentes à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, na análise dos demonstrativos contábeis e ainda na análise das inconsistências identificadas pelos mecanismos de controle do SIAFI (Equação do Auditor Contábil), com fiel observância aos Princípios Contábeis e Orçamentários e às normas aplicáveis à execução da despesa pública, à gestão dos bens, direitos e obrigações do ente.

A Coordenação de Contabilidade – CCONT/CGOF é a área técnica responsável pela realização da conformidade contábil de Órgão e de todas as outras unidades gestoras da Fundação que não tenham servidores designados para tal procedimento.

No processo em comento, a segregação de funções é observada, uma vez que a CCONT/CGOF não realiza atos de gestão patrimonial, orçamentária e financeira, de planejamento ou de compras.

Durante o exercício foram feitos inúmeros alertas às Unidades Gestoras, por meio de mensagens SIAFI.

Listamos abaixo as restrições contábeis pendentes de regularização no término do exercício, com a indicação das justificativas por parte das áreas responsáveis pelo procedimento retromencionado:

- Código 302 – Falta e/ou atraso de remessa do RMB: estamos concluindo os ajustes devidos na implantação, catalogação e cadastramentos dos itens patrimoniais no sistema SIADS. Entretanto, estamos trabalhando junto ao SERPRO e SIADS/STN visando sanar tais divergências;

- Código 315 – Falta/Restrição Conformidade Registros de Gestão: a análise da consistência dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial constitui responsabilidade do Ordenador de Despesa ou do Gestor Financeiro, os quais, inclusive, estão registrados no Rol de Responsáveis juntamente com o responsável designado para registrar a Conformidade dos Registros de Gestão, devidamente cientificados a respeito das implicações advindas da ausência da citada conformidade, por meio de mensagens SIAFI. Cabe mencionar que essa é uma restrição pontual, vez que corresponde a um ou dois dias. Não obstante, medidas estão sendo adotadas com o fito de evitar sua reincidência.

- Código 634 – falta avaliação dos bens móveis, imóveis/intangíveis/outros – estamos concluindo os ajustes devidos na implantação, catalogação e cadastramentos dos itens patrimoniais no sistema SIADS. Entretanto, estamos trabalhando junto ao SERPRO e SIADS/STN visando sanar tais divergências;

- Código 642 – falta/evolução incompatível depreciação ativo imobilizado – serão avaliados/depreciados automaticamente pelo sistema de gerenciamento patrimonial SIADS, com a finalização de sua implantação;

– Código 645 – Outros - Ativo Permanente: valor registrado devido à classificação indevida, aos quais ainda não foram regularizados apesar de insistentes solicitações;

– Código 674 – Saldo Alongado Indevido Contas Transitórias Passivo Circulante: “OB cancelada (OBP) – por não sacada há mais de 7 dias por ausência de relação, as quais não foram regularizadas tempestivamente, aos quais não foram regularizados apesar de insistentes solicitações;”

Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

Declaração plena

Quadro A.12.4.1 - Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UPC)			Código da UG
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2016, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília	Data	
Contador Responsável	Roberto da Costa Grangeiro	CRC nº	MT-009374/O-4-DF

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os Planos de Aplicações são elaborados com a participação efetiva da comunidade indígena a ser beneficiada, que participa também da gestão dos recursos a elas destinados, por meio de manifestações expressas em reuniões de Conselho, Assembleias Deliberativas, dentre outros. Isso retrata a autonomia da comunidade indígena beneficiada de forma participativa na priorização das ações a serem desenvolvidas, de acordo com os Planos de Aplicações de cada exercício.

As principais ações desenvolvidas pelos programas/projetos da Renda Indígena referem-se a projetos nos setores agrícolas e pecuários, manejo agroflorestal e de matérias-primas dos recursos naturais, proteção das terras indígenas, investimentos em infraestrutura,

dentre outros, de forma a proporcionar às comunidades indígenas atendidas a possibilidade de promover sua autossustentabilidade, dando-lhes melhores condições de vida.

Os programas e projetos apresentados cumprem a determinação legal de conservação, ampliação e valorização do patrimônio indígena, bem como os objetivos de emancipação econômica das tribos; acréscimo do patrimônio rentável e custeio dos serviços de assistência ao índio.

No que se refere à Elaboração do Relatório de Gestão, há pontos que merecem aperfeiçoamento:

A capilaridade do órgão e a força de trabalho insuficiente elevam a dificuldade de acompanhamento e gestão dos projetos/programas pela Sede e Coordenações Regionais;

A obtenção de informações qualificadas junto às Coordenações Regionais;

Principais medidas que deverão ser adotadas nos exercícios seguintes para mitigar os desvios dos objetivos traçados para o exercício de 2016

No exercício de 2017 e seguintes será dada continuidade aos trabalhos de elaboração dos Planos de Aplicação da Renda do Patrimônio Indígena, com a consequente execução orçamentária e financeira dos recursos, bem como o acompanhamento dos projetos apresentados em conformidade com a legislação vigente, com as finalidades e os objetivos preconizados.

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Canais de acesso ao cidadão

A Ouvidoria da Funai é um órgão vinculado diretamente à Presidência da Funai, sendo um canal de diálogo entre o cidadão com a instituição, contribuindo, dessa maneira, para a participação social. No âmbito de suas competências, é possível registrar denúncias de violação de direitos indígenas, bem como apresentar reclamações, sugestões, elogios, solicitações e pedidos de informação em relação às atribuições e trabalhos desenvolvidos pela Fundação. Dentre as principais atividades desenvolvidas pela Ouvidoria da Funai no exercício foram as seguintes:

Atender e orientar o cidadão quanto às atribuições e aos serviços prestados pela Fundação;

Receber, registrar, monitorar e responder denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios;

Participar de reuniões internas e externas, de Grupos de Trabalho, Seminários, Fóruns e Comissões, onde as pautas envolviam assuntos relacionados aos direitos humanos dos povos indígenas;

Realização de visitas in loco com vistas à mediação e resolução de conflitos envolvendo indígenas.

Tais atividades são executadas com vistas a subsidiar ações no âmbito dos direitos humanos dos povos indígenas; contribuir com o desenvolvimento de políticas públicas em prol das populações indígenas e para aprimorá-lo os serviços públicos prestados pela Funai.

Os canais disponíveis aos cidadãos para apresentação de demandas à Ouvidoria consistem em atendimento presencial, para o endereço da Funai/Sede; por meio de correio eletrônico, no endereço ouvidoria@funai.gov.br; por meio de carta, para o endereço da Funai/Sede e por meio do canal “Fale Conosco”, acessado pelo portal do órgão, www.funai.gov.br. Além disso, muitas demandas são encaminhadas à Ouvidoria da Funai diretamente por outros Órgãos Públicos, especialmente, Ouvidora-geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública e Secretaria de Direitos Humanos.

Assim, o cidadão tem à disposição os seguintes canais de acesso:

Manifestação on-line através do e-mail/ E- OUVI/ E-SIC:

Ouvidoria@ funai .gov.br / Sistema E-Ouvi/ Sistema E-SIC

Telefone para: 61-3247-6303

Correspondência para: Endereço: SBS Quadra 02 Lote 14 Ed. Cleto Meireles, 70070-120 - Brasília/DF.

Atua também na área de mediação de conflito, envolvendo povos indígenas.

Nossa Missão como Ouvidoria da Funai é ouvir, encaminhar e requerer providências.

Tratar as demandas com transparência, eficiência e ética é o nosso compromisso.

Através do canal “Fale conosco” acessa o E-OUV no site da Funai.

O Museu do Índio dispõe, em sua página, de um canal “Fale Conosco” para fornecer informações demandadas pelos usuários. Há, ainda, na área de exposição o Livro de Sugestões, onde o visitante pode registrar suas dúvidas, elogios e reclamações. Todas as questões são respondidas, quando o visitante deixa contato.

As informações relevantes para a sociedade são referentes ao território indígena que está divulgado no menu serviços do portal da Funai, são as seguintes:

Carta de serviços ao Cidadão;

Legislação Indígena;

Atestado Administrativo e Reconhecimento de Limites (Necessário para registro e georreferenciamento de imóveis rurais);

Biblioteca;

Publicações sobre a temática indigenista para fins de pesquisa;

Mapas dinâmicos e em PDF das Terras Indígenas com nomes, quantitativos, dimensões, jurisdicionamento e demais informações e

Informações para ingresso em Terras Indígenas.

Além desses canais, o Museu do Índio dispõe, em sua página, de um canal “Fale Conosco” para fornecer informações demandadas pelos usuários. Há, ainda, na área de exposição o Livro de Sugestões, onde o visitante pode registrar suas dúvidas, elogios e reclamações. Todas as questões são respondidas, quando o visitante deixa contato.

Em 27 de março de 2013 foi instituída, por meio da Portaria nº 116/DAGES,³ a Carta de Serviços da Fundação Nacional do Índio – Funai, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, elaborada pela DAGES/CGGE/COGEDI, estabelece compromissos de atendimento, contribui para a visibilidade, acessibilidade dos serviços prestados por suas divisões e legitima a sua imagem, perante os demais órgãos de governo e a sociedade brasileira.

Os atendimentos ao cidadão oferecido na presente Carta de Serviços são:

Acesso aos serviços na área de Protocolo, por meio de Serviço de Protocolo – Funai sede, Brasília;

Acesso aos acervos arquivísticos do fundo Serviço de Proteção ao Índio – SPI e aos acervos do período Funai, via Serviço de Gestão Documental – Brasília, e serviço de Referência do Museu – Rio de Janeiro;

Acesso aos acervos bibliográficos sobre a temática indígena, ambiental e indigenista, no Serviço de Gestão de Bibliotecas – Brasília, e Biblioteca do Museu do Índio – Rio de Janeiro;

Acesso aos acervos etnográficos e audiovisuais – Serviço de Referências Documentais do Museu do Índio – Rio de Janeiro.

Em relação à oferta de serviços e/ou canais de comunicação direta com o cidadão indígena, principalmente no que diz respeito a denúncias e reclamações parte do trabalho desenvolvido pela Funai, bem como demais órgãos que atendem os povos indígenas, informamos que existe no âmbito da Funai a OUVIDORIA. Entre as principais atribuições desse serviço podemos citar:

Encaminhar denúncias de violação dos direitos indígenas individuais e coletivos.

Coordenar o recebimento de denúncias, reclamações, sugestões, elogios e pedidos de informações sobre assuntos atinentes à atuação da Funai.

Articular com as unidades afins a adoção de medidas para atendimento a denúncias, reclamações, e pedidos de informações dirigidos à Fundação;

Articular com a Ouvidoria - Geral da União e demais ouvidorias federais sobre orientações técnicas e troca de informações para o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados;

Elaborar relatórios periódicos das atividades da ouvidoria.

O atendimento específico às solicitações de acesso a informações é realizado pelo Serviço de Informação ao Cidadão/Funai sede, cujas principais atribuições são:

Atender e orientar o cidadão quanto ao acesso a informações no âmbito da Funai.
Receber pedidos de informações referentes à Funai;

Responder os pedidos de informação de forma autônoma, quando houver disponibilidade imediata da informação;

Encaminhar, nos casos de indisponibilidade imediata, o pedido de informação para resposta pelas unidades competentes da Funai, conforme os prazos estabelecidos em lei;

Receber recurso contra a negativa de acesso a informações ou pedido de desclassificação de informações e encaminhar à autoridade competente para a sua apreciação;

Registrar em sistema próprio os pedidos de informação e recursos recebidos, assim como as respostas proferidas pela Funai ao cidadão, para controle no âmbito do Executivo Federal;

Elaborar relatórios periódicos dos pedidos de acesso à informação;

Cabe ressaltar que a gerência e a execução, tanto do Serviço de Informação ao Cidadão como da Ouvidoria é realizada no âmbito da Funai sede em Brasília – DF. Não existe unidades com semelhante natureza no âmbito das Coordenações Regionais da Funai.

O cidadão indígena ou não indígena que deseja solicitar informações oficiais, bem como realizar algum tipo de denúncia ou reclamação deve se reportar diretamente a esses canais de comunicação situados estrutural e fisicamente a Funai sede em Brasília DF. O atendimento é realizado por meio de atendimento pessoal, via e-mail e via telefone, cujos dados são fornecidos pelo site da Funai, www.funai.gov.br.

Constata-se então, que a Unidade Central/Órgão Superior é a unidade responsável pelas discussões e deliberações gerenciais da Funai, que deverá apresentar em seu Relatório de Gestão.

Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A cada ano que passa percebe-se uma maior procura pelos cidadãos indígenas dos serviços da Ouvidoria. Apresentam as mais diversas manifestações, bem como solicitações de agendas com o Presidente.

O Museu do Índio observa sistematicamente o Livro de Sugestões e possui mecanismos de avaliação – formulários - entregues aos visitantes em situação de visita escolar e usuários de produtos educativos. O Serviço de Atividades Culturais consolida tais informações. O Museu já dispõe de instrumentos de mensuração e acompanhamento do número de público alcançado assim como para a avaliação do seu grau de satisfação.

Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Sobre essa temática, cumpre salientar que a Portaria nº 116/DAGES/2013, publicada na Separata do Boletim de Serviço da Funai – Ano 26 – Número 6, página 9, em 27 de março de 2013, instituiu a denominada “Carta de Serviços”, disponível no sítio eletrônico da Funai:

[http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Carta-de-servicos/Carta%20de%20 Servicos-Funai%20-2014.pdf](http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Carta-de-servicos/Carta%20de%20Servicos-Funai%20-2014.pdf). A referida Carta de Serviços da Funai visa atender, tanto o comando normativo inserto na Constituição do Brasil, art. 5º, inciso XXXIII, que disciplina que os cidadãos brasileiros têm amplo direito às informações disponíveis e aos serviços prestados pelos órgãos da Administração Pública Federal, quanto a Lei de Acesso à Informação (nº 12.527/2011), art. 6º, inciso I, o qual atribui ao Poder Público a responsabilidade de assegurar a “gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação”. Por meio desta Carta de Serviços, o público em geral pode acessar os serviços oferecidos pelo Órgão Indigenista e obter informações sobre a localidade das unidades de atendimento, quais os procedimentos adotados para a disponibilização dos serviços oferecidos na Carta, documentos necessários para o acesso, requisitos, prazos, entre outras informações. Dentre os atendimentos oferecidos ao cidadão, destacamos: acesso aos serviços na área de Protocolo, Serviço de Protocolo – Funai sede, Brasília; acesso aos acervos arquivísticos do fundo Serviço de Proteção ao Índio - SPI e aos acervos do período Funai, via Serviço de Gestão Documental – Brasília, e Serviço de Referências Documentais do Museu do Índio – Rio de Janeiro; acesso aos acervos bibliográficos sobre a temática indígena, ambiental e indigenista, no Serviço de Gestão de Bibliotecas – Brasília, e Biblioteca do Museu do Índio – Rio de Janeiro; acesso a acervos etnográficos e audiovisuais – Serviço de Referências Documentais do Museu do Índio – Rio de Janeiro; atendimento de solicitações de informações, apresentação de denúncias, manifestações, reclamações ou elogios, por meio da Ouvidoria da Funai - Brasília. Porém, gradativamente serão incorporados novos serviços à Carta, de forma a contemplar todas as áreas de atuação da Fundação que prestam atendimento direto ao público. Quanto à qualidade dos serviços prestados, esta será medida por meio de ferramentas como pesquisas de satisfação dos usuários e indicadores de desempenho, : meio dos quais será possível identificar as demandas,

sugestões e críticas dos usuários. O atendimento dessas críticas, elogios e sugestões cabe à Ouvidoria da Funai. No próprio sítio eletrônico desta Fundação, podem-se encontrar informações relacionadas ao campo de atuação instituição: histórico, competência, finalidade: notícias, ações desenvolvidas, Projetos propostos, entre outros assuntos relacionados aos índios do Brasil. Além do sítio da Funai, existe o Portal da Transparência do Governo Federal, para obtenção dos dados detalhados sobre execução orçamentária e financeira, com possibilidade de pesquisar informações sobre as despesas realizadas por qualquer instituição federal. A consulta “Despesas”, do Portal da Transparência do Governo Federal, permite que o cidadão interessado possa acompanhar como o governo emprega os recursos públicos. Não só isso existem outros órgãos de controle que contribuem para a transparência da gestão, dentre eles o Tribunal de Contas da União – TCU, responsável pela supervisão dos Relatórios de Gestão elaborados anualmente e Relatórios de Auditoria. Mecanismos e meios disponibilizados pela unidade para promover e garantir o amplo acesso dos cidadãos, especialmente dos que dependem de atendimento especial.

As formas de acesso às informações da Unidade dar-se-á através do site oficial da Funai na Internet, www.funai.gov.br o qual o disponibiliza links que direcionam o cidadão sobre as políticas públicas, atribuições e trabalhos desenvolvidos pela Funai. Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada. O site oficial da Funai dispõe de formulário digital, considerando-se um espaço para a sociedade apresentar reclamações, denúncias de violação contra direitos indígenas, elogios e sugestões referentes aos serviços públicos prestados pela Funai.

Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

As instalações do Edifício Cleto Meireles, atual Sede da Funai em Brasília, disponibilizam aos usuários portadores de necessidades especiais diversos recursos de acessibilidade, em atendimento à Lei 10.098/2000, ao Decreto 5.296/2004 e às normas técnicas da ABNT aplicáveis:

Há vagas separadas para portadores de necessidades especiais nas garagens do 3º e 4º subsolo;

Para pessoas portadoras de deficiência relacionada à mobilidade, há rampas de acesso, elevadores com portas largas e espaço para cadeiras de rodas, banheiros adaptados com barras de apoio e vasos sanitários especiais;

Para pessoas portadoras de deficiência visual, há sinalização de solo no andar Térreo e sinalização em Braille nos elevadores.

Coordenação Regional Amapá e Norte do Pará

A Coordenação Regional Amapá e Norte do Pará buscou no exercício melhorar suas instalações para o atendimento de cidadãos portadores de deficiência física ou com mobilidade reduzida. No processo de locação do novo prédio foi considerada como fundamental para a escolha, a acessibilidade do imóvel, o que trouxe grande melhoria ao atendimento deste público. O acesso ao prédio e às salas ocorre mais facilmente, em comparação à dificuldade existente no antigo imóvel, que possuía acesso ao piso superior que impedia a entrada de cadeirantes. Ainda existem algumas melhorias a serem implementadas, principalmente na adaptação de banheiros.

Coordenação Regional Araguaia Tocantins

Adotaram-se medidas parciais para garantir o cumprimento das normas relativas à acessibilidade, e em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis, cabem mencionar que a Regional desde a sua criação vem adotando procedimentos que visam a cumprir as exigências legais quanto a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência.

Ressalta-se que apenas a Coordenação Técnica Local situada na cidade de Goiás Velho, possui rampa de acesso, pretendendo-se fazer gestões para adequar os demais imóveis onde funcionam as CTL's com acessibilidade para Portadores de Necessidades Especiais.

Rampa de acesso externo na sede da CRA-TO.

Justifica-se que sede da CR-ATO não dispõe de elevador para o piso superior, cujo acesso é feito por escada, visto que o prédio é locado e o projeto de construção de 05 (cinco) andares não foi finalizado.

Portas com dimensões apropriadas para propiciar o trânsito e mobilidade em todas as áreas da sede da CR-ATO;

Banheiros, masculino e feminino, dispendo de sanitários que atendem às especificações da ABNT;

Rampa na entrada principal para facilitar a entrada de cadeirante quando necessário; estacionamento próprio para idoso/deficientes na via.

Coordenação Regional Baixo São Francisco

A CR Baixo São Francisco-BA tem sua sede instalada em uma casa de dois pavimentos, cujo acesso ao 2º andar é feito através de uma escada. No 1º andar (térreo) funciona o setor de assistência aos indígenas, o setor de transporte, cozinha e banheiros. No 2º andar funciona o gabinete do Coordenador Regional e o setor administrativo da unidade.

Não existe adaptação para garantir o acesso fácil aos seus serviços, produtos e instalações por cidadãos portadores de alguma deficiência. Recebe-se muitas visitas de alunos para realização de pesquisas e entrevistas sobre a questão indígena.

Coordenação Regional do Baixo Tocantins / CR-BT

O Prédio da Coordenação Regional foi construído antes da entrada em vigor da Lei 10.098/2000 e neste período também não passou por reformas significativas que proporcionassem as adaptações, mas sim apenas serviços de pintura e pequenos reparos.

O acesso à área do prédio se dá por portão com largura suficiente para a passagem do veículo, único em uso atualmente, e o acesso ao prédio em si conta com uma escada e uma rampa, ambos em concreto grosso. Neste ponto, a maior dificuldade é a falta de pavimentação na área externa ao prédio, pois se encontra na piçarra.

O trânsito dentro do prédio é possível para um cadeirante, todavia não há banheiro adaptado. Não delimitação de vagas para estacionamento na área externa (pois não há pavimentação) e, portanto, não há como garantir o mínimo de vagas para deficientes. O local que seria o passeio público que circunda a área do prédio é tomada pelo mato, aparado periodicamente pela Prefeitura do Município.

Há interesse em realizar obras para melhoria a adaptação do prédio, sua área externa e passeio, todavia ainda não foi elaborado o projeto necessário. Deve-se mencionar que as restrições orçamentárias ocorridas nos últimos exercícios inviabilizaram a consecução desse objetivo.

Coordenação Regional - CR Cacoal

A unidade está em processo de busca de imóvel para locação que melhor atenda as condições de acessibilidade. É sabido, a partir de avaliação de equipe técnica oficial dos Bombeiros Militares, que as condições gerais do imóvel que ora ocupa não contemplam as necessidades de acessibilidade ao prédio. A CR-CGR atualmente tem capacidade para atender cidadãos com deficiência física e /ou mobilidade reduzida, no pavimento térreo do imóvel locado à Rua Maracaju, 768 - Centro de Campo Grande. Insta registrar que, nem esta Coordenação nem as CTLs estão instaladas em prédio pertencente ao governo, dificultando sobremaneira qualquer

tentativa de adaptação em benefício de deficientes, posto que a Administração Pública se submeta ao direito privado, em caso de locação.

No que diz respeito à capacidade comunicativa com os cidadãos com deficiência, esta unidade e suas CTLs não têm capacidade de garantir pleno atendimento a cidadãos com deficiências comunicativas, a exemplo de deficiências auditivas e/ou mentais. Tampouco possuem sinalização ambiental para orientação de cidadãos com deficiência visual. No que tange ao atendimento aos cidadãos com deficiência auditiva, nem esta unidade nem as CTLs jurisdicionadas possuem, por exemplo, interpretes ou pessoas capacitadas em LIBRAS. Registramos, entretanto, que provavelmente a capacitação em LIBRAS ou a contratação de interpretes fosse contraproducente, posto que a população atendida por esta unidade, apesar de possuir amplos conhecimentos linguísticos, contando com indígenas fluentes em até 3 idiomas, não tem, em geral, acesso à Língua Brasileira de Sinais, em caso de deficiência. Para atendimento aos cidadãos com deficiência auditiva, esta unidade não conta com telefone adaptado para comunicação com e por pessoas portadoras de deficiência auditiva.

Coordenação Regional de CUIABÁ-MT

O prédio onde se encontra instalada a Sede da CR Cuiabá-MT passou por reformas no período de 11.02.2011 a 09.2012, oportunidade em que houve a ampliação dos banheiros já existentes e a construção de dois novos, de acordo com as normas técnicas da ABNT, de modo a atender as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme disposto no art. 11, inciso IV, da Lei 10.098/2000. Cabe ressaltar que não houve a necessidade de construir rampas, porque o imóvel que abriga a Sede da CR Cuiabá-MT não possui andares e nem declives.

Outro ponto de fundamental importância é a norma prevista no art. 26, §1º, do Decreto-Lei nº 5.626, de 22.12.2005, a qual estabelece o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) dos servidores, funcionários e empregados capacitados para o uso e interpretação da Libras. Nesse sentido, já tivemos dois cursos e atualizações das libras, ministrados no Auditório da CR Cuiabá-MT, por um profissional disponibilizado pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso – SEDUC/MT. Participaram dos Cursos quatro servidores, o que corresponde a 8,6% (oito vírgula seis por cento) do total de servidores ativos desta Unidade.

Quanto às normas previstas no Decreto nº 5.296/2004, que tratam do acesso à informação e à comunicação por sítios eletrônicos, salientou que todas as informações relacionadas aos serviços, missão institucional e atividades desenvolvidas pelo Órgão Indigenista

consta no Portal da Funai <http://www.funai.gov.br/>, também acessível em libras, alimentado e mantido pela própria Sede, sito em Brasília-DF.

Coordenação Regional do CR INTERIOR SUL

Há instalações da Sede e algumas Unidades com acessibilidade para portadores de necessidades especiais.

Coordenação Regional do JURUÁ

A sede da CR Juruá é imóvel alugado que possui um pavimento e o térreo, para o acesso ao térreo é garantido a acessibilidade, sendo que todos os atendimentos podem ser realizados no térreo, pois o pavimento superior é apenas administrativo. Quanto às Coordenações Técnicas Locais, como são prédios antigos precisa-se realizar adequações.

Coordenação Regional do LITORAL SUDESTE

As instalações da sede da Coordenação Regional Litoral Sudeste (imóvel locado de terceiro) atendem aos requisitos de acessibilidade elencados no artigo 11 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Capítulo IV - da acessibilidade nos edifícios públicos ou de uso coletivo), de modo que são garantidos meios para amplo acesso de cidadãos, em especial pessoas com necessidades especiais, por meio de comunicação horizontal e vertical (elevador) do piso térreo ao primeiro pavimento.

Dentre os imóveis das 7 Coordenações Técnicas Locais jurisdicionadas, 5 foram cedidas por meio de parcerias com entes federados e 2 unidades foram locadas: Miracatu e Registro. Embora nenhuma das sedes tenha passado por construção, ampliação ou reforma realizada pela Funai, apenas a CTL Miracatu não reúne as condições de acessibilidade e conformidade com as normas da ABNT e demais aplicáveis à matéria.

Coordenação Regional de Minas Gerais e Espírito Santo

O acesso aos cidadãos aos serviços da Funai é disponibilizado por meio do escritório da CR e das Coordenações Técnicas Locais, além do deslocamento dos servidores periodicamente às comunidades indígenas. O relacionamento com a sociedade se dá por meio da participação da Funai junto aos indígenas em diversos espaços conjuntos de controle social, como Conselho Distrital de Saúde Indígena, Conselhos de Bacias Hidrográficas, além de reuniões frequentes estabelecidas entre a instituição e as comunidades. As notícias são divulgadas por meio do site da Funai, com o envio de informações pela CR, para a ASCOM que as publica. Não há ainda medidas adequações de acessibilidade a portadores de deficiência nas unidades desta CR.

Coordenação Regional de CR NORDESTE I

A sede da CR Nordeste I dispõe de rampas, o que garante a acessibilidade aos portadores de deficiência.

Coordenação Regional de CR Nordeste II

O prédio onde funciona a sede da CR apresenta rampas de acesso, portas alargadas e 01 (um) banheiro acessível à cadeirante.

A Coordenação Regional há algum tempo busca outro imóvel para locação que apresente melhores condições, com, pelo menos, 01 (um) banheiro com fraldário. As impressões de documentos são oferecidas em tamanhos diferentes de fonte para portadores de necessidades visuais.

Sempre que necessário, faz-se o traslado de pessoas com mobilidade reduzida em veículos oficiais.

Coordenação Regional de CR DE PONTA PORÃ

A Coordenação Regional de Ponta Porã tem capacidade para atender cidadãos com deficiência física e /ou mobilidade reduzida, no pavimento térreo do imóvel locado. A mesma capacidade de atendimento se verifica nas CTLs de Antônio João, Paranhos, Iguatemi, Tacuru e Amambai, que não apresentam barreiras arquitetônicas que impeçam atendimento a deficientes físicos e/ou com mobilidade reduzida. Insta registrar que, nem esta Coordenação nem as CTLs de Iguatemi e Amambai estão instaladas em prédio pertencente ao governo, dificultando sobremaneira qualquer tentativa de adaptação em benefício de deficientes, posto que a Administração Pública se submete ao direito privado, em caso de locação.

A unidade e suas CTLs não têm capacidade de garantir pleno atendimento a cidadãos com deficiências comunicativas, a exemplo de deficiências auditivas e/ou mentais. Também não possuem sinalização ambiental para orientação de cidadãos com deficiência visual. No que tange ao atendimento aos cidadãos com deficiência auditiva, nem esta unidade nem as CTLs jurisdicionadas possuem, por exemplo, intérpretes ou pessoas capacitadas em LIBRAS. Registramos, entretanto, que provavelmente a capacitação em LIBRAS ou a contratação de interpretes fosse contraproducente, posto que a população atendida por esta unidade, apesar de possuir amplos conhecimentos linguísticos, contando com indígenas fluentes em até 3 idiomas, não tem, em geral, acesso à Língua Brasileira de Sinais, em caso de deficiência. A unidade não conta com telefone adaptado para comunicação com e por pessoas portadoras de deficiência auditiva.

Coordenação Regional de CR do Sul da Bahia

A sede da Coordenação regional é alugada e não possui fácil acesso para portadores de necessidades especiais. As Coordenações Técnicas Locais - CTL's - Porto Seguro, Eunápolis, Itamaraju e Ilhéus possuem atendimento no andar térreo para viabilizar o acesso à unidade.

Coordenação Regional de CR Alto Purus

A unidade disponibiliza ao cidadão algumas ferramentas de acesso, tais como: o atendimento direto, presencial ou por telefone onde qualquer cidadão pode procurar a Assistente do Gabinete da unidade, localizada na Estrada Dias Martins nº 2.111 – Bairro: Chácara Ipê, cidade de Rio Branco/AC, CEP: 69.917-560, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min. Ou em atendimento on-line, através da Internet pelo e-mail: cr.altopurus@funai.gov.br ou funai.ac@gmail.com.

Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Os Mecanismos de Transferência das Informações Relevantes sobre a Atuação da UPC é o próprio site da Funai, onde é possível encaminhar matérias de interesse da UPC para Assessoria de Comunicação da Funai que fará a divulgação no site: <http://www.funai.gov.br/> . Há ainda, uma página dentro do site da Funai que contempla a UPC: <http://www.funai.gov.br/index.php/apresentacao-alto-purus> , no entanto, esse canais não são utilizados como deveria ser. Isso porque não há pessoas que possa atualizar sempre que possível às informações de interesse da UPC. Desta mesma forma, acontece com o Blog da UPC: <http://funaialtopurus.wordpress.com>, criado para estabelecer um elo com a sociedade em meados de 2013. Entretanto, não conseguimos mantê-lo atualizado da forma como gostaríamos, apesar dos esforços da equipe, tendo em vista tanto a falta de tempo devido a outras demandas e quadro reduzido de servidores, mas também pela falta de cultura institucional de produzir e divulgar informação por este meio.

Ressalta-se ainda que a Funai tem envidado esforços para criar ferramenta de sistematização e acesso, que integre informações diversas acerca dos povos e territórios indígenas, denominado SISALDEIA. Trata-se de um banco de informações, qual terá coordenada geográfica e dados socioeconômicos dos povos indígenas no país. Potencializando ações de planejamento institucional, bem como subsidiando ações de instituições parceiras.

É possível também obter informações detalhadas sobre os gastos diretos do Governo Federal no exercício de 2016 em âmbito da UCP, através do Portal da Transparência, no endereço:

<http://www.portaldatransparencia.gov.br/PortalComprasDiretasOEElementoDespesa.asp?Ano=2015&CodigoOS=30000&CodigoOrgao=30202&CodigoUG=194005> .

Coordenação Regional de Passo Fundo

I) O prédio onde funciona a sede da CR apresenta rampas de acesso, portas alargadas e 01 (um) banheiro acessível à cadeirante;

II) Essa Coordenação há aproximadamente 06 (seis) meses busca outro imóvel para locação que apresente melhores condições, com, pelo menos, 01 (um) banheiro com fraldário;

III) As impressões de documentos são oferecidas em tamanhos diferentes de fonte para portadores de necessidades visuais;

IV) Sempre que necessário, faz-se o traslado de pessoas com mobilidade reduzida em veículos oficiais.

DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Desempenho financeiro no exercício

Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.

A Unidade Prestadora de Contas Fundação Nacional do Índio, em cumprimento às determinações exaradas na norma “MACROFUNÇÃO SIAFI 02.03.00 - REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIRETA DA UNIÃO, AUTARQ. E FUNDAÇÕES” da Secretaria do Tesouro Nacional - harmônica à NBC T 16.9 e à NBC T 16.10 - que dispõe sobre as orientações quanto aos procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações, está aplicando os critérios e procedimentos inerentes à depreciação, por meio do Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS.

Não é aplicável à UPC a exaustão, haja vista a inexistência de ativos sujeitos à redução do valor econômico em razão da exploração, tais como: reservas minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis.

Os softwares por serem bens intangíveis se sujeitam à amortização. No entanto, a Administração ainda não realizou a classificação dos softwares em vida útil definida e indefinida, o que impossibilita, no momento, eventual registro de amortização. Dessa forma, em face da inexistência de outros ativos intangíveis sujeitos à redução do valor ao longo da sua vida útil ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado, a amortização também não se aplica à UPC.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo, a metodologia de cálculo da depreciação e as taxas utilizadas para os cálculos seguem as orientações e critérios da norma Macrofunção 020300 – Assunto 020330 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da união, Autarq. e fundações, sendo realizadas por meio do Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS. Em que pese a implantação do sistema SIADS, as Coordenações Regionais Vale do Javari/AM, Rio Negro/AM, Tapajós/PA, Baixo São Francisco/BA, Norte do Mato Grosso/MT, Madeira/AM, Alto Solimões/AM e Nordeste 1/AL ainda não implementaram o aludido sistema, alegando, principalmente, falta de efetivo e de capacitação.

Atualmente, os créditos da fundação são ajustados a valor presente, quando da inscrição na Dívida Ativa da União – DAU, bem como os créditos constituídos em razão da instauração de Tomada de Contas são atualizados uma vez por ano, preferencialmente no término do exercício.

Importante destacar que a própria Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF, no item 13 da Macrofunção SIAFI 02.03.30, reconhece a complexidade do trabalho de adequação de valor dos ativos, demandando tempo e recursos humanos. Nesse contexto, a Funai encontra dificuldades técnicas e estruturais para proceder com a reavaliação dos ativos. No que diz respeito à mensuração de ativos, esta é realizada com base no custo de aquisição, produção ou construção.

A utilização dos critérios contidos na NBC T 16.9, bem como a adoção do ajuste a valor presente dos créditos inscritos na DAU ajustou os valores do imobilizado, repercutindo numa evidenciação mais fidedigna da situação financeira e patrimonial do ente.

Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Em relação este item, temos a informar que a Funai ainda não possui, em sua estrutura, uma subunidade direcionada a esta atividade. atualmente, está vinculada à setorial de custos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que em 2015, por intermédio da Secretaria Executiva, publicou a Portaria SE nº 1234/15, com a finalidade de iniciar os trabalhos de custos de forma a abranger todos os órgãos vinculados, padronizando inicialmente os códigos dos planos internos relacionadas às ações orçamentárias para mensuração dos custos das ações estratégicas, dessa forma, este item será abordado com maior propriedade no relatório de Gestão do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 30202 - FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMISSÃO 20/03/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	863.066,80	559.591,41	Despesas Orçamentárias	529.252.766,02	557.797.356,54
Ordinárias	680.312,45	437.257,16	Ordinárias	462.287.453,11	478.489.365,66
Vinculadas	197.877,35	138.879,67	Vinculadas	66.965.312,91	79.307.990,88
Alienação de Bens e Direitos	13.700,00	-	Educação	1.204.042,91	196.191,60
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e	184.177,35	138.879,67	Seguridade Social (Exceto RGPS)	65.691.000,00	67.571.406,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-15.123,00	-16.545,42	Operação de Crédito	-	11.540.393,28
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	70.270,00	-
Transferências Financeiras Recebidas	1.086.807.798,04	1.066.695.763,70	Transferências Financeiras Concedidas	540.472.762,52	532.567.873,73
Resultantes da Execução Orçamentária	980.783.104,09	984.435.288,59	Resultantes da Execução Orçamentária	492.128.259,31	494.548.609,40
Repasse Recebido	491.386.693,16	490.358.988,19	Repasse Concedido	2.701.848,38	472.309,00
Sub-repasse Recebido	489.390.059,04	494.076.154,80	Sub-repasse Concedido	489.390.059,04	494.076.154,80
Sub-repasse Devolvido	6.351,89	145,60	Repasse Devolvido	30.000,00	-
Independentes da Execução Orçamentária	106.024.693,95	82.260.475,11	Sub-repasse Devolvido	6.351,89	145,60
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	105.134.071,00	79.821.445,48	Independentes da Execução Orçamentária	48.344.503,21	38.019.264,33
Demais Transferências Recebidas	-	860,30	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	47.662.647,49	37.580.286,57
Movimentação de Saldos Patrimoniais	890.622,95	2.438.169,33	Demais Transferências Concedidas	-	860,30
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	681.855,72	438.117,46
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	41.011.989,08	64.398.460,33	Despesas Extraorçamentárias	49.760.002,89	42.243.906,07
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	941.659,22	16.516.016,62	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	16.580.727,91	9.111.856,36
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	39.509.708,06	46.802.163,49	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	32.602.957,65	32.692.688,29
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	560.621,80	433.299,19	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	570.852,20	433.299,19
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	646.981,03	Outros Pagamentos Extraorçamentários	5.465,13	6.062,23
Demais Recebimentos	-	646.981,03	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	6.062,23
			Demais Pagamentos	5.465,13	-
Saldo do Exercício Anterior	1.942.683,56	2.898.004,46	Saldo para o Exercício Seguinte	11.140.006,05	1.942.683,56
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.942.683,56	2.898.004,46	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.140.006,05	1.942.683,56
TOTAL	1.130.625.537,48	1.134.551.819,90	TOTAL	1.130.625.537,48	1.134.551.819,90



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 30202 - FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMISSÃO 20/03/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	109.419,00	109.419,00	849.366,80	739.947,80
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	820,28	820,28
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	820,28	820,28
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	109.419,00	109.419,00	848.546,52	739.127,52
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	6.701,47	6.701,47
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	109.419,00	109.419,00	758.472,69	649.053,69
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	83.372,36	83.372,36

RECEITAS DE CAPITAL	-	-	13.700,00	13.700,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	13.700,00	13.700,00
Alienação de Bens Móveis	-	-	13.700,00	13.700,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	109.419,00	109.419,00	863.066,80	753.647,80
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	109.419,00	109.419,00	863.066,80	753.647,80
DÉFICIT	-	-	528.389.699,22	528.389.699,22
TOTAL	109.419,00	109.419,00	529.252.766,02	529.143.347,02
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO	DESPESAS	DESPESAS	DESPESAS	DESPESA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	487.975.345,00	529.472.603,00	519.516.283,95	485.617.570,33	484.987.902,37	9.956.319,05
Pessoal e Encargos Sociais	364.361.243,00	382.140.474,00	376.670.456,00	371.954.039,37	371.953.803,37	5.470.018,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	123.614.102,00	147.332.129,00	142.845.827,95	113.663.530,96	113.034.099,00	4.486.301,05
DESPESAS DE CAPITAL	14.218.220,00	6.722.076,00	9.736.482,07	4.125.487,63	3.813.496,37	-3.014.406,07
Investimentos	14.004.945,00	6.722.076,00	9.736.482,07	4.125.487,63	3.813.496,37	-3.014.406,07
Inversões Financeiras	213.275,00	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	502.193.565,00	536.194.679,00	529.252.766,02	489.743.057,96	488.801.398,74	6.941.912,98
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	502.193.565,00	536.194.679,00	529.252.766,02	489.743.057,96	488.801.398,74	6.941.912,98
TOTAL	502.193.565,00	536.194.679,00	529.252.766,02	489.743.057,96	488.801.398,74	6.941.912,98

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	47.203.243,78	37.357.313,19	25.041.646,77	24.860.199,44	34.864.037,70	24.836.319,83
Pessoal e Encargos Sociais	102.903,32	2.918.629,98	22.877,55	22.877,55	2.998.655,75	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	47.100.340,46	34.438.683,21	25.018.769,22	24.837.321,89	31.865.381,95	24.836.319,83
DESPESAS DE CAPITAL	2.829.431,39	9.444.850,30	7.743.948,21	7.742.758,21	2.170.252,01	2.361.271,47
Investimentos	1.900.645,39	8.026.599,69	7.743.948,21	7.742.758,21	1.241.466,01	943.020,86
Inversões Financeiras	928.786,00	1.418.250,61	-	-	928.786,00	1.418.250,61
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	50.032.675,17	46.802.163,49	32.785.594,98	32.602.957,65	37.034.289,71	27.197.591,30

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	390.665,48	14.307.887,77	14.111.193,83	212.578,42	374.781,00
Pessoal e Encargos Sociais	29.265,13	1.085,22	1.085,22	29.265,13	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	361.400,35	14.306.802,55	14.110.108,61	183.313,29	374.781,00
DESPESAS DE CAPITAL	104.159,28	2.465.859,65	2.469.534,08	73.891,73	26.593,12
Investimentos	104.159,28	2.465.859,65	2.469.534,08	73.891,73	26.593,12
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	494.824,76	16.773.747,42	16.580.727,91	286.470,15	401.374,12

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	30202 - FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO	30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
EXERCÍCIO	2016
PERÍODO	Anual
EMIÇÃO	20/03/2017
VALORES EM UNIDADES DE R\$	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	42.405.303,83	34.016.930,13	PASSIVO CIRCULANTE	1.627.831,63	17.447.685,97
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.140.006,05	1.942.683,56	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a	5.921,80	105.787,00
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	30.585.646,78	31.380.850,86	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto	1.351.664,66	17.025.536,98
Investimentos e Aplicações Temporárias	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	3.038,30	1.720,54
Estoques	679.651,00	693.395,71	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	267.206,87	314.641,45
ATIVO NÃO CIRCULANTE	92.344.532.237,13	85.498.580.477,11	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	8.058.102,55	7.793.354,37	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a	-	-
Créditos a Longo Prazo	7.668.145,43	7.456.832,86	Empréstimos e Financiamentos a Longo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	7.668.145,43	7.456.832,86	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	389.957,12	336.448,22	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a	-	73,29	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	692,10	618,81	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	73,64	0,35	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da	0,35	0,35	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	1.627.831,63	17.447.685,97
Participações Avaliadas pelo Método de	73,29	-		-	-
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Propriedades para Investimento	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Depreciação Acumulada de	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de	-	-	Reservas de Capital	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-	-	Demais Reservas	116.609.466,85	116.609.466,85
Demais Investimentos Permanentes	618,46	618,46	Resultados Acumulados	92.268.700.242,48	85.398.540.254,42
Demais Investimentos Permanentes	618,46	618,46	Resultado do Exercício	6.867.751.219,27	6.975.487.624,25
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	85.398.540.254,42	78.423.032.593,86
Imobilizado	92.335.799.963,86	85.490.719.225,31	Ajustes de Exercícios Anteriores	2.408.768,79	20.036,31
Bens Móveis	149.803.016,17	152.812.004,25	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Móveis	167.422.284,71	161.050.847,11	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	92.385.309.709,33	85.515.149.721,27
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão	-17.619.268,54	-8.238.842,86			
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-	-			
Bens Imóveis	92.185.996.947,69	85.337.907.221,06			
Bens Imóveis	92.186.157.086,04	85.337.972.562,82			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de	-160.138,35	-65.341,76			
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-	-			
Intangível	673.478,62	67.278,62			
Softw ares	655.710,64	49.510,64			
Softw ares	655.710,64	49.510,64			
(-) Amortização Acumulada de Softw ares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	17.767,98	17.767,98			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	17.767,98	17.767,98			
(-) Amortização Acumulada de Marcas,	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	92.386.937.540,96	85.532.597.407,24	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	92.386.937.540,96	85.532.597.407,24
ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	11.217.833,04	2.020.510,55	PASSIVO O FINANCEIRO	68.053.401,68	114.271.643,47
ATIVO PERMANENTE	92.375.719.707,92	85.530.576.896,69	PASSIVO O PERMANENTE	97.939,22	-
			SALDO PATRIMONIAL	92.318.786.200,06	85.418.325.763,37

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2016	2015
SALDO DOS ATOS	12.038.250,86	17.501.851,17	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS	159.948.765,43	158.596.393,67
Execução dos Atos	12.038.250,86	17.501.851,17	Execução dos Atos Potenciais	159.948.765,43	158.596.393,67
Garantias e	4.338.660,80	3.788.323,62	Garantias e Contragarantias	-	-
Direitos Conveniados e	7.681.590,06	13.713.527,55	Obrigações Conveniadas e	7.268.815,34	5.571.822,31
Direitos Contratuais a	18.000,00	-	Obrigações Contratuais a	152.679.950,09	153.024.571,36
Outros Atos Potenciais	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	12.038.250,86	17.501.851,17	TOTAL	159.948.765,43	158.596.393,67

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICITADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-56.632.573,31
Recursos Vinculados		-202.995,33
Educação		-557.340,10
Alienação de Bens e Direitos		13.700,00
Doações		35,25
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		340.609,52
TOTAL		-56.835.568,64



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 30202 - FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 20/03/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	23.209.411,15	15.274.601,81
INGRESSOS	1.088.217.786,64	1.068.335.635,33
Receitas Derivadas e Originárias	849.366,80	559.591,41
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	820,28	5.372,43
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	848.546,52	554.218,98
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	1.087.368.419,84	1.067.776.043,92
Ingressos Extraorçamentários	560.621,80	433.299,19
Transferências Financeiras Recebidas	1.086.807.798,04	1.066.695.763,70
Demais Recebimentos	-	646.981,03
DESEMBOLSOS	-1.065.008.375,49	-1.053.061.033,52
Pessoal e Demais Despesas	-474.843.287,28	-472.596.629,27
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-618.977,08	-698.859,20
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-109.532.848,38	-102.787.233,39
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-687.737,83	-30.549,41
Cultura	-3.228.106,35	-3.712.885,90
Direitos da Cidadania	-360.775.617,64	-365.058.849,79
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-34,00
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-302.155,35
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-6.062,23
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-49.116.008,36	-47.463.231,33
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-43.099.181,75	-45.928.677,80
Outras Transferências Concedidas	-6.016.826,61	-1.534.553,53
Outros Desembolsos das Operações	-541.049.079,85	-533.001.172,92
Dispêndios Extraorçamentários	-570.852,20	-433.299,19
Transferências Financeiras Concedidas	-540.472.762,52	-532.567.873,73
Demais Pagamentos	-5.465,13	-

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-14.012.088,66	-16.229.922,71
INGRESSOS	13.700,00	-
Alienação de Bens	13.700,00	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-14.025.788,66	-16.229.922,71
Aquisição de Ativo Não Circulante	-9.255.554,66	-8.887.813,51
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-4.770.234,00	-7.342.109,20
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.197.322,49	-955.320,90
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.942.683,56	2.898.004,46
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	11.140.006,05	1.942.683,56



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 30202 - FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMISSÃO 20/03/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	9.873.780.256,33	10.285.236.446,76
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	820,28	5.372,43
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	820,28	5.372,43
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	535.494,29	343.990,56
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	471.078,40	343.990,56
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	64.415,89	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.134.807.370,57	2.143.814.201,13
Transferências Intragovernamentais	1.086.807.798,04	1.066.695.763,70
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	47.999.572,53	1.077.118.437,43

Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	8.737.376.719,18	8.139.156.388,63
Reavaliação de Ativos	8.692.510.585,96	8.092.150.702,66
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	44.471.860,06	46.198.450,27
Ganhos com Desincorporação de Passivos	394.273,16	807.235,70
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.059.852,01	1.916.494,01
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.059.852,01	1.916.494,01
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.006.029.037,06	3.309.748.822,51
Pessoal e Encargos	365.365.723,01	355.722.084,18
Remuneração a Pessoal	300.924.594,91	293.084.503,61
Encargos Patronais	42.638.697,44	43.094.226,35
Benefícios a Pessoal	20.988.579,07	17.951.440,16
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	813.851,59	1.591.914,06
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	30.282.763,14	27.857.930,75
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	30.282.763,14	27.857.930,75
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	117.053.585,09	140.474.801,69
Uso de Material de Consumo	20.382.110,71	24.833.871,22
Serviços	87.646.342,18	111.705.640,98
Depreciação, Amortização e Exaustão	9.025.132,20	3.935.289,49
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	4.512,49	5.455,87
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	4.512,49	5.455,87
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	598.120.229,82	1.611.625.656,85
Transferências Intragovernamentais	540.472.762,52	532.567.873,73
Transferências Intergovernamentais	1.868.903,56	335.590,23
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	5.183.826,61	1.545.453,53
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	50.594.737,13	1.077.176.739,36
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.891.621.291,20	1.155.838.254,74
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.886.870.061,25	891.071.705,84
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	333.396,45	8.580.855,64
Incorporação de Passivos	90.803,23	136.394,63
Desincorporação de Ativos	4.327.030,27	256.049.298,63
Tributárias	182.457,05	154.649,82
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	133.883,32	104.386,86
Contribuições	48.573,73	50.262,96
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.398.475,26	18.069.988,61
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	3.648,40	13.838,43
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	3.394.826,86	18.056.150,18
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	6.867.751.219,27	6.975.487.624,25

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Tratamento de determinações e recomendações do TCU

O acompanhamento das deliberações das demandas do Tribunal de Contas da União é realizado pela Auditoria Interna da Fundação, por meio de abertura de processo específico para cada Acórdão, onde são encaminhados memorandos às unidades demandadas visando o cumprimento das determinações e recomendações, bem como para ciência de impropriedades e adoção de providências para evitar as falhas apontadas.

Os Acórdãos também são inseridos no Sistema de Auditoria Interna – Siaudi, juntamente com cada resposta enviada pela unidade auditada, acompanhados pelo Coordenador de Auditoria da Unidade de Auditoria Interna.

Quantitativo de Acórdãos

No exercício de 2016, o Tribunal de Contas da União – TCU exarou um total de 11 (onze) Acórdãos para esta Fundação, dos quais 6 (seis) continham deliberações e os demais apenas para ciência do órgão.

Quantitativo de Deliberações

Considerando as deliberações contidas nos Acórdãos, 11 (onze) são determinações e 13 (treze) recomendações, totalizando 24 (vinte e quatro) deliberações no exercício.

Quadro 94 Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-027.472/2013-2	11045/2015-2ª Câmara	1.8.1	Recomendação	19/02/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenação Regional de Ji-Paraná				
Descrição da determinação/recomendação				
Adote ações de controle sobre a inscrição, permanência e reinscrição de restos a pagar de exercícios anteriores ao exercício de sua constituição, de forma a não permitir a permanência indevida do seu registro em suas informações contábeis, consoante disposto na Lei 4.320/64 e demais normativos em vigor				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Podemos afirmar que as ações e controles efetuados pela unidade estão sendo suficientes para o cumprimento da determinação, ficando apenas inscritos os casos que atendem aos requisitos legais. Tal fato pode ser comprovado através da análise dos demonstrativos do SIAFI referentes ao mês 12/2016, nos quais não consta nenhum empenho reinscrito em restos a pagar de exercícios anteriores ao exercício de sua constituição na UG 190004 (Obs: relativos aos empenhos de 2014 e anteriores).				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-027.472/2013-2	11045/2015-2ª Câmara	1.8.2	Recomendação	19/02/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenação Regional de Ji-Paraná				
Descrição da determinação/recomendação				
Ao encaminhar os futuros relatórios de gestão, junto às contas dos exercícios subsequentes, informe a situação do processo de doação do imóvel situado na Rua Manoel Franco, nº 1.780, Bairro Nova Brasília, Ji Paraná/RO e sua respectiva inscrição no Spiunet, e as ações adotadas para regularizar a reavaliação do bem imóvel localizado na Rua Rui Barbosa, s/n, setor 1, quadra 109, Porto Velho/RO, sob sua responsabilidade.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Tal determinação vem sendo cumprida integralmente haja vista que o Relatório de Gestão da unidade referente ao exercício 2015 traz em seu item 7.2.3 - Gestão do patrimônio imobiliário da União - as informações de todos os imóveis sob sua a responsabilidade, em especial: 7.2.3.3 Análise crítica dos itens 7.2.3.1 e 7.2.3.2. “Todas as terras indígenas jurisdicionadas à CR Ji-Paraná localizadas no Estado de Rondônia foram reavaliadas junto a Secretaria do Patrimônio da União no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet e também o imóvel localizado na Rua Rui Barbosa, s/n, setor 1, quadra 109, Porto Velho (RO), sendo que suas avaliações encontram-se válidas até 2017.” (...) (...) “O imóvel situado na Rua Manoel Franco, nº 1.780, Bairro Nova Brasília, encontra-se com seu processo de doação em fase de tramitação junto a Prefeitura Municipal de Ji-Paraná (RO), sendo que a CR tem cobrado a conclusão do procedimento, conforme o Ofício nº 103/2015, de 17/08/2015, possibilitando, desta forma, sua respectiva inclusão no SPIUNET.” (...)				

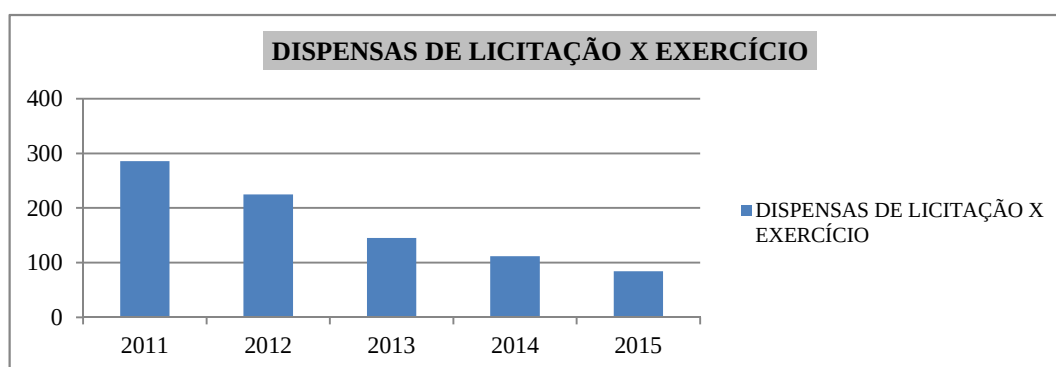
Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-027.472/2013-2	11045/2015-2ª Câmara	1.8.3	Recomendação	19/02/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenação Regional de Ji-Paraná				
Descrição da determinação/recomendação				
Consoante proposto no Relatório de Auditoria de Gestão da CGU/RO apresente nos exercícios futuros um planejamento estruturado de suas ações, de modo que se possa aferir o grau de atingimento dos objetivos estabelecidos para a Unidade em relação aos definidos pelo Órgão Central; adote normativos para execução das rotinas de trabalhos nas áreas de controle interno, patrimônio e compras; aprimore o planejamento anual de compras para manutenção da Unidade, na tentativa de coibir ocorrência de fragmentação de despesas; observe todos os dispositivos que regem as contratações públicas, inclusive os relativos à obrigatoriedade de licitar, à seleção da proposta mais vantajosa para a administração, à comprovação da publicidade do resultado dos certames e ao enquadramento adequado do fato ao dispositivo legal; evite rasuras nos processos administrativos de aquisições, de maneira a assegurar a confiabilidade das informações; e que alterações e/ou inclusões nos documentos que regem os certames sejam submetidas à assessoria jurídica a fim de resguardar o interesse público e minimizar a ocorrência de irregularidades.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Por se tratarem de diversos temas reunidos num único item estaremos dividindo a resposta por tópicos para melhor compreensão: a) Planejamento das ações: Somente a partir do exercício 2012 a Fundação passou a adotar uma sistemática de planejamento envolvendo as suas unidades descentralizadas, cabendo à Presidência da entidade a definição das estratégias e orientação quanto a metodologia utilizada, ficando a cargo das Coordenações Regionais a elaboração dos seus Planos Anuais de Trabalho (PAT) de acordo com os recursos orçamentários que são sinalizados para disponibilização ao longo do exercício. Tal metodologia decorre do fato de que o Programa Temático Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas - componente do Plano Plurianual do				

Governo Federal - é coordenado pela Funai em nível nacional a quem cabe definir os Objetivos, Metas, Indicadores e acompanhamento das Ações Orçamentárias. Neste contexto, a CR Ji-Paraná (RO) tem elaborado seus Planos de Trabalho contemplando as atividades pactuadas com a Funai sede para os respectivos períodos, bem como vem realizando o acompanhamento de sua execução de maneira contínua.

b) Normativos para execução de rotinas: Foi instituído um fluxograma de procedimentos de rotina para tramitação dos processos de compras da unidade.

c) Planejamento de compras para evitar fragmentação de despesas / obrigatoriedade de licitar: Com objetivo de reduzir a ocorrência de fracionamento de despesas por meio de dispensa de licitação a CR Ji-Paraná (RO) tem procurado implementar estratégias de planejamento para as aquisições e contratações em conjunto com suas unidades finalísticas através da realização de reuniões periódicas com o envolvimento tanto da área técnica quanto da administrativa, nas quais são alinhados os procedimentos e definidos os critérios a serem adotados em cada processo de compra.

Neste contexto, a Coordenação passou a se ajustar à regra de realização de procedimento licitatório para suas aquisições, recorrendo à dispensa de licitação apenas em situações excepcionais previstas em lei, tal qual recomendado pelos órgãos de controle nas auditorias de contas. Para atingir este objetivo a principal ferramenta utilizada consiste no Sistema de Registro de Preços – SRP, regulamentado pelo Decreto nº 7.892, de 23/01/2013, cuja aplicação tem apresentado excelentes resultados em termos de diminuição no número de processos de compras por dispensa de licitação, conforme pode ser verificado no gráfico abaixo:



Pode-se constatar uma expressiva redução no quantitativo de aquisições realizadas por dispensa de licitação, iniciando com 286 processos em 2011, diminuindo ano após ano, até atingir o número de 84 procedimentos em 2015. Tal resultado é consequência direta das ações efetivamente tomadas pela gestão da unidade, em especial a aplicação do SRP, no sentido de cumprir os preceitos e normativos legais.

d) Publicidade dos certames licitatórios: A unidade presumia que a divulgação do “Resultado por Fornecedor” disponível no endereço eletrônico www.comprasnet.com.br no campo Acesso Livre > Pregões > Consulta Ata/Anexos, seria suficiente para o atendimento da legislação tendo em vista o alcance global que a internet possui, entretanto, após a recomendação da CGU/RO a Equipe de Pregão da unidade foi notificada através do Memorando nº 660/CR/Funai/JI-PARANÁ/RO, de 30/09/2013 e passou a providenciar a publicação no Diário Oficial da União – DOU de todos os resultados das licitações realizadas.

e) Enquadramento adequado ao dispositivo legal: A unidade vem se atentando para os dispositivos legais quando do enquadramento correto na realização das dispensas e inexigibilidades de licitação, sendo que foi adotado como rotina o encaminhamento dos processos dessa natureza ao setor financeiro com a indicação prévia do procedimento a ser realizado para que se evite ou minimize a ocorrência de impropriedades.

f) Rasuras nos processos: No intuito de aprimorar os procedimentos de compras, conferir mais segurança nas aquisições e evitar a prática de quaisquer impropriedades, a CR Ji-Paraná (RO) tem encaminhado, com frequência, expedientes para os setores onde são detectadas falhas e/ou fragilidades operacionais, a exemplo do Memorando nº 055/SEAD/CR-JPR/RO, de 04/10/2013, com a finalidade de prevenir rasuras nas consultas de preço, bem como do Memorando nº 357/GAB/CRJPR/2015, de 23/07/2015, cujo objetivo foi definir, na esfera de atuação da unidade, a aplicação da IN nº 05/2014/SLTI/MPOG, de 27/06/2014, que trata das pesquisas de preço para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

g) Alterações e/ou inclusões de documentos nos processos de compras: Temos a informar que a Equipe de Pregão da unidade foi comunicada através do Memorando nº 660/CR/Funai/JI-PARANÁ/RO, de 30/09/2013, e podemos afirmar que a mesma vem adotando como rotina a recomendação de reenviar os editais de licitação para análise jurídica nos casos de inclusões de novos itens ou quaisquer outras alterações.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-027.169/2015-4	8519/2016-2ª Câmara	1.8	Determinação	22/07/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenação Regional de Ribeirão Cascalheira				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar à Coordenação Regional da Funai no município de Ribeirão Cascalheira-MT, que elabore plano de substituição de sua frota, ante a declarada "importância vital" desses ativos para a unidade				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Os veículos que hoje dispõe a CR de Ribeirão Cascalheira atendem a demanda, todavia, seria necessária a manutenção mensal, o que não ocorre devido a falta de recursos e contingenciamentos ocorridos em vários exercícios. Tudo isso, somado ao fato de que as estradas em que os veículos trafegam não são asfaltadas, ocasionaram o desgaste e deterioração de vários veículos, cujo custo para conserto seria antieconômico, tornando-os irrecuperáveis, motivo pelo qual foi solicitada a baixa patrimonial.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-027.169/2015-4	8519/2016-2ª Câmara	1.10	Recomendação	22/07/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenação Regional de Ribeirão Cascalheira				
Descrição da determinação/recomendação				
Recomendar à Coordenação Regional da Funai no município de Ribeirão Cascalheira-MT, que adote práticas de sustentabilidade da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), prevista na Portaria MMA 61/2008, como o descarte de resíduos e componentes de produtos obsoletos, a utilização de papel reciclado, a aquisição de lâmpadas de alto rendimento e implante de medidas de redução de consumo e racionalização de água				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Na CR de Ribeirão Cascalheira existe um depósito coberto onde todo material utilizado ou obsoleto fica guardado para posterior descarte, sendo que nenhum município próximo tem trabalho de reciclagem e destruição dos materiais. Não conseguimos ainda a utilização de papéis recicláveis, pois existe na CR um estoque de papel para uso. Todas as lâmpadas fluorescentes foram trocadas por lâmpadas menores e de consumo mais baixo e fácil troca. Quanto a economia de água, ainda não conseguimos aplicar nenhuma medida que venha a surtir efeito de diminuir o consumo, sendo esse mínimo no âmbito do prédio da sede da CR. O pequeno quadro funcional e as constantes demandas na T.I. tem tomado todo tempo dos servidores sendo essa razão de não ter sido criado a Agenda Ambiental da Administração Pública, mas ações estão sendo adotadas para uma maior economia.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-030.006/2015-5	4739/2016-2ª Câmara	1.7	Determinação	26/04/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenação Regional Araguaia Tocantins				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, à Coordenação Regional				

Araguaia Tocantins que, no prazo de 90 (noventa) dias, adote providências com relação à gestão de sua frota de veículos, em especial, no que se refere àqueles sem condições de uso devido ao estado de conservação (obsoletos, com recuperação antieconômica ou irreversíveis), de forma a minimizar, entre outros problemas, a geração de despesas com licenciamentos, seguros obrigatórios e outras taxas regularmente cobradas, além do aluguel de espaços para guarda.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Registra-se que a CRAT, a fim de atender determinação do Tribunal de Contas da União no ACORDÃO Nº 4739/2016 – TCU – 2ª CÂMARA, estabeleceu comissão de Alienação, Desfazimento, Doação e Baixa de Bens por meio da Portaria nº 888/PRES, de 22 de novembro de 2016, que tem os trabalhos direcionados para localizar, computar, avaliar e levantar o estado dos veículos pertencentes a frota da Coordenação e indicar-lhes um destino legal. Os trabalhos iniciaram em meados de dezembro, com o deslocamento de membros da comissão até as CTL's de Gurupi/TO, Goiás/GO, Minaçu/GO e na cidade de Aruanã/GO, a fim de avaliar os bens, para em prosseguimento, subsidiar processo que irá conduzir a destinação de desfazimento ou recuperação de uso.

Informa-se que no atual momento, estão sendo finalizados os laudos, com consulta de preço na Tabela Fipe, regularização da documentação dos veículos e de eventuais débitos, levantamento de custos de manutenção. Esses atos são necessários para que se possa indicar os valores dos bens para Alienação ou outras formas de Desfazimento, com base no Decreto 99.658/90.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-030.006/2015-5	4739/2016-2ª Câmara	1.9.1	Recomendação	26/04/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenação Regional Araguaia Tocantins				
Descrição da determinação/recomendação				
Avalie a distribuição de seus servidores entre a sede e as Coordenações Técnicas Locais, tendo em vista a maior concentração de pessoas em algumas dessas unidades.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Registra-se que no período da reestruturação da Funai a área atendida por esta Regional era dividida em 4(quatro) Administrações Executivas Regionais e que a remoção de servidores das extintas Administrações para a sede, em Palmas, deu-se em caráter voluntário e possibilitou-se ter um quadro de 40(quarenta) servidores em 2010. Ressalta-se que após a citada reestruturação da Funai, as áreas técnicas e administrativas passaram a exigir dos servidores conhecimentos técnicos específicos, distantes das ações exercidas pelos servidores anteriormente, imprimindo um caráter excludente nas atividades a serem executadas, com dificuldades na rotina de trabalho, principalmente nas equipes das Coordenações Técnicas Locais. Enfoca-se que praticamente não houve capacitações e aperfeiçoamentos com metodologias condizentes com as capacidades e as especificidades de aprendizado dos servidores que se encontravam na Funai antes do concurso de 2009, e que fazem parte das equipes ainda hoje, principalmente para os servidores que exerciam suas atividades profissionais nos Postos Indígenas, dentro das aldeias. Considerando-se as aposentadorias, exonerações e remoções ocorridas no período de 2010 a 2017, atualmente a sede conta com 27 servidores, estando 03 deles usufruindo de Abono Permanência, ou seja, têm direito a aposentarem-se. Outros 02 já formalizaram o pedido de aposentadoria como as servidoras Sra. Elenice Rodrigues da Silva e a Sra. Hilda dos Santos Sousa. Atenta-se para o fato de que a maior parte do quadro desta Regional está com a mesma característica da sede: servidores com mais de 25 anos de atividade profissional, muitos ultrapassando os 65 anos de idade. Registra-se que apenas remover servidores das Coordenações Técnicas Locais para a sede não resolve o problema de atendimento das demandas apresentadas. Urge um planejamento adequado em seu caráter técnico e metodológico que possa capacitar tecnicamente e administrativamente os servidores, contudo nenhuma remoção está sendo autorizada, sendo solicitado de todas as unidades gestoras da Funai que aguardem o concurso de remoção interno a ser realizado no ano de 2017.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-030.006/2015-5	4739/2016-2ª Câmara	1.9.2	Recomendação	26/04/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenação Regional Araguaia Tocantins				
Descrição da determinação/recomendação				
Reveja a necessidade de manter um motorista em cada Coordenação Técnica Local, tendo em mente os custos e benefícios envolvidos.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Em relação a contratação de serviços de motorista terceirizado pelo contrato 127/2014 expirou em 29/07/2016 e ainda não foi substituído. Mas mesmo esse contrato não tinha um prestador em cada CTL, sendo atendidas aquelas que não possuíam motorista no quadro de servidores, com exceção da Sede da Regional, onde o fluxo de trabalho demandava reforço na área. Assim, a nova licitação que está sendo elaborada para substituir o antedito contrato, manterá a mesma sistemática, com postos de trabalho nas CTL's de Itacajá/TO, Carolina/MA, Barra do Corda/MA, Santa Terezinha/MT, Tocantinópolis/TO, Tocantínia/TO, Confresa/MT, ainda a depender de autorização orçamentária, ficando excluídas as de Araguaína/TO, Gurupi/TO, Goiás/GO, Minaçu/GO e Santa Maria das Barreiras/PA.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-030.006/2015-5	4739/2016-2ª Câmara	1.9.3	Recomendação	26/04/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenação Regional Araguaia Tocantins				
Descrição da determinação/recomendação				
Realize a adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e implemente o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), tendo em vista sua responsabilidade socioambiental e as iniciativas previstas em ampla legislação e normativos a que se sujeitam as entidades públicas federais (Recomendações do Capítulo IV, da Agenda 21, Decreto 5.940/2006, Decreto 7.746/2012, Recomendação Conama 12/2011, Portarias 61/2008 e 217/2008 do Ministério do Meio Ambiente, dentre outros).				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
a) A Coordenação Regional Araguaia Tocantins vem buscando agregar valores ecológicos, através da sensibilização dos servidores, tanto da sede quanto das Unidades Locais subordinadas, para uma mudança de cultura no que se refere a aplicação de práticas sustentáveis no ambiente de trabalho, relação à boa gestão dos resíduos sólidos e no consumo consciente, principalmente de energia elétrica, água e papel, que possam contribuir com a preservação de um meio ambiente saudável. b) Informa-se que até o momento esta UPC não participa da Agenda A3P, pois requer inicialmente que o órgão central formalize o Termo de Adesão, junto ao MMA. c) Atualmente esta Unidade realiza apenas o descarte de papel, destinando-os às associações locais. d) Na elaboração dos editais procura-se adotar os critérios estabelecidos pelo Decreto nº 7.746/2012, visando contratações sustentáveis. e) Apesar de não ter sido implementado o Plano de Gestão Logística Sustentável, a Unidade vem realizando práticas sustentáveis que convergem com os termos do citado decreto.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-030.006/2015-5	4739/2016-2ª Câmara	1.9.4	Recomendação	26/04/2016

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação
Coordenação Regional Araguaia Tocantins
Descrição da determinação/recomendação
Desative os CNPJ abaixo listados, caso não tenha planos, expectativas iminentes ou necessidade de cadastramento e utilização perante o Siafi e Siasg, para realização e registro de operações financeiras e administrativas: CNPJ: 00.059.311/0045-47 Abertura: 2/2/1987 Nome de fantasia: Administração Executiva Regional de Gurupi Código UG (Siafi): 194076 -Inativo Código UASG (Siasg): 194076 - sem operações CNPJ: 00.059.311/0073-09 Abertura: 29/12/2009 Nome fantasia: Coordenação Regional de Palmas Código UG (Siafi): sem código Código UASG (Siasg): sem código
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
Informa-se que a demanda de cancelamento dos CNPJs descritos na recomendação acima, foi encaminhada para a Coordenação Geral de Contabilidade - CCONT/Funai/BSB. Serão feitas gestões junto a referida Coordenação para verificar o andamento do processo de cancelamento.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-028.635/2015-9	7400/2016-2ª Câmara	1.7.1	Recomendação	27/06/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenação Regional do Madeira				
Descrição da determinação/recomendação				
Faça constar em seus relatórios de gestão os indicadores de desempenho e resultados quantitativos e qualitativos da gestão.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A Sede da Funai consolidará as informações de todas unidades descentralizadas. Os indicadores de desempenho serão definidos pela Sede da Funai, no planejamento estratégico da Fundação.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-028.635/2015-9	7400/2016-2ª Câmara	1.7.2.1	Recomendação	27/06/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenação Regional do Madeira				
Descrição da determinação/recomendação				
Adote, no prazo de 120 dias, medidas com vistas a ultimar os seguintes procedimentos, comunicando ao Tribunal as providências adotadas: 1.7.2.1. Atualização no Spui/Net dos bens imóveis sob sua responsabilidade;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Não ocorreu no exercício de 2016 devido à falta de treinamento de servidores para operar o sistema, ocorrido pelo corte dos gastos públicos determinado pelo Governo Federal, que restringiu muito a realização de cursos e				

treinamentos, inviabilizando a capacitação de servidores nessa área, todavia, esta Coordenação fará gestões junto à CODEP/DAGES/Funai e SPU/AM, para a realização do treinamento no ano de 2017 a fim de que possam ser efetuadas as atualizações dos imóveis no Spiunet.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-028.635/2015-9	7400/2016-2ª Câmara	1.7.2.3	Recomendação	27/06/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenação Regional do Madeira				
Descrição da determinação/recomendação				
Adote, no prazo de 120 dias, medidas com vistas a ultimar os seguintes procedimentos, comunicando ao Tribunal as providências adotadas: 1.7.2.3. Capacitação de servidores para o uso eficiente do sistema Spiu/Net, a fim de atender às necessidades de sua operacionalização na unidade.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Foi solicitada à DAGES e SPU/AM treinamentos de servidores para operarem o Spiunet, conforme documentos: Memo. Nº 008/GAB/CR Madeira/Funai/2016 de 22/01/2016, Memo. Nº 040/2016-DAGES/Funai de 28/01/2016 Ofício nº 026/GAB/CR Madeira/Funai/2016 de 23/02/2016 e Ofício 9188/2016-MP de 24/02/2016, o que não ocorreu no exercício de 2016 pelos motivos explicitados na Recomendação 1.7.2.1. , todavia, esta Coordenação fará gestões junto à CODEP/DAGES/Funai e SPU/AM, para a realização do treinamento no ano de 2017.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-028.635/2015-9	7400/2016-2ª Câmara	1.7.2.4	Recomendação	27/06/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenação Regional do Madeira				
Descrição da determinação/recomendação				
Adote, no prazo de 120 dias, medidas com vistas a ultimar os seguintes procedimentos, comunicando ao Tribunal as providências adotadas: 1.7.2.4. Criação de rotinas que descrevam as atividades que devem ser executadas para atualizar os dados no Spiu/Net, de forma a definir tanto a periodicidade de tais atividades como o responsável por sua execução				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Devido à falta de capacitação ocorrida pelos motivos explicitados na Recomendação 1.7.2.1, não foram criadas as rotinas solicitadas, o que acontecerá tão logo os servidores sejam treinados para operar o Spiunet.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-023.758/2013-9	5253/2016-2ª Câmara	b	Recomendação	18/05/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Diretoria de Administração e Gestão (CGGE)				
Descrição da determinação/recomendação				
Recomendar, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, à Fundação Nacional do Índio que, durante a elaboração de seu planejamento estratégico, realize estudos com vistas ao estabelecimento				

de indicadores e metas de desempenho para suas unidades regionais.
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
Após a reunião realizada em 12 de abril de 2016, na qual participaram a Diretora de Administração e Gestão da Funai, o Coordenador-Geral de Gestão Estratégica substituto e o Secretário Substituto da Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso-MT, ficou definido que a Funai informaria mensalmente por Ofício o andamento dos trabalhos de planejamento estratégico. E assim ocorreu. Apresentamos mensalmente o andamento dos trabalhos, cujos principais marcos foram: a elaboração de minuta de portaria que dispõe sobre a metodologia de planejamento estratégico da Funai; aprovação da minuta em reunião do Comitê de Planejamento, Monitoramento e Avaliação-CPMA. A referida minuta de portaria prevê etapas de definição da missão e da visão, diagnóstico institucional baseado na matriz SWOT, elaboração de objetivos estratégicos, indicadores e metas, bem como previsão orçamentária. Ocorre que os trabalhos de remanejamento de cargos em comissão, determinado pela Medida Provisória nº 731, de 10 de junho de 2016 e pelo Decreto nº 8785, de 10 de junho de 2016, consumiram bastante tempo das unidades administrativas desta Fundação, a quem compete analisar em conjunto esses trabalhos. Cabe ainda informar que tivemos transtornos com o movimento “ocupa Funai”, inclusive com a paralisação de atividades em decorrência do impedimento de servidores ingressarem no órgão. Ainda assim, em que pese o cenário político de instabilidade e a demanda urgente oriunda das determinações citadas, os estudos referentes à metodologia de planejamento estratégico, correspondentes às etapas de Planejamento Tático e Operacional, continuaram em curso. Ademais, foi estabelecido que a Funai deveria devolver mais cargos em comissão, além dos previamente encaminhados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Tendo em vista que este assunto é de uma grande complexidade interna, para que a Funai sofra o menor impacto negativo, foram necessários estudos que demandaram mais tempo, concomitante à elaboração da metodologia de planejamento estratégico. Quanto ao fator orçamento, a Funai sofreu uma redução para o exercício 2016, em comparação a 2015, na ordem de 37%. Ainda em 2016, a Funai solicitou ao Ministério da Justiça e Segurança Pública uma recomposição orçamentária no valor de R\$ 20 milhões, porém, ainda insuficiente para que esta Fundação execute a sua missão e realize as atividades administrativas com maior celeridade. Como reflexo, as ações desenvolvidas pela Funai restaram bastante prejudicadas, inclusive no que concerne aos assuntos da área administrativa. Em que pese os fatos elencados acima está previsto para 2017 a publicação da portaria contendo a metodologia de planejamento estratégico desenvolvida a partir dos estudos recomendados pelo TCU, com previsão de envolvimento das unidades descentralizadas da Funai na elaboração de metas e indicadores de desempenho. Também está prevista a realização de Oficina de Planejamento Estratégico da Funai, com a participação de todas as Coordenações Regionais, bem como as unidades da Sede. Pretende-se, na referida Oficina, estabelecer novos textos da missão e da visão, as Diretrizes Estratégicas, os Objetivos Estratégicos, em consonância com o PPA 2016-2019 e com as Diretrizes Estratégicas, o Mapa Estratégico da Funai, os Indicadores de desempenho, bem como as metas para as unidades da Funai, correlacionando todas as ferramentas com o orçamento previsto. Para a definição dos Indicadores, será utilizada metodologia aplicada no Curso de Elaboração de Indicadores da Escola Nacional de Administração Pública-Enap, com o auxílio de moderador qualificado para tanto. Como alguns dos produtos da Oficina de Planejamento Estratégico, portanto, esperam-se o estabelecimento de indicadores de resultado e de esforço e a definição de metas específicas para cada unidade, apontando quais delas serão parâmetros para a avaliação de desempenho institucional, inclusive das unidades regionais. Reforçamos que as unidades regionais estão em trabalho de definição de metas intermediárias de desempenho para o 7º ciclo da avaliação de desempenho da Funai.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-027.169/2015-4	8519/2016-2ª Câmara	1.7.1	Determinação	22/07/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Diretoria de Administração e Gestão (CGRL)				
Descrição da determinação/recomendação				
Formalize tratativas junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão a fim de obter acesso ao Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) para as unidades locais que ainda não dispuserem desse sistema, a exemplo da Funai-RC				

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Atualmente, todas as unidades regionais da Funai possuem cadastro no sistema SPIUnet, inclusive a Coordenação Regional de Ribeirão Cascalheira. Observamos que esses cadastros possuem validade de dois anos, os quais são renovados pelas próprias Coordenações Regionais em suas respectivas localidades.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-027.169/2015-4	8519/2016-2ª Câmara	1.7.2	Determinação	22/07/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Diretoria de Administração e Gestão (CGRL)				
Descrição da determinação/recomendação				
Forneça acesso ao "sistema destinado ao controle dos bens patrimoniais, implantado pela Funai Sede para todas as Coordenações Regionais" e também para a Funai-RC, se ainda não o tiver realizado				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Atualmente, todas as unidades regionais da Funai possuem acesso ao sistema SIADS, inclusive a Coordenação Regional de Ribeirão Cascalheira, ressaltando que o Serviço de Patrimônio – SEPAT tem prestado todo o auxílio necessário às Coordenações Regionais, a fim de zelar pela correta utilização e operação do referido sistema.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-021.327/2013-0	8825/2016-2ª Câmara	1.9.1	Determinação	15/08/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Diretoria de Administração e Gestão – DAGES (CGRL)				
Descrição da determinação/recomendação				
Adote e oriente às unidades regionais que, no caso de contratação de mão de obra mediante alocação de postos de trabalho, eventual diferenciação em níveis de uma mesma categoria profissional, se verificada, deve considerar os seguintes aspectos: i) diferença de complexidade entre as atividades; ii) valores contratados, qualquer que seja o nível, iguais ou superiores ao estipulado na convenção coletiva de trabalho e compatíveis com os praticados no mercado para aquela categoria; e iii) observância estrita da IN SLTI/MP 5/2014, recomendando-se, em todos os tipos de contratos, que a consulta ao mercado diretamente junto aos fornecedores (art. 2º, inciso IV, da citada IN) constitua a última opção.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A orientação recomendada foi repassada às unidades regionais da Funai por meio do Memorando Circular nº 6/2017/Dages-Funai, de 13/03/2017, em que restou observada a necessidade de adoção de providências no caso de identificação de diferenciação em níveis de uma mesma categoria profissional oriunda de contratação de mão de obra mediante alocação de postos de trabalho.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-021.327/2013-0	8825/2016-2ª Câmara	1.9.2	Determinação	15/08/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				

Diretoria de Administração e Gestão – DAGES (CGRL)
Descrição da determinação/recomendação
Informe, no próximo relatório de gestão, as medidas adotadas para o cumprimento da determinação anterior;
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
A orientação recomendada foi repassada às unidades regionais da Funai por meio do Memorando Circular nº 6/2017/Dages-Funai, de 13/03/2017, em que restou observada a necessidade de adoção de providências no caso de identificação de diferenciação em níveis de uma mesma categoria profissional oriunda de contratação de mão de obra mediante alocação de postos de trabalho.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU																																	
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência																													
TC-030.181/2015-1	7518/2016-1ª Câmara	1.7	Determinação	14/12/2016																													
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação																																	
Diretoria de Administração e Gestão – DAGES (CGOF/CCONT)																																	
Descrição da determinação/recomendação																																	
Determinar à Fundação Nacional do Índio, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que conclua no prazo de 60 (sessenta) dias a análise das prestações de contas dos convênios relacionados na tabela abaixo (cópia da tabela 16 da peça 11) e, nos casos em que não haja conclusão no prazo estabelecido, instaure procedimento disciplinar cabível a fim de apurar a responsabilidade pela violação aos arts. 29 e 31 da IN STN 1/1997, informando ao Tribunal ao termino do prazo concedido as medidas adotadas nesse sentido:																																	
	<table><tr><th>ITEM</th><th>CONVENIENTE</th><th>ANOS DE ATRASO</th></tr><tr><td>1</td><td>Associação Indígena dos Agricultores da Linha</td><td>3</td></tr><tr><td>2</td><td>Estado de Roraima</td><td>6</td></tr><tr><td>3</td><td>Município de Aragarças</td><td>16</td></tr><tr><td>4</td><td>DIA -Documentação Indigenista e Ambiental</td><td>17</td></tr><tr><td>5</td><td>Município de Eunápolis</td><td>15</td></tr><tr><td>6</td><td>Associação de Cultura e Meio Ambiente -ACMA</td><td>3</td></tr><tr><td>7</td><td>Prefeitura de Porto Seguro</td><td>15</td></tr><tr><td>8</td><td>Associação Comunitária Indígena Pataxó</td><td>16</td></tr><tr><td>9</td><td>Município de São Gabriel da Cachoeira</td><td>18</td></tr></table>	ITEM	CONVENIENTE	ANOS DE ATRASO	1	Associação Indígena dos Agricultores da Linha	3	2	Estado de Roraima	6	3	Município de Aragarças	16	4	DIA -Documentação Indigenista e Ambiental	17	5	Município de Eunápolis	15	6	Associação de Cultura e Meio Ambiente -ACMA	3	7	Prefeitura de Porto Seguro	15	8	Associação Comunitária Indígena Pataxó	16	9	Município de São Gabriel da Cachoeira	18		
ITEM	CONVENIENTE	ANOS DE ATRASO																															
1	Associação Indígena dos Agricultores da Linha	3																															
2	Estado de Roraima	6																															
3	Município de Aragarças	16																															
4	DIA -Documentação Indigenista e Ambiental	17																															
5	Município de Eunápolis	15																															
6	Associação de Cultura e Meio Ambiente -ACMA	3																															
7	Prefeitura de Porto Seguro	15																															
8	Associação Comunitária Indígena Pataxó	16																															
9	Município de São Gabriel da Cachoeira	18																															
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas																																	
No tocante a determinação exarada no item 1.7 do aludido Acórdão, temos a informar que: Convênio nº 003/2010 – Associação Indígena dos Agricultores da Linha Mó - Foi instaurada Tomada de Contas Especial-TCE e encaminhado ao Tribunal de Contas da União (Processo TCU nº 001.670/2016-6); Convênio nº 01/2005 – Governo do Estado de Roraima (Processo nº 08620.001423/2008-17) - O processo fora encaminhado para instauração de TCE sem que estivessem esgotadas as medidas administrativas internas visando à elisão do dano, fato que impossibilitou tal providência, em conformidade com o estabelecido no “caput” do art. 3º da Instrução Normativa – TCU nº 71/2012. Acrescenta-se que providências nesse sentido estão em andamento, e que em face da interposição de recursos por parte dos responsáveis, o Processo nº 08620.001423/2008-17 encontra-se na Procuradoria Federal Especializada junto à Funai para as análises necessárias; Convênio nº 006/1997 – Município de Aragarças - Aprovado em julho/2015 através da Nota Técnica nº 003/SEAC/CCONT/2015, em anexo; Convênio nº 017/1995 – DIA - Documentação Indigenista e Ambiental - Ainda não foram esgotadas as medidas administrativas internas em virtude de ausência dos pareceres técnicos de execução física. Foi solicitada à Corregedoria a instauração de procedimento disciplinar a fim de apurar responsabilidade pela violação aos Arts. 29 e 31 da IN STN 1/1997, conforme Memorando nº 5/2017/DIAT - COGAB - DAGES/COGAB - DAGES/DAGES-Funai – Processo nº 08620.164836/2015-31; Convênio nº 019/1997 – Município de Eunápolis-BA - Ainda não foram esgotadas as medidas administrativas internas em virtude de ausência dos pareceres técnicos de execução física. Foi solicitada à Corregedoria a																																	

instauração de procedimento disciplinar a fim de apurar responsabilidade pela violação aos Arts. 29 e 31 da IN STN 1/1997, conforme Memorando nº 5/2017/DIAT - COGAB - DAGES/COGAB - DAGES/DAGES-Funai – Processo nº 08620.164836/2015-31;

Convênio nº 001/2008 – Associação de Cultura e Meio Ambiente-ACMA - Impugnação com glosa parcial referente a 1ª e 2ª parcela, cujo o montante foi exigida a devida devolução;

Convênio nº 010/1998 – Prefeitura de Porto Seguro-BA - Ainda não foram esgotadas as medidas administrativas internas em virtude de ausência dos pareceres técnicos de execução física. Foi solicitada à Corregedoria a instauração de procedimento disciplinar a fim de apurar responsabilidade pela violação aos Arts. 29 e 31 da IN STN 1/1997, conforme Memorando nº 5/2017/DIAT - COGAB - DAGES/COGAB - DAGES/DAGES-Funai – Processo nº 08620.164836/2015-31;

Convênio nº 001/2007 – Associação Comunitária Indígena Pataxó - Impugnação parcial com recomendação de diligência para devolução de R\$ 91.761,73 (noventa e um mil setecentos e sessenta e um reais e setenta e três centavos);

Convênio nº 001/1995 – Município de São Gabriel da Cachoeira-AM - Foi instaurada Tomada de Contas Especial-TCE e encaminhado ao Tribunal de Contas da União (Processo TCU nº 001.666/2016-9).

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-030.181/2015-1	7518/2016-1ª Câmara	1.8.1	Recomendação	14/12/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Diretoria de Administração e Gestão – DAGES (CGGE)				
Descrição da determinação/recomendação				
Integrar o estabelecimento de metas, inclusive aqueles presentes nos PPAs, à sistemática do planejamento estratégico, em estágio de reformulação, de maneira que a instância de gestão estratégica da Fundação acompanhe o alcance das metas por meio de ferramentas, tais como o Balanced Scorecard;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Como resultado dos estudos realizados pela Funai na elaboração de metodologia de planejamento estratégico, está prevista na minuta de portaria que ira dispor sobre o planejamento estratégico a etapa de elaboração do mapa estratégico, baseado no Balanced Scorecard, com três perspectivas: sociedade e governo, habilitadores e fundamentos. Uma etapa seguinte é a de definição de indicadores e metas de desempenho, integrados ao PPA. Com a publicação da referida portaria prevista para 2017, temos a expectativa de realizar Oficina de Planejamento Estratégico com a participação do máximo de unidades administrativas possível.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-030.181/2015-1	7518/2016-1ª Câmara	1.8.2	Recomendação	14/12/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Diretoria de Administração e Gestão – DAGES				
Descrição da determinação/recomendação				
Elaborar, com a participação da Audin e demais diretorias e coordenações regionais, um plano de ação com vistas ao fortalecimento da estrutura de controle, a fim de fortalecer a estrutura e rotina de controles da instituição e reduzir o número de ocorrências detectadas pela Audin a um nível aceitável, incorporando a formulação desse plano de ação à atividade de reformulação do seu planejamento estratégico.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Informamos que esta Fundação está adotando as providências necessárias para sistematização de práticas relacionadas a gestão de riscos, aos controles internos, e à governança, incluindo a instituição de um				

Comitê de Governança, Riscos e Controles, em cumprimento das disposições contidas na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC - 030.181/2015-1	7518/2016-1ª Câmara	1.8.4	Recomendação	14/12/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Diretoria de Administração e Gestão – DAGES (CGGE)				
Descrição da determinação/recomendação				
Durante a reformulação do seu planejamento estratégico, desenvolver técnicas ou procedimentos destinados a avaliar o impacto de suas ações sobre os custos respectivos e quais ações da política indigenista tem maior prioridade e maior potencial de impactar positivamente seu público-alvo, ainda que não de forma imediata, para que estas sejam priorizadas em detrimento daquelas de menor prioridade e menor potencial transformador da condição dos povos indígenas.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Está prevista para o exercício de 2017 a realização de oficina baseada na portaria de metodologia de planejamento estratégico, também a ser publicada em 2017. A referida oficina deverá conter o uso da ferramenta Balanced Scorecard, com a finalidade de definir objetivos estratégicos, com a priorização de metas, que deverão ter maior impacto para o atendimento das necessidades dos povos indígenas. Outra medida a ser adotada é o estudo da reestruturação da Funai, para adequar-se às ações, principalmente as prioritárias.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-030.181/2015-1	7518/2016-1ª Câmara	1.8.5	Recomendação	14/12/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Diretoria de Administração e Gestão – DAGES (CGGP)				
Descrição da determinação/recomendação				
Ao reformular seu planejamento estratégico, readequando prioridades, ações, objetivos e, consequentemente, sua estrutura, avaliar, por meio de estudos, soluções de alocação ótima de sua força de trabalho, que potencializem os pontos fortes da instituição e suas ações que serão tidas como as mais relevantes após concluir seu planejamento estratégico.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Ao reformular seu planejamento estratégico, readequando prioridades, ações, objetivos e, consequentemente, sua estrutura, avaliar, por meio de estudos, soluções de alocação ótima de sua força de trabalho, que potencializem os pontos fortes da instituição e suas ações que serão tidas como as mais relevantes após concluir seu planejamento estratégico. Inicialmente, destaca-se que a força de trabalho da Funai é alarmantemente insuficiente, fato já comprovado por diversas auditorias externas, com destaque para o diagnóstico sistêmico da Funai contido no Acórdão Nº 2.626/2015 do Tribunal de Contas da União (TCU), de 21 de outubro de 2015, e no Relatório de Avaliação da Execução de Programas de Governo Nº 60, da Controladoria-Geral da União (CGU), de agosto de 2016. A ausência de concurso público ao longo de quase duas décadas resultou numa força de trabalho enfraquecida. Cerca de 70% dos servidores efetivos tem acima de 50 anos, sendo em média 55% com mais de 30 anos de				

serviço público e quase 30% com o benefício de Abono Permanência. A previsão de aposentadoria até 2020 é de aproximadamente 1000 servidores. Isso representa quase 50% da força de trabalho efetiva atual.

Visando suprir esse déficit, foi solicitado concurso nos anos de 2012, 2013 e 2014, porém, somente em 2015 o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizou a realização de novo certame, para provimento de 04 (quatro) cargos de Engenheiro Área 1-Agrimensura, 03 (três) cargos de Engenheiro Área 2 - Civil, 05 (cinco) cargos de Engenheiro Agrônomo, 06 (seis) cargos de Contador e 202 (duzentos e dois) cargos de Indigenista Especializado, totalizando 220 (duzentos e vinte) vagas. O concurso foi homologado, sem previsão para as nomeações.

Assim, objetivando o fortalecimento institucional e a constituição de um Quadro de Pessoal permanente e qualificado, que possa dar continuidade às ações governamentais e aos projetos de crescente complexidade, faz-se imprescindível, no contexto atual, a autorização para o provimento dos mais de 2.000 cargos aprovados e ainda não preenchidos.

Todavia, apesar de todas as dificuldades encontradas, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas tem realizado esforços no sentido de minimizar a redução do déficit da força de trabalho, mediante ações internas como:

- planejamento e execução de ações de capacitação, mesmo num cenário de restrição orçamentária;
- implantação da Política Isonômica de Recrutamento e Seleção de Estagiários;
- requisição de servidores de outros órgãos;
- realização de estudos para a execução do Concurso Interno de Remoção – CIR;
- suspensão das remoções de ofício e a pedido, até a realização do CIR;
- suspensão das concessões de Licenças para Tratar de Interesses Particulares; e
- solicitação de retorno de servidores cedidos.

Registra-se ainda a preocupação da área de Gestão de Pessoas em dimensionar e alocar a força de trabalho desta Fundação de forma mais efetiva, porém, os trabalhos de dimensionamento requerem a contratação de uma empresa especializada, que seja capaz de estudar e dimensionar a distribuição da força de trabalho observando a capilaridade da Fundação.

Dessa forma, considerando a carência de servidores efetivos com formação específica para realização de tal atividade e o atual cenário orçamentário, solicitamos apoio ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, para capacitar servidores, com o intuito de identificar uma metodologia/ferramenta que viabilize revertermos a realocação da força de trabalho. A ação de alocação de força de trabalho necessita de apoio logístico e financeiro para concretizar-se, dessa forma, depende ainda, do treinamento de servidores e a conclusão do estudo da metodologia/ferramenta viável, portanto, o cenário atual, inviabiliza a elaboração de uma meta específica para o exercício de 2017.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-020.641/2010-9	1897/2014-2ª Câmara	9.7.2	Determinação	2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Diretoria de Administração e Gestão				
Descrição da determinação/recomendação				
Adote providências efetivas com vistas a obter junto às empresas SET de Filmagens produções Ltda. O recolhimento, devidamente corrigido, dos tributos por ocasião do pagamento da Nota Fiscal 979, emitida em 2/4/2009, em cumprimento à IN/SRF 480/2004 (item 1.1.6.3 do relatório de Auditoria Anual de Contas 244047 da Secretaria Federal de Controle Interno).				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Conforme já informado, foi enviado o Ofício nº 025/DAGES/Funai/2014, de 10/02/2014 ao Centro de Atendimento ao Contribuinte da Receita Federal do Brasil, comunicando o fato e solicitando as medidas necessárias para a regularização quanto ao recolhimento dos tributos supracitados.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-020.641/2010-9	1897/2014-2ª Câmara	9.7.3	Determinação	2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Diretoria de Administração e Gestão				
Descrição da determinação/recomendação				
Adote providências efetivas com vistas a obter junto às empresas Norte Jet táxi Aéreo Ltda. E Renildo Correia da Silva EPP o recolhimento, devidamente corrigido, dos tributos devidos por ocasião dos pagamentos realizados pela locação de veículos e aeronaves junto àquelas empresas, nos valores respectivos de R\$ 19.142,18 e R\$160.725,47, em cumprimento à IN SRF 480/2004 (item 1.1.6.4 do Relatório de Auditoria Anual de Contas 244047 da Secretaria Federal de Controle Interno)				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Informamos que foi enviado o Ofício nº 119/DAGES/Funai/2013, de 30/08/2013, protocolo 08620.031265/2013-97, ao Centro de Atendimento ao Contribuinte da Receita Federal do Brasil, em Brasília-DF, comunicando o fato e solicitando as medidas necessárias para a regularização quanto ao recolhimento dos tributos supracitados, em atendimento ao parecer do Procurador Federal junto à Funai, que entende que compete a Receita Federal do Brasil as providências pertinentes a questão, conforme Nota nº 102/2013/CCOAD/PFE-Funai/PGF/AGU, de 15/05/2013, constante à fl. 16, do Processo nº 08620.027528/2013-63.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC - 006.365/2007-6	1166/2007 – 1ª CÂMARA	4	Determinação	2007
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Diretoria de Administração e Gestão				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar à Fundação Nacional do Índio que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência desta Deliberação, adote as providências necessárias à regularização das pendências dessa Fundação com a Mecânica Valverde (Idelso Cândido Pereira – ME), no Município de Primavera do Oeste/MT, procedendo: 1.1.3. à quantificação de eventuais prejuízos, com identificação dos responsáveis, adoção das providências administrativas cabíveis e, se necessário, instauração de Tomada de Contas Especial.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Em 26/06/2007, através da Portaria nº 573/PRES institui-se Comissão de Sindicância para verificar a situação de 30 veículos retidos na Oficina Mecânica de Idelso Candido Pereira. A Comissão conclui pela abertura de PAD para apurar possível descaso com bens públicos por parte de servidores da Administração de Primavera do Leste. Não há registro nos arquivos da Corregedoria quanto à instauração de Procedimento Disciplinar para apurar os fatos. Cumpre registrar que em 01/06/2007, foi autuado o Processo nº 08620.001220/2007, referente à retenção de 30 veículos da Funai, e instituída Comissão de Sindicância Administrativa através da Portaria nº 566/PRES de 22/06/2007 cujo o resultado do trabalho ainda é desconhecido. Conforme registro do Protocolo da Funai, o Processo nº 08620.001220/2007, foi encaminhado pela Presidência 05/08/2008 para a Administração Executiva da Funai em Primavera do Leste. Ademais, cabe informar que a ação judicial promovida pelo autor (Idelso Candido Pereira) por meio do processo nº 2003.01.00.032021-7 foi extinta sem resolução do mérito, sob o fundamento de que, na espécie, a pretensão deduzida pelo autor estaria acobertada pelo manto da coisa julgada, em virtude da sentença proferida no bojo da ação monitória nº. 2008.36.00.001829-1, entre as mesmas partes, julgando-se improcedente o pedido ali formulado, sendo arquivado conforme relatório em anexo. A referida Ação Monitória tramitou pelo juízo da 2ª Vara Federal, cuja mesma transitou em julgado em 13/09/2013. Posteriormente, ingressou com recurso extraordinário com agravo - ARE 722865 , contra a sentença proferida pelo douto juízo da 1ª vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso, sendo negado provimento ao recurso de apelação interposto.				

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO					173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC 018.048/2010-2	4254/2012-TCU – 2ª Câmara	9.4	Determinar	Ofício 495/2012-TCU/SECEX-8
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
					173
Descrição da Deliberação					
Determinar à Fundação Nacional do Índio que apresente ao Tribunal, no próximo Relatório da Gestão 2012, de forma circunstanciada, resultado conclusivo sobre o cumprimento do subitem 1.5.1.3 do Acórdão n. 6.584/2009 - TCU - 1ª Câmara;					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Corregedoria					173
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
O processo nº 08620.002873/2010-41 foi julgado pelo Ministério da Justiça redundando em: Conversão da penalidade de demissão em Nota de Culpa do servidor Edson Carlos Ramalho. Conversão da penalidade de demissão em Nota de Culpa da servidora Elizabete Santos Araujo. Conversão da penalidade de demissão em Nota de Culpa da servidora Laurima Fernandes Lopes. Conversão da penalidade de demissão em Nota de Culpa do servidor Luiz Carlos da Silva Sampaio. Arquivamento da punição de Megaron Txucaramãe por prescrição. Absolvição do servidor Francisco das Chagas Lopes e instaurar de sindicância administrativa, nos termos do art. 143, caput, da Lei nº 8.112/1990, para apuração de eventuais responsáveis pela morosidade na apuração dos fatos, que culminara com a prescrição da pretensão punitiva em relação à penalidade de suspensão. (Parecer nº 441201 6/GCSF/CAD/CGJUDI/CONJUR-MJ/CCiU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 185120I6ICAD/CGAAN/CONJUR-MJICGII/AGU).					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO					173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC-006.365/2007-6	1166/2007 – TCU – 1ª CÂMARA	9.4	Determinar	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
					173
Descrição da Deliberação					
À Fundação Nacional do Índio que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência desta Deliberação, adote as providências necessárias à regularização das pendências dessa Fundação com a Mecânica Valverde (Idelso Cândido Pereira – ME), no Município de Primavera do Oeste/MT, procedendo: 1.1.3. à quantificação de eventuais prejuízos, com identificação dos responsáveis, adoção das providências administrativas cabíveis e, se necessário, instauração de Tomada de Contas Especial;					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Corregedoria					173
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Em 2007 institui-se Comissão de Sindicância para verificar a situação de 30 veículos retidos na Oficina Mecânica de Idelson Candido Pereira. A Comissão conclui pela abertura de PAD para apurar possível descaso com bens públicos por parte de servidores da Administração de Primavera do Leste. Não há registro nos arquivos da Corregedoria quanto à instauração de Procedimento Disciplinar para apurar os fatos. Cumpre registrar que em 01/06/2007, foi autuado o Processo nº 08620.001220/2007, referente à retenção de 30 veículos da Funai, e instituída Comissão de Sindicância Administrativa através da Portaria nº 566/PRES de					

22/06/2007 cujo o resultado do trabalho ainda é desconhecido. Conforme registro do Protocolo da Funai, o Processo nº 08620.001220/2007 foi encaminhado pela Presidência 05/08/2008 para a Administração Executiva da Funai em Primavera do Leste. Em marco de 2016, a Auditoria Interna encaminhou o Processo nº 08620.001168/2007-21, que trata de representação formulada pelo proprietário da Oficina Mecânica Valverde, onde consta o andamento do Acórdão 1166/2007 e informações prestadas pelo membro da Comissão de Sindicância Administrativa instituída pela Portaria nº 573/2007. Tendo como referencia as informações contidas nesse Processo a Corregedoria irá submeter os autos a análise técnica, como foco em possível prescrição no âmbito Correcional encaminhando, se for o caso, os autos a DAGES para fins de ressarcimento ao erário.

Para conhecimento registramos o RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 722.865 (586), movido pelo proprietário da Oficina Mecânica Valverde em desfavor da Funai, que teve seu provimento negado pela Ministra do STF, Rosa Weber em 07/12/2013.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO					173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC-030.181/2015-1	7518/2016-1ª Câmara	1.8.3	Recomendação	14/12/2016
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Diretoria de Administração e Gestão – DAGES (CORREGEDORIA)					173
Descrição da Deliberação					
Estruturar seu sistema de correição a fim de que sua capacidade operacional esteja melhor dimensionada às demandas da instituição					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Corregedoria					173
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Não ocorreu no exercício de 2016 nenhuma alteração estrutural na Corregedoria. Todavia, entende-se que a principal dificuldade enfrentada é a extrema carência de servidores, tanto para trabalhos internos, como elaboração de juízos de admissibilidade e informações para julgamentos, como para constituição de comissões.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Para o acompanhamento das recomendações consignadas em relatórios da CGU é utilizado o Sistema Monitor, desenvolvido especialmente para permitir o acompanhamento “online” das recomendações no contexto de suas ações de controle, no qual o gestor responsável registra as ações e providências adotadas para implementação das recomendações, podendo inclusive enviar documentos comprobatórios.

No âmbito da Funai, o acompanhamento das recomendações da CGU é realizado pelo Coordenador de Gerenciamento de Riscos da Audin, por meio de encaminhamento de memorandos e e-mails às unidades demandadas visando o cumprimento das recomendações.

De acordo com informações extraídas do sistema Monitor, no exercício de 2016, foram expedidas 68 recomendações pela CGU, consignadas nos relatórios de auditoria da Sede da Fundação, e das Coordenações Regionais do Rio Negro/AM, De Boa Vista/RR, de

Cuiabá/MT, do Xingu/MT e do Madeira/AM, das quais dez houve manifestação das unidades e estão em análise pela CGU, nove estão dentro do prazo para resposta e 49 com prazo expirado, conforme quadro abaixo:

Quadro 95 - Recomendações da CGU

Unidade Gestora	Recomendações				Recomendações em Monitoramento			
	Atendidas	Canceladas	Em monitoramento	Total	em análise pela CGU	Para Providências do Gestor		
						no Prazo	Prazo Expirado	Total
194006 - Funai-Coordenação Regional Alto Purus/Am	3	0	0	3	0	0	0	0
<u>194008 - Funai-Coordenação Regional do Rio Negro/Am</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>0</u>	2	<u>0</u>	<u>2</u>
194009 - Funai-Coordenação Regional de Boa Vista/Rr	0	0	16	16	0	4	12	16
194028 - Funai-Coordenação Regional de Cuiaba/Mt	0	0	10	10	1	0	9	9
194031 - Funai-Coordenação Regional Do Xingu/Mt	0	0	7	7	0	0	7	7
194035 - Funai - Sede Brasília/DF	0	0	30	30	9	0	21	21
194045 - Funai-Coordenação Regional Do Madeira/Am	0	0	3	3	0	3	0	3
TOTAL	0	0	68	68	10	9	49	58

Com relação às recomendações pendentes com prazos vencidos, em que pese o envio de e-mails e memorandos solicitando resposta sobre as pendências ou justificativas para o não atendimento, não houve manifestação por parte das unidades auditadas, todavia, a Audin tem acompanhado a implementação das recomendações solicitando à unidades o saneamento das pendências, seja por meio do cumprimento das recomendações ou da elaboração de justificativas em caso da impossibilidade de cumpri-las dentro do prazo concedido.

Destacamos a seguir as recomendações que provocaram maior impacto na gestão das unidades auditadas:

- Instituir comissão com o objetivo de inventariar, novamente, todos os bens móveis que compõem o acervo patrimonial da Unidade, procedendo aos acertos devidos (apuração de responsabilidade e a baixa, quando for o caso), dos bens não encontrados.

- Apurar responsabilidade administrativa de do servidor da Funai/Fpeyy, em razão do uso de informação não confirmada para justificar a solicitação de uso de aeronave que se encontrava a serviço do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami - Dsei-Y.

- Providenciar a reposição de 1000 litros de óleo diesel a que se refere o Memorando nº 1116/2013-FPEYY/CGIIRC, de 04 de dezembro de 2013, haja vista a não comprovação de sua utilização ao suposto destinatário.

- Providenciar a reposição de valores em razão do perdimento da Balsa apreendida pelo Ibama, conforme Termo de Apreensão n.º 65990-7-E, e o Termo de Depósito n.º 659909-E, referentes à aludida balsa e seus equipamentos, figurando o Coordenador da Fpeyy como fiel depositário da mesma.

- Instaurar processo administrativo específico para apurar as irregularidades apontadas no Processo Administrativo nº. 08755.000402/2015-88, Dispensa de Licitação nº. 69/2015, principalmente com relação a fraude na pesquisa de mercado.

- Estabelecer mecanismos de controles interno capazes de mitigar os riscos decorrentes do tipo de contratação direta, como, por exemplo, a adoção de check-list, de forma que se atenda a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor original, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

- Institua rotinas e procedimentos administrativos específicos, formalmente estabelecidos, que contemplem a realização de pesquisas e levantamentos periódicos, com intuito de identificar, ao menos nas localidades onde funcionam a sede da CR, os postos credenciados que apresentam os melhores preços e se os preços da rede credenciada são compatíveis com os de mercado, para orientar os abastecimentos de modo a obter preços mais vantajosos.

- Instituir comissão patrimonial, com recursos e tempo necessário, para refazer o inventário patrimonial, realizando novo levantamento dos bens patrimoniais na Coordenação Regional, bem como em todas as Coordenações Técnicas Locais, principalmente listando os bens que são recuperáveis para conserto/manutenção e os bens considerados inservíveis, antieconômicos e obsoletos.

- Criar normativo com procedimentos necessários a adequada gestão de pessoas, estabelecendo controles internos sobre essa área, designando os responsáveis pelo recolhimento da lista de frequência, bem como fixação do prazo limite para seu recolhimento, dando publicidade dessas medidas aos servidores para fins de cumprimento.

- Atualizar os registros contábeis no SIAFI a fim de que estes espelhem com fidedignidade o inventário patrimonial, considerando os termos de baixas e inutilizações de bens levantados no inventário de 2012 e 2015, bem como os resultados do inventário de 2016.

- Apurar responsabilidade nos casos de bens não localizados, principalmente por motivos de desvios e desaparecimento dos bens

- Apresentar estudo técnico com vistas a reformular e aprimorar o plano de cargos da entidade, considerando necessidades de formação de quadro técnico especializado, visando atender as demandas institucionais atuais e as das políticas públicas, assim como as exigências legais específicas, a exemplo do Decreto nº 1.775/96.

- Efetuar inventário dos bens móveis da Fundação Nacional do Índio, fazendo a devida confrontação dos saldos contábeis com os registros do sistema de controle de patrimônio, a fim de apurar a real situação patrimonial da Entidade.

- Implantar rotina de controle dos bens móveis da Unidade, designando servidor para realizar essa atividade, provendo-o de treinamento específico para que o mesmo possa desempenhá-la atendendo as determinações da legislação que rege a matéria, em especial o Decreto nº 99.658/90 e a Instrução Normativa/SEDAP nº 205/88, e de modo que o produto final desse controle apresente adequadamente a realidade patrimonial da Unidade.

- Instituir Comissão e provê-la de condições (recursos materiais e humanos) para realizar apuração de responsabilidade sobre os danos causados no patrimônio mobiliário da unidade, apresentando como produto final relatório conclusivo que sirva de base para se prosseguir com a baixa dos bens danificados/incendiados nesse período.

Demonstrativo de atendimento de demandas da Controladoria Geral da União

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO			173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	217607	3.1.1.7	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
			173
Descrição da Recomendação			
Apurar responsabilidade, nos termos do artigo 143 e 148 da Lei nº 8.112/90, pela realização indevida da despesa.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

Corregedoria	173
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Autuado o Processo nº 08620.60925/2014 e por meio da Portaria nº PORTARIA Nº 131/CORREG/Funai/MJ, DE 29 DE MAIO DE 2015, institui-se Comissão de Sindicância Investigativa, para apurar Inexigibilidade indevida de licitação. Não comprovação do evento da despesa. Dano ao erário. Empresa envolvida: PEDRO TEODORO DE OLIVEIRA – MS. ENCONTRA-SE NA FASE DE INSTRUÇÃO.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO			173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	217607	2.2.1.7	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
			173
Descrição da Recomendação			
Apurar responsabilidade pelos pagamentos sem amparo legal, pela falta da aplicação de penalidades à Contratada e pela demora das publicações do contrato e de sua rescisão.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Corregedoria			173
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Autuado o Processo nº 08620.60927/2014 e por meio da PORTARIA Nº 133/CORREG/Funai/MJ, DE 29 DE MAIO DE 2015, institui-se Comissão de Sindicância Investigativa, para apurar possíveis irregularidades quanto a pagamento sem cobertura contratual a funcionários da empresa contratada. Empresa envolvida: EVOLUTION ADMINISTRADORA DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA. ENCONTRA-SE NA FASE DE INSTRUÇÃO.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO			173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	217607	2.2.1.18	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
			173

Descrição da Recomendação	
Adotar providências com vistas a apurar responsabilidade pela assinatura do Contrato nº 105/2008, com pessoa não responsável pela empresa contratada.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Corregedoria	173
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Autuado o Processo nº 08620.60926/2014 e por meio da PORTARIA Nº 132/CORREG/Funai/MJ, DE 29 DE MAIO DE 2015, institui-se Comissão de Sindicância Investigativa, para apurar possíveis irregularidades quanto a frustrar o caráter competitivo do pregão por desistência do vencedor. Contrato assinado por pessoa não responsável pela empresa. Empresa envolvida: ATSUKO HARADA – ME. ENCONTRA-SE NA FASE DE INSTRUÇÃO.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas				Instauradas			
	Dispensadas				Não remetidas ao TCU			
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento o Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
-	-	-	1	-	-	-	-	-

*Especificar razões

Fonte: Processo nº 08620.001423/2008-17

TCE – Não instaurada – Outros casos:

1. Em virtude da impugnação de despesas do Convênio nº 01/2005 – Siafi 544568, que teve por convenientes o Governo do Estado de Roraima e a Secretaria de Estado do Índio de Roraima, o processo nº 08620.001423/2008-17 fora encaminhado para instauração de tomada de contas especial, porém, sem que estivessem esgotadas as medidas administrativas internas visando a elisão do dano, isto porque nem todos os responsáveis haviam sido notificados para regularizarem as pendências ou apresentarem defesa e/ou providenciarem o ressarcimento dos valores impugnados, a exemplo dos herdeiros do Governador, à época, Ottomar de Sousa Pinto, falecido em 11/12/2007, as senhoras Laura Anísia Moreira de Sousa Pinto, Maria Marluce Moreira Pinto, Otília Natália Pinto, Marisa Natália Pinto e o senhor Ottomar de Sousa Pinto Filho, bem como do Sr. José de Anchieta Júnior, então Vice-Governador, em discordância com o estabelecido no art.3º da Instrução Normativa – TCU nº 71/2012:

Art. 3º Diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação de recursos repassados pela União mediante convênio, contrato de repasse, ou instrumento congênere, da ocorrência de desfalque, alcance, desvio ou desaparecimento de

dinheiro, bens ou valores públicos, ou da prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, a autoridade competente deve imediatamente, antes da instauração da tomada de contas especial, adotar medidas administrativas para caracterização ou elisão do dano, observados os princípios norteadores dos processos administrativos.

2. Em conformidade com a aludida Instrução Normativa – TCU nº 71/2012, a autoridade administrativa expediu as necessárias notificações, fato que ocasionou a interposição de recursos, os quais já foram objeto de análise e deliberação por parte da Procuradoria Federal Especializada junto à Funai e da autoridade administrativa competente.

3. Aqui, cabe esclarecer, no tocante às defesas iniciais apresentadas no final do exercício de 2016 pelos Srs. José de Anchieta Júnior e Ottomar de Sousa Pinto Filho e ao recurso de reconsideração interposto pelas Sras. Otília Natália Pinto e Marisa Natália Pinto, que os mesmos já foram objeto de análise pela PFE-Funai (Parecer nº 00008/2017/COAD/PFE-Funai/PGF/AGU, de 08/02/2017), estando em andamento a análise quanto ao mérito administrativo.

4. Acrescenta-se, por oportuno, que o histórico sobre esse assunto está consignado na Nota Técnica nº 04/SECA/CCON/CGOF/2010, na Nota Técnica nº 008/SEAC/CCONT/2013, na Nota Técnica nº 22/SEAC/CCONT/2013, na Nota Técnica nº 006/SEAC/CCONT/2014 e nas Informações nºs 012/044/054/074/121 e 033/SEPT/CCONT/CGOF/2016.

Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

No tocante a este item temos a informar que esta UPC vem cumprindo as determinações contidas no art. 5º da Lei 8.666/1993, no que tange aos cronogramas de pagamentos relativos às contratações de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.

Cumpre ressaltar que as previsões de pagamento são estipuladas em contratos, e ao encaminhar à unidade para a sua efetivação, é obedecida a ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, conforme a disponibilidade financeira é realizada o efetivo pagamento. Cabe ressaltar ainda, que a disponibilização de recurso depende do Órgão Central e Setorial (responsável pela programação financeira do Governo Federal).

Informamos ainda que esta UPC instituiu no âmbito desta Fundação, por meio da Portaria nº 889/DAGES/2015, de 14/09/2015, o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos que estabeleceu aos Gestores de Contratos a competências pelos controles dos saldos contratuais

via formulários próprios, cujas planilhas deverão integrar os processos em cada ciclo de pagamento.

Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

A Funai não possui contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.